UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

Rafael Vergili

Literacias digitais nos cursos de Graduação em Relações Públicas: disciplinas de tecnologia nas matrizes curriculares de universidades brasileiras

São Paulo
2017

RAFAEL VERGILI

Literacias digitais nos cursos de Graduação em Relações Públicas: disciplinas de tecnologia nas matrizes curriculares de universidades brasileiras

Tese apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) para obtenção do título de Doutor em Ciências da Comunicação. Área de concentração: Interfaces Sociais da Comunicação. Linha de pesquisa: Comunicação e Educação.

Orientadora: Profª. Drª. Brasilina Passarelli

São Paulo

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo autor

Vergili, Rafael

Literacias digitais nos cursos de Graduação em Relações Públicas: disciplinas de tecnologia nas matrizes curriculares de universidades brasileiras / Rafael Vergili. -- São Paulo: R. Vergili, 2017.

511 p.: il.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação – Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo

Orientadora: Profª. Drª. Brasilina Passarelli
Bibliografia

1. Literacias Digitais. 2. Ensino Superior. 3. Relações Públicas. 4. Matrizes Curriculares. 5. Disciplinas de Tecnologia. I. Passarelli, Brasilina. II. Título.

CDD 21. ed. – 302.2

Nome: VERGILI, Rafael

Título: Literacias digitais nos cursos de Graduação em Relações Públicas: disciplinas de tecnologia nas matrizes curriculares de universidades brasileiras

Tese apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) para obtenção do título de Doutor em Ciências da Comunicação. Área de concentração: Interfaces Sociais da Comunicação. Linha de pesquisa: Comunicação e Educação.

Orientadora: Profª. Drª. Brasilina Passarelli

Aprovado em: ____ / ____ / 2017

Banca Examinadora

Prof.(ª) Dr.(ª) _____ Instituição _____
Julgamento _____ Assinatura _____

Prof.(ª) Dr.(ª) _____ Instituição _____
Julgamento _____ Assinatura _____

Prof.(ª) Dr.(ª) _____ Instituição _____
Julgamento _____ Assinatura _____

Prof.(ª) Dr.(ª) _____ Instituição _____
Julgamento _____ Assinatura _____

Prof.(ª) Dr.(ª) _____ Instituição _____
Julgamento _____ Assinatura _____

Aos meus pais: Rodney Vergili e Vera Lucia Pereira Vergili.

Companheiros, que, em comunhão robusta e duradoura, tornaram-se minha fonte de inspiração e exemplo de conduta, caráter e tenacidade.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Rodney Vergili e Vera Lucia Pereira Vergili, por todo o apoio e incentivo para dar continuidade aos meus estudos. Duas pessoas imprescindíveis para que mais essa etapa acadêmica fosse concluída.

Aos professores da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, de maneira geral, por todo o suporte oferecido nos anos de convivência que possibilitaram a conclusão da minha Tese de Doutorado.

À Profª. Drª. Brasilina Passarelli, minha orientadora, por ter confiado, durante a entrevista do processo seletivo, no projeto de pesquisa de um jovem (à época com 25 anos) que nunca havia visto antes. Torço para que a aposta tenha rendido os resultados esperados. Agradeço imensamente, também, pela orientação recebida. Os quatro anos de Doutorado revelaram não só uma excelente professora/orientadora, mas, também, uma pessoa academicamente generosa, carismática e compreensiva, que sabe o momento certo de cobrar e de nos brindar com elogios.

Ao Prof. Dr. Luiz Alberto de Farias, um dos grandes incentivadores para o aumento da minha produção bibliográfica, desde a Banca de Defesa do Mestrado, passando pela publicação do meu livro e pelos convites para participação em bancas como examinador.

A todos os professores que em algum momento, desde a Graduação, colaboraram com o meu amadurecimento acadêmico, seja em disciplinas ministradas ou em orientações de trabalhos para obtenção de títulos. Impossível citar todos nominalmente, mas peço para que se sintam aqui representados por: Ary José Rocco Júnior, Edilson Cazeloto, Paulo Regis Salgado e Walter Teixeira Lima Junior. O último mencionado, inclusive, além de grande mestre, tornou-se um amigo e adquiriu um fiel escudeiro na luta pela ampliação do reconhecimento da Comunicação como Ciência.

Gostaria, também, de agradecer aos professores que aceitaram participar da Banca de Defesa da minha Tese de Doutorado, especialmente por dividirem sua experiência e seu tempo comigo.

Aos colaboradores da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo e, em especial, aos da Secretaria de Pós-Graduação, que ofereceram todo o suporte necessário durante os quatro anos de convivência.

Aos coordenadores de curso de Relações Públicas de universidades que se dispuseram a participar da pesquisa qualitativa desta Tese. Por ordem alfabética: Aléssia Franco

Gonçalves (PUC Minas), Ana Luisa Baseggio (PUCRS), Erica Hiwatashi (Unisinos), Fábia Pereira Lima (UFMG), Helenice Carvalho (UFRGS), Lilian Matheus Marques (UNISANTOS), Luiz Vicente de Lima Lázaro (Universidade Anhembi Morumbi), Mateus Santana dos Santos (UNIFACS), Roseane Andrelo (UNESP) e Valéria de Siqueira Castro Lopes (USP).

Aos colegas de Graduação e Mestrado, que se tornaram amigos ainda mais próximos ao longo dos quatro anos de Doutorado, tolerando, até hoje, infindáveis exposições sobre o meu objeto de estudo. Aos que conheci já no Doutorado, como os amigos e colegas do NACE Escola do Futuro USP, que foram muito receptivos, colaborando com importantes sugestões bibliográficas.

Enfim, agradeço a todos que estenderam a mão nos momentos difíceis e contribuíram para o meu amadurecimento acadêmico durante todo o processo, tornando possível a conclusão desta Tese de Doutorado.

> Se as ciências humanas quiserem se beneficiar dos inegáveis êxitos das ciências naturais, elas não necessitam fazê-lo extrapolando mecanicamente conceitos técnicos e científicos. Em vez disso, elas poderiam buscar alguma inspiração no melhor dos princípios metodológicos das ciências naturais, começando por este: avaliar a validade de uma proposição com base nos fatos e no raciocínio que a sustentam, sem olhar para as qualidades pessoais ou o status social dos seus defensores ou detratores. (SOKAL; BRICMONT, 2010, p. 207)

RESUMO

VERGILI, Rafael. **Literacias digitais nos cursos de Graduação em Relações Públicas: disciplinas de tecnologia nas matrizes curriculares de universidades brasileiras.** 2017. 511 p. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Este trabalho tem como objetivo avaliar se universidades brasileiras aumentaram a carga horária e o número de disciplinas de tecnologia nas matrizes curriculares de seus cursos de Graduação em Relações Públicas, especialmente após a publicação das DCNs (Diretrizes Curriculares Nacionais) de 2013. Para atingir o objetivo, além da revisão de literatura, foram realizados: mapeamento de todos os cursos de Graduação em RP oferecidos no Brasil; pesquisa qualitativa, por meio de entrevistas em profundidade com coordenadores de IES (Instituições de Ensino Superior); e pesquisa documental, em que foi realizada análise das matrizes curriculares de 10 universidades do Brasil e do exterior. Entende-se que a ruptura da linha divisória entre emissor e receptor, provocada especialmente pelo advento da Web, acelerou a velocidade das trocas de informações, o que impactou a atividade de Relações Públicas e, também, as IES, que precisaram se adaptar a uma nova realidade para formar seus estudantes. Com as DCNs do Curso de RP, publicadas no Diário Oficial da União do dia 1° de outubro de 2013, que apresentam atenção ampliada sobre aspectos relativos à tecnologia, aparentemente buscou-se integração com essas mudanças. Após selecionar 10 universidades pelos critérios de IGC (Índice Geral de Cursos) do Inep/MEC (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/Ministério da Educação) e de proporção de cursos por regiões do país, foram realizadas entrevistas com coordenadores de curso de Graduação em RP de universidades públicas e privadas para averiguar como o tema “tecnologia” é tratado em diferentes realidades brasileiras. Constatou-se, por meio dos procedimentos metodológicos utilizados, aumento considerável no número de disciplinas de tecnologia e, o mais importante, na carga horária dedicada ao tema, o que pode permitir ampliação de desenvolvimento de habilidades e competências (literacias digitais) para lidar com plataformas digitais.

Palavras-chave: Literacias Digitais. Ensino Superior. Relações Públicas. Matrizes Curriculares. Disciplinas de Tecnologia.

ABSTRACT

VERGILI, Rafael. **Digital literacies in Undergraduate courses in Public Relations: technology subjects in core curricula of Brazilian universities.** 2017. 511 p. Doctoral Dissertation – School of Communication and Arts, Graduate Program in Communication Science, University of São Paulo, São Paulo, 2017.

The present study aims at evaluating whether Brazilian universities have increased their course load and number of technology subjects in the core curricula of their Undergraduate Public Relations course, mainly after the issue of the 2013 Curricular Guidelines in Upper-Level Education (DCNs). In order to accomplish its purpose, besides the review of the literature, it had been conducted the mapping of all Undergraduate courses of Public Relations available in Brazil; qualitative research by means of in-depth interviews with Higher Education Institutions (IES) coordinators; and document analysis where the core curricula of ten universities from Brazil and from abroad were analyzed. We understand that the rupture of the dividing line between transmitter and receiver, caused mainly by the advent of the Web, sped up information exchanges, which caused an impact on Public Relations activities as well as on the HEIs, which needed to adapt themselves to a new reality in order to educate their students. With the DCNs of the PR course, published in the Official Federal Gazette of October 1st, 2013, which provide a broad concern for aspects regarding technology, we seemingly searched for some integration with those changes. After choosing 10 universities pursuant to criteria of the General Index for Programs (IGC) of the Inep/MEC (National Institute of Educational Studies and Research Anísio Teixeira/Ministry of Education) and based on the ratio of courses according to the country's areas, interviews with Undergraduate courses of PR coordinators from public and private universities were conducted, in order to investigate how the subject "technology" is viewed in different Brazilian realities. Through methodological procedures, a significant increase of the number of technology subjects were verified, and most importantly, of the course load regarding the subject, which may allow the increase of development of skills and competencies (digital literacies) in order to deal with digital platforms.

Keywords: Digital Literacies. Higher Education. Public Relations. Core Curricula. Technology Subjects.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Página principal da base de dados e-MEC 102
Figura 2 – Página para "Consulta Avançada" na base de dados e-MEC 102
Figura 3 – Lista dos cursos de Relações Públicas gerada pelo sistema e-MEC por "Consulta Avançada" 103
Figura 4 – Exemplo de "ficha" com detalhes da Instituição de Ensino Superior registrada no e-MEC 104
Figura 5 – Exemplo de "ficha" de IES registrada no sistema e-MEC com um dos campos sem registro de nota 104
Figura 6 – Página para "Consulta Interativa" na base de dados e-MEC 105
Figura 7 – Lista dos cursos de Relações Públicas gerada pelo sistema e-MEC por "Consulta Interativa" 106
Figura 8 – Exemplo de "ficha" com detalhes sobre CI, IGC e IGC Contínuo da IES 107
Figura 9 – Ligações realizadas para diversas cidades brasileiras para confirmação de dados obtidos por meio do e-MEC 108
Figura 10 – Exemplo de mensagem enviada por e-mail para coordenadores de curso de Relações Públicas 139

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – IES Privadas oferecem mais de 70% dos cursos de Graduação em Relações Públicas no Brasil 113
Gráfico 2 – IES sem fins lucrativos concentram a maior parte dos cursos de RP oferecidos por instituições privadas brasileiras 114
Gráfico 3 – Entre Universidades Públicas, cursos de Graduação em RP concentram-se em IES Federais brasileiras 115
Gráfico 4 – Universidades oferecem mais da metade dos cursos de Graduação em Relações Públicas no Brasil 116
Gráfico 5 – Região Sudeste concentra mais da metade dos cursos de Relações Públicas no Brasil 117
Gráfico 6 – Evolução no número de disciplinas de tecnologia na Graduação em Relações Públicas 204
Gráfico 7 – Evolução no número de disciplinas de tecnologia nos cursos de RP, no Brasil e no exterior, em 2016 213

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Instituições, contatos e confirmação de dados do e-MEC sobre oferta de cursos de RP 109
Quadro 2 – Nomes dos entrevistados e dados referentes às Universidades que os coordenadores de curso representam 139
Quadro 3 – Categorias temáticas para análise de conteúdo 145
Quadro 4 – Disciplinas de tecnologia inseridas nas matrizes curriculares da UFMG em 2013 e em 2016 184
Quadro 5 – Disciplinas de tecnologia inseridas nas matrizes curriculares da Unesp em 2013 e em 2016 186
Quadro 6 – Disciplinas de tecnologia inseridas nas matrizes curriculares da UNISANTOS em 2013 e em 2016 188
Quadro 7 – Disciplinas de tecnologia inseridas nas matrizes curriculares da PUC Minas em 2013 e em 2016 189
Quadro 8 – Disciplinas de tecnologia inseridas nas matrizes curriculares da UAM em 2013 e em 2016 191
Quadro 9 – Disciplinas de tecnologia inseridas nas matrizes curriculares da UFRGS em 2013 e em 2016 194
Quadro 10 – Disciplinas de tecnologia inseridas nas matrizes curriculares da Unisinos em 2013 e em 2016 196
Quadro 11 – Disciplinas de tecnologia inseridas nas matrizes curriculares da PUCRS em 2013 e em 2016 197
Quadro 12 – Disciplinas de tecnologia inseridas nas matrizes curriculares da UNIFACS em 2013 e em 2016 198

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados referentes ao nome, município, ENADE, CPC, CC, CI, IGC e IGC Contínuo das 56 IES brasileiras que oferecem o curso de RP 111
Tabela 2 – Informações sobre as Instituições de Ensino Superior – devidamente cadastradas no MEC – que oferecem curso de Relações Públicas nas regiões Norte e Nordeste 118
Tabela 3 – Informações sobre as Instituições de Ensino Superior – devidamente cadastradas no MEC – que oferecem curso de Relações Públicas nas regiões Centro-Oeste e Sul 119
Tabela 4 – Informações sobre as Instituições de Ensino Superior – devidamente cadastradas no MEC – que oferecem curso de Relações Públicas na região Sudeste 120
Tabela 5 – Divisão entre IES públicas, IES privadas e na categoria "Especial" 124
Tabela 6 – Divisão entre Universidades, Centros Universitários e Faculdades 124
Tabela 7 – Números específicos sobre Universidades 125
Tabela 8 – Números específicos sobre Centros Universitários 125
Tabela 9 – Números específicos sobre Faculdades 126
Tabela 10: Números de disciplinas de tecnologia e tipo de matrizes curriculares das universidades brasileiras em 2016 201
Tabela 11: Aumento no número de disciplinas de tecnologia e na carga horária das matrizes curriculares das melhores universidades brasileiras em 2013 e 2016 203
Tabela 12: Números de disciplinas de tecnologia e tipo de matrizes curriculares das universidades do exterior selecionadas que oferecem cursos de RP em 2016 211
Tabela 13: Números total (obrigatórias + optativas/eletivas) de disciplinas de tecnologia nas matrizes curriculares de universidades brasileiras e do exterior que oferecem cursos de RP em 2016 214

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 – RESOLUÇÃO CNE/CES N° 2, DE 27 DE SETEMBRO DE 2013 (INSTITUI AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES PÚBLICAS)..... 246
ANEXO 2 – DADOS DO E-MEC SOBRE OS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES PÚBLICAS SELECIONADOS PARA A PESQUISA QUALITATIVA ... 252

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A - MATRIZES CURRICULARES DE 11 CURSOS DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES PÚBLICAS DO BRASIL 259
APÊNDICE A1 - MATRIZ CURRICULAR DE RP DA UFMG (2013) 260
APÊNDICE A2 - MATRIZ CURRICULAR DE RP DA UFMG (2016) 264
APÊNDICE A3 - MATRIZ CURRICULAR DE RP DA UNESP (até 2014) 268
APÊNDICE A4 - MATRIZ CURRICULAR DE RP DA UNESP (a partir de 2015) 271
APÊNDICE A5 - MATRIZ CURRICULAR DE RP DA UNISANTOS (2013) 274
APÊNDICE A6 - MATRIZ CURRICULAR DE RP DA UNISANTOS (2016) 278
APÊNDICE A7 - MATRIZ CURRICULAR DE RP DA PUC MINAS (2013) 282
APÊNDICE A8 - MATRIZ CURRICULAR DE RP DA PUC MINAS (2016) 285
APÊNDICE A9 - MATRIZ CURRICULAR DE RP DA USC (2013) 288
APÊNDICE A10 - MATRIZ CURRICULAR DE RP DA USC (2016) 291
APÊNDICE A11 - MATRIZ CURRICULAR DE RP DA UAM (2013) 293
APÊNDICE A12 - MATRIZ CURRICULAR DE RP DA UAM (2016) 295
APÊNDICE A13 - MATRIZ CURRICULAR DE RP DA USP (2013) 298
APÊNDICE A14 - MATRIZ CURRICULAR DE RP DA USP (2016) 300
APÊNDICE A15 - MATRIZ CURRICULAR DE RP DA UFRGS (2013) 302
APÊNDICE A16 - MATRIZ CURRICULAR DE RP DA UFRGS (2016) 309
APÊNDICE A17 - MATRIZ CURRICULAR DE RP DA UNISINOS (2013) 317
APÊNDICE A18 - MATRIZ CURRICULAR DE RP DA UNISINOS (2016) 320
APÊNDICE A19 - MATRIZ CURRICULAR DE RP DA PUCRS (2013) 323
APÊNDICE A20 - MATRIZ CURRICULAR DE RP DA PUCRS (2016) 326
APÊNDICE A21 - MATRIZ CURRICULAR DE RP DA UNIFACS (2013) 329
APÊNDICE A22 - MATRIZ CURRICULAR DE RP DA UNIFACS (2016) 332
APÊNDICE B - MATRIZES CURRICULARES DE 10 UNIVERSIDADES DO EXTERIOR QUE OFERECEM CURSOS DE RELAÇÕES PÚBLICAS 335
APÊNDICE B1 - MATRIZ CURRICULAR DE RP DA MCGILL UNIVERSITY (2016) 336
APÊNDICE B2 - MATRIZ CURRICULAR DE RP DA MONASH UNIVERSITY (2016) 337

APÊNDICE B3 - MATRIZ CURRICULAR DE RP DA UNIVERSITY OF TEXAS AT AUSTIN (2016) 338
APÊNDICE B4 - MATRIZ CURRICULAR DE RP DA PURDUE UNIVERSITY (2016) 340
APÊNDICE B5 - MATRIZ CURRICULAR DE RP DA BOSTON UNIVERSITY (2016) 341
APÊNDICE B6 - MATRIZ CURRICULAR DE RP DA UNIVERSITY OF MARYLAND - COLLEGE PARK (2016) 342
APÊNDICE B7 - MATRIZ CURRICULAR DE RP DA UNIVERSITY OF SOUTHERN CALIFORNIA (2016) 344
APÊNDICE B8 - MATRIZ CURRICULAR DE RP DA THE UNIVERSITY OF PITTSBURGH (2016) 345
APÊNDICE B9 - MATRIZ CURRICULAR DE RP DA MCMASTER UNIVERSITY (2016) 349
APÊNDICE B10 - MATRIZ CURRICULAR DE RP DA MICHIGAN STATE UNIVERSITY (2016) 351
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PESQUISA QUALITATIVA) 352
APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTAS DA PESQUISA QUALITATIVA 353
APÊNDICE E – TRANSCRIÇÃO DAS 10 ENTREVISTAS REALIZADAS COM COORDENADORES DE RP/COMUNICAÇÃO DE UNIVERSIDADES BRASILEIRAS (PESQUISA QUALITATIVA) 356
APÊNDICE E1 – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA DE FÁBIA PEREIRA LIMA (UFMG) 357
APÊNDICE E2 – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA DE ROSEANE ANDRELO (UNESP) 372
APÊNDICE E3 – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA DE LILIAN MATHEUS MARQUES (UNISANTOS) 390
APÊNDICE E4 – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA DE ALÉSSIA FRANCO GONÇALVES (PUC MINAS) 404
APÊNDICE E5 – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA DE LUIZ VICENTE DE LIMA LÁZARO (UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI) 415
APÊNDICE E6 – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA DE VALÉRIA DE SIQUEIRA CASTRO LOPES (USP) 430

APÊNDICE E7 – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA DE HELENICE CARVALHO (UFRGS) 444
APÊNDICE E8 – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA DE ERICA HIWATASHI (UNISINOS) 457
APÊNDICE E9 – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA DE ANA LUISA BASEGGIO (PUCRS) 481
APÊNDICE E10 – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA DE MATEUS SANTANA DOS SANTOS (UNIFACS) 496

LISTA DE SIGLAS

ABRP - Associação Brasileira de Relações Públicas

CC - Conceito de Curso

CONFERP - Conselho Federal de Profissionais de Relações Públicas

CONRERP - Conselho Regional de Profissionais de Relações Públicas

CONJUR-MEC – Consultoria Jurídica junto ao MEC

CPC - Conceito Preliminar de Curso

DCNs - Diretrizes Curriculares Nacionais

ECA-USP - Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

IGC - Índice Geral de Cursos

Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MEC - Ministério da Educação

MIL - *Media and Information Literacy*

PUC Minas - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

RP - Relações Públicas

TICs - Tecnologias da Informação e Comunicação

UAM - Universidade Anhembi Morumbi

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Unesp - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

UNIFACS - Universidade Salvador

UNISANTOS - Universidade Católica de Santos

Unisinos - Universidade do Vale do Rio dos Sinos

USC - Universidade do Sagrado Coração

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 25

1 RELAÇÕES PÚBLICAS E ENSINO SUPERIOR: ORIGEM, EVOLUÇÃO E QUESTIONAMENTOS ATUAIS 36

1.1 Universidades no Brasil e no mundo: importância, controvérsias e reflexos no Ensino Superior 37

1.2 Conceito de Relações Públicas: concisão e clareza como facilitadores do entendimento público 40

1.3 História do Ensino Superior em Relações Públicas: fatos marcantes, reconhecimento, regulamentação e disseminação dos cursos universitários 44

1.3.1 O início de RP no Brasil e no mundo: de "O público que se dane" para "O público deve ser informado" 46

1.3.2 Décadas de 30 e 40: novas oportunidades acadêmicas 46

1.3.3 Década de 50: propagação de cursos livres e formalização da área 48

1.3.4 Década de 60: legislação específica e criação do primeiro curso universitário de RP do Brasil 51

1.3.4.1 Questões curriculares *Versus* Mercado: pesquisadores/profissionais multifacetados ou especialistas? 54

1.3.5 Conselho Federal de Profissionais de Relações Públicas: marco da década de 70 56

1.3.6 Década de 80: amadurecimento acadêmico na área de RP 58

1.3.6.1 1984 – Diretrizes Curriculares: mudanças, avaliações e opiniões 59

1.3.7 Desregulamentação da profissão e obrigatoriedade do diploma: polêmicas, discussões e indefinições iniciadas na década de 90 61

1.3.7.1 Mudanças, conquistas e questionamentos atuais 63

1.3.8 Ano de 2013: o impacto das TICs nas novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Relações Públicas 65

2 ESTRUTURA TECNOLÓGICA E LITERACIAS DIGITAIS: DESAFIOS E OPORTUNIDADES 70

2.1 Estrutura tecnológica: evolução constante e apropriação facilitada 71

2.2 Troca de informações: redução de tempo, distância e custos associados no intercâmbio de conteúdos 74

2.3 *Prosumer*: terminologia, definição e importância no ambiente digital 79
2.4 "Cultura participatória" e criações coletivas: mudanças enfrentadas por futuros pesquisadores e profissionais 81
2.5 A importância das literacias digitais diante da disseminação do uso de plataformas digitais 85
2.5.1 Terminologia 87
2.5.2 Definição 89

3 MAPEAMENTO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES PÚBLICAS DO BRASIL 101
3.1 Coleta, armazenamento e confirmação de dados do portal oficial do MEC 101
3.1.1 Coleta de dados por "Consulta Avançada" (e-MEC) 102
3.1.2 Coleta de dados por "Consulta Interativa" (e-MEC) 105
3.1.3 Armazenamento de dados das fichas de cada IES 107
3.1.4 Confirmação dos dados coletados no e-MEC 107
3.2 Cenário atual do Ensino Superior em Relações Públicas no Brasil 110
3.2.1 Análise dos dados compilados das IES brasileiras que oferecem o curso de Relações Públicas 113
3.2.1.1 Divisão entre IES públicas e privadas 113
3.2.1.1.1 Instituições de Ensino Superior privadas com e sem fins lucrativos ... 114
3.2.1.1.2 Universidades Públicas Federais e Estaduais 114
3.2.1.2 Organização Administrativa: Universidades, Centros Universitários e Faculdades 115
3.2.1.3 Regiões brasileiras 116
3.2.1.3.1 Análise específica por região 121
3.2.1.3.1.1 Sudeste 121
3.2.1.3.1.2 Sul 122
3.2.1.3.1.3 Nordeste 122
3.2.1.3.1.4 Centro-Oeste 123
3.2.1.3.1.5 Norte 123
3.2.1.3.2 Análise das cinco regiões brasileiras 123
3.2.1.4 Notas atribuídas às IES e aos cursos brasileiros 127
3.2.1.4.1 Conceito Preliminar de Curso (CPC) e Conceito de Curso (CC) 127
3.2.1.4.1.1 CPC e CC: Organização Acadêmica 127

3.2.1.4.1.2 CPC e CC: Regiões brasileiras 128
3.2.1.4.2 Índice Geral de Cursos (IGC) 129
3.2.1.4.2.1 IGC: Organização Acadêmica 129
3.2.1.4.2.2 IGC: Regiões brasileiras 130

4 PESQUISA QUALITATIVA COM COORDENADORES DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM RP DO BRASIL 133
4.1 Problema 133
4.2 Objetivos 134
4.3 Amostra 134
4.3.1 Critérios para seleção dos entrevistados (IES) 135
4.3.1.1 Critério: Categoria Administrativa 135
4.3.1.2 Critério: distribuição por regiões brasileiras 135
4.3.1.3 Critério: Organização Acadêmica 135
4.3.1.4 Critério: Índice Geral de Cursos (IGC) e IGC Contínuo 136
4.3.2 Aplicação dos critérios para definição dos cursos 137
4.3.2.1 Contato com os coordenadores e definição final da amostra 138
4.4 Coleta de dados 140
4.5 Análise e interpretação dos dados: análise de conteúdo 140
4.5.1 Pré-análise: aplicação da entrevista e leitura flutuante 142
4.5.2 Exploração do material: análise categorial temática 144
4.5.3 Tratamento dos resultados 146
4.5.3.1 Perfil dos coordenadores e suas principais atividades 146
4.5.3.2 Estrutura Organizacional: Coordenação dos cursos de RP 149
4.5.3.3 Presença de disciplinas de tecnologia na matriz curricular 154
4.5.3.3.1 Necessidade de disciplinas de tecnologia 156
4.5.3.3.2 Conteúdo das disciplinas de tecnologia 157
4.5.3.4 Influência das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) 160
4.5.3.4.1 Flexibilidade *Versus* Engessamento nas matrizes curriculares 160
4.5.3.4.2 Obrigatoriedade de adequação das matrizes curriculares às DCNS 165
4.5.3.4.3 DCNs como estopim para alterações nas matrizes curriculares 167
4.5.3.4.4 Vigência de matrizes curriculares após DCNs 170
4.5.3.5 Infraestrutura de tecnologia disponível nos cursos de RP 171
4.5.3.6 Relação entre universidades e egressos 173

5 EVOLUÇÃO NO NÚMERO DE DISCIPLINAS DE TECNOLOGIA NAS MATRIZES CURRICULARES DOS CURSOS DE RELAÇÕES PÚBLICAS 179
5.1 Pesquisa documental: evolução no número de disciplinas de tecnologia na carga horária das matrizes curriculares dos cursos de RP (entre 2013 e 2016)..... 179
5.1.1 Objetivo..... 180
5.1.2 Obtenção do material 181
5.1.3 Tratamento dos dados: análise das matrizes curriculares dos cursos de Graduação em RP das universidades brasileiras selecionadas..... 181
5.1.3.1 Análise individual por universidade: disciplinas de tecnologia nas matrizes curriculares..... 182
5.1.3.1.1 Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)..... 183
5.1.3.1.2 Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp) ... 185
5.1.3.1.3 Universidade Católica de Santos (UNISANTOS) 187
5.1.3.1.4 Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) 189
5.1.3.1.5 Universidade Anhembi Morumbi (UAM) 191
5.1.3.1.6 Universidade de São Paulo (USP) 192
5.1.3.1.7 Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)..... 193
5.1.3.1.8 Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) 195
5.1.3.1.9 Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) 196
5.1.3.1.10 Universidade Salvador (UNIFACS) 198
5.1.3.2 Análise das 10 matrizes curriculares brasileiras: evolução entre os anos de 2013 e 2016 199
5.1.4 Análise de matrizes curriculares das 10 melhores universidades do exterior que oferecem curso de Relações Públicas..... 205
5.1.5 Avaliação entre matrizes curriculares de RP do Brasil e do exterior..... 211
5.1.6 Literacias digitais na Graduação em Relações Públicas de cursos brasileiros.... 215

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 219

REFERÊNCIAS..... 229

ANEXOS..... 245

APÊNDICES 258

Introdução

INTRODUÇÃO

As universidades, as empresas e a atividade de Relações Públicas – assim como as demais áreas e, em especial, as de Comunicação – sofrem o impacto das inovações tecnológicas e, cada vez mais, precisam se adaptar a uma nova realidade.

Com o advento da Internet, a disseminação de informações passa a ser cada vez mais frequente, por múltiplos caminhos, o que faz empresas e Instituições de Ensino Superior (IES) iniciarem processos de adaptação ao novo contexto tecnológico. O ensino a distância oferecido por universidades e a utilização mais frequente de plataformas digitais[1] e serviços de articulação de redes sociais pelo mercado acentuam essa conjuntura.

Dessa conjuntura, surge com mais força o *prosumer*[2], indivíduo que deixa de ser apenas um consumidor de conteúdo e torna-se, também, um produtor e disseminador de mensagens, fortalecendo o compartilhamento por meio da Web. Na visão de Don Tapscott e Anthony D. Williams (2007) identifica-se, inclusive, que esse tipo de pessoa utiliza a Web com capacidade para modificar, de modo criativo e não linear, as práticas de produção e de Comunicação:

> Os usuários mais avançados, na realidade, não aguardam por um convite para transformar um produto em uma plataforma para as suas próprias inovações. Eles simplesmente organizam suas próprias comunidades de *prosumers* on-line, em que compartilham informações relacionadas ao produto, colaboram em projetos customizados, envolvem-se no comércio e trocam dicas, ferramentas e partes de produtos. (TAPSCOTT; WILLIAMS, 2007, p. 159)

De acordo com Paul Gilster (1997), agora que os *softwares* são apropriados cada vez mais facilmente e há uma padronização básica do *hardware*, é uma questão de necessidade

---

[1] Em determinados momentos, especialmente ao fazer uma referência histórica, utilizou-se a expressão "Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs)". Porém, em grande parte da Tese, principalmente ao referir-se ao contexto tecnológico atual, optou-se por utilizar o termo "plataformas digitais" como um catalisador das atividades realizadas na Web. Nesse sentido, Daniela Graça e Lídia Oliveira (2014, p. 171) destacam a importância "do uso das plataformas digitais como meio de exercício de uma cidadania plena". Ou seja, indicam que "na sociedade contemporânea, os consumos de informação e a interação comunicacional passaram a ter uma quase obrigatoriedade de mediação realizada por plataformas digitais. Essa mediação traz novos desafios quanto à necessidade de desenvolvimento de novas literacias para que se possa usufruir das potencialidades que as novas ambiências trazem quer ao nível do acesso à informação, seleção e gestão da informação, geração de nova informação, quer ao nível comunicacional, do estabelecimento de comunicação à criação e manutenção dos laços sociais, passando pela construção de conhecimento baseado na partilha e na cooperação, e finalizando na capacidade metacomunicacional de avaliar o próprio processo" (GRAÇA; OLIVEIRA, 2014, p. 171).

[2] *Prosumer* é a aglutinação das palavras producer + consumer (em português, produtor e consumidor, respectivamente). Sua definição e histórico podem ser encontrados no segundo capítulo desta Tese.

abandonar a postura mais passiva e mudar o comportamento em busca de informações de qualidade, geralmente disponíveis na rede.

Nesse sentido, com pessoas comuns tornando-se fonte de informação e publicando suas insatisfações com acesso global, criam-se novos desafios para organizações[3] e, como consequência, para os profissionais da área de Comunicação, que são formados em Instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil.

Diante desse contexto, os relações-públicas – responsáveis pela harmonização de expectativas entre públicos e organizações – sentem-se desafiados a estabelecer maneiras inovadoras de promover o relacionamento. Se no período pré-internet, de modo geral, o detentor da informação era o profissional de Comunicação responsável por mensagens institucionais, que, por sua vez, eram pouco contestadas em jornais e comunicados oficiais, agora passam a se valorizar algumas fontes informais (sem que tenham necessariamente formação oficial em determinado assunto) e, em especial, opiniões de "consumidores" insatisfeitos, que se manifestam espontaneamente, por múltiplos caminhos e em âmbito global. De acordo com Maria Aparecida Ferrari e Carmen Valéria de Andrade Barreto (2014, p. 21), "o cenário atual de profundas transformações impacta diretamente as organizações, que estão perdendo a centralidade diante de públicos opinativos e atuantes, que mobilizam as recentes redes sociais e os espaços públicos".

Segundo Carolina Frazon Terra (2011a, 2011b), nessa comunicação de mão dupla intensifica-se a interação, participação e colaboração de vozes diversas que, até então, pouco se relacionavam. O profissional de Relações Públicas precisa, portanto, tentar fazer a comunicação da organização contemplar diversas mídias, além de dividir espaço com usuários comuns, que possuem voz mais paritária ao participarem da rede. Segundo Joseph Straubhaar, Robert LaRose e Lucinda Davenport (2010, p. 310), no ambiente tecnológico atual e, em especial, com o aumento contínuo do uso de mídias sociais, notícias se disseminam de modo acelerado, o que exige conhecimento tecnológico e tempo de reação quase imediatos dos profissionais de RP.

Esse cenário desafiador, que impacta não apenas empresas, como Instituições de Ensino Superior (IES) e a própria atividade de Relações Públicas pode render, todavia, boas oportunidades para um processo de diálogo contínuo com os públicos de interesse, em uma

---

[3] Margarida Maria Krohling Kunsch (2003, p. 23) indica que: "Quando se procura definir e conceituar as organizações, dois aspectos são amplamente trabalhados pela maioria dos autores: o ato e efeito de 'organizar', que é uma das funções da administração; e o uso do termo 'organização', como expressão de um agrupamento planejado de pessoas que desempenham funções e trabalham conjuntamente para atingir objetivos comuns".

direção mais colaborativa, desde que possuam um conjunto de habilidades e competências (literacias digitais) para a apropriação das máquinas computacionais e o uso de plataformas digitais.

Mais do que a simples aquisição de habilidades descontextualizadas, Brasilina Passarelli e Antonio Hélio Junqueira (2012, p. 38) ressaltam que os processos de conhecimento e desenvolvimento das literacias digitais precisam ser entendidos como vivências e experimentações que permitem "conduzir os indivíduos a novas possibilidades de desenvolvimento, emancipação, autonomia educativa e protagonismo pessoal, bem como a novas formas de cidadania, atuação e participação social".

Pode-se dizer que, diante desse contexto, a inquietação para o desenvolvimento desta Tese surge, de certo modo, por pesquisas desenvolvidas por mim, ainda no decorrer do Mestrado, além de resultados divulgados por consultorias especializadas. Como exemplo, pode-se mencionar a pesquisa "Mídias sociais nas empresas: O relacionamento *online* com o mercado", realizada pela auditoria e consultoria DELOITTE (2010), que teve a participação de 302 organizações (de diversos setores, localidades e portes), em que se demonstrou que 73% das atividades das empresas na Web são administradas pela área de Marketing, seguida pelo Departamento de Tecnologia da Informação e pelo departamento de Vendas. Só em quarto lugar aparece a área de Relações Públicas, com apenas 12% das iniciativas.

Outra pesquisa quantitativa, esta realizada por mim, durante o Mestrado, e apresentada no livro "Relações públicas, mercado e redes sociais" (2014), indica que 78,1% das maiores empresas brasileiras investem em Comunicação Digital[4] com o propósito de fortalecer o relacionamento com públicos de interesse. Em contrapartida, dos entrevistados, apenas 13,3% dos colaboradores das empresas são graduados em Relações Públicas (RP), teoricamente um profissional formado para esta atividade.[5]

Caberia o questionamento se o único motivo da baixa inserção no mercado de Comunicação Digital seria realmente a ausência de literacias digitais por profissionais de RP. Vale salientar que realmente esta não é a única razão para relações-públicas terem uma participação pouco expressiva: a cultura de contratar colaboradores com a mesma formação

---

[4] Segundo Carolina Frazon Terra (2011b, p. 263-264): "A comunicação digital [...] é a expressão comunicacional derivada da internet ou da comunicação móvel como plataformas de veiculação".

[5] A pesquisa quantitativa teve como base o *ranking* das *1000 Melhores e Maiores empresas do Brasil*, divulgado anualmente pela Revista Exame. Os objetivos da pesquisa foram: traçar o perfil dos profissionais que articulam redes sociais e identificar as principais características e metas das 252 empresas consultadas em que os profissionais estão inseridos.

do fundador da empresa; o número de formandos de outras áreas (jornalismo, por exemplo) anualmente ser maior que em Relações Públicas; e outros fatores.

No entanto, o recorte adotado baseia-se não apenas nas cada vez mais frequentes inovações tecnológicas, mas, em especial, em uma pesquisa qualitativa realizada para a Dissertação de Mestrado "Premissas deontológicas de Relações Públicas e exigências do mercado: relacionamento entre grandes empresas e *stakeholders* por meio de redes sociais conectadas" (2012).

Em entrevistas em profundidade com representantes (diretores, gerentes ou coordenadores) de seis das maiores Agências de Comunicação brasileiras no período (CDN, Edelman Significa, FSB, Grupo Máquina PR, Grupo TV1 e In Press Porter Novelli), de modo geral, os entrevistados destacaram que uma das principais características exigidas por grandes empresas (lidar adequadamente com as plataformas digitais) ainda não é percebida nos estudantes e profissionais de RP. Ou seja, naquele momento (2012), identificava-se uma defasagem na formação de profissionais e pesquisadores de Relações Públicas.

Um dos entrevistados, Eduardo Gomes Vasques (2012, p. 253), coordenador de Mídias Sociais do Grupo TV1, por exemplo, afirmou: "O problema que existe hoje, é que ou a pessoa entende muito de tecnologia e pouco de comunicação ou entende muito de comunicação e pouco de tecnologia. É muito difícil achar alguém que consiga unir esses dois tipos de conhecimento".

Cynthia Polzer (2012, p. 289), Gerente de Mídias Sociais da FSB, outra entrevistada, reforçou essa ideia ao afirmar que "os profissionais de comunicação precisam ter pelo menos uma noção de como funciona o processo que envolve o desenvolvimento tecnológico". E complementou: "Não é necessário saber executar, programar com perfeição, mas entender a lógica do processo para poder dimensionar prazo, preço e pessoas necessárias para a realização da atividade".

Apesar de destacar essas exigências das grandes empresas, é válido ressaltar que este trabalho não cria uma relação de dependência permanente entre os interesses do mercado e o conteúdo que será disseminado por Instituições de Ensino Superior. Não faz parte dos objetivos, portanto, aplicar uma visão puramente utilitarista, tecnicista, pragmática e voltada apenas para o ambiente corporativo. Porém, não se ignora a ideia de que a relação entre universidades e empresas pode render desafios e contribuições mútuas.

Nesse sentido, ao transportar essa realidade para o contexto histórico do Ensino Superior de RP, percebe-se que desde que o primeiro curso universitário regular de Relações Públicas do Brasil foi disponibilizado pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade

de São Paulo, respaldado pela Lei N° 5.377, de 11 de dezembro de 1967, e, posteriormente, pelo Decreto N° 63.283, de 26 de setembro de 1968, diversos Pareceres e Resoluções foram estabelecidos e contribuíram para reformas curriculares da área (FRANÇA, 2003; BALDISSERA; SÓLIO, 2008; MARQUES DE MELO, 2008).

As mais importantes iniciaram-se a partir de 1984, intensificaram na década de 1990 e se estabeleceram mais fortemente em 2002, com o Parecer nº. 492, do Conselho Nacional de Educação/MEC, "que aprovou as Diretrizes Curriculares da Área de Comunicação Social e suas Habilitações, que foram homologadas pela Resolução nº. 16, do CNE, em 2002" (MOURA, 2008, p. 693).

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do Curso de Relações Públicas mais recentes (ver Anexo 1) foram publicadas no Diário Oficial da União do dia 1° de outubro de 2013,[6] após aprovação do parecer CNE/CES n° 85/2013, de 14 de março de 2013, da Câmara de Educação Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE)[7] e homologação pelo Ministério da Educação (MEC), em 27 de setembro de 2013.[8]

Segundo Margarida Maria Krohling Kunsch (2006, p. 48), de modo geral, as Diretrizes Curriculares servem para oferecer os caminhos mais indicados a serem seguidos por Instituições de Ensino Superior no que se refere à formação de profissionais da área, além de possuir dois objetivos principais:

> a) flexibilizar a estruturação dos cursos, tanto para atender a variedades de circunstâncias geográficas, político-sociais e acadêmicas, como para se ajustar ao dinamismo da área e viabilizar o surgimento de propostas pedagógicas inovadoras e eficientes; b) estabelecer orientações para a obtenção de padrão de qualidade na formação oferecida.

A partir desse cenário, ao buscar enquadrar a Tese no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM) da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), percebe-se que um dos objetivos da Área de Concentração

---

[6] Diário Oficial da União (DOU) – 01 de outubro de 2013. Página 28, Seção 1. [2013]. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/59746003/dou-secao-1-01-10-2013-pg-28>. Acesso em: 29 jan. 2015.

[7] Fórum Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação de Relações Públicas. [2013]. Disponível em: <http://www.conferp.org.br/?p=4737>. Acesso em: 28 jan. 2015.

[8] Ministério da Educação (MEC)/Conselho Nacional de Educação (CNE)/Câmara de Educação Superior (CES) – Resolução N° 2, de 27 de setembro de 2013, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Graduação em Relações Públicas. [2013]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=14243&Itemid=>. Acesso em: 12 jan. 2015.

“Interfaces Sociais da Comunicação” é relacionar Comunicação e Educação, nome recebido, inclusive, por uma de suas três Linhas de Pesquisa.

O presente trabalho está inserido na Linha de Pesquisa “Comunicação e Educação”, uma vez que esta tem entre seus propósitos a reflexão sobre práticas educativas formais e a relação entre tecnologia e sistemas de ensino. Esta Tese está inextricavelmente ligada às premissas mencionadas, uma vez que trata da relação entre RP, curso inserido na área de Comunicação, e Ensino Superior, que se relaciona diretamente com a Educação, além de abordar as tecnologias, especialmente por meio das literacias digitais.

Acredita-se, nesse sentido, que Instituições de Ensino Superior, até por serem responsáveis pelo desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo[9], caracterizem-se por ambientes propícios para analisar diversas questões que envolvem a relação entre tecnologia e RP. Por isso, ao levar em consideração o contexto apresentado e um ambiente influenciado por novas tecnologias, foi definido o seguinte problema de pesquisa para esta Tese de Doutorado: “Entre 2013 (ano da oficialização das novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Relações Públicas) e 2016 (ano em que o tempo de adaptação das matrizes às diretrizes se encerrou), as matrizes curriculares[10] dos cursos de Graduação em Relações Públicas oferecidas por universidades brasileiras foram alteradas para ampliar o número de disciplinas de tecnologia[11] e permitir a ampliação de possibilidades para o desenvolvimento de habilidades e competências (literacias digitais) para lidar com plataformas digitais?”.

Diante do problema de pesquisa apresentado, acredita-se, como hipótese, que, a partir da publicação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Relações Públicas (2013), as universidades brasileiras que oferecem curso de Graduação em RP, de modo geral, tendem a aumentar sua atenção às mudanças provocadas pelas inovações tecnológicas e, até

---

[9] De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n° 9.394/1996, o “Ensino Superior” (tratado na LDB como “Educação Superior”) tem por finalidade: desenvolver o pensamento reflexivo; formar diplomados aptos para a inserção em setores profissionais; incentivar a investigação científica para o desenvolvimento da ciência e tecnologia; promover divulgação de conhecimentos científicos, culturais e técnicos; possibilitar o aperfeiçoamento cultural e profissional; estimular o conhecimento dos problemas do mundo; e promover a extensão, especialmente com o intuito de difundir os benefícios gerados pelas pesquisas científicas geradas nas instituições (LDB, 1996, Art. 43).

[10] Determinados *sites* de universidades brasileiras ainda utilizam a expressão “grade curricular” ao se referirem às disciplinas disponíveis ao aluno durante a Graduação. No entanto, pela recorrência do uso da expressão “matriz curricular” e pela ideia de que o termo permite uma ideia de flexibilidade maior à formação do estudante, optou-se pelo uso da expressão “matriz curricular” no decorrer da Tese.

[11] No trabalho, serão denominadas “disciplinas de tecnologia” aquelas que estão na matriz curricular de Instituições de Ensino Superior e tratam de assuntos ligados à Web ou de tecnologias posteriores ao surgimento do computador pessoal que tenham possibilidade de acesso à Internet. Ou seja, neste recorte, foram desconsideradas tecnologias precedentes ao computador, como rádio, fotografia, televisão, entre outras.

2016 (ano de encerramento do tempo disponível para adaptação das matrizes às diretrizes), ampliar o número de disciplinas relacionadas à tecnologia em suas matrizes curriculares.

Ao tomar como base a hipótese mencionada e o contexto apresentado anteriormente, decidiu-se analisar estudos que fizessem a relação entre três pilares: Relações Públicas, Educação e Tecnologia. O que foi constatado, especialmente após visitar bibliotecas e examinar bancos de Teses e Dissertações em diversas universidades, é que a quantidade de estudos que envolvam os três componentes supracitados tem aumentado, mas ainda é, de certo modo, incipiente.

Carolina Frazon Terra (2008, 2010, 2011a, 2011b) e José Benedito Pinho (2003) abordam a relação entre RP e Internet, majoritariamente aplicadas às empresas. Cristina Mello e Flavia Galindo (2009), ainda com uma perspectiva organizacional, tratam da possibilidade de aplicação da transdisciplinaridade na Comunicação e relacionam o tema com a Web, mas não se referem especificamente à educação dos graduandos.

Marlis Morosini Polidori (2000) avalia as características do Ensino Superior e, de certo modo, trata da Comunicação, mas não faz relação direta com RP. Cláudia Peixoto de Moura (2008), além de Rutelena de Lacerda Simas e Helder Gomes da Costa (2008), por sua vez, apresentam uma trajetória história do Ensino Superior em Relações Públicas e versam sobre as atividades de RP em IES, mas não mencionam a questão da tecnologia.

Pelos estudos expostos acima, percebe-se que o elo entre Educação, Relações Públicas e Tecnologia não é frequentemente abordado, de maneira simultânea. Assim, de acordo com Simone Antoniaci Tuzzo e Tiago Mainieri (2011, p. 250), como passou a ocorrer mais recentemente com a Comunicação Organizacional: “A inserção dessas áreas em linhas de pesquisa nos programas de Pós-Graduação em Comunicação é um passo na consolidação desses estudos”. A inserção do presente trabalho na linha de pesquisa “Comunicação e Educação” do PPGCOM/ECA-USP, busca contribuir com esse processo de consolidação dos estudos que tratem do Ensino Superior em Relações Públicas.

A justificativa do projeto quanto à relevância e originalidade se dá, portanto, devido à necessidade de reflexões mais intensas a respeito da tríade: Educação (Ensino Superior), Comunicação (Relações Públicas) e Tecnologia (Literacias Digitais). Além disso, o ineditismo se dá pela própria impossibilidade de se realizar um estudo anterior a respeito das mudanças nas matrizes curriculares, uma vez que as DCNs entraram em vigor em 2013 e tinham como premissa a adequação das matrizes das IES do Brasil até 2016, período que coincide com o desenvolvimento desta Tese de Doutorado.

Diante de todo o cenário apresentado, foi estabelecido como objetivo geral avaliar se universidades brasileiras aumentaram a carga horária e o número de disciplinas de tecnologia nas matrizes curriculares de seus cursos de Graduação em Relações Públicas, especialmente após a publicação das DCNs (Diretrizes Curriculares Nacionais) de 2013.

Além disso, com os objetivos específicos, pretende-se: mapear todos os cursos de Graduação em Relações Públicas oferecidos no Brasil; apresentar informações sobre a distribuição de cursos de RP por regiões, Organização Acadêmica (Universidade, Centros Universitários e Faculdades), Categoria Administrativa (Públicas Federais, Públicas Estaduais, Privadas com fins lucrativos e Privadas sem fins lucrativos) e conceitos obtidos em avaliações do Ministério da Educação (MEC); e analisar a quantidade de disciplinas de tecnologia oferecida por 10 das melhores Instituições de Ensino Superior do exterior que oferecem curso de RP.

Para alcançar os objetivos supracitados, foi desenvolvida uma estrutura que, além da introdução e das considerações finais, é composta por cinco capítulos: “Relações Públicas e Ensino Superior: origem, evolução e questionamentos atuais”; “Estrutura tecnológica e literacias digitais: desafios e oportunidades”; “Mapeamento dos cursos de Graduação em Relações Públicas do Brasil”; “Pesquisa qualitativa com coordenadores de curso de Graduação em RP do Brasil”; e “Evolução no número de disciplinas de tecnologia nas matrizes curriculares dos cursos de RP”.

Os dois primeiros capítulos da Tese apresentam, por meio de revisão de literatura, o estado da arte do “Ensino Superior em Relações Públicas" e das “literacias digitais”. A evolução, os principais conceitos e os desafios atuais são alguns dos tópicos abordados nos capítulos.

Ao levar em consideração a ordem cronológica dos fatos, apresenta-se, em primeiro lugar (Capítulo 1), a trajetória histórica das universidades e do campo de Relações Públicas no Brasil e no mundo. Expõe-se o desenvolvimento e a regulamentação do Ensino Superior em Relações Públicas no Brasil, além da influência das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) nesse processo. Mantendo a linha de observação da trajetória histórica para projetar o futuro, tratar-se-ão das possibilidades disponíveis para que graduados atuem na área, principalmente envolvendo tecnologia. Para desenvolver os temas, serão utilizados como referenciais teóricos os autores: Backer Ribeiro Fernandes (2011), Cláudia Peixoto de Moura (2008), Luiz Alberto de Farias (2009) e Margarida Maria Krohling Kunsch (1997, 2006).

No segundo capítulo, retrata-se como o advento das plataformas digitais alterou o cenário em que estudantes serão inseridos após a sua formação, seja na pesquisa ou no

mercado. Nas palavras de Brasilina Passarelli, Armando Malheiro da Silva e Fernando Ramos (2014, p. 16): “Desvendar, interpretar e compreender o conjunto desses fenômenos do universo da informação e da comunicação no mundo digital, no momento mesmo em que surgem, se estabelecem e se desenvolvem, é o desafio que se impõe hoje [...]”. Também são apontadas a definição de literacias digitais, sua importância no atual contexto tecnológico e os elementos fundamentais da estrutura de rede que compõem o ambiente digital em que profissionais e pesquisadores serão inseridos após o Ensino Superior, tomando como base os seguintes autores: Alexander Galloway (2004), Brasilina Passarelli (2008a, 2008b, 2010, 2011), David Bawden (2001, 2008), Lev Manovich (2008), Manuel Castells (2009), Megan Poore (2009), Nelson Vieira (2008), Yochai Benkler (2006), Yoram Eshet-Alkalai (2004), além de Tim Berners-Lee e Mark Fischetti (2000). O cenário tecnológico apresentado tem o intuito de facilitar a identificação de possibilidades de atuação e pesquisa em Relações Públicas, além de criar uma ponte para a execução das pesquisas dos capítulos seguintes. Para isso, os principais referenciais utilizados serão: Carolina Frazon Terra (2010), Jim Macnamara (2010) e José Benedito Pinho (2003).

O capítulo 3, por sua vez, apresenta um mapeamento completo dos cursos de Graduação em Relações Públicas oferecidos por Instituições de Ensino Superior no Brasil, baseado em informações coletadas na base de dados e-MEC, do portal oficial do Ministério da Educação (MEC).

A proposta do Capítulo 4 recai sobre o desenvolvimento de uma pesquisa qualitativa com os coordenadores de 10 universidades brasileiras que oferecem curso de Relações Públicas. Para informar o motivo pela escolha desse tipo de pesquisa e para nortear o desenvolvimento do roteiro semiestruturado de entrevistas foram utilizados como referência: Antonio Carlos Gil (2002), Antônio Joaquim Severino (2016), Jorge Duarte (2014), Maria Cecília de Souza Minayo (2002) e Mirian Goldenberg (2004). Além disso, são apresentados: os procedimentos adotados para a seleção das Instituições de Ensino Superior; os objetivos da pesquisa; e a análise de conteúdo, baseada na proposta de Laurence Bardin (2016).

Por fim, no capítulo 5, apresenta-se: análise das matrizes curriculares de 10 universidades brasileiras que oferecem curso de Graduação em Relações Públicas no Brasil; critérios para seleção de 10 das melhores IES do exterior que oferecem curso de RP; análise das matrizes curriculares das 10 universidades do exterior selecionadas, com destaque para o *QS World University Rankings® 2015/16*; e avaliação entre o número de disciplinas de tecnologia entre Instituições de Ensino Superior do Brasil e do exterior.

Apesar da comparação entre matrizes curriculares nacionais e do exterior, proposta no capítulo 5, é válido ressaltar que o trabalho é focado em universidades brasileiras, como o próprio título da Tese de Doutorado indica. A avaliação entre IES brasileiras e IES do exterior – restrita a duas seções do capítulo final do trabalho, que, em grande medida, ocorre por sugestão de acadêmicos de diversos Congressos e eventos (Abrapcorp, Comunicon, Seminário Internacional da Comunicação da PUCRS, Jornadas Discentes da USP, entre outros) frequentados no decorrer dos quatro anos de elaboração desta Tese – tem apenas o intuito de fornecer informações das matrizes adotadas em outros países. Uma análise detalhada de cada uma das IES do exterior selecionadas demandaria um novo recorte, em que pudessem ser avaliados: cultura do país; formação inicial dos estudantes antes do ingresso no Ensino Superior; tempo que cada país define como necessário para concluir a Graduação em Relações Públicas; entre outras características.

Diante desses esclarecimentos e da descrição dos capítulos supracitados, com seus respectivos procedimentos metodológicos, indica-se que o recorte adotado refere-se prioritariamente a dois dos principais atores do Ensino Superior: as IES brasileiras, representadas por suas matrizes curriculares; e o corpo docente, retratado pelos coordenadores de curso, que também lecionam nas Instituições que representam. Entende-se que o mercado, outro ator importante na relação[12], já foi contemplado na Dissertação de Mestrado (2012) e não será avaliado nesta Tese, também para manter um recorte que possua afinidade com a linha de pesquisa de "Comunicação e Educação" do PPGCOM/ECA-USP.

Espera-se que esse recorte propicie ao leitor a visualização de um aumento claro no número de disciplinas de tecnologia e, em especial, na carga horária relacionada ao tema oferecida por universidades brasileiras em suas matrizes curriculares dos cursos de Relações Públicas, o que, pelas entrevistas dos coordenadores, demonstra uma preocupação cada vez maior de formar futuros pesquisadores e profissionais que saibam lidar com as plataformas digitais.

Boa leitura!

---

[12] Muitos coordenadores entrevistados fazem referência ao mercado de trabalho em suas respostas.

Capítulo 1

Relações Públicas e Ensino Superior:

Origem, evolução e questionamentos atuais

1 RELAÇÕES PÚBLICAS E ENSINO SUPERIOR: ORIGEM, EVOLUÇÃO E QUESTIONAMENTOS ATUAIS

Em um momento de valorização da instantaneidade, do momento, e em que quase tudo é descartável, banaliza-se, em muitas oportunidades, a importância da história. Na contramão dessa tendência, procurou-se realizar, neste primeiro capítulo, por meio de três grandes seções (1.1, 1.2 e 1.3), um resgate histórico de fatos marcantes do Ensino Superior no Brasil e no mundo, assim como do campo[13] de Relações Públicas, com o intuito de complementar o entendimento do seu conceito, ainda pouco difundido ou controverso no país, uma vez que:

> O estudo da História nos permite conhecer o passado, saber como os homens, em culturas diferentes, portanto com outros meios, lutaram por seus valores. Permite-nos, também, avaliar e interpretar como ocorreram as transformações do homem no seu relacionamento com o mundo, no processo de construção das sociedades. (BACCEGA, 1997, p. 9)

A primeira seção (1.1) apresenta fatos que contribuíram para a chegada “tardia” das universidades no Brasil e alguns possíveis reflexos desse atraso no Ensino Superior nacional dos dias de hoje. Para isso, livros e artigos de José Marques de Melo (1986), Luiz Antonio Cunha (1980) e Paulo Nassar (2014) foram utilizados como referência.

A segunda seção (1.2), apoiada em obras de autores como Cleusa Maria Andrade Scroferneker (2008), Fábio França (2003), Joseph Straubhaar, Robert LaRose e Lucinda Davenport (2010), Lee Edwards (2012), Margarida Maria Krohling Kunsch (2003) e Valéria de Siqueira Castro Lopes (2005), tentou-se expor o conceito de Relações Públicas de modo conciso, demonstrando sua forte ligação com o ambiente corporativo – em especial no

---

[13] De acordo com o Dicionário da Comunicação, organizado por Ciro Marcondes Filho (2006), o termo “campo social”, redigido na publicação por Cláudia Lago (2006, p. 51-52) diz respeito, "juntamente com o conceito de *habitus* e a reflexão sobre o poder simbólico, parte da tríade montada pelo sociólogo Pierre Bourdieu para ultrapassar tanto teorias que apreendem os fenômenos sociais enfocando um sujeito repleto de livre-arbítrio quanto teorias que resumem as explicações dos fenômenos ao poder estruturante da sociedade. [...] O campo social é um arcabouço teórico capaz de orientar uma prática de pesquisa, uma construção teórica que municia o pesquisador para explicar as relações estabelecidas dentro de um espaço social. [...] E pressupõe também a presença de agentes munidos de *habitus* específicos, que reconheçam as regras de pertencimento ao campo, dispostos a jogar de acordo com as regras estabelecidas internamente ao campo. [...] É crucial para a autonomia do campo a presença de um corpo de agentes dispostos a defender as regras estabelecidas internamente ao campo (que são percebidas como naturais e essenciais) contra ditames e demandas externas" (LAGO, 2006, p. 51-52). Para Pierre Bourdieu (1997, p. 57), "um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças".

relacionamento e compreensão mútua entre organizações e públicos de interesse –, mas sem limitar o campo às atividades relacionadas à Comunicação Organizacional[14].

Por fim, a terceira seção (1.3) deste capítulo busca, por meio de uma linha cronológica, não apenas resgatar datas e fatos marcantes para a área de Relações Públicas, mas criar subdivisões com assuntos peculiares de determinados períodos, como a conquista de uma legislação específica para RP, as propostas de desregulamentação da profissão e a discussão sobre a ausência de obrigatoriedade de diploma, entre outras questões. O desenvolvimento deu-se com base em referenciais como: Andréia Athaydes (2008), Backer Ribeiro Fernandes (2011), Hebe Wey (1986), Luiz Alberto de Farias (2009), Sidinéia Gomes Freitas (2008), além de Rudimar Baldissera e Marlene Branca Sólio (2008).

1.1 Universidades no Brasil e no mundo: importância, controvérsias e reflexos no Ensino Superior

A primeira universidade do continente americano foi fundada em 1538, em São Domingos, e recebeu o nome de *Universidad Autónoma de Santo Domingo*. Apesar de pioneira fora da Europa, não conseguiu o mesmo destaque da *Real y Pontificia Universidad de México*, da primeira metade da década de 1550, fundada com base em princípios espanhóis, e de Instituições de Ensino Superior ainda mais tradicionais do século XIII, como a *Universidad de Salamanca* (CUNHA, 1980; GOMES, 2002; MAIA, 2000; MARQUES DE MELO, 1986; NASSAR, 2014). Na mesma década, surgiu a *Universidad Nacional Mayor de San Marcos*, no Peru, e, posteriormente, as "de São Felipe (Chile), Córdoba (Argentina) e outras, de modo que, ao mesmo tempo de nossa independência, havia 26 ou 27 universidades na América espanhola [...]. No Brasil, nenhuma" (CUNHA, 1980, p. 15).

Ou seja, por esse contexto, entende-se que a universidade chegou de modo tardio ao Brasil, com iniciativas mais estruturadas apenas no início do século XIX. Dentre os fatores sugeridos para justificar tal atraso, o que é mais comumente aceito refere-se aos recursos docentes dos colonizadores de cada país:

> A Espanha tinha, no século XVI, oito universidades [universidades de Salamanca, Valença, Lérida, Barcelona, Santiago de Compostela,

[14] De acordo com Luiz Alberto de Farias e Carolina Gancho (2014, p. 28), a comunicação organizacional se relaciona à análise do sistema, funcionamento e "todos os fluxos e processos de comunicação entre a organização e seus públicos".

> Valladolid, Oviedo e Alcalá], famosas em toda a Europa, sendo a Universidade de Salamanca de grande porte para a época, com 6 mil alunos e 60 cátedras [...]. Portugal dispunha de apenas uma universidade, a de Coimbra, mais tarde a de Évora, esta de pequeno porte. A população espanhola chegava a 9 milhões, ao passo que a portuguesa, apenas 1,5 milhão de habitantes. Com mais habitantes e mais universidades, a população letrada espanhola era muito maior que a portuguesa. Por isso, [...] enquanto a Espanha podia transferir recursos docentes para as colônias sem, com isso, prejudicar o ensino nas suas universidades, o mesmo não acontecia com Portugal. (CUNHA, 1980, p. 17)

Especula-se, inclusive, que uma das mais marcantes e pioneiras iniciativas de educação formal no Brasil tenha surgido não apenas por motivos acadêmicos, mas por razões políticas e diplomáticas, como indica, por exemplo, Heládio C. Gonçalves Antunha (1974, p. 53):

> Sabe-se que a Universidade do Rio de Janeiro foi criada, em 1920, em virtude da necessidade de ser outorgado o título de Doutor Honoris Causa ao Rei Alberto I, da Bélgica, como parte das homenagens que lhe deveriam ser prestadas, protocolarmente, por ocasião de sua visita oficial dentro do quadro das comemorações do centenário de Independência.

Tal argumento é desconstruído, de certo modo, por Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero (2000, p. 4-9), que analisa “Atas da Assembleia Constituída pelos Institutos do Ensino Superior incorporados à Universidade do Rio de Janeiro [URJ]” e “Atas do Conselho Universitário da URJ” para destacar a falta de evidências empíricas que comprovem o fato.

Diante dessas incertezas, o que se pode dizer oficialmente é que a Universidade do Brasil foi criada por decreto, em continuidade ao processo de ampliação da Universidade do Rio de Janeiro, fundada em 1920, pelo Decreto Federal n°. 14.343, de 07 de setembro de 1920,[15] tendo como intuito aplicar um padrão ao Ensino Superior brasileiro, de acordo com o que foi divulgado pelo governo (MARQUES DE MELO, 1986; GOMES, 2002; FÁVERO, 2000).

Segundo Eustáquio Gomes (2002), na sequência, na cidade de Belo Horizonte, em 1927, surge a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com um discurso novo para a época, reivindicando autonomia didática, disciplinar, administrativa e econômica. Sete anos

---

[15] DECRETO Nº 14.343, de 7 de setembro de 1920. [s.d.]. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14343-7-setembro-1920-570508-publicacao original-93654-pe.html>. Acesso em: 28 jan. 2015.

mais tarde, em 25 de janeiro de 1934,[16] com vínculo forte aos interesses de "formação de profissionais destinados ao ensino, à indústria e à administração pública" do Estado, cria-se a Universidade de São Paulo (USP), instituição que, posteriormente, tornou-se modelo para o surgimento de muitas outras espalhadas por todo o território nacional.

Ao analisar as datas dessas fundações, em comparação com as renomadas instituições europeias, é comum o lamento pela tardia chegada de uma universidade oficial no Brasil, que poderia ter formado diversos cidadãos mais críticos durante séculos. No entanto, a lamúria é relativizada por alguns pesquisadores, como Luiz Antonio Cunha (1980, p. 17):

> É possível que boa parte dessa polêmica esteja presa a mera questão de nome: não seriam muitas das universidades hispano-americanas equivalentes aos colégios jesuítas da Bahia, do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Olinda, do Maranhã, do Pará? Equivalentes aos seminários de Mariana e Olinda e nunca chamados de universidade? Uma pesquisa dos currículos, do porte, dos destinos das universidades da América espanhola poderia arrefecer boa parte do lamento da universidade tardia no Brasil...

Na perspectiva do autor, é despropositada a indicação de que a história universitária tardia tenha um impacto tão grande a ponto de afetar as práticas atuais:

> Pensam assim, em geral, aquelas pessoas que definem previamente uma organização administrativo-pedagógica própria do ensino superior, a universidade. Desta maneira, todo o ensino superior não universitário é visto como impróprio, já que a forma institucional universitária seria da própria natureza desse grau de ensino. (CUNHA, 1980, p. 15)

Luiz Antonio Cunha (1980) faz essa ressalva, uma vez que, mesmo não tendo uma universidade, nos moldes conhecidos atualmente, o Ensino Superior, de certo modo, já existia no Brasil muitas décadas antes de sua fundação oficial[17], em 1920, mesmo que diversos brasileiros que antecederam esse período optassem por concluir seus estudos na Europa.

Antes da "ficção diplomática" da Universidade do Brasil (atualmente Universidade Federal do Rio de Janeiro), do projeto ousado de Anísio Teixeira para a Universidade do

---

[16] DECRETO N.º 6.283, de 25de janeiro de 1934. [s.d.]. Disponível em: <http://www.leginf.usp.br/?historica=decreto-n-o-6-283-de-25-de-janeiro-de-1934>. Acesso em: 29 jan. 2015.

[17] É possível citar alguns exemplos, como: o ensino de Engenharia, ocorrido no Brasil desde o fim da década de 1640, ainda não ministrado de forma regular; o surgimento da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, de 1792, que deu origem a atual Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); o início das atividades da Academia de Medicina e Cirurgia (atualmente intitulada Faculdade Nacional de Medicina da UFRJ) idealizada por Dom João VI na primeira década de 1800; entre diversas outras Instituições de Ensino Superior, geralmente no campo da Medicina, Direito e Engenharia, à época ainda não reconhecidas como universidades, mas com importante papel no Ensino Superior (BRANDÃO JÚNIOR, 2013; SANTOS; SILVA, 2008).

Distrito Federal e da pioneira e longeva Universidade de São Paulo, os estudantes foram formados inicialmente em faculdades isoladas e sem grande tradição, que privilegiavam a formação puramente técnica por profissionais renomados do mercado, sem possibilidade de entrecruzamentos de campos do conhecimento, buscando transmitir seus pensamentos e experiências cotidianas, em um relacionamento puramente instrumental baseado na transferência de informações do professor para o aluno (MARQUES DE MELO, 1986, p. 200-201).

De acordo com Marques de Melo (1986), esses problemas, apesar de ainda não terem sido superados, têm procurado ser contornados, desde então, com a integração entre ensino, pesquisa e serviços à comunidade, o que amplia as possibilidades de estimular a relação entre docentes e discentes e oferecer arcabouços teóricos mais adequados.

A realidade tratada até então, corresponde a um universo mais amplo, ainda sem o foco em cursos de Comunicação. Apesar de iniciativas informais na década de 40, as escolas voltadas especificamente para a formação de jovens nessa área surgiram de forma mais estruturada apenas na década de 1960, como poderá ser observado mais detalhadamente a partir da seção 1.3 e, mais especificamente, na seção 1.3.4.

Antes de expor a trajetória histórica do Ensino Superior em Comunicação e em Relações Públicas, além de fatos marcantes da construção do campo, apresenta-se, a seguir, o conceito de RP, com o intuito de minimizar algumas dúvidas de interessados na temática, mas ainda pouco familiarizados com o assunto, podem possuir.

1.2 Conceito de Relações Públicas: concisão e clareza como facilitadores do entendimento público

A falta de entendimento sobre o conceito de Relações Públicas, de maneira uniforme, por parte da sociedade é um grande desafio a ser superado pelo campo. Na população brasileira, em especial, a compreensão adequada das atribuições do profissional de RP ainda parece estar distante de sua plenitude, muitas vezes em função de suas diversas nuances, abordagens e perspectivas. Outros quatro motivos são explicitados por Fábio França (2003, p. 129):

> Muitas razões impedem ver com clareza o caminho seguido pelas relações públicas. Mesmo assim, ousamos indicar algumas que nos parecem ter contribuído para a pouca visibilidade dessa atividade que se instalou no

> Brasil em 1914. Primeira: existem poucos estudos específicos sobre a conceituação teórica de relações públicas no Brasil. Segunda: a produção científica inicial ligada às relações públicas foi em grande parte perdida, não divulgada ou só permaneceu acessível a poucos. Terceira: não existe análise crítica do que se produz em relações públicas; o que é divulgado consome-se sem contestação. E uma quarta razão: parece-nos que a falta do debate, da controvérsia, que se diz ser própria de relações públicas, tenha sido talvez uma das causas determinantes da atual falta de excelência dessa atividade entre nós.

Nesse sentido, Cleusa Maria Andrade Scroferneker (2008, p. 46) ainda insere mais uma variável, dessa vez tendo como foco principal o ambiente acadêmico e suas publicações científicas:

> Talvez uma das causas possíveis esteja na discreta participação da Universidade, mais especificamente dos docentes dos cursos de Relações Públicas, que vêm negligenciando a produção de conhecimento nessa área. Basta atentar para o número reduzido de lançamentos de obras de relações públicas e nas dificuldades encontradas pelos professores em inovar e/ou atualizar os seus textos. É bastante comum o aluno do curso de relações públicas trabalhar o mesmo texto em mais de uma disciplina. Quem já não ouviu: este texto nós já lemos na disciplina X. Vamos ter que lê-lo novamente? Isso não quer dizer que um mesmo texto não possa ser explorado, a partir de novas visões e/ou perspectivas. Mas essa não tem sido, com certeza, a prática mais comum.

No artigo *Defining the 'object' of public relations research: a new starting point*, Lee Edwards (2012) apresenta seis premissas paradigmáticas do campo de RP, sendo as três primeiras funcionais (o contexto[18] organizacional é o mais importante para o estudo de Relações Públicas; RP só é considerado eficaz se gerir adequadamente os fluxos de informação para atingir os interesses das organizações, principalmente na perspectiva da reputação; e o ponto de vista de melhor compreensão sobre Relações Públicas refere-se ao contexto organizacional) e as três últimas não-funcionais (RP não deve ser definida apenas pelo contexto organizacional, uma vez que seu entendimento pode se dar por variados pontos de vista; Relações Públicas não pode se limitar a ser um elemento dos sistemas de gestão nas organizações, devendo transpor as fronteiras corporativas e participar de sistemas políticos e

---

[18] De acordo com Brasilina Passarelli et. al. (2014, p. 91), "a palavra 'contexto' é comum a várias línguas (português, espanhol, francês, italiano etc.) e foi dicionarizada como a inter-relação de circunstâncias que acompanham um fato ou uma situação ou como a composição e o que envolve e condiciona um elemento que aí se destaca". Na área de comunicação, seu uso tornou-se frequente para caracterizar um "ambiente" e, por vezes, confundindo-se com a noção de "situação". Com o intuito de reduzir essa ambiguidade, pesquisadores de ciência da informação definem "contexto" como uma unidade agregadora de elementos materiais, tecnológicos e simbólicos "que envolvem o (s) sujeito (s) da ação infocomunicacional através de momentos circunstanciais definidos cronologicamente (a situação)".

culturais; e RP, em vez de valor neutro, deve ser considerado valor agregado, uma vez que tem potencial para gerar ações próprias).

Diante dessas múltiplas abordagens existentes no campo de Relações Públicas, o autor entende que se torna difícil conectar conceitos díspares e criar uma definição de RP que demonstre o seu sinal de maturidade. Pode-se dizer, portanto, que a ausência de um conceito homogêneo prejudica a divulgação do campo para a sociedade (EDWARDS, 2012). Tal fato já havia sido ressaltado por Fábio França (2003) e por Joseph Straubhaar, Robert LaRose e Lucinda Davenport (2010), quando destacavam, de modo geral, que, por possuir abundantes definições, RP ainda não tinha sido capaz de constituir um corpo consolidado de doutrina, o que não gerava vantagem competitiva perante outras habilitações de Comunicação Social.

Apesar da inexistência de uma única linha que norteie o campo, Lee Edwards (2012) entende que se criou uma preferência exagerada em torno do contexto organizacional, como se esta fosse a única possibilidade de análise de RP. Na opinião do autor, devido à variação paradigmática apresentada anteriormente por Edwards, esta pode não ser a escolha mais sensata e, nesse sentido, propõe que se avalie uma definição que reflita a pluralidade de pontos de vista presentes no campo, especialmente envolvendo o contexto sociocultural.

Diante da noção de fluxo de informação, Edwards (2012) entende que a base para o desenvolvimento de um novo conceito deveria ter como premissa os efeitos sociais e culturais provocados por Relações Públicas, o que permitiria transcender o contexto organizacional (sem eliminá-lo) e reconhecer a evolução e fluidez de RP ao longo do tempo e espaço.

Para minimizar essas questões de entendimento no cenário brasileiro, Maria Aparecida Ferrari (2003, p. 6) e, em âmbito mundial, Joseph Straubhaar, Robert LaRose e Lucinda Davenport (2010, p. 313) defendem, inclusive, a necessidade de se definir as Relações Públicas de forma clara e concisa, contando com um programa de divulgação que permita a correta compreensão de todos. Cleusa Maria Andrade Scroferneker (2008, p. 45), a partir dessas premissas, questiona:

> Como explicar, que uma área que trabalha com comunicação, que busca o entendimento entre as partes (só para citar alguns dos seus desafios) não tenha ainda conseguido a construção dessa definição, a identificação das diferenças e mais, não tenha obtido a compreensão do seu conceito?

As preocupações de Lee Edwards (2012) e de outros autores supracitados se justificam, uma vez que há anos se discute a dificuldade para se conceituar RP, inclusive no Brasil. Porém, acredita-se que a separação total do ambiente corporativo confundiria ainda mais o público brasileiro que não está familiarizado com a área, especialmente em um país

que apresenta tantas definições voltadas para a relação entre empresas e públicos, como a de Fábio França (2008, p. 69), que trata do gerenciamento de relacionamentos estratégicos, de Margarida Maria Krohling Kunsch (2003, p. 166), voltada para a construção da credibilidade das organizações, e até da Associação Brasileira de Relações Públicas (ABRP), descrita por Cândido Teobaldo de Souza Andrade:

> Entende-se por Relações Públicas o esforço deliberado, planificado, coeso e contínuo da alta administração, para estabelecer e manter uma compreensão mútua entre uma organização pública ou privada e o seu pessoal, assim como organização e todos os grupos aos quais está ligada direta e indiretamente. (ANDRADE, 1993, p. 41)

Para minimizar dúvidas de leitores menos acostumados ao tema, apresenta-se uma citação mais detalhada de Margarida Maria Krohling Kunsch (2009, p. 54) no artigo *Relações Públicas e Comunicação Organizacional: das práticas à institucionalização acadêmica*, publicado na Revista Organicom:

> Entendemos as Relações Públicas como parte integrante do subsistema institucional das organizações, cabendo-lhe o papel fundamental de cuidar dos relacionamentos públicos dos agrupamentos sociais que podem ser configurados a partir de diferentes tipologias e características estruturais, envolvendo das organizações públicas às empresas privadas e aos segmentos organizados da sociedade civil. Tal incumbência implica uma série de questões que envolvem planejamento, gestão, processos, técnicas, instrumentos, desempenho de funções e atividades com bases científicas e suporte técnico e tecnológico. As Relações Públicas, como campo acadêmico e atividade profissional, têm como objetos as organizações e seus públicos, instâncias distintas, mas que se relacionam dialeticamente. É com elas que a área trabalha, promovendo e administrando relacionamentos e, muitas vezes, mediando conflitos, valendo-se para tanto de estratégias e de programas de comunicação de acordo com diferentes situações reais do ambiente social.

Desse modo, pode-se dizer que as Relações Públicas apresentam uma função dialógica, em que se busca o equilíbrio de interesses “por meio de interpretação de significados e da ação pontual ou permanente de integração entre acontecimentos e as suas teias de representações nos espaços simbólicos de disputa e de conflitos e, possivelmente, de encontro e diálogo” (FARIAS, 2009, p. 145). Nesse sentido, de acordo com Valéria de Siqueira Castro Lopes e Guilherme Grandi (2009, p. 28), "não há dúvidas de que relacionamentos mais duradouros com os clientes implicam aumentos potenciais dos lucros no futuro, o que contribui positivamente para a expectativa de melhoria do desempenho

econômico da empresa". Ou seja, Valéria de Siqueira Castro Lopes (2005, p. 80) sintetiza que:

> [...] não se pode encarar a atividade de Relações Públicas de maneira estanque e sim como um processo em que os diferentes enfoques assumem papel complementar: seu objetivo é legitimidade das ações e do discurso organizacional, ou seja, a organização deve possuir imagem e reputação diante de seus públicos, elementos imprescindíveis à obtenção de bons resultados mercadológicos. Para tanto, faz-se necessária a gestão do relacionamento com os diferentes públicos de interesse da organização em busca da compreensão mútua essencial a um ambiente estável, propício aos negócios. Essa gestão dar-se-á por meio da Comunicação, eminentemente simétrica, na qual os princípios como verdade, transparência, diálogo, responsabilidade social, entre outros, devem ser cultivados.

Diante de diferentes perspectivas amplamente debatidas sobre o tema por renomados pesquisadores de RP – que podem, inclusive, ser encontradas de modo agrupado em minha Dissertação de Mestrado (2012) –, optou-se, neste trabalho, por não estender a discussão sobre as inquietações de Edwards (2012), relatadas anteriormente. Como o objetivo desta Tese não recai unicamente sobre uma revisão de literatura detalhada sobre este tema específico, tentar-se-á amenizar tais inquietações, demonstrando, no decorrer do capítulo, outras linhas que podem ser seguidas por Relações Públicas, especialmente por meio de um entrecruzamento entre temas como "Ensino Superior" (no sentido de formar novos profissionais e pesquisadores de RP) e tecnologia. Ou seja, uma tentativa de acompanhar as tendências de mudança no tempo e espaço, além de evitar limitar o estudo ao âmbito da Comunicação Organizacional, ao incluí-lo no campo da Comunicação/Educação[19].

1.3 História do Ensino Superior em Relações Públicas: fatos marcantes, reconhecimento, regulamentação e disseminação dos cursos universitários

De acordo com Backer Ribeiro Fernandes (2011, p. 21), "para entender a atividade ou profissão de relações públicas, é importante conhecer a sua história e o porquê do seu

[19] Para Maria Aparecida Baccega (2001a, 2001b, 2009a, 2009b, 2010a), o campo comunicação/educação, apesar de incluir, não se resume a educação para os meios, para o consumo ou para o uso da tecnologia. Ou seja, não pode ser reduzido a fragmentos, mas, sim, estabelecido por meio de um diálogo contínuo com mais saberes, sem reducionismos, em busca de um espaço teórico que permita a formação de sujeitos conscientes que possam participar de forma ativa da sociedade. Segundo a autora: "[...] pode-se verificar que comunicação/educação formam um único campo, para onde convergem, reelaboradas, as diversas áreas do conhecimento. É desse lugar que poderemos estabelecer relações críticas com a comunicação, quer ela seja veiculada pelos meios, quer ela se manifeste nas falas e nas ações dos outros membros do nosso grupo" (BACCEGA, 1997, p. 8).

surgimento para que se possa pensá-la e recriá-la para o futuro", o que, com ênfase no ambiente corporativo, foi realizado na minha Dissertação de Mestrado (2012). Nesta Tese de Doutorado, todavia, pretende-se apresentar a trajetória histórica do ambiente acadêmico de Relações Públicas, que, devido aos objetivos traçados, não foram amplamente expostos no estudo supracitado.

Nesta grande seção, que também possui subdivisões, serão destacados: o início de RP no Brasil e no mundo; as novas oportunidades surgidas nas décadas de 1930 e 1940; a propagação dos cursos livres na década de 1950; os avanços legais da década de 1960; a constituição de um Conselho Federal de Profissionais de Relações Públicas na década de 1970; o amadurecimento acadêmico na década de 80, com algumas importantes mudanças nas Diretrizes Curriculares Nacionais na área de Comunicação; assim como algumas polêmicas e debates sobre a possibilidade de desregulamentação da profissão na década de 90; e, por fim, as conquistas dos últimos anos e algumas incertezas para o futuro.

Inicialmente, para facilitar o entendimento da evolução da área de Relações Públicas no Brasil, destaca-se um resumo da história de RP, por Sonia Aparecida Cabestré (2008), com apoio teórico em José Marques de Melo (1991):

> Para descrever os aspectos históricos que acompanharam o desenvolvimento da profissão de Relações Públicas, julgou-se conveniente fazer uma periodização dos fatos, nos âmbitos mundial e nacional, que marcaram a trajetória dessa área. Essa demarcação tem caráter didático e para torná-la mais clara apresenta-se uma divisão em quatro (4) momentos que, a nosso ver, mostram a evolução da profissão. O primeiro momento (1882-1948) chamamos de 'emergência da profissão', pois os fatos registrados naquele período assim o justificam; o segundo momento (1949-l968) de 'consolidação', porque os acontecimentos históricos e evolutivos tanto em nível mundial como no Brasil assim o requerem; o terceiro momento (1969-1980) de 'aperfeiçoamento', pois especificamente, no Brasil, apesar dos fatos adversos da sociedade, é o período em que a profissão é regulamentada, bem como, é nessa época que proliferam os cursos de graduação na área e surge a pós-graduação em Comunicação Social com área de concentração em Relações Públicas. O quarto momento (de 1981 até os dias atuais) chamamos de 'fundamentação teórico/científica', pois é o período em que se intensifica a discussão e produção científica na área, a despeito dos acontecimentos que têm colocado o país em situação de completa desigualdade com os países do primeiro mundo. (CABESTRÉ, 2008, p. 104-105)

O presente estudo não fará uma distinção tão clara nos quatro "momentos" (períodos) supracitados, mas, de certo modo, abordará os principais acontecimentos de RP, mundialmente e, em especial, no Brasil, dando destaque para o desenvolvimento do Ensino Superior nacional, ou fatos que afetaram sua evolução.

1.3.1 O início de RP no Brasil e no mundo: de "O público que se dane" para "O público deve ser informado"

Em âmbito mundial, segundo Hebe Wey (1986), a atividade de Relações Públicas se iniciou com a grande mudança econômica gerada em vários países a partir da vitória dos Estados Unidos da América na Guerra da Secessão (1861-1865). Outro fato marcante aconteceu em 1882, quando William Henry Vanderbilt, ao ser informado por jornalistas que a população cobrava melhorias na qualidade dos serviços que suas ferrovias prestavam nos Estados Unidos, proferiu a frase "O público que se dane", dando origem a diversas manifestações que culminaram em um trabalho para tentar melhorar a reputação do empresário do segmento das estradas de ferro. Este fato só se consolidou em 1906, quando Ivy Ledbetter Lee cunhou a frase "O público deve ser informado", outro momento expressivo da história de RP (WEY, 1986; PINHO, J. A., 2008; MACNAMARA, 2010).

No Brasil, a criação do Departamento de Relações Públicas pela *The São Paulo Tramway Light and Power Company Limited*, no dia 30 de janeiro de 1914, é tratado como um referencial histórico para o início das atividades brasileiras, "pois a partir desse momento, amplia-se no país o interesse de profissionais de várias áreas por esta novidade estrangeira [...]" (ATHAYDES, 2008, p. 289). Até por este motivo, em 2014, foram comemorados os 100 anos de Relações Públicas no Brasil.

1.3.2 Décadas de 30 e 40: novas oportunidades acadêmicas

Ao ter o ambiente acadêmico como foco, pode-se dizer que o começo do amadurecimento mundial de Relações Públicas se deu nas décadas de 1930 e 1940, com o surgimento de cursos de RP, ainda sem a duração de quatro anos, das Universidades de Illinois e Boston. Em 1940, com um projeto de Rex Francis Harlow, o primeiro curso regular de Relações Públicas é instaurado na Universidade de Stanford. Sete anos mais tarde é fundada, na Universidade de Boston, a primeira faculdade específica de RP (STRAUBHAAR; LAROSE; DAVENPORT, 2010; WEY, 1986). De acordo com Sonia Aparecida Cabestré (2008, p. 111):

> A partir de 1945, com o fim da II Guerra Mundial fortaleceram-se os cursos de Relações Públicas nos Estados Unidos. Nessa época, mais de cinco mil empresas industriais já possuíam departamentos de Relações Públicas. Já

> existiam, aproximadamente, 1.200 Agências de Relações Públicas naquele país.

Ainda na década de 40, começam a surgir escolas de "Comunicação Social" no Brasil (na época sem tal denominação), especialmente com a oferta de diversos cursos livres. O período se entrelaça com o desenvolvimento industrial, fazendo que recebessem características de cumprir as demandas do mercado (MARQUES DE MELO, 1991; CABESTRÉ, 2008).

Em 16 de maio de 1947, ocorre a inauguração da Faculdade Cásper Líbero, à época nomeada "Escola de Jornalismo Cásper Líbero", detentora, portanto, do primeiro curso em nível universitário[20] no ensino de jornalismo, o que gerou um impulso inicial para o surgimento de outros cursos em Comunicação Social. A instituição, posteriormente, em 1972, ofereceria os cursos de Publicidade e Propaganda e Relações Públicas, além de, a partir de 2002, o de Rádio e TV[21].

Em 1948, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (chamada no período de Universidade do Brasil) também estrutura um curso universitário de Jornalismo. Simultaneamente, iniciam-se debates sobre RP, muitas vezes vinculados à Ciência da Administração, em universidades de diversas regiões brasileiras (CABÉSTRE, 2008; WEY, 1986; MOURA, 2008; MARQUES DE MELO, 1986). No exterior, ainda em 1948, o fato mais importante ocorreu em New York, com o surgimento da *Public Relations Society of America* (PRSA[22]), atualmente a maior organização profissional de RP do mundo.

Em 1949, na cidade de São Paulo, o Instituto de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo (USP), principalmente por meio das contribuições do professor Mário Wagner Vieira Cunha, organizou diversas conferências sobre a relação entre propaganda, RP e ciências sociais. Desses esforços, surge o estudo *O Serviço de Relações com o Público no Comércio e na Indústria*, que dá origem a um

---

[20] Até então só existiam cursos livres na área de jornalismo, geralmente organizados por profissionais que desenvolviam a atividade sem regulamentação completa (MARQUES DE MELO, 1991; CABESTRÉ, 2008).

[21] Faculdade Cásper Líbero. [s.d.]. Disponível em: <http://fcl.com.br/faculdade/>. Acesso em: 08 dez. 2016.

[22] De acordo com Backer Ribeiro Fernandes (2011, p. 30), "a PRSA surgiu em 1948, em virtude da fusão da Associação Nacional de Conselheiros de Relações Públicas com o Conselho Nacional de Relações Públicas, fato que impulsionou a Fiarp como novo membro consultor não governamental das Nações Unidas. Sua influência foi decisiva para que a Fiarp criasse o Centro Interamericano de Estudos Superiores em Relações Públicas e depois a Universidade de Londrina, no Paraná, e, posteriormente, a Universidade San Martín de Porres de Lima, no Peru. Sob a presidência do Brasil por duas vezes e sediada na ABRP, Associação Brasileira de Relações Públicas, a Fiarp recebeu o prêmio "*El Chasqui de Ouro*" pela atuação de alguns profissionais e pelas conquistas para o campo profissional. Recebeu também o prêmio "*El Chasqui de Prata*" pelos três brasileiros que prestaram atividades relevantes às relações públicas: Ney Peixoto do Valle, Cândido Teobaldo de Souza Andrade e Milton Cavalcanti".

seminário, realizado no auditório de *A Gazeta*, com presença de estudantes de diversas formações para debater conceitos de Relações Públicas (WEY, 1986; TORRES, 2004; CABESTRÉ, 2008; FERNANDES, 2011).

No mesmo ano de 1949, no Rio de Janeiro, com o propósito de promover o intercâmbio de conhecimentos por meio de cursos e viagens de estudos, é instituído pelo Departamento de Administração do Serviço Público (DASP) o primeiro curso de *Relações com o Público*, "tendo como professores Ibany da Cunha Ribeiro e Diógenes Bittencourt Monteiro" (FERNANDES, 2011, p. 41). Para Odilon Sergio Santos de Jesus (2008, p. 482), vale ressaltar, inclusive, que, desde 1942, o DASP já possuía familiaridade com as técnicas de RP:

> [...] quando promoveu a 'Exposição de Atividades de Organização do Governo Federal' visando a divulgar as atividades governamentais e fazer sondagem de opinião pública. Vale ressaltar que o DASP fora criado para funcionar como órgão central da reforma administrativa protagonizada pelo Estado[23]. Desta forma a promoção pelo órgão de um curso de relações públicas poderia significar que determinados setores do governo entendiam a atividade como um dos pontos importantes no processo de modernização. (JESUS, O. S. S., 2008, p. 482)

1.3.3 Década de 50: propagação de cursos livres e formalização da área

Em 1953, a Fundação Getulio Vargas (FGV), por meio de sua Escola Brasileira de Administração Pública[24], situada no Rio de Janeiro, promoveu, com patrocínio da Organização das Nações Unidas (ONU), o primeiro curso de RP do Brasil, o "Curso Especial de Relações Públicas", que também se caracterizou como "uma iniciativa pioneira na América Latina, atraindo pessoas de vários estados brasileiros e países latino-americanos" (JESUS, O. S. S., 2008, p. 476). Com um corpo docente constituído por renomados professores, como Benedito Silva, Florindo Villa-Alvarez, Roberto Petis Fernandes e Simas Pereiras, e liderado pelo professor norte-americano Eric Carlson, o curso, que ainda não possuía duração de quatro anos e tinha foco na área governamental, buscava a divulgação da atividade de

---

[23] Destaca-se que o DASP foi criado pelo Decreto-Lei N°. 579, de 30 de julho de 1938, assinado pelo presidente Getúlio Vargas, que pretendia fortalecer a máquina pública e a burocracia em meio a um regime totalitário.

[24] Segundo Odilon Sergio Santos de Jesus (2008, p. 480): "As primeiras escolas de ensino superior de administração no Brasil surgiram como consequência da política desenvolvimentista adotada a partir de Vargas [1951-1954], tendo por objetivo formar quadro técnico para gerir de forma eficaz as organizações públicas e os diversos programas do governo, bem como os empreendimentos privados. A filosofia que pautou a criação destas escolas estava direcionada para atingir o modelo de administração adotado pelas nações ocidentais".

Relações Públicas no Brasil (FRANÇA, 2003; WEY, 1986; BECKER; SILVA, 2008a; ANDRADE; 1993; TORRES, 2004; FERNANDES, 2011; STEFFEN, 2008). Além deste, no Rio de Janeiro, outros cursos foram realizados por Harwood Lawrence Childs, professor da Universidade de Princeton, tratando principalmente de opinião pública (FERNANDES, 2011). Em São Paulo, por meio do Instituto de Organização e Racionalização do Trabalho (IDORT), cursos e atividades sistemáticas também foram desenvolvidos, especialmente com o propósito de capacitar profissionais para atuarem em funções de RP em empresas (CABESTRÉ, 2008).

Em decorrência da estruturação de cursos livres em instituições de ensino e a prática da atividade mais inserida no mercado, surge a necessidade de formalização da área, iniciada pela fundação da Associação Brasileira de Relações Públicas (ABRP), em São Paulo, no dia 21 de julho de 1954, que teve como primeiro presidente Hugo Barbieri (FRANÇA, 2003; FARIAS, 2009; BECKER; SILVA, 2008a; ATHAYDES, 2008; BALDISSERA; SÓLIO, 2008). De acordo com Backer Ribeiro Fernandes (2011, p. 41):

> Após várias reuniões que contavam com a presença dos profissionais que participavam dos cursos livres realizados pelo DASP, FGV, IDORT, PUC/RJ e outras instituições, conhecidos como o 'Grupo de Relações Públicas', foi fundada a ABRP, em 1954, na sede do Instituto de Organização Racional do trabalho (IDORT). Seu primeiro presidente foi Hugo Barbieri e seu vice-presidente foi Ubirajara Martins. Com a criação da ABRP em São Paulo houve grande repercussão no Rio de Janeiro. Palestras, conferências e entrevistas se sucederam. Na ocasião, o professor Benedito Silva, da Fundação Getulio Vargas, foi indicado para representar a ABRP no Rio de Janeiro. Também da FGV no Rio de Janeiro, Florindo Vila Alvarez, professor de relações públicas e assessor do DASP, foi admitido como sócio e encarregado de congregar os profissionais para criar a ABRP no Rio de Janeiro. Foi ele quem propôs a formação das Seções Regionais, depois chamadas Seções Estaduais da ABRP, que foram reposicionadas de acordo com o novo Código Civil, passando cada uma a ter identidade jurídica própria.

Nesse sentido, o surgimento da ABRP foi responsável por aprimorar o processo de consolidação da área, promovendo melhorias profissionais e acadêmicas em diversas regiões do Brasil, como indica Luiz Alberto de Farias (2009, p. 145):

> A entidade [Associação Brasileira de Relações Públicas], que se espalhou para outras regiões do País, conseguiu, por meio de inúmeras atividades, oferecer um lugar de fala aos praticantes e pesquisadores do tema. Foi também a partir dela ou de alguns de seus integrantes que o movimento pela regulamentação da profissão ganhou estímulo. Com a legislação estabelecida para a área, a ABRP passou a compartilhar o espaço de trabalho com os

> conselhos federal e regionais criados mais tarde, mas mantendo ainda clara a sua própria missão.

O desenvolvimento da área, a partir da constituição da Associação, fica mais visível com a introdução de uma disciplina de Relações Públicas na Escola Superior de Administração e Negócios da Fundação de Ciências Aplicadas, em 1955, e com a criação da Seção Regional Rio de Janeiro, em 1956, responsável por promover "cursos intensivos, publicações em revistas, seminários, congressos, conferências e diversos meios são acionados para a divulgação das primeiras notícias sobre as relações públicas no Brasil" (FERNANDES, 2011, p. 41-42).

Em 1958, enquanto em âmbito mundial criava-se o Comitê Europeu de Relações Públicas, com participação de representantes de onze países, e promovia-se o I Congresso Mundial de Relações Públicas, com 271 delegados de 23 países, no Brasil, no mesmo ano, realizava-se o 1° Seminário Brasileiro de Relações Públicas, com patrocínio da Prefeitura Municipal de Niterói e apresentação de Teses de Ney Peixoto do Valle, João Firminiano da Silva, Francisco Gomes de Matos e Terêncio Porto (CABESTRÉ, 2008; BECKER; SILVA, 2008a; FERNANDES, 2011).

Dando continuidade à disseminação de RP no país, após um ano, em 1959, acontece na cidade de Curitiba o 1° Congresso Paranaense de Relações Públicas. Três anos depois, em 1962, na cidade de Belo Horizonte, o 1° Congresso Mineiro de Relações Públicas e, na sequência, em 1963, a 4ª Conferência Interamericana de Relações Públicas, promovida pela ABRP, no Rio de Janeiro, com a participação de representantes de mais de dez países (CABESTRÉ, 2008; BECKER; SILVA, 2008a; FERNANDES, 2011).

O final da década de 1950 ainda fica marcado pelo desenvolvimento do ensino de RP, de maneira mais organizada, no Brasil, uma vez que se ampliam os cursos livres e são oferecidos cursos de especialização e aperfeiçoamento em Relações Públicas disponibilizados pela Faculdade de Jornalismo Cásper Líbero. Podiam se candidatar às vagas: registrados na Associação Brasileira de Relações Públicas; graduados em outras áreas; e, em especial, jornalistas diplomados (MOURA, 2008; CABESTRÉ, 2008).

Resumidamente, portanto, pode-se dizer que a década de 50, no que diz respeito ao ensino brasileiro em Comunicação, basicamente foi permeada por cursos livres e marcada pela hegemonia europeia. As duas principais matrizes foram: a paulista, da Universidade Pro Deo Roma, que foi utilizada posteriormente como modelo para a estruturação do curso de Jornalismo da Faculdade Cásper Líbero; e a carioca, do Instituto Francês de Imprensa,

predominante na formação do curso da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CABESTRÉ, 2008).

1.3.4 Década de 60: legislação específica e criação do primeiro curso universitário de RP do Brasil

Até então restrita aos cursos universitários em Jornalismo ou especializações em áreas afins, a formação em "Comunicação" foi concebida pela primeira vez no Brasil na década de 60, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS)[25], como indica Cláudia Peixoto de Moura (2008, p. 692):

> Nos anos 60, a 'Escola de Jornalismo', da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, foi transformada em 'Faculdade dos Meios de Comunicação Social', sendo a primeira no País a formar profissionais de comunicação. Também foi criada a 'Escola de Comunicações Culturais', da Universidade de São Paulo, com as áreas de Jornalismo, Rádio e Televisão, Arte Dramática, Cinema, Biblioteconomia, Documentação e Relações Públicas. E a Associação Brasileira de Relações Públicas – seção Rio Grande do Sul realizou em Porto Alegre o 'Simpósio de Comunicação Social', que visava a estabelecer um currículo único para a Comunicação.

No mesmo período, ainda na década de 60, após conceito definido e aprovado pela Federação Interamericana de Associações de Relações Públicas (FIARP), RP torna-se uma prática oficial no país, fato que também contribui para o desenvolvimento da área (FRANÇA, 2003; CABESTRÉ, 2008). Para Odilon Sergio Santos de Jesus (2008, p. 484), esta também foi a época em que RP passou a "adquirir uma maior autonomia enquanto ciência".

Em 1961, por exemplo, "a PUC (Rio de Janeiro) realiza seu primeiro curso de Relações Públicas, destinado aos diplomados que possuíam curso superior. O tema era 'Relações Públicas e Opinião Pública', sob a orientação do Prof. Walter Ramos Poyares" (CABESTRÉ, 2008, p. 116). No ano seguinte, segundo Cláudia Peixoto de Moura (2008, p. 688), a homologação de um currículo mínimo de Comunicação Social pelo Ministério da Educação (MEC) é iniciada. De acordo com Mirtes Vitoriano Torres (2004), a partir daí, ainda em 1962, a obra *Para entender relações públicas* foi publicada e se tornou o primeiro

---

[25] É válido registrar que, de acordo com José Marques de Melo (1986), em 1963, a Universidade de Brasília criou uma Faculdade de Comunicação de Massa, para alguns, um dos momentos mais importantes para a área.

livro de RP redigido por um brasileiro, no caso Cândido Teobaldo de Souza Andrade, que no mesmo ano ministrou curso livre sobre RP na cidade de São Paulo.

O próprio autor da pioneira obra de RP (Cândido Teobaldo de Souza Andrade[26]) ainda foi um dos responsáveis pela criação, em 1966, da Comissão Interamericana para o Ensino de Relações Públicas (CIPERP), hoje órgão permanente da Federação Interamericana de Associações de Relações Públicas (FIARP), constituída por um professor de cada país-membro, com o propósito de desenvolver um currículo mínimo para cursos superiores de RP na América Latina (CABESTRÉ, 2008; FERNANDES, 2011).

Após anos de constante crescimento empresarial e da necessidade de profissionais detentores de técnicas usadas na área de comunicação, no ano de 1967, em um processo que teve como um dos principais líderes novamente Cândido Teobaldo de Souza Andrade, marca-se um momento muito importante, uma vez que o primeiro curso universitário de Relações Públicas (Graduação com duração de quatro anos) do Brasil[27], respaldado pela Lei N° 5.377, de 11 de dezembro de 1967 e, posteriormente, regulamentado pelo Decreto N° 63.283, de 26 de setembro de 1968, foi disponibilizado pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (FRANÇA, 2003; CABESTRÉ, 2008; MARQUES DE MELO, 2008; FERRARI, M., 2011). De acordo com Sonia Aparecida Cabestré (2008, p. 117-118), o fato também é importante, uma vez que

> O Brasil é o primeiro país do mundo a adotar uma legislação específica para Relações Públicas. A Lei designou o profissional de Relações Públicas, definiu as atividades específicas e fixou condições para o registro da profissão e de sua fiscalização. Dessa data em diante, a designação do profissional de relações públicas passou a ser privativa dos bacharéis formados em cursos de nível superior no Brasil, ou curso similar no estrangeiro, e também daqueles que vinham exercendo as funções de relações públicas como atividade principal e permanente no mínimo nos 24 meses anteriores à promulgação da lei, com a condição de serem sócios da Associação Brasileira de Relações Públicas. Foi um momento importante para a área de Relações Públicas.

---

[26] Além de ser o primeiro autor de um livro brasileiro sobre Relações Públicas e de estar envolvido em diversas iniciativas em prol da consolidação de RP no país, de acordo com Backer Ribeiro Fernandes (2011, p. 30), "o brasileiro Cândido Teobaldo de Souza Andrade foi presidente da Fiarp em 1973 e 1974, e em seu mandato a instituição se reuniu pela primeira vez nos Estados Unidos com a Public Relations Society of America (PRSA), maior entidade de relações públicas naquele país".

[27] Segundo Backer Ribeiro Fernandes (2011, p. 42-43): "Em 1960, foi instalado o primeiro curso regular de Relações Públicas – 'curso especial de Relações Públicas' –, que, em 1964, foi transformado em Curso de Formação em Grau Médio, com três níveis. Em 1965, Osvaldo Silva, reeleito presidente da ABRP em São Paulo, é convidado pelo reitor da Universidade de São Paulo (USP) para participar da comissão encarregada de estudar a criação da Escola de Comunicações Culturais, atual Escola de Comunicações e Artes, a ECA-USP".

Em outra perspectiva, Andréia Athaydes (2008) destaca que a Lei N° 5.377/67, posteriormente fiscalizada pelo Sistema CONFERP, caracterizou-se, em alguns momentos, por ser relativamente genérica, o que causou determinados entraves jurídicos ao longo dos anos, principalmente no que tange aos "infiltrados" na área (pessoas com outra formação que atuam como relações-públicas). De qualquer maneira, a Lei estabelecia parâmetros importantes, por exemplo, no âmbito acadêmico e profissional, garantindo que

> [...] apenas os bacharéis em Relações Públicas, com cursos realizados em Universidades devidamente reconhecidas pelo Ministério de Educação, poderiam intitular-se relações públicas. Contudo, também estavam amparados pela Lei aqueles que houvessem feito o curso similar no exterior e devidamente reconhecido pelo Ministério de Educação e Cultura - MEC, além daqueles que comprovassem o exercício da profissão no período mínimo de dois anos antes da assinatura da presente lei e, concomitantemente, também fossem sócios titulares da ABRP – Associação Brasileira de Relações Públicas - por igual período. Aqui vão surgir o que a categoria nominou de 'provisionados', ou seja, profissionais com outras formações acadêmicas, mas que no período estipulado pela Lei estavam no exercício da profissão de Relações Públicas" (ATHAYDES, 2008, p. 291).

Ao retomar a história, destaca-se que outro fato importante ocorreu no ano de 1967, em que, no Rio de Janeiro, foi realizado o IV Congresso Mundial de Relações Públicas, demonstrando o crescimento da área no país (BALDISSERA; SÓLIO, 2008; STEFFEN, 2008; BECKER; SILVA, 2008a).

De maneira geral, pode-se dizer que nas décadas de 60 (especialmente a partir de 1964) e 70, o ensino brasileiro em Comunicação se caracterizou por cursos superiores regulares, estes muitas vezes baseados por pressões de categorias profissionais, com base principalmente no modelo norte-americano (CABESTRÉ, 2008).

Sonia Aparecida Cabestré (2008) indica que esse modelo adaptado dos Estados Unidos da América é responsável, em partes, por uma transformação universitária no país, com a criação da Faculdade de Comunicação de Massa da Universidade de Brasília (comentada anteriormente na nota de rodapé número 25), inspirada na *School of Mass Communication*, da Universidade de Stanford, disponibilizando em quatro escolas: Jornalismo, Cinema, Publicidade e Propaganda e Rádio e Televisão. A própria estruturação da Escola de Comunicações Culturais da Universidade de São Paulo (posteriormente intitulada Escola de Comunicações e Artes), de certa forma, passou por essa aparente influência norte-americana, e buscou atender demandas do mercado paulista, com as formações supracitadas, além de Relações Públicas. O modelo estadunidense se disseminou ainda por outras regiões

do país como na Faculdade dos Meios de Comunicação (FAMECOS) e na Universidade Católica de Pernambuco.

Não se pode esquecer, como mencionei mais detalhadamente em minha Dissertação de Mestrado (2012), com apoio em declarações de Margarida Maria Krohling Kunsch (1997), Fábio França (2003) e Sonia Aparecida Cabestré (2008), que o período de consolidação da atividade se deu exatamente durante o Regime Militar brasileiro[28], entre 1964 e 1985, tendo seu auge de repressão em 1968, ou seja, "o período mais duro da ditadura militar, com o Ato Institucional número 5 [AI-5]" (BALDISSERA; SÓLIO, 2008, p. 62). Para Kunsch (1997), o surgimento da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), em 15 de janeiro de 1968, pode ter gerado forte impacto negativo sobre RP, especialmente por ter funcionado como uma agência de propaganda política que, muitas vezes, buscava o fortalecimento do regime totalitário e da segurança nacional.

1.3.4.1 Questões curriculares *Versus* Mercado: pesquisadores/profissionais multifacetados ou especialistas?

Dando continuidade à história da formação em Comunicação Social e, em especial, de Relações Públicas no país, é válido ressaltar que o ensino da área sempre foi permeado por questões e reformas curriculares que envolveram diversos Pareceres e Resoluções (KUNSCH, 2006, p. 48). Os principais[29], especialmente no que tange ao currículo mínimo da habilitação (RP), serão discutidos no decorrer desta seção, uma vez que se referem a fatores extremamente importantes para a presente Tese.

---

[28] De acordo com Marici Cristine Gramacho Sakata et. al. (2009, p. 33-34), no âmbito geral, e não exclusivamente em RP, "historicamente, o Sistema Educacional Brasileiro passou por uma série de mudanças no período das ditaduras militares. A Reforma de 1966 incluiu uma política de Pós-Graduação dando ênfase acadêmica a mestrados e doutoramentos científicos ou stricto sensu. A reforma de 1968 privilegiou a pesquisa determinando: (a) a organização das universidades em institutos científicos e escolas profissionais, todos com estrutura departamental e a possibilidade de criar os seus programas de Pós-Graduação; (b) o regime de ensino por sistema de créditos e de professores com dedicação em tempo integral e (c) o requisito de titulação acadêmica para a promoção na carreira. [...] O sistema contou com a expansão contínua de recursos na década de 1970 para as áreas de exatas e biológicas, que durou até 1980. A inflação teve efeitos negativos sobre o financiamento do ensino superior. Na década de 1970, foi criado o programa de capacitação docente (PICD) e ampliada a rede universitária pública para todos os Estados. Nesse período, foi adotada a política liberal de autorização da criação de estabelecimentos privados de ensino superior. Entre as décadas de 1970 e 1980 a rede privada cresceu rapidamente. A lei de 1996 (N. 9394) determinou a especialização das universidades em áreas do saber e delimitou os conceitos de autonomia enfatizando a avaliação e o recredenciamento periódicos".

[29] Para visualizar mais detalhadamente todos os Pareceres e Resoluções que entraram em vigor ao longo da história do ensino em Relações Públicas no Brasil sugere-se a leitura do texto *Fragmentos da História do Ensino de Relações Públicas no Brasil*, de Cláudia Peixoto de Moura (2008).

Em 1969, por exemplo, segundo Ana Maria Walker Roig Steffen (2008, p. 95-96), o Plano de Currículo das Comunicações foi aprovado pelo Conselho Federal de Educação, considerando Relações Públicas como disciplina profissional. Jornalistas, profissionais de Rádio e TV e Relações Públicas ou atividades similares, em conformidade com a Resolução n° 11/69,[30] teriam formação baseada no estudo do fenômeno da comunicação, de maneira "polivante" (sem habilitação específica), adquirindo as melhores técnicas com subsídios da cultura geral, em cursos com no mínimo três e, no máximo, seis anos letivos, tendo duração mínima de duas mil e duzentas horas-aula. Para Steffen (2008, p. 96):

> Observa-se que, em seu processo de desenvolvimento, as Relações Públicas, no Brasil, vão reforçando um caráter de técnica de comunicação, constituindo-se, basicamente, como um mecanismo utilizado para exercer o controle da informação e divulgação, em detrimento do gerenciamento das relações sociopolíticas entre as organizações e seus diversos segmentos de público.

Porém, com recomendações iniciadas anteriormente, em 1968, no Centro Interamericano de Investigação e Documentação em Relações Públicas (CINIDREP), na Colômbia, começou a ser discutido o abandono da visão reducionista da relação entre empresa e público, além da limitação à parte técnica[31], para um pensamento mais global, abarcando os principais problemas apresentados por comunidades circunvizinhas e os possíveis benefícios que a comunicação poderia gerar para a sociedade (FERNANDES, 2011; CABESTRÉ, 2008).

Reiteradamente, no entanto, retoma-se a discussão sobre como os profissionais de Relações Públicas têm se identificado perante o mercado e a população em geral. O debate iniciado em decorrência da busca pela melhor formação do estudante de RP, que se intensificou a partir da década de 70, geralmente dividindo-se entre preferências por uma

---

[30] Posteriormente, foi aprovada a Resolução nº. 03/78 do Conselho Federal de Educação, definindo de maneira mais clara o currículo mínimo de Comunicação Social, com habilitações específicas (Cinema, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Rádio e TV e Relações Públicas), além de destacar a preparação do acadêmico em maneiras de "influir, como agente de transformação, no processo social, aliando ao processo prático de ensino o fornecimento do instrumental teórico e técnico para os seus futuros encargos profissionais" (CABESTRÉ, 2008, p. 121). Para Sonia Aparecida Cabestré (2008, p. 122): "O novo currículo recebeu, ainda, orientações de ordem metodológica, disciplinando a aplicação prática dos conhecimentos através de projetos experimentais e estágios profissionais, estes realizados em empresas privadas ou órgãos públicos que mantivessem atividades vinculadas à natureza da respectiva habilitação".

[31] Para Odilon Sergio Santos de Jesus (2008, p. 484): "Os primeiros cursos promovidos no país sobre as relações públicas tiveram um caráter essencialmente técnico, visavam principalmente ao aperfeiçoamento de servidores públicos e estavam inseridos na grande movimentação que houve na administração pública brasileira, entre os anos 30 e 50, decorrente do processo de reforma administrativa que tentava equiparar o nosso modelo de gestão pública aos padrões praticados nas nações desenvolvidas, principalmente nos Estados Unidos".

abordagem “humanístico-generalista” ou uma linha “tecnicista-especializadora” (MOURA, 2008, p. 689).

Para manter a coerência cronológica do estudo, a discussão sobre questões curriculares terá continuidade na seção 1.3.6.1, referente ao ano de 1984, especialmente com auxílio nas ideias da professora Sidinéia Gomes Freitas (2008), que trata mais detalhadamente da importância das Diretrizes Curriculares para a formação do estudante de Relações Públicas.

1.3.5 Conselho Federal de Profissionais de Relações Públicas: marco da década de 70

Posto isto, para retomar a história de RP deste estudo, pode-se dizer que já mais disseminada no país, a regulamentação da atividade de Relações Públicas é concretizada em 04 de maio de 1971, quando baseada na já mencionada Lei N° 5.377 e, em especial, no Decreto 68.582,[32] “a categoria brasileira de relações públicas conquistou um espaço próprio chamado de Conselho Federal de Profissionais de Relações Públicas – CONFERP, uma autarquia federal para fiscalizar e disciplinar a profissão no país” (ATHAYDES, 2008, p. 290). De acordo com Andréia Athaydes:

> O primeiro presidente do CONFERP, Theo Pereira da Silva, teve a incumbência de instalar os Conselhos Regionais nas localidades de maior concentração de profissionais. E assim, surgem os CONRERP´s, com a função de executar as diretrizes baixadas pelo Conselho Federal, sendo os responsáveis pela emissão do registro profissional na sua área de abrangência, além de receber, analisar e julgar os casos de ética profissional, entre outras funções. (ATHAYDES, 2008, p. 290).

Para Gisele Becker e Carla Lemos Silva (2008, p. 148), a partir daí são obtidas mais algumas importantes conquistas pela área de Relações Públicas. Ainda em 1972, em Petrópolis, no Rio de Janeiro, “ocorreu o I Congresso Brasileiro de Relações Públicas [...], promovido pela ABRP”. Em paralelo, a Associação Brasileira de Relações Públicas cria a “Comissão de Ensino”, responsável por pesquisar a evolução do ensino de RP, principalmente por meio do estudo de currículos de Graduação e Pós-Graduação das universidades e da análise dos novos desafios que surgiam na sociedade (CABESTRÉ, 2008). Como dito, especialmente em decorrência da “regulamentação da lei e da organização administrativa do

---

[32] DECRETO Nº. 68.582, de 4 de Maio de 1971. [s.d.]. Disponível em: <http://www.sinprorp.org.br/Codigo_de_etica/002.htm>. Acesso em: 28 fev. 2014.

Sistema CONFERP" (ATHAYDES, 2008, p. 291), diversas alterações no cenário empresarial brasileiro começaram a acontecer. Segundo Andréia Athaydes:

> Com o número de cursos de graduação em comunicação e em administração espalhando-se por todo o país, profissionais destas áreas começam a migrar para as assessorias de comunicação das organizações, além de promoverem o surgimento de pequenos escritórios, agências e *bureaus* de comunicação, baseando as suas atividades nos preceitos de marketing [...]. E, assim, tudo aquilo que se refere aos diferentes tipos de comunicação passa a ser denominado ou adjetivado com esta palavra. (ATHAYDES, 2008, p. 291)

De 9 a 11 de agosto de 1978, realizou-se, na Cidade do México, a *I Assembleia Mundial de Associações de Relações Públicas*, em que representantes de trinta e três países aprovaram o "Acordo do México" (ANDRADE, 1993; CABESTRÉ, 2008; KUNSCH, 1997), descrito a seguir:

> O exercício da profissão de relações públicas requer ação planejada, com apoio da pesquisa, comunicação sistemática e participação programada, para elevar o nível de entendimento, solidariedade e colaboração entre uma entidade, pública ou privada, e os grupos sociais a ela ligados, em um processo de integração de interesses legítimos, para promover seu desenvolvimento recíproco e da comunidade a que pertencem. (ANDRADE, 1993, p. 42)

No ano seguinte, em 1979, "realizou-se em São Paulo a XIV Conferência Interamericana de Relações Públicas, cujo tema geral foi 'Análise das Relações Públicas nas Américas em face do Acordo do México'" (BECKER; SILVA, 2008b, p. 165). Nesse sentido, é possível "constatar que a atividade de Relações Públicas fez-se presente num período em que o Brasil faz sua reabertura política com a anistia e a preocupação com a imagem do governo" (BECKER; SILVA, 2008b, p. 168), uma vez que o final da década de 70 é marcado pelo processo de redemocratização iniciado por Ernesto Geisel e mantido por João Baptista Figueiredo, seu sucessor (MORAES, 1998).

Esse processo de transição fez com que diversos profissionais repensassem sua atuação e provocou crescimento no número de congressos, manifestações públicas sindicais e estudantis, além da criação de prêmios para a categoria (STEFFEN, 2008). Segundo José Marques de Melo (1991), criou-se, em 1980, o Encontro Nacional em Defesa dos Cursos de Comunicação (ENDECOM), um movimento nacional em contraposição à pressão dos empresários sobre o governo para fechar cursos de comunicação ou abolir diplomas (fato que se repetiu em 1987). O movimento foi importante para a defesa e manutenção do espaço acadêmico de Comunicação.

1.3.6 Década de 80: amadurecimento acadêmico na área de RP

De acordo com Sonia Aparecida Cabestré (2008), é a partir de 1981 que há a consolidação de Teses e Dissertações sobre Comunicação Social e, em especial, sobre Relações Públicas:

> É o período em que, efetivamente os programas de pós-graduação da área de Comunicação Social geram uma produção considerável, tanto no aspecto qualitativo, quanto no quantitativo. É nessa fase que, os pesquisadores que atuam exclusivamente no ensino procuraram aprofundar as discussões teóricas sobre a área de Relações Públicas. Há, também, um aumento considerável da literatura nacional na área. As discussões promovidas nos congressos, simpósios, encontros e semanas de Relações Públicas revelam um salto qualitativo por parte dos promotores e dos participantes. Merece destaque a criação e evolução do Grupo de Trabalho de Relações Públicas e Núcleo de Pesquisa de Relações Públicas e Comunicação Organizacional, da INTERCOM, que têm possibilitado oportunidades para a socialização das pesquisas desenvolvidas na área. (CABESTRÉ, 2008, p. 126-127).

Em 1982, por exemplo, a Seção Paulista da Associação Brasileira de Relações Públicas criou o Concurso de Monografias e Projetos Experimentais, que inicialmente abrangia apenas os alunos de São Paulo e, posteriormente, foi estendido a todo território nacional. Desde a 25ª edição, ocorrida em 2007, recebeu a denominação oficial de "Prêmio ABRP – Concurso Universitário de Monografias e Projetos Experimentais" e mantém o propósito de estimular a pesquisa e promover a integração na categoria até os dias de hoje (FARIAS, 2009, p. 145; BECKER; SILVA, 2008b, p. 167). Em novembro do mesmo ano (1982), ocorre o VII Congresso Brasileiro de Relações Públicas, que debateu os novos rumos de RP e contribuiu para o amadurecimento da atividade no país (BECKER; SILVA, 2008b; KUNSCH, 1997).

Prova desse momento positivo, de acordo com Gisele Becker e Carla Lemos Silva (2008b, p. 167), é o surgimento da Associação Brasileira de Empresas de Relações Públicas (ABERP), em 1983. E, no ano seguinte, mais precisamente em 14 de junho de 1984, por meio da Lei N° 7.197,[33] a instituição de 2 de dezembro, data de nascimento de Eduardo Pinheiro Lobo (patrono da profissão), como o "Dia Nacional das Relações Públicas" (BECKER; SILVA, 2008b; ANDRADE, 1993).

---

[33] Lei Nº 7.197 de 14 de Junho de 1984: Institui o "Dia Nacional das Relações Públicas". [s. d.]. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7197-14-junho-1984-356789-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 08 mar. 2014.

1.3.6.1 1984 – Diretrizes Curriculares: mudanças, avaliações e opiniões

O ano de 1984 representa, ainda, um período de mudanças para a Comunicação Social e, em especial, para RP, uma vez que "as críticas de estudantes, professores, profissionais e empresários, referentes à qualidade do ensino, resultaram na Resolução nº. 02/84, do Conselho Federal de Educação [...]" (CABESTRÉ, 2008, p. 127). A Resolução mencionada contribuiu com a definição de um currículo mínimo para a Graduação em Cinema, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Produção Editorial, Rádio e TV e Relações Públicas, conferindo ao estudante formado o grau de Bacharel em Comunicação Social com ênfase na habilitação cursada. Tornou-se importante, também, devido às exigências de carga horária, experiência do corpo docente, fortalecimento do ensino de língua portuguesa e de infraestrutura, relacionadas a equipamentos, novas tecnologias de comunicação e laboratórios apropriados à formação de diferentes campos do conhecimento. Especificamente no caso de RP, os desdobramentos da Resolução indicaram conteúdos gerais e específicos de Administração para a área[34] (CABESTRÉ, 2008; MOURA, 2008).

De acordo com Sonia Aparecida Cabestré (2008), pode-se dizer, portanto, que o ensino brasileiro em Comunicação nos anos 80 é influenciado pela hegemonia latino-americana, em que o Conselho Federal de Educação impõe novas resoluções para o Ensino Superior em Comunicação Social.

No entanto, apesar dos avanços no âmbito legal, na abertura do Fórum de Professores de Relações Públicas, Sidinéia Gomes Freitas (2008) comentou que a maior parte das universidades brasileiras acabou por se enquadrar aos novos tempos, cedendo, em diferentes gradações, às necessidades do sistema. A professora que participou da elaboração das Diretrizes Curriculares[35] dos Cursos de Comunicação Social e atuou por oito anos no MEC, por vezes comparou a situação da educação a um supermercado, em que "nossa produtividade

---

[34] Para Cláudia Peixoto de Moura (2008, p. 690), o Parecer N° 890/68 (http://www.portal-rp.com.br/historia/parte_09.htm) e os fatos mencionados no texto demonstram a "afinidade que Relações Públicas possui com a área de Administração, desde suas origens".

[35] Cláudia Peixoto de Moura (2008, p. 693) define as Diretrizes Curriculares como uma orientação para a "elaboração dos projetos pedagógicos articulando conteúdos abrangentes - conhecimentos específicos e de áreas afins. Possibilita a relação entre áreas de organização do saber, visando ao perfil do egresso a atingir, com as habilidades e competências a desenvolver, previamente definidas pela instituição de ensino. O currículo é composto por uma estrutura com um núcleo específico, garantindo a identidade do curso. A estrutura deve ser flexível, permitindo uma diversificação na formação do aluno e uma integração entre teoria e prática, pesquisa básica e aplicada. A construção do currículo será diferenciada nas escolas, porém os conteúdos inerentes às atividades profissionais deverão ser abordados, explicitando o ser e o fazer da profissão de Relações Públicas".

será marcada pelo número de objetos que registramos nos caixas, pelo número de fregueses que saem contentes, pelo número de carrinhos que carregamos até os carros no estacionamento, recebendo até mesmo pela gorjeta por fazê-lo" (FREITAS, 2008, p. 696).

Crítica ao fato de universidades diminuírem as exigências sobre a titulação mínima para lecionar em instituições de Ensino Superior, muitas vezes em razão da pura e simples redução de custos, Sidinéia Gomes destaca a importância das Diretrizes Curriculares para a formação do Comunicador Social, mas aponta para uma mudança: da tutela do Estado para a liberdade de criação das universidades. Nesse sentido, ao citar Edgar Morin como referência, indica que a inter, trans e multidisciplinaridade criam "novas áreas de conhecimento e o professor precisa parar de pensar a universidade em função apenas de suas disciplinas" (FREITAS, 2008, p. 697). A partir dessa visão, aborda três elementos fundamentais das Diretrizes Curriculares: características do egresso em Relações Públicas; características da estrutura do curso; e questões de avaliação do curso.

No que tange às características do egresso em Relações Públicas, Freitas cita que o professor não precisa e não deve, obrigatoriamente, formar alunos para atender às necessidades do mercado. Ressalta, inclusive, que diferentemente do que costumam rotular, os profissionais de RP não são extremamente corporativistas, uma vez que, por geralmente terem, até então, formação generalista e seguirem um Código de Ética, devem respeitar os pares, como jornalistas e publicitários. Nessa perspectiva, reconhece que os conteúdos de Jornalismo e Publicidade são úteis para Relações Públicas e que profissionais de outros campos do conhecimento também podem contribuir para a evolução da área, indicando que:

> O mesmo vem acontecendo com publicitários e jornalistas, que reconhecem em conversas informais a necessidade de generalização no desempenho de suas tarefas. [...] O reconhecimento desta condição e mais, que muitos Comunicadores acabam por exercer atividades definidas como pertinentes aos RP's, resultou em todo o movimento do Parlamento Nacional que contém um projeto de lei que tramita no Congresso Nacional e permitirá o registro a outros profissionais de formações distintas e que desempenham atividades de Relações Públicas, pois antes de se discutir as naturais interfaces que se colocam no desempenho de cargos, a qualidade do profissional é que deve ser preservada. Todos irão submeter-se a uma avaliação para a obtenção do registro. È a sociedade que deve ser preservada dos maus profissionais e não o corporativismo. (FREITAS, 2008, p. 698).

No que se refere às características da estrutura do curso, Sidinéia Gomes Freitas (2008, p. 698) reforça que o Parecer 02/84 "oferecia o tronco comum e não é este o espírito que norteou a proposta aprovada das diretrizes curriculares". Apesar de defender, particularmente, a formação humanística geral em toda a estrutura curricular, a professora

entende que as Diretrizes Curriculares possibilitam que as Instituições de Ensino Superior tenham mais liberdade para estruturar cursos de maneira diferente, de acordo com a tradição criada de optar-se por uma habilitação no ingresso do curso superior. Ou seja, de maneira sucinta, "se houve o mérito do Parecer 02/84 de fixar as habilitações, há o mérito das diretrizes em definir o que caracteriza, o que define a formação de cada profissional". Além disso, Sidinéia Gomes cobrou empenho das universidades ao destacar a importância da qualidade do docente nos conteúdos a serem transmitidos e no perfil do egresso de cada curso.

Nessa mesma seara, Sidinéia Gomes Freitas (2008) analisou o terceiro elemento fundamental: questões de avaliação do curso. Para isso, promoveu reflexão sobre a estrutura das Instituições de Ensino Superior, dos relacionamentos e indicações em detrimento de avaliações técnicas para determinados cargos, além de destacar a importância da contratação de um grupo de professores que tenham vínculo mais forte com a instituição, em tempo integral, já que isso não pode, na maioria das vezes, ser obtido com professores horistas. Com essas sugestões, e seguindo princípios éticos, a professora acredita que é possível fortalecer a categoria e a área acadêmica de maneira geral.

1.3.7 Desregulamentação da profissão e obrigatoriedade do diploma: polêmicas, discussões e indefinições iniciadas na década de 90

Findada a discussão principal sobre as Diretrizes Curriculares da década de 80, retoma-se a linha cronológica estabelecida e chega-se à década de 90, em que se ampliou a inserção de profissionais de diferentes formações na área de Relações Públicas e, por consequência, foi aumentada a dificuldade de se garantir a plena fiscalização pelo Conselho Federal. Somado a isso, resistia o desconhecimento das vantagens da prestação de serviços por profissionais de RP, na área de comunicação, por parte de alguns empresários[36] e, nesse sentido, surgiu uma discussão sobre a desregulamentação da profissão de Relações Públicas e,

[36] De acordo com Andréia Athaydes (2008, p. 291): "Os profissionais, que acreditavam que a regulamentação lhes garantiria a empregabilidade, viram o seu sonho desaparecer diante de um empresário que desconhecia as atividades e vantagens de Relações Públicas e estava encantado pela rapidez de resultados financeiros prometidos pelo Marketing Total, Marketing Estratégico, Endomarketing, Marketing de Guerrilha, entre outros".

mais recentemente, sobre o fim da obrigatoriedade do diploma de Graduação[37]. Desde os anos 90, segundo Andréia Athaydes (2008, p. 292):

> [...] há um movimento no Estado de São Paulo para que a profissão de Relações Públicas seja desregulamentada, já que o Sistema CONFERP não consegue garantir a plena fiscalização e muitos profissionais de outras áreas estão assumindo posições que deveriam ser deste profissional.

Ainda conforme cita a autora, em 1992, o professor Edson Schettine de Aguiar, então presidente do CONFERP, define que Celso Alexandre de Souza Lima, conselheiro efetivo da entidade, teria a incumbência de formular um parecer com elucidações e compromissos de uma "Assessoria de Comunicação Social". Para isso:

> Este conselheiro, cônscio da amplitude desta missão, propõe ao Plenário do CONFERP que esta atividade seja consubstanciada por uma consulta aos profissionais sobre o tema. Sendo aprovado, é elaborado um questionário, que posteriormente ficou conhecido como Q39, já que possuía 39 questões, acerca do tema 'Assessoria de Comunicação', mas também tentava mapear outras inquietações dos relações-públicas brasileiros. (ATHAYDES, 2008, p. 292)

Dos duzentos questionários enviados, apenas 8% foram respondidos, sendo que os pareceres eram extremamente díspares. Então, por intermédio do conselheiro Celso Alexandre, pediu-se auxílio a Jorge Eduardo Caixeta para sistematizar as respostas. O resultado foi divulgado em reunião da CONFERP, em 1993, na cidade de Fortaleza [Ceará], sendo deliberada a realização de amplo debate da categoria com o tema "Não é Discussão. É Decisão" (ATHAYDES, 2008, p. 292).

A partir daí, durante a gestão da professora Sidinéia Gomes Freitas no CONFERP, ganha força um movimento nacional batizado de "Parlamento Nacional das Relações Públicas", tendo o propósito de atualizar a atividade em relação às novas exigências do período. Apresentavam-se, no entanto, alguns fatores que dificultavam essa modernização. Exemplo disso foi o Tratado do Mercosul, que, por intermédio do Protocolo de Montevidéu sobre o Comércio de Serviços, ordenava que profissionais de RP de países participantes do acordo fossem aceitos no Brasil, um impasse, uma vez que a maioria dos países do Mercosul não exigia Graduação em Relações Públicas para atuação profissional.

---

[37] Profissional de RP precisa se livrar de obrigatoriedade do diploma de Graduação, avalia diretor do Portal RP-Bahia. 2012. Disponível em: <http://portaljoomla.comunique-se.com.br/jo-com/68634-profissional-de-rp-precisa-se-livrar-da-obrigatoriedade-do-diploma-avalia-diretor-de-site>. Acesso em: 08 mar. 2014.

No decorrer do mandato de Fernando Henrique Cardoso, à época presidente da República, iniciou-se discussão sobre a desregulamentação de diversas profissões, o que foi rechaçado por grandes Conselhos Federais, como o de Direito, Engenharia e Medicina. Ainda na tentativa de mudar a redação da Lei n° 5.377, de 1967, o CONFERP enfrentava dificuldades da bancada governista e foram iniciadas discussões menos bruscas, como a implantação de um "Exame de Qualificação para a atuação profissional", fato que também não teve prosseguimento (ATHAYDES, 2008).

1.3.7.1 Mudanças, conquistas e questionamentos atuais

De todo o contexto apresentado e, especialmente, das discussões da década de 90, é que se iniciam alguns avanços para a área nos anos 2000. Conforme dito por Cláudia Peixoto de Moura (2008, p. 693):

> [...] as Diretrizes Curriculares da Área de Comunicação Social e suas Habilitações, foram estabelecidas pela CEE/COM e encaminhadas ao MEC. Mas somente em 2001 o Parecer nº. 492, do Conselho Nacional de Educação/MEC, aprovou as Diretrizes Curriculares da Área de Comunicação Social e suas Habilitações, que foram homologadas pela Resolução nº. 16, do CNE, em 2002.

A conquista mais marcante, no entanto, fica por conta da Resolução CONFERP n° 043/02, publicada em outubro de 2002, no Diário Oficial, que, de acordo com Andréia Athaydes (2008, p. 299):

> [...] especifica e ratifica como privativo dos relações públicas um rol de atividades, isto implica que tais profissionais devem realizar, com eficiência e eficácia, inúmeras atividades, entre elas: as auditorias de opinião, de imagem, de clima e de perfil organizacional; o gerenciamento de crises; a comunicação pública ou o *accountability*; a construção e a consolidação da reputação corporativa[38]; o planejamento estratégico da comunicação organizacional (inclusive mensurando financeiramente os resultados deste trabalho[39]).

---

[38] De acordo com Valéria de Siqueira Castro Lopes (2005, p. 74), "em face desse cenário, reputação e boa imagem passaram a ser consideradas importantes diferenciais diante da concorrência e, para que uma organização possa obtê-las, é preciso um trabalho de longo prazo, fundamentado na construção e na manutenção de bons relacionamentos com seus diversos públicos, o que propicia à atividade de Relações Públicas oportunidade de expandir-se, consolidar-se e assumir um papel relevante como área estratégica no contexto da Comunicação Corporativa" (LOPES, 2005, p. 74).

[39] Segundo Valéria de Siqueira Castro Lopes (2005, p. 73), "apresentar resultados é imprescindível a qualquer área que se considera estratégica e atualmente, mais do que nunca, pois os processos de gestão voltam-se para a

Apesar de não causar tanta repercussão como se esperava, a Resolução provocou reflexos em outras áreas da Comunicação Social. Os jornalistas, ainda em debate sobre o fim da obrigatoriedade do diploma de Graduação para o exercício da profissão decidida judicialmente na cidade de São Paulo, resolveram encaminhar proposta para o Congresso Nacional Brasil com a ideia de atualizar o Decreto-Lei nº 83.284/79, responsável por regulamentar a profissão, estipulando a assessoria de imprensa como atividade privativa para jornalistas. O documento, no entanto, foi vetado em 2006.

Das discussões decorrentes da Resolução CONFERP n° 043/02, a mais importante se refere à educação em RP, uma vez que as outras decisões do Parlamento Nacional, segundo Andréia Athaydes (2008, p. 299):

> [...] já haviam sido incorporadas pelas novas Diretrizes Curriculares da área de Comunicação [http://www.ufv.br/seg/diretrizes/com.pdf], redigidas em 1999 e aprovadas pelo Ministério de Educação, em 13 de março de 2002, através da Resolução CNE/CES nº 16.

A autora complementa a ideia de que a Resolução foi importante para que instituições de Ensino Superior repensassem seus projetos pedagógicos conforme novos questionamentos precisassem ser levados em consideração por Faculdades, Centros Universitários e Universidades:

> - Qual é o perfil do egresso necessário na sociedade brasileira?
> - Quais serão os conhecimentos necessários para que este egresso possa se adaptar às constantes mudanças?
> - Quais serão os conhecimentos necessários para que o estudante de relações públicas tenha condições de executar, com competência, as atividades previstas na Resolução 043/02 e, assim, possa se intitular um profissional?
> - Que tipo de parcerias minha instituição deverá fazer para que tenhamos várias situações de análise *in loco* para oferecer ao acadêmico de Relações Públicas?
> - Quais serão as estratégias utilizadas por minha instituição com o intuito de inserir o acadêmico de Relações Públicas na sociedade?
> - Como a graduação e a pós-graduação poderão estar interligadas, gerando conhecimentos que contribuam, de fato, para o desenvolvimento político-econômico e sócio-cultural do país?
> - Qual o tipo de reflexão e construção teórica deve ser promovido nos programas de pós-graduação da área?. (ATHAYDES, 2008, p. 299-300)

---

demonstração de valor. Este cenário tem exigido que os profissionais da Comunicação Corporativa mensurem os resultados alcançados pela área e demonstrem o quanto ela auxilia as organizações no alcance de seus objetivos de negócio, indicando seu valor econômico. Com isso, a mensuração de resultados, etapa importante do processo de planejamento, ganhou relevância e passou a fazer parte das discussões travadas tanto na academia quanto no mercado".

Findados esses esclarecimentos, parte-se para o período cronológico final, os anos mais recentes, em que novas mudanças aconteceram na profissão de Relações Públicas e, em especial, no ambiente acadêmico, com novas Diretrizes Curriculares Nacionais, homologadas e publicadas em 2013.

1.3.8 Ano de 2013: o impacto das TICs nas novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Relações Públicas

Se os anos 2000 mostraram um cenário tecnológico muito diferente dos anteriores, com a presença da Web cada vez mais utilizada no país e no mundo, a década atual consolida esse processo, com mais mobilidade e acesso, além de trocas de informações mais frequentes, como será detalhado no próximo capítulo.

No caso das Instituições de Ensino Superior (IES), segundo Eugenia Mariano da Rocha Barichello (2001, p. 17), o maior desafio é encarar um cenário "mutante diante de uma nova ordem tecnocultural, ditada pela sociedade informacional, que se organiza sob a forma de uma grande teia. Para isso, é preciso repensar conceitos e estratégias". Ou seja, como brevemente destacado na "Introdução" desta Tese, todas essas mudanças provocam novas necessidades de reformulação em matrizes curriculares e algumas iniciativas da Comissão de especialistas da Área de Comunicação Social do Ministério da Educação (MEC), em conjunto com a participação da comunicação acadêmica e das entidades de classe, para a elaboração de Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Relações Públicas, publicadas no Diário Oficial da União do dia 1° de outubro de 2013, após aprovação do parecer CNE/CES n° 85/2013, de 14 de março de 2013, da Câmara de Educação Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologação pelo Ministério da Educação (MEC), em 27 de setembro de 2013.

De acordo com Margarida Maria Krohling Kunsch (2006), essas Diretrizes Curriculares servem para oferecer os caminhos mais indicados a serem seguidos por Instituições de Ensino Superior no que se refere à formação de profissionais da área, além de possuírem dois objetivos principais:

> a) flexibilizar a estruturação dos cursos, tanto para atender a variedades de circunstâncias geográficas, político-sociais e acadêmicas, como para se ajustar ao dinamismo da área e viabilizar o surgimento de propostas

> pedagógicas inovadoras e eficientes; b) estabelecer orientações para a obtenção de padrão de qualidade na formação oferecida. (KUNSCH, 2006, p. 48)

As diretrizes mais recentes, além de buscarem a transformação de "Habilitações" em "Cursos" e "Comunicação Social" como grande área de conhecimento, atualmente destaca alguns pontos direcionados à formação do estudante no que tange à tecnologia, como, por exemplo, nos Artigo 4°, inciso "III – compreensão das problemáticas contemporâneas, decorrentes da globalização, das tecnologias de informação e da comunicação e do desenvolvimento sustentável necessária ao planejamento de relações públicas" e Artigo 5°, Inciso II, alínea "c) habilidade para sistematizar os repertórios necessários à prática profissional, nos âmbitos da gestão de processos comunicacionais, da cultura organizacional e das inovações tecnológicas"[40].

Nesse sentido, "[...] permanecemos em busca de uma renovação curricular das IES no país" (SAAD, 2008, p. 203). Por isso, com o intuito de contemplar necessidades teóricas, reflexivas e práticas dos formandos, Margarida Maria Krohling Kunsch (2006, p. 49) há mais de 10 anos já mencionava que:

> [...] os coordenadores de curso terão de ter uma percepção muito clara do ensino a ser ministrado. Somente com a elaboração de um projeto pedagógico criterioso será possível delinear uma arquitetura de curso capaz de atender todas essas diretrizes e com conteúdos curriculares gerais e específicos correspondentes e adequados.

Ou seja, defende-se uma atualização curricular que permita afinidade mais adequada com o mercado, mas que não aplique uma relação de dependência permanente entre as exigências das grandes empresas e o conteúdo ministrado. Uma visão puramente utilitarista, tecnicista, pragmática e voltada apenas para o ambiente corporativo, nessas circunstâncias, reduziria a importância da pesquisa, fundamental para a evolução do campo[41]. Nesse sentido, o ainda atual Cândido Teobaldo de Souza Andrade (1986, p. 295) declara:

---

[40] Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Relações Públicas. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=13344&Itemid=>. Acesso em: 14 jan. 2015.

[41] No que tange às Instituições de Ensino Superior que pensam na formação do estudante exclusivamente voltada para o mercado de trabalho, Marici Cristine Gramacho Sakata et. al. (2009, p. 38) pondera que: "as instituições privadas com fins lucrativos e com objetivos puramente instrumentalistas devem entender que são parte de um sistema mais amplo e que seu produto é a formação de seres humanos; que o lucro é uma parte do processo e que investir na qualidade de ensino é investir em seu próprio futuro. A missão deve ser bem explicitada, deve deixar mais clara a função de formação para o mercado de trabalho sem, no entanto, esquecer a formação de pessoas que fazem parte da sociedade. Por sua vez, as universidades, que têm como missão a

> Entendemos, igualmente, que o ensino de relações públicas não pode ser dirigido, unicamente, à formação de novos profissionais. Ele deve, a nosso ver, inquietar-se com a atualização de conhecimentos, de forma sistemática, dos profissionais. Por sua vez, os profissionais da nossa atividade, que trabalham num campo em mudança contínua, precisam reconhecer a necessidade de reciclagem permanente, o que representa não somente um sinal inteligente de humildade intelectual, mas a certeza do desenvolvimento de seu espírito crítico e verdadeiramente profissional, nos contatos com professores e outros profissionais.

E é aí que entra a importância de saber lidar adequadamente com as TICs contemporâneas, o que possibilitaria tanto uma inserção mais significativa no mercado de Comunicação Digital, como aplicar conhecimentos sobre tecnologia em projetos de pesquisa, otimizando processos e aprimorando resultados.

Como destacava Antônio Carlos Jesus (1986) há mais de trinta anos, não é raro encontrar pessoas que questionam a utilidade de se estudar as inovações tecnológicas, uma vez que estão em constante mutação. A justificativa do autor, reiterada nesta Tese, é que

> Elas têm potencialidade suficiente para transtornar toda a prática da comunicação social, e por extensão as instituições educacionais formadoras dos profissionais, seus professores, os currículos escolares, os projetos experimentais, os sindicatos profissionais e até o exercício prático da profissão. (JESUS, A. C., 1986, p. 335)

E complementa:

> Não se trata, neste caso, da velha prática de colocar 'em moda' temas teóricos [...]. Trata-se de uma preocupação que expressa uma linha de compromisso com os interesses que o nosso povo vem reivindicando na área de comunicação social. É necessário que nossas universidades e em especial nossas faculdades se adaptem e integrem-se a essas circunstâncias. (JESUS, A. C., 1986, p. 335-336)

Na perspectiva de Jesus, conteúdos sobre Tecnologias da Informação e Comunicação não podem ser estudados de maneira breve no decorrer da Graduação. Há necessidade de acurada reflexão sobre sua dimensão social. Na mesma seara, Muniz Sodré (2012, p. 14) indica que

> Outra questão é saber levar em conta o fato iniludível de que as tecnologias da comunicação e da informação não podem ser doravante dissociadas de

---

formação integral, devem ter consciência desta missão, que vai além do treinamento para o mercado. Se considerarmos o objetivo da universidade, este não é formar para o mercado de trabalho, mas tem obrigação com a excelência, a pesquisa, a extensão e a inovação. É necessário que se compreenda a importância da autonomia da universidade no ensino e na pesquisa para o desenvolvimento e progresso do país".

> qualquer discurso a que se venha a atribuir um estatuto pedagógico. A comunicação, em toda a abrangência conceitual da palavra, está no cerne da educação que vem. Por um lado, o indivíduo sente-se compelido a correr contra o tempo produzido e acelerado pelas tecnologias da informação, já que é imperativo atualizar-se para se pôr à altura das novas exigências oriundas do mundo do conhecimento e do trabalho. Por outro, as mesmas tecnologias que pressionam podem converter-se em valiosas ferramentas formativas. (SODRÉ, 2012, p. 14)

É com base em todo esse cenário apresentado, nos infindáveis debates sobre o passado e o futuro da profissão e, em partes, norteado pelas questões tecnológicas supracitadas que se pretende, a partir do próximo capítulo, discutir a importância das literacias digitais (conjunto de habilidades e competências para lidar com as plataformas digitais) no campo de RP, atividade, que, como visto anteriormente, completou 100 anos em 2014, escolhida uma das dez mais promissoras profissões da década[42] em 2008, selecionada como uma das profissões que não correm risco de desaparecer no futuro pela Revista Época (2014)[43] e, de acordo com pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), entre janeiro de 2009 e dezembro de 2012, juntamente com "publicidade, mercado e negócios", está na terceira colocação entre as carreiras de nível superior que mais se expandiram no Brasil[44], tendo oferecido no período 20.853 novos postos de trabalho, além de dispor de 56 cursos oferecidos por universidades nacionais registrados no MEC, disponíveis nas cinco regiões brasileiras Centro-Oeste, Norte, Nordeste, Sudeste e Sul)[45]. Ou seja, um campo que apesar de conceitualmente ainda relativamente desconhecido por uma parcela significativa da população brasileira (como relatado anteriormente), possui boas perspectivas de crescimento, caso se adapte adequadamente ao novo contexto tecnológico atual, que poderá ser observado em mais detalhes no próximo capítulo.

---

[42] Guia das Profissões da Folha de S. Paulo classifica a carreira de Relações Públicas como uma das 10 mais promissoras: Profissional cuida da reputação das empresas e função tornou-se mais estratégica nos últimos anos. 2008. Disponível em: <http://www.aberje.com.br/acervo_not_ver.asp?ID_NOTICIA=248&EDITORIA=Geral>. Acesso em: 12 set. 2014.

[43] De acordo com a matéria "Seu trabalho tem futuro?", da REVISTA ÉPOCA (2014, p. 59), Relações Públicas não é uma profissão que está ameaçada no futuro, uma vez que as máquinas não possuem "capacidade de negociar, persuadir e cuidar, importante na coordenação de funcionários e no contato cara a cara com o cliente", algumas das características desses profissionais.

[44] As dez carreiras de nível superior com maior expansão de vagas no Brasil. [2013]. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/as-10-carreiras-que-mais-registraram-a-criacao-de-empregos-no-brasil>. Acesso em: 18 set. 2014.

[45] Informações mais detalhadas sobre os 56 cursos de Graduação poderão ser observadas no capítulo 3.

Capítulo 2

Estrutura tecnológica e literacias digitais: Desafios e oportunidades

2 ESTRUTURA TECNOLÓGICA E LITERACIAS DIGITAIS: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

As salas de aula, bibliotecas, livros e jornais sempre se caracterizaram como as principais fontes confiáveis de informação para a sociedade. Todavia, desde o surgimento das plataformas digitais, a lógica de troca de mensagens e aquisição de conhecimento foi alterada drasticamente. Muitas vezes, nos dias de hoje, prioriza-se o conteúdo disseminado no ambiente digital, encontrado em uma escala muito superior a dos materiais e ambientes físicos mencionados anteriormente. Em alguns casos, a confiabilidade do conteúdo encontrado é deixada em segundo plano e valorizam-se informações produzidas de modo colaborativo por não especialistas (SODRÉ, 2012; WEINBERGER, 2011).

Até mesmo pelo predicado herdado das conexões das redes, esse cenário tecnológico em constante mutação – apresentado na primeira seção (2.1) do capítulo, com auxílio de obras de Alexander Galloway (2004), Lev Manovich (2008), Manuel Castells (2003, 2009, 2011), Yochai Benkler (2006), Tim Berners-Lee e Mark Fischetti (2000) e Walter Teixeira Lima Junior (2013a) – afeta diretamente a velocidade e intensidade com que informações são compartilhadas, tema discutido na segunda seção (2.2), baseada em textos de Brasilina Passarelli (2010), Lawrence Lessig (2008), Carl Shapiro e Hal R. Varian (1999).

Em decorrência dessas mudanças tecnológicas, potencializam-se as atividades dos *prosumers*, pessoas que deixam de ser simples consumidores de informações e passam, simultaneamente, a produzir conteúdo, assunto debatido na terceira seção (2.3), com apoio em obras de Alvin Toffler (1980, 1990), Don Tapscott e Anthony D. Williams (2007).

Na sequência, a quarta seção (2.4) aborda o resultado dessas inquietações e participações mais frequentes, que são características das plataformas digitais. Henry Jenkins (2009, 2012), Benkler (2006) e Passarelli (2008a, 2010) despontam como as principais referências para ajudar a explicar ao leitor como a "cultura participatória" afeta a produção de criações coletivas e, por consequência, o ambiente corporativo, em que muitos dos estudantes de Relações Públicas serão inseridos após a sua formação.

Por fim, como última seção (2.5) do capítulo, destaca-se a importância de adquirir um conjunto de habilidades e competências para se participar de maneira eficaz e efetiva no ambiente digital, uma vez que:

> O rápido desenvolvimento das tecnologias digitais durante a era digital confronta os indivíduos com situações que requerem a utilização de uma variedade sempre crescente de habilidades técnicas, cognitivas e sociológicas que são necessárias, a fim de realizar e resolver problemas em

> ambientes digitais. Essas habilidades têm sido denominadas de 'literacia digital' [literacias digitais] na literatura recente. (ESHET-ALKALAI; AMICHAI-HAMBURGER, 2004, p. 421)[46]

Nesse sentido, apresentam-se as "literacias digitais", a explicação de seu uso no plural, sua definição e principais características, tendo como principais referências para o desenvolvimento da grande seção final, que contém duas subdivisões (2.5.1 e 2.5.2): Antonio Hélio Junqueira (2014a), Brasilina Passarelli (2008b, 2010, 2011), José Joaquim Marques da Costa (2011), Carolyn Wilson et. al. (2011, 2013), David Bawden (2001, 2008), Ligia Capobianco (2010), Michael Poore (2009), Michele Knobel e Colin Lankshear (2006), Paul Gilster (1997), Rodrigo Botelho-Francisco (2014b) e Yoram Eshet-Alkalai (2004, 2007).

2.1 Estrutura tecnológica: evolução constante e apropriação facilitada

O contexto tecnológico contemporâneo, desde o advento da Internet, caracteriza-se por uma arquitetura de interconexão ilimitada, distribuída e multidirecional. Pode-se dizer que esse cenário se origina da convergência de tecnologias desenvolvidas em diferentes períodos, como: a concepção do projeto lógico do computador, por John Von Neumann; o projeto de arquitetura básica da Internet com o Protocolo de Controle de Transmissão (TCP) e as placas de rede, por Bob Metcalf, Vint Cerf e Gérard Le Lann; o acréscimo do Protocolo de Internet (IP), por Cerf e Bob Kahn, e a consequente organização dos protocolos[47] de comunicação TCP/IP (*Transmission Protocol/Internet Protocol*), por Jon Postel, Steve Crocker e o próprio Cerf, linguagem universal e padrão utilizado até os dias atuais, que permitem conexões entre computadores e a transmissão de pacotes de dados[48] por meio da rede; o sistema operacional

---

[46] Versão adaptada do trecho: "The fast development of digital technologies during the digital era confronts individuals with situations that require the utilization of an evergrowing assortment of technical, cognitive, and sociological skills that are necessary in order to perform and solve problems in digital environments. These skills have been termed 'digital literacy' in recent literature" (ESHET-ALKALAI; AMICHAI-HAMBURGER, 2004, p. 421).

[47] De acordo com Alexander Galloway (2010), a principal função dos protocolos é permitir a operação conjunta entre máquinas, com um padrão confiável de troca de informações, tendo como virtudes: robustez (sistema conservador no que faz e liberal no que aceita); totalidade/universalidade (sistema com gerenciamento distribuído, aceito universalmente e de fácil relação entre pontos); lógica de organização (baseada em protocolos de Internet); interoperatividade; flexibilidade; e heterogeneidade.

[48] Dois cientistas, com projetos paralelos, são creditados pelo desenvolvimento da "comutação de pacotes": Donald Davies e Paul Baran. A implantação dessa tecnologia permitiu que mensagens se fragmentassem, distribuindo-se durante o percurso e se reintegrando no destino final, revelando o conteúdo original (GALLOWAY, 2004; BRIGGS; BURKE, 2006).

de Tim Paterson; e, mais recentemente, a Web, desenvolvida por Tim Berns-Lee (CASTELLS, 2003; PINHO, J. B., 2003; GALLOWAY, 2004; BERNERS-LEE; FISCHETTI, 2000; AXELROD, 2003; MACNAMARA, 2010; LIMA JUNIOR, 2013a).

Para Alexander Galloway (2004), Manuel Castells (2003, 2009), Tim Berners-Lee e Mark Fischetti (2000), além de Walter Teixeira Lima Junior (2013a), a maneira como esse ambiente digital contemporâneo foi projetado, portanto, especialmente na perspectiva dos protocolos mencionados e nas topologias de rede (graus de distribuição da rede: centralizada, descentralizada e distribuída[49]), resulta em uma hierarquia praticamente nula, uma vez que qualquer computador pode ter contato com outro (relação entre pares) ao utilizar-se da Internet.

Pode-se dizer, portanto, que a estrutura da Rede Tecnológica da Internet, apesar de estável, harmônica e evoluída, não pode ser classificada como burocrática e hierárquica, uma vez que não possui uma autoridade central. Os *softwares* contribuíram, todavia, para organizar o funcionamento do ambiente e são considerados, por Lev Manovich (2008), os responsáveis pela existência da "Galáxia da Internet", cunhada por Manuel Castells (2003), que é baseada em uma economia flexível e globalizada, e uma sociedade com valores de liberdade individual, comunicação aberta e em constante evolução tecnológica.

Na perspectiva de Lev Manovich (2008, p. 7), "se quisermos entender as técnicas contemporâneas de controle, comunicação, representação, simulação, análises, memória, visão, escrita e interação, nossas análises não podem ser completas até considerarmos as camadas de *software*". Um dos principais responsáveis pela possibilidade de criações de aplicações e repositório de informações são os *softwares*. Os usuários, nesse cenário de rompimento de limitações geográficas e temporais, são os responsáveis pelo fluxo dos conteúdos e contribuem para a mudança do panorama do consumo[50], principalmente no que tange às trocas de informações.

---

[49] A principal diferença entre a rede "distribuída" e as redes "centralizada" e "descentralizada", na visão de Alexander Galloway (2004, p. 11, tradução nossa), resume-se a uma característica de arranjo estrutural interno: "Uma rede centralizada é constituída por um único ponto central de energia (um hospedeiro ou *host*), a partir do qual são ligados os nós radiais. O ponto central está ligado a todos os nós de satélite, que são unidos, por sua vez, apenas ao hospedeiro central. A rede descentralizada, por sua vez, possui vários hospedeiros centrais, cada um com o seu próprio conjunto de 'nós satélite' [satellite nodes]. Um 'nó satélite' pode ter conectividade com um ou mais hosts, mas não com outros nós. A comunicação geralmente viaja unidirecionalmente tanto nas redes centralizadas como nas descentralizadas: a partir dos troncos centrais para as folhas radiais. A rede distribuída é completamente diferente. [....]. Cada ponto em uma rede distribuída não é nem um ponto central [hub] nem um 'nó satélite' – não existem nem troncos nem folhas. [...]. Como em um rizoma, cada nó em uma rede distribuída pode estabelecer comunicação direta com qualquer outro nó, sem precisar recorrer a uma hierarquia".

[50] Na visão de Maria Aparecida Baccega (2009c, 2010a, 2010b), o consumo não pode ser relacionado apenas ao mal do consumismo, mas como um conjunto de práticas sociais e culturais inextricavelmente ligadas à

Os *browsers* (navegadores) são exemplos desses programas de computador para acessar a rede que ampliaram o interesse pela Internet, uma vez que tornaram o ambiente mais amigável[51], de fácil manuseio, fato bastante perceptível a partir do lançamento do *Netscape Navigator*, na primeira metade da década de 1990 (BRIGGS; BURKE, 2006; CASTELLS, 2003; GILSTER, 1997). Por meio desse processo, e com o consequente crescimento exponencial do número de *sites*, redes sociais e *blogs*, que se cria a tendência de publicação de informações na "nuvem", o que Manovich (2008, p. 205) chama de "*communication in a cloud*". Ao destacar a importância dos *softwares*, cada vez mais intuitivos, sem necessidades de profundos conhecimentos de tecnologias estruturais, o autor menciona que pessoas podem acessar e criar posts de *blogs*, imagens, sons, entre outros. E complementa:

> Enquanto isso, as interfaces de *sites* de mídia social foram ajustadas para mover facilmente o conteúdo em torno da "nuvem", por assim dizer – enviando-o para outros, incorporando-o em um *site* da web ou *blog*, ligando-o, postando sua conta no outro *site* popular de mídia social etc. (MANOVICH, 2008, p. 207)[52]

Na visão de Yochai Benkler (2006) e Lev Manovich (2008), essa estrutura, globalmente unida por conexões físicas (constituída por cabos, fibras e satélites) e abstratas (composta por "nós" e "arestas"[53]), proporciona uma profunda mudança nas formas de acesso, uso e produção de informações. Enquanto a década de 80 se caracterizou pelo domínio da

---

identidade e aos direitos do sujeito. O consumidor não pode ser tratado como uma pessoa isolada, um receptor passivo que repete valores e escolhas, mas como um "consumidor ativo", membro crítico da sociedade que pode, por meio de novas práticas socioculturais, modificar os modos de consumo. Baccega (1998, 1999, 2001a, 2001b, 2005, 2010a) indica que o consumo, nesse sentido, assume o lugar da interação entre os polos de emissão e recepção no campo da comunicação, uma vez que a comunicação só se efetiva, no sentido de produção social de sentido, no momento em que, após um processo de mediação, uma multiplicidade de discursos é unificada e apropriada corretamente por quem os recebe.

[51] De acordo com Walter Teixeira Lima Junior (2012, 2013b), tanto os programas de computador como as próprias máquinas computacionais, além de mais acessíveis, do ponto de vista econômico, tornaram-se, também, mais amigáveis, no que diz respeito ao manuseio da plataforma. Se antes, para lidar com monitores monocromáticos de fósforo, eram necessários conhecimentos e comandos específicos para inserir simples informações em um sistema, agora, de modo gráfico, o mero toque do dedo em um dispositivo miniaturizado fornece novas maneiras de acessar, editar e compartilhar informações.

[52] Versão adaptada do trecho: "Meanwhile, the interfaces of social media sites were given buttons to easily move content around the "cloud," so to speak – emailing it to others, embedding it in one's web site or blog, linking it, posting to one's account on other popular social media sites, etc." (MANOVICH, 2008, p. 207).

[53] De acordo com Castells (2009, 2011), os "nós" da Web podem ser representados por páginas de cada *site*. Já as "arestas" adquirem a forma de *hyperlinks* (textos grifados ou botões), que propiciam a navegação entre conteúdos renderizados, formando, por meio dos subprodutos abstratos e tácitos oriundos dos fluxos de dados da Internet, uma Rede Informacional. Nessa perspectiva, as informações ou páginas podem ser consideradas mais importantes de acordo com a alta quantidade de *hyperlinks* relacionados ao seu conteúdo. Essa lógica é muito parecida com a do projeto "Xanadu", de Theodore Nelson, em que se propunha, com auxílio de links tridimensionais, agrupar documentos visuais e de texto em sistemas informacionais, como relata Brasilina Passarelli (2008a).

emissão de informações por "veículos de comunicação de massa"[54] e grandes empresas, que expunham conteúdos e praticamente não podiam ser contestados de forma significativa por seus receptores, atualmente, e, em especial, após os anos 2000, com o advento da Web e, mais recentemente, com a popularização das redes sociais[55], qualquer pessoa com acesso à Internet e habilidade mínima para lidar com máquinas computacionais, pode desenvolver, compartilhar e distribuir informações (de modo colaborativo e não necessariamente profissional), o que reduz as rígidas fronteiras que separavam emissores e receptores, tornando a relação mais simétrica, composta por colaborações entre todas as partes envolvidas, como poderá ser observado mais detalhadamente na próxima seção (2.2).

2.2 Troca de informações: redução de tempo, distância e custos associados no intercâmbio de conteúdos

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e, mais recentemente, as plataformas digitais têm sido apropriadas cada vez mais facilmente pela sociedade, o que intensifica o intercâmbio de imagens, sons e textos em um mundo permeado por códigos e símbolos. Todo esse contexto modifica a lógica do tempo e espaço, um encurtamento de distâncias que possibilita relacionamentos praticamente em tempo real, entre pessoas de diferentes partes do mundo sobre qualquer assunto que desejarem (FLUSSER, 2007; BENKLER, 2007).

De acordo com Castells (2006), destacam-se como principais atributos desse novo ambiente, a velocidade e a eficiência com que informações são transmitidas. Isso ocorre, em especial, porque a rede é um conjunto de pontos interligados que constrói um espaço edificado, permitindo que o "local" atinja o "global" por ligações sucessivas. Pode-se dizer que "a rede contém as noções de lugares (topologias) e de fluxos (reologias)" (SODRÉ, 2012, p. 165), especialmente devido à sua descentralização, abertura, acessibilidade e mobilidade, promovendo a desterritorialização – e reterritorialização – de espaços antes bem demarcados.

---

[54] Os veículos de comunicação de massa, chamados de "mídia de massa" por Carolyn Wilson et. al. (2013, p. 189), são **"**feitas para consumo do público em geral, valendo-se das agências de tecnologia. As mídias de massa são canais de comunicação de amplo alcance pelos quais as mensagens fluem".

[55] Antes do advento da Internet, pessoas – e não máquinas – já se agrupavam presencialmente em "redes sociais". Atualmente, porém, as redes sociais mais conhecidas são as disponibilizadas on-line, em que o acesso e conexão com outras pessoas se dá com auxílio de máquinas computacionais, tendo um poder de alcance muito superior às interações que se configuravam no ambiente presencial (RECUERO, 2009; LIMA JUNIOR, 2009; FRANCO, 2009; BOYD; ELLISON, 2007).

Ou seja, a Internet possibilita um cenário muito mais propício para o compartilhamento de informações entre pessoas que o existente no século passado. Anteriormente, o desejo de transmissão de diversos tipos de conteúdo esbarrava em obstáculos principalmente de ordem econômica, como o custo fixo associado a produtos físicos. Antes do advento das TICs e da consequente alteração dos átomos (predominantes no século XX) para os *bits* (século XXI), a simples tentativa de transmitir uma música para um colega, por exemplo, demandava a aquisição de determinada quantidade de LP's, fitas cassetes ou CD's correspondente ao número de cópias que seriam realizadas. Esses produtos geravam um custo e o conteúdo replicado de modo analógico quase sempre perdia qualidade (SHAPIRO; VARIAN, 1999; LESSIG, 2008).

Esse processo, com custo alto para compartilhamento analógico, qualidade inferior do material e limitação no número de cópias, característico do século anterior, costuma ser chamado, por Lawrence Lessig (2008), como cultura *Read Only* (RO), basicamente somente "leitura", em que imperava a dificuldade para transformação e disseminação de conteúdo.

Já o século atual, impulsionado pela presença da Web, fez com que a cultura predominante se tornasse *Read and Write* (RW), pelas possibilidades de remixagem geradas pelo ambiente digital, propiciando cópias de conteúdo com qualidade similar, sem custo fixo associado ao número de replicações e com possibilidade de envio praticamente em tempo real para qualquer pessoa do mundo que esteja conectada à Internet (LESSIG, 2008; CASTELLS, 2011). As informações, nesse contexto, são disponibilizadas de maneira mais criativa e não linear[56], teoricamente sem intermediários ou censura, o que facilita a elaboração de novos conteúdos colaborativos e não institucionalizados (BENKLER, 2006; TAPSCOTT, 2010; CASTELLS, 2011). Nesta perspectiva, Brasilina Passarelli (2010, p. 67-68) indica que:

> [...] vivenciamos hoje a decadência da prática cultural cerceada por cânones, à qual se aplicava a configuração de uma estrutura rígida e hierárquica de classificação e organização da informação e dos bens culturais, dos quais a maioria das pessoas era apenas mera espectadora. Lessig preconiza a transformação da *read culture* na *read write culture*, que começou a ocorrer no final do século XX, quando uma multidão de amadores começou a produzir e a publicar em rede seus conhecimentos e seus trabalhos dando origem a novas formas de ver e produzir cultura e conhecimento.

---

[56] Além disso, no que tange ao tipo de informações nesse ambiente digital, segundo José Joaquim Marques da Costa (2011, p. 173, tradução nossa): "Os documentos eletrônicos [digitais] têm algumas características específicas como não serem diretamente acessíveis aos sentidos, requerendo a mediação de aparelhos, serem imateriais, facilmente reprodutíveis, acessíveis, modificáveis, potencialmente multimídia, persistentes e frequentemente incorporarem o resultado da interação entre sujeitos. A comunicação eletrônica [digital], genericamente, permite a combinação de vários componentes da informação, como o som e a imagem, aparecendo como mais completos do que o material escrito".

Nessa perspectiva, Passarelli também destaca que o novo cenário tecnológico e econômico, de trocas de informações mais rápidas e abundantes, faz a maioria das organizações tentarem se adaptar:

> Tal produção de conhecimento trouxe, a reboque, uma nova configuração econômica cuja consolidação, no novo século, se dá por meio da economia do compartilhamento e da produção por pares, incorporada, portanto, pela noção de redes emergentes. Esse novo modelo de negócios e de produção de conhecimentos (riqueza) faz com que as estruturas sedimentadas em uma configuração de mercado procurem adaptar-se rapidamente em virtude de transformações advindas do comportamento dos consumidores e das novas formas de realizar negócios. As organizações, buscando desvendar como a informação circula na rede e adquire reputação em empresas, instituições educacionais e de pesquisa, chegaram ao consenso de que esse estudo revela muito sobre a produtividade, inovação e reorganização. (PASSARELLI, 2010, p. 68)

Essa nova configuração econômica, empresarial e educacional afeta diretamente o ambiente acadêmico e corporativo que será enfrentado pelos futuros profissionais e pesquisadores de Relações Públicas. Com a valorização mais intensa dos fluxos informacionais, em muitos casos, processos tornam-se mais colaborativos, espontâneos e emergentes, com o uso constante de fontes informais em detrimento de veículos tradicionais de imprensa ou grandes empresas.

Diferentemente de produtos físicos, que exigem trabalho remunerado, como o desenvolvimento de carros, prédios, entre outros, a informação conta com voluntários no mundo inteiro. Dificilmente alguém optaria por usar um avião que foi construído por meio de trabalho voluntário, mas milhares de pessoas usam com confiança a Wikipédia (enciclopédia on-line, colaborativa e gratuita) como fonte de informação, uma vez que esses conteúdos são entendidos como “bens públicos” e não como puros “bens privados”, caso dos produtos físicos (BENKLER, 2006).

De acordo com Benkler (2006), isso ocorre, em uma perspectiva econômica, porque as informações são “*nonrival*”, ou seja, não rivalizam entre si. Você pode consumir uma informação sem ter que deixar de consumir outra – ou até mesmo muitas pessoas podem consumir a mesma informação –, diferentemente de um alimento, por exemplo, que se for integralmente consumido por uma pessoa, não poderá ser comido por outra. Prova dessa valorização da informação é que, segundo Lev Manovich (2008, p. 2):

> No início da década de 1990, as mais famosas marcas mundiais eram de empresas que estavam no negócio de produção de bens materiais ou o processamento de matéria física. Hoje, no entanto, as listas de marcas

> globais mais reconhecidas são lideradas por nomes como Google, Yahoo e Microsoft.[57]

Manovich ainda explica que ao consultar listas das marcas mais valorizadas do mercado, sempre se visualizam empresas que lidam com informação nas primeiras posições, enquanto as que tratam de bens materiais se encontram na parte inferior do *ranking*, uma mudança de tendência que se desenvolveu com a Internet.

> Vamos pegar como exemplo o dia 21 de janeiro de 2008. Naquele dia, a lista da CNN foi constituída pelas seguintes empresas e índices: Google, Apple, S&P 500 Index, Nasdaq Composite Index, Dow Jones Industrial Average, Cisco Systems, General Electric, General Motors, Ford, Intel. Esta lista é muito reveladora. As empresas que lidam com bens físicos e de energia aparecem na segunda parte da lista: General Electric, General Motors, Ford. Em seguida, temos duas empresas de TI que fornecem hardware: a Intel produz chips de computador, enquanto a Cisco fabrica equipamentos de rede. E sobre as duas empresas que estão no topo: Google e Apple? A primeira parece estar no negócio da informação, enquanto a segundo está fazendo eletrônicos de consumo: laptops, monitores, tocadores de música etc. (MANOVICH, 2008, pp 2-3)[58]

O outro lado da questão é que, desde o desenvolvimento e popularização da Web, na década de 1990, diversas empresas tentam fechar o cerco sobre a liberdade de ação que a Internet propiciou ao deixar de ter seu uso restrito às universidades e passar a poder ser utilizada em residências do mundo inteiro. É nesse momento que, por vezes, a predominância da cultura *Read and Write* (RW) torna-se ameaçada. Mesmo no século atual, nesses casos, a cultura *Read Only* (RO), em muitos casos, torna-se predominante, uma vez que, para competir com redes emergentes, que compartilham arquivo por p2p (*peer-to-peer*/entre pares) e geram novos conteúdos com base nos originais, alguns representantes do modelo industrial de produção de informação, especialmente na indústria do entretenimento, têm batalhado para

---

[57] Versão adaptada do trecho: "In the beginning of the 1990s, the most famous global brands were the companies that were in the business of producing materials goods or processing physical matter. Today, however, the lists of best recognized global brands are topped with the names such as Google, Yahoo, and Microsoft" (MANOVICH, 2008, p. 2).

[58] Versão adaptada do trecho: "Let's take January 21, 2008 as an example. On that day CNN list consisted from the following companies and indexes: Google, Apple, S&P 500 Index, Nasdaq Composite Index, Dow Jones Industrial Average, Cisco Systems, General Electric, General Motors, Ford, Intel. This list is very telling. The companies that deal with physical goods and energy appear in the second part of the list: General Electric, General Motors, Ford. Next we have two IT companies that provide hardware: Intel makes computer chips, while Cisco makes network equipment. What about the two companies which are on top: Google and Apple? The first appears to be in the business of information, while the second is making consumer electronics: laptops, monitors, music players, etc." (MANOVICH, 2008, p. 2-3).

retomar seu domínio sobre a emissão de informações[59], seja por meio de leis, direitos sobre propriedade intelectual, ou algumas outras ações mais ameaçadoras, como a de Hollywood e da indústria fonográfica, que tentam gerar *softwares* de controle para coibir a cópia de produtos culturais digitalmente codificados, encapsulando conteúdos digitais e garantindo que seus códigos[60] sejam respeitados sem replicações, sendo a mais conhecida a *The Digital Millennium Copyright Act*[61] (BENKLER, 2006; LESSIG, 2008; SHAPIRO; VARIAN, 1999; JENKINS, 2009; WU, 2010; MANOVICH, 2008).

No entanto, o controle da arquitetura de dispositivos de computação é muito dificultado por determinadas empresas devido às próprias características do ambiente (já comentadas anteriormente), e, também, em razão do apoio que determinados setores da indústria eletrônica dão à criatividade e inovação decorrentes desses processos de "remixagem" por potenciais inventores de conteúdo (*prosumers*[62]). Isso ocorre especialmente devido ao fato de que quanto mais informações disponíveis, maior a chance de criação de conteúdo novo, processo conhecido como "sobre o ombro de gigantes" ("*on the shoulders of giants*"), o que, na visão de Benkler (2006), torna os direitos exclusivos de propriedade e o aumento dos níveis de proteção de patentes ainda mais desinteressantes no que se refere às possibilidades de inovações por pessoas, que individualmente ou em esforços coletivos, recombinam mensagens para gerar novos conteúdos.

Todavia, em uma tentativa de equilíbrio de interesses, de acordo com Lessig (2008), a tendência é que ocorra um modelo híbrido que englobe as duas culturas (RO e RW), que permita que os interesses comerciais de empresas não sejam prejudicados ilegalmente, mas que, ao mesmo tempo, possibilite as trocas, recombinações e disseminação de conteúdo pelas

---

[59] Essas práticas, de certo modo, remetem a temas como a tentativa de *lock-in* (aprisionamento) de grandes corporações em contraposição à cultura de liberdade para criação e troca de conteúdo em diversas plataformas, como discutiram, em diferentes perspectivas, Carl Shapiro e Hal R. Varian (1999), Henry Jenkins (2009), Lawrence Lessig (2008), Tim Wu (2010), Walter Teixeira Lima Junior (2014b) e Yochai Benkler (2006). Gary Hall (2011, p. 12), sob o prisma do IP, também discute algumas tentativas dos tribunais americanos ("*American courts*") para gerar proteção aos direitos de monopólio sobre determinados conteúdos ("*assigning monopoly rights*").

[60] O código, na perspectiva de Lawrence Lessig (2006) está geralmente associado a uma padronização reguladora de relações que permitam identificar, autenticar e credenciar o que é feito no ambiente digital. Nesse sentido, de acordo com o próprio Lessig (2008), enquanto a cultura *Read Only* se caracterizaria por um código fechado e limitado, a cultura *Read and Write* priorizaria códigos mais abertos.

[61] De acordo com Yochai Benkler (2006, p. 380, tradução nossa), "The Digital Millennium Copyright Act (DMCA) proibiu a criação e utilização de tecnologias que permitem aos usuários obter materiais cujos proprietários tenham controle por meio de criptografia. É proibido até mesmo tecnologias que os usuários podem empregar para usar os materiais, de modo que os proprietários não consigam se prevenir".

[62] O termo *prosumer* será discutido mais detalhadamente na seção 2.3.

pessoas, gerando novas oportunidades para todos os atores envolvidos, como os *prosumers*, tema da seção a seguir (2.3).

2.3 *Prosumer*: terminologia, definição e importância no ambiente digital

Em tempos de participação cada vez mais frequente por pessoas com acesso à Internet, a denominação "consumidor" muitas vezes pode exceder a concepção própria das práticas de produção e consumo industriais. Se forem levadas em consideração as novas facilidades de apropriações tecnológicas, cada pessoa que participa do ambiente digital possui a oportunidade de deixar de ser apenas um consumidor de informações e tornar-se um produtor e disseminador de conteúdo. A liberdade de escolha no ambiente digital, com opções de conteúdo disponíveis por diversas fontes, como empresas, Governo, indivíduos, entre outras, e que contrasta com o relativo domínio do cenário de mídia de massa do passado, é exemplificada por Paul Gilster (1997, p. 42):

> O poder da Internet surge destas ligações descentralizadas. [...]. A democracia prevalece: posso publicar uma mensagem na Internet tão facilmente como você. Eu posso escolher quais tópicos quero ler a respeito e 'desligar' os que não me interessam. Posso navegar no espaço de informação, fazendo escolhas, executando pesquisas por palavras-chave e exibindo o conteúdo. Dependendo de meus interesses, posso me tornar um provedor de conteúdo ou continuar a ser apenas um leitor, o que significa que sair da Internet é muito mais uma questão de preferência pessoal. Ninguém, além de mim, faz as escolhas sobre o que eu vejo.[63]

Na concepção de Tapscott e Willians (2007, p. 159), portanto, com apoio das TICs, pessoas superam a barreira do consumo de conteúdo e "[...] compartilham informações relacionadas ao produto, colaboram em projetos customizados, envolvem-se no comércio e trocam dicas, ferramentas e partes de produtos", por exemplo. Para Walter Teixeira Lima Junior (2014b, p. 126), o cenário atual,

> [...] que tentamos entender, pois apenas começou, liberta a informação dos suportes analógicos e eletrônicos e dá vida à mesma em formatos digitais

[63] Versão adaptada do trecho: "The power of the Internet comes from the fact that these connections are decentralized. […]. Democracy prevails: I can publish a message on the Internet as readily as you. I can choose which topics to read about and switch off those that don't interest me. I can navigate the information space by making choices, running searches for keywords, and displaying content. Depending on my interests, I can become a content provider or remain a reader, meaning that what I get out of the Internet is very much a matter of personal preference. No one other than myself makes the choices about what I see" (GILSTER, 1997, p. 42).

> conectados, proporcionando facilidade na obtenção de informações estruturadas sobre o mundo e seus mecanismos, podendo ser copiada, reelaborada, compartilhada e distribuída, quase que instantaneamente por intermédio de diversos dispositivos. Nesse escopo tecnológico, a informação passa a ser imaterial. Ou seja, não está ligada apenas a um suporte, seja livro, jornal, revista, televisão ou rádio. Estamos vivendo a era da conectividade, das redes, dos grandes armazenamentos e processamento de dados, mobilidade e portabilidade dos dispositivos tecnológicos, compartilhamento de informações digitais e novas formas de colaboração.

Surge, diante dessas circunstâncias, o *prosumer*, aglutinação de producer (produtor) + consumer (consumidor). O termo foi mencionado pela primeira vez por Alvin Toffler, em 1980, no livro *A Terceira Onda* (*The Third Wave*). Todavia, a ideia inicial começou a ser concebida por Marshall McLuhan e Barrington Nevitt (1972), na obra *Take Today: The Executive as Dropout.* Anos depois, o próprio Toffler (1990) voltou a discutir o conceito em *Powershift: as mudanças do poder*. Mais recentemente, Don Tapscott e Anthony D. Williams (2007) dedicaram um dos capítulos do livro *Wikinomics: how mass collaboration changes everything* para discutir as características do ambiente digital e os *prosumers*.

Inclusive, na presente Tese, optou-se pelo uso do termo original mencionado na obra *The Third Wave*[64], de Toffler (1980), ou seja, *prosumer* (em inglês e itálico). No entanto, o termo não é uma unanimidade, o que torna comum encontrar o uso da palavra em português, como "prossumidor" (com duas letras "s"), por exemplo, por João Távora, que fez a tradução do livro original de Toffler (1980), ou "prosumidor" (com uma letra "s"), por Jose Octavio Islas-Carmona (2008) e José Manuel Corona Rodríguez (2012).

Além da simples tradução da palavra para o português, foi possível perceber, ao realizar a revisão de literatura, que outros autores utilizam diversos termos para caracterizar uma figura similar, que também se destaca por consumir e produzir conteúdo simultaneamente, em diferentes contextos, casos de: "*produser"*, por Axel Bruns (2008a, 2008b); "usuário-mídia", por Carolina Frazon Terra (2010); e "consumidor 2.0", por Inês Amaral (2012).

A opção pelo uso da nomenclatura *prosumer* se dá especificamente por ter sido o primeiro termo usado em obras que tratem desse consumo e produção de informações. Além disso, destaca-se seu grau de recorrência e consequente consolidação em diversas pesquisas relacionadas à temática.

---

[64] O livro de Alvin Toffler (1980) apresenta três ondas na história da humanidade (sociedade agrícola, sociedade industrial e sociedade tecnológica), sendo a última onda a que se caracteriza pela valorização mais intensa do intercâmbio de informações, com intensa participação do *prosumer*.

Independentemente de nomenclaturas, no entanto, o fundamental é que a liberdade de caminhos para o trânsito de informações, promovido pela rede, permite que esse novo tipo de usuário, que também é produtor, crie, copie, reinvente e dissemine conteúdos para diversos países, aproveitando-se da instantaneidade característica do ambiente digital e possibilitando criações coletivas mais rápidas e frequentes (TOFFLER, 1980; BENKLER, 2007; LESSIG, 2008; TAPSCOTT, 2010; CASTELLS, 2011, AMARAL, 2012; JUNQUEIRA, 2014a; PASSARELLI, 2002).

Diante desse cenário, portanto, percebe-se uma alteração direta nas formas de consumo, posse, desenvolvimento e envio de informações, fato que se relaciona diretamente com processos colaborativos ocorridos na Web, como a *fan fiction* e outros tipos de criações coletivas que afetam diretamente o campo de Relações Públicas e que serão discutidas no próxima seção (2.4).

2.4 "Cultura participatória" e criações coletivas: mudanças enfrentadas por futuros pesquisadores e profissionais

Como visto anteriormente, as inovações tecnológicas contribuíram significativamente no que tange à geração de possibilidades de participação dos indivíduos nas trocas de informações. No entanto, concorda-se com Yochai Benkler (2006) e Augusto de Franco (2008) que a tecnologia, por si só, não transforma indivíduos competitivos em colaborativos, mas impede que rígidas hierarquias e exercício de poder possam ser executados:

> As pessoas podem continuar querendo competir umas com as outras, porém, quando conectadas em uma rede, esse esforço não prevalece como resultado geral na medida em que, na rede, elas não podem impedir que outras pessoas façam o que desejam fazer e nem podem obrigá-las a fazer o que não querem (FRANCO, 2008).[65]

De acordo com Benkler (2006), não estando presos às amarras externas, pessoas conseguem lidar com fluxos de informações sem ligação direta com arranjos institucionais, viabilizando produções independentes ou colaborativas, o que, de certo modo, relaciona-se com a "cultura participatória"[66], de Henry Jenkins (2012). Esse termo, debatido intensamente

---

[65] Documento on-line sem numeração de página.

[66] Henry Jenkins et. al. (2009) já utilizava o termo "participatory culture" em 2009, no texto *Confronting the Challenges of Participatory Culture*. Em 2012, no entanto, o neologismo empregado foi traduzido do mesmo

por Jenkins et. al. (2009), relaciona-se, basicamente, com as novas oportunidades geradas pela facilidade de apropriação tecnológica atual e, em especial, pela Web, tendo como características fundamentais: compartilhamento entre indivíduos com suporte técnico adequado; confiança pessoal nas contribuições dos envolvidos em possíveis criações coletivas; liberdade de expressão artística e viabilidade de engajamento cívico; e ausência de liderança específica (restringindo-se, em alguns casos, às orientações informais) de fluxos de informações para trabalhos coletivos. Ou seja, ao evidenciar a importância de todos os envolvidos, mas considerando que nem todos os membros poderão despender os mesmos esforços pelo coletivo, "na cultura participatória, toda a comunidade toma a responsabilidade de ajudar os novatos a encontrarem seu caminho" (JENKINS, 2012, p. 22).

Nesse ambiente, portanto, de acordo com Brasilina Passarelli e Juliana Kiyomura (2010, p. 167), "[...] a decisão de um ator de envolver-se ou não em uma ação coletiva depende do lugar em que ele se encontra no grupo: dos efeitos da influência dos amigos e dos efeitos espaciais e temporais".

Essa cultura só consegue prosperar, no entanto, por ser estruturada sobre um novo ambiente tecnológico, sem regras impostas por grupos específicos, o que promove a aproximação entre produtores midiáticos e o público. Nas palavras de Brasilina Passarelli (2010), essa é uma marca da "era da transição midiática", muito abordada por Henry Jenkins

> [...] na qual a digitalização estabelece as condições para a 'convergência', conceito no qual os meios caracterizados pela unidirecionalidade convivem, competem e colaboram com as mídias interativas, o que permite que o mesmo conteúdo flua por vários canais diferentes e assuma formas distintas nos pontos de recepção. Para o autor, convergência é o fluxo de conteúdos através de múltiplos suportes midiáticos. Os meios de comunicação são, em sua perspectiva, tanto sistemas de distribuição, a tecnologia que permite a comunicação, quanto um conjunto de protocolos associados ou práticas sociais e culturais que cresceram em torno dessa tecnologia. Ao analisar a convergência cultural e o impacto das novas mídias, Jenkins defende a ideia de que as ferramentas de comunicação, por seu caráter disseminador, contribuem para a aprendizagem e referência de uma nova geração denominada digital. (PASSARELLI, 2010, p. 66-67)

Na perspectiva de Henry Jenkins (2009), principalmente pela cultura da convergência, cria-se, portanto, um ambiente muito mais participativo, que possibilita, por exemplo, trocas de informações e de opiniões mais frequentes entre as empresas e seus públicos de interesse.

---

modo para o português ("cultura participatória"), no artigo *Lendo criticamente e lendo criativamente*, produzido por Jenkins (2012) para a Revista Matrizes. Em outros textos, percebeu-se o uso de "cultura participativa" como tradução para o termo, mas, no intuito de manter a ideia original do autor, a presente Tese utilizará a expressão "cultura participatória", apesar do possível estranhamento inicial da leitura.

Por estarem conceitualmente ligados diretamente ao ambiente corporativo, como mencionado no primeiro capítulo, os futuros profissionais de Relações Públicas costumam se tornar responsáveis pela harmonização de expectativas entre públicos e organizações. Em busca da compreensão mútua, sentem-se desafiados a estabelecer maneiras inovadoras de relacionamento, principalmente em um ambiente em que fontes informais são valorizadas e que opiniões de "consumidores" insatisfeitos têm possibilidades de viralização, por múltiplos caminhos e em escala global. Especialmente no setor do entretenimento, destaca-se uma mudança aparente na lógica do funcionamento da indústria, tornando turvos modelos de negócios aparentemente consolidados há décadas, como indica Brasilina Passarelli (2010, p. 67):

> Nesse contexto, a convergência das mídias é mais do que apenas uma mudança tecnológica; ela altera a relação entre tecnologias existentes, indústrias, mercados, gêneros e públicos. Modifica a lógica pela qual a indústria midiática opera e pela qual os consumidores processam a notícia e o entretenimento. Sendo ao mesmo tempo um processo corporativo, de cima para baixo, e um processo de consumidor, de baixo para cima, o caráter emergente das redes convive, portanto, com as estruturas cristalizadas, sejam instituições educacionais, políticas ou de comunicação. Esse aspecto emergente, característico de redes ditas descentralizadas e não hierárquicas, é empregado metaforicamente por vários campos da ciência para referir-se a relações organizadas em torno de uma topologia fundamentada na auto-organização.

Na indústria do entretenimento, uma das mais afetadas por ações coletivas de comunidades virtuais[67] que geram conhecimento compartilhado, como mencionado anteriormente, são frequentes os fluxos de informações sobre séries e filmes por meio de múltiplas plataformas. Em detrimento da expressão individual, ressalta-se, de modo gradual, o envolvimento espontâneo em projetos de interesse comum, o que provoca o surgimento de comunidades de fãs responsáveis por arranjos colaborativos e não institucionais, chamados de *fan fiction*. Esse movimento se caracteriza por ficções (textos recombinados, obras artísticas revitalizadas, desenvolvimento de quadrinhos, romances ou jogos, entre outras) criadas por

---

[67] As "comunidades virtuais", termo cunhado por Howard Rheingold (1993), se caracterizam por agrupamentos sociais – de interesse comum – que surgem em ambientes mediados por computadores e possuem relação direta com a prática de criação coletiva, ajudando a revitalizar a democracia. Nesta perspectiva, para Brasilina Passarelli (2007), além das abordagens de Rheingold (1993) e de Sherry Turkle (1995) – voltada para as *personas*/identidades assumidas no ambiente digital –, "outro viés que também evolui exponencialmente, nos últimos anos, diz respeito às estruturas abertas, tanto de *softwares* como de conteúdos, permitindo a autoria coletiva e cooperativa nos ambientes virtuais, através de diferentes estruturas como, por exemplo, as *wiki*" (PASSARELLI, 2007, p. 10).

fãs de obras da grande indústria, especialmente do entretenimento[68], a partir de conteúdos ou materiais originais e, na maioria dos casos, disseminados gratuitamente on-line, "operando em um mundo onde muitas pessoas diferentes podem recontar a mesma história e, no processo, expandir o alcance das interpretações potenciais do material" (JENKINS, 2012, p. 14). Henry Jenkins (2009) destaca diversos exemplos dessas criações coletivas na obra *Cultura da Convergência*.

Um dos exemplos é o filme Star Wars, que é constantemente revitalizado por fãs que produzem roteiros, filmes e jogos inspirados na obra original. Para a indústria cinematográfica, o lado positivo dessas ações possui relação com a divulgação de novos produtos associados às marcas e a manutenção da vivacidade do material. Todavia, algumas empresas entendem que alguns produtos realizados por esses grupos de fãs são elaborados com tanto esmero que possuem qualidade comercial e acabam se tornando rivais do material oficial, representando uma ameaça econômica. Por este motivo, acabam entrando na Justiça para fechar comunidades virtuais, o que, na visão de Jenkins (2009, p. 190), não é a conduta mais apropriada, uma vez que "[...] produtores de mídia terão de se ajustar às exigências de participação do consumidor, ou correrão o risco de perder seus consumidores mais ativos e entusiasmados para alguma outra atração de mídia mais tolerante".

É possível entender, pelo contexto apresentado na última citação e no parágrafo que a precede, que as organizações, atores fundamentais da atuação profissional de Relações Públicas, precisam, cada vez mais, reconhecer as oportunidades e ameaças que públicos atuantes podem gerar. Em um caso comentado por Henry Jenkins (2009), grupos de fãs de *Harry Potter* desenvolvem coletivamente novas histórias sobre bruxaria, tendo como pano de fundo a Escola de Magia do filme, desencadeando uma disputa entre cristãos conservadores e fãs liberais, em que cada grupo critica ou elogia o enredo da obra e desenvolve séries animadas reforçando seus valores. Esse é apenas mais um exemplo que coloca a produtora do

---

[68] Além da indústria do entretenimento, destacada na Tese pela quantidade de exemplos disponíveis, é possível encontrar projetos com enfoque científico ou para a formação em um campo do conhecimento específico, além de outros com grande destaque, como a Wikipédia. De acordo com Walter Teixeira Lima Junior (2014b, p. 131), "há milhares de exemplos de sucesso na rede que utilizaram processos de colaboração. Uns com sucesso dentro do seu segmento; portanto, não conhecidos pela totalidade dos internautas. Entretanto, são experiências muito bem-sucedidas do uso do trabalho colaborativo via rede. Como exemplo, cito o livro '*Data Handbook Journalism 1.0 beta'*, elaborado de forma colaborativa por uma determinada comunidade de jornalistas, que também detém conhecimentos e habilidades em Ciência da Computação". Henry Jenkins et. al. (2009) menciona, nessa perspectiva, diversos exemplos em que jovens, ao desenvolverem habilidades como a leitura, escrita, edição e programação de computadores, utilizam-se da Web para participar ativamente, e de modo inovador, para trabalhar em equipe na rede, possibilitando que benefícios educacionais, científicos e financeiros sejam desenvolvidos, tanto pela elaboração de textos coletivos como pela venda de produtos criados a partir de esforços coletivos e posteriormente comercializados.

filme (organização) em uma discussão inesperada. Essa característica reforça a ausência de controle sobre as informações no ambiente digital, uma situação que provavelmente será frequentemente enfrentada por futuros profissionais de Relações Públicas, atualmente estudantes do Ensino Superior e que possivelmente atuarão no ambiente corporativo.

2.5 A importância das literacias digitais diante da disseminação do uso das plataformas digitais

Diante de um cenário tecnológico que afeta o campo de Relações Públicas, com diversas criações coletivas[69], públicos com mais possibilidades de participação ativa, o que provoca o compartilhamento e disseminação de conteúdos mais frequentes, tornam-se cada vez mais necessárias habilidades e competências para lidar com as plataformas digitais (LOUREIRO; ROCHA, 2012; CALONEGO; ANDRELO, 2013).

Os novos desafios impostos criam a necessidade de que qualquer cidadão e, em especial, pesquisadores e profissionais de Comunicação, ou, no caso, de Relações Públicas, precisem "[...] lidar com os recursos disponíveis na rede mundial de computadores e nos demais ambientes virtuais – recursos cada vez mais necessários para a realização de atividades pessoais, educacionais e profissionais" (CAPOBIANCO, 2010, p. 81). Como mencionado por Carolyn Wilson et. al. (2013), em obra publicada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco):

> As sociedades em que vivemos hoje são movidas pela informação e pelo conhecimento. Não podemos escapar da ubiquidade das mídias e de todas as formas de tecnologias de informação e comunicação, tampouco do papel que elas desempenham em nossa vida pessoal, econômica, política e social. Assim, está claro que novas formas de competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) são necessárias para que as pessoas efetivamente participem e avancem por todos os estágios da vida nas sociedades da informação e do conhecimento. Isso tem confirmado que a alfabetização

[69] Alinhando-se à Zuffo (2003), Maria Aparecida Baccega (2003, p. 9) indica que: "[...] é da natureza dela [tecnologia], de constituir-se na base de um processo de construção coletiva de conhecimentos, que tem sido divulgado como conhecimento em rede". No entanto, é válido ressaltar que, de acordo com Baccega (2004, p. 128), informação (fragmentada) e conhecimento (totalidade) não são sinônimos: "Por sua condição de 'espetáculo', parece que o mais importante na informação passa a ser aquilo que ela tem de atração, de entretenimento. A informação, que parece ocupar o lugar do conhecimento, tornou-se, ela própria, a base para a reprodução do sistema, uma mercadoria a mais em circulação nessa totalidade. A confusão entre conhecimento e informação, entre totalidade e fragmentação, leva à concepção de que a informação veiculada pelos meios é suficiente para a formação do cidadão. Na verdade, o conhecimento continua a ser condição indispensável para a crítica".

> midiática e informacional está-se tornando cada vez mais importante para o ensino e a aprendizagem. (WILSON et. al., 2013, p. 59)

No atual contexto tecnológico, bastante debatido no decorrer do capítulo, uma base de conhecimentos forte no ensino superior é fulcral para incentivar o futuro profissional a continuar tendo interesse em saber se apropriar das plataformas digitais, uma vez que, diante das inovações tecnológicas, segundo Elizete Vieira Vitorino e Daniela Piantola (2009, p. 131), muito do que foi aprendido "torna-se rapidamente obsoleto, incapaz de dar conta de uma realidade em contínua mutação e das novidades que se proliferam em ritmo extraordinário e geram uma necessidade de aprendizado constante e urgente". Ou seja, a descrição definitiva das tecnologias digitais é inviável, uma vez que essas são continuamente emergentes e, cada vez mais, fadadas à rápida obsolescência (SODRÉ, 2012, p. 177).

E é nesse sentido que as literacias digitais ganham importâncias nas discussões que inter-relacionam Comunicação e Educação, uma vez que, para Elizete Vieira Vitorino e Daniela Piantola (2009, p. 131), "o desenvolvimento de habilidades e competências que permitam o uso consciente, criativo e benéfico da informação tornou-se essencial para a atuação do indivíduo no contexto social contemporâneo". Competências e habilidades que vão desde "a aprendizagem dos conceitos básicos de informática, a fim de que as pessoas possam usar o computador e a rede mundial de computadores para realizar atividades pessoais e/ou profissionais" (CAPOBIANCO, 2010, p. 82) até

> [...] gerir e organizar informação para podê-la utilizar no futuro; avaliar, integrar, interpretar e comparar informação de múltiplas fontes; criar e gerar conhecimento adaptando, aplicando e recriando nova informação; comunicar e transmitir informação para diferentes e variadas audiências, através de meios adequados (LOUREIRO; ROCHA, 2012, p. 2729).

Entende-se que somente dessa maneira, com habilidades e competências adequadas ao contexto tecnológico atual, será possível participar ativamente da sociedade em rede, uma vez que

> Na prática cotidiana, sobretudo entre os jovens, essas tecnologias tornaram-se imprescindíveis ao trânsito informativo sobre temas e causas, servindo tanto para motivar movimentos sociais quanto para auferir das novas realidades urbanas inéditas possibilidades de trabalho. (SODRÉ, 2012, p. 176)

2.5.1 Terminologia

Antes de abordar diretamente o conceito completo de "literacias digitais", todavia, é válido ressaltar que se utilizada no singular, de acordo com José Joaquim Marques da Costa (2011), a palavra "literacia" significa o processo de aprendizagem relacionado ao aprimoramento de competências relativas ao ato de ler, escrever e calcular. Já a palavra "digital" refere-se a todo o contexto externado no decorrer do presente capítulo e, principalmente, às trocas por meio de códigos e unidades discretas, tendo como base os dígitos binários do 0 (zero) e 1 que formam a base de funcionamento dos sistemas.

No entanto, quando utilizadas em conjunto e no plural, a expressão "literacias digitais" recebe uma ampliação de sentido. Desse modo, não se refere mais apenas à posse e acesso às tecnologias, mas ao desafio de construir "conhecimento e de perspectivas cidadãs de participação na sociedade" (JUNQUEIRA; PASSARELLI; BOTELHO-FRANCISCO, 2012, p. 1).

O uso da expressão "literaciais digitais", no plural, inclusive é defendido por Michele Knobel e Colin Lankshear (2006), em detrimento do termo no singular "literacia digital", uma vez que entendem que é arbitrária uma definição calcada apenas no ato de ler, escrever e calcular (chamada por alguns autores de "alfabetização digital" ou "letramento"[70]), com auxílio do ambiente digital, sem levar em consideração diversos outros tipos de literacias emergentes. Ainda nessa perspectiva, Ligia Capobianco (2010, p. 85) indica que:

---

[70] Em artigo publicado nos Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Antonio Hélio Junqueira, Brasilina Passarelli e Rodrigo Eduardo Botelho-Francisco (2012, p. 2), alinhando-se às considerações de Nelson Vieira (2008), destacam que "nesse embate letramento/alfabetização x literacias admite-se, inclusive, não existir uma tradução direta para o termo inglês *literacy* na maior parte das línguas, o que é reconhecido por um número considerável de intelectuais com estudos baseados na língua inglesa". E complementam: "[...] devido aos significados que os termos letramento e alfabetização carregam e às filiações teóricas que estão sendo feitas na condução dos argumentos aqui defendidos, esclarecemos que nesse trabalho vamos preferir utilizar a expressão *literacy* ou sua tradução, como em Portugal, literacia [...]" (JUNQUEIRA; PASSARELLI; BOTELHO-FRANCISCO, 2012, p. 3). Com uma necessidade de ampliação de sentido do conceito de letramento ou alfabetização, que remetia demasiadamente ao período restrito à escrita com papel e caneta ou à leitura fora do ambiente em rede, 'literacias digitais' mostrou-se mais eficiente para indicar os processos de comunicação e informação amparados pelas TICs" (CAPOBIANCO, 2010, p. 82), especialmente por abarcar habilidades cognitivas, socioemocionais e técnicas, além de outros recursos e competências específicas para lidar adequadamente com o contexto comunicacional e informacional dos ambientes digitais. Ou seja, em resumo, segundo Brasilina Passarelli e Antonio Hélio Junqueira (2012, p. 23), "historicamente relacionados, os conceitos de literacia, letramento e alfabetização remetem a níveis de competência de leitura e escrita, que no contexto da sociedade em rede se expandem: o significado de ser letrado passa a englobar também o fato de ser educado na linguagem multimídia e hipertextual da tela, que se tornou o meio mais comum de comunicação e entretenimento. Portanto, a perspectiva das literacias configura-se como uma nova abordagem para os estudos da cultura das redes, no contexto de expansão dos novos paradigmas comunicacionais que transformam o usuário passivo no consumidor/produtor ativo, o prosumer".

> Atualmente, em virtude de uma expansão de seu sentido, o conceito de literacia digital passou a ser referenciado no plural: literacias digitais. O processo que determinou essa ampliação de significado para além da noção de uso e busca de informação deu-se em função das adaptações necessárias para acompanhar a evolução das TICs ocorrida nos últimos anos e que foi responsável pela convergência das mídias tradicionais para a internet. (CAPOBIANCO, 2010, p. 85)

Na mesma linha de raciocínio, José Joaquim Marques da Costa (2011, p. 178) destaca "a necessidade de pensar em literacias digitais por oposição a literacia digital a partir da atenção às regras específicas de manipulação da informação de cada campo do conhecimento e de cada contexto".[71] E é nessa perspectiva que, de acordo com Nelson Vieira (2008, p. 194), o termo "literacias" tem adquirido sentido mais amplo, com o propósito de:

> [...] incluir os conhecimentos e capacidades necessárias para produzir e compreender diversos tipos de comunicação, a saber: a capacidade para compreender a tecnologia, ou seja, o conhecimento de princípios tecnológicos de base; a capacidade para compreender os media, isto é, interpretar as mensagens visuais transmitidas pelo cinema, televisão e Internet; a capacidade para compreender a informática, ou seja, utilizar um computador e o respectivo software e saber onde encontrar e como organizar a informação.

Apesar do uso mais frequente nos dias de hoje se caracterizar por "literacias digitais", de acordo com Carolyn Wilson et. al. (2011, p. 19), por exemplo, diversas terminologias têm sido usadas ao redor do mundo para abordar o tema, como: *media literacy*, *information literacy*, f*reedom of expression and information literacy*, *library literacy*, *news literacy*, *computer literacy*, *Internet literacy*, *digital literacy*, *cinema literacy*, *games literacy*; e *television literacy/advertising literacy*. Além dessas, como ressalta David Bawden (2001), também são utilizadas: *network literacy* e *hyper-literacy*, além das já mencionadas *computer literacy* e *Internet literacy*. Em uma abordagem voltada para o indivíduo atuar confortavelmente e de maneira habilitada em ambientes de TI ricos em informações, Martin e Ashworth (2004, p. 3) utilizam o termo "eLiteracy".[72]

---

[71] Com abordagem similar, Mark Warschauer (2003) considera que não é correto classificar pessoas como "letradas" ou "iletradas" digitalmente, uma vez que há, na perspectiva do autor, diversas gradações entre a ausência total de literacias e o domínio total de um conjunto de habilidades e competências que gere autonomia no ambiente digital. Nesse sentido, Warschauer indica que a relação entre o acesso às TICs e literacias, especialmente com o intuito de promover um aumento do poder social das pessoas na sociedade contemporânea, é permeada por quatro recursos fundamentais: recursos físicos (computadores e conectividade); recursos digitais (conteúdo e linguagem); recursos humanos (literacias e educação); e recursos sociais (comunidade e instituições).

[72] Em diferentes perspectivas, encontram-se diversas terminologias relacionadas ao tema das literacias digitais, mas que, devido ao significado que carregam, não foram utilizados nesta Tese, como: "letramento digital", de

Segundo Linda Langford (1998) e, mais recentemente, Elizete Vieira Vitorino e Daniela Piantola (2009), diante dessas inúmeras possibilidades de literacias emergentes, que contemplam o campo cultural, digital, visual e tecnológico, entende-se a pluralização do conceito de literacia. É por meio dessa abordagem que Michele Knobel e Colin Lankshear (2006, p. 17) justificam, em última análise, a aplicabilidade do termo no plural do seguinte modo:

> [...] devemos pensar a 'literacia digital' não como algo unitário, e certamente não como uma 'competência' ou 'habilidade' finita – ou até mesmo um simples conjunto de competências e habilidades. Pelo contrário, significa que devemos pensar a 'literacia digital' como síntese para as inúmeras práticas sociais e concepções de engajamento para construção de significados de textos que são produzidos, recebidos, distribuídos, trocados etc., por meio da codificação digital. Literacia digital, na realidade, são *literacias* digitais.[73]

2.5.2 Definição

Ao levar em consideração todo o contexto apresentado anteriormente, optou-se por adotar, a partir deste momento, a nomenclatura "literacias digitais" como base para o desenvolvimento da Tese, no intuito de salientar o que representa "mais do que a mera habilidade de usar um *software* ou operar um dispositivo digital, o que inclui uma grande variedade de complexas habilidades cognitivas, motoras, sociológicas e emocionais, necessárias para que usuários atuem em ambientes digitais de maneira eficaz" (ESHET-ALKALAI, 2004, p. 93).[74]

Magda Soares (1998, 2002); "habilidades informacionais"/"alfabetização informacional", de Sônia Elisa Caregnato (2000); e "competência informacional", de Ana Virgínia Chaves de Melo e Eliany Alvarenga de Araújo (2007). Além das justificativas apresentadas na nota de rodapé número 70, essa opção pode ser explicada pelas palavras de Maria Aparecida Baccega (2010a, p. 53-54): "Quando usamos uma palavra – ou outro signo não verbal –, sabemos que ela carrega em seu sentido o juízo de valor que culturalmente lhe está atribuído, ainda que se possa modificá-lo. Se assim não fosse, não se garantiria o entendimento entre os sujeitos, pois, para que isso ocorra, é necessária uma memória comum, e a memória comum é resultado do processo sociocultural no qual os sujeitos vivem".

[73] Versão adaptada do trecho: "[…] we should think of 'digital literacy' not as something unitary, and certainly not as some finite 'competency' or 'skill' – or even as a *set* of competencies or skills. Rather, it means we should think of 'digital literacy' as shorthand for the myriad social practices and conceptions of engaging in meaning making mediated by texts that are produced, received, distributed, exchanged etc., via digital codification. Digital literacy is really digital *literacies*" (KNOBEL; LANKSHEAR, 2006, p. 17).

[74] Versão adaptada do trecho: "Digital literacy involves more than the mere ability to use software or operate a digital device; it includes a large variety of complex cognitive, motor, sociological, and emotional skills, which users need in order to function effectively in digital environments" (ESHET-ALKALAI, 2004, p. 93).

As literacias digitais se caracterizam por um conjunto consistente de habilidades e competências para desempenhar, de maneira eficaz, atividades – seja por textos, imagens ou sons – em ambientes digitais, por meio de raciocínio crítico, autônomo e independente, construindo sentidos e narrativas por meio do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (ESHET-ALKALAI, 2004; PASSARELLI, 2010; BOTELHO-FRANCISCO, 2014a; JUNQUEIRA, 2014b; LOUREIRA; ROCHA, 2012; JONES-KAVALIER; FLANNIGAN, 2006).

Ressalta-se, ainda que, mais do que a simples aquisição de habilidades descontextualizadas, Brasilina Passarelli e Antonio Hélio Junqueira (2012, p. 38) indicam que os processos de conhecimento e uso das literacias digitais precisam ser entendidos como vivências e experimentações que permitem "conduzir os indivíduos a novas possibilidades de desenvolvimento, emancipação, autonomia educativa e protagonismo pessoal, bem como a novas formas de cidadania, atuação e participação social". Nessa perspectiva, para as pesquisadoras portuguesas Ana Loureiro e Dina Rocha (2012, p. 2728):

> Assim, são necessárias pessoas com competências digitais que providenciem determinadas infra-estruturas digitais e também de pessoas com competências digitais para as usar. Dessa forma, uma sociedade digital ou em rede – *digitally literate* – é um percursor para uma sociedade baseada no conhecimento – *knowledge-based society*.

O pioneiro no uso da expressão "*digital literacy*" (em português "literacia digital" e, agora, "literacias digitais", no plural) em uma obra de grande destaque foi Paul Gilster (1997)[75], com uma abordagem muito próxima do que se denomina "literacia da informação" nos dias de hoje. Pode-se dizer que as mudanças na terminologia e até parcialmente no significado, além das razões abordadas na seção anterior (2.5.1) desta Tese, e a alteração do singular para o plural ("literacia digital" para "literacias digitais") ocorreram, em especial, pelo contexto em que o autor redigiu a obra:

> Ainda que a definição de literacia digital proposta por Gilster [1997] se assemelhe às definições de literacia da informação, é importante ter em mente a formação do autor e o momento no qual o livro foi escrito (segunda metade da década de 1990), caracterizado principalmente pela precariedade dos recursos de áudio e vídeo então disponíveis na rede mundial de computadores, se comparados com os existentes atualmente. Portanto, a própria evolução das TICs determinou a necessidade de especificar uma

[75] De acordo com David Bawden (2008, p. 18), alguns outros autores chegaram a mencionar termos parecidos com "literacia digital" antes de Gilster (1997), porém em uma perspectiva um pouco diferente, como Richard Lanham (1995), com as expressões "*digital literacy*", no título do artigo, e "*multimedia literacy*", no corpo do texto.

> terminologia própria, que compreendesse a abrangência das novas formas de comunicação e recursos de informação disponíveis. (CAPOBIANCO, 2010, p. 85-86)

É fato que, no período, Gilster (1997, p. 33) ressaltou a seguinte característica de "literacia digital": "[...] a capacidade de compreender e utilizar a informação em vários formatos a partir de uma ampla gama de fontes quando é apresentada por meio de computadores".[76] Por outro lado, o próprio autor ressalta que a ampliação no uso da Internet – de um ambiente restrito aos cientistas, responsáveis por seu desenvolvimento, para uma rede mundial de publicação, pesquisa e entretenimento acessível para qualquer pessoa com um computador e um *modem* –, alterou as exigências sobre os usuários. E, nesse sentido, torna-se cada vez mais importante não apenas escolher o ferramental tecnológico correto para a resolução de problemas específicos do cotidiano, como, também, compreender o conceito de literacias digitais em seu mais amplo sentido, para poder consumir e produzir informações. Trata-se de um ponto essencial para a "sobrevivência" (autonomia) no futuro, em que o acesso à Internet estiver garantido a todos, como indica o autor:

> Literacia digital é a capacidade de compreender e utilizar a informação em vários formatos a partir de uma ampla gama de fontes apresentada por meio de computadores. O conceito de literacia vai além de simplesmente ser capaz de ler [...]. A literacia digital do mesmo modo estende os limites da definição [de alfabetização]. É a cognição do que você vê na tela do computador quando você usa a rede. O ambiente coloca exigências sobre você que sempre estiveram presentes, embora menos visíveis, nas mídias analógicas como o jornal e a TV. Ao mesmo tempo, ele evoca um novo conjunto de desafios que exigem que você se aproxime dos computadores em rede sem preconceitos. Não só você deve adquirir a habilidade de encontrar as coisas, como também deve adquirir a capacidade de usar essas coisas em sua vida. (GILSTER, 1997, p. 1-2)[77]

Para Gilster (1997, p. 29), isso "não significa que temos de nos tornar programadores ou aprender a decifrar longas linhas de código de computador". Como relatam Michael Poore

---

[76] Versão adaptada do trecho: "[…] the ability to understand and use information in multiple formats from a wide range of sources when it is presented via computers" (GILSTER, 1997, p. 33).

[77] Versão adaptada do trecho: "Digital literacy is the ability to understand and use information in multiple formats from a wide range of sources when it is presented via computers. The concept of literacy goes beyond simply being able to read; it has always meant the ability to read with meaning, and to understand. It is the fundamental act of cognition. Digital literacy likewise extends the boundaries of definition. It is cognition of what you see on the computer screen when you use the networked medium. It places demands upon you that were always present, though less visible, in the analog media of newspaper and TV. At the same time, it conjures up a new set of challenges that require you to approach networked computers without preconceptions. Not only must you acquire the skill of finding things, you must also acquire the ability to use these things in your life" (GILSTER, 1997, p. 1-2).

(2009, p. 5) e Rodrigo Botelho-Francisco (2014b, p. 153), o desafio é se desvencilhar dos vieses inextricavelmente vinculados aos artefatos técnicos, ampliando a discussão para as habilidades e questões antropológicas, sociais e/ou culturais envolvidas no relacionamento com as TICs na contemporaneidade.

Na perspectiva de Antonio Hélio Junqueira e Brasilina Passarelli (2011, p. 65), o que se nota é que "o conceito criado por Gilster [1997] no final da última década do século passado, gradativamente passou a incorporar as modificações ocorridas em função do permanente desenvolvimento das TICS [...]". E, nesse sentido, constata-se, cada vez mais, que "diversos autores, em diferentes áreas do conhecimento, têm se dedicado a descrever, caracterizar e estudar as diferentes literacias (tradução literal do inglês *literacy*) geradas no contexto da sociedade em rede" (PASSARELLI, 2010, p. 73).

Nos últimos dez anos, alguns importantes modelos e definições foram produzidos com ampliação de características. Pode-se mencionar, por exemplo, Yoram Eshet-Alkalai (2004), que, ao considerar literacias digitais como um conjunto de habilidades fundamentais para a sobrevivência na era digital – que inclui desde a navegação simples na Web, passando por conversas em salas de *chats* e jogos on-line, até chegar à execução de tarefas complexas em máquinas digitais sofisticadas –, propõe um modelo holístico com cinco tipos de literacias digitais: literacia fotovisual; literacia de reprodução; literacia da informação; literacia ramificada; e literacia socioemocional. Resultados da aplicação deste modelo também podem ser conferidos no artigo *Experiments in Digital Literacy*, de Eshet-Alkalai e Amichai-Hamburguer (2004).

No que tange à parte conceitual, inicialmente o autor define a literacia fotovisual como a arte de ler representações visuais. De acordo com Eshet-Alkalai (2004), a maioria dos usuários tem mais facilidade para aprender quando empregam comunicação visual natural com o objeto, ou seja, com interfaces gráficas. O efetivo aprendizado sincrônico possibilita que pessoas consigam ler, adicionando e sincronizando estímulos visuais, digitais e vocais, com textos escritos. O autor ainda sugere que quando os usuários interagem diretamente com uma interface gráfica, eles usam um único tipo de literacia, a fotovisual, o que facilita uma leitura gratuita, intuitiva e visual, que permite a decodificação de imagens e o fácil entendimento das mensagens apresentadas.

A literacia de reprodução é relatada como a arte de reinvenções criativas de informações preexistentes. De acordo com Yoram Eshet-Alkalai (2004), as inovações tecnológicas geraram novas formas de desenvolvimento, reprodução e disseminação de informações, mas, simultaneamente, exigem das pessoas que a utilizam, novos critérios e

habilidades para recombinar conteúdos, elaborando informações criativas, autênticas e significativas. Ligia Capobianco (2010, p. 90) ainda faz uma ressalva, ao alertar que ao interagir no ambiente digital, alguns fatores são exigidos mais intensamente, como: "habilidade de encontrar informações úteis; capacidade de concentrar-se e de evitar as distrações possibilitadas pelos inúmeros atrativos da rede; disponibilidade de tempo; possibilidade de uso do equipamento".

O pensamento não-linear e hipermídia[78] é um importante componente da literacia ramificada. Esta se caracteriza, de acordo com Eshet-Alkalai (2004), como uma habilidade de sobrevivência básica para todos os aprendizes que querem participar da construção do conhecimento na era da informação. Isso ocorre, em especial, porque o ambiente atual promove navegação livre por diferentes campos do conhecimento, de maneira não-linear e, por consequência, com novos desafios para a literacia digital. Segundo Ligia Capobianco (2010, p. 90), a literacia ramificada, ou como a autora opta por denominar de "literacia do pensamento hipermídia", é importante nos ambientes digitais, "deve-se à necessidade de utilizar estratégias de busca de informação e construção de conhecimento [...]. Requer, portanto, orientação espacial e multidimensional para navegar, bem como habilidades de pensamento abstrato".

Eshet-Alkalai (2004) descreve a literacia da informação como a arte do ceticismo. Com as novas tecnologias e o rápido crescimento de acesso a diferentes tipos de mensagens, a avaliação e, por consequência, o questionamento de quais informações possuem qualidade e podem gerar benefícios reais. Segundo o autor, o termo literacia da informação se refere às "habilidades cognitivas que consumidores usam para avaliar informações de modo instruído e efetivo. A literacia da informação funciona como um filtro: identifica erros, irrelevância ou informações tendenciosas, prevenindo sua infiltração no sistema de aprendizado" (ESHET-ALKALAI, 2004, p. 101).[79]

Renata Calonego e Roseane Andrelo (2013, p. 7-8) corroboram a afirmação supracitada, uma vez que, diante do contexto da sociedade em rede, "torna-se essencial a

---

[78] A hipermídia, um dos elementos utilizados na formação básica da Web, agrupa em uma só linguagem as ideias de interface, não-linearidade e multimídia. O hipertexto é, por sua vez, um componente fundamental da hipermídia, sendo considerado um sistema que rompe com a leitura e escrita linear e possibilita, por meio de *links* (conexões com outros documentos – sejam eles páginas, imagens, gráficos, sons ou textos), que informações sejam analisadas e combinadas, na ordem que o usuário desejar, gerando rápida pesquisa, atualização e desenvolvimento de informações (FERRARI, P., 2007; NOJOSA, 2007).

[79] Versão adaptada do trecho: "The term *Information literacy***,** as used in this article**,** refers to the cognitive skills that consumers use to evaluate information in an educated and effective manner. Information literacy works as a filter: it identifies erroneous, irrelevant, or biased information, and prevents its infiltration into the learner's system of considerations" (ESHET-ALKALAI, 2004, p. 101).

competência e a capacidade de discernir e analisar os conteúdos expostos, uma vez que o volume de informação disponível é alto e existem diversas ferramentas para seu acesso, de maneira a avaliar a credibilidade da informação, por meio de pesquisas e seleções". Além disso, de acordo com a Declaração de Praga, redigida em 2003, a literacia da informação

> [...] abrange o conhecimento das próprias preocupações e necessidades de informação, bem como a habilidade para identificar, localizar, avaliar, organizar e efetivamente criar, usar e comunicar informações para solucionar questões ou problemas apresentados. É um pré-requisito para participar efetivamente da Sociedade da Informação, e é parte do direito humano básico de aprendizagem constante ao longo da vida. (THE PRAGUE DECLARATION, 2003, p. 1).[80]

Nesse sentido, retomando a visão de Renata Calonego e Roseane Andrelo (2013, p. 8), a literacia da informação e a literacia digital são indissociáveis e conceitos-chave para promover a educação no atual contexto tecnológico, assim como o aumento da colaboração em ambientes digitais, uma vez que:

> [...] para se ter competência em literacia digital, faz-se necessário a competência em literacia da informação, pois, de forma geral, a primeira consiste em ter conhecimento da tecnologia e sobre o uso da tecnologia, que requer a segunda, ou seja, capacidade de pesquisa e seleção da informação. (CALONEGO; ANDRELO, 2013, p. 8)

Por fim, a literacia socioemocional, último elemento do modelo de literacia digital proposto por Eshet-Alkalai (2004), só consegue ser desenvolvida com pessoas críticas, suficientemente maduras em suas análises e que já possuem alto grau de literacia ramificada e literacia da informação. Isso porque, diante da expansão do uso das plataformas de comunicação digital e, em especial, da Internet, ao mesmo tempo em que oportunidades de colaboração foram ampliadas, as armadilhas digitais, como vírus e fraudes, também são mais frequentes. A literacia socioemocional é a principal responsável por permitir a identificação desses obstáculos e tentar ampliar a capacidade das pessoas para avaliar informações e compartilhar emoções, experiências e conteúdos estruturados. Nessa perspectiva, para Ligia Capobianco (2010, p. 92), "essa literacia pressupõe o compartilhamento de experiências e

---

[80] Versão adaptada do trecho: "Information Literacy encompasses knowledge of one's information concerns and needs, and the ability to identify, locate, evaluate, organize and effectively create, use and communicate information to address issues or problems at hand; it is a prerequisite for participating effectively in the Information Society, and is part of the basic human right of lifelong learning" (THE PRAGUE DECLARATION, 2003).

ideias em situações de comunicação nas quais pode ocorrer a expressão de pensamentos e emoções. A característica principal da literacia socioemocional é a interação [...]".

No artigo *Humans Under Bombardment: Performing in a Real-time World*, Yoram Eshet-Alkalai (2007) apresenta uma sexta habilidade, que complementa o modelo de cinco tipos de literacias digitais, esmiuçado acima, o "pensamento em tempo real" ("*real-time thinking*"):

> No presente trabalho, o pensamento em tempo real é apresentado como uma sexta habilidade de pensamento digital que completa o modelo conceitual holístico de Eshet-Alkalai (2004) de pensamento digital [apresentado anteriormente nesta tese], em que foi feita uma tentativa para representar as literacias digitais e habilidades de pensamento humano na era digital, apresentando cinco habilidades de pensamento digital. Eficazes pensadores em tempo real são capazes de processar com sucesso estímulos simultâneos, gerenciar estímulos que aparecem em velocidade muito alta, gerir a sua atenção efetivamente, conduzir trabalhos multitarefa, gerenciar as representações do ambiente em múltiplas perspectivas, e utilizar efetivamente o retorno instantâneo fornecido pelo sistema. No futuro, com a rápida evolução das tecnologias em tempo real, principalmente simuladores, ambientes de aprendizagem multimídia, plataformas de ensino on-line e tecnologias de jogos, vamos enfrentar ambientes em tempo real cada vez mais complexos, em que mais estímulos ocorrem muito mais rápido e os usuários precisam gerenciar situações em múltiplas perspectivas, múltiplas representações e múltiplas tarefas. Isto abrirá novas fronteiras para os usuários, mas, ao mesmo tempo, irá confrontá-los com uma variedade cada vez maior de problemas e desafios em tempo real que deve ser enfrentada, a fim de ser realizada de forma eficaz. (ESHET-ALKALAI, 2007, p. 59)[81]

Recentemente, uma das mais importantes iniciativas no que tange às literacias digitais foi a divulgação da abordagem de *Media and Information Literacy* (MIL), definida pela UNESCO (2013)[82], na obra *Global Media and Information Literacy Assessment Framework: Country Readiness and Competencies*, como:

---

[81] Versão adaptada do trecho: "In the present paper, real-time thinking is presented as a sixth digital thinking skill that completes Eshet-Alkalai's (2004) holistic conceptual model of digital thinking, in which an attempt was made to represent digital literacy and human thinking skills in the digital era with five digital thinking skills. Effective real-time thinkers are able to successfully process simultaneous stimuli, manage stimuli that appear at very high speed, manage their attention effectively, conduct multi-tasking jobs simultaneously, manage the multiperspective representations of the environment, and utilize effectively the just-on-time feedback provided by the system. In the future, with the rapid evolution of real-time technologies, mainly simulators, multimedia learning environments, online teaching platforms and game technologies, we will face increasingly more complex realtime environments, in which more stimuli occur much faster and users are required to manage more multiple-perspective, multiple-representation and multi-tasking situations. This will open new frontiers for users, but at the same time, confront them with an ever-growing assortment of problems and realtime challenges that must be addressed in order to perform effectively". (ESHET-ALKALAI, 2007, p.59)

[82] É válido destacar outras obras lançadas pela Unesco que tratam de literacias – entendidas pela Organização como um direito humano fundamental – como destacado previamente por Brasilina Passarelli, Rodrigo Botelho-Francisco e Antonio Hélio Junqueira (2011, p. 5) e, mais recentemente, por Botelho-Francisco (2014b, p. 155),

> MIL é definida como um conjunto de competências que empodera cidadãos para acessar, recuperar, compreender, avaliar, utilizar e criar, bem como compartilhar informações e conteúdos de mídia em todos os formatos, usando várias ferramentas, de forma crítica, ética e eficaz, a fim de participar e se envolver em atividades pessoais, profissionais e sociais. (UNESCO, 2013, p. 17)[83]

Isso porque, na visão da UNESCO (2013), as literacias precisam ser entendidas não como uma unidade, mas como um conjunto pluralista, dinâmico e situacional, em que diferentes níveis e usos de competências podem ser adquiridos, dependendo dos ambientes, necessidades e recursos disponíveis.

Na realidade, em uma importante iniciativa anterior, na obra *Understanding Information Literacy: A Primer*, também publicada pela Unesco, o autor Forest Woody Horton Jr. (2007) já alertava que esse conjunto de competências e habilidades precisam ser desenvolvidos constantemente:

> Ao longo da sua vida, quanto mais você aprende e, por consequência, conhece, e, especialmente, quanto mais rápido você domina e adquire habilidades, hábitos e atitudes eficientes – descobrindo como, de onde, com quem e quando pesquisar e coletar as informações que você precisa saber, mas que ainda não aprendeu – mais literacia da informação você desenvolve. Sua competência em aplicar e utilizar essas habilidades, hábitos e atitudes lhe permitirá tomar decisões mais sensatas e rápidas para lidar com a saúde e o bem-estar pessoal e familiar, com os desafios educacionais, profissionais, de cidadania, entre outros. (HORTON JR., 2007, p. VI)[84]

Ainda tratando da abordagem de MIL, em 2011, Carolyn Wilson et. al. (2011) desenvolveu um importante trabalho – publicado pela Unesco em diversos idiomas[85] – sobre

---

"O tema é alvo de documentos como a *FEZ Declaration on Media and Information Literacy*, de 2011, a *Declaração de Grünwald*, de 1982, a *Declaração de Alexandria*, de 2005, e a *Agenda Paris da Unesco*, de 2007".

[83] Versão adaptada do trecho: "MIL is defined as a set of competencies that empowers citizens to access, retrieve, understand, evaluate and use, create, as well as share information and media content in all formats, using various tools, in a critical, ethical and effective way, in order to participate and engage in personal, professional and societal activities" (UNESCO, 2013, p. 17).

[84] Versão adaptada do trecho: "Over the course of your lifetime, the more you learn and thereby come to know, but especially the sooner you master and adopt proficient learning skills, habits and attitudes – finding out how, from where, from whom and when to search for and retrieve the information that you need to know, but have not yet learned – the more information literate you thereby become. Your competency in applying and utilizing those skills, habits and attitudes will enable you to make sounder and timelier decisions to cope with your personal and family health and welfare, educational, job-related, citizenship and other challenges" (HORTON JR., 2007, p. VI).

[85] Na versão brasileira do material, que recebeu o título *Alfabetização Midiática e Informacional: Currículo para formação de professores* (2013), a Unesco optou por traduzir "*Media and Information Literacy* (MIL)" por "Alfabetização Midiática e Informacional (AMI)". Nesta Tese, no entanto, optou-se pelo uso do termo original,

Módulos Centrais e Módulos Complementares, com o intuito da orientar o currículo de formação de professores, foco daquele estudo devido ao entendimento de que se eles estiverem preparados para usar as plataformas digitais e, por consequência, mais familiarizados com a temática, poderão ser, posteriormente, replicadores dessas literacias:

> O trabalho inicial com professores é a estratégia central para se alcançar um efeito multiplicador: de professores alfabetizados em termos informacionais para seus alunos e, eventualmente, para a sociedade em geral. Os professores alfabetizados em conhecimentos e habilidades midiáticas e informacionais terão capacidades aprimoradas de empoderar os alunos em relação a aprender a aprender, a aprender de maneira autônoma e a buscar a educação continuada. Educando os alunos para alfabetizarem-se em mídia e informação, os professores estariam respondendo, em primeiro lugar, a seu papel como defensores de uma cidadania bem informada e racional; e, em segundo lugar, estariam respondendo a mudanças em seu papel de educadores, uma vez que o ensino desloca seu foco central da figura do professor para a figura do aprendiz. (WILSON et. al., 2013, p. 17)

O foco desta Tese não recai sobre os mesmos objetivos mencionados acima (formação específica de professores), uma vez que além do corpo docente, representado pelos coordenadores de curso de Graduação em Relações Públicas, também são abordadas as instituições, representadas pelas matrizes curriculares dos cursos selecionados. Todavia, o grande destaque das produções redigidas por Wilson et. al. (2011, 2013) e publicadas pela Unesco, levando em consideração os objetivos desta Tese, é o modelo de sete competências[86] apresentado nos livros supracitados, em que são abordadas: a compreensão do papel das mídias e da informação na democracia (Competência de MIL 1); a compreensão dos conteúdos das mídias e dos seus usos (Competência de MIL 2); o acesso eficiente e eficaz à informação (Competência de MIL 3); a avaliação crítica das informações e suas fontes (Competência de MIL 4); a aplicação de formatos novos e tradicionais de mídias (Competência de MIL 5); o contexto sociocultural dos conteúdos midiáticos (Competência de MIL 6); e a promoção da *Media and Information Literacy* entre os estudantes, além do gerenciamento das mudanças requeridas (Competência de MIL 7). Elas possuem a formação

---

em inglês (exceto em citações de obras em português), em função dos motivos expostos anteriormente que se relacionam com o sentido que a palavra "alfabetização" deixa de contemplar no ambiente digital.

[86] De acordo com publicação da UNESCO (2013, p. 55, tradução nossa), "o conceito de competência é entendido como a habilidade de um indivíduo para mobilizar e utilizar recursos internos, como o conhecimento, as habilidades e os instrumentos, entre outros, com o intuito de resolver eficientemente um problema específico em uma situação da vida real. A competência só pode ser observada em determinado contexto e situação. A competência pode ser aprimorada ao longo do tempo em um processo contínuo que pode variar entre o simples e o complexo".

do professor como foco, mas, de certo modo, contemplam competências que, cada vez mais, tornam-se fundamentais para qualquer cidadão.

Segundo Wilson et. al. (2011, 2013), a Competência de MIL 1 tem o intuito de permitir que o professor se familiarize com os produtores de informação e, em especial, das mídias, entendendo quão importante esses veículos têm ao fornecerem informações que contribuem diretamente na tomada de decisão a sociedade.

Desenvolver condições para o professor demonstrar seu conhecimento acerca do modo como as pessoas usam as mídias no âmbito pessoal e público é uma das premissas básicas da Competência de MIL 2.

De modo geral, a Competência de MIL 3 busca deixar o professor em condições para acessar informações de modo eficiente e eficaz, além de preparado para determinar quais dessas informações são essenciais para a execução de tarefas específicas nos mais variados campos do conhecimento.

A Competência MIL 4 tem o intuito de fazer o professor ser capaz de avaliar criticamente as fontes de informações e o conteúdo disseminado para utilizar apenas o material selecionado que possa solucionar problemas e contribuir com a análise de ideias.

Entender os usos das ferramentas, redes de comunicação e, de modo mais amplo, a tecnologia digital para possibilitar a busca e coleta de informações on-line para a tomada de decisão individual é a principal característica proposta pela Competência de MIL 5.

Na Competência de MIL 6, estabelece-se a meta de possibilitar que o professor compreenda que existem conteúdos regionais e sociais de mídia que precisam respeitar a diversidade cultural do país e do mundo de modo a utilizar as informações recebidas corretamente.

Por fim, a Competência de MIL 7, desempenha papel de grande importância, ao passo em que se responsabiliza por fazer o professor ter condições de disseminar todas as habilidades, competências e conhecimentos adquiridos, inicialmente para estudantes e, como consequência, para a sociedade em geral, promovendo em larga escala a *Media and Information Literacy*.

E é com base em todos esses aspectos teóricos apresentados no capítulo e, em especial nesta última seção, que se percebe a importância que as literacias digitais possuem nos dias de hoje. Fato evidenciado por Brasilina Passarelli (2011, p. 13) no trecho: “Na sociedade em rede, a noção de ‘literacias’ também se refere à capacidade de interagir e comunicar por meio

das TICs. Elas refletem o desenvolvimento de formatos de comunicação humana e os meios de produção de conhecimento”.[87]

Ou seja, de acordo com Brasilina Passarelli, Thiago Mio Salla e Mariana Tavernari (2010, p. 5), “enquanto o acesso é um pré-requisito para a ampla participação no estágio da sociedade da informação atual, a literacia é um pré-requisito para o protagonismo social e cidadania”.

Diante dessa importância das literacias digitais, em um ambiente cada vez mais caracterizado por atributos como a mobilidade, interatividade, velocidade e interconectividade, que provocam mudanças nas formas de pensar, agir e aprender (PASSARELLI, 2008b), após o mapeamento das Instituições de Ensino superior que oferecem cursos de Graduação em Relações Públicas (capítulo 3), realizar-se-ão pesquisas que evidenciem o panorama atual do Ensino Superior em RP no que tange às disciplinas de tecnologia.

[87] Versão adaptada do trecho: “In the network society, the notion of literacy also refers to the capacity to interact and communicate through ICTs. It reflects the development of human communication formats and the means of knowledge production” (PASSARELLI, 2011, p. 13).

Capítulo 3

Mapeamento dos cursos de Graduação em Relações Públicas do Brasil

3 MAPEAMENTO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES PÚBLICAS DO BRASIL

O presente capítulo pretende apresentar um mapeamento completo dos cursos de Graduação em Relações Públicas do Brasil. Após dois capítulos mais teóricos, o intuito é que o capítulo 3 exerça a função de conduzir o leitor até os resultados da pesquisa qualitativa e da pesquisa documental.

Para promover esse papel de fio condutor da Tese, o capítulo 3 divide-se em duas grandes seções (3.1 e 3.2): "Coleta, armazenamento e confirmação de dados do portal oficial do MEC (e-MEC)"; e "Cenário atual do Ensino Superior em Relações Públicas no Brasil".

As duas seções apresentam diversas subdivisões, mas, de modo geral, enquanto a primeira (3.1) expõe aspectos técnicos sobre a coleta e confirmação dos dados obtidos ao acessar o portal oficial do MEC (e-MEC), a segunda (3.2) apresenta uma análise completa a respeito do cenário atual (panorama) do Ensino Superior em Relações Públicas, com número de cursos, distribuição no território nacional, categoria administrativa, conceitos atribuídos a cada IES, entre outras características.

3.1 Coleta, armazenamento e confirmação de dados do portal oficial do MEC

Para mapear todas as Instituições de Ensino Superior (IES) que oferecem o curso de Relações Públicas no Brasil, diversos procedimentos foram adotados para coletar dados, confirmar informações, definir um universo e, posteriormente, as universidades que comporiam a pesquisa qualitativa apresentada no próximo capítulo desta Tese de Doutorado.

O primeiro procedimento adotado foi acessar o portal oficial do MEC e explorar a base de dados relativa às IES brasileiras que oferecem todos os cursos de Graduação em Relações Públicas do país, o e-MEC (http://emec.mec.gov.br/)[88] como apresentado na Figura 1 (próxima página).

[88] Instituições de Ensino Superior e Cursos Cadastrados. 2016. Disponível: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 06 nov. 2016.

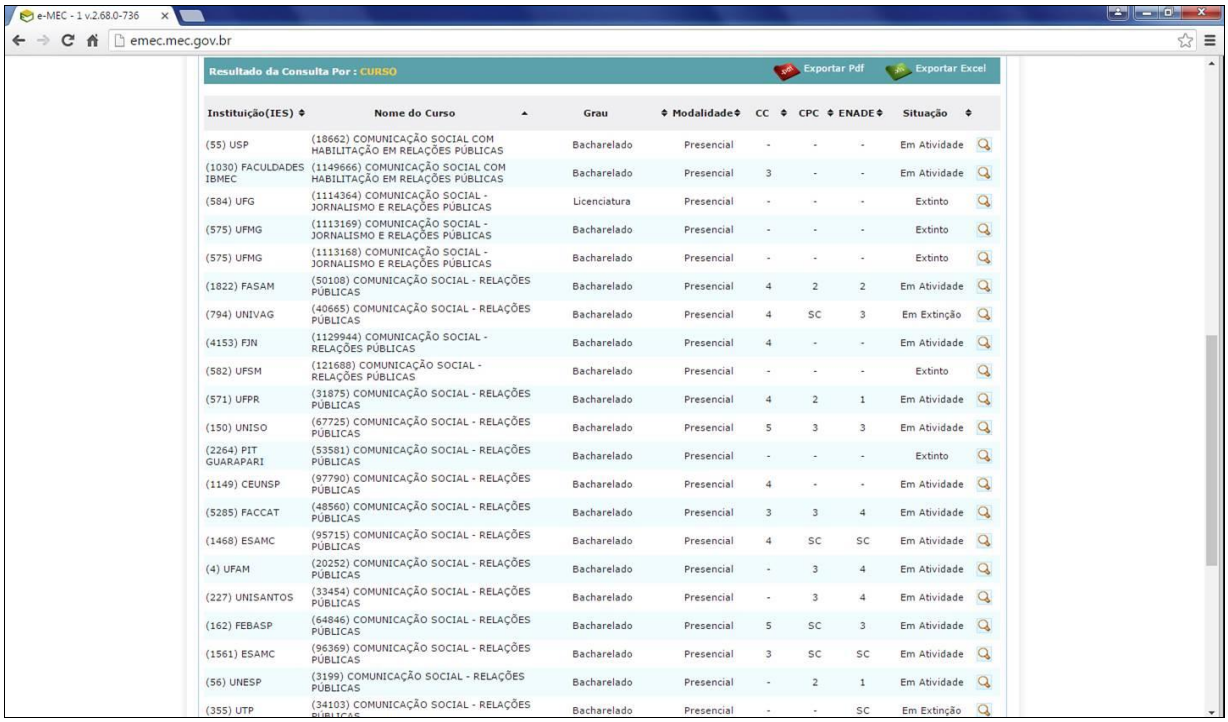
Figura 1 – Página principal da base de dados e-MEC
Fonte: Base de dados e-MEC inserida portal oficial do MEC

3.1.1 Coleta de dados por "Consulta Avançada" (e-MEC)

Em seguida, escolheu-se a guia "Consulta Avançada", que possibilita a procura específica por curso. No caso, selecionou-se a opção por "Curso de Graduação" e foi realizado o preenchimento do campo com o termo "Relações Públicas", de todo o país, ou seja, sem definir nenhum Estado específico para consulta, como pode ser observado na Figura 2.

Figura 2 – Página para "Consulta Avançada" na base de dados e-MEC
Fonte: Base de dados e-MEC inserida portal oficial do MEC

Dessa busca, o próprio *site* gerou uma lista com 111 Instituições de Ensino Superior que oferecem o curso de Graduação em Relações Públicas, entre “extintos”, “em extinção” e “em atividade”. Algumas dessas IES podem ser visualizadas na Figura 3.



Instituição(IES)	Nome do Curso	Grau	Modalidade	CC	CPC	ENADE	Situação
(55) USP	(18662) COMUNICAÇÃO SOCIAL COM HABILITAÇÃO EM RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado	Presencial	-	-	-	Em Atividade
(1030) FACULDADES IBMEC	(1149666) COMUNICAÇÃO SOCIAL COM HABILITAÇÃO EM RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado	Presencial	3	-	-	Em Atividade
(584) UFG	(1114364) COMUNICAÇÃO SOCIAL - JORNALISMO E RELAÇÕES PÚBLICAS	Licenciatura	Presencial	-	-	-	Extinto
(575) UFMG	(1113169) COMUNICAÇÃO SOCIAL - JORNALISMO E RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado	Presencial	-	-	-	Extinto
(575) UFMG	(1113168) COMUNICAÇÃO SOCIAL - JORNALISMO E RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado	Presencial	-	-	-	Extinto
(1822) FASAM	(50108) COMUNICAÇÃO SOCIAL - RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado	Presencial	4	2	2	Em Atividade
(794) UNIVAG	(40665) COMUNICAÇÃO SOCIAL - RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado	Presencial	4	SC	3	Em Extinção
(4153) FJN	(1129944) COMUNICAÇÃO SOCIAL - RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado	Presencial	4	-	-	Em Atividade
(582) UFSM	(121688) COMUNICAÇÃO SOCIAL - RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado	Presencial	-	-	-	Extinto
(571) UFPR	(31875) COMUNICAÇÃO SOCIAL - RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado	Presencial	4	2	1	Em Atividade
(150) UNISO	(67725) COMUNICAÇÃO SOCIAL - RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado	Presencial	5	3	3	Em Atividade
(2264) PIT GUARAPARI	(53581) COMUNICAÇÃO SOCIAL - RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado	Presencial	-	-	-	Extinto
(1149) CEUNSP	(97790) COMUNICAÇÃO SOCIAL - RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado	Presencial	4	-	-	Em Atividade
(5285) FACCAT	(48560) COMUNICAÇÃO SOCIAL - RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado	Presencial	3	3	4	Em Atividade
(1468) ESAMC	(95715) COMUNICAÇÃO SOCIAL - RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado	Presencial	4	SC	SC	Em Atividade
(4) UFAM	(20252) COMUNICAÇÃO SOCIAL - RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado	Presencial	-	3	4	Em Atividade
(227) UNISANTOS	(33454) COMUNICAÇÃO SOCIAL - RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado	Presencial	-	3	4	Em Atividade
(162) FEBASP	(64846) COMUNICAÇÃO SOCIAL - RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado	Presencial	5	SC	3	Em Atividade
(1561) ESAMC	(96369) COMUNICAÇÃO SOCIAL - RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado	Presencial	3	SC	SC	Em Atividade
(56) UNESP	(3199) COMUNICAÇÃO SOCIAL - RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado	Presencial	-	2	1	Em Atividade
(355) UTP	(34103) COMUNICAÇÃO SOCIAL - RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado	Presencial	-	-	SC	Em Extinção

Figura 3 – Lista dos cursos de Relações Públicas gerada pelo sistema e-MEC por “Consulta Avançada”
Fonte: Base de dados e-MEC inserida portal oficial do MEC

Ao clicar no nome de cada uma das Instituições, era apresentada uma “ficha” com dados referentes ao “código” (número de registro do curso), “modalidade” (presencial ou EaD), “grau” (Bacharelado, por exemplo), “curso” (Relações Públicas), “Estado”, “munícipio”, além das notas do “ENADE” (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes), “CPC” (Conceito Preliminar de Curso[89]) e “CC” (Conceito de Curso[90]). Um exemplo da “ficha” fornecida pelo sistema pode ser observado na Figura 4 (próxima página).

---

[89] Conceito atribuído ao curso por meio da avaliação da Infraestrutura da IES, o regime de trabalho docente, o Plano de Ensino, a titulação, o desempenho do estudante no ENADE, o grau de satisfação do aluno com a IES, entre outros. O Conceito Preliminar de Curso (CPC), que varia de 1 a 5, é válido para todas as unidades da mesma instituição em modalidades presenciais ou EaD.

[90] Conceito final (de 1 a 5) atribuída pelo MEC aos cursos de Graduação de IES brasileiras, atestando o nível de qualidade por meio de avaliações presenciais realizadas por técnicos do Ministério da Educação.

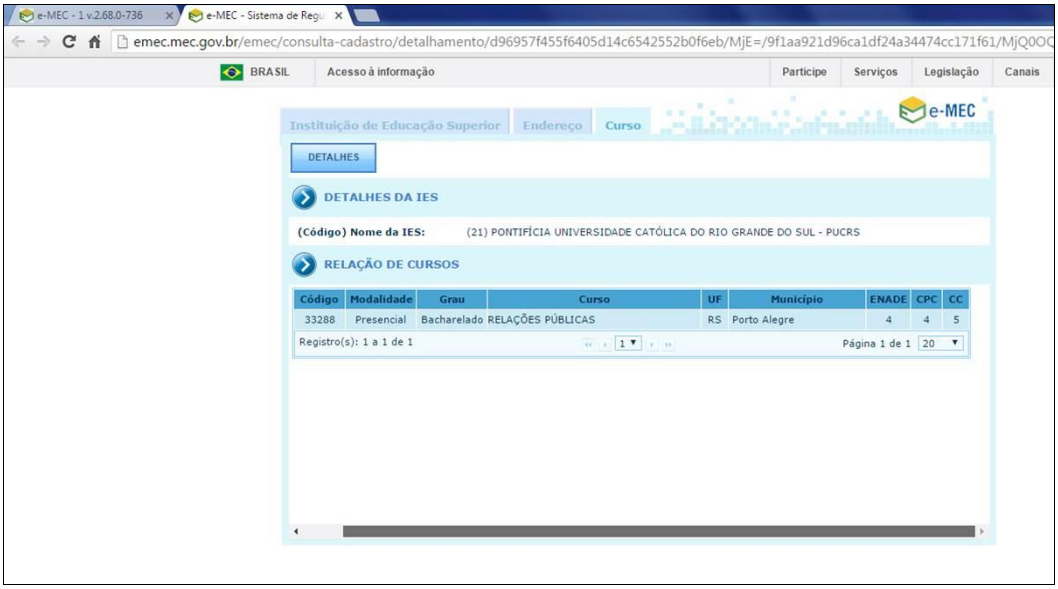


Figura 4 – Exemplo de "ficha" com detalhes da Instituição de Ensino Superior registrada no e-MEC
Fonte: Base de dados e-MEC inserida portal oficial do MEC

No caso específico da "Consulta Avançada", infelizmente muitas das fichas apresentadas pelo sistema e-MEC não estão completas. A nota do ENADE, do CPC e/ou do CC do curso selecionado, em diversas universidades, é registrada apenas com um traço ("–") ou com um "SC" (Sem Conceito)[91], como se pode observar na Figura 5.

Figura 5 – Exemplo de "ficha" de IES registrada no sistema e-MEC com um dos campos sem registro de nota
Fonte: Base de dados e-MEC inserida portal oficial do MEC

---

[91] Isso pode ocorrer por diversos motivos, como a pausa dada no ENADE para os cursos de Relações Públicas em 2009, cursos que ainda não são muito recentes e não foram avaliados, ou por uma falta de atualização do *site* em uma ficha específica. No entanto, ao realizar uma "Consulta Interativa", como a que será apresentada na próxima seção (3.1.2), o problema é praticamente solucionado, uma vez que as notas de CI, IGC e IGC contínuo são mais consistentes, sem lacunas em muitas "fichas".

3.1.2 Coleta de dados por "Consulta Interativa" (e-MEC)

Posteriormente, acessou-se a guia "Consulta Interativa", que apresenta um mapa com todos os Estados brasileiros, como se pode visualizar na Figura 6.

Figura 6 – Página para "Consulta Interativa" na base de dados e-MEC
Fonte: Base de dados e-MEC inserida portal oficial do MEC

Ao clicar em cada Estado do mapa, surge uma nova página, em que é possível selecionar o curso (no caso, Relações Públicas) e o município para análise de Instituições de Ensino Superior listadas. A Figura 7 (próxima página) apresenta o *layout* da página mencionada.

Figura 7 – Lista dos cursos de Relações Públicas gerada pelo sistema e-MEC por "Consulta Interativa"
Fonte: Base de dados e-MEC inserida portal oficial do MEC

A cada consulta, selecionou-se um Estado brasileiro, sempre com o curso de Relações Públicas destacado. Em cada Estado, repetiu-se o procedimento de selecionar todas as cidades (uma por vez) e abrir todas as "fichas" que eram apresentadas. As principais informações disponíveis de cada IES eram: endereço, telefone, *site* oficial e e-mail da Instituição de Ensino Superior; Organização Acadêmica (Faculdade, Centro Universitário ou Universidade); Categoria Administrativa (Pública Estadual, Pública Federal, Privada com fins lucrativos ou Privada sem fins lucrativos, por exemplo); além de notas referentes ao "CI" (Conceito Institucional[92]), "IGC" (Índice Geral de Cursos[93]) e "IGC Contínuo" (Índice Geral de Cursos Contínuo[94]). Um exemplo desse tipo de "ficha" pode ser observado na Figura 8.

---

[92] O Conceito Institucional, que varia de 1 a 5, refere-se a uma avaliação na própria IES, por especialistas do MEC.

[93] A nota atribuída pelo Índice Geral de Cursos, que varia de 1 a 5, refere-se a uma avaliação ampla e completa de todos os cursos da Instituição de Ensino Superior. São computados, por exemplo, a infraestrutura, o Corpo Docente, a nota do ENADE, a Pós-Graduação, entre outros critérios, não só especificamente de um curso (no caso, Relações Públicas), como de todos da IES. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Índice Geral de Cursos (Inep), a divulgação do IGC é sempre referente a um triênio, uma vez que leva em consideração o CPC (Conceito Preliminar de Curso) dos cursos apreciados no ano vigente e nos dois anos anteriores (BITTENCOURT; CASARTELLI; RODRIGUES, 2009).

[94] O IGC Contínuo tem relação direta com o Índice Geral de Cursos, mas é relativo a uma média ponderada das notas de todos os cursos de uma IES ao longo dos anos (BITTENCOURT; CASARTELLI; RODRIGUES, 2009).

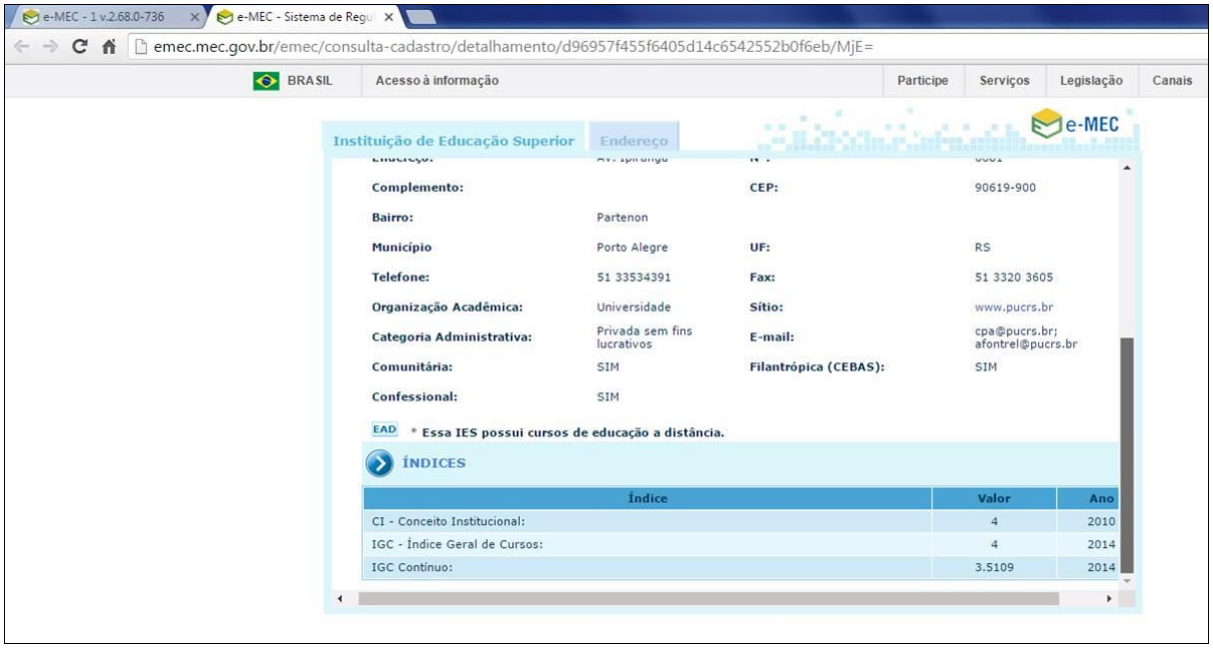


Figura 8 – Exemplo de "ficha" com detalhes sobre CI, IGC e IGC Contínuo da IES
Fonte: Base de dados e-MEC inserida portal oficial do MEC

3.1.3 Armazenamento de dados das fichas de cada IES

A coleta de todos os dados supracitados foi realizada entre os dias 17 e 22 de maio de 2016. Ao acessar cada uma das duas fichas (uma ficha relativa à "Consulta Avançada" e outra referente à "Consulta interativa") de cada Instituição de Ensino Superior, capturou-se a tela, por meio de "*print screen*", para que o registro pudesse ser mantido, mesmo em caso de posterior atualização do sistema e-MEC (ver Anexo 2).

Além da comprovação da veracidade dos dados, o armazenamento da imagem das fichas possibilitou a elaboração de uma tabela completa (ver Tabela 1 na página 111) com agrupamento de notas referentes ao ENADE, CPC, CC, CI, IGC e IGC Contínuo, que, no portal oficial, são apresentadas separadamente.

3.1.4 Confirmação dos dados coletados no e-MEC

Apesar de informar a situação dos 111 cursos de Relações Públicas, como "extintos", "em extinção" e "em atividade", decidiu-se elaborar um processo de confirmação dos dados

coletados. Nesse sentido, criou-se um quadro[95] (ver Quadro 1 na próxima página) com todos os cursos mencionados na lista, acessou-se o *site* de cada uma das Instituições de Ensino Superior e, por fim, foram feitas ligações para cada uma das IES em busca da confirmação de que o curso de Relações Públicas ainda está em atividade (2016) e se abriria turmas no ano subsequente (2017), como indica a Figura 9, que apresenta algumas das ligações realizadas entre os dias 23 e 27 de maio de 2016.[96]

Data	Telefone	Localidade	UF	Inicio
23/05/2016	3420-1700	APUCARANA	PR	16H28M55
23/05/2016	3103-6000	BAURU	SP	12H49M19
23/05/2016	3103-6000	BAURU	SP	15H47M39
23/05/2016	3247-5757	BELO HORIZONTE	MG	11H34M07
23/05/2016	3319-4462	BELO HORIZONTE	MG	16H26M44
23/05/2016	3409-5012	BELO HORIZONTE	MG	11H41M37
23/05/2016	3409-5043	BELO HORIZONTE	MG	11H46M58
23/05/2016	3343-7000	CAMPINAS	SP	18H11M12
23/05/2016	3737-4390	CAMPINAS	SP	12H41M05
23/05/2016	3477-4000	CANOAS	RS	16H14M07
23/05/2016	3218-2100	CAXIAS DO SUL	RS	16H12M34
23/05/2016	3321-1500	CRUZ ALTA	RS	17H33M57
23/05/2016	3271-1393	CURITIBA	PR	18H12M46
23/05/2016	3313-2019	CURITIBA	PR	12H09M23
23/05/2016	3331-7700	CURITIBA	PR	13H02M29
23/05/2016	3331-7700	CURITIBA	PR	15H50M30
23/05/2016	3331-7795	CURITIBA	PR	15H53M40
23/05/2016	3361-4200	CURITIBA	PR	18H13M55
23/05/2016	3744-0600	FREDERICO WESTPHALE	RS	12H07M59
23/05/2016	3219-4000	GOIANIA	GO	11H52M19
23/05/2016	3219-4001	GOIANIA	GO	11H54M16
23/05/2016	3521-1335	GOIANIA	GO	11H37M11
23/05/2016	3221-6200	GUARAPARI	ES	15H23M53
23/05/2016	3361-8300	GUARAPARI	ES	12H29M16
23/05/2016	3333-2476	IJUI	RS	16H53M00
23/05/2016	3376-9300	ITAPETININGA	SP	17H48M00
23/05/2016	3371-4000	LONDRINA	PR	17H41M41
23/05/2016	3371-4000	LONDRINA	PR	17H51M44
23/05/2016	3237-2214	MANAUS	AM	16H11M06
23/05/2016	3305-1181	MANAUS	AM	17H17M13
23/05/2016	3230-3333	PORTO ALEGRE	RS	16H44M24
23/05/2016	3284-4000	R DE JANEIRO	RJ	11H33M13
23/05/2016	3284-4000	R DE JANEIRO	RJ	11H35M14
23/05/2016	3284-4000	R DE JANEIRO	RJ	11H55M34
23/05/2016	2121-5999	RECIFE	PE	12H03M37
23/05/2016	2121-5999	RECIFE	PE	15H10M50
23/05/2016	2121-5999	RECIFE	PE	15H11M50
23/05/2016	3412-6386	RECIFE	PE	15H14M48
24/05/2016	3235-7300	BELO HORIZONTE	MG	14H55M48
24/05/2016	3319-9500	BELO HORIZONTE	MG	11H43M37
24/05/2016	3516-2344	BELO HORIZONTE	MG	16H20M11
24/05/2016	3516-2763	BELO HORIZONTE	MG	16H19M15
24/05/2016	2101-3355	CAMPOS DOS GOITACAZ	RJ	16H04M22
24/05/2016	3321-7559	CARATINGA	MG	16H09M12
24/05/2016	3046-2015	CARUARU	PE	16H17M19
24/05/2016	3046-2015	CARUARU	PE	16H55M05
24/05/2016	3523-6900	FOZ DO IGUACU	PR	17H04M57
24/05/2016	3332-0200	IJUI	RS	12H38M17
24/05/2016	3332-0200	IJUI	RS	17H07M42
24/05/2016	3341-7703	ITAJAI	SC	15H36M09
24/05/2016	3376-9300	ITAPETININGA	SP	10H57M46
24/05/2016	3216-7200	JOAO PESSOA	PB	11H39M10
24/05/2016	3225-4114	LAGES	SC	15H14M16
24/05/2016	3371-4000	LONDRINA	PR	10H56M11
24/05/2016	2124-2688	LORENA	SP	12H11M26
24/05/2016	3036-2299	MACEIO	AL	14H18M35
24/05/2016	3643-2000	MANAUS	AM	14H53M13
24/05/2016	2101-5550	MARINGA	PR	12H39M42
24/05/2016	3586-8800	NOVO HAMBURGO	RS	12H04M58
24/05/2016	2128-8000	PELOTAS	RS	15H30M32
24/05/2016	2128-8243	PELOTAS	RS	15H19M53
24/05/2016	3308-5146	PORTO ALEGRE	RS	16H11M27
24/05/2016	3320-3557	PORTO ALEGRE	RS	11H14M13
24/05/2016	3321-2122	PORTO ALEGRE	RS	16H07M12
24/05/2016	3217-5102	PORTO VELHO	RO	12H01M48
24/05/2016	2334-0639	R DE JANEIRO	RJ	11H16M08
24/05/2016	3570-8600	R DE JANEIRO	RJ	15H38M22
24/05/2016	2119-4016	RECIFE	PE	16H05M28
24/05/2016	3021-2800	SALVADOR	BA	15H15M06
24/05/2016	3228-2100	SANTOS	SP	17H03M24
24/05/2016	3354-6000	SAO JOSE DO RIO PRE	SP	14H27M21
24/05/2016	3625-4110	TAUBATE	SP	14H37M07
24/05/2016	3625-4121	TAUBATE	SP	14H35M26
24/05/2016	3319-8800	UBERABA	MG	12H37M05
24/05/2016	3319-8800	UBERABA	MG	17H16M55
24/05/2016	3523-2328	UNIAO DA VITORIA	PR	15H34M04

Figura 9 – Ligações realizadas para diversas cidades brasileiras para confirmação de dados obtidos por meio do e-MEC
Fonte: Conta telefônica do mês de maio de 2016

As informações referentes ao nome da Instituição contatada, o telefone da IES e se ela ainda oferece o curso de Relações Públicas estão no Quadro 1 (próxima página) e seguem a mesma ordem de apresentação das Instituições do sistema e-MEC (retiradas as repetições de "fichas" próprias da base de dados):

---

[95] Ao seguir as "Diretrizes Para Apresentação de Dissertações e Teses da USP", elaborado por Vânia Martins Bueno de Oliveira Funaro et. al. (2016), decidiu-se que serão utilizadas tabelas quando forem apresentados dados estatísticos importantes, ou seja, quando os dados numéricos forem centrais e todas as outras as informações textuais forem complementarem. Os quadros serão utilizados quando as informações textuais forem centrais. No entanto, no caso da formatação, decidiu-se padronizar todo o trabalho com a mesma identidade visual, sempre na cor azul e cinza, sem mudanças significativas entre quadros e tabelas.

[96] A partir da data da consulta, há possibilidade – apesar de remota – de que novos cursos de Relações Públicas podem ter sido inseridos ou retirados do sistema do MEC antes do fechamento desta Tese. Por este motivo, enfatizou-se o período da consulta. Foram considerados cursos "em atividades" apenas os listados no *site* oficial do MEC. Informações sobre eventuais omissões de cursos oferecidos no Brasil que não apareceram na base de dados e-MEC foram desconsideradas.

Quadro 1 – Instituições, contatos e confirmação de dados do e-MEC sobre oferta de cursos de RP

Instituição de Ensino Superior	Oferece curso de RP	Contato
Universidade de São Paulo – USP	SIM	(11) 3091-4122
DeVry | Metrocamp (Faculdade Metrocamp) – IBMEC (Grupo Ibmec)	SIM	0800-723-1818
Universidade Federal de Goiás – UFG	SIM	(62) 3521-1335
Universidade Federal de Minas – UFMG	SIM	(31) 3409-5012
Faculdade Sul-Americana – FASAM	SIM	(62) 3219-4000
Centro Universitário de Várzea Grande – UNIVAG	NÃO	(65) 3688-6177
Faculdade Joaquim Nabuco – FJN	SIM	(81) 3413-4611
Universidade Federal de Santa Maria – UFSM	SIM	(55) 3744-0600
Universidade Federal do Paraná – UFPR	SIM	(41) 3313-2019
Universidade de Sorocaba – UNISO	SIM	(15) 2101-7000
Faculdade de Comunicação Pitágoras Unidade Guarapari – PIT Guarapari	NÃO	(27) 3221-6200
Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio – CEUNSP	SIM	(11) 4028-8800
Faculdades Integradas de Taquara/RS – FACCAT	SIM	(51) 3541-6600
Faculdade ESAMC Uberlândia – ESAMC	SIM	(34) 3291-2828
Universidade Federal do Amazonas – UFAM	SIM	(92) 3305-1480
Universidade Católica de Santos – UNISANTOS	SIM	(13) 3205-5555
Centro Universitário Belas Artes de São Paulo – FEBASP	SIM	(11) 5576-5703
Faculdade ESAMC Sorocaba – ESAMC	NÃO	(15) 3332-9901
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP	SIM	(14) 3103-6000
Universidade Tuiuti do Paraná – UTP	NÃO	(41) 3331-7795
Faculdade ENIAC – ENIAC	NÃO	(11) 2472-5500
Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP (FACOM-FAAP)	SIM	(11) 3662-7332
Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC	SIM	(51) 3717-7300
Faculdade Boas Novas de Ciências Teológicas, Sociais e Biotecnológicas – FBNCTSB	NÃO	(92) 3237-2214
Universidade de Caxias do Sul – UCS	SIM	(54) 3218-2100
Universidade Luterana do Brasil – ULBRA	NÃO	(51) 3477-4000
Faculdade Mundial	SIM	(11) 3266-5944
Universidade Metodista de São Paulo – UMESP	SIM	(11) 4366-5000
Faculdade do Norte Novo de Apucarana – FACNOPAR	NÃO	(43) 3420-1700
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas	SIM	(31) 3319-4462
Universidade do Estado da Bahia – UNEB	SIM	(71) 3117-2200
Universidade Federal do Maranhão – UFMA	SIM	(98) 3272-8414
Centro Universitário Ritter dos Reis – UNIRITTER	SIM	(51) 3230-3333
Universidade Anhanguera de São Paulo – UNIAN-SP	NÃO	(11) 5180-9000
Faculdade América Latina	NÃO	(55) 3333-2476
Centro Universitário Anhanguera de São Paulo	NÃO	(11) 5180-9000
Universidade de Cruz Alta – Unicruz	NÃO	(55) 3321-1500
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos	SIM	(51) 3591-1122
Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP	SIM	(11) 3203-0133
Faculdades Integradas de Itapetininga – FII	SIM	(15) 33769300
Faculdade ESAMC Campinas - ESAMC	NÃO	(19) 3737-4390
Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação – FAPCOM	SIM	(11) 2139-8500
Universidade Estadual de Londrina – UEL	SIM	(43) 3371-4000
UNIFIAM-FAAM (FMU)	SIM	(11) 3132-3000
Faculdade Maurício de Nassau de Maceió	SIM	(82) 3036-2299
Faculdade de Tecnologia e Ciências de Jequié (FTC)	NÃO	(71) 3254-6666
Faculdade Estácio de Florianópolis – Estácio Florianópolis	NÃO	0800-880-6767
Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas	SIM	(19) 3343-7000
União das Faculdades dos Grandes Lagos – UNILAGO	NÃO	(17) 3354-6000
Faculdade União Bandeirante – FUBSJ (73511)	NÃO	(48) 3357-9000
Faculdade Estácio Macapá – Estácio Macapá	NÃO	0800-880-6767
Universidade de Taubaté – UNITAU	SIM	(12) 3625-4110
Universidade Nilton Lins – UniNilton Lins	NÃO	(92) 3643-2000
Centro Universitário UNA – UMA	SIM	(31) 3235-7300
Faculdade EDUVALE de Avará – EDUVALE	NÃO	(14) 3733-8585
Universidade Anhembi Morumbi – UAM	SIM	(11) 4007-1192
Centro Universitário FACVEST – FACVEST	NÃO	(49) 3225-4114
Universidade Salvador – UNIFACS	SIM	(71) 3021-2800
Universidade Católica de Pelotas – UCPEL	NÃO	(53) 2118-8000
Centro Universitário Anhanguera São Paulo (1165992)	NÃO	(11) 5180-9000
Centro Universitário Anhanguera São Paulo (1168089)	NÃO	(11) 5180-9000

(Quadro 1 continua na próxima página)

Instituição de Ensino Superior	Oferece curso de RP	Contato
Centro Universitário Anhanguera São Paulo (1168105)	NÃO	(11) 5180-9000
Centro Universitário Anhanguera São Paulo (1168141)	NÃO	(11) 5180-9000
Centro Universitário Anhanguera São Paulo (1193344)	NÃO	(11) 5180-9000
Centro Universitário Anhanguera São Paulo (1341606)	NÃO	(11) 5180-9000
Centro Universitário Anhanguera São Paulo (1341764)	NÃO	(11) 5180-9000
Universidade Cruzeiro do Sul – UNICSUL	SIM	(11) 2037-5830
Centro Universitário Sant'Anna – UNISANT'ANNA	SIM	(11) 2175-8000
Universidade de Santo Amaro – UNISA	SIM	0800-17-17-96
Faculdades Integradas Teresa d'Ávila – FATEA	NÃO	(12) 2124-2888
Universidade Feevale – FEEVALE	SIM	(51) 3586-8800
Faculdade de Rondônia – FARO	NÃO	(69) 3217-5102
Centro Universitário de Belo Horizonte – UNI-BH	NÃO	(31) 3319-9500
Faculdade Anhanguera de Guarulhos	NÃO	(11) 2107-4340
Faculdades Atibaia – FAAT	SIM	(11) 4414-4140
Universidade Federal da Paraíba – UFPB (28408)	SIM	(83) 3216-7200
Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA	SIM	(55) 3430-9850
Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR	SIM	(41) 3271-1393
Centro Universitário Autônomo do Brasil	NÃO	(41) 3361-4200
Faculdade de Tecnologia e Ciências de Vitória da Conquista (FTC)	NÃO	(71) 3254-6666
Faculdade ESAMC Santos – ESAMC	SIM	(13) 3269-5757
Faculdade de Tecnologia e Ciências de Itabuna (FTC)	NÃO	(71) 3254-6666
Faculdade de Tecnologia e Ciências de Feira de Santana (FTC)	NÃO	(71) 3254-6666
Faculdade Cásper Líbero (FCL)	SIM	(11) 3170-5538
Universidade do Contestado (UNC)	NÃO	(42) 3523-2328
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS	SIM	(51) 3320-3557
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ	SIM	(21) 2334-0639
Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI (34185)	SIM	(47) 3341-7703
Faculdades Integradas Hélio Alonso – FACHA	SIM	(21) 3570-8600
Universidade Camilo Castelo Branco – UNICASTELO	SIM	(11) 2070-0000
Faculdade de Tecnologia e Ciências – FTC Salvador	NÃO	(71) 3254-6666
Universidade do Sagrado Coração – USC	SIM	(14) 2107-7000
Universidade da Amazônia – UNAMA	NÃO	(91) 4009-3310
Centro Universitário Fluminense – UNIFLU	NÃO	(22) 2101-3355
Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP	NÃO	(81) 2119-4016
Faculdades Integradas de Caratinga – FIC	NÃO	(33) 3321-2122
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS	SIM	(51) 3308-5146
Faculdade Nordeste – FANOR	NÃO	4020-4900
Escola Superior de Relações Públicas – ESURP	NÃO	(81) 3046-2015
Faculdade IBMEC – IBMEC	NÃO	(31) 3247-5757
Centro Universitário Newton Paiva – Newton Paiva	NÃO	(31) 3516-2344
Universidade Católica do Salvador – UCSAL	NÃO	(71) 3324-7572
Universidade Federal de Alagoas – UFAL	SIM	(82) 3214-1004
Faculdade de Americana – FAM	SIM	(19) 3465-8100
Faculdade Anhanguera de Brasília – FAB	NÃO	(61) 3352-6290
Centro Universitário Monte Serrat – UNIMONTE	NÃO	(13) 3228-2100
Faculdade Metropolitana de Maringá	NÃO	(44) 2101-5550
Centro Universitário Dinâmica das Cataratas – UDC	NÃO	(45) 3523-6900
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ	NÃO	(55) 3332-0200
Universidade de Uberaba – UNIUBE	NÃO	(34) 3319-8800

Fonte: Base de dados e-MEC inserida portal oficial do MEC

3.2 Cenário atual do Ensino Superior em Relações Públicas no Brasil

Após as ligações para cada uma das Instituições de Ensino Superior, foi possível constatar que das 111 IES listadas no Portal do Ministério da Educação (MEC), 56

informaram que o curso de Graduação em Relações Públicas está "em atividade"[97], com processo seletivo ativo para abertura de turma em 2017. Na Tabela 1, é possível conferir cada uma das Instituições com informações a respeito do município, nota do ENADE, CPC, CC, CI, IGC, IGC e Categoria Administrativa.

Tabela 1 – Dados referentes ao nome, município, ENADE, CPC, CC, CI, IGC e IGC Contínuo das 56 IES brasileiras que oferecem o curso de RP

IES	Município	ENADE	CPC	CC	CI	IGC	IGC Contínuo	Categoria Administrativa
Universidade de São Paulo (USP)	São Paulo (SP)	–	–	–	–	–	–	Pública Estadual
DeVry | Metrocamp (Grupo Ibmec)	Campinas (SP)	2	3	4	4	3	2.5178	Privada com fins lucrativos
Universidade Federal de Goiás - UFG	Goiânia (GO)	–	–	–	4	4	3.4995	Pública Federal
Faculdade Sul-Americana - FASAM	Goiânia (GO)	2	2	4	3	3	2.2573	Privada com fins lucrativos
Faculdade Joaquim Nabuco Recife - FJN	Recife (PE)	–	–	4	4	3	2.2318	Privada com fins lucrativos
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM	Santa Maria (RS)	5	4	5	3	4	3.8173	Pública Federal
Universidade Federal do Paraná -UFPR	Curitiba (PR)	1	2	4	4	4	3.7085	Pública Federal
Universidade de Sorocaba - UNISO	Sorocaba (SP)	3	3	5	4	3	2.4169	Privada sem fins lucrativos
CEUNSP	Salto (SP)	–	–	4	4	3	2.6119	Privada com fins lucrativos
Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT	Taquara (RS)	4	3	3	4	4	3.0591	Privada sem fins lucrativos
ESAMC Uberlândia	Uberlândia (MG)	SC	SC	4	3	3	2.7370	Privada com fins lucrativos
Universidade Federal do Amazonas - UFAM	Manaus (AM)	4	3	–	3	3	2.7884	Pública Federal
UNISANTOS	Santos (SP)	4	3	–	3	4	3.0504	Privada sem fins lucrativos
FEBASP	São Paulo (SP)	3	SC	5	4	3	2.3231	Privada sem fins lucrativos
UNESP	Bauru (SP)	1	2	–	–	5	3.9452	Pública Estadual
FACOM-FAAP	São Paulo (SP)	3	3	4	4	3	2.2712	Privada sem fins lucrativos
Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC	Santa Cruz do Sul (RS)	4	4	4	5	4	3.0453	Privada sem fins lucrativos
Universidade de Caxias do Sul – UCS	Caxias do Sul (RS)	4	3	4	4	3	2.8956	Privada sem fins lucrativos
Faculdade Mundial	São Paulo (SP)	–	–	3	–	–	–	Privada sem fins lucrativos
Universidade Metodista de São Paulo - UMESP	São Bernardo do Campo (SP)	4	3	4	4	3	2.6547	Privada sem fins lucrativos
PUC Minas	Belo Horizonte (MG)	4	3	–	4	3	2.8969	Privada sem fins lucrativos
UNEB	Salvador (BA)	3	3	–	–	3	2.3219	Pública Estadual
UFMA	São Luís (MA)	SC	SC	–	4	3	2.7535	Pública Federal

(Tabela 1 continua na próxima página)

[97] Em alguns casos específicos, há mais de um código de registro do curso de Relações Públicas para a mesma Instituição de Ensino Superior. Nesse caso, a redundância foi ignorada e considerou-se simplesmente um curso por IES.

IES	Município	ENADE	CPC	CC	CI	IGC	IGC Contínuo	Categoria Administrativa
UNIRITTER	Porto Alegre (RS)	–	–	–	5	4	2.9476	Privada com fins lucrativos
Unisinos	São Leopoldo (RS)	4	4	–	4	4	3.5808	Privada sem fins lucrativos
FECAP	São Paulo (SP)	4	4	4	4	4	3.7484	Privada sem fins lucrativos
Faculdades Integradas de Itapetininga - FII	Itapetininga (SP)	2	2	3	3	3	2.0397	Privada sem fins lucrativos
FAPCOM	São Paulo (SP)	4	3	4	4	4	3.4036	Privada sem fins lucrativos
UEL	Londrina (PR)	4	4	–	–	4	3.6687	Pública Estadual
Centro Universitário UNIFIAM-FAAM	São Paulo (SP)	–	–	–	5	3	2.4475	Privada sem fins lucrativos
Faculdade Maurício de Nassau de Maceió	Maceió (AL)	–	–	–	4	3	2.3952	Privada com fins lucrativos
PUC-Campinas	Campinas (SP)	3	3	–	4	3	2.6589	Privada sem fins lucrativos
UNITAU	Taubaté (SP)	4	4	–	–	3	2.3839	Especial
Centro Universitário UNA – UNA	Belo Horizonte (MG)	3	3	5	4	4	2.9732	Privada com fins lucrativos
Universidade Anhembi Morumbi - UAM	São Paulo (SP)	–	–	4	3	3	2.8457	Privada com fins lucrativos
Universidade Salvador - UNIFACS	Salvador (BA)	4	3	–	5	3	2.5348	Privada com fins lucrativos
Universidade Cruzeiro do Sul - UNICSUL	São Paulo (SP)	2	SC	3	5	3	2.7363	Privada com fins lucrativos
UNISANT'ANNA	São Paulo (SP)	3	3	–	3	3	2.0360	Privada sem fins lucrativos
Universidade de Santo Amaro - UNISA	São Paulo (SP)	3	2	3	3	3	1.9797	Privada sem fins lucrativos
FEEVALE	Novo Hamburgo (RS)	3	4	4	4	4	3.1592	Privada sem fins lucrativos
Faculdades Atibaia - FAAT	Atibaia (SP)	4	SC	4	4	4	3.0324	Privada com fins lucrativos
Universidade Federal da Paraíba - UFPB	João Pessoa (PB)	4	4	–	4	4	3.3809	Pública Federal
UNIPAMPA	São Borja (RS)	–	–	4	–	4	3.2700	Pública Federal
UFMG	Belo Horizonte (MG)	5	5	–	4	5	4.1895	Pública Federal
PUCPR	Curitiba (PR)	3	3	4	5	3	2.8781	Privada sem fins lucrativos
Faculdade ESAMC Santos	Santos (SP)	–	–	4	3	3	2.5893	Privada com fins lucrativos
Faculdade Cásper Líbero (FCL)	São Paulo (SP)	4	3	–	3	3	2.3231	Privada sem fins lucrativos
PUCRS	Porto Alegre (RS)	4	4	5	4	4	3.5109	Privada sem fins lucrativos
UERJ	Rio de Janeiro (RJ)	2	3	–	–	4	3.4609	Pública Estadual
Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI	Itajaí (SC)	3	3	4	–	4	3.0856	Privada sem fins lucrativos
Faculdades Integradas Hélio Alonso - FACHA	Rio de Janeiro (RJ)	3	3	4	3	3	2.2873	Privada sem fins lucrativos
UNICASTELO	São Paulo (SP)	–	–	–	4	3	2.4030	Privada sem fins lucrativos
Universidade do Sagrado Coração - USC	Bauru (SP)	3	4	–	3	3	2.8726	Privada sem fins lucrativos
UFRGS	Porto Alegre (RS)	5	4	–	4	5	4.3493	Pública Federal
UFAL	Maceió (AL)	2	3	–	–	3	2.8257	Pública Federal
Faculdade de Americana - FAM	Americana (SP)	–	–	–	4	3	2.4132	Privada sem fins lucrativos

Fonte: Base de dados e-MEC inserida portal oficial do MEC

3.2.1 Análise dos dados compilados das IES brasileiras que oferecem o curso de Relações Públicas

Esta seção (3.2.1) é dividida em outras quatro grandes seções, que se subdividem para abordar pontos específicos de cada um dos seguintes temas: divisão entre IES públicas e privadas; Organização Administrativa (Universidades, Centros Universitários e Faculdades); regiões brasileiras; e notas atribuídas aos cursos brasileiros.

3.2.1.1 Divisão entre IES públicas e privadas

Ao analisar as 56 Instituições de Ensino Superior que oferecem o curso de Relações Públicas, percebe-se que 40 estão disponíveis em IES privadas (71,4%), 15 em universidades públicas (26,8%) e 1 em uma categoria "Especial" (1,8%)[98], como indica o Gráfico 1.

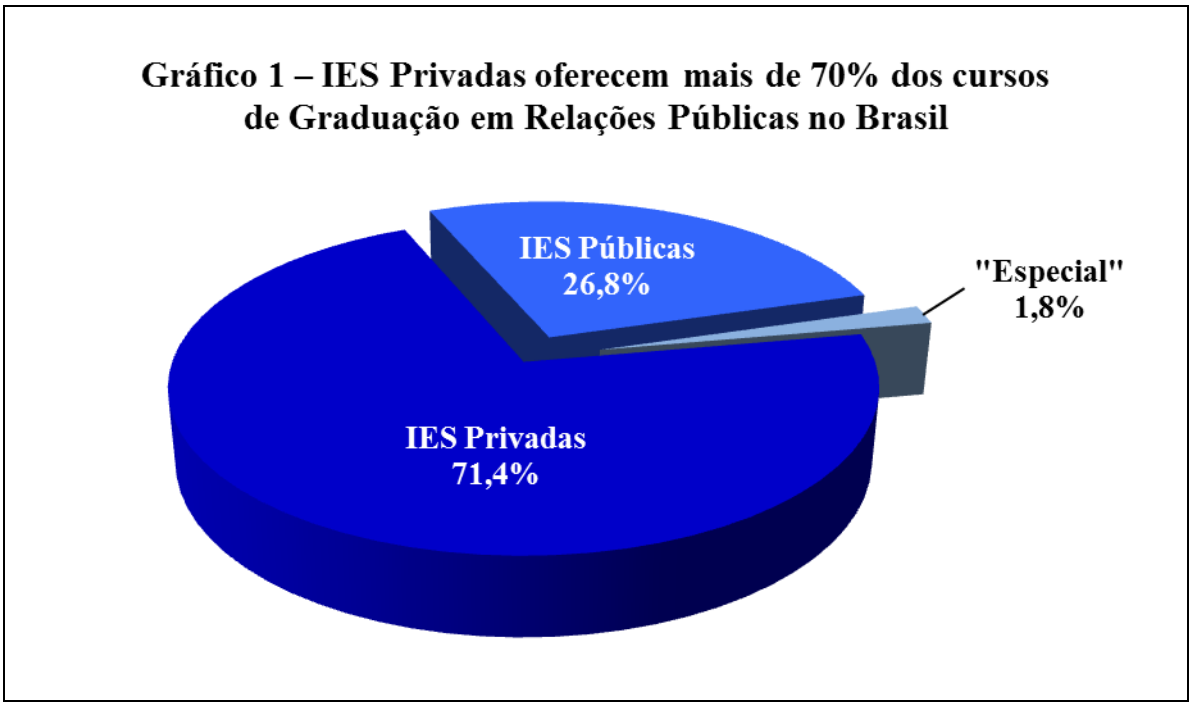


Gráfico 1: IES Privadas oferecem mais de 70% dos cursos de Graduação em Relações Públicas no Brasil
Fonte: Levantamento realizado com apoio em dados disponibilizados pelo Portal do Ministério da Educação

[98] O enquadramento à categoria administrativa "Especial" ainda é objeto de análise pela CONJUR/MEC (Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Educação).

3.2.1.1.1 Instituições de Ensino Superior privadas com e sem fins lucrativos

Ao tratar especificamente das 40 IES privadas que oferecem o curso de RP, 27 não possuem fins lucrativos (67,5%) e 13 têm fins lucrativos (32,5%), como indica o Gráfico 2.

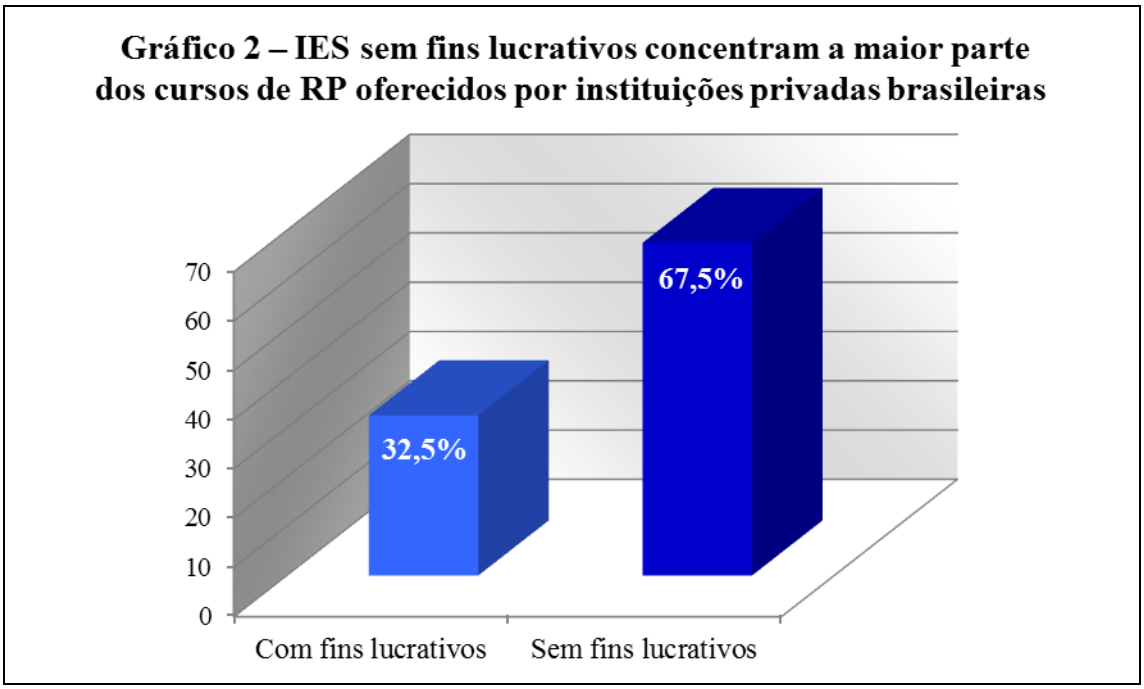


Gráfico 2: IES sem fins lucrativos concentram a maior parte dos cursos de RP oferecidos por instituições privadas brasileiras
Fonte: Levantamento realizado com apoio em dados disponibilizados pelo Portal do Ministério da Educação

3.2.1.1.2 Universidades Públicas Federais e Estaduais

Já entre as universidades públicas, foi possível notar que a oferta de cursos de RP tem concentração maior nas Instituições Federais, com 10 casos (66,7%), ante os 5 casos em Estaduais (33,3%), como demonstrado no Gráfico 3 (próxima página).

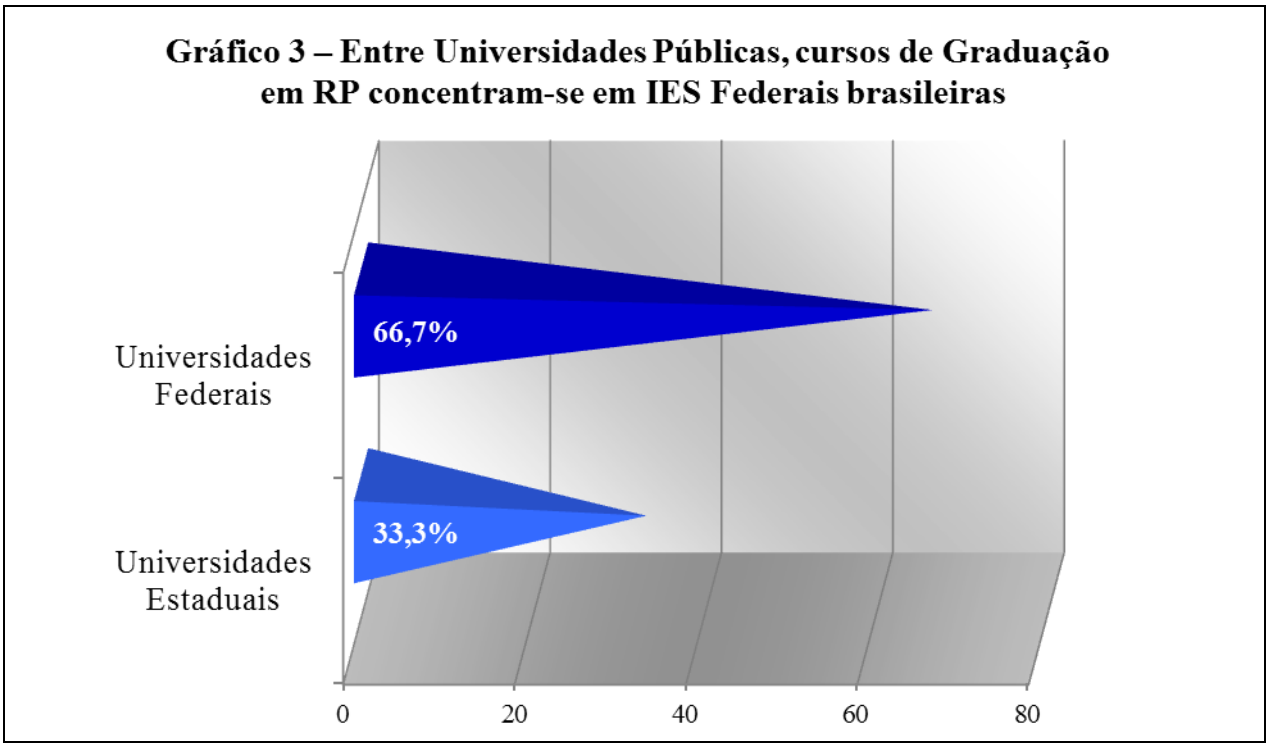


Gráfico 3: Entre Universidades Públicas, cursos de Graduação em RP concentram-se em IES Federais brasileiras
Fonte: Levantamento realizado com apoio em dados disponibilizados pelo Portal do Ministério da Educação

3.2.1.2 Organização Administrativa: Universidades, Centros Universitários e Faculdades

Quanto à Organização Administrativa do âmbito geral, que envolve os 56 cursos oferecidos, a maioria absoluta concentra-se em "Universidades", com 34 cursos (60,7%). As Faculdades aparecem na sequência, com 15 cursos (26,8%). Os Centros Universitários oferecem 7 cursos de RP (12,5%), como registrado no Gráfico 4 (próxima página).

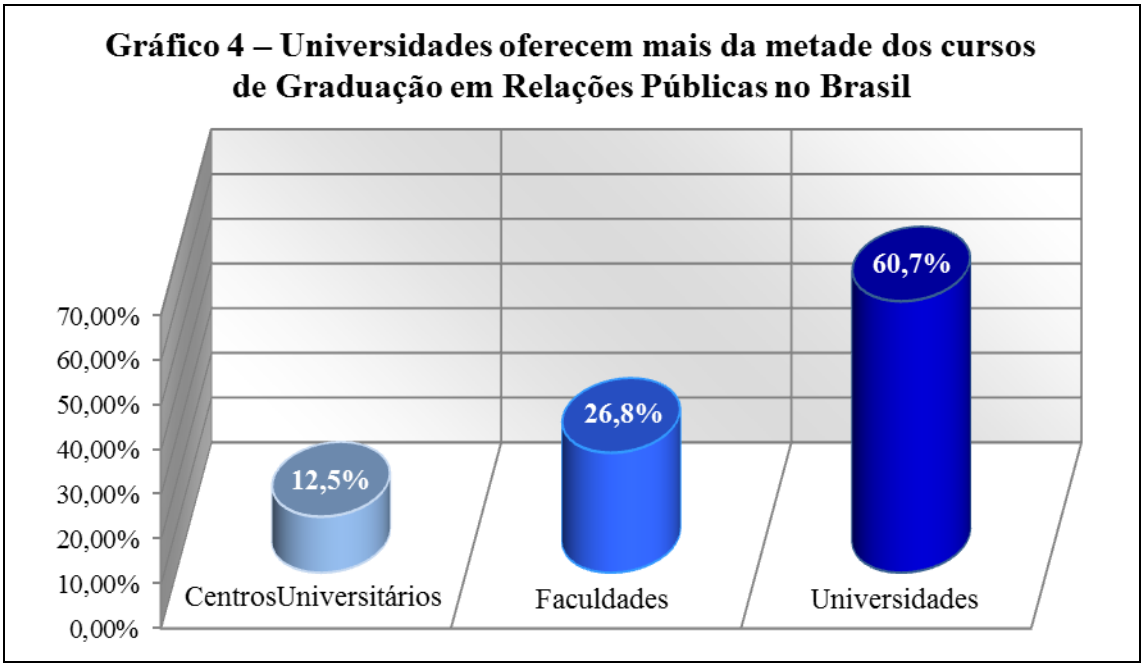


Gráfico 4: Universidades oferecem mais da metade dos cursos de Graduação em Relações Públicas no Brasil
Fonte: Levantamento realizado com apoio em dados disponibilizados pelo Portal do Ministério da Educação

3.2.1.3 Regiões brasileiras

É importante notar, também, que a maioria das IES que possuem o curso disponível está situada na região Sudeste do país, com 32 cursos (57,1% do total). Na sequência, aparecem as seguintes regiões: Sul, com 14 cursos (25,0%); Nordeste, com 7 (12,5%); Centro-Oeste, com 2 (3,6%); e Norte, com 1 (1,8%), como apresentado percentualmente e em números absolutos no Gráfico 5 (próxima página).[99]

[99] No Gráfico 5, decidiu-se seguir a mesma coloração de cada região do mapa "Brasil: divisão regional do IBGE". O mapa pode ser visualizado no *site* <www.geografiaparatodos.com.br> ou no portal do Governo do Estado do Paraná: <http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=348&evento=5>. As mesmas cores foram adotadas nas Tabelas 2, 3 e 4.

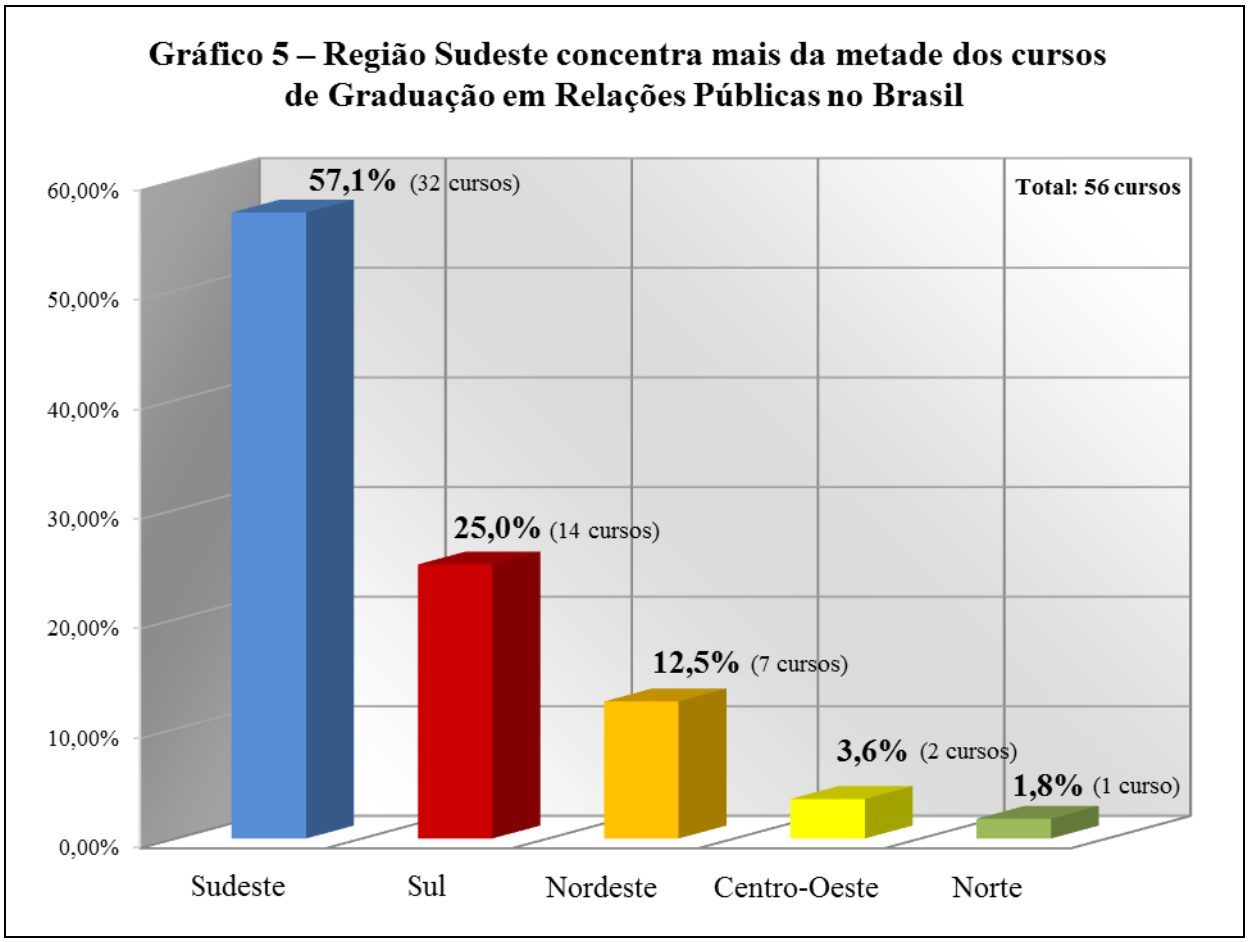


Gráfico 5: Região Sudeste concentra mais da metade dos cursos de Graduação em Relações Públicas no Brasil
Fonte: Levantamento realizado com apoio em dados disponibilizados pelo Portal do Ministério da Educação

Os nomes das universidades que oferecem curso de Relações Públicas e a sua distribuição, não só por regiões, como por Estados brasileiros, podem ser conferidos nas Tabelas 2, 3 e 4, inseridas nas próximas páginas.

Tabela 2 – Informações sobre as Instituições de Ensino Superior – devidamente cadastradas no MEC – que oferecem curso de Relações Públicas nas regiões Norte e Nordeste

Região do Brasil	Número de cursos disponíveis na Região	Estados	Número de cursos disponíveis no Estado	Nomes dos cursos disponíveis no Estado
Norte	**1**	Acre, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins	0	• Nenhum curso registrado "em atividade"
		Amazonas	1	• Universidade Federal do Amazonas (UFAM).
Nordeste	**7**	Alagoas	2	• Faculdade Maurício de Nassau de Maceió • Universidade Federal de Alagoas – UFAL
		Bahia	2	• Universidade do Estado da Bahia – UNEB • Universidade Salvador – UNIFACS
		Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe	0	• Nenhum curso registrado "em atividade"
		Maranhão	1	• Universidade Federal do Maranhão - UFMA
		Paraíba	1	• Universidade Federal da Paraíba - UFPB
		Pernambuco	1	• Faculdade Joaquim Nabuco Recife – FJN

Fonte: Levantamento realizado com apoio em dados disponibilizados pelo Portal do Ministério da Educação (base de dados e-MEC)

Tabela 3 – Informações sobre as Instituições de Ensino Superior – devidamente cadastradas no MEC – que oferecem curso de Relações Públicas nas regiões Centro-Oeste e Sul

Região do Brasil	Número de cursos disponíveis na Região	Estados	Número de cursos disponíveis no Estado	Nomes dos cursos disponíveis no Estado
Centro-Oeste	**2**	Goiás	2	• Universidade Federal de Goiás – UFG • Faculdade Sul-Americana – FASAM
		Mato Grosso e Mato Grosso do Sul	0	• Nenhum curso registrado "em atividade"
Sul	**14**	Paraná	2	• Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR • Universidade Estadual de Londrina – UEL
		Rio Grande do Sul	11	• Centro Universitário Ritter dos Reis – UNIRITTER • Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT) • Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA • Universidade Feevale – FEEVALE • Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS • Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC • Universidade de Caxias do Sul – UCS • Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos • Universidade Federal de Santa Maira – UFSM • Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
		Santa Catarina	1	• Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Fonte: Levantamento realizado com apoio em dados disponibilizados pelo Portal do Ministério da Educação (base de dados e-MEC)

Tabela 4 – Informações sobre as Instituições de Ensino Superior – devidamente cadastradas no MEC – que oferecem curso de Relações Públicas na região Sudeste

Região do Brasil	Número de cursos disponíveis na Região	Estados	Número de cursos disponíveis no Estado	Nomes dos cursos disponíveis no Estado
Sudeste	**32**	Espírito Santo	0	• Nenhum curso registrado "em atividade"
		Minas Gerais	4	• Centro Universitário UNA – UNA • Faculdade ESAMC Uberlândia – ESAMC • Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas • Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG
		Rio de Janeiro	2	• Faculdades Integradas Hélio Alonso – FACHA • Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ
		São Paulo	26	• Centro Universitário Belas Artes de São Paulo – FEBASP • Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio – CEUNSP • Centro Universitário Sant'Anna – UNISANT'ANNA • Centro Universitário UNIFIAM-FAAM (FMU) • DeVry | Metrocamp – Faculdade Metrocamp • Faculdade Cásper Líbero • Faculdade de Americana – FAM • Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP (FACOM/FAAP) • Faculdade ESAMC Santos – ESAMC • Faculdade Mundial • Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação – FAPCOM • Faculdades Atibaia – FAAT • Faculdades Integradas de Itapetininga – FII • Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP • Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas • Universidade Anhembi Morumbi – UAM • Universidade Camilo Castelo Branco – UNICASTELO • Universidade Católica de Santos – UNISANTOS • Universidade Cruzeiro do Sul – UNICSUL • Universidade de Santo Amaro – UNISA • Universidade de São Paulo – USP • Universidade de Sorocaba – UNISO • Universidade de Taubaté – UNITAU • Universidade do Sagrado Coração – USC • Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP • Universidade Metodista de São Paulo – UMESP

Fonte: Levantamento realizado com apoio em dados disponibilizados pelo Portal do Ministério da Educação (base de dados e-MEC)

3.2.1.3.1 Análise específica por região

Esta seção apresenta uma análise específica de cada região brasileira (Sudeste, Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Norte), com ordem definida por meio da quantidade de cursos por região.

3.2.1.3.1.1 Sudeste

Ao observar cada região, percebemos que o Sudeste, com 32 cursos (57,1% do total), possui a maior concentração de Instituições de Ensino Superior que oferecem curso de Relações Públicas do país.

A análise da Organização Acadêmica e da Categoria Administrativa mostra que 27 cursos são oferecidas por IES privadas (84,4%), 4 são oferecidas por universidades públicas (12,5%) e 1 por Instituição "Especial" (3,1%). Os cursos são desenvolvidos, em maior escala, em Universidades, com 15 casos (46,9%), seguido por Faculdades, com 11 cursos (34,4%), e apenas 6 em Centros Universitários (18,7%).

Entre as Universidades, 10 cursos são oferecidos em instituições privadas (66,7%), 4 em instituições públicas (26,7%) e 1 na categoria "Especial" (6,6%). Entre as IES privadas, 8 são oferecidos por instituições sem fins lucrativos (80%) e 2 por instituições com fins lucrativos (20%). No que se refere às universidades públicas, 3 são oferecidas por instituições Estaduais (75%) e 1 por Federal (25%).

Já entre os Centros Universitários, 2 são oferecidas por IES privadas com fins lucrativos (33,3%) e 4 são oferecidas por Instituições de Ensino Superior privadas sem fins lucrativos (66,7%).

Por fim, ainda na região Sudeste, mas somente entre as Faculdades, 4 cursos são oferecidos por Instituições de Ensino Superior privadas com fins lucrativos (36,4%) e 7 são oferecidas por IES privadas sem fins lucrativos (63,6%).

Vale ressaltar que, além dessas subdivisões nas categorias públicas e privadas, e nas divisões entre Universidades, Centros Universitários e Faculdades, há uma Instituição de Ensino Superior enquadrada como "Especial", a UNITAU. Esta não entra em nenhuma das categorias supracitadas.

3.2.1.3.1.2 Sul

A região Sul possui, por sua vez, a segunda maior concentração de cursos de Relações Públicas, com oferta por 14 IES. Com relação à categoria administrativa, 9 das Instituições de Ensino Superior são privadas (64,3%), ante 5 universidades públicas que oferecem o curso de RP (35,7%).

A concentração dos cursos ocorre em Universidades, com 12 casos (85,8%). Na sequência, aparecem Faculdades (7,1%) e Centros Universitários (7,1%), com apenas uma Instituição de Ensino Superior cada.

No que tange especificamente às Universidades, 5 são oferecidas em IES públicas (41,7%) e 7 em instituições privadas (58,3%). Entre as universidades públicas, 4 são Federais (80%) e 1 é Estadual (20%). Já entre as universidades privadas, nenhuma possui fins lucrativos (0%), ou seja, todas as 7 são IES sem fins lucrativos (100%).

Entre os Centros Universitários, apenas 1 curso de Relações Públicas é oferecido por Instituição de Ensino Superior privada com fins lucrativos (100%) e nenhuma sem fins lucrativos (0%).

Já entre as Faculdades, nenhum curso é oferecido por IES privada com fins lucrativos (0%) e somente 1 curso é oferecido por Instituição de Ensino Superior privada sem fins lucrativos (100%).

3.2.1.3.1.3 Nordeste

A região Nordeste possui 7 IES que oferecem cursos de Graduação em Relações Públicas, sendo 5 em Universidades (71,4%), 2 em Faculdades (28,6%) e nenhum em Centro Universitário (0%).

No que diz respeito especificamente às Universidades públicas, 3 cursos são oferecidos por IES Federais (75%) e 1 por Instituição de Ensino Superior Estadual (25%). Entre as Universidades privadas, 1 é oferecida por IES privada com fins lucrativos (100%) e nenhuma sem fins lucrativos (0%).

Ao tratar especificamente de Centros Universitários e Faculdades, o número de cursos de RP oferecidos no Nordeste não é expressivo. Nenhum curso é oferecido em Centros Universitários, por exemplo. No caso das Faculdades, os dois cursos de Relações Públicas são oferecidos em IES privadas com fins lucrativos (100%).

3.2.1.3.1.4 Centro-Oeste

Na região Centro-Oeste, apenas duas Instituições de Ensino Superior oferecem curso de Relações Públicas, sendo um 1 em Universidade Pública e 1 em Faculdade privada com fins lucrativos. Só não há oferta de cursos em Centros Universitários.

3.2.1.3.1.5 Norte

No Norte do país, somente um curso de Relações Públicas é oferecido. Trata-se de uma Universidade pública Federal. Portanto, não há oferta de cursos em Faculdades e Centros Universitários na região.

3.2.1.3.2 Análise das cinco regiões brasileiras

Diante de todos os dados apresentados para cada região brasileira (Sudeste, Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Norte), foram elaboradas tabelas[100] que buscam propiciar uma visualização do panorama geral de todas as regiões em questões importantes, como: a divisão entre IES privadas e IES públicas; Universidade, Centros Universitários e Faculdades; Universidades Públicas Federais ou Estaduais; Universidades Privadas com fins lucrativos e sem fins lucrativos; e Faculdades Privadas com fins lucrativos e sem fins lucrativos.

A Tabela 5 (próxima página) apresenta dados referentes a cursos de Graduação em Relações Públicas oferecidos por Instituições de Ensino Superior privadas, públicas e enquadradas na categoria “Especial” em todas as regiões brasileiras.

---

[100] Em faculdades e universidades, como o guia de uma das bibliotecas da Universidade de São Paulo, a FSP/USP (www.biblioteca.fsp.usp.br), assim como o roteiro de apresentação e redação de Dissertações da UFMA (https://sigaa.ufma.br/sigaa/verProducao?idProducao=52045&key=c1b1578b11ee927bb7ecd5c22d8bd6e3) e o manual para normalização de trabalhos acadêmicos de conclusão de curso da FESAR (http://fesar.com.br/PDFS/MANUAL_PARA_A_NORMALIZA%C3%87%C3%83O_DE_TRABALHOS_DE_TCC.pdf), todos acessados em 28 de dezembro de 2016, é recorrente a sugestão de priorizar o uso de tabelas em detrimento de gráficos nos casos em que são necessários apresentar dados precisos e não apenas tendências. Menciona-se, também, que tabelas devem ser priorizadas nas oportunidades em que a quantidade de dados a serem expostos for muito grande. Neste trabalho, por serem enquadrados nessas características, as tabelas foram utilizadas mais frequentemente que os gráficos.

Tabela 5 – Divisão entre IES públicas, IES privadas e na categoria "Especial"				
Região	**N° total de cursos de RP**	**IES privadas**	**IES públicas**	**Especial**
Sudeste	32	27	4	1
Sul	14	9	5	0
Nordeste	7	3	4	0
Centro-Oeste	2	1	1	0
Norte	1	0	1	0

Fonte: Cálculo realizado por meio de coleta de dados da base e-MEC inserida no portal oficial do MEC

A Tabela 6 expõe dados que se relacionam com a divisão entre Universidades, Centros Universitários e Faculdades que oferecem cursos de Graduação em Relações Públicas em cada uma das cinco regiões brasileiras.

Tabela 6 – Divisão entre Universidades, Centros Universitários e Faculdades				
Região	**N° total de cursos de RP**	**Universidades**	**Centros Universitários**	**Faculdades**
Sudeste	32	15	6	11
Sul	14	12	1	1
Nordeste	7	5	0	2
Centro-Oeste	2	1	0	1
Norte	1	1	0	0

Fonte: Cálculo realizado por meio de coleta de dados da base e-MEC inserida no portal oficial do MEC

Na Tabela 7 (próxima página), são apresentados dados relativos especificamente às Universidades brasileiras que oferecem cursos de Relações Públicas, divididos por: "Universidades Públicas Federais"; "Universidades Públicas Estaduais"; "Universidades Privadas com fins lucrativos"; e "Universidades Privadas sem fins lucrativos".

Tabela 7 – Números específicos sobre Universidades						
Região	**N° total de cursos de RP**	**N° Total de cursos oferecidos por Universidades**	**Universidades Públicas**		**Universidades Privadas**	
			Federais	**Estaduais**	**Com fins lucrativos**	**Sem fins lucrativos**
Sudeste	32	15* (14 + 1 "Especial")	1	3	2	8
Sul	14	12	4	1	0	7
Nordeste	7	5	3	1	1	0
Centro-Oeste	2	1	1	0	0	0
Norte	1	1	1	0	0	0

Fonte: Cálculo realizado por meio de coleta de dados da base e-MEC inserida no portal oficial do MEC

* A Universidade de Taubaté (UNITAU) foi enquadrada na categoria "Especial", de acordo com a definição do e-MEC. Por isso, não entrou na distribuição entre Universidades Privadas com fins lucrativos ou sem fins lucrativos. A soma na tabela deu 14, sendo que o total é 15, justamente por não incluir a UNITAU ("Especial").

No caso da Tabela 8, os dados expostos referem-se especificamente aos Centros Universitários brasileiros que oferecem curso de RP em todas as regiões brasileiras, desmembrando-se entre IES com fins lucrativos e sem fins lucrativos.

Tabela 8 – Número específicos sobre Centros Universitários				
Região	**N° total de cursos de RP**	**N° Total de cursos oferecidos por Centros Universitários**	**Centros Universitários** (sempre privados)	
			Com fins lucrativos	**Sem fins lucrativos**
Sudeste	32	6	2	4
Sul	14	1	1	0
Nordeste	7	0	0	0
Centro-Oeste	2	0	0	0
Norte	1	0	0	0

Fonte: Cálculo realizado por meio de coleta de dados da base e-MEC inserida no portal oficial do MEC

A Tabela 9 (próxima página), a última a respeito deste panorama, refere-se especificamente às Faculdades que oferecem o curso de Graduação em RP nas cinco regiões brasileiras, sendo que são apresentadas segmentações entre Instituições de Ensino Superior privadas com fins lucrativos e sem fins lucrativos.

Tabela 9 – Números específicos sobre Faculdades				
Região	**N° total de cursos de RP**	**N° Total de cursos oferecidos por Faculdades**	**Faculdades** (sempre privadas)	
			Com fins lucrativos	**Sem fins lucrativos**
Sudeste	32	11	4	7
Sul	14	1	0	1
Nordeste	7	2	2	0
Centro-Oeste	2	1	1	0
Norte	1	0	0	0

Fonte: Cálculo realizado por meio de coleta de dados da base e-MEC inserida no portal oficial do MEC

Diante de todo esse cenário, é válido ressaltar que as fichas cadastrais da base de dados e-MEC possibilitam, ainda, identificações adicionais para IES privadas sem fins lucrativos. São elas: comunitária[101]; confessional[102]; e filantrópica[103] (com Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social na Área de Educação - CEBAS).[104]

Das 56 IES, 13 Instituições de Ensino Superior declaram possuir ao menos uma das características. De modo geral, com exceção da FECAP, que é um Centro Universitário, todas as outras 12 são universidades.

Quatro IES se declaram comunitárias, confessionais e filantrópicas (CEBAS): Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas); Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS); Universidade Católica de Santos (UNISANTOS); e Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

Quatro Instituições de Ensino Superior se declaram comunitárias e filantrópicas (CEBAS), mas não confessionais: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR); Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC); Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI); e Universidade Feevale (FEEVALE).

Quatro IES estão registradas no e-MEC como comunitárias, sem se declararem confessionais ou filantrópicas (CEBAS): Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP); Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas); Universidade de Caxias do Sul (UCS); e Universidade Metodista de São Paulo (UMESP).

---

[101] A entidade mantenedora inclui representantes da comunidade.

[102] Determinada orientação confessional ou ideológica é atendida pela instituição.

[103] De modo complementar às atividades do Estado, essas IES prestam serviços à população, geralmente com uma Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social na Área de Educação – CEBAS.

[104] Denominações das Instituições de Ensino Superior (IES). [2015]. Disponível em: <http://www.dce.mre.gov.br/nomenclatura_cursos.html>. Acesso em: 08 mar. 2015.

Por fim, apenas uma Instituição de Ensino Superior se denomina confessional e filantrópica (CEBAS), sem se declarar comunitária, a Universidade do Sagrado Coração (USC).

3.2.1.4 Notas atribuídas às IES e aos cursos brasileiros

Esta seção subdivide-se em temas relacionados ao Conceito Preliminar de Curso (CPC) e o Conceito de Curso (CC), analisados conjuntamente, e ao Índice Geral de Cursos (IGC), apresentado separadamente. Em cada uma das grandes seções, há discussões específicas sobre Organização Acadêmica (divisão entre Universidades, Centros Universitários e Faculdades) e sobre regiões brasileiras (distribuição dos cursos pelo Sudeste, Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Norte).

3.2.1.4.1 Conceito Preliminar de Curso (CPC) e Conceito de Curso (CC)

Dos cursos oferecidos, a nota mais recorrente entre CPC (Conceito Preliminar de Curso) e CC (Conceito de Curso) é 4, com 26 casos (46,4%). Na sequência, aparecem 15 cursos com nota 3 (26,8%), 8 cursos sem nota (14,3%), 6 cursos com nota 5 (10,7%), 1 curso com nota 2 (1,8%)[105] e nenhum curso com nota 1 (0%).

3.2.1.4.1.1 CPC e CC: Organização Acadêmica

Ao levar em consideração a Organização Acadêmica (Universidade, Centro Universitário ou Faculdade), foi possível observar, especificamente entre as 34 Universidades: 15 cursos com nota 4 (44,1%); 10 cursos com nota 3 (29,4%); 4 com nota 5 (11,8%); outros 4 sem nota (11,8%); 1 com nota 2 (2,9%); e nenhum com nota 1 (0%).

[105] Diante de muitos cursos em que não havia atribuição tanto para a nota de CPC quanto de CC, utilizou-se o critério de que valia a nota mais alta entre os dois critérios, sendo que ao menos uma das notas deveria aparecer ou no CPC ou no CC para que fosse validada. Ou seja, para o curso ser considerado “sem nota”, ele não poderia ter conceito atribuído nem ao CPC nem ao CC.

Entre os 7 Centros Universitários, foi possível constatar a existência de: 2 cursos com nota 5 (28,6%); 2 cursos com nota 4 (28,6%); 2 sem nota (28,6%); 1 com nota 3 (14,2%); e nenhum com nota 1 (0%) ou com nota 2 (0%).

No que tange especificamente às 15 Faculdades que oferecem curso de Relações Públicas, calculou-se que: 9 cursos possuem nota 4 (60%); 4 cursos nota 3 (26,7%); 2 sem nota (13,3%); e nenhum com nota 1 (0%), nota 2 (0%) ou nota 5 (0%).

Ou seja, em números absolutos, as Universidades oferecem cursos com as maiores notas de Conceito Preliminar de Curso (CPC) e Conceito de Curso (CP), uma vez que possuem 4 cursos com nota 5 e 15 cursos com nota 4, números muitos superiores aos Centros Universitários e Faculdades. Em contrapartida, em termos de proporção, os Centros Universitários têm grande vantagem no que tange à nota 5, uma vez que dos cursos oferecidos com esse conceito, 28,6% concentram-se nesse tipo de Organização Acadêmica (Centros Universitários), ante 11,8% das Universidades. Caso semelhante ocorre com as Faculdades quando se trata dos cursos oferecidos com nota 4, que em 60% dos casos são oferecidos nesse tipo de Instituição de Ensino Superior, proporção muito maior que os 44,1% das Universidades.

3.2.1.4.1.2 CPC e CC: Regiões brasileiras

Ao considerar as divisões por regiões brasileiras e as notas de CPC e CC, observa-se que entre os 32 cursos do Sudeste existe a seguinte divisão por notas: 13 cursos com nota 4 (40,6%); 10 com nota 3 (31,3%); 4 com nota 5 (12,5%); 4 sem nota (12,5%); 1 com nota 2 (3,1%); e nenhum com nota 1 (0%).

No Sul, entre os 14 cursos oferecidos, constata-se a seguinte distribuição: 10 cursos com nota 4 (71,5%); 2 com nota 5 (14,3%); 1 com nota 3 (7,1%); 1 sem nota (7,1%); e nenhum com nota 1 (0%) ou nota 2 (0%).

Na região Nordeste, que possui 7 cursos disponíveis, observou a seguinte segmentação: 3 cursos com nota 3 (42,8%); 2 cursos com nota 4 (28,6%); 2 cursos sem nota (28,6%); e nenhum curso com nota 1 (0%), nota 2 (0%) ou nota 5 (0%).

A região do Centro-Oeste possui apenas 2 cursos, sendo um com nota 4 (50%) e um sem nota (50%). Não há nenhum curso com nota 1 (0%), nota 2 (0%), nota 3 (0%) ou nota 5 (0%).

Por fim, na região Norte, há apenas um curso disponível de Relações Públicas, que possui nota 3 (100%). Não há cursos sem nota (0%) ou mesmo com nota 1 (0%), nota 2 (0%), nota 4 (0%) ou nota 5 (0%).

Considerando-se todas as regiões, é possível notar que, em números absolutos, a maior concentração de cursos com nota 5 está no Sudeste, com 4 IES que oferecem o curso de Graduação em Relações Públicas. O caso se repete no que diz respeito aos cursos com nota 4, em que a região Sudeste oferece 13 cursos.

3.2.1.4.2 Índice Geral de Cursos (IGC)

Ao tomar o IGC (Índice Geral de Cursos) como referência, 32 cursos apresentam nota 3 (57,1% do total de 56 cursos), a maior concentração. Em seguida, aparecem as IES com nota 4, com 19 cursos (33,9%), e a nota 5, com 3 cursos (5,4%). Dois cursos não apresentam nota (3,6%) e nenhuma Instituição de Ensino Superior é avaliada com nota 1 (0%) ou nota 2 (0%).

3.2.1.4.2.1 IGC: Organização Acadêmica

Levando em consideração a Organização Acadêmica (Universidade, Centro Universitário ou Faculdade), constatou-se que, especificamente entre as 34 Universidades: 17 cursos possuem nota 3 (50%); 13 nota 4 (38,2%); 3 nota 5 (8,8%); 1 não tem nota (3%); e nenhuma possui nota 1 (0%) ou nota 2 (0%).

Especificamente no que tange aos 7 Centros Universitários que oferecem curso de Graduação em Relações Públicas, é possível identificar que: 4 cursos têm nota 3 (57,1%); 3 possuem nota 4 (42,9%); e nenhum ficou sem nota (0%) ou com nota 1 (0%), nota 2 (0%) ou nota 5 (0%).

No que diz respeito às 15 Faculdades que possuem curso de RP, foi possível notar que: 11 cursos possuem nota 3 (73,3%); 3 têm nota 4 (20%); 1 não possui nota (6,7%); e nenhuma possui nota 1 (0%), nota 2 (0%) ou nota 5 (0%).

Diante desse cenário, percebe-se que, tanto em números absolutos, como proporcionalmente, os cursos com IGC nota 5 concentram-se em Universidades, com três cursos oferecidos. Ao tratar dos cursos com nota 4, a situação é relativamente alterada: as

Universidades ainda predominam no que diz respeito aos números absolutos, com 13 cursos oferecidos por IES. No entanto, ao analisar as proporções, identifica-se que os Centros Universitários têm 42,9% dos cursos com nota 4, ante 38,2% das Universidades.

3.2.1.4.2.2 IGC: Regiões brasileiras

Se forem consideradas as divisões por regiões brasileiras, as notas referentes ao IGC (Índice Geral de Cursos) dos 32 cursos do Sudeste podem ser segmentadas da seguinte forma: 22 cursos com nota 3 (68,8%); 6 cursos com nota 4 (18,8%); 2 com nota 5 (6,2%); 2 sem nota (6,2%); e nenhum com nota 1 (0%) ou nota 2 (0%).

Nos 14 cursos da região Sul, identificou-se a seguinte divisão: 11 cursos com nota 4 (78,6%); 2 com nota 3 (14,3%); 1 curso com nota 5 (7,1%); e nenhum sem nota (0%) ou com nota 1 (0%) ou nota 2 (0%).

No caso da região Nordeste, que possui 7 cursos, percebeu-se a seguinte fragmentação: 6 cursos com nota 3 (85,7%); 1 curso com nota 4 (14,3%); e nenhum sem nota (0%), nem com nota 1 (0%), nota 2 (0%) ou nota 5 (0%).

A região Centro-Oeste só possui dois cursos de Relações Públicas, sendo 1 nota 3 (50%) e 1 nota 4 (50%). Não há cursos sem nota (0%), nem com nota 1 (0%), nota 2 (0%) ou nota 5 (0%).

Ainda no que tange ao IGC, a região Norte possui apenas um curso, com nota 3 (100%). Não há cursos sem nota (0%), nem com nota 1 (0%), nota 2 (0%), nota 4 (0%) ou nota 5 (0%).

Ao avaliar todo esse cenário, percebe-se que, quando levada em consideração apenas o IGC como critério, a região Sul, tanto em números absolutos, como em termos proporcionais, é a que possui cursos com maior quantidade de notas 4. Enquanto existem 11 cursos nota 4 no Sul (78,6% do total da região), no Sudeste são apenas 6 cursos com nota 4 (18,8%). No que diz respeito à nota 5, em números absolutos, o Sudeste (6,2% dos cursos da região são nota 5) é soberano, com duas IES. Porém, proporcionalmente, a região Sul volta a liderar, uma vez que 7,1% de seus cursos são avaliados com IGC nota 5.

Diante de todo o mapeamento apresentado, criam-se condições para o refinamento dessas informações nos próximos capítulos. Esse aumento no nível de detalhamento para selecionar os cursos a serem analisados, terá como base, por exemplo, o IGC das Instituições de Ensino Superior, as regiões em que IES estão inseridas e a concentração de cursos em

determinado tipo de Organização Acadêmica (no caso, em Universidades). Isso permitirá a realização da pesquisa qualitativa, que será apresentada no capítulo 4, e a posterior análise nas matrizes curriculares das universidades selecionadas, que ocorrerá no capítulo 5.

Capítulo 4

Pesquisa qualitativa com coordenadores de curso de Graduação em RP do Brasil

4 PESQUISA QUALITATIVA COM COORDENADORES DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM RP DO BRASIL

Após um mapeamento completo de todos os cursos de Graduação em Relações Públicas realizado no Capítulo 3, pretende-se desenvolver, neste capítulo, uma pesquisa qualitativa. De acordo com Maria Cecília de Souza Minayo (2002, p. 22), este tipo de pesquisa "aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas". No mesmo sentido, para Mirian Goldenberg (2004, p. 14), na pesquisa qualitativa, "a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória [...]".

Escolhido esse tipo de pesquisa, com o intuito de avaliar as diferentes nuances e situações enfrentadas por cada coordenador de curso de Relações Públicas, especialmente durante a implantação de uma nova matriz curricular, oriunda da publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais de 2013, foi necessário, até para manter as características de uma pesquisa qualitativa, reduzir o universo de 56 Instituições de Ensino Superior mapeadas anteriormente. Os critérios adotados serão expostos na seção 4.3. Antes disso, porém, cabe mencionar o problema formulado e os objetivos da pesquisa, como se pode observar a seguir.

4.1 Problema

Tomando como base a análise preliminar das matrizes curriculares dos cursos de Graduação em Relações Públicas das IES selecionadas[106], em 2013 (ano da publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais) e 2016 (ano das entrevistas), a pergunta que norteou a pesquisa qualitativa foi: "Há preocupação em disponibilizar disciplinas de tecnologia nos cursos de Graduação em Relações Públicas nas universidades brasileiras?".

[106] A análise documental completa será realizada no capítulo 5, após identificação das disciplinas de tecnologia por parte dos coordenadores de curso.

4.2 Objetivos

Diante do problema apresentado, o objetivo geral desta pesquisa qualitativa foi: avaliar se o tema "tecnologia" é abordado nas matrizes curriculares dos cursos de Graduação em Relações Públicas do Brasil.

Além disso, foram definidos os seguintes objetivos específicos: entender a estrutura organizacional dos cursos de Graduação em Relações Públicas e as suas possibilidades de atualização (hierarquia, excesso ou ausência de burocracia, entre outros fatores); constatar se a discussão sobre tecnologia está restrita às disciplinas específicas ou se permeia a matriz curricular; identificar a influência das Diretrizes Curriculares Nacionais nas matrizes dos cursos de RP; descobrir se a infraestrutura, especialmente tecnológica, disponível no *campus* em que o curso de Relações Públicas é realizado, é suficiente para atender à demanda; e avaliar a distribuição dos conteúdos sobre tecnologia nas matrizes curriculares.

4.3 Amostra

De acordo com Jean-Pierre Deslauriers e Michèle Kérisit (2008, p. 138), "contrariamente ao que certos pesquisadores pensam, a pesquisa qualitativa também recorre à amostra". Nesse sentido, Álvaro P. Pires (2008, p. 154) apresenta duas possibilidades para dar sentido à amostra: "No sentido estrito operacional, ela designa exclusivamente o resultado de um procedimento visando a extrair uma parte de um todo bem determinado; no sentido amplo, ela designa o resultado de qualquer operação visando a constituir o corpus empírico de uma pesquisa".

Diante disso, para selecionar os coordenadores dos cursos de Graduação em Relações Públicas que serão entrevistados nesta pesquisa qualitativa e, posteriormente, coletar as matrizes curriculares de cada Instituição de Ensino Superior, utilizou-se como referência o mapeamento realizado no capítulo anterior da Tese de Doutorado. Como identificado anteriormente, existem 56 cursos de Graduação em RP oferecidos no país, segundo dados do MEC.

4.3.1 Critérios para seleção dos entrevistados (IES)

Com o intuito de selecionar 10 IES, que teriam seus coordenadores de Relações Públicas entrevistados, foram adotados os seguintes critérios: Categoria Administrativa; distribuição por regiões brasileiras; Organização Acadêmica; e Índice Geral de Cursos (IGC e IGC Contínuo) das Instituições.

4.3.1.1 Critério: Categoria Administrativa

No que tange à Categoria Administrativa, levou-se em consideração a distribuição de cursos entre IES "Públicas" (26,8%), "Privadas" (71,4%) e "Especiais" (1,8%). Ao buscar seguir a proporção, estipulou-se selecionar 3 Instituições de Ensino Superior Públicas, 7 IES Privadas e nenhuma "Especial", pela baixa concentração de cursos de Graduação em Relações Públicas nesta última categoria.

4.3.1.2 Critério: distribuição por regiões brasileiras

No que diz respeito à distribuição por regiões brasileiras, constatou-se, no mapeamento realizado anteriormente, que a região Sudeste é a que possui maior concentração de cursos de RP, oferecido por 32 IES (57,2%). Em seguida, despontam as regiões: Sul, com 14 cursos (25%); Nordeste, com 7 cursos (12,5%); Centro-Oeste, com 2 cursos (3,5%); e Norte, com apenas 1 curso (1,8%).

Diante dessas informações, buscou-se seguir a proporção de cursos de Relações Públicas por região para selecionar as 10 Instituições de Ensino Superior. Nesse caso, foram escolhidas: 6 IES do Sudeste; 3 do Sul; 1 do Nordeste; e nenhuma do Centro-Oeste ou do Norte, uma vez que a concentração de cursos nas duas últimas regiões citadas é muito baixa.

4.3.1.3 Critério: Organização Acadêmica

No que se refere à Organização Acadêmica, verificou-se que 60,7% dos cursos de Graduação em Relações Públicas concentram-se em "Universidades". Diante dessa alta taxa

de concentração de cursos em um tipo específico de Organização Acadêmica e, até para que se pudesse ter uma amostra mais homogênea[107] da realidade dos entrevistados, permitindo parâmetros de comparação mais sólidos, decidiu-se que apenas Universidades seriam selecionadas, ou seja, Centros Universitários e Faculdades foram preteridos nesse contexto.

O critério leva em consideração, também, que as Universidades desenvolvem, de forma obrigatória, atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão em diversas áreas do saber. Também possuem mínimo de um terço do corpo docente com título de Mestrado ou Doutorado e contrato em regime de tempo integral, além de desfrutarem de autonomia para a criação, organização e extinção de cursos, sem necessidade de pedido de autorização ao MEC. Ou seja, "são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano".[108]

4.3.1.4 Critério: Índice Geral de Cursos (IGC) e IGC Contínuo

O último critério adotado diz respeito ao Índice Geral de Cursos (IGC) e ao IGC Contínuo (média ponderada ao longo dos anos, como mencionado no capítulo anterior), avaliações amplas e completas de todos os cursos da Instituição de Ensino Superior, que, em geral, envolvem: a formação dos alunos; a diferença entre o desempenho observado e esperado, desde a entrada do aluno até o término do curso; a nota dos ingressantes e concluintes em exames nacionais; a constituição do corpo docente, por meio da análise da proporção de professores com Mestrado e com Doutorado; a dedicação parcial ou integral de professores; além da organização didático-pedagógica e da infraestrutura, especialmente por meio da opinião dos estudantes (HARNIK, 2009).

Além disso, o IGC e o IGC Contínuo foram definidos como parte dos critérios, uma vez que no mapeamento realizado anteriormente, além das características de atribuição de uma nota pela avaliação completa das Instituições de Ensino Superior, eram os índices em que

---

[107] Decidiu-se levar em consideração a "regra da homogeneidade", geralmente aplicada para a escolha dos documentos analisados, sugerida por Laurence Bardin (2016, p. 128). Nessa regra são seguidos "critérios precisos de escolha e não apresentar demasiada singularidade fora destes critérios de escolha". Ou seja, vislumbrando a aplicação dessa regra usada para a escolha de documentos, aplicou-se o critério já na definição da amostra para facilitar a análise futura das transcrições, que, por restringir-se a Universidades, tenderiam a obter estrutura de trabalho e graus de autonomia mais parecidas por parte dos coordenadores entrevistados.

[108] Qual é a diferença entre faculdades, centros universitários e universidades?. 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/prolind/127-perguntas-frequentes-911936531/educacao-superior-399764090/116-qual-e-a-diferenca-entre-faculdades-centros-universitarios-e-universidades>. Acesso em: 17 nov. 2015.

o maior número de IES dispunha de notas atribuídas em seu cadastro no Ministério da Educação. Para efeitos de comparação, por exemplo, enquanto o Conceito Preliminar de Curso (CPC) e o Conceito de Curso (CP) possuíam 14,2% de cursos sem nota (o que eliminaria parte considerável do universo a ser selecionado), o IGC e o IGC Contínuo só não apresentavam notas em 3,6% dos casos.

4.3.2 Aplicação dos critérios para definição dos cursos

Para que a definição dos cursos fosse plenamente implantada, diversos critérios supracitados foram utilizados de modo conjunto. Ou seja, em primeiro lugar, adotou-se a questão da Categoria Administrativa combinada com a Organização Acadêmica, com o IGC e o IGC Contínuo, para definir as três universidades públicas. As três universidades com maior IGC Contínuo dentro dos critérios adotados foram: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), do Sudeste, com IGC 5 e IGC Contínuo 4.1895; Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), da região Sul, com IGC 5 e IGC Contínuo 4.3493; e Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), do Sudeste, com IGC 5 e IGC Contínuo 3.9452.

Para definir as IES privadas, seguiu-se, em primeiro lugar, a distribuição por regiões brasileiras, tendo, também, forte influência da nota obtida pelas instituições no que se refere ao IGC e ao IGC contínuo. Portanto, a seleção baseou-se apenas em critérios técnicos, sem levar em consideração os cursos mais conhecidos (*top of mind*) ou necessariamente os que são "reconhecidos" como os "melhores" na opinião de acadêmicos, mas os que possuem maior nota atribuída no Índice Geral de Cursos (IGC) e no IGC Contínuo.

Diante disso, foram selecionadas as seguintes universidades privadas: Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), da região Sul, com IGC 4 e IGC Contínuo 3.5808; Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), também da região Sul, com IGC 4 e IGC Contínuo 3.5109; Universidade Católica de Santos (UNISANTOS), da região Sudeste, com IGC 4 e IGC Contínuo 3.0504; Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), do Sudeste, com IGC 3 e IGC Contínuo 2.8969; Universidade do Sagrado Coração (USC), da região Sudeste, com IGC 3 e IGC Contínuo 2.8726; Universidade Anhembi Morumbi (UAM), também do Sudeste, com IGC 3 e IGC Contínuo 2.8457; Universidade Salvador (UNIFACS), do Nordeste, com IGC 3 e IGC Contínuo 2.5348.

Além das 10 universidades supracitadas, acrescentou-se a Universidade de São Paulo (USP) à amostra, uma vez que, apesar de não possuir registros de notas de CPC, CC, IGC ou IGC Contínuo na base de dados e-MEC, é uma Instituição de Ensino Superior reconhecida como uma referência em Relações Públicas e, também, como universidade, estando inserida em diversos *rankings* internacionais, como nos seguintes critérios: melhor universidade brasileira do Brics[109]; universidade latino-americana mais bem classificada em ranking internacional[110]; universidade que possui 102 cursos avaliados com 5 estrelas no Guia do Estudante[111]; e universidade que está entre as 100 melhores em *ranking* mundial de empregabilidade[112].

4.3.2.1 Contato com os coordenadores e definição final da amostra

O primeiro contato com os possíveis 11 coordenadores entrevistados ocorreu por e-mail, em endereço eletrônico disponível no *site* oficial de cada uma das universidades. A mensagem explicava a minha formação, o objetivo da Tese e buscava avaliar o interesse do coordenador em participar da pesquisa, estipulando um prazo-limite para a resposta. Nos casos em que não houve retorno por um longo período de tempo, iniciou-se o contato telefônico para possível agendamento de entrevista.

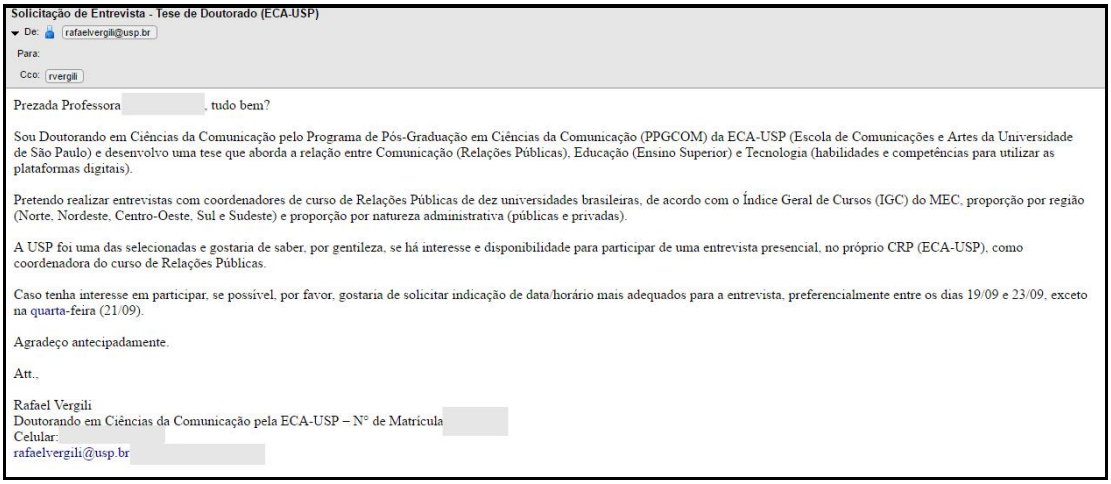
---

[109] USP segue como a melhor universidade brasileira do Brics. [2016]. Disponível em: <https://www.usp.br/imprensa/?p=61927>. Acesso em: 10 dez. 2016.

[110] USP é a latino-americana mais bem classificada em ranking internacional. [2016]. Disponível em: <https://www.usp.br/imprensa/?p=60284>. Acesso em: 10 dez. 2016.

[111] 102 cursos da USP são avaliados com 5 estrelas pelo Guia do Estudante. [2016]. Disponível em: <https://www.usp.br/imprensa/?p=59958>. Acesso em: 10 dez. 2016.

[112] USP está entre as 100 melhores em ranking mundial de empregabilidade. [2016]. Disponível em: <https://www.usp.br/imprensa/?p=61763>. Acesso em: 10 dez. 2016.



Solicitação de Entrevista - Tese de Doutorado (ECA-USP)

De: rafaelvergili@usp.br

Para:

Cco: rvergili

Prezada Professora , tudo bem?

Sou Doutorando em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM) da ECA-USP (Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo) e desenvolvo uma tese que aborda a relação entre Comunicação (Relações Públicas), Educação (Ensino Superior) e Tecnologia (habilidades e competências para utilizar as plataformas digitais).

Pretendo realizar entrevistas com coordenadores de curso de Relações Públicas de dez universidades brasileiras, de acordo com o Índice Geral de Cursos (IGC) do MEC, proporção por região (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste) e proporção por natureza administrativa (públicas e privadas).

A USP foi uma das selecionadas e gostaria de saber, por gentileza, se há interesse e disponibilidade para participar de uma entrevista presencial, no próprio CRP (ECA-USP), como coordenadora do curso de Relações Públicas.

Caso tenha interesse em participar, se possível, por favor, gostaria de solicitar indicação de data/horário mais adequados para a entrevista, preferencialmente entre os dias 19/09 e 23/09, exceto na quarta-feira (21/09).

Agradeço antecipadamente.

Att.,

Rafael Vergili
Doutorando em Ciências da Comunicação pela ECA-USP – N° de Matrícula
Celular:
rafaelvergili@usp.br

Figura 10 – Exemplo de mensagem enviada por e-mail para coordenadores de curso de Relações Públicas
Fonte: E-mail pessoal oferecido pela USP

Dos onze possíveis entrevistados contatados, somente a coordenadora do curso de Graduação em Relações Públicas da Universidade do Sagrado Coração (USC) não teve disponibilidade, entre os dias 18 de agosto e 23 de setembro (período sugerido aos coordenadores para agendamento de entrevista), para participar da pesquisa.

Portanto, os 10 coordenadores de curso de Graduação em Relações Públicas (ou de Comunicação) das universidades selecionadas que se dispuseram a participar da pesquisa qualitativa podem ser observados no Quadro 2, apresentado com base na divisão por regiões e só depois considerando o critério de IGC e IGC Contínuo, mesmo critério adotado para a apresentação das transcrições do Apêndice E, para facilitar a visualização:

Quadro 2 – Nomes dos entrevistados e dados referentes às Universidades que os coordenadores de curso representam

Universidade	Região	Categoria Administrativa	Nome do entrevistado (a)
UFMG	Sudeste	Pública Federal	Fábia Pereira Lima
UNESP	Sudeste	Pública Estadual	Roseane Andrelo
UNISANTOS	Sudeste	Privada sem fins lucrativos	Lilian Matheus Marques
PUC Minas	Sudeste	Privada sem fins lucrativos	Aléssia Franco Gonçalves
UAM	Sudeste	Privada com fins lucrativos	Luiz Vicente de Lima Lázaro
USP	Sudeste	Pública Estadual	Valéria de Siqueira Castro Lopes
UFRGS	Sul	Pública Federal	Helenice Carvalho
UNISINOS	Sul	Privada sem fins lucrativos	Erica Hiwatashi
PUCRS	Sul	Privada sem fins lucrativos	Ana Luisa Baseggio
UNIFACS	Nordeste	Privada com fins lucrativos	Mateus Santana dos Santos

Fonte: Nomes dos coordenadores identificados no *site* oficial de cada universidade e base de dados e-MEC

Todos os coordenadores entrevistados receberam previamente um “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” (ver Apêndice C). O documento apresentava: os dados do pesquisador responsável; os objetivos do trabalho; as possibilidades de uso das informações coletadas; e uma solicitação para que a publicação do material fosse autorizada.

4.4 Coleta de dados

Entendeu-se que a técnica de coleta de dados mais adequada para essa pesquisa qualitativa seria a “entrevista em profundidade”. De acordo com Jorge Duarte (2014, p. 62), “a entrevista em profundidade é um recurso metodológico que busca, com base em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que se deseja conhecer”.

O mapeamento dos cursos de Graduação em Relações Públicas do Brasil, assim como a leitura minuciosa das Diretrizes Curriculares Nacionais de 2013, contribuíram significativamente para a elaboração do roteiro semiestruturado de entrevistas (ver Apêndice D) que foi o instrumento escolhido para auxiliar na coleta de dados da pesquisa qualitativa.

4.5 Análise e interpretação dos dados: análise de conteúdo

Para realizar a análise e interpretação dos dados, optou-se pela análise de conteúdo, tendo como base a obra “Análise de Conteúdo”, de Laurence Bardin (2016), uma das principais referências no tema, sendo recorrentemente citada em pesquisas brasileiras. De acordo com Bardin (2016, p. 37),

> A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas da análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações.

Nessa mesma perspectiva, Antônio Joaquim Severino (2016, p. 129) destaca que a análise de conteúdo

> É uma metodologia de tratamento e análise de informações constantes de um documento, sob forma de discursos pronunciados em diferentes linguagens:

> escritos, orais, imagens, gestos. Um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Trata-se de se compreender criticamente o sentido manifesto ou oculto das comunicações. [...] Envolve, portanto, a análise do conteúdo das mensagens, os enunciados dos discursos, a busca do significado das mensagens. As linguagens, a expressão verbal, os enunciados, são vistos como indicadores significativos, indispensáveis para a compreensão dos problemas ligados às práticas humanas e a seus componentes psicossociais. As mensagens podem ser verbais (orais ou escritas), gestuais, figurativas, documentais.

Ao retomar Laurence Bardin (2016, p. 125), ainda é possível perceber que, além da definição, são apresentadas as diferentes fases da análise de conteúdo, que "[...] organizam-se em torno de três polos cronológicos: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; e 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação".

Procurou-se manter essa estrutura na presente análise de conteúdo. Cada um dos polos cronológicos mencionados por Bardin será descrito detalhadamente nas próximas seções da Tese, mas, de modo geral, Antonio Carlos Gil (2002, p. 89) sintetiza que

> A análise de conteúdo desenvolve-se em três fases. A primeira é a pré-análise, onde se procede a escolha de documentos, a formulação de hipóteses[113] e a preparação do material para análise. A segunda é a exploração do material, que envolve a escolha das unidades, a enumeração e a classificação. A terceira etapa, por fim, é constituída pelo tratamento, inferência e interpretação dos dados.

---

[113] É preciso fazer uma ressalva quanto às hipóteses na análise de conteúdo. Laurence Bardin (2016, p. 128) indica que "de fato, as hipóteses nem sempre são estabelecidas quando da pré-análise. [...] não é obrigatório ter-se como guia um corpus de hipóteses, para se proceder à análise. Algumas análises efetuam-se 'às cegas' e sem ideias pré-concebidas. Uma ou várias técnicas são consideradas adequadas a priori, para fazerem 'falar' o material [...]". Na mesma perspectiva, de acordo com Jean-Pierre Deslauriers e Michèle Kérisit (2008, p. 137), "os postulados na pesquisa qualitativa são hipóteses da mesma ordem que aquelas emitidas numa pesquisa de tipo hipotético-dedutivo, e que orquestram a operacionalização do procedimento da pesquisa. Assim como a teoria se elabora progressivamente, as questões se tornam precisas, e o os postulados tomam forma à medida que os dados são analisados; na pesquisa qualitativa, o postulado não provem apenas do conhecimento teórico do pesquisador, mas também e, sobretudo, de sua sensibilidade aos dados que colhe, e de seu conhecimento íntimo do meio que pesquisa". Os autores ainda complementam: "Nem todas as pesquisas qualitativas visam a verificar postulados, mesmo que elas se proponham questões iniciais: muito frequentemente, seu objetivo consiste em reconstituir o desenvolvimento dos processos sociais, ou em descrever a totalidade de um meio social e seus componentes. Pode até ocorrer que questões gerais sirvam de postulados; consequentemente, o delineamento de pesquisa conterá proposições sem a precisão habitual – a qual, aliás, não é sempre necessária [...]" (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2008, p. 138). Com base, inclusive, nessa última afirmação, que as hipóteses ou os "postulados" para a pesquisa qualitativa não são externados claramente em uma seção específica do capítulo. Entendeu-se que a apresentação do problema de pesquisa e os objetivos, além da hipótese inicial da Tese, já contemplavam essa necessidade.

4.5.1 Pré-análise: aplicação da entrevista e leitura flutuante

De acordo com Laurence Bardin (2016, p. 125-126), a pré-análise tem como objetivo "a organização, embora ela própria seja composta por atividades não estruturadas, abertas, por oposição à exploração sistemática dos documentos". No caso, os documentos gerados a partir das entrevistas foram as transcrições apresentadas entre os Apêndice E1 e E10.

Foram seguidas, de modo geral, algumas etapas sugeridas por Bardin (2016, p. 126-131), como: leitura flutuante (primeiro contato com o texto para posterior aprofundamento); escolha dos documentos (definição de regras para escolha do material a ser analisado, com destaque para a "regra de pertinência", em que foram utilizados trechos dos documentos que contribuíram para atingir os objetivos propostos); formulação dos objetivos; elaboração de indicadores (início de um processo de divisão do texto em "unidades comparáveis de categorização para análise temática"); e preparação do material (no caso desta pesquisa, a transcrição, na íntegra, de todas as entrevistas).

A leitura flutuante corresponde a uma primeira leitura "intuitiva, muito aberta a todas as ideias, reflexões, hipóteses, numa espécie de brainstorming individual" (BARDIN, 2016, p. 75) e foi uma etapa importante da pré-análise. De acordo com Jean-Pierre Deslauriers e Michèle Kérisit (2008, p. 137), "a medida que progride o trabalho simultâneo de coleta de informações e de análise, o objeto de pesquisa vai se especificando e as questões se tornam mais seletivas".

É nesse sentido que esta seção do trabalho apresenta conjuntamente, a aplicação da entrevista e a forma como se deu a leitura flutuante, que teve como base as dez entrevistas realizadas com coordenadores responsáveis pelo curso de Relações Públicas de universidades brasileiras.

As entrevistas foram realizadas entre os dias 23 de agosto de 2016 e 21 de setembro de 2016. Com aproximadamente dez horas e meia de gravações, transcritas e apresentadas integralmente entre as páginas 356 e 511, instituiu-se a proposta de divisão por "categorias temáticas"[114] apresentada no roteiro semiestruturado de entrevistas (no período da elaboração

[114] Entre outras possibilidades de termos para denominar cada seção da categorização proposta, optou-se pelo uso da expressão "categorias temáticas", mencionada por Laurence Bardin (1995, p. 66), na obra "Análise de Conteúdo".

do roteiro, ainda com “categorias temáticas” em fase embrionária[115]), como é possível observar no Apêndice D.

Resumidamente, foi realizado contato por e-mail e por telefone para buscar obter resposta afirmativa sobre o interesse em participar da pesquisa qualitativa. Antes do agendamento da entrevista, também foi enviado um “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” (ver Apêndice C). Detalhes sobre a abordagem utilizada já foram expostos na seção 4.3.2.1 desta Tese.

Com o intuito de mesclar entrevistas presenciais e também buscar trazer ao trabalho novas formas de contato com os entrevistados, utilizando-se de recursos digitais para tratar de um tema que está inextricavelmente ligado à tecnologia, parte das entrevistas foi realizada de modo presencial e parte por Skype, com auxílio de webcam[116]. A opção também foi utilizada em decorrência do difícil período econômico vivido entre 2013 e 2016, especialmente para a pesquisa acadêmica[117], com cortes em auxílio-viagem[118], o que também dificultaram a realização de determinadas entrevistas presenciais[119]. Como sugere Jorge Duarte (2014, p. 78), uma opção interessante é

> [...] o contato simultâneo de entrevistador e entrevistado via internet pelo uso de *chats* [...]. Entrevistador e fonte também podem combinar um horário determinado para conexão e travar o envio e o recebimento contínuo de mensagens, de maneira a garantir mais profundidade e naturalidade nas respostas.

---

[115] Na elaboração do roteiro, já foram separadas algumas perguntas com base em “categorias temáticas” previamente elaboradas, basicamente um procedimento de repartição que seguiu a regra "do geral para o particular", ou seja, em que "determinam-se em primeiro lugar as rubricas de classificação e tenta-se em seguida arrumar o todo" (BARDIN, 2016, p. 68). Todavia, a partir da análise das transcrições das entrevistas, algumas categorias tiveram que ser adaptadas, mudando-se para a regra do “particular para o geral”, como explicado na seção 4.5.2 desta Tese.

[116] O ambiente em que cada entrevista foi realizada pode ser observado nas transcrições individuais de cada coordenador, entre os Apêndices E1 e E10.

[117] Corte na área científica deve afetar até bônus de produtividade docente. [2016]. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2016/10/1825545-corte-na-area-cientifica-deve-afetar-ate-bonus-de-produtividade-docente.shtml>. Acesso em: 28 dez. 2016.

[118] Cortes de bolsa afetam pós-graduandos. Jornal do Campus (USP). [2016]. Disponível em: <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2016/10/cortes-de-bolsa-afetam-pos-graduandos/>. Acesso em: 28 dez. 2016.

[119] Uma vez que o intuito principal das entrevistas não era o de observar detalhadamente a infraestrutura, principalmente no que diz respeito à tecnologia, de cada uma das universidades, mas, sim, agregar novas informações relatadas por coordenadores de curso – e isso não teria relação com a forma como o contato foi utilizado (presencial ou por Skype com webcam) –, acredita-se que não houve prejuízo na coleta de dados. Inclusive, como pode ser observado entre os Apêndices E1 e E10, determinadas entrevistas realizadas por Skype foram mais longas e originaram mais páginas de transcrição do que algumas entrevistas presenciais.

Posteriormente, em casos específicos, algumas informações também foram complementadas por meio de ligações telefônicas, em oportunidades em que o (a) entrevistado (a) não possuía acesso ao Skype com webcam no momento da consulta. De acordo com Jorge Duarte (2014, p. 77), esse recurso é válido, uma vez que "é útil para complementar questões pendentes, tirar dúvidas ou obter informações simples, que ajudem a completar o quadro em análise". E complementa: "É importante combinar um horário e tempo de duração, permitindo que a fonte esteja tranquila e preparada. No caso de grande número ou longas entrevistas, pode-se adquirir um *headset* [...] para dar mais conforto, principalmente ao liberar as mãos" (DUARTE, 2014, p. 77).

4.5.2 Exploração do material: análise categorial temática

Segundo Laurence Bardin (2016, p. 131), a "exploração do material" da análise de conteúdo essencialmente consiste em "operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas". Ou seja, a etapa em que é possível organizar o texto em temas que poderão ser analisados de forma facilitada posteriormente. De acordo com Laurence Bardin (2016, p. 42): "[...] o analista, no seu trabalho de poda, é considerado como aquele que delimita as unidades de codificação [...]. Estas, de acordo com o material ou código, podem ser: a palavra, a frase, o minuto, o centímetro quadrado".

Neste trabalho, para analisar as respostas obtidas dos coordenadores de curso, utilizou-se como técnica a "análise categorial temática" (BARDIN, 1995, p. 46). De acordo com Bardin (2016, p. 42-43):

> Este tipo de análise, o mais generalizado e transmitido, foi cronologicamente o primeiro, podendo ser denominado análise categorial. Esta pretende tomar em consideração a totalidade de um 'texto', passando-o pelo crivo da classificação e do recenseamento, segundo a frequência de presença (ou de ausência) de itens de sentido. [...] É o método das categorias, espécie de gavetas ou rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivas da mensagem.

Bardin (2016) ainda destaca que no conjunto das técnicas da análise de conteúdo, a análise por categorias é a mais utilizada e explica o seu funcionamento da seguinte maneira:

> No conjunto das técnicas da análise de conteúdo, citaremos em primeiro lugar a análise por categorias; cronologicamente é a mais antiga; na prática é

> a mais utilizada. Funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos. Entre as diferentes possibilidades de categorização, a investigação dos temas, ou análise temática, é rápida e eficaz na condição de se aplicar a discursos diretos (significações manifestas) e simples. (BARDIN, 2016, p. 201)

Na categorização, realizada a partir de “respostas a perguntas abertas”, utilizou-se um procedimento de repartição que seguiu a regra "do particular para o geral", ou seja, "partimos dos elementos particulares e reagrupamo-los progressivamente por aproximação de elementos contíguos, para no final deste procedimento atribuirmos um título à categoria" (BARDIN, 2016, p. 68). Ainda de acordo com Bardin (2016, p. 43), trata-se, portanto, de um método “bem concebido para satisfazer os colecionadores preocupados em introduzir uma ordem, segundo certos critérios, na desordem aparente”.

Diante disso, ao analisar as transcrições das entrevistas e agrupar trechos que possuíam afinidade, emergiam, de forma substancial, em diversas entrevistas, respostas que permitiam seu agrupamento, gerando “categorias temáticas”, que podem ser visualizadas no Quadro 3.

Quadro 3 – Categorias temáticas para análise de conteúdo
Perfil dos coordenadores e suas principais atividades
Estrutura Organizacional: Coordenação dos cursos de RP
Presença de disciplinas de tecnologia na matriz curricular
Influência das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs)
Infraestrutura de tecnologia disponível nos cursos de RP
Relação entre universidades e egressos

Fonte: Nomes dos coordenadores identificados no *site* oficial de cada universidade e base de dados e-MEC

Além das categorias mencionadas no quadro acima, para facilitar a leitura e o correto encadeamento de ideias, em algumas oportunidades, foram criadas subcategorias temáticas, apresentadas em outras seções no decorrer do capítulo. Essa possibilidade de subcategorização também é apresentada por Laurence Bardin (2016, p. 29): “[...] quadros capazes de referenciar e avaliar as unidades do texto em categorias ou subcategorias. Isto, de forma pertinente tanto relativamente aos materiais como aos objetivos visados, é também generalizável aos materiais e objetivos similares”.

4.5.3 Tratamento dos resultados

O "tratamento dos resultados" da análise de conteúdo, como o próprio nome sugere, ocorre pelo ato de tratar resultados brutos até que possam se tornar "significativos ('falantes') e válidos" (BARDIN, 2016, p. 131). Ou seja, o momento em que se permite, com base nas informações destacadas e já agrupadas, uma análise mais detalhada, que permita a interpretação e inferências por parte do pesquisador. Desse modo, a seguir, são apresentados os resultados dessa análise por meio das categorias e subcategorias.

4.5.3.1 Perfil dos coordenadores e suas principais atividades

Inicialmente, são apresentados nesta seção, o perfil de cada um dos entrevistados e suas principais atividades na universidade, em que são responsáveis pela coordenação do curso de Relações Públicas.

Os entrevistados foram: Fábia Pereira Lima (UFMG); Roseane Andrelo (Unesp); Lilian Matheus Marques (UNISANTOS); Aléssia Franco Gonçalves (PUC Minas); Luiz Vicente de Lima Lázaro (Universidade Anhembi Morumbi); Valéria de Siqueira Castro Lopes (USP); Helenice Carvalho (UFRGS); Erica Hiwatashi (Unisinos); Ana Luisa Baseggio (PUCRS); e Mateus Santana dos Santos (UNIFACS).

Fábia Pereira Lima, 42 anos, é coordenadora do Colegiado de Graduação dos cursos de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) desde julho de 2016. O mandato vai até julho de 2018. Participou das discussões sobre a adaptação das matrizes às Diretrizes Curriculares, uma vez que já era vice-coordenadora nos anos anteriores.

Roseane Andrelo, 43 anos, é coordenadora do curso de Relações Públicas da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp) desde 2015. A gestão dura dois anos, mas especificamente neste momento, a Universidade "optou, por uma questão administrativa, por unificar os mandatos. A partir de então, todo mundo entra e sai no mesmo período. Então, para que isso aconteça, este mandato especificamente terá uma duração de três anos" (ANDRELO, 2016, p. 373).

Lilian Matheus Marques, 45 anos, é coordenadora do curso de Relações Públicas da Universidade Católica de Santos (UNISANTOS) desde o final de 2013, "em virtude da

licença-maternidade da coordenadora na época. E ainda no final de 2013, na reunião de Colegiado, eu fui aclamada novamente para ser coordenadora no período de 2014-2017" (MARQUES, 2016, p. 392).

Aléssia Franco Gonçalves, 51 anos, é coordenadora do curso de Relações Públicas da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) há dois anos, mas já atua como professora da IES há 23 anos.

Luiz Vicente de Lima Lázaro, 41 anos, é coordenador do curso de Relações Públicas da Universidade Anhembi Morumbi desde o início do ano de 2015. Também é coordenador do curso de "Produção Editorial".

Valéria de Siqueira Castro Lopes, 45 anos, é coordenadora do curso de Relações Públicas da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) desde 2015.

Helenice Carvalho, 54 anos, tornou-se coordenadora do curso de Relações Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 2016, o ano em que os cursos de Comunicação Social foram separados. No entanto, a professora é concursada da Fabico (Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação) desde 2008.

Erica Hiwatashi, 49 anos, é coordenadora do curso de Relações Públicas, tanto da modalidade presencial quanto da EaD, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Coordenadora há mais tempo no cargo entre os entrevistados (desde 2005), a professora explica que

> Nós trabalhamos em uma forma de gestão que mudou aproximadamente em 2005/2006. Antes nós trabalhávamos como um Centro de Comunicação, em que havia uma diretora da área de Comunicação. Tinha um vice-diretor, gerentes administrativos de ensino e, também, os Coordenadores de Curso. Em 2005/2006, essa forma de gestão foi alterada, retiraram-se os diretores, que centralizavam a área de Comunicação, e toda a Graduação passou a ser de responsabilidade da Unidade Acadêmica de Graduação. A partir daí, nós começamos a prestar todos os nossos trabalhos à Unidade de Graduação. Cada curso, que tem seu próprio coordenador, reporta-se a esse diretor da Unidade de Graduação, e aos seus gerentes, e cada coordenador encaminha os seus cursos, ou seja, toda a questão de gestão acadêmica de cada curso. (HIWATASHI, 2016, p. 457)

Ana Luisa Baseggio, 55 anos, coordenadora do curso de Relações Públicas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) exerce o cargo desde meados de 2016. Apesar de ter assumido a coordenação recentemente, Baseggio é professora da PUCRS há 26 anos e, por este motivo, participou diretamente das discussões para a atualização da matriz curricular.

Mateus Santana dos Santos, 34 anos, é coordenador do curso de Relações Públicas da Universidade Salvador (UNIFACS) desde o primeiro semestre de 2016. Já é professor da Universidade há 11 anos e, desse modo, participou de todo o processo de elaboração e implantação da nova matriz curricular de RP. O professor Mateus também é coordenador dos cursos de "Comunicação e Marketing" e "Jornalismo" da Universidade.

Diante desses perfis, dos dez entrevistados, oito são mulheres e dois são homens. A idade das(os) coordenadoras(es) varia entre 34 e 54 anos, mas a faixa etária mais frequente concentra-se entre 40 e 50 anos. Todos os coordenadores possuem Graduação em Comunicação Social, sendo que a maioria possui habilitação em Relações Públicas. Todos fizeram Pós-Graduação, seja por meio de Especialização, MBA, Mestrado e/ou Doutorado. Em geral, os professores assumiram a gestão do curso de Relações Públicas ou do Colegiado dos cursos de Comunicação Social em 2015 ou 2016. No entanto, mesmo que quase nenhum(a) professor(a) exercesse a gestão do curso em 2013, no momento em que as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) foram publicadas, todos, de certa forma, participaram das discussões para a adequação das matrizes às DCNs ou, pelo menos, da implantação da nova matriz.

Os coordenadores não costumam ministrar disciplinas específicas de tecnologia, mas, com frequência, relatam que em outras disciplinas, apesar de não terem essa temática como escopo teórico principal, utilizam-se de equipamentos que colaboram com a formação do estudante nessa área. Ana Luisa Baseggio (2016, p. 483), por exemplo, menciona que "os alunos utilizam a tecnologia em disciplinas que eu trabalho, mas o conteúdo principal da disciplina não é esse. [...] Ou seja, eu não chego a trabalhar teorias sobre tecnologia, mas os alunos se apropriam desses conhecimentos nas disciplinas".

Em algumas universidades, o (a) coordenador (a) do curso responde por aspectos administrativos e caracteriza-se como um representante docente, em que consulta os pares no que tange aos aspectos pedagógicos, como indica Valéria de Siqueira Castro Lopes (2016, p. 431):

> Essa questão pedagógica, na realidade, é uma responsabilidade compartilhada pelo corpo docente. Eu apenas sirvo de vetor para alguns encaminhamentos, algumas discussões, seja junto aos meus pares, seja em instâncias superiores, ou mesmo em relação aos alunos. Então, eu sou a responsável por fazer essa mediação.

No entanto, na maioria dos casos, os coordenadores são os principais responsáveis por questões pedagógicas e de gestão. Entre as mais recorrentes atividades, estão: recepção de

alunos ingressantes; apresentação do ambiente e da cultura da Universidade e do curso de Relações Públicas; verificação da demanda de professores por espaços físicos para disciplinas; reuniões pedagógicas para integração de disciplinas; constante atualização do Projeto Pedagógico; planejamento para oferecer matrículas a cada semestre[120]; e atendimento ao corpo discente. Aléssia Franco Gonçalves destaca algumas dessas principais atividades da coordenação de curso de Relações Públicas:

> [...] implementar e zelar pelo Projeto Pedagógico. Pensando nisso, nós fazemos toda a articulação entre as atividades do aluno na Pesquisa, Extensão e Graduação, possibilitando que o Projeto Pedagógico seja cumprido em sala de aula, mas, mais do que isso, nós trabalhamos em uma perspectiva de avaliar, monitorar e acompanhar o desenvolvimento de alunos e professores para que a experiência do curso seja de aprendizado efetivo. (GONÇALVES, 2016, p. 404)

4.5.3.2 Estrutura Organizacional: Coordenação dos cursos de RP

As universidades que tiveram seus representantes entrevistados trabalham, na maioria dos casos, com coordenações específicas para cada curso de Comunicação. Deste modo, quase todos os entrevistados possuem a função de coordenador (a) do curso de Relações Públicas. No entanto, algumas Instituições de Ensino Superior (IES) têm um chefe de departamento de Comunicação Social, um Coordenador Acadêmico ou um Diretor de Unidade de Graduação, geralmente responsável for realizar uma supervisão geral de todos os cursos da área. Especificamente no caso da UFMG, não há uma coordenadora de curso de Relações Públicas, mas, sim, a coordenadora do Colegiado de Graduação dos cursos de Comunicação Social, como explica Fábia Pereira Lima (2016, p. 357):

> Eu sou coordenadora do Colegiado de Graduação dos cursos de Comunicação Social desde julho do presente ano (2016). Não há coordenadores específicos de cada curso. Então, para que as novas Diretrizes Curriculares Nacionais fossem atendidas, nós tivemos a mudança para cursos autônomos. A partir do 1º semestre de 2016, nós tivemos a primeira entrada de alunos com cursos autônomos em 'Relações Públicas', 'Publicidade e Propaganda' e 'Jornalismo'. Todavia, nós mantivemos a estrutura de Colegiado de Comunicação e o Departamento de Comunicação

---

[120] Nesta Tese, "semestre" e "período" foram utilizados como sinônimos quando se faz referência ao momento do curso em que o aluno está frequentando as aulas. Ou seja, respeitou-se o termo usado por cada coordenador entrevistado. Se o coordenador mencionou, por exemplo, "o aluno do 6° semestre [...]", entende-se que ele tratava do "6° período do curso", mas manteve-se o termo original utilizado pelo entrevistado. De modo geral, há prevalência do termo "período". Portanto, nesses casos, o primeiro semestre em que o aluno entra no curso receberá o nome de "primeiro período", o segundo semestre, de "segundo período", e assim sucessivamente.

> acolhendo as três áreas. Então, é um Colegiado e eu sou a coordenadora do Colegiado dos três cursos.

As universidades se dividem entre matrizes curriculares “abertas” e “fechadas”, com predominância significativa para a primeira opção (aberta). O que se verifica, inclusive, é que nas IES em que o curso de Graduação em Relações Públicas possui matriz curricular “aberta”, geralmente o aluno pode realizar disciplinas, não só internamente, por meio da escolha de uma trilha temática, caso da Unisinos[121], mas, também, por cursos de outras unidades da Universidade. Nesse sentido, Luiz Vicente de Lima Lázaro (2016, p. 419) cita que:

> As disciplinas optativas funcionam assim: as coordenações dos cursos preparam, no início do semestre, uma lista de disciplinas que serão abertas para a Universidade toda. E aí cada coordenador determina um número de vagas nessas disciplinas. No início do período das matrículas, essa informação é divulgada via *site*, via portal da Universidade. Conforme os alunos vão se matriculando, vão fazendo a opção pelas disciplinas preferidas.

Na mesma linha de raciocínio, Fábia Pereira Lima (2016, p. 362) indica que na Universidade Federal de Minas Gerais, o membro do corpo discente,

> [...] antes de ser aluno de alguma das áreas de Comunicação, é um aluno da UFMG. Na composição do currículo do aluno, e isso é uma exigência institucional, tem uma carga de formação livre, em que pelo menos uma disciplina deve ser cursada fora do seu curso de origem.

Há, inclusive, casos em que disciplinas podem ser realizadas não só em outras unidades da Universidade, como em outras Instituições de Ensino Superior. Roseane Andrelo (2016, p. 378) exemplifica:

> Há até ‘intercâmbio’ com a USP, em que os alunos fazem algumas disciplinas que podem ser aproveitadas. Porém, não é o que acontece na maioria das vezes, porque você tem disciplinas de segunda a sábado e, com isso, fica até difícil para que ele procure disciplinas fora, uma vez que é obrigado a cumprir as que estão na matriz curricular.

No caso de universidades que participam de uma rede internacional, como a Universidade Anhembi Morumbi e a UNIFACS, os alunos podem até fazer disciplinas em

---

[121] No caso da Unisinos, por exemplo, como explica a professora Erica Hiwatashi (2016, p. 469), “[...] nós desenhamos algumas trilhas temáticas, em que constam as optativas que estão inseridas na matriz curricular. Nós temos a trilha de ‘Relacionamento com a Imprensa’, a de ‘Produção Audiovisual’, a de ‘Relacionamento Digital’ e a de ‘Comunicação Interna’”.

Instituições de Ensino Superior parceiras fora do país e, posteriormente, validar essas disciplinas nas IES brasileiras, como indica Mateus Santana dos Santos (2016, p. 508):

> É possível fazer disciplinas nessas universidades de outros países, por exemplo, e depois validar a disciplina no retorno à UNIFACS. Funciona assim: nós temos um *International Office*. Então, a pessoa responsável, assim como a equipe, quando o aluno procura a equipe, as pessoas encarregadas pedem a matriz curricular para mim e eles fazem essa análise. Quando necessário, pedem para que eu valide alguma dessas disciplinas. Assim que é aprovado, eles já informam para o aluno quais disciplinas podem ser validadas no seu retorno [...]

No mesmo sentido, Luiz Vicente de Lima Lázaro (2016, p. 424) complementa que:

> No intercâmbio, o aluno passa um ou dois semestres fora. E no retorno dele, em função das aprovações que ele obteve no exterior, nós fazemos uma equivalência com as disciplinas que ele teria cursado aqui. Então, por exemplo, ele termina o 5º semestre, passa o 6º lá fora, volta para o 7º e as disciplinas do 6º de lá – que já foram pré-aprovadas e indicadas pela coordenação – são validadas no retorno.

Essa possibilidade de não realizar disciplinas optativas ou eletivas[122] apenas no curso de Relações Públicas, ou seja, essa ideia de flexibilização parece ser ainda mais presente na UFMG, como indica a professora Fábia Pereira Lima (2016, p. 362):

> Portanto, hoje, nós temos uma discussão muito mais ampla na UFMG. É uma proposta muito inovadora, de tentar flexibilizar, ainda mais, todos os cursos, de criar entradas e estruturas compartilhadas por grandes áreas do conhecimento. Uma proposta bem ousada, de trabalhar institucionalmente com uma flexibilização ainda maior. Porém, um passo de cada vez. Diante das diretrizes, o nosso currículo, na medida do possível, é bem flexível. O aluno tem uma carga de optativas e escolhe o percurso dentro do que ele entende ser mais interessante para a sua formação.

Mesmo após a adequação das matrizes curriculares às DCNs, muitas universidades resolveram manter as disciplinas de tronco comum, especialmente nas IES privadas, por uma questão de sustentabilidade financeira. Até por uma demanda das Diretrizes Curriculares

---

[122] Representantes de algumas IES optam por chamar as disciplinas em que o aluno tem liberdade de escolha entre mais de uma opção por disciplinas "não regulares". No entanto, os termos mais recorrentes são: optativas e eletivas. As optativas referem-se às disciplinas em que há uma lista prévia de opções oferecidas pelo curso para a livre escolha do estudante. Em geral, na própria matriz curricular já existe uma indicação do período em que deverá ser cursada pelo aluno. Permitem uma flexibilização mais consistente da matriz curricular e, por consequência, possibilitam que o aluno incorpore informações específicas sobre determinado eixo temático. Já as disciplinas eletivas geralmente não são parte integrante da matriz curricular, apesar de fazerem parte do Projeto Pedagógico do Curso de algumas Instituições de Ensino Superior, que estabelecem uma carga horária mínima para esse tipo de atividade. Em geral, essas disciplinas podem ser cursadas em outras unidades da IES, de acordo com a oferta, disponibilidade de vagas e afinidade temática com a área de formação original.

Nacionais, todavia, indicam-se, nas disciplinas de tronco comum, reduções substanciais, como demonstra, por exemplo, Mateus Santana dos Santos (2016, p. 498):

> Antes da mudança de matriz curricular, o curso de ‘Comunicação e Marketing’ e o curso de ‘Relações Públicas’ compartilhavam 44% das disciplinas. Hoje, depois da mudança de matriz, esse percentual caiu para 17%. [...] Essas disciplinas são realmente de tronco comum, disciplinas compartilhadas, em que os alunos dos dois cursos frequentam a mesma disciplina, na mesma sala.

Luiz Vicente de Lima Lázaro (2016, p. 416), na mesma perspectiva, complementa:

> Nós tínhamos [disciplinas de tronco comum], nas matrizes antigas. Porém, Jornalismo e Relações Públicas implantaram matrizes novas, por conta de DCNs (Diretrizes Curriculares Nacionais), praticamente ao mesmo tempo, e essa ideia foi parcialmente abandonada. Existem disciplinas muito parecidas, que são equivalentes, mas não como antigamente. Anteriormente, a Escola de Comunicação tinha um tronco comum mais definido e determinado.

Nesse sentido, Erica Hiwatashi (2016, p. 458) relembra alguns fatos históricos e indica a tendência de redução das disciplinas de tronco comum ao longo dos anos:

> Nós temos várias disciplinas de tronco comum. No currículo 3, o currículo que vigorava quando eu entrei na UNISINOS, o tronco comum chegava de 50% a 60%. Ela mudou a partir das Diretrizes Curriculares do início dos anos 2000. Na verdade, na época nós fizemos uma reformulação no currículo 4 e, posteriormente, no currículo 5 isso se manteve, em que nós diminuímos as disciplinas de tronco comum e aumentamos a oferta de disciplinas específicas de RP, além de optativas em outros cursos. Nessas circunstâncias, as disciplinas de tronco comum foram reduzidas a aproximadamente 40% do currículo. [...] Uma das clássicas mantidas nas matrizes de todos os cursos de Comunicação é, por exemplo, a disciplina de ‘Teorias da Comunicação’, que é frequentada por alunos de diversas habilitações simultaneamente, na mesma sala. Nós, inclusive, tentamos colocar professores com diferentes formações, geralmente do Programa de Pós-Graduação, em semestres diferentes, para ministrarem a disciplina, com o intuito de que seja possível contemplar diversas visões para formações diferentes. (HIWATASHI, 2016, p. 458)

Essa integração entre os cursos, no entanto, não é frequente nos Trabalhos de Conclusão de Curso. Os coordenadores indicam claramente que não é usual a possibilidade de projetos com grupos multidisciplinares. A adesão por um TCC específico para cada curso prevalece vigorosamente.

Com relação às disciplinas optativas, apesar de ser incomum que alunos façam mais disciplinas do que o mínimo exigido, geralmente os membros do corpo discente podem

escolher quantas optativas ou eletivas quiserem fazer, como exemplifica Helenice Carvalho (2016, p. 447):

> Podem fazer mais do que o mínimo obrigatório [de eletivas], sim, desde que queiram, existam vagas, tenham disponibilidade para isso e não prejudiquem os prazos para a sua formação regular. Não são casos tão frequentes, então são questões que precisam ser concatenadas, mas não há nada que proíba de fazer mais do que o obrigatório.

O frequente ato de cumprir apenas o mínimo exigido pelo curso se dá, na maioria dos casos, em decorrência do recente aumento da carga horária para 3.200 horas-relógio, resultado das Diretrizes Curriculares Nacionais de 2013. Ana Luisa Baseggio (2016, p. 489) esclarece que:

> Temos um número mínimo. Na matriz curricular nova, por exemplo, o aluno tem que cumprir 12 créditos, mas se ele quiser fazer mais, ele até pode fazer, não há problema. Se ele acha que isso vai acrescentar no currículo dele, ele pode cursar. Porém, é claro, como o aluno geralmente quer se formar em 4 anos, ele se apropria daquilo que mais lhe interessa, o que mais vai ajudar na sua formação.

Até mesmo pelo aumento de carga horária supracitada, frequentemente parte dessas disciplinas optativas ou eletivas são cursadas por Educação a Distância (EaD), como destacado por Luiz Vicente de Lima Lázaro (2016, p. 420), Erica Hiwatashi (2016, p. 461), Ana Luisa Baseggio (2016, p. 493) e, por fim, por Lilian Matheus Marques (2016, p. 402), que afirma:

> Para não ter o curso inteiro de segunda a sábado, eu tive que me valer das diretrizes do MEC para poder trabalhar com 14% da carga em EaD, para que o aluno não tivesse aula no sábado. Sendo que, mesmo assim, durante um ano, o aluno já tem aulas aos sábados. (MARQUES, 2016, p. 402)

No formato EaD, ainda destacam-se as atividades complementares e até a extensão universitária, como menciona Aléssia Franco Gonçalves (2016, p. 412): “Nós temos a PUC Virtual (EaD PUC Minas), que é toda uma estrutura, é um núcleo, uma unidade de negócios muito grande. E na PUC Virtual você tem diversos cursos que podem ser feitos e contar como atividades complementares para os alunos”.

Alguns coordenadores entrevistados mencionaram que houve uma revisão de cursos complementares e agora seguem a Política Nacional de Extensão. Nesse sentido, há cursos relacionados à área de Comunicação (principalmente em Relações Públicas, Jornalismo e Publicidade e Propaganda) e que buscam oferecer repertório ligado à tecnologia, sendo

algumas opções “abertas à comunidade, e outras somente para alunos, que são complementares ao currículo” (HIWATASHI, 2016, p. 480). Porém, em geral, o que se identifica é que

> [...] eles não são vinculados à Comunicação. São áreas comuns, [cursos] oferecidos pela Universidade para qualquer tipo de público interessado. Então, nós temos cursos de ‘Excel Avançado’, ‘MS Project’, ‘Atualização de Websites’, entre outros. Existem até alguns cursos de tecnologia vinculados a ‘Sistemas de Informação’ e ‘Ciências da Computação’ [...]. (SANTOS, 2016, p. 510)

4.5.3.3 Presença de disciplinas de tecnologia na matriz curricular

A maioria dos coordenadores indicou que o aumento no número de disciplinas de tecnologia e a ampliação na carga horária referente a essa temática ocorreram com a finalidade de cumprir as Diretrizes Curriculares Nacionais e por demanda do corpo discente e do mercado, como apresenta Ana Luisa Baseggio (2016, p. 487):

> Na realidade, nós buscamos atender às Diretrizes Curriculares e preparar mais adequadamente esse profissional para atuar no mercado, no ‘mundo do trabalho’, denominação que aqui nós usamos muito mais do que ‘mercado de trabalho’. Nós estamos tentando aprimorar essa preparação, porque não é possível se afastar disso e não saber como usar as ferramentas. Precisamos estar preparados para isso, assim como usávamos no passado outras ferramentas e instrumentos. Então, nós procuramos sempre entender e atender ao que o mercado da Comunicação está exigindo, tentando trazer atualizações para cá, sempre ressaltando que produção de conteúdo é uma coisa e o uso de tecnologia é outra.

Com o aumento da carga horária relativa ao conteúdo tecnológico, as disciplinas de tecnologia puderam ser distribuídas ao longo do curso, mas muitas ainda costumam se concentrar na parte final, como indica Roseane Andrelo (2016, p. 382):

> [...] a ideia de deixar essas disciplinas mais para o final do curso é dar uma maturidade maior, uma base maior para quando ele encarar aquela tecnologia, ter um repertório melhor para lidar com aquela tecnologia, seu uso e sua estrutura. Alguns alunos são muito novos, entram na Graduação com 16, 17 anos. É importante que esses alunos tenham maturidade e repertório para lidar com esses temas. Então, deixar essas disciplinas para o final torna-se importante.

Erica Hiwatashi (2016, p. 479) também expõe razões para ter disciplinas de tecnologia no final do curso:

> Eu tenho que incorporar a parte digital às minhas estratégias de Comunicação, assim como manter a minha redação impecável, sintetizar o diagnóstico etc. [...]. Várias disciplinas que foram eliminadas perpassam todas as disciplinas do currículo, permitindo que as específicas fiquem para o final do curso. [...] É nesse fim do curso, quando o aluno já sabe melhor o mercado em que quer trabalhar ou o tema que quer pesquisar, que ele tem mais condições de optar por sua trilha temática preferida. Por isso, as disciplinas de tecnologia ficam nos dois últimos semestres.

No entanto, em outras universidades, com o aumento da carga horária, foi possível ocorrer uma distribuição mais adequada por toda a matriz e, por vezes, o deslocamento das disciplinas de tecnologia para o início do curso[123]. A principal razão para isso parece ser deixar um conteúdo mais interessante para o aluno logo no seu ingresso, como expõe Lilian Matheus Marques (2016, p. 399):

> Quando nós fizemos atualização de currículo em 2012, que é a matriz anterior, nós detectamos no Colegiado, que para criar aderência e uma identificação dos alunos com o curso, nós precisaríamos trazer disciplinas que fossem mais atrativas, que os alunos tivessem um interesse maior, para o início do curso. Até porque, se eu continuasse com a matriz antiga, que tinha uma carga muito alta de teoria no início do curso, quando o aluno chegasse no terceiro ano, ele já estava querendo desistir, já não tinha mais paciência. [...] Então, nós deslocamos algumas disciplinas e trouxemos as de 'Mídias Digitais' e 'Planejamento e Organização de Eventos', que eram disciplinas que só entravam no terceiro ano e começaram a ser oferecidas no segundo ano, a partir do 3º semestre. Nós buscamos aumentar essa aderência do aluno ao curso e reduzir a evasão. Querendo ou não, quando você fala de tecnologia e quando você fala de eventos, os alunos já têm um interesse mais aguçado.

Ainda tratando da questão da presença da tecnologia na matriz curricular, coordenadores apresentaram diferentes nuances sobre o tema, tratadas em mais duas subcategorias (apresentadas nas seções a seguir): "Necessidade de disciplinas de tecnologia"; e "Conteúdo das disciplinas de tecnologia".

---

[123] Em alguns casos, disciplinas específicas de Relações Públicas – e não apenas de tecnologia – começaram a ser deslocadas para o início do curso, com o intuito de tornar a matriz curricular mais interessante, como indica Roseane Andrelo (2016, p. 382): "Da matriz curricular antiga, era um problema que nós percebíamos. Nós tínhamos um primeiro semestre todo de Humanas: 'Sociologia', 'História da Comunicação', 'Teorias da Comunicação', mas não tínhamos praticamente nada de Relações Públicas nesse período. Nós compreendíamos isso como um erro e eu acho que, em grande parte, nós conseguimos corrigir isso com a nova matriz curricular. Portanto, na nova matriz, nós buscamos uma melhor distribuição das disciplinas específicas de RP e, também, das disciplinas práticas".

4.5.3.3.1 Necessidade de disciplinas de tecnologia

Até existem cursos de Graduação em RP que discutem questões ligadas à tecnologia apenas em disciplinas específicas, como indica Aléssia Franco Gonçalves (2016, p. 407):

> Elas são discutidas mais em disciplinas específicas. Pode acontecer, eventualmente, em outra disciplina, mas não é tão comum. [...] Por exemplo, eu tenho uma disciplina que é de 'Relações Públicas e Organização Social', do 6º período [...]. [...] essa disciplina lida com a questão da tecnologia de forma bastante prática, por uma demanda que de repente surge dessa experiência, dessa vivência de atender uma organização. Ou seja, ela não é uma disciplina dessas que você está comentando, em que se identifica facilmente pelo título que se refere à tecnologia e nem tem essa temática como principal, mas, eventualmente, pode discutir o tema, porque está no escopo da disciplina.

Porém, o mais comum é que a discussão sobre tecnologia, cada vez mais, nos dias de hoje, além de acontecer em disciplinas específicas sobre o tema, também ocorra em outras disciplinas e atividades complementares, como afirma Ana Luisa Baseggio (2016, p. 486):

> Nós temos essas duas modalidades, esses dois formatos. Nós temos algumas disciplinas específicas que tratam de tecnologia. O número de disciplinas com essa temática aumentou consideravelmente da matriz anterior para a atual. Então, essas disciplinas são estruturadas, com ementa, professores com conhecimento comprovado no assunto, infraestrutura e tudo que é necessário para que a disciplina seja desenvolvida. Porém, além disso, esse conteúdo está presente na matriz inteira. É um tema que permeia toda a matriz curricular e as discussões em sala de aula. Em RP, é impossível trabalhar sem tecnologia e sem a adoção de ferramentas de aproximação para o relacionamento com os públicos.

Fábia Pereira Lima (2016, p. 363) segue a mesma linha de raciocínio e menciona que:

> Nós temos as duas situações. É uma discussão que atravessa a maioria das disciplinas, transversalmente, mas nós temos as disciplinas específicas de tecnologia também. Então, assim, nós temos o CCNM (Centro de Convergência de Novas Mídias), que é um núcleo que congrega diversos professores, que tem um grupo de pesquisa e que leva essa discussão da tecnologia para diversas disciplinas específicas. Então, nós temos tanto uma discussão que atravessa todas as disciplinas, conduzidas pelos docentes de todas as disciplinas que veem o atravessamento da tecnologia em seus objetos de estudo, como disciplinas específicas que são levadas especialmente por esse grupo de docentes que, no CCNM, organiza-se em torno de dois núcleos: o NucCon, que é o Núcleo de Pesquisa em Conexões Intermidiáticas, e o LabCon, que é o Laboratório de Convergência. Os estudos de tecnologia do CCNM (e do NucCon e Labcon, mais especificamente) giram hoje em torno de temas como culturas urbanas e processos sociotécnicos de comunicação, e têm trazido debates bem

> avançados sobre metodologias de trabalho e de pesquisa em redes sociotécnicas.

Valéria de Siqueira Castro Lopes (2016, p. 438) também indica que essa temática (tecnologia) perpassa diversas disciplinas:

> [...] essa é uma temática que perpassa as disciplinas. Se há uma discussão sobre imagem e reputação, por exemplo, de como as redes sociais digitais estão gerando um ambiente de discussão que interfere na imagem e reputação organizacional, de como a má administração dos meios e da Comunicação tradicional, off-line, podem potencializar crises de reputação, porque se você não tem um canal para dialogar e resolver uma questão, que é o mais adequado ao seu problema, você vai para as redes sociais [...]. Então, eu entendo que em diferentes situações, nós acabamos tendo uma ou outra temática em que a Internet ou que as redes sociais digitais estão ali como pano de fundo.

Por fim, ainda nesta temática, Helenice Carvalho (2016, p. 449) apresenta um cenário em que as discussões sobre tecnologia gradativamente ocupam mais espaço no curso de Relações Públicas, até para ampliar a aproximação de uma necessidade que tem sido vista com frequência mais elevada no mercado, ou seja, a inserção do egresso de RP em atividades ligadas à Web, por exemplo.

> Eu entendo que além das disciplinas específicas, sempre há uma discussão sobre tecnologia em outras disciplinas. Até em algumas disciplinas de Área Básica, como Produção Audiovisual, além do computador, são usados outros tipos de tecnologia, outros aparatos. [...] Inclusive, o que nós começamos a perceber aqui na região, é que a empregabilidade na área de Relações Públicas tem sido cada vez maior na área de Web, gestão de *sites*, gestão de redes sociais. Então, nós começamos a abordar essas questões voltadas à tecnologia em algumas questões, mesmo quando não são específicas do assunto. [...] Nós começamos a perceber que a empregabilidade em Relações Públicas migrou desse foco tão grande em Comunicação Interna e Comunicação Organizacional para a gestão da imagem e reputação na Web. (CARVALHO, 2016, p. 449)

4.5.3.3.2 Conteúdo das disciplinas de tecnologia

A demanda de alunos por disciplinas de tecnologia tem aumentado constantemente, como indicam, por exemplo, Lilian Matheus Marques (2016, p. 395), Ana Luisa Baseggio (2016, p. 495) e Fábia Pereira Lima (2016, p. 364), que evidencia:

> [...] as disciplinas que discutem tecnologia têm uma demanda muito grande por parte dos estudantes. Então, acontece o seguinte: agora, por exemplo, nós estamos com três vagas abertas para concurso de docente. E uma das vagas será para um professor que não só discuta as novas tecnologias, como tenha uma entrada prática, para disciplinas de laboratório, porque nós estamos entendendo que essa é uma demanda muito urgente por parte dos nossos alunos. Então, isso talvez reconfigure um pouco essa matriz, com uma oferta maior, por exemplo, da carga optativa dos grupos G9, que contemple essas discussões. (LIMA, 2016, p. 364)

De acordo com Erica Hiwatashi (2016, p. 472), o interesse por essa temática também tem aumentado nos últimos anos, o que pode ser constatado pela escolha do tema dos Trabalhos de Conclusão de Curso por parte dos alunos:

> Dos 20 ou 30 Trabalhos de Conclusão de Curso que saem todos os semestres aqui do curso de Relações Públicas da Unisinos, provavelmente metade ou mais da metade relacionam-se com a parte de tecnologia, digital, relacionamento por meio da Internet, crises de imagem decorrentes do uso incorreto de mídias sociais, sobre o perfil do profissional de mídias sociais, entre outros temas que transitam pela área de Comunicação Digital. Isso já é um indicativo do interesse que o jovem tem pela área digital e é um fenômeno interessante que eu percebo, inclusive, pelas supervisões de estágio que nós fazemos, em que os empresários da região entendem que o profissional de Relações Públicas pode realmente dar conta desse mercado e é bastante procurado.

Ainda no que tange à tecnologia, todas as Instituições de Ensino Superior costumam ter no mínimo uma disciplina teórica e uma prática. No entanto, a predominância é por disciplinas que consigam mesclar essas duas características. Segundo Helenice Carvalho (2016, p. 450), "[...] eu diria que quase todas as nossas disciplinas são teórico-práticas. Então, uma disciplina de 60 horas deve ter 20/30 horas teóricas e o restante de prática". Mateus Santana dos Santos (2016, p. 504) enfatiza esse pensamento ao afirmar que "[...] são teórico-práticas, em que na parte de linguagem audiovisual, metade da disciplina é feita no nosso estúdio". No mesmo sentido, Lilian Matheus Marques (2016, p. 396) indica que: "Eu não tenho como ter, dentro de disciplinas de tecnologia – como você tem chamado –, um semestre inteiro só de teoria. Isso seria incoerente". Ainda nessa perspectiva, Erica Hiwatashi (2016, p. 474) menciona que

> [...] teoria e prática não se separam. Eu posso dar uma carga maior de prática, mas ela necessariamente tem que ter uma reflexão. A partir disso, permitir que o aluno entenda o processo e possa dar um salto qualitativo, porque Relações Públicas precisa muito disso para continuar sobrevivendo nesse mercado de Comunicação.

É importante observar, também, que na nova matriz curricular, algumas universidades inseriram ou mantiveram disciplinas, geralmente nomeadas como “Seminário”, “Oficina” ou “Tópicos Especiais”, que possuem conteúdo flexível, ou seja, módulos que podem ter seu conteúdo alterado a cada semestre e que permitem discussões mais atualizadas sobre a temática de tecnologia.

De modo geral, antes da análise detalhada das matrizes curriculares, que será realizada no capítulo 5, pode-se dizer que as disciplinas específicas de tecnologia tratam de: hipermídia; regulamentação do uso da tecnologia; Comunicação Digital; produção de conteúdo para meios digitais; gestão de relacionamento por meio de mídias sociais; além de terem uma parte mais técnica, com o manuseio de redes sociais como Facebook, Twitter, Instagram, Snapchat e YouTube, e até a construção de portais, tendo o *site* como fruto de um planejamento estratégico. Erica Hiwatashi (2016, p. 472) resume um pouco desses aspectos ao mencionar que a ideia da nova matriz é habilitar o aluno para lidar com diversos aspectos da Comunicação Digital:

> A ideia foi organizar o pensamento e habilitar minimamente o aluno a produzir, de forma autônoma, um trabalho de Comunicação Digital em uma empresa. Nós focamos nessa questão da autonomia para o aluno e, até por isso, na trilha de ‘Relacionamento Digital’ existe uma disciplina de Arquitetura da Informação, para que o egresso tenha uma noção de sistema, de estrutura tecnológica e não apenas da produção de conteúdo ou de redação para uso em mídias digitais, por exemplo. O intuito é que o aluno saia da Universidade capaz de conduzir a Comunicação Digital de uma empresa sem precisar depender de outros profissionais da área de tecnologia para gerir o processo. (HIWATASHI, 2016, p. 472)

Há um entendimento entre as opiniões dos coordenadores entrevistados de que o professor é soberano em sala de aula e tem liberdade para apresentar olhares diferentes para enriquecer as disciplinas de tecnologia. A ementa costuma ser imutável, uma vez que é definida por Colegiado, mas no que diz respeito à atualização de referências bibliográficas, por exemplo, tende-se a permitir uma atualização semestral, no início de cada período, por parte dos professores, até para que o Plano de Ensino esteja alinhado ao Projeto Pedagógico do curso, como mencionaram Roseane Andrelo (2016, p. 385), Lilian Matheus Marques (2016, p. 401), Helenice Carvalho (2016, p. 452) e Mateus Santana dos Santos (2016, p. 502). A coordenadora Aléssia Franco Gonçalves (2016, p. 413), por exemplo, apresenta, mais detalhadamente, que:

> O professor tem liberdade, sim. É preciso apenas informar as atualizações no início do semestre, até para que isso fique registrado no Plano de Ensino, nas

> referências. O zelo da coordenação em seguir o Projeto Pedagógico é para garantir uma conexão interdisciplinar, garantir que a matriz curricular seja oferecida de forma completa, que o aluno frequente uma disciplina que tem seu conteúdo correspondente ao que seu título sugere, de escolher o professor mais adequado para cada disciplina. Mas dentro de sala de aula, o professor é soberano. (GONÇALVES, 2016, p. 413)

No mesmo sentido, Luiz Vicente de Lima Lázaro (2016, p. 425) explica que:

> A cada semestre, o professor tem liberdade para mudar bibliografia, indicar obras, desde que a biblioteca tenha exemplares disponíveis para o aluno. Ou ele pode, ainda – e isso nós adotamos em todos os cursos –, indicar bibliografia digital, desde que seja de uso livre. Esse tipo de conteúdo digital entra na bibliografia da mesma forma. E é interessante, uma vez que o aluno pode ter acesso ao conteúdo de qualquer lugar.

4.5.3.4 Influência das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs)

Quando questionados sobre a influência das DCNs, os coordenadores entrevistados discorreram sobre diversos temas, que foram divididos em algumas seções referentes a esta categoria temática principal: “Flexibilidade *Vs.* Engessamento na matriz curricular”; “Obrigatoriedade de adequação das matrizes curriculares às DCNS”; “DCNs como estopim para alterações nas matrizes curriculares”; e “Vigência de matrizes curriculares após DCNs”.

4.5.3.4.1 Flexibilidade *Versus* Engessamento nas matrizes curriculares

Não há consenso entre os coordenadores entrevistados a respeito do impacto das Diretrizes Curriculares Nacionais sobre o engessamento ou a flexibilidade nas novas matrizes. Os representantes das IES se dividem quando perguntados sobre o assunto. Mesmo os que entendem que houve um engessamento, também apresentam aspectos positivos provocados pelas DCNs, caso, por exemplo, de Fábia Pereira Lima (2016, p. 369):

> Eu entendo que foi necessário aumentar a carga de disciplinas específicas, mas, no caso, as diretrizes acabaram engessando a matriz curricular. A carga horária do curso ficou muito maior que a de Jornalismo, que já é um curso com uma carga muito maior que a de Publicidade e Propaganda. [...] Mas, pelo menos no caso da UFMG, isso é uma reclamação histórica dos alunos, em Relações Públicas, de não ter muitos professores de RP. Por muitos anos, o curso foi sustentado com um professor, dois ou três professores especificamente de Relações Públicas. [...] Então, pelo menos para a UFMG,

> foi muito necessário, porque nós precisávamos ter essa oferta de disciplinas para qualificar a formação. [...]. As Diretrizes Curriculares nos forçaram a pleitear e garantir vagas para docentes específicos da área de RP. Ou seja, para nós, nesse sentido, veio a calhar.

Helenice Carvalho (2016, p. 454-455), também de universidade pública, segue a mesma linha de raciocínio:

> Eu acredito até que ficou um pouco mais engessada. [...] Um ponto que teve muita discussão e contestação foi essa separação dos cursos. Isso porque apesar de separar os cursos, nós precisávamos manter disciplinas de tronco comum, uma vez que nós não temos professores específicos de RP, em uma universidade federal, para dar 40 disciplinas. Então, nós mantivemos, mas também reciclando as súmulas. Ou seja, reciclamos as súmulas da Área Básica. [...] Um problema em universidade pública é para a contratação de professores, porque, diferentemente das universidades privadas, em que você pode contratar professor horista para suprir uma necessidade específica, na universidade federal você não pode contratar se não tiver vaga, se a vaga não tiver aprovada pelo MEC, no Ministério do Planejamento, enfim, tem toda uma complicação para realizar esses concursos e solucionar essas questões. [...] Eu, por exemplo, já trabalhei em três universidades privadas, em que eu fui horista. Eu cheguei a ministrar, em um momento, quase 40 horas-aula. Na Federal, pelo menos aqui, nós damos 8 horas-aula na Graduação, porque você tem Pesquisa, tem Extensão, entre outras atividades. Então, isso é um complicador para as federais. Mas, enfim, nós conseguimos três vagas. Nós tínhamos pedido cinco e conseguimos três. E hoje, nós temos um corpo específico de RP de onze professores. [...] Eu fui do Conrerp, sistema Conferp, e há uma exigência que as disciplinas obrigatórias sejam ministradas por profissionais formados em Relações Públicas. Então, isso também dificulta, porque você não pode se socorrer com um professor do Jornalismo, por exemplo, para ministrar uma disciplina obrigatória do curso.

Quanto ao engessamento, os pontos mais críticos parecem ser os “Eixos” rigidamente definidos pelas Diretrizes Curriculares e, em especial, o aumento da carga horária, que gera inquietações tanto para universidades públicas quanto privadas, seja pelas restrições para contratação de professores, seja pela dificuldade de possibilitar que o aluno termine o curso em quatro anos sem ter aulas aos sábados. No que diz respeito às dificuldades impostas pelos “Eixos” das DCNs, Erica Hiwatashi (2016, p. 483) afirma:

> Eu considerei engessada na fixação de carga horária dos quatro eixos. Cada instituição de ensino deveria dar ênfase a cada eixo, dentro da vocação regional. Essa nova diretriz não trouxe uma grande contribuição para o desenvolvimento da área. De qualquer forma, sempre é boa a discussão de ideias e vontades contrárias, sempre nos tira da zona de conforto. O grande problema é a carga horária, porque enquanto tecnólogos surgem para suprir uma demanda de mercado em um período curto, as novas diretrizes surgem na contramão impondo uma carga que torna o curso de quase cinco anos, quase inviável em quatro anos. [...] Essa questão da carga horária foi a única

> questão que realmente nos incomodou, digo no caso das universidades privadas, porque isso gera uma dificuldade para o aluno que paga a universidade, mas de resto foi motivador. Nós já tínhamos a vontade de mudar e as diretrizes nos impulsionaram a acelerar o processo.

Ainda tratando dos "Eixos", mas abordando as especificidades e o aumento da mensalidade (preço) do curso, decorrentes da ampliação da carga horária, Mateus Santana dos Santos (2016, p. 506) indica que:

> O curso ficou mais caro e, por consequência, a viabilidade financeira ficou mais difícil. Eu preciso entender que deve haver, sim, uma atualização, mas no momento em que as Diretrizes Curriculares promovem quatro eixos: 'Eixo de Formação Geral', 'Eixo de Comunicação', 'Eixo de Relações Públicas' e 'Eixo de Formação Suplementar', com uma carga horária tão alta para o 'Eixo de Relações Públicas', eu tenho que ter mais professores específicos. [...] Não foi o caso específico da UNIFACS de ter que contratar professores. Como nós temos o curso de Relações Públicas há 27 anos e nós temos uma política muito forte com egressos, eu já tinha sete professores formados em Relações Públicas no nosso quadro, além de duas outras professoras graduadas em RP, que atuavam em outros cursos e não estavam atuando no curso de Relações Públicas. Desse modo, eu não precisei fazer contratação de profissionais de Relações Públicas. Porém, de todo modo, o curso ficou mais caro. No momento em que eu deixo de compartilhar grande parte do curso – de 44% para 17%, como eu disse no começo dessa entrevista –, como eu compartilhava com o curso de 'Comunicação e Marketing', isso dificulta muito. (SANTOS, 2016, p. 506)

Ainda no que se refere à carga horária, Valéria de Siqueira Castro Lopes (2016, p. 442) destaca que a nova matriz, baseada nas DCNs de 2013, reduziu as possibilidades de que o aluno faça o curso com tranquilidade, ou seja, com determinados intervalos de tempo para a dedicação a outras atividades complementares. Caso não tenha um planejamento adequado, o estudante não conseguirá cumprir as atividades mínimas obrigatórias em quatro anos:

> No nosso caso, dificultou um pouco a vida do aluno, principalmente em função da redução das 'janelas' para que ele realize as optativas. Antes, o aluno tinha mais 'janelas' ao longo do curso, especialmente dedicadas às optativas, para que ele tivesse a liberdade de escolher quando cursá-las, mas agora ele não terá escolha. O aluno terá que ser muito organizado. A vida acadêmica dele terá que seguir um cronograma bem planejado, porque senão ele não conseguirá fazer o curso em quatro anos, ele vai fazer em cinco ou em seis – que é o prazo máximo para a conclusão do curso (LOPES, 2016, p. 442).

Sem tratar diretamente do engessamento ou da flexibilidade provocada pelas DCNs, mas ainda abordando o aumento da carga horária, outros pontos controversos a respeito das

Diretrizes Curriculares Nacionais foram destacados por diversos coordenadores, como as atividades complementares e o estágio obrigatório.

Roseane Andrelo (2016, p. 387) expôs, por exemplo, algumas questões regionais – também mencionadas por coordenadores de outras cidades e Estados – que podem ser afetadas pelas DCNs:

> Acho que os dois principais pontos que eu gostaria de destacar são: as atividades complementares e o estágio obrigatório. [...] No que diz respeito às atividades complementares, nós mudamos o sistema de gestão e criamos o hábito de emitir certificados para comprovação das atividades em vários tipos de eventos, como os Ciclos de Palestras, entre outros. [...] Já na questão específica do estágio, para quem tem o campus no interior, que é o caso da Unesp, isso mudou bastante. Antes nós tínhamos o estágio não obrigatório, que agora passou a ser obrigatório. Com essa obrigatoriedade, todos os alunos têm que realizar. Bauru não é uma cidade pequenininha, a cidade tem aproximadamente 400 mil habitantes, mas também não é enorme, com tantas oportunidades para estágio de Relações Públicas. Então, nos projetos de extensão nós tivemos que criar mecanismos para que esses alunos pudessem cumprir seu estágio. [...] Portanto, para mim, na sala de aula, como professora, as diretrizes impactaram, uma vez que eu tive que olhar e rever as minhas disciplinas. Mas enquanto gestora, o que impactou mais, se for pensar nessas novas diretrizes e, por consequência, na nova matriz, ter atividades complementares, ter estágio e ter as disciplinas articuladoras. Sendo que as duas primeiras (atividades e estágio) foram as mais impactantes. (ANDRELO, 2016, p. 387)

Ainda nesse tema, a questão da diferença de categoria administrativa (universidades públicas e privadas) também foi abordada por alguns coordenadores, como Lilian Matheus Marques (2016, p. 402):

> Acredito que as propostas das diretrizes vieram para fortalecer o curso e a profissão, porém não posso deixar de considerar que as DCNs são voltadas muito mais para as universidades públicas do que para as comunitárias, como é o nosso caso. Um currículo com 3.200 horas para integralização em oito semestres, ou seja, em 4 anos, em um curso noturno, significa aulas de segunda a sábado. Aumentar de 2.700 horas-aula para 3.200 horas-relógio é uma tarefa muito árdua. Dessa forma, o aluno deve estar totalmente motivado para frequentar o curso nesse período.

Na mesma linha de raciocínio, a coordenadora Erica Hiwatashi (2016, p. 477-478) destaca que:

> Eu participei de alguns eventos e fóruns de coordenadores de curso de RP, e ocorreram alguns momentos em que Faculdades e Universidades levaram seus questionamentos e preocupações sobre as diretrizes. Também foi possível notar a diferença de necessidades entre Universidades Federais e Privadas, além de fazer um intercâmbio com essas diferentes realidades.

> Percebemos que algumas IES (Instituições de Ensino Superior) privadas tinham problemas bem maiores, porque não tinham estágio obrigatório, por exemplo, e por estarem em cidades muito pequenas e às vezes sem empresas interessadas em disponibilizar vagas de estágio na área. Aqui nós já possuíamos o estágio obrigatório, o que não foi um novo obstáculo para o curso, mas percebemos que foi um problema para muitas universidades. Nesse ponto, aqui a maior alteração foi no aumento da carga horária para enquadrar o curso às novas necessidades das diretrizes. (HIWATASHI, 2016, p. 477-478)

O excesso de especificidade do curso também foi mencionado como um ponto de mudança, tanto para o bem quanto para o mal. Há críticas ao excesso de especificidade, mas grande parte dos coordenadores entende que isso pode proteger a qualidade do curso, uma vez que mais professores que fizeram Graduação em Relações Públicas deverão ser incorporados pela maioria das universidades, até pela carga elevada de disciplinas específicas. De acordo com Mateus Santana dos Santos (2016, p. 510):

> [...] na condição de coordenador, eu vou dizer que as diretrizes tornaram a matriz muito restritiva e, de alguma forma, esse novo formato encareceu demais o curso. Porém, na condição de professor, eu entendo que o curso precisa de uma matriz assim, com uma carga específica maior, até para ficar cada vez mais forte.

Ainda abordando esse tema, Valéria de Siqueira Castro Lopes (2016, p. 442), com experiência tanto em IES privadas quanto em universidades públicas, afirma:

> Eu vou comentar como uma professora que tem carga horária parcial na Universidade e que, portanto, atua também em instituições privadas. Eu tenho a percepção dos dois lados. Para as instituições privadas, que são muito regradas, e que têm um acompanhamento muito próximo das Secretarias, o aumento de carga horária pode ter gerado problemas, porque isso significa aumentar, também, a carga horária do professor. Ou seja, aumenta o custo do curso, o que provavelmente será repassado ao aluno. Isso pode ter um efeito na demanda. [...] Isso pode até inviabilizar o curso, porque a demanda pode cair fortemente. Quanto menos autonomia a instituição tem para manusear essas horas de trabalho, entre outros componentes, mais difícil fica para criar uma matriz que atenda às diretrizes. A contratação de professores também é algo complicado. Nós temos disciplinas que ainda possuem professores temporários, que ainda não são concursados, em definitivo. E nós estamos batalhando contra o tempo, porque entendemos que se fossemos aguardar a contratação de todos os professores necessários antes da reestruturação da matriz curricular, a nova matriz demoraria muito para ficar pronta, quem sabe uma década. Portanto, optamos por concluir a reestruturação e então partir para essa etapa de contratação.

Por outro lado, alguns coordenadores entendem que não houve engessamento, mas um aumento na especificidade do curso. Luiz Vicente de Lima Lázaro (2016, p. 428), por exemplo, destaca que "não temos essa visão do curso mais engessado, não. Que o curso ficou mais 'específico', isso é algo que algumas pessoas comentaram. Não existe mais tanta margem para compartilhar tantas atividades com outros cursos". Ana Luisa Baseggio (2016, p. 494) corrobora desse pensamento, ao afirmar que "[...] o nosso trabalho está todo pautado pelas Diretrizes Curriculares, mas isso, na minha visão, não engessa. Isso também nos permite considerar as peculiaridades de cada região, eu entendo que isso é positivo".

Além disso, há entendimento, por parte de alguns coordenadores, que mais do que diretrizes, as características de cada universidade são o que contribuem mais significativamente para o engessamento ou a flexibilidade da matriz curricular. É o caso de Roseane Andrelo (2016, p. 387):

> Eu entendo que não são as diretrizes que engessam a matriz, mas as características de cada universidade. [...] Por exemplo, quando eu coordenei o curso de Relações Públicas em uma universidade privada, eu tinha as diretrizes e eu tinha a planilha. Eu precisava fazer a matriz nova, olhando as diretrizes e olhando a planilha de curso. Percebe? Isso engessa. Não é possível fazer tudo o que se quer. [...] Quando eu estou em uma universidade pública, eu não tenho a planilha, mas eu não tenho aquela situação que eu coloquei anteriormente: a rapidez na tomada de decisão, eu não posso sair contratando e demitindo pessoas para que as necessidades das novas diretrizes sejam atendidas, entre outras situações. [...] Então, no meu ponto de vista, as diretrizes, isoladamente, nem engessam nem deixam mais flexíveis. Isso ocorre a partir do diálogo dessas diretrizes com a situação que eu terei na organização, da cultura organizacional[124], da forma de gestão da organização.

4.5.3.4.2 Obrigatoriedade de adequação das matrizes curriculares às DCNS

Entre os entrevistados, é praticamente uma unanimidade considerar as Diretrizes Curriculares Nacionais como "obrigatórias", como destacado por Lilian Matheus Marques (2016, p. 401), Helenice Carvalho (2016, p. 455) e Erica Hiwatashi (2016, p. 480).

Alguns dos entrevistados ressaltam, ainda, o fim da realização do ENADE (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes) como um ponto importante para dar atenção especial

[124] De acordo com Valéria de Siqueira Castro Lopes (2005, p. 78), "a cultura organizacional é a dimensão que reúne os valores determinantes da identidade corporativa e norteia a conduta e as práticas organizacionais. Portanto, para que uma organização implemente a descentralização, a autonomia e a gestão participativa, sua cultura deve contemplar valores que abarquem tais práticas e privilegiem o diálogo e o entendimento mútuo, o que propicia terreno fértil para que a Comunicação seja considerada área estratégica".

às DCNs, que passam a ter papel importante na avaliação do curso, principalmente por estarem associadas ao Ministério da Educação (MEC). Esses fatos são destacados, por exemplo, por Ana Luisa Baseggio (2016, p. 493) e Mateus Santana dos Santos (2016, p. 508-509), que destacam o papel norteador e obrigatório das diretrizes na adequação das matrizes curriculares.

As diferenças entre universidades públicas e privadas, especialmente no que tange à avaliação do curso e à sua autonomia também foram mencionadas por coordenadores, como resume Aléssia Franco Gonçalves (2016, p. 411):

> Na verdade, é um universo muito diferente de uma universidade pública. Uma universidade federal tende, por exemplo, a ser muito mais autônoma nesse sentido. Uma universidade privada tende a ser muito menos autônoma. Então, quando sai uma diretriz do MEC, por exemplo, que diz que eu devo ter 240 horas de ACGs (Atividades Complementares de Graduação), eu não tenho opção, não. Eu não posso fazer uma releitura: 'Ah, não, o perfil do meu curso é noturno, vai impactar muito para a atividade do curso, porque muita gente trabalha pela manhã e no período da tarde para pagar o curso à noite. Como é que eu vou disponibilizar as atividades sem ser no período da tarde?'. Nós não temos essa opção, não. [...] Portanto, nós encaramos as Diretrizes Curriculares Nacionais como obrigatórias, nós cumprimos as diretrizes, até por um motivo muito importante: hoje, Relações Públicas é um curso que já não responde mais ao ENADE, uma vez que não atingimos mais um número mínimo de escolas e alunos para poder participar da prova. O último ENADE para Relações Públicas foi em 2009. E o que acontece é que, quando um curso particular, no caso o de RP, não realiza a prova do ENADE, a forma do MEC acompanhar e exercer a função dele de vigilância e avaliação da qualidade de ensino é a visita. Então, os cursos de Relações Públicas estão sujeitos, a qualquer momento, a receber uma visita do MEC. [...] Quando você recebe a visita do MEC, eles pegam as diretrizes e comparam com o seu Projeto Pedagógico e com o que eles viram na prática na visita técnica. Ou seja, na prática, especialmente para universidades privadas, as diretrizes são obrigatórias. (GONÇALVES, 2016, p. 411)

As universidades públicas do Estado de São Paulo possuem uma característica diferente das outras IES que tiveram coordenadores entrevistados. Apesar de respeitarem as DCNs, essas universidades, teoricamente, possuem uma margem maior para realizar as adaptações às Diretrizes Curriculares, uma vez que respondem, prioritariamente, à Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, como indicam as coordenadoras de curso da Unesp e da USP. Por exemplo, para Roseane Andrelo (2016, p. 386):

> [...] nós temos algumas características importantes que precisam ser destacadas, especialmente relacionadas às diferenças entre universidades privadas e públicas e, mais ainda, a uma característica específica de universidades estaduais do Estado de São Paulo. [...] Por exemplo, quando eu dava aula em uma universidade privada, nós recebíamos a Comissão de

> Avaliação dos Cursos do Ministério da Educação (MEC). Todas as universidades recebem. O olhar da avaliação é muito voltado, inclusive, para essa parte das diretrizes. Na universidade privada, ela responde diretamente ao MEC. As universidades estaduais do Estado de São Paulo respondem, por sua vez, ao Conselho Estadual de Educação. Mas que base o Conselho Estadual usa para avaliar os cursos? Então, normalmente, também são as Diretrizes Curriculares. Portanto, são algumas questões que não são tão bem definidas. Você poderia seguir determinada 'regra' das Diretrizes Curriculares e como a instituição é avaliada pelo Conselho Estadual, os critérios de avaliação possivelmente serem outros.

Na mesma perspectiva, Valéria de Siqueira Castro Lopes (2016, p. 440) comenta que:

> Nós vamos receber ainda esta semana, uma Comissão da Secretaria Estadual de Educação que vai reavaliar os cursos e realizará o recredenciamento. Então, é para a Secretaria que nós respondemos, não é ao MEC. Pode ser que existam planos futuros de mudança nessa estrutura, a quem nos reportaremos, mas, atualmente, é dessa forma que funciona.

4.5.3.4.3 DCNs como estopim para alterações nas matrizes curriculares

Quando perguntados sobre a motivação para a mudança das matrizes curriculares, a maioria dos coordenadores atribuiu as alterações às DCNs, como, por exemplo, Fábia Pereira Lima (2016, p. 369-370), que indica:

> Seguramente não haveria mudança, neste momento, na matriz curricular se não fossem publicadas essas novas Diretrizes Curriculares. Não que essa discussão não existisse. Nós temos dentro do Colegiado, o NDE (Núcleo Docente Estruturante), que se reúne periodicamente para discutir os Projetos Pedagógicos dos cursos (antes, habilitações). Então, essas questões pedagógicas do curso estão sempre sendo discutidas e avaliadas por esse grupo de professores, mas não havia interesse algum dos docentes nessa divisão da área em cursos autônomos. [...] Então, realmente, a mudança foi feita para que as diretrizes do MEC fossem atendidas, não apenas por um anseio pedagógico proposto pelos docentes da área. [...] O grupo de professores, o Colegiado, o Departamento, nós tivemos muitas conversas com a Prograd (Pró-Reitoria de Graduação) da UFMG tentando ver o que era possível fazer para não termos que mexer na estrutura curricular. E é por isso que nós mudamos o mínimo possível. Nós tentamos manter a mesma matriz.

Roseane Andrelo (2016, p. 385) também destaca a importância que as DCNs tiveram sobre a mudança das matrizes curriculares, mas relativiza o prazo disponível para essa atualização, ressaltando os processos necessários em uma universidade pública até que a nova matriz pudesse entrar em vigor:

> O peso foi grande, até para ser um argumento para a necessidade de mudança. Nós não tivemos a obrigação explícita: 'saíram diretrizes, vamos correr para mudar a matriz curricular', até porque esse 'correr' não é tão rápido. Fechado esse projeto novo no grupo, ele passou por Conselho de Curso, por Congregação, teve que ir para a Reitoria. Então, de certo modo, ele passou por uma série de Colegiados dentro da instituição. Portanto, nós sabíamos que a partir do momento que esse processo fosse finalizado, ele ainda iria demorar a entrar em vigor, para funcionar na prática. [...] Podemos dizer que o que motivou, mesmo, é que estava no momento certo de discutir, mas as diretrizes impulsionaram o processo. (ANDRELO, 2016, p. 385)

Outros coordenadores mencionaram que independentemente das diretrizes, as discussões sobre a atualização da matriz curricular são constantes. Mateus Santana dos Santos (2016, p. 509) afirma, por exemplo, que

> [...] as Diretrizes Curriculares são muito importantes para a reelaboração da nossa matriz, mas a atualização ocorre independentemente da publicação de novas DCNs. É um compromisso da instituição de estar sempre atualizando a sua matriz ao mercado, de verificar o que o mercado está exigindo.

No mesmo sentido, Lilian Matheus Marques (2016, p. 401-402) descreve que

> Sempre houve discussão para atualizar a matriz curricular, sim. A última reforma de currículo que nós tínhamos feito foi em 2012. Então, assim, a turma ingressante de 2012 vai finalizar o currículo antigo agora. Portanto, isso demonstra que as análises e os estudos são feitos periodicamente dentro da Universidade. Nós tentamos retomar ao máximo aquilo que o mercado pede e aquilo que a academia pede, de conhecimento e de prática.

Erica Hiwatashi (2016, p. 477) corrobora esse pensamento e explica que as DCNs são importantes, mas que as discussões e atualizações são frequentes. A coordenadora de RP explica que a última atualização foi bem diferente, até para reduzir mudanças estruturais na matriz curricular completa:

> Eu entendo que nós já vislumbrávamos uma mudança no currículo. Eu estou na coordenação há bastante tempo, já é o quarto currículo que eu participo do desenvolvimento, considerando o EaD, que foi um belo aprendizado, porque é uma dinâmica muito diferente para se pensar toda a formação do aluno por educação a distância. Mas, de modo geral, nós já estávamos com muitos estudos prontos, inclusive pesquisas com nossos egressos feitas pela própria Agência Experimental a respeito de percepções de conteúdos que já não tinham mais sentido no currículo e de coisas que nós queríamos ampliar consideravelmente, como a questão do digital, que era uma demanda muito forte nos últimos anos. [...] Portanto, essa discussão já estava bem madura entre nós e essa obrigação de mudar o currículo, devido às Diretrizes Curriculares, foi o pretexto perfeito para que a Universidade buscasse a mudança da matriz curricular. E foi aí que percebemos que tínhamos que

> fazer um currículo bem diferente, porque nós mal tínhamos feito uma alteração e nós já tínhamos que fazer outra. Ou seja, a rigidez da matriz anterior não permitia atualizações simples e demandava grandes reformulações. Desse modo, nós dissemos: 'Vamos deixar o currículo o mais aberto possível para que possamos alterar menos a estrutura da próxima vez'. (HIWATASHI, 2016, p. 477)

Pode-se dizer que ao debaterem as matrizes curriculares, em diversas universidades, muitas vezes ocorreram discussões a respeito de disciplinas práticas e específicas de Relações Públicas, mas não necessariamente apenas sobre tecnologia, como explica Roseane Andrelo (2016, p. 383)

> Talvez não com essa nomenclatura ('tecnologia'), mas uma discussão forte que tivemos foi sobre o grau ou sobre a quantidade de disciplinas práticas. Porém, sempre que se discute disciplina prática, a questão de tecnologia perpassa o debate. Só que não recordo de usar insistentemente a nomenclatura 'tecnologia', mas a ideia era essa, de aumentar disciplinas de produção, que, de certo modo, envolveriam a tecnologia. [...] E, por outro lado, existia uma preocupação, de um grupo de professores, para que nós não transformássemos RP em um curso técnico. Então, tudo bem, disciplinas práticas estarão inseridas, mas sempre com algum tipo de reflexão que acompanhasse essa parte técnica.

Na mesma perspectiva, de acordo com Fábia Pereira Lima (2016, p. 371):

> Ainda não tivemos uma discussão específica sobre esse tema. O que nós já detectamos, principalmente no Núcleo Docente Estruturante, que é a instância em que essas questões chegam efetivamente, é essa necessidade de uma inclusão maior de disciplinas de tecnologia. Então, isso já apareceu. E qual é a consequência disso? Contratação de um professor específico dessa área. E agora nós teremos a possibilidade de ampliar as discussões e a oferta de disciplinas e laboratórios voltados para isso.

Valéria de Siqueira Castro Lopes (2016, p. 441) reforça essa linha de pensamento quando afirma:

> O que nós sentíamos falta? Dessas disciplinas práticas, laboratoriais, das cargas horárias de trabalho – que nós aumentamos –, alguns conteúdos que nós sentíamos falta e que incluímos –, em algumas situações, isso gerou disciplinas novas e, em outras situações, isso gerou disciplinas com nomes diferentes e ementas ajustadas.

4.5.3.4.4 Vigência de matrizes curriculares após DCNs

Com exceção da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da Universidade de São Paulo, todas as universidades que tiveram coordenadores entrevistados já estão com a nova matriz curricular de Relações Públicas implantadas. Essa atualização de matriz ocorreu geralmente entre o primeiro semestre de 2015 e o primeiro semestre de 2016. No caso específico da UFRGS, há algumas alterações na matriz vigente, mas a que está plenamente adequada às DCNs será efetivada em 2017. Já no caso da USP, a matriz atual não foi alterada até o momento e só será implantada, com base nas Diretrizes Curriculares, em 2018. Valéria de Siqueira Castro Lopes (2016, p. 432), coordenadora do curso de Relações Públicas da Universidade de São Paulo, explica o motivo:

> Há todo um trâmite interno. Após a discussão entre os pares, há toda a estruturação de um novo Projeto Pedagógico. Esse Projeto Pedagógico é encaminhado internamente para a Comissão do Departamento. Ele é aprovado – ou não. Nesse caso, foi aprovado, aí segue para outra instância, que é a Comissão de Graduação da Escola. Aprovado, segue para outra instância, que é a Congregação, que é o órgão máximo da Escola. [...] Feito isso, a Graduação começa todo um trâmite administrativo, de lançamento dessas disciplinas no sistema, a identificação dessas disciplinas por códigos. Algumas disciplinas não são oferecidas pelo nosso Departamento, então é outro Departamento que oferece. Nesses casos, é o outro Departamento que precisa realizar o processo. Concluída essa fase, a documentação segue – já com as disciplinas lançadas no sistema e codificadas – para a Pró-Reitoria de Graduação. Lá será designado um parecerista, que vai avaliar esse material e vai dar um parecer, favorável, ou não. Ele pode fazer questionamentos, pedir alguma justificativa – embora ao encaminharmos, nós tenhamos que enviar uma justificativa do motivo para a atualização da matriz curricular, quais são as principais alterações e em que medida essas mudanças vão alterar na conclusão do curso dos alunos que frequentam as disciplinas na matriz atual, se aumentará ou diminuirá o tempo do curso. Então, tem uma série de questões e procedimentos administrativos, acadêmicos e pedagógicos que precisam ser detalhados. [...] Atualmente, está na Reitoria. Eu tinha um prazo para encaminhar a documentação para a Reitoria, que era agora em setembro, exatamente hoje, 19/09/2016, era o *deadline*. Então, nós encaminhamos e agora está lá. Esse era o prazo para os cursos que tinham alteração de matriz para 2018. Se fosse para 2017, isso já tinha que estar pronto em uma data anterior. E aí, justamente, como eu falei dessa necessidade que nós tínhamos de fazer uma discussão um pouco mais aprofundada em alguns dos pontos, nós preferimos esperar, nós entendemos que seria melhor agir com mais cautela para não fazer uma mudança atabalhoada. (LOPES, 2016, p. 432)

Praticamente todas as universidades optaram por não criar uma matriz híbrida entre a antiga (anterior às DCNs) e a nova (após adequação às Diretrizes Curriculares), como destacaram, por exemplo, Luiz Vicente de Lima Lázaro (2016, p. 417): “Não houve migração.

Quem está na matriz antiga permanecerá na matriz antiga. Quem entrar na nova permanecerá na nova. Não há nenhuma matriz híbrida, nenhum processo de mudança no meio do curso". Na mesma perspectiva, Fábia Pereira Lima (2016, p. 360-361) menciona a existência de duas matrizes funcionando simultaneamente – fato comumente citado entre outros entrevistados –, até que quem entrou com a matriz anterior em vigência possa terminar o curso sem precisar migrar para a nova. Nesse sentido, a coordenadora da UFMG explica que

> A última entrada [na matriz antiga] foi no segundo semestre de 2015. Então, provavelmente até 2020 ou 2021, a outra matriz ainda continuará existindo, especialmente porque a estes alunos ainda é dada a oportunidade de fazerem continuidade de estudos em outra habilitação, então, é necessário este tempo para que os alunos possam concluir tal formação. Os alunos que se formarem nessa matriz antiga, provavelmente até 2019, ainda têm a possibilidade de pedir a segunda habilitação, porque como eles são ainda do currículo por habilitação, eles ainda podem solicitar. Nesse caso, a antiga matriz ainda teria que rodar por mais uns dois anos para que esses alunos concluíssem a formação em sua segunda habilitação. Portanto, eu acredito que a antiga matriz fique em atividade aproximadamente até 2021. A partir daí, uma matriz é extinta e fica só a nova matriz em atividade – se não vierem outras mudanças, claro. (LIMA, 2016, p. 360-361)

4.5.3.5 Infraestrutura de tecnologia disponível nos cursos de RP

Salvo raras exceções, a maioria dos coordenadores entrevistados indica que as universidades possuem boa infraestrutura para que o professor ministre suas aulas com qualidade. As salas de aula costumam possuir computador, projetor e sistema de áudio. Algumas ainda possuem ambiente climatizado, com ar-condicionado. Também é frequente a existência de laboratório de informática (com licença oficial de *softwares* já adquirida), de produção audiovisual, de pós-produção, além de estúdio de fotografia, de rádio e de TV, que servem de suporte às disciplinas do curso de Relações Públicas. No caso da Unesp, além da estrutura mencionada, Roseane Andrelo (2016, p. 383-384) destaca que:

> Nós temos [...] uma sala nova para aula invertida, que nós conseguimos para o curso de RP com uma verba de um programa da Unesp, em que além do computador e do projetor para o professor, há vários televisores na parede, em que os alunos podem ligar seus *notebooks* e outros dispositivos móveis, ou seja, em que a sala não pode ser considerada um laboratório, mas também não é uma sala de aula tradicional; e nós temos os laboratórios de informática com todos os computadores e aparatos necessários.

Na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Ana Luisa Baseggio (2016, p. 491) também menciona que além da estrutura convencional, há a existência de uma sala especial, que pode ser utilizada por professores e alunos de Relações Públicas:

> Todas as salas são equipadas com sistemas de projeção. E além de todas as salas serem equipadas, nós temos uma sala especial, dentro da FAMECOS, que é em formato de auditório, que também tem projeção e conexão adequada com quaisquer outros lugares. [...] Por exemplo, nós temos um projeto interinstitucional de mobilidade aqui na Faculdade, que é de responsabilidade de uma professora específica, em que nós conseguimos realizar projetos em comum com alunos de outras universidades, inclusive do exterior. Então, nós já tivemos projetos com a Inglaterra, com a França e com os Estados Unidos, que foram projetos comunitários, em que os alunos, obviamente com a supervisão de um professor de lá e outro daqui, escolhiam uma ONG (organização não governamental). Por exemplo, escolhem a Cruz Vermelha em Porto Alegre e em outra localidade, e o grupo de lá apresenta como é a Cruz Vermelha dessa localidade e o grupo daqui apresenta como é a Cruz Vermelha no Brasil e em Porto Alegre. E aí o grupo de lá faz um projeto para cá e o grupo daqui faz um projeto para lá. Nesse sentido, essa sala especial ganha bastante importância pela estrutura tecnológica que permite uma interação muito maior com qualquer cidade ou país, uma estrutura própria muito boa para essas videoconferências. (BASEGGIO, 2016, p. 491)

Além disso, excetuando-se PUC Minas e UFMG, todos os outros oito representantes entrevistados mencionaram a existência de wi-fi disponível para uso dos alunos do curso de Relações Públicas, inclusive dentro de sala de aula. Na UFMG, inclusive, para minimizar as carências estruturais próprias do local em que o curso de Relações Públicas está inserido, Centros de Atividades Didáticas são utilizados como opção para oferecer uma infraestrutura tecnológica mais adequada aos professores e alunos, como menciona Fábia Pereira Lima (2016, p. 366-367):

> As aulas dos cursos de Comunicação Social (incluindo o de Relações Públicas) são realizadas, em sua maioria, na FAFICH (Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas) da Universidade Federal de Minas Gerais e lá a estrutura de sala de aula é baseada apenas no quadro negro com giz. Nós temos uma estrutura muito precária de laboratório, de computadores, de projetor, então é muito complicada essa parte de equipamentos. [...] O que nós temos feito, e nós estamos com uma discussão bem intensa na Congregação da FAFICH, sobre os espaços da Faculdade, porque tem cursos como o de Filosofia ou de Psicologia, que também estão lá, e que geralmente demandam menos desses equipamentos do que os de Comunicação. [...] Retomando: nós, da Comunicação, estamos com uma deficiência muito grande de estrutura, de equipamento e de espaço. Mas, ao lado da FAFICH, existe um Centro de Atividades Didáticas (CAD) da Universidade. A UFMG tem dois Centros de Atividades Didáticas, que nós chamamos de CAD1 e CAD2. Nós estamos ao lado do CAD2, que aí, sim, é um prédio novo, em que todas as salas têm acesso à Internet, projetor, todas são equipadas.

> Então, o que nós temos feito, é levar o máximo de disciplinas para lá. Só que o CAD atende simplesmente todos os cursos da Universidade. Portanto, é uma batalha, nem sempre nós conseguimos espaço. Quando nós conseguimos, fica tudo muito bom, mas, em alguns momentos, nós realmente temos esse problema. E laboratórios para práticas mais específicas, com equipamentos mais sofisticados, nós realmente não temos. (LIMA, 2016, p. 366-367)

Diante da estrutura tecnológica oferecida pela maioria das universidades, excetuando-se as duas IES supracitadas de Minas Gerais, os alunos, em geral, podem usar a rede wi-fi em sala de aula. Vários coordenadores destacaram que não há uma política da universidade para restringir o uso de tecnologia em sala de aula por parte dos alunos. Por esse motivo, assim como outros representantes docentes, Lilian Matheus Marques (2016, p. 400) destaca que "isso fica a critério do professor, na relação direta com o aluno".

Mesmo diante dessa ausência de política oficial das universidades quanto ao uso de tecnologia em sala de aula, os professores geralmente não fazem queixas formais intensas e frequentes para os coordenadores sobre o uso excessivo de dispositivos móveis durante as atividades acadêmicas. Por muitas vezes, inclusive, há estímulo a novas práticas com auxílio da tecnologia, deixando a aula mais interativa e completa, como evidencia Luiz Vicente de Lima Lázaro (2016, p. 426), "geralmente nós temos uma política bastante compreensiva com essas questões. Inclusive, discute-se internamente na Universidade, a utilização positiva dessas tecnologias no processo de ensino-aprendizagem".

4.5.3.6 Relação entre universidades e egressos

De modo geral, salvo raras exceções, o monitoramento de egressos não é sistematizado. Costuma-se acompanhar a trajetória do "diplomado" de modo informal, normalmente com auxílio de redes sociais, como o Facebook e o Twitter. Dentre os poucos programas sistematizados, destaca-se o relato de Erica Hiwatashi (2006, p. 460-461):

> Nós temos um programa na Agência Experimental de Comunicação. Nós acompanhamos, fazemos pesquisas com os egressos de Comunicação. Na verdade, a própria Unisinos também faz uma pesquisa de dois em dois anos, com egressos de toda a universidade, de todos os cursos. Aí, nesse caso, nós não temos um mapeamento específico por curso. Nisso, a Agência Experimental de Comunicação supre a necessidade específica dos cursos de Comunicação, como o de Relações Públicas. [...] Todo ano, a Agência procura os alunos que se formaram e faz uma pesquisa quantitativa para verificar o desempenho que eles têm no mercado e no campo da pesquisa,

> além de analisar o que eles aproveitaram do curso e o que eles acham que deveria melhorar.

Algumas iniciativas mais frequentes são eventos promovidos pelas universidades para reunir ex-alunos, como indicam Ana Luisa Baseggio (2016, p. 485) e Erica Hiwatashi (2016, p. 461). Lilian Matheus Marques (2016, p. 393) descreve um pouco mais dessas atividades:

> Há mais de 15 anos, o curso realiza um evento para uma roda de conversa com egressos de Relações Públicas e com os alunos que estão atualmente na Graduação. Inicialmente, o evento chamava-se 'RP: Onde está você?'. Para você ter uma ideia, eu fiz parte desse evento. E, hoje, ele é denominado 'RP: O Destaque é Você!'. Nesse evento, os egressos voltam à Universidade e contam as suas experiências no mercado de trabalho e/ou na área acadêmica. Nessa perspectiva, a Assessoria de Relações Públicas e Estágio, que é um setor de apoio à coordenação, aos professores e aos alunos do curso, mantém um cadastro atualizado dos egressos. Então, nós temos esse contato, porque eu sei onde esse egresso está. E, hoje, até pelas redes sociais, fica muito mais fácil manter esse relacionamento. (MARQUES, 2016, p. 393)

Diante desse monitoramento de egressos (mesmo que muitas vezes de modo informal) e da própria proposta dos cursos, em geral, os coordenadores de Relações Públicas indicam que "não há um viés claro para formar apenas profissionais ou apenas acadêmicos" (CARVALHO, 2016, p. 453), até por normalmente terem programas de Mestrado e Doutorado. Informam que buscam formar um indivíduo crítico e que as universidades apresentam as duas possibilidades ao aluno. De acordo com o interesse, perfil e vocação, assim que formado, o diplomado escolhe a trajetória que defende seguir, seja no mercado de trabalho ou na carreira de pesquisa/docência. O egresso tem a tendência de buscar a atividade profissional, muitas vezes em Agências de Comunicação ou, até mesmo, empreendendo.

Quanto ao mercado de trabalho e a inserção dos egressos de Relações Públicas, na capital paulista, de acordo com Luiz Vicente de Lima Lázaro (2016, p. 418), o coordenador de RP da Universidade Anhembi Morumbi entende que: "Aqui, em São Paulo, o mercado de Comunicação tem sido forte. Nós temos casos de alunos que vêm de outros Estados e rapidamente conseguem se inserir no mercado, primeiro como estagiários e, depois, muitos conseguem ser efetivados". Ainda no Estado de São Paulo, mas na cidade de Bauru, Roseane Andrelo (2016, p. 375-376), coordenadora de RP da Unesp, apresenta um cenário de pulverização de oportunidades de emprego para os egressos:

> Eu até tenho aqui alguns dados dos últimos 10 anos: dos alunos que ingressaram entre 2006 e 2015, no curso de Relações Públicas, 69,5% dos ingressantes têm família no interior – não necessariamente em Bauru, acabam sendo até poucos propriamente de Bauru –, e quase 25% que

> chegam da região metropolitana de São Paulo. Por exemplo, quando eu me formei na Unesp, tinham dois alunos, de uma sala de 50, que eram de Bauru. Ou seja, muita gente de fora. Então, se nós pensarmos que muitos alunos voltam para a residência de origem, nós teremos uma pulverização muito grande. (ANDRELO, 2016, p. 375-376)

No litoral paulista, apesar de uma pulverização semelhante a que foi relatada na cidade de Bauru, há um cenário aparentemente diferente no que diz respeito especificamente à cidade de Santos, em que a inserção de profissionais no mercado de trabalho não é muito fácil, como indica Lilian Matheus Marques (2016, p. 393-394):

> O mercado de Relações Públicas não é forte [na cidade de Santos]. Até por essa restrição do mercado, os nossos alunos, hoje, saem bastante. Vão até para outros Estados, mas São Paulo é a cidade que geralmente acolhe os nossos egressos. [...] Então, assim, Santos ainda é um mercado muito restrito para se trabalhar com Relações Públicas. Por isso, eles costumam buscar oportunidades em outras cidades e Estados.

As duas coordenadoras de Minas Gerais que foram entrevistadas disseram que o mercado de trabalho da região absorve bem os seus profissionais. Aléssia Franco Gonçalves (2016, p. 414), da PUC Minas, informa que:

> Nós temos um histórico de inserção muito forte dos nossos ex-alunos no mercado. É uma inserção muito forte, mesmo. [...] Além disso, nós também temos uma participação bem ativa em outras cidades. É comum que egressos façam cursos e trabalhem em São Paulo, Rio de Janeiro, entre outras capitais.

Fábia Pereira Lima (2016, p. 368), da UFMG, corrobora com Aléssia Franco Gonçalves, ao afirmar que:

> Na verdade, os nossos alunos são muito procurados pelo mercado. Por política nossa, eles podem fazer estágio a partir do 3º período, mas filtramos as vagas antes de divulgar e percebemos que são tanto numerosas como diversificadas. Eles não encontram dificuldade para se colocar no mercado de trabalho. Eles até escolhem onde querem estar. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais, por exemplo, é um grande celeiro nosso, acredito que quase toda a equipe de Comunicação seja de egressos nossos. Assim como as grandes empresas e as principais Agências de Comunicação da cidade. Temos muitos egressos empreendedores. Em Minas Gerais, também existem muitas mineradoras, então os egressos trabalham muito na área de Comunicação desse setor. Portanto, eles são absorvidos em Minas Gerais, se quiserem, mas sei que nós temos muitos ex-alunos no Rio de Janeiro, por exemplo, especialmente na Petrobras, mas parece mais por opção do egresso.

No Rio Grande do Sul, as duas coordenadoras de Porto Alegre que foram entrevistadas para esta Tese indicam que o mercado de trabalho da capital absorve bem os seus egressos. Helenice Carvalho (2016, p. 452-453), da UFRGS, por exemplo, afirma que os egressos

> [...] conseguem ser bem absorvidos pelo mercado de Porto Alegre, sim. Muitos egressos são inseridos pelo próprio mercado de Web e articulação de redes sociais. O mercado da região absorve bem, sim. O que acontece bastante é que a Fabico é muito procurada por Agências de Comunicação grandes que possuem um braço voltado para a Web. Então, alguns alunos, ainda durante o curso, ingressam em uma dessas agências que possuem filiais aqui em Porto Alegre, posteriormente são efetivados e, depois de um tempo, continuam na mesma empresa, mas se mudam para a sede, por exemplo, em São Paulo. Outras mudam de agências para empresas ainda maiores e chamam colegas que estudaram com elas aqui na UFRGS para as suas funções. Assim, aos poucos, cada vez mais profissionais de Relações Públicas são inseridos nesse segmento de Gestão de Redes. Isso é um sinal que RP encontrou um campo de atuação em que ainda não ocupava significativamente.

Ana Luisa Baseggio (2016, p. 484), coordenadora da PUCRS, além de tratar das oportunidades de emprego na capital (Porto Alegre), adiciona um componente a respeito dos alunos oriundos de outras cidades que frequentam a universidade:

> Nós temos uma característica em Porto Alegre, nós temos muitos alunos do interior do Rio Grande do Sul. [...] Então, os alunos acabam buscando outras cidades e, até mesmo, outros Estados, muitas vezes voltando para as suas cidades de origem. [...] Quanto ao mercado de Porto Alegre, não obrigatoriamente o aluno se forma, sai da faculdade e tem necessidade de trabalhar como um profissional de RP. Ele pode trabalhar como um assistente de conteúdo ou como assistente de Comunicação, pode trabalhar em projetos especiais, são inúmeras possibilidades. É claro que o mercado de Relações Públicas em São Paulo é extremamente maior, mas nós temos boas vagas aqui também.

Ainda no Rio Grande do Sul, mas em um curso oferecido na cidade de São Leopoldo, Erica Hiwatashi, coordenadora da Unisinos, indica que uma parcela de alunos é oriunda da região serrana, outra parcela da capital (Porto Alegre) e outra de cidades do entorno, ou seja, muitos desses estudantes voltam para as suas cidades após a conclusão do curso. Para os que continuam em São Leopoldo, Hiwatashi (2016, p. 462) explica que

> É um desafio para o aluno. Nós colocamos isso desde o início do curso. Apesar de a nossa área atender a demanda para o mercado corporativo e organizacional, Relações Públicas ainda não é tão conhecida, a nomenclatura não é tão disseminada na região. São Leopoldo ou Vale do Rio dos Sinos, como nós chamamos, é uma região composta por indústrias para os setores coureiro-calçadista e metal-mecânico, e hoje também é caracterizada muito mais como um polo de informática no Rio Grande do Sul. [...] A inclusão na

> região é um pouco dificultada, restringindo-se a um universo de médias e pequenas empresas, que muitas vezes não têm a cultura de contratação de um profissional especificamente de Relações Públicas. [...] Até mesmo as empresas de grande porte do setor metal-mecânico e informática ainda possuem uma visão mais restrita da importância de RP. Nós até buscamos fazer um trabalho de fortalecimento e divulgação do curso, mas ainda é um 'trabalho de formiga', do aluno que consegue uma vaga de estágio e a partir do seu trabalho consegue demonstrar o seu valor. Então, as vagas que têm sido conquistadas são efetivamente decorrentes do esforço dos alunos, que entram pela vaga de estágio e conseguem mostrar o seu talento até serem efetivados. (HIWATASHI, 2016, p. 462)

Em Salvador, Mateus Santana dos Santos (2016, p. 499), coordenador do curso de Relações Públicas da UNIFACS, informa que o nível de empregabilidade dos egressos é elevado na área de Comunicação:

> Nós temos a nossa Central de Carreiras, que fica responsável pelos índices de empregabilidade. O curso tem um nível de empregabilidade de 72% na área de Comunicação. Alguns não se colocam no mercado na área de Comunicação Organizacional, alguns, por exemplo, vão para a área de Produção Cultural. Aqui na Bahia é muito forte a área de Produção Cultural.

Diante de todos os aspectos relativos ao modo como a "tecnologia" é abordada nas matrizes curriculares dos cursos de Graduação em Relações Públicas apresentados neste capítulo, evidenciou-se a preocupação dos entrevistados com a formação dos estudantes de Relações Públicas no que tange à tecnologia. Por este motivo, realizar-se-á (no quinto capítulo) uma pesquisa documental, baseada na análise das matrizes curriculares de 2013 e 2016 de Instituições de Ensino Superior que oferecem o curso de RP, especialmente para avaliar a evolução do número de disciplinas de tecnologia antes e depois da publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais de 2013.

Capítulo 5

Evolução no número de disciplinas de tecnologia nas matrizes curriculares dos cursos de Relações Públicas

5 EVOLUÇÃO NO NÚMERO DE DISCIPLINAS DE TECNOLOGIA NAS MATRIZES CURRICULARES DOS CURSOS DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Após a análise de conteúdo realizada no capítulo anterior, tornou-se possível identificar as disciplinas de tecnologia pertencentes às matrizes curriculares de universidades brasileiras, nos anos de 2013 e 2016. Nesse sentido, foi realizada uma pesquisa documental em que se avaliou a evolução do número de disciplinas de tecnologia nas matrizes de universidades brasileiras, após a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Relações Públicas, em 2013.

Posteriormente, realizou-se análise do número de disciplinas de tecnologia de matrizes curriculares de universidades do exterior, adquirindo subsídios para uma avaliação da realidade nacional e do exterior no que tange à formação do estudante de RP nessa temática.

5.1 Pesquisa documental: evolução no número de disciplinas de tecnologia e na carga horária das matrizes curriculares dos cursos de RP (entre 2013 e 2016)

Antonio Carlos Gil (2002) indica que a pesquisa documental se assemelha fortemente à pesquisa bibliográfica, diferenciando-se, em especial, por utilizar documentos que ainda não receberam tratamento analítico, mas ressalta que

> [...] há pesquisas elaboradas com base em documentos, as quais, em função da natureza destes ou dos procedimentos adotados na interpretação dos dados, desenvolvem-se de maneira significativamente diversa. É o caso das pesquisas elaboradas mediante documentos de natureza quantitativa, bem como daquelas que se valem das técnicas de análise de conteúdo. [...] Assim, podem ser definidas as seguintes fases na pesquisa documental:
> a) determinação dos objetivos;
> b) elaboração do plano de trabalho;
> c) identificação das fontes;
> d) localização das fontes e obtenção do material;
> e) tratamento dos dados;
> f) confecção das fichas e redação do trabalho;
> g) construção lógica e redação do trabalho. (GIL, 2002, p. 87)

Na mesma perspectiva, Antônio Joaquim Severino (2016, p. 131) indica que na pesquisa documental

> [...] tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais

> como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise (SEVERINO, 2016, p. 131).

Os documentos utilizados como fonte nesta pesquisa documental foram as matrizes curriculares dos cursos de Graduação em Relações Públicas de universidades brasileiras dos anos de 2013 e de 2016. As matrizes brasileiras podem ser visualizadas no "Apêndice A" (entre os Apêndices A1 e A22).

Optou-se por realizar a análise das matrizes curriculares dos cursos brasileiros somente após a pesquisa qualitativa, com o intuito de ter uma confirmação por parte dos coordenadores de curso a respeito das disciplinas de tecnologia, que estão inseridas na matriz de cada uma das universidades selecionadas. Pode-se destacar que apesar de uma análise prévia, realizada para que o roteiro semiestruturado de entrevistas fosse desenvolvido e utilizado na pesquisa qualitativa do capítulo 4, algumas disciplinas de tecnologia foram adicionadas ou retiradas conforme os relatos dos coordenadores de curso e analisadas no presente capítulo.

Para aplicar a pesquisa documental, decidiu-se utilizar algumas das fases[125] mencionadas por Gil (2002, p. 87) no início desta seção. Nesse sentido, foram definidas seções específicas para a exposição do objetivo, a obtenção do material e o tratamento dos dados.

5.1.1 Objetivo

Alguns autores definem um problema que norteará a pesquisa documental. No presente trabalho, no entanto, decidiu-se não determinar uma seção específica para apresentar a pergunta de pesquisa, mas definir claramente o objetivo, algo apropriado segundo Antonio

---

[125] Especificamente neste capítulo, não foram seguidas todas as fases mencionadas por Antonio Carlos Gil (2002, p. 87), uma vez que determinadas fases já tinham sido realizadas em capítulos anteriores, como a elaboração do plano de trabalho e a identificação das fontes. Outras, como a "confecção de fichas", por exemplo, foram descartadas por não serem as mais apropriadas para cumprir o intuito deste capítulo, que, fundamentalmente, lida com números de disciplinas de tecnologia e a quantidade de horas dedicadas ao tema. Como indica o próprio Gil (2002, p. 90): "Frequentemente, nas pesquisas documentais procede-se à confecção de fichas, como na pesquisa bibliográfica. Há casos, porém, em que esse procedimento não é o mais adequado. Nos estudos de natureza quantitativa, após o tratamento estatístico dos dados, têm-se geralmente, tabelas elaboradas manualmente ou com o auxílio de computadores. Com base na análise e na interpretação dessas tabelas é que se procede à redação do trabalho, que, por sua vez, é feita de modo similar ao da pesquisa bibliográfica".

Carlos Gil (2002, p. 89): "O problema pode também ser apresentado sob a forma de objetivos, o que representa um passo importante para a operacionalização da pesquisa e também para esclarecer o público interessado acerca do que se pretende com a pesquisa".

Nesse sentido, definiu-se como objetivo: avaliar a evolução no número de disciplinas de tecnologia e, quando possível, na carga horária relacionada ao tema nas matrizes curriculares de universidades brasileiras que oferecem curso de Graduação em Relações Públicas, nos anos de 2013 e 2016.

5.1.2 Obtenção do material

Para obter informações a respeito das matrizes curriculares brasileiras das 10 universidades que tiveram coordenadores entrevistados (UFMG, Unesp, UNISANTOS, PUC Minas, UAM, USP, UFRGS, Unisinos, PUCRS e UNIFACS), foram consultados os *sites* oficiais de cada uma das Instituições de Ensino Superior, tanto no início da elaboração da Tese de Doutorado (abril de 2013), para coletar as matrizes em vigor em 2013 (antes da publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Relações Públicas), como na fase final do desenvolvimento do trabalho (maio de 2016), para coletar as matrizes em vigor após o prazo de adaptação das DCNs às matrizes.

Por uma questão de padronização do material coletado, foram produzidos por mim diversos quadros com o mesmo formato, inseridos como Apêndices, e não como Anexos, justamente por se tratarem de produção própria. Como mencionado anteriormente (na seção 5.1), todas as matrizes brasileiras podem ser visualizados no Apêndice "A".

5.1.3 Tratamento dos dados: análise de matrizes curriculares dos cursos de Graduação em RP das universidades brasileiras selecionadas

Esta seção é dividida em duas outras grandes seções, em que são apresentadas: uma análise individual de cada Universidade que teve o coordenador responsável pelo curso de Graduação em RP entrevistado (5.1.3.1), que teve como foco apenas as disciplinas de tecnologia; e uma análise de todos os cursos com dados compilados (5.1.3.2), que aborda, além da parte de tecnologia, outros aspectos, como, por exemplo, a "categoria administrativa"

das universidades analisadas e a existência de matrizes “abertas” (com disciplinas optativas ou eletivas) ou “fechadas”.

Desse modo, pretende-se desenvolver uma análise documental, que, de acordo com Laurence Bardin (2016, p. 51), “[...] permite passar de um documento primário (em bruto), para um documentário secundário (representação do primeiro)”. Ou seja, ainda segundo Bardin, a “análise documental” pode ser definida como

> [...] ‘uma operação ou um conjunto de operações visando a representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar num estado ulterior, a sua consulta e referenciação’. Enquanto tratamento da informação contida nos documentos acumulados, a análise documental tem por objetivo dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação, por intermédio de procedimentos de transformação. O propósito a atingir é o armazenamento sob uma forma variável e a facilitação do acesso ao observador, de tal forma que este obtenha o máximo de informação (aspecto quantitativo), com o máximo de pertinência (aspecto qualitativo). (BARDIN, 2016, p. 51)

5.1.3.1 Análise individual por universidade: disciplinas de tecnologia nas matrizes curriculares

Diante desse contexto, a presente seção (5.1.3.1) será subdividida em 10 seções, uma para cada universidade brasileira[126], apresentadas na mesma ordem estipulada anteriormente na seção 4.3.2.1. A análise individual terá como foco a avaliação da evolução do número de disciplinas de tecnologia e a carga horária referente ao tema nas matrizes curriculares de 2013 e 2016.

É importante destacar que o padrão para avaliar a evolução na carga horária é naturalmente impactado por um fator inextricavelmente ligado às Diretrizes Nacionais Curriculares de 2013, ou seja, a mudança de hora-aula (50 minutos) para hora-relógio (60

---

[126] No capítulo 4, foi demonstrada como foram selecionadas 10 universidades brasileiras, além da Universidade de São Paulo. Como relatado anteriormente, a coordenadora de Relações Públicas da Universidade do Sagrado Coração (USC), uma das onze Instituições de Ensino Superior selecionadas, não teve disponibilidade para conceder entrevista. Dessa forma, para padronizar os critérios utilizados, só foi realizada a análise das matrizes curriculares com universidades que concederam entrevista, uma vez que sem as informações da coordenadora de curso, não seria possível decidir com precisão, apenas pelo nome das disciplinas, quantas seriam de tecnologia em 2013 e em 2016. Só como referência, sem a dedicação de uma seção específica para a USC e sem a mesma precisão de análise dos outros cursos de RP das IES selecionadas, aparentemente a Universidade do Sagrado Coração manteve duas disciplinas de tecnologia: em 2013 (ver Apêndice A9), “Informática em Comunicação Social”, no 1º período, e “Informática em RP: Produção Gráfica”, no 2º período; e em 2016 (ver Apêndice A10), “Tecnologias da Informação e da Comunicação”, no 1º período, e “Comunicação Digital e as Novas Mídias”, no 7º período.

minutos). No entanto, como algumas universidades optaram por apresentar a carga horária de suas matrizes como hora-aula e outras como hora-relógio, decidiu-se seguir o mesmo padrão para as duas matrizes. Portanto, não foram realizadas adaptações de horário entre matrizes. O número de horas exposto na matriz curricular oficial do *site* foi tomado como base para a evolução de carga horária entre 2013 e 2016.

Como mencionado, de modo breve, na seção 5.1, a análise das matrizes curriculares dos cursos de RP do Brasil ocorreu apenas após a pesquisa qualitativa para que os coordenadores pudessem informar claramente as disciplinas de tecnologia presentes nas matrizes. No entanto, mesmo após a entrevista dos coordenadores responsáveis pelos cursos de Relações Públicas das Instituições de Ensino Superior selecionadas, que indicaram as disciplinas de tecnologia de cada matriz curricular de 2013 e de 2016, para que os critérios não fossem extremamente subjetivos, foram definidas algumas palavras-chave para nortear as disciplinas de tecnologia que seriam selecionadas. As palavras ou expressões definidas para essa seleção foram: Cibercultura; Computação; Design; Digital (Comunicação Digital, Cultura Digital, Meios Digitais e Mídias Digitais, essa última, a mais recorrente); Hipermídia; Interface; Internet; Mídias Sociais; Multimídia/Multimeios; Rede (s); Sistemas; Tecnologia; Telemática; e Web. Foram descartadas palavras-chave como “Audiovisual”, “Fotografia”, “Rádio”, “Televisão” ou qualquer outra tecnologia que antecedia o uso do computador pessoal ou a Internet.

5.1.3.1.1 Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), antes das novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), contava com 2 disciplinas obrigatórias[127] relacionadas à tecnologia nas matrizes curriculares de Relações Públicas: “Oficina em Design em Comunicação”, oferecia no 1° período do curso, com Carga Horária (CH) de 45 horas; e “Processos de Criação em Mídias Digitais”, no 4° período, com CH de 60 horas (ver Apêndice A1). Em 2016, passado o período de adaptação às novas diretrizes, a matriz curricular de RP (ver Apêndice A2) passou a ter uma disciplina obrigatória (“Design em Comunicação”, no 1° período, com 90 horas de CH) e uma disciplina optativa (“Processos de

[127] Convencionou-se, neste trabalho, intitular “obrigatórias” as disciplinas que estão inseridas na matriz curricular dos cursos de Relações Públicas das IES, de modo que o estudante necessariamente precisa realizá-las para concluir a Graduação.

Criação em Mídias Digitais", inserida no Eixo Comunicação Integrada, no 3° período, com CH de 60 horas).

Verifica-se que o número máximo de disciplinas relacionadas à tecnologia que o estudante de RP poderá cursar em 2016 é igual ao que existia antes das novas DCNs, ou seja, duas. Deve-se fazer a ressalva que uma disciplina deixou de ser obrigatória. Em contrapartida, a carga horária da disciplina obrigatória "*Design* em Comunicação" foi dobrada, passando de 45 para 90 horas. Nesse sentido, abriu-se a possibilidade para que o aluno, caso decida realizar também a disciplina optativa, atinja uma carga horária relacionada à tecnologia de 150 horas, o que superaria às 105 horas da matriz curricular anterior às novas DCNs.

De acordo com a professora Fábia Pereira Lima, coordenadora do Colegiado de Graduação dos cursos de Comunicação Social da UFMG, em entrevista para a presente Tese de Doutorado:

> Nessa disciplina de '*Design* em Comunicação', foram os professores da disciplina que entenderam que a carga horária precisaria ser expandida. Então, eles apresentaram uma demanda que foi contemplada no novo Projeto Pedagógico. Foi realmente em função dessa demanda dos professores. [...] Já o caso da disciplina 'Processos de Criação em Mídias Digitais' como optativa tem relação com um processo de agrupamento que nós fizemos para que as Diretrizes Curriculares fossem atendidas. Nós precisávamos compor uma carga horária muito alta, no nosso entendimento, em disciplinas obrigatórias específicas de Relações Públicas. Por esse reagrupamento, algumas disciplinas da Comunicação – não específicas de RP – deixaram de ser obrigatórias, que foi o caso dessa disciplina. Porém, estão mantidas como optativas. (LIMA, 2016, p. 364)

Quadro 4 – Disciplinas de tecnologia inseridas nas matrizes curriculares da UFMG em 2013 e em 2016

	2013			**2016**		
	UFMG (2 disciplinas)			**UFMG (até 2 disciplinas)**		
Tipo de disciplina	*Nome da Disciplina*	*Período/ Semestre*	*Carga Horária*	*Nome da Disciplina*	*Período/ Semestre*	*Carga Horária*
Obrigatória	Oficina de Design Em Comunicação	1°	45h	Design em Comunicação	1°	90h
	Processos de Criação em Mídias Digitais	4°	60h	–	–	–
Optativa	–	–	–	Processos de Criação em Mídias Digitais - G9 (Eixo Comunicação Integrada)	3°	60h

Fonte: Levantamento realizado com base em matrizes curriculares disponíveis no *site* oficial da UFMG

Em determinado momento da entrevista para esta Tese, a coordenadora do Colegiado de Graduação dos cursos de Comunicação Social da UFMG mencionou que seria possível considerar, inclusive, “Estudos em Comunicação” (60 horas de carga) e “Tópicos em Laboratório de Comunicação” (90 horas de carga), duas das possíveis selecionadas como disciplinas de tecnologia, mas, pelos critérios adotados como palavras-chave, e por terem conteúdo variável em sala de aula, optou-se por não inserir as disciplinas no quadro da página anterior. De acordo com a professora Fábia Pereira Lima (2016, p. 365):

> E eu poderia citar ainda que ‘Estudos em Comunicação’ (quando teóricas) ou ‘Tópicos em Laboratório de Comunicação’ (quando práticas/ laboratoriais) também são disciplinas que, muitas vezes, são voltadas para a área de tecnologia. Essas são disciplinas de conteúdo variável, ou seja, não ementadas – a ementa é proposta a cada semestre de oferta, que não é regular. [...] E tem sido frequente a oferta de tópicos relacionados à criação de conteúdo para mídias digitais.

5.1.3.1.2 Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp)

A Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp) dobrou o número de disciplinas oferecidas no curso de Relações Públicas que possuem temática ligada à tecnologia. Para ingressantes até 2014 (matriz em vigor em 2013), duas disciplinas eram obrigatórias: “Técnica Redacional III: Texto Digital”, no 7° período (ou, na nomenclatura da própria Unesp, série 4, período 1), com 60 horas; e “Políticas e Sistemas de Informação”, no 8° período (série 4, período 2), também com 60 horas (ver Apêndice A3).

Para ingressantes a partir de 2015 (matriz em vigor em 2016), a Universidade começou a oferecer quatro disciplinas obrigatórias: “Comunicação, Estética e Design”, no 3° período (ou, na nomenclatura da própria Unesp, Série 2, período 1); “Linguagem da Comunicação III: Mídias Digitais”, no 6° período (Série 3, período 2); “Sociedade, Redes e Cidadania”, no 8° período (série 4, período 2); e “Gestão e Mídias Sociais”, no 8° período (série 4, período 2), todas com 60 horas (ver Apêndice A4).

Nesse sentido, o estudante de Relações Públicas possui uma carga horária de disciplinas de tecnologia de 240 horas, ante 120 horas da matriz curricular anterior às novas Diretrizes Curriculares Nacionais.

Quadro 5 – Disciplinas de tecnologia inseridas nas matrizes curriculares da Unesp em 2013 e em 2016

	Até 2014 (2013)			**A partir de 2015 (2013)**		
	Unesp (2 disciplinas)			**Unesp (4 disciplinas)**		
Tipo de disciplina	*Nome da Disciplina*	*Período/ Semestre*	*Carga Horária*	*Nome da Disciplina*	*Período/ Semestre*	*Carga Horária*
Obrigatórias	Técnica Redacional III: Texto Digital	7°	60h	Comunicação, Estética e Design	3°	60h
	Políticas e Sistemas de Informação	8°	60h	Linguagem da Comunicação III: Mídias Digitais	6°	60h
	–	–	–	Sociedade, Redes e Cidadania	8°	60h
	–	–	–	Gestão e Mídias Sociais	8°	60h

Fonte: Levantamento realizado com base em matrizes curriculares disponíveis no *site* oficial da Unesp

A coordenadora da Unesp ainda sugeriu a inclusão de mais uma disciplina de tecnologia na matriz de 2016: "Linguagem da Comunicação II: Audiovisual". Porém, apesar de abordar a Internet, por exemplo, o foco da disciplina não coaduna com os critérios estipulados neste estudo. De acordo com Roseane Andrelo (2016, p. 380): "Não sei se foge do seu recorte, mas a disciplina 'Linguagem da Comunicação II: Audiovisual' também discute o tema, quando trata de Web Rádio e Web TV, por exemplo".

Em contrapartida, duas disciplinas que não haviam sido consideradas em um primeiro momento, após explicação durante a entrevista, foram inseridas no quadro supracitado. Foram os casos das disciplinas "Políticas e Sistemas de Informação", da matriz para ingressantes até 2014, e "Comunicação, Estética e *Design*", da matriz curricular para ingressantes a partir de 2015. Segundo a professora Roseane Andrelo (2016, p. 377), coordenadora do curso de Relações Públicas da Unesp, em entrevista para esta Tese:

> A disciplina 'Políticas e Sistemas de Informação' tem a tecnologia muito forte, mas não como um instrumento. Nós buscamos pensar o papel da informação na sociedade e não é mais possível desmembrar o papel da informação da tecnologia em geral. Então, por exemplo, nós tentamos compreender aspectos como a regulamentação do uso da tecnologia, que tipo de políticas existem envolvendo tecnologias e informação na sociedade, até fazendo um comparativo com material da Unesco, de outros países, tentando relacionar a informação à tecnologia, mas, também, o consumidor dessa tecnologia. E nós buscamos canalizar na formação desse consumidor de tecnologia – estou chamando informalmente de consumidor, mas poderia ser usuário, enfim.

Ao tratar de outra disciplina que foi incorporada ao quadro, Andrelo relata que

> Existe a disciplina 'Comunicação, Estética e *Design'*, que é nova. Nós tínhamos uma disciplina voltada à estética, mas era uma disciplina mais teórica. Agora, a nova disciplina tem o aparato da estética, teórico, mas depois os alunos aprendem programas de edição de conteúdo, algum material de comunicação. Então, essa é uma disciplina que talvez pelo nome não seja tão facilmente identificada como de tecnologia, mas que tem alta carga de conteúdo do tema, feita em laboratório e com uma parte prática interessante. (ANDRELO, 2016, p. 380)

Quanto às outras disciplinas de tecnologia da matriz curricular atual, Roseane Andrelo (2016, p. 381) comenta:

> 'Linguagem da Comunicação III: Mídias Digitais' é uma disciplina de texto e produção de redação para meios digitais. Então, o laboratório é usado, mas não é uma disciplina limitada à produção, há uma discussão também, mas é, sobretudo, para desenvolver materiais. É uma disciplina muito voltada para a prática. [...] 'Sociedade, Redes e Cidadania' é uma disciplina do Departamento de Ciências Humanas e essa foi uma daquelas que eu disse que foi feita uma releitura. Ela foi feita com a ideia da transparência pública – ela não é específica de Comunicação Pública, mas ela dialoga com a Comunicação Pública. Geralmente quem ministra é um professor que estuda os portais a partir de critérios metodológicos para ver quão transparentes e democráticos são esses portais, qual o nível de participação da população, se está ligada ao direito da informação e ao direito à Comunicação. Grosso modo é isso. [...] A disciplina de 'Gestão e Mídias Sociais' é realmente nova. É uma que não existia na matriz antiga e não tinha como não ser inserida na matriz nova. Nós trabalhávamos alguns conteúdos dessa disciplina em "Comunicação Dirigida", mas ela era um conteúdo a mais da Comunicação Dirigida e hoje, até olhando para o que é oferecido pelo mercado, nós especificamos. Essa disciplina está ligada à profissão de Relações Públicas, no sentido de fazer gestão de relacionamento, gestão de conteúdo via mídias sociais. Essa é bem específica.

Caso a disciplina "Linguagem da Comunicação II: Audiovisual", de 60 horas, também tivesse sido incorporada ao Quadro 5 (página anterior), poder-se-ia considerar que a matriz atual teria uma carga horária de disciplinas de tecnologia ainda mais significativa, com 300 horas, frente às 120 horas da matriz para alunos ingressantes até 2014.

5.1.3.1.3 Universidade Católica de Santos (UNISANTOS)

Em 2013, a matriz curricular de Relações Públicas da Universidade Católica de Santos (UNISANTOS) possuía três disciplinas obrigatórias: "Mídias Digitais I", no 3° período, com

carga horária de 34 horas; “Mídias Digitais II”, no 4° período, com 34 horas; e “Produção Laboratorial Institucional: Mídias Digitais”, no 8° período, com CH de 46 horas (ver Apêndice A5). Já em 2016, aumentou-se o número de disciplinas relacionadas à tecnologia para quatro: “Mídias Digitais I”, no 3° período, com 34 horas; “Mídias Digitais II”, no 4° período, com 34 horas; “Produção Laboratorial Institucional: Mídias Digitais I”, no 7° período, com 44 horas; e “Produção Laboratorial Institucional: Mídias Digitais II”, no 8° período, com Carga Horária de 39 horas (ver Apêndice A6).

Constata-se, portanto, que na UNISANTOS, antes das novas Diretrizes Curriculares, a matriz oferecia 114 horas obrigatórias de conteúdos relativos à tecnologia, enquanto em 2016, aumentou-se a carga horária para 151 horas.

Quadro 6 – Disciplinas de tecnologia inseridas nas matrizes curriculares da UNISANTOS em 2013 e em 2016

	2013			**2016**		
	UNISANTOS (3 disciplinas)			**UNISANTOS (4 disciplinas)**		
Tipo de disciplina	*Nome da Disciplina*	*Período/ Semestre*	*Carga Horária*	*Nome da Disciplina*	*Período/ Semestre*	*Carga Horária*
Obrigatórias	Mídias Digitais I	3°	34h	Mídias Digitais I	3°	34h
	Mídias Digitais II	4°	34h	Mídias Digitais II	4°	34h
	Produção Laboratorial Institucional: Mídias Digitais	8°	46h	Produção Laboratorial Institucional: Mídias Digitais I	7°	44h
	–	–	–	Produção Laboratorial Institucional: Mídias Digitais II	8°	39h

Fonte: Levantamento realizado com base em matrizes curriculares disponíveis no *site* oficial da UNISANTOS

A professora Lilian Matheus Marques (2016), coordenadora do curso de Relações Públicas da UNISANTOS, em entrevista que compõe a pesquisa qualitativa desta Tese, explicou alguns dos motivos que determinaram o aumento dessa carga horária:

> O aumento de horas para a disciplina ‘Produção Laboratorial Institucional: Mídias Digitais’ justifica-se porque nós passamos a englobar outras ferramentas, que não são mais apenas Facebook, Twitter e Instagram. Agora, nós abordamos o Snapchat, YouTube, *Digital Influencers* e as formas de se trabalhar essas novas tendências de mercado com públicos específicos, especialmente para promover o relacionamento. [...] Então, assim, permanecem esses conteúdos abordados na matriz anterior, de 2013, baseados no Facebook, Twiter e Instagram, e, além disso, busca-se fornecer subsídios para que os alunos possam se apropriar das ferramentas do Google Adwords, Facebook Ads e Twitter Ads para uso institucional. [...] Além disso, as Diretrizes Curriculares tiveram influência, uma vez que ela exige uma carga maior, que nós entendemos que também teria que ser maior na

> área digital. Não basta só aumentar carga horária, eu tenho que desenvolver conteúdo para ampliar essa carga. E foi isso que nós fizemos, discutimos isso em reuniões do Colegiado e ampliamos a carga de disciplinas de tecnologia. (MARQUES, 2016, p. 397)

5.1.3.1.4 Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

A Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais manteve duas disciplinas de tecnologia obrigatórias na matriz curricular, tanto em 2013 quanto em 2016. A mudança ocorreu apenas na nomenclatura e no período em que as disciplinas passaram a ser oferecidas.[128]

Em 2013, as disciplinas oferecidas eram: "Hipermídia e Cibercultura", no 4° período; e "Tecnologias na Comunicação Organizacional", também no 4° período (ver Apêndice A7). Já em 2016, as disciplinas receberam os seguintes nomes: "Cibercultura e Comunicação em Rede", no 3° período, com 68 horas; e "Produção para Meios Digitais", no 4° período, também com 68 horas (Ver Apêndice A8). Há, portanto, uma antecipação da primeira disciplina obrigatória oferecida. A temática relacionada à "Cibercultura", em 2016, passou a ser abordada no terceiro período (para alunos ingressantes), o que, em 2013, só ocorria no quarto período do curso.

Quadro 7 – Disciplinas de tecnologia inseridas nas matrizes curriculares da PUC Minas em 2013 e em 2016

	2013			**2016**		
	PUC Minas (2 disciplinas)			**PUC Minas (2 disciplinas)**		
Tipo de disciplina	*Nome da Disciplina*	*Período/ Semestre*	*Carga Horária*	*Nome da Disciplina*	*Período/ Semestre*	*Carga Horária*
Obrigatórias	Hipermídia e Cibercultura	4°	–	Cibercultura e Comunicação em Rede	3°	68h
	Tecnologias na Comunicação Organizacional	4°	–	Produção para Meios Digitais	4°	68h

Fonte: Levantamento realizado com base em matrizes curriculares disponíveis no *site* oficial da PUC Minas

[128] Especificamente nos casos da PUC Minas e da UNIFACS, como não foi possível ter acesso à Carga Horária (CH) das disciplinas de tecnologia da matriz curricular de 2013, calculou-se apenas a quantidade de disciplinas com essa temática em 2013 e 2016, sem averiguar a evolução da CH.

A professora Aléssia Franco Gonçalves (2016), coordenadora do curso de Relações Públicas da PUC Minas, ao ser entrevistada para a presente Tese, explicou as alterações na matriz curricular entre os anos de 2013 e 2016, especialmente no que tange às disciplinas de tecnologia.

> A disciplina 'Hipermídia e Cibercultura' tinha uma ementa e um propósito em que nós achamos que a questão da 'Cibercultura e Comunicação em Rede' seria muito mais abrangente e relevante, além de retratar muito mais o assunto hoje do que a questão de 'hipermídia', uma vez que hipermídia ficou uma coisa fragmentada dentro do todo, o que não representava adequadamente. Então, nós queríamos aprofundar e ampliar mais a ementa e a discussão. Portanto, nós achamos por bem a mudança no nome, uma vez que entendemos que 'Cibercultura e Comunicação em Rede' abrigava mais conteúdos do que apenas 'Hipermídia'. [...] Já na disciplina 'Tecnologias na Comunicação Organizacional', nós percebemos que ela também era um pouco reducionista, uma vez que enfatizava uma questão puramente de tecnologias no sentido técnico. Nós verificamos pela pesquisa dos egressos, pelo que nós observávamos em sala de aula, que estava ocorrendo um descompasso muito grande na produção de conteúdo para os meios digitais. Então, nós deslocamos o foco da tecnologia em si, colocando-a como meio e não como produto final. E resolvemos privilegiar uma disciplina como laboratório de produção de conteúdo para meios tecnológicos, meios digitais e redes sociais. A carga horária das disciplinas foi mantida. Houve apenas uma mudança nos títulos e no enfoque. (GONÇALVES, 2016, p. 408)

A coordenadora do curso de RP da PUC Minas ainda sugeriu inserir as disciplinas de "Seminário" como sendo de temática tecnológica, mas, assim como no caso da UFMG, relatado anteriormente, o conteúdo apresentado é variável, não abordando somente tecnologia. Por este motivo, a disciplina não foi inserida. Segundo Aléssia Franco Gonçalves (2016, p. 409-410):

> [...] tem um detalhe que eu acho interessante destacar para você que está refletindo sobre isso que é o seguinte: nós damos uma disciplina aqui que se chama 'Seminário'. Ela acontece do primeiro ao quarto períodos (Seminário I, Seminário II, Seminário III e Seminário IV). Ela é uma disciplina em que o aluno precisa se matricular e ele faz um minicurso por semestre. Como é do primeiro ao quarto, ele faz quatro minicursos, justamente para arejar as temáticas, essas abordagens que são mais dinâmicas do que o Projeto. Então, nós usamos esses espaços dos minicursos e das palestras que ocorrem nessas disciplinas para trazer temas mais recentes. E quando nós analisamos o conteúdo desses minicursos e desses seminários, entre 60% e 70% dessas atividades estavam ligadas a oficinas que tinham como tema algo relacionada à tecnologia. Por exemplo: oficina de produção de *blog* para moda, oficina de mobilização social por meio de redes sociais. Entendeu? Então, as temáticas ligadas à área de tecnologia estavam muito presentes nessas atividades.

5.1.3.1.5 Universidade Anhembi Morumbi (UAM)

No caso da Universidade Anhembi Morumbi (UAM), em 2013, eram oferecidas duas disciplinas obrigatórias com conteúdo referente à tecnologia: “Comunicação Visual”, no 1° período, com carga horária de 60 horas; e “Planejamento em Relações Públicas III: Hipermídia”, no 3° período, com 80 horas (ver Apêndice A11).

Em 2016, a matriz curricular da UAM apresenta quatro disciplinas obrigatórias relativas à tecnologia: “Linguagem Visual”, no 1° período, com carga horária de 80 horas; “Planejamento em Relações Públicas III (Hipermídia)”, no 3° período, com 80 horas; “Estrutura de Texto para Mídia Digital”, no 3° período, com 40 horas; e “Produção em Multimeios”, no 8° período, com CH de 80 horas (ver Apêndice A12).

Percebe-se, diante da análise realizada, que o número de disciplinas obrigatórias dobrou após a implantação completa das novas Diretrizes Curriculares Nacionais. A carga horária, por consequência, passou de 140 horas para 280 horas.

Quadro 8 – Disciplinas de tecnologia inseridas nas matrizes curriculares da UAM em 2013 e em 2016

	2013			**2016**		
	UAM (2 disciplinas)			**UAM (4 disciplinas)**		
Tipo de disciplina	*Nome da Disciplina*	*Período/ Semestre*	*Carga Horária*	*Nome da Disciplina*	*Período/ Semestre*	*Carga Horária*
Obrigatórias	Comunicação Visual	1°	60 h	Linguagem Visual	1°	80h
	Planejamento em Relações Públicas III: Hipermídia	3°	80 h	Planejamento em Relações Públicas III (Hipermídia)	3°	80h
	–	–	–	Estrutura de Texto para Mídia Digital	3°	40h
	–	–	–	Produção em Multimeios	8°	80h

Fonte: Levantamento realizado com base em matrizes curriculares disponíveis no *site* oficial da UAM

Durante entrevista concedida por Luiz Vicente de Lima Lázaro, coordenador do curso de Relações Públicas da Universidade Anhembi Morumbi, para esta Tese, além de citar “Produção em Multimeios”, o professor mencionou outras disciplinas que podem ser consideradas de tecnologia e, por essa razão, foram inseridas no quadro acima.

> Você pode considerar ‘Linguagem Visual’, uma vez que a disciplina trata de questões relativas à editoração eletrônica e *softwares* muito específicos. Também pode considerar ‘Planejamento em Relações Públicas III’, porque trata de hipermídia e discute a construção de *sites* e portais, a construção da informação e o *site* como fruto de um planejamento estratégico. [...]

> Também entra 'Estrutura de Texto para Mídia Digital', que até você destacou na pergunta inicial, que é uma disciplina que dá um apoio em questões teóricas. Nós percebemos que havia um *gap* considerável em questões teóricas, então essas disciplinas de estrutura de texto aparecem para preencher essa lacuna, da redação, das referências principais da área, do estudo de autores. (LÁZARO, 2016, p. 421)

Além disso, o coordenador do curso de RP da UAM explicou que a disciplina de "Comunicação Visual" deveria ser denominada como uma disciplina de tecnologia da matriz de 2013. Apesar de não ser uma disciplina de fácil identificação pelos critérios utilizadas na presente Tese, "Comunicação Visual" também foi inserida no quadro supracitado, uma vez que não provocou prejuízos no cálculo da evolução das disciplinas, já que possui equivalência na matriz subsequente, com "Linguagem Visual". De acordo com Luiz Vicente de Lima Lázaro (2016, p. 422):

> Em 2013, nós tínhamos 'Comunicação Visual', que era equivalente à atual disciplina 'Linguagem Visual'. Só que houve um aumento de carga horária. Ela foi de 60 para 80 horas. Nós já não temos mais disciplinas de 60 horas. Na nova matriz curricular, ou são disciplinas de 40 ou 80 horas.

5.1.3.1.6 Universidade de São Paulo (USP)

Especificamente no caso da Universidade de São Paulo, não foi possível avaliar a evolução no número de disciplinas de tecnologia entre os anos de 2013 e 2016, uma vez que a nova matriz curricular, que tem relação mais próxima com as Diretrizes Curriculares Nacionais de 2013, só entrará em vigor em 2018.[129]

Se for considerada apenas a matriz curricular atual (em vigência em 2016 e idêntica a que vigorava em 2013), a Universidade de São Paulo possui, até o momento (ver Apêndices A13 e A14), as seguintes disciplinas obrigatórias: "Comunicação Digital e as Novas Mídias", no 4° período; "Produção de Periódicos Institucionais no Contexto das Novas Mídias, do Novo Social, e das Empresas e Instituições", no 5° período; "Produção Audiovisual no Contexto das Novas Mídias, do Novo Social, e das Empresas e Instituições", no 6° período, todas com Carga Horária de 90 horas. E as seguintes disciplinas optativas livres:

---

[129] A Universidade Federal do Rio Grande do Sul também não implantou a nova matriz curricular em 2016, mas a análise de evolução do número de disciplinas de tecnologia foi realizada, uma vez que a matriz de 2016 possuía algumas atualizações em relação à de 2013, diferentemente da USP, que manteve a matriz exatamente igual em ambos os anos. Além disso, a UFRGS disponibilizou a matriz que entrará em vigor em 2017. A USP, em decorrência de trâmites internos, ainda não pode liberar a nova matriz, que entrará em vigor em 2018.

“Comunicação Interativa e o Texto Eletrônico-digital”, no 1° período, com 60 horas; “Comunicação Digital”, no 2° período, com 150 horas; “Aspectos Teóricos da Comunicação Digital”, no 3° período, com 60 horas; e “Teoria da Opinião Pública em Contextos Digitais”, com 60 horas.

5.1.3.1.7 Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

No caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), tanto em 2013 quanto em 2016, foram mantidas duas disciplinas obrigatórias relativas à tecnologia, com os mesmos nomes (“Comunicação na Web” e “Cibercultura”), nos mesmos períodos/semestres (3° e 4° períodos, respectivamente) e com a mesma carga horária (30 horas e 60 horas, respectivamente).

No caso das optativas, em 2013, eram oferecidas para escolha do estudante, 12 disciplinas com conteúdos relativos à tecnologia (ver Apêndice A15), podendo ser realizadas livremente, em qualquer período, de acordo com o interesse do aluno: “Computação Gráfica I” (60 horas); “Processos de Produção Gráfica” (30 horas); “Laboratório de Arte e Telemática” (120 horas); “Sistemas de Produção Multimídia” (60 horas); “Design de Interface” (60 horas); “Laboratório de Design Gráfico” (60 horas); “Laboratório de Web” (60 horas); “Seminário de Informática e Comunicação” (30 horas); “Seminário de Tecnologia e Comunicação” (30 horas); “Linguagem Gráfica em Computador” (60 horas); “Introdução à Computação Gráfica” (30 horas); e “Mídia, Tecnologias Digitais e Educação” (45 horas).

Em 2016 (ver Apêndice A16), além das 12 disciplinas supracitadas (sendo que uma delas, a de “Processos de Produção Gráfica” aumentou de 30 para 45 horas), mais 4 disciplinas optativas (“Arte e Novas Tecnologias”, “Arte e Design”, “Gerenciamento de Documentos Arquivísticos Digitais” e “Tecnologias e Subjetividade”, todas com 60 horas) começaram a ser oferecidas aos estudantes de Relações Públicas, totalizando 18 disciplinas possíveis com conteúdo de tecnologia (2 obrigatórias e 16 optativas).

É possível notar, portanto, que na matriz curricular de 2013, o aluno tinha uma Carga Horária de tecnologia de até 735 horas (caso realizasse todas as disciplinas eletivas

disponíveis). Já na matriz em vigor em 2016, o estudante tem à disposição CH de 990 horas.[130]

Quadro 9 – Disciplinas de tecnologia inseridas nas matrizes curriculares da UFRGS em 2013 e em 2016

	2013			**2016**		
	UFRGS (até 14 disciplinas)			**UFRGS (até 18 disciplinas)**		
Tipo de disciplina	*Nome da Disciplina*	*Período/ Semestre*	*Carga Horária*	*Nome da Disciplina*	*Período/ Semestre*	*Carga Horária*
Obrigatórias	Comunicação na Web	3°	30h	Comunicação na Web	3°	30h
	Cibercultura	4°	60h	Cibercultura	4°	60h
Eletivas	Computação Gráfica I	Livre	60h	Computação Gráfica I	Livre	60h
	Processos de Produção Gráfica	Livre	30h	Processos de Produção Gráfica	Livre	45h
	Laboratório de Arte e Telemática	Livre	120h	Laboratório de Arte e Telemática	Livre	120h
	Sistemas de Produção Multimídia	Livre	60h	Sistemas de Produção Multimídia	Livre	60h
	Design de Interface	Livre	60h	Design de Interface	Livre	60h
	Laboratório de Design Gráfico	Livre	60h	Laboratório de Design Gráfico	Livre	60h
	Laboratório de Web	Livre	60h	Laboratório de Web	Livre	60h
	Seminário de Informática e Comunicação	Livre	30h	Seminário de Informática e Comunicação	Livre	30h
	Seminário de Tecnologia e Comunicação	Livre	30h	Seminário de Tecnologia e Comunicação	Livre	30h
	Linguagem Gráfica em Computador	Livre	60h	Linguagem Gráfica em Computador	Livre	60h
	Introdução à Computação Gráfica	Livre	30h	Introdução à Computação Gráfica	Livre	30h
	Mídia, Tecnologias Digitais e Educação	Livre	45h	Mídia, Tecnologias Digitais e Educação	Livre	45h
	–	–	–	Arte e Novas Tecnologias	Livre	60h
	–	–	–	Arte e Design	Livre	60h
	–	–	–	Gerenciamento de Documentos Arquivísticos Digitais	Livre	60h
	–	–	–	Tecnologias e Subjetividade	Livre	60h

Fonte: Levantamento realizado com base em matrizes curriculares disponíveis no *site* oficial da UFRGS

[130] Indica-se a carga horária máxima disponível por disciplinas de tecnologia, considerando-se disciplinas obrigatórias e optativas/eletivas. Obviamente, não é comum que o aluno escolha realizar todas as disciplinas de tecnologia disponíveis. O limite serve apenas como referência da carga horária total que se relaciona ao tema "tecnologia".

Se considerarmos a nova matriz, que segue as DCNs de 2013 e entrará em vigor em 2017, fornecida pela coordenadora do curso e ainda não divulgada no *site* da UFRGS, observa-se, mais uma vez, o aumento no número de disciplinas obrigatórias, que agora passou para três: "Comunicação na Web", no 3° período, com carga horária de 30 horas; "Cibercultura", no 4° período, com 60 horas; e "Gestão de Conteúdo e Relacionamento em Ambientes Digitais", no 4° período, com CH de 60 horas.

As disciplinas eletivas da matriz que entrará em vigor em 2017 ainda não estão disponíveis, mas a própria coordenadora do curso de Relações Públicas, a professora Helenice Carvalho (2016, p. 446) informa que "Na matriz curricular nova terá ainda mais cadeiras de digital, especialmente na parte de eletivas".

5.1.3.1.8 Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)

A Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) possuía duas disciplinas obrigatórias de tecnologia em sua matriz curricular de 2013: "Gestão de Sistemas de Informação", no 7° período, com 60 horas de Carga Horária; e "Estratégias e Tecnologias de Relacionamentos", no 8° período, também com 60 horas. Além disso, o estudante tinha à disposição três "Atividades Optativas" ligadas à tecnologia que poderiam ser realizadas no decorrer do curso: "Indústria Criativa e Cidadania Social", com 60 horas; "*Entrepreneurship and Innovation: Concepts And Practice*", com 60 horas; e "*Seminar – Innovation in the Creative Industries*", com 30 horas (ver Apêndice A17).

Em 2016, já findada a implantação das novas DCNs, houve uma mudança significativa na matriz curricular do curso no que tange à tecnologia. Apesar de existir apenas uma disciplina obrigatória ("Comunicação Digital e Interativa", no 4° período, com Carga Horária de 60 horas), o curso de Relações Públicas da Unisinos passou a disponibilizar uma Trilha Temática voltada exclusivamente para o Relacionamento Digital[131], o que aumentou o número de atividades optativas ligadas à tecnologia para dez disciplinas: "Presença em rede"; "Design para Mídias Digitais"; "Arquitetura da Informação"; "Processos Colaborativos em Rede"; "Planejamento em Comunicação Digital"; "Curadoria de Conteúdo"; "Marketing

[131] A Unisinos, buscando adequar sua matriz curricular às DCNs, criou quatro trilhas temáticas com "Atividades Optativas": "Trilha Temática: Relacionamento com a Imprensa" (4 opções); "Trilha Temática: Audiovisual" (4 opções); "Trilha Temática: Relacionamento Digital" (10 opções); e "Trilha Temática: Relacionamento com a Imprensa" (5 opções).

Digital"; "Introdução à Programação para Internet"; "Modelos de Negócios em Comunicação Digital"; e "*Mobile Marketing*", todas com CH de 30 horas (ver Apêndice A18).

Ou seja, de 2013 para 2016, ampliou-se o número de disciplinas referentes à tecnologia disponíveis para escolha do estudante de 5 para 11, um aumento de 90 horas (de 270 para 360 horas) na Carga Horária.

Quadro 10 – Disciplinas de tecnologia inseridas nas matrizes curriculares da Unisinos em 2013 e em 2016

	2013			**2016**		
	Unisinos (até 2 disciplinas)			**Unisinos (até 11 disciplinas)**		
Tipo de disciplina	*Nome da Disciplina*	*Período/ Semestre*	*Carga Horária*	*Nome da Disciplina*	*Período/ Semestre*	*Carga Horária*
Obrigatórias	Gestão de Sistemas de Informação	7°	60h	Comunicação Digital e Interativa	4°	60h
	Estratégias e Tecnologias de Relacionamentos	8°	60h	–	–	–
Optativas	Indústria Criativa e Cidadania Social	–	60h	Presença em rede*	–	30h
	Entrepreneurship and Innovation: Concepts And Practice	–	60h	Design para Mídias Digitais	–	30h
	Seminar – Innovation in the Creative Industries	–	30h	Arquitetura da Informação	–	30h
	–	–	–	Processos Colaborativos em Rede	–	30h
	–	–	–	Planejamento em Comunicação Digital	–	30h
	–	–	–	Curadoria de Conteúdo (Trilha Temática: Relacionamento Digital)	–	30h
	–	–	–	Marketing Digital	–	30h
	–	–	–	Introdução à Programação para Internet	–	30h
	–	–	–	Modelos de Negócios em Comunicação Digital	–	30h
	–	–	–	Mobile Marketing	–	30h

Fonte: Levantamento realizado com base em matrizes curriculares disponíveis no *site* oficial da Unisinos
* Todas as disciplinas optativas apresentadas no quadro referem-se a uma trilha temática específica incorporada à matriz curricular de RP da Unisinos em 2016, intitulada "Trilha Temática: Relacionamento Digital".

5.1.3.1.9 Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

No ano de 2013, eram registradas três disciplinas obrigatórias na matriz curricular de RP da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS): "Comunicação

Digital Corporativa", no 1° período, com 30 horas; "Produção de Mídia Impressa e Digital em RP", no 3° período, com 60 horas; e "Estudos Multimídia para as *RRPP*", no 4° período, com 60 horas (ver Apêndice A19).

Em 2016, após a implantação completa das novas Diretrizes Curriculares, o número de disciplinas obrigatórias relativas à tecnologia dobrou. São seis: "Cultura Digital", no 1° período, com 30 horas; "Técnicas Digitais e Media Training", no 1° período, com 60 horas; "Comunicação Digital nas Organizações", no 2° período, com 30 horas; "Produção de Mídia Impressa e Digital em RP", no 3° período, com 60 horas; "Produção Multimídia em Relações Públicas", no 4° período, com 60 horas; e "Prática Profissional em Relações Públicas: Estágio Supervisionado em Gestão de Mídias Digitais", no 6° período, com 50 horas (ver Apêndice A20).

Nesse sentido, a Carga Horária obrigatória em disciplinas relacionadas à tecnologia subiu de 150 horas, em 2013, para 290 horas, em 2016. No que tange às disciplinas eletivas, o aumento no CH foi de 120 horas, em 2013, para 180 horas, em 2016, sendo que as eletivas não precisam ser, necessariamente, todas de tecnologia.

Quadro 11 – Disciplinas de tecnologia inseridas nas matrizes curriculares da PUCRS em 2013 e em 2016

	2013			**2016**		
	PUCRS (3 disciplinas)			**PUCRS (6 disciplinas)**		
Tipo de disciplina	*Nome da Disciplina*	*Período/ Semestre*	*Carga Horária*	*Nome da Disciplina*	*Período/ Semestre*	*Carga Horária*
Obrigatórias	Comunicação Digital Corporativa	1°	30h	Cultura Digital	1°	30h
	Produção de Mídia Impressa e Digital em RP	3°	60h	Técnicas Digitais e Media Training	1°	60h
	Estudos Multimídia para as *RRPP*	4°	60h	Comunicação Digital nas Organizações	2°	30h
	–	–	–	Produção de Mídia Impressa e Digital em RP	3°	60h
	–	–	–	Produção Multimídia em Relações Públicas	4°	60h
	–	–	–	Prática Profissional em Relações Públicas: Estágio Supervisionado em Gestão de Mídias Digitais	6°	50h
Eletivas	Disciplina Eletiva	3°	120h	Disciplina Eletiva	2°	180h

Fonte: Levantamento realizado com base em matrizes curriculares disponíveis no *site* oficial da PUCRS

5.1.3.1.10 Universidade Salvador (UNIFACS)

Na Universidade Salvador (UNIFACS), em 2013, era oferecida uma disciplina de tecnologia obrigatória na matriz curricular de RP: “Tecnologias Digitais da Comunicação”, no 6° período (ver Apêndice A21).

Em 2016, foi mantida uma disciplina de tecnologia obrigatória: “Fundamentos da Comunicação Digital”, no 2° período, com Carga Horária de 60 horas. Em 2016, todavia, foram inseridas seis oficinas que permitem ao estudante a opção por atividades relativas à tecnologia (ver Apêndice A22), mas que não foram consideradas na matriz curricular atual, uma vez que possuem conteúdo variável.

Desse modo, pode-se dizer que as matrizes curriculares mantiveram o mesmo número de disciplinas de tecnologia, mesmo após a adequação às Diretrizes Curriculares Nacionais. Mateus Santana dos Santos, coordenador do curso de Relações Públicas da UNIFACS, destaca que a principal mudança ocorreu na alteração dos períodos em que as disciplinas são oferecidas ao aluno:

> [...] optou-se pela manutenção de uma disciplina introdutória, de fundamentação, que fale de cibercultura e ubiquidade, que tenha um discurso muito mais focado na fundamentação do digital logo no início do curso, no 2° semestre. E aí, posteriormente, o aluno complementaria esse conteúdo em outras disciplinas, como ‘Gestão de Crises’, as duas disciplinas de Planejamento que acabei de comentar e ‘Tópicos Avançados’, em que a professora sempre resgata o contexto de contemporaneidade e, obviamente, a tecnologia se apresenta nessa discussão. (SANTOS, 2016, p. 501)

Quadro 12 – Disciplinas de tecnologia inseridas nas matrizes curriculares da UNIFACS em 2013 e em 2016

	2013			**2016**		
	UNIFACS (2 disciplinas)			**UNIFACS (2 disciplinas)**		
Tipo de disciplina	*Nome da Disciplina*	*Período/ Semestre*	*Carga Horária*	*Nome da Disciplina*	*Período/ Semestre*	*Carga Horária*
Obrigatória	Tecnologias Digitais da Comunicação	6°	–	Fundamentos da Comunicação Digital	2°	60h

Fonte: Levantamento realizado com base em matrizes curriculares disponíveis no *site* oficial da UNIFACS

5.1.3.2 Análise das 10 matrizes curriculares brasileiras: evolução entre os anos de 2013 e 2016

Diferentemente da seção 5.1.3.1, que fazia uma análise individual de cada Universidade e tinha como foco apenas a análise das disciplinas de tecnologia e a carga horária relativa a essa temática, a presente seção (5.1.3.2), além desses tópicos, aborda outros aspectos como a "categoria administrativa" e a existência de matrizes "abertas" (que oferecem possibilidade de realização de disciplinas optativas ou eletivas) ou "fechadas" (de modo geral, aquelas em que o estudante segue uma matriz pré-estabelecida pela universidade, sem possibilidade de realização de disciplinas optativas ou eletivas).

Diante disso, faz-se, agora, a análise das matrizes curriculares, de forma conjunta, dos 10 cursos de Graduação em Relações Públicas oferecidos por universidades brasileiras mencionadas anteriormente.

Percebe-se que, além da disciplina de "Teorias da Comunicação", presente nas matrizes curriculares de todas as IES selecionadas, de modo geral, a maioria das universidades brasileiras estrutura suas matrizes com elevada carga de conteúdo sobre Organizações, Mercado, Pesquisa e Planejamento (muitas universidades inserem mais de uma disciplina dedicada ao Planejamento na matriz). Também são recorrentes disciplinas relativas à Opinião Pública.

Como exemplo dessa alta carga relacionada a disciplinas voltadas para Organizações e Mercado, é possível mencionar algumas das disciplinas das matrizes curriculares das universidades do Brasil que foram selecionadas, como: UFMG ("Fundamentos da Comunicação Organizacional"; "Mercadologia"; "Planejamento da Comunicação"; e "Pesquisa de Mercado"); UNESP ("Teorias e Métodos da Pesquisa em Comunicação"; e "Planejamento em Comunicação e Relações Públicas"); UNISANTOS ("Planejamento Organizacional e Estratégico de Relações Públicas"; "Comunicação Institucional"; "Empreendedorismo e Mercado"; "Gestão da Comunicação Organizacional"; "Teoria e Metodologia da Pesquisa em Relações Públicas"; e "Pesquisa de Opinião Pública e Mercado"); PUC Minas ("Comunicação nas Organizações Públicas e Privadas"; "Estratégia e Planejamento da Comunicação"; "Teoria e Pesquisa em Comunicação"; e "Gestão de Negócios"); UAM ("Planejamento em Relações Públicas"; "Pesquisa em Comunicação; e Pesquisa em Cultura Organizacional"); USP ("Identidade Corporativa e Cultura Organizacional"; "Planejamento de Relações Públicas"; "Comunicação Visual nas Organizações"; "Teoria e Método de Pesquisa em Comunicação"; e "Pesquisa de Opinião

Pública”); UFRGS (“Metodologias de Pesquisa em Comunicação”; “Técnicas de Pesquisa em Relações Públicas”; “Cultura e Poder nas Organizações”; “Opinião Pública”; e “Gestão Mercadológica”); Unisinos (“Estratégias de Relacionamentos Organizacionais”; “Públicos e Opinião Pública”; “Pesquisa Mercadológica”; “Planejamento em Comunicação”; “Teorias de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas”; “Metodologia e Iniciação à Pesquisa em Comunicação”; e “Tópicos Especiais – Mercado”); PUCRS (“Fundamentos da Pesquisa Científica em Comunicação”; “Comunicação Digital nas Organizações”; “Estudos de Opinião Pública”; “Relações Públicas e Estudos Organizacionais”; “Planejamento Estratégico em Comunicação”; “Comunicação Organizacional”; “Empreendedorismo em Relações Públicas”; “Metodologia da Pesquisa Científica Aplicada em Relações Públicas”; e “Comunicação Mercadológica”); e UNIFACS (“Gestão das Organizações”; “Comunicação Organizacional”; “Teoria e Técnicas de Opinião Pública”; “Pesquisa de Mercado e Opinião Pública”; “Pesquisa em Relações Públicas”; e “Planejamento de Relações Públicas”).

No que diz respeito ao tipo de matriz, em 2016, das dez universidades analisadas, 7 possuem matrizes “abertas” (com disciplinas optativas ou eletivas) e 3 matrizes “fechadas” (matriz pré-definida pela universidade, sem possibilidade de disciplinas optativas ou eletivas).

Especificamente no caso das universidades públicas, das 4 analisadas, 3 possuem matrizes “abertas” (UFMG, USP e UFRGS) e 1 matriz “fechada” (Unesp[132]). Já no caso das 6 universidades privadas analisadas, 4 têm matrizes “abertas” (UNISANTOS, UAM, Unisinos e PUCRS) e 2 matrizes “fechadas” (PUC Minas e UNIFACS[133]).

Não se identifica, portanto, diferença quanto à “categoria administrativa” ao tratar do tipo de matriz, uma vez que matrizes abertas predominam tanto em universidades brasileiras públicas quanto nas privadas (ver Tabela 10 na próxima página).

---

[132] Apesar da própria coordenadora de RP da UNESP considerar a matriz curricular do curso “fechada”, Roseane Andrelo (2016, p. 378), faz uma ressalva: “Ela é fechada, mas o estudante pode, como aluno especial, buscar disciplinas em outros cursos. Há até ‘intercâmbio’ com a USP, em que os alunos fazem algumas disciplinas que podem ser aproveitadas. Porém, não é o que acontece na maioria das vezes, porque você tem disciplinas de segunda a sábado e, com isso, fica até difícil para que ele procure disciplinas fora, uma vez que é obrigado a cumprir as que estão na matriz curricular. Nesse sentido, pode ser considerada uma matriz curricular fechada, sim”.

[133] Apesar de possuir duas disciplinas optativas “Libras” e “Estética e Cultura de Massa”, a matriz curricular foi considerada “fechada” em decorrência da entrevista do próprio coordenador do curso de Relações Públicas da UNIFACS, que indicou: “O aluno precisa seguir as disciplinas obrigatórias, a matriz inteira é fechada, mas nós temos duas disciplinas optativas: ‘Libras’ e ‘Estética e Cultura de Massa’, em que o aluno escolhe entre uma e outra. Isso ocorre também para cumprir um instrumento de avaliação do MEC. Hoje, a disciplina ‘Libras’ tem que ser optativa” (SANTOS, 2016, p. 503).

Tabela 10 – Número de disciplinas de tecnologia e tipo de matrizes curriculares das universidades brasileiras em 2016

Universidade	Categoria administrativa	Tipo de matriz (depois das Diretrizes Curriculares de RP de 2013)	N° de disciplinas "obrigatórias" ou "sugeridas" pela IES sobre tecnologia	N° de disciplinas optativas disponíveis sobre tecnologia
UFMG	Pública	Aberta*	1	1
Unesp	Pública	Fechada**	4	–***
UNISANTOS	Privada	Aberta	4	0
PUC Minas	Privada	Fechada	2	–
UAM	Privada	Aberta	4	0
USP	Pública	Aberta	3	4
UFRGS	Pública	Aberta	2	16
Unisinos	Privada	Aberta	1	10
PUCRS	Privada	Aberta	6	0
UNIFACS	Privada	Fechada	1	–

Fonte: Levantamento realizado com base em matrizes curriculares disponíveis nos *sites* oficiais das universidades

*Universidades que disponibilizam disciplinas optativas para a livre escolha do estudante de Graduação no decorrer de sua formação foram consideradas "abertas".
**Universidades que não disponibilizam disciplinas optativas em suas matrizes curriculares, ou seja, em que o aluno segue disciplinas obrigatórias no decorrer de todo o curso, foram consideradas "fechadas".
*** Nos casos em que a matriz é "fechada", diante da impossibilidade de existência de disciplinas optativas/eletivas, em vez do número zero ("0"), inseriu-se um traço ("–") na tabela.

Pela tabela supracitada, é possível notar que dentre as Instituições de Ensino Superior analisadas, ao somar disciplinas obrigatórias e disciplinas optativas/eletivas, em 2016, as duas universidades que mais se destacaram pela oferta de disciplinas de tecnologia foram: UFRGS, com 18 disciplinas; e Unisinos, com 11 disciplinas. Em seguida, aparecem: USP[134], com 7 disciplinas; PUCRS, com 6 disciplinas; Unesp, UNISANTOS e UAM, com 4 disciplinas; UFMG e PUC Minas, com duas disciplinas; e, por fim, UNIFACS, com 1 disciplina.

Ao tratar especificamente de disciplinas obrigatórias de tecnologia oferecidas, a universidade que mais se destaca é a PUCRS, com 6 disciplinas. Na sequência, aparecem Unesp, UNISANTOS e UAM, com 4 disciplinas obrigatórias.

[134] Tomou-se como referência a matriz curricular em vigor em 2016. Todavia, é válido ressaltar que a matriz curricular que está alinhada às Diretrizes Curriculares Nacionais entrará em vigor em 2018, o que pode alterar o número de disciplinas de tecnologia.

Com relação às disciplinas optativas, as IES que se destacam são as mesmas que possuem a maior quantidade no total (soma das obrigatórias e optativas): UFRGS, com 16 disciplinas optativas; e Unisinos, com 10 disciplinas optativas.

Diante dessas informações, de modo geral, é possível observar que, no Brasil, as universidades aparentemente costumam ter considerável preocupação com os conhecimentos sobre tecnologia, uma vez que ao somar disciplinas obrigatórias e optativas/eletivas, a média da somatória de 2013 era de 4 disciplinas oferecidas e passou para 6 disciplinas, em 2016, um aumento de 50%. Em 2016, são oferecidas no máximo 18 disciplinas.

Como visto anteriormente, no decorrer das análises individuais, se nas matrizes curriculares de 2013, as disciplinas de tecnologia (sendo obrigatórias ou optativas/eletivas) ocorriam, na maioria dos casos, da metade do curso em diante, na matriz adaptada às Diretrizes Curriculares Nacionais, em 2016, até pelo aumento no número de disciplinas e na carga horária, começaram a ser distribuídas por toda a matriz curricular. Como exemplo, pode-se mencionar: a Unesp, que, em 2013, possuía disciplinas de tecnologia apenas no 7º e no 8º períodos e, em 2016, possui no 3º, 6º e 8º períodos (no 8° período, na nova matriz, com duas disciplinas); e a UNIFACS, que, em 2013, possuía disciplina no 6º período e, em 2016, possui no 2º período.

Quando analisada a carga horária, não há mudanças significativas na ordem das universidades que oferecem disciplinas de tecnologia. No entanto, para facilitar a visualização dos dados, apresenta-se a seguir uma tabela (ver Tabela 11 na próxima página) com o número de disciplinas e a carga horária total relacionada ao tema “tecnologia”, padronizando a carga horária pelas informações dos *sites* oficias de cada IES em 2013 e 2016.

Tabela 11 – Aumento no número de disciplinas de tecnologia e na carga horária das matrizes curriculares das melhores universidades brasileiras em 2013 e 2016

Universidade	Nº de disciplinas de tecnologia oferecidas no total (obrigatórias + optativas/ eletiva) em 2013	Nº de disciplinas de tecnologia oferecidas no total (obrigatórias + optativas/ eletiva) em 2016	Carga horária total de disciplinas de tecnologia em 2013	Carga horária total de disciplinas de tecnologia em 2016	Aumento na carga horária em disciplinas de tecnologia (evolução entre 2013 e 2016)
UFMG	2	2	105h	150h	45h
Unesp	2	4	120h	240h	120h
UNISANTOS	3	4	114h	151h	37h
PUC Minas	2	2	Não informada	136h	–
UAM	2	4	140h	280h	140h
USP*	7	7	600h	600h	0
UFRGS	14	18	735h	990h	255h
Unisinos	5	11	270h	360h	90h
PUCRS	3	6	150h	290h	140h
UNIFACS	1	1	Não informada	60h	–

Fonte: Levantamento realizado com base em matrizes curriculares disponíveis nos *sites* oficiais das universidades
* A matriz curricular da USP que segue as novas Diretrizes Curriculares Nacionais de 2013 entrará em vigor em 2018.

Na soma entre disciplinas obrigatórias e optativas/eletivas, das dez universidades brasileiras selecionadas, seis tiveram aumento no número de disciplinas de tecnologia entre 2013 e 2016, como pode ser observado, também, no Gráfico 6 (próxima página).

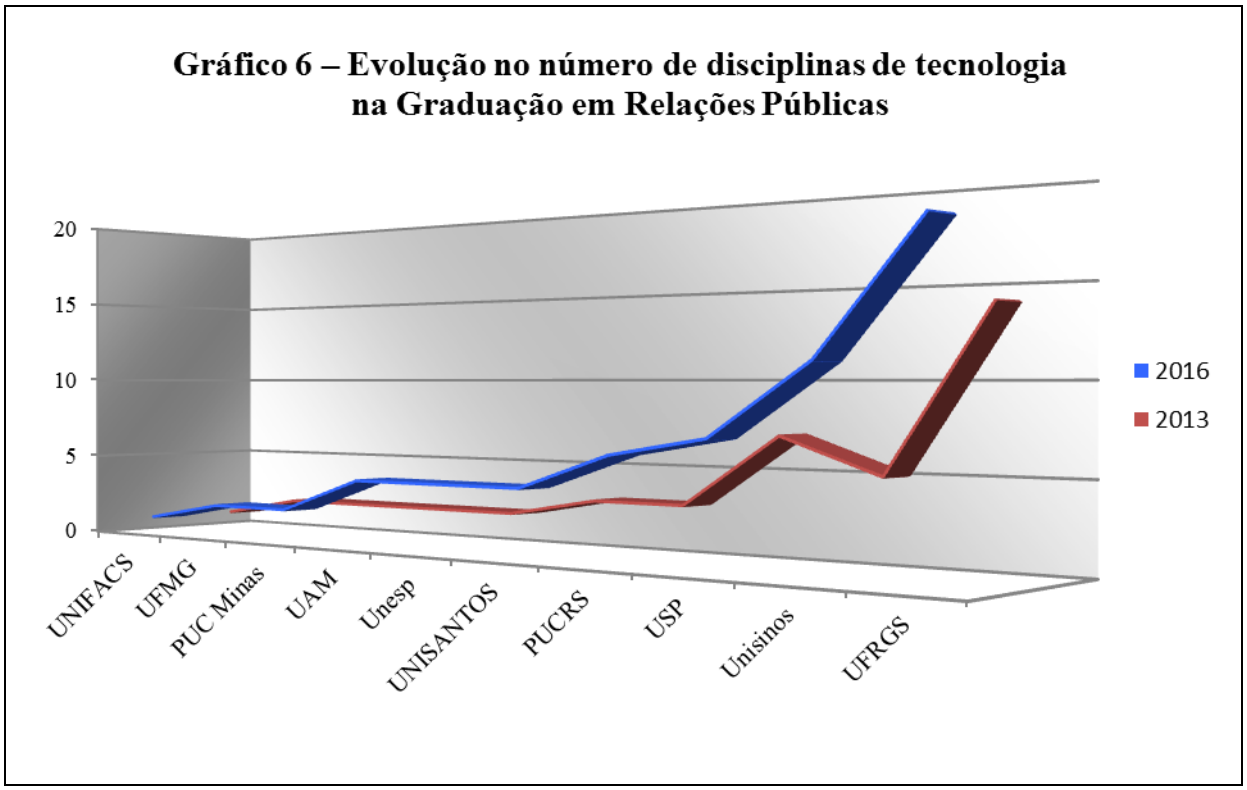


Gráfico 6 – Evolução no número de disciplinas de tecnologia na Graduação em Relações Públicas
Fonte: Levantamento realizado com base em matrizes curriculares disponíveis nos *sites* oficiais das universidades

No que tange à Carga Horária (CH), 7 das 10 matrizes curriculares de universidades brasileiras tiveram aumento significativo entre 2013 e 2016. No entanto, se forem desconsideradas, a USP – que só terá matriz curricular adaptada às novas DCNs em 2018 –, além de PUC Minas e UNIFACS – duas universidades que não apresentaram no *site* oficial a carga horária de 2013, o que impossibilita a avaliação da evolução da CH –, 6 das 7 universidades brasileiras tiveram aumento no número de disciplinas e 7 das 7 tiveram aumento na Carga Horária.

No que se refere ao número de disciplinas de tecnologia, a que teve aumento mais significativo entre 2013 e 2016 foi a Unisinos, de 5 para 11, com crescimento de 120%. Algumas, todavia, não sofreram alterações e mantiveram o mesmo número de disciplinas de tecnologia de 2013, casos da UFMG, PUC Minas, USP (que terá matriz alterada em 2018) e UNIFACS.

Já no que diz respeito à Carga Horária, a universidade que teve maior aumento entre 2013 e 2016 foi a UFRGS, com acréscimo de 255 horas na matriz curricular em disciplinas de tecnologia. Na sequência, aparecem UAM e PUCRS, ambas com 140 horas.

Não se percebeu relação direta entre a "categoria administrativa" (universidade pública ou universidade privada) e a quantidade de disciplinas de tecnologia oferecida, uma

vez que das duas universidades com maior número de disciplinas, uma é pública (UFRGS, com 18 disciplinas) e outra é privada (Unisinos, com 11 disciplinas).

5.1.4 Análise de matrizes curriculares das 10 melhores universidades do exterior que oferecem curso de Relações Públicas

Para obter parâmetros de avaliação futura (que será apresentada na seção 5.1.5) entre universidades brasileiras e universidades do exterior, após analisar as matrizes curriculares dos cursos de RP do Brasil (selecionados anteriormente), decidiu-se realizar análise das matrizes de IES do exterior[135], nos mesmos moldes da análise documental realizada com matrizes brasileiras, mas baseando-se apenas na estrutura curricular de 2016 das Instituições de Ensino Superior, uma vez que o procedimento foi adotado após a Banca de Qualificação, realizada em 2015, inviabilizando a coleta precisa das matrizes curriculares de 2013 no seu ano de publicação no *site* oficial.

Deve-se considerar, também, que, como brevemente destacado anteriormente na Introdução desta Tese, esta seção tem apenas o intuito de fornecer uma referência do número de disciplinas de tecnologias e das temáticas abordadas nas matrizes curriculares de cursos de RP do exterior.

Diferentemente da análise realizada nas matrizes de IES brasileiras, esta seção não terá o mesmo nível de detalhamento, com seções específicas dedicadas a cada IES do exterior que será selecionada. Isso demandaria uma avaliação minuciosa sobre: a cultura do país em que cada universidade do exterior está inserida; o processo seletivo dos estudantes em cada país; a formação dos estudantes antes de ingressarem no Ensino Superior; o tempo que cada país julga necessário para concluir o curso de Relações Públicas; entre outras características. Também não ocorreram entrevistas com os coordenadores de curso antes de definir as disciplinas de tecnologia presentes na matriz curricular de cada universidade do exterior.

Por todos os motivos supracitados, e essa identificação de realidades muito diferentes de cada país, muitas vezes com cursos de Relações Públicas com carga específica de apenas 2 anos, e não com 4 anos, como no Brasil, até para que fique claro o foco do trabalho nas matrizes curriculares nacionais, a análise das matrizes de universidades do exterior será apresentada em uma única seção, sem subdivisões.

---

[135] Foram consideradas Instituições de Ensino Superior “do exterior”, aquelas que se situam fora do Brasil, ou seja, as que são “estrangeiras” aos olhos dos brasileiros.

Nesse sentido, para selecionar as dez melhores universidades do exterior que oferecem cursos de Relações Públicas[136], consultou-se, no dia 28 de outubro de 2016, o *QS World University Rankings® 2015/16* (Quacquarelli Symonds – QS)[137], que, há mais de uma década, divulga anualmente as 800 melhores universidades do mundo inteiro em diversos campos do conhecimento. Os principais critérios utilizados pelo conceituado *ranking* internacional são: reputação acadêmica; reputação no mercado de trabalho; relação entre estudante e universidade; citações por faculdade; internacionalização da faculdade; e intercâmbio de alunos[138]. Ao observar detalhadamente cada universidade, também são levados em consideração: indicadores de pesquisa; formação do corpo docente; empregabilidade de estudantes e egressos; intercâmbio de alunos/internacionalização; educação a distância; inovação; eventos culturais; e inclusão social[139].

A partir da lista das 800 melhores universidades do mundo inteiro (levando-se em consideração todos os campos do conhecimento oferecidos pelas IES), acessou-se o *site* de cada uma das Instituições de Ensino Superior, conferindo quais delas ofereciam especificamente o curso de Relações Públicas.

Em uma configuração diferente da brasileira, percebeu-se que cursos mais gerais, de Comunicação e Mídia (com variações, como: "*Internal Communication*"; "*Communication Studies*; *Journalism and Communication*"; "*Communication Science*"; "*Language, Culture and Communication*"; "*Mass Communication*"; entre outras), por exemplo, são priorizados em detrimento de cursos específicos de Relações Públicas, seja na Graduação ou na Pós-Graduação. Também se constatou frequentemente a presença de departamentos de

---

[136] Destaca-se que os dez cursos selecionados não são, necessariamente, os melhores cursos de Relações Públicas do exterior. Ao não encontrar rankings internacionais renomados que especificassem uma lista exclusiva dos melhores cursos de RP, optou-se por utilizar o *QS World University Rankings® 2015/16* e realizar o recorte manualmente, acessando o *site* de cada IES, por ordem no *ranking* geral (de todos os campos do conhecimento), e avaliando quais das melhores universidades do exterior ofereciam o curso de Relações Públicas. Ou seja, foram selecionados os dez cursos de RP inseridos nas melhores universidades do exterior, mas não necessariamente os melhores cursos de Relações Públicas do mundo. Um procedimento parecido com o adotado no Brasil, em que foram selecionadas as universidades brasileiras que oferecem o curso de Graduação em RP com o melhor IGC (Índice Geral de Cursos) e não necessariamente os melhores cursos de Relações Públicas do Brasil.

[137] QS World University Rankings® 2015/16. QS Top Universities: Worldwide university rankings, guides & events. [2015]. Disponível em: <http://www.topuniversities.com/university-rankings/world-university-rankings/2015#sorting=rank+region=+country=+faculty=+stars=false+search=>. Acesso em: 28 out. 2016.

[138] Methodology: Based on six performance indicators, the QS World University Rankings helps students make informed comparisons of leading universities around the world. [2016]. Disponível em: <http://www.topuniversities.com/university-rankings-articles/world-university-rankings/qs-world-university-rankings-methodology>. Acesso em: 28 out. 2016.

[139] *QS Stars: Methodology*. Disponível em: <http://www.topuniversities.com/qs-stars/qs-stars-methodology>. Acesso em: 28 out. 2016.

Comunicação e RP designados a cuidar do relacionamento com públicos de interesse, intitulados *Public Affairs*, até mesmo em Instituições de Ensino Superior que não oferecem os cursos específicos de Relações Públicas. Aparentemente, portanto, há a preocupação em promover o engajamento com os públicos e fortalecer a reputação das IES, mas não tanto com a formação desses profissionais – ao menos não da forma como é feita no Brasil, com foco em apenas em um curso. Muitos dos cursos de Graduação do exterior possuem dois anos iniciais de formação mais genérica (ou, em alguns casos, até a possibilidade de fazer dois anos em um curso que não seja de Comunicação) e apenas os dois anos finais dedicados especificamente às disciplinas de Relações Públicas, sendo que é mais frequente a presença de cursos de RP na Pós-Graduação do que na Graduação.

Por essa aparente escassez de oferta de cursos específicos de RP, para se chegar às dez universidades do exterior com melhor posição no *ranking* e que oferecem essa formação, além de consultar o *site* oficial da *QS Top Universities* (http://www.topuniversities.com/) – em que se encontra o ranking –, foi necessário acessar 164 *sites* de Instituições de Ensino Superior até que se chegasse ao número pretendido[140]. São elas: *McGill University* (universidade pública que ocupa a 24ª colocação no ranking geral e está situada no Canadá); *Monash University* (universidade pública que ocupa a 67ª colocação no ranking geral e está situada na Austrália); *University of Texas at Austin* (universidade pública que ocupa a 77ª colocação no ranking geral e está situada nos Estados Unidos da América); *Purdue University* (universidade pública que ocupa a 90ª colocação no ranking geral e está localizada nos Estados Unidos da América); *Boston University* (universidade privada que ocupa a 91ª posição no ranking geral e está localizada nos Estados Unidos da América); *University of Maryland - College Park* (universidade pública que ocupa a 128ª colocação no ranking geral e está localizada nos Estados Unidos da América); *University of Southern California* (universidade privada que ocupa a 130ª posição no ranking geral e está situada nos Estados Unidos da América); *University of Pittsburgh* (universidade pública que ocupa a 134ª posição no ranking geral e está situada nos Estados Unidos da América); *McMaster University* (universidade pública que ocupa a 150ª posição no ranking geral e está localizada no Canadá);

[140] Na seleção de universidades foram desconsideradas universidades que ofereciam cursos com foco exclusivo na preparação de exames de "certificação em Relações Públicas". Uma espécie de certificado que permite a atuação profissional como RP no exterior. A Universidade de São Paulo, na 143ª colocação no ranking, também foi desconsiderada, mas, neste caso específico, somente por ser brasileira.

e *Michigan State University* (universidade pública que ocupa a 164ª posição no ranking geral e está localizada nos Estados Unidos da América).[141]

Ao analisar, de modo geral, os temas mais abordados nas matrizes do exterior selecionadas, percebe-se que, além de diversas disciplinas sobre as Organizações e o Mercado (*Corporate Communications; Organizational Communication; Introduction to Organizational Behaviour*; *Social and Traditional Media Relations*; *Organizational Structure and Behavior*; *Corporate Communication;* e *Managing Corporate Crises and Issues*).

Há uma carga ainda mais alta de conteúdos relativos à Mídia, seja "Mídia de Massa", "Novas Mídias", "Mídias Sociais" ou até "Transmídia" ("*History of Mass Media*"; "*Ethics, Law, and Public Policy in Mass Media*"; "*Adverstising Media Planning*"; "*Media Relations*"; "*Building Social Media Relationships*"; "*Design and New Media*"; "*New Media and PR*"; "*Media production, editing, or performance*"; "*Public Relations Media and Content for Non-Majors*"; "*Emerging Media Strategies for Communication and Public Relations*"; "*Social Media Analytics: Data and Content Creation for Real-time Public Relations*"; "*Multimedia PR Content: Digital/Social Media Lab*"; "*Transmedia, New Media and Strategic PR/Communication*"; "*New Media Writing For Public Relations*"; "*Mediated Communication*"; "*Communication and Digital Media*"; "*Special Topics: Public and Media Relations*"; "*Special Topics: Communication And New Media Technology*"; "*Topics in Nonfiction: Electronic Media*"; "*Media and Consumer Culture*"; "*Composing Digital Media*"; e "*Professional Uses of Social Media*").

No que diz respeito ao tipo de matriz curricular, ao analisar as universidades do exterior selecionadas que oferecem curso de Relações Públicas no ano de 2016, nota-se que, no total, das dez universidades selecionadas, 8 possuem matrizes curriculares "abertas" e 2 "fechadas".

No que tange especificamente às oito universidades públicas do exterior, 6 possuem matrizes curriculares "abertas" e 2 "fechadas". No caso das duas universidades privadas, ambas possuem matrizes curriculares "abertas", ou seja, não há matrizes fechadas entre as IES privadas.

Diante disso, não se percebe relação direta entre "categoria administrativa" e o "tipo de matriz", uma vez que, em Instituições do Ensino Superior do exterior, predominam

---

[141] É possível conferir as principais disciplinas das matrizes curriculares do exterior no Apêndice "B" (entre os Apêndices B1 e B10). As informações foram coletadas no *site* oficial de cada uma das universidades e padronizadas em quadros desenvolvidos por mim. Por ser uma produção própria, os quadros foram inseridos como Apêndices e não como Anexos.

matrizes curriculares abertas tanto em universidades públicas quanto em universidades privadas.

No que se refere aos conhecimentos sobre tecnologia, o que se nota é que ao somar disciplinas obrigatórias e optativas/eletivas, a IES que mais possui disciplinas de tecnologia é a *McMaster University*, com 13, sendo uma obrigatória ("*Media Relations*") e 12 eletivas ("*Building Social Media Relationships*"; "*Social Media Research & Techniques*"; "*Advanced Photoshop & Design*"; "*Animation for the Web*"; "*Building a Website*"; "*Building Database-Driven Websites*"; "*Building Interactivity on the Web*"; "*Introduction to Web Graphics*"; "*Web Design & Development Final Project*"; "*Web Entrepreneurship*"; "*Web Writing & Visual Web Design*"; e "*XML*"). No caso específico da *McMaster University*, há muitas disciplinas eletivas com a temática voltada para "*Web Design*", o que justifica esse número elevado relativo à tecnologia.

A segunda IES com mais disciplinas de tecnologia no total é a *University of Pittsburgh*, com 9 possibilidades, sendo uma disciplina obrigatória ("*Visual Literacy*") e oito eletivas ("*Composing Digital Media*"; "*Professional Uses of Social Media*"; "*Digital Imaging*"; "*Introduction to Web Design*"; "*Introduction to Digital Editing*"; "*Advanced Digital Photography*"; "*Advanced Digital Editing Techniques*"; e "*Digital Effects and Compositing*").[142]

Na sequência, a terceira Instituição de Ensino Superior que mais possui disciplinas de tecnologia na matriz curricular é a *University of Southern California*, com 8 disciplinas, sendo todas eletivas ("*Emerging Media Strategies for Communication and Public Relations*"; "*Social Media Analytics: Data and Content Creation for Real-time Public Relations*"; "*Multimedia PR Content: Digital/Social Media Lab*"; "*Multimedia PR Content: Introduction to Digital Design Tools*"; "*Multimedia PR Content: Introduction to Audio/Video Tools*"; "*Multimedia PR Content: Visual Communication of Information*"; "*Transmedia, New Media and Strategic PR/Communication*"; e "*Transmedia, New Media and Strategic Communication*", esta última com nomenclatura muito similar a penúltima, só que sem o foco em Relações Públicas ou *PR*).

Com três disciplinas de tecnologia, destaca-se a *Boston University*, sendo 1 obrigatória ("*Design and New Media*") e 2 optativas ("*PR Lab*"; e "*New Media and PR*"). Em seguida, aparecem com 2 disciplinas obrigatórias, a *University of Texas at Austin* ("*Science &*

---

[142] Na *University of Pittsburgh*, o aluno tem como optar por três trilhas temáticas: "*Corporate/Community Relations*", "*Writing for the Professions*" e "*Digital Media*". Neste trabalho, adotou-se a terceira trilha, de "*Digital Media*", uma vez que tem relação direta com o recorte adotado na Tese.

Technology, Part I"; e "*Science & Technology, Part II*") e a *University of Maryland - College Park* ("*New Media Writing For Public Relations*"; e "*Communication and Digital Media*").

Com uma disciplina obrigatória de tecnologia, destacaram-se as seguintes IES: *McGill University* ("*Social and Traditional Media Relations*"); *Monash University* ("*Social media and online public relations*"); e *Purdue University* ("*Media production, editing, or performance*"). Sem disciplinas obrigatórias, mas com uma disciplina eletiva, há ainda a *Michigan State University* ("*Communication Campaign Design And Analysis*").

Analisando-se separadamente as disciplinas obrigatórias, as IES que mais se destacaram foram a *University of Texas at Austin* e a *University of Maryland - College Park*, com duas disciplinas de tecnologia obrigatórias, o que demonstra que no exterior, essa temática costuma ser abordada mais fortemente em disciplinas optativas ou eletivas. Não há tanta preocupação em oferecer disciplinas obrigatórias sobre esse tema. No caso da análise isolada de disciplinas optativas/eletivas, a Instituição de Ensino Superior que mais se destacou foi a *McMaster University*, com 12 eletivas disponíveis.

Percebe-se, diante dessas informações, que, de modo geral, as universidades selecionadas do exterior que oferecem cursos de RP, tanto públicas como privadas, se preocupam com a formação do estudante no que tange à tecnologia. Há sempre, no mínimo, uma disciplina disponível sobre o tema e, em alguns casos, mais de cinco disciplinas com essa temática, casos da (*McMaster University*, *University of Pittsburgh* e *University of Southern California*).

Não é possível estabelecer com clareza uma relação direta entre a "categoria administrativa" e a quantidade de disciplinas de tecnologia, uma vez que apesar de as duas universidades que oferecem o maior número de disciplinas com essa temática serem públicas, as universidades que oferecem menos disciplinas sobre tecnologia também são públicas. Ou seja, não é possível confirmar que o fato de serem públicas garantiria maior quantidade de disciplinas de tecnologia, como é possível observar na Tabela 12 (próxima página).

Tabela 12 – Número de disciplinas de tecnologia nas matrizes curriculares das universidades do exterior selecionadas que oferecem cursos de RP em 2016

Universidade	Categoria administrativa	Tipo de matriz curricular (2016)	Número de disciplinas "obrigatórias" ou "sugeridas" pela IES sobre tecnologia	Número de disciplinas optativas/ eletivas (tecnologia)
McGill University	Pública	Aberta*	1	0
Monash University	Pública	Fechada**	1	–***
University of Texas at Austin	Pública	Aberta	2	0
Purdue University	Pública	Fechada	1	–
Boston University	Privada	Aberta	1	2
University of Maryland - College Park	Pública	Aberta	2	0
University of Southern California	Privada	Aberta	0	8
University of Pittsburgh	Pública	Aberta	1	8
McMaster University	Pública	Aberta	1	12
Michigan State University	Pública	Aberta	0	1

Fonte: Levantamento realizado com base em matrizes curriculares disponíveis nos *sites* oficiais das universidades

*Universidades que disponibilizam disciplinas optativas/eletivas para a livre escolha do estudante de Graduação no decorrer de sua formação foram consideradas "abertas".
** Universidades que não disponibilizam disciplinas optativas/eletivas em suas matrizes curriculares, ou seja, em que o aluno segue disciplinas obrigatórias no decorrer de todo o curso, foram consideradas "fechadas".
*** Nos casos em que a matriz é "fechada", diante da impossibilidade de existência de disciplinas optativas/eletivas, em vez do número zero ("0"), inseriu-se um traço ("–") na tabela.

Após a realização da análise das matrizes curriculares das melhores universidades do exterior que oferecem curso de Relações Públicas, realizar-se-á uma avaliação entre os resultados obtidos na análise das matrizes nacionais e na análise das matrizes do exterior, como poderá ser observado na próxima seção da Tese.

5.1.5 Avaliação entre matrizes curriculares de RP do Brasil e do exterior

Ao analisar as informações sobre as universidades brasileiras e do exterior para avaliar semelhanças e diferenças entre os cursos de Relações Públicas de diversos países, a primeira constatação se refere aos temas mais abordados durante todo o curso. Em ambos os casos, há direcionamento para o ambiente corporativo, as organizações e o mercado (como exemplo, pode-se mencionar, no Brasil, "Fundamentos da Comunicação Organizacional", "Mercadologia", "Gestão da Comunicação Organizacional" e "Empreendedorismo e

Mercado"; e, no exterior, "*Corporate Communications*", "*Organizational Communication*", "*Managing Corporate Crises and Issues*"). Porém, enquanto, aparentemente, o direcionamento da maioria dos cursos brasileiros é para o Planejamento (por exemplo, "Planejamento Organizacional e Estratégico de Relações Públicas", "Planejamento em Comunicação e Relações Públicas", "Estratégia e Planejamento da Comunicação" e "Planejamento em Relações Públicas"), na maioria das IES do exterior analisadas, a abordagem costuma ter relação com a mídia (por exemplo, "*Media Relations*", "*Ethics, Law, and Public Policy in Mass Media*", "*Media and Consumer Culture*" e "*Transmedia, New Media and Strategic PR/Communication*").

Com relação ao tipo de matriz utilizada em cada uma das universidades selecionadas ("aberta", com disciplinas optativas/eletivas, ou "fechada", em que o aluno segue matriz pré-estabelecida pela IES), nota-se que tanto no Brasil quanto no exterior, as matrizes curriculares que predominam são "abertas". Sendo, no Brasil, são 7 matrizes "abertas" e 3 "fechadas", e, no exterior, "8 abertas" e "2 fechadas".

Se separadas por "categoria administrativa" (análise separada entre apenas universidades públicas e, posteriormente, apenas universidades privadas)[143], não notou-se relação entre a "categoria administrativa" e o fato da IES adotar uma matriz "aberta" ou "fechada", uma vez que no Brasil e no exterior, tanto em universidades públicas quanto em universidades privadas, as matrizes "abertas" predominaram.

No que diz respeito ao número total (soma de disciplinas obrigatórias e optativas/eletivas) de disciplinas de tecnologia, percebe-se que todas as universidades selecionadas do Brasil ou do exterior possuem, no mínimo, uma disciplina de tecnologia em suas matrizes curriculares e, portanto, essas IES demonstram preocupação com a formação relativa a essa temática. No Brasil, em 2016 (depois da adequação das matrizes às DCNs), são oferecidas no mínimo 1 e no máximo 18 disciplinas de tecnologia por universidades do país. Já fora do Brasil, em 2016, são oferecidas no mínimo 1 e no máximo 13 disciplinas de tecnologia em universidades do exterior, como pode ser observado no Gráfico 7 (próxima página).

---

[143] Uma ressalva precisa ser feita. Como a seleção das universidades do exterior não priorizou uma proporção por "categoria administrativa" (públicas ou privadas), uma vez que o mapeamento completo de todas as universidades só foi realizado para o universo brasileiro (foco do trabalho), o número de universidades públicas não é semelhante ao brasileiro. No Brasil, pela impossibilidade de participação de uma coordenadora nas entrevistas, na amostra analisada neste capítulo 5, ficaram quatro universidades públicas e seis privadas, enquanto no exterior foram oito públicas e duas privadas, o que não permite uma avaliação precisa na parte de "categoria administrativa".

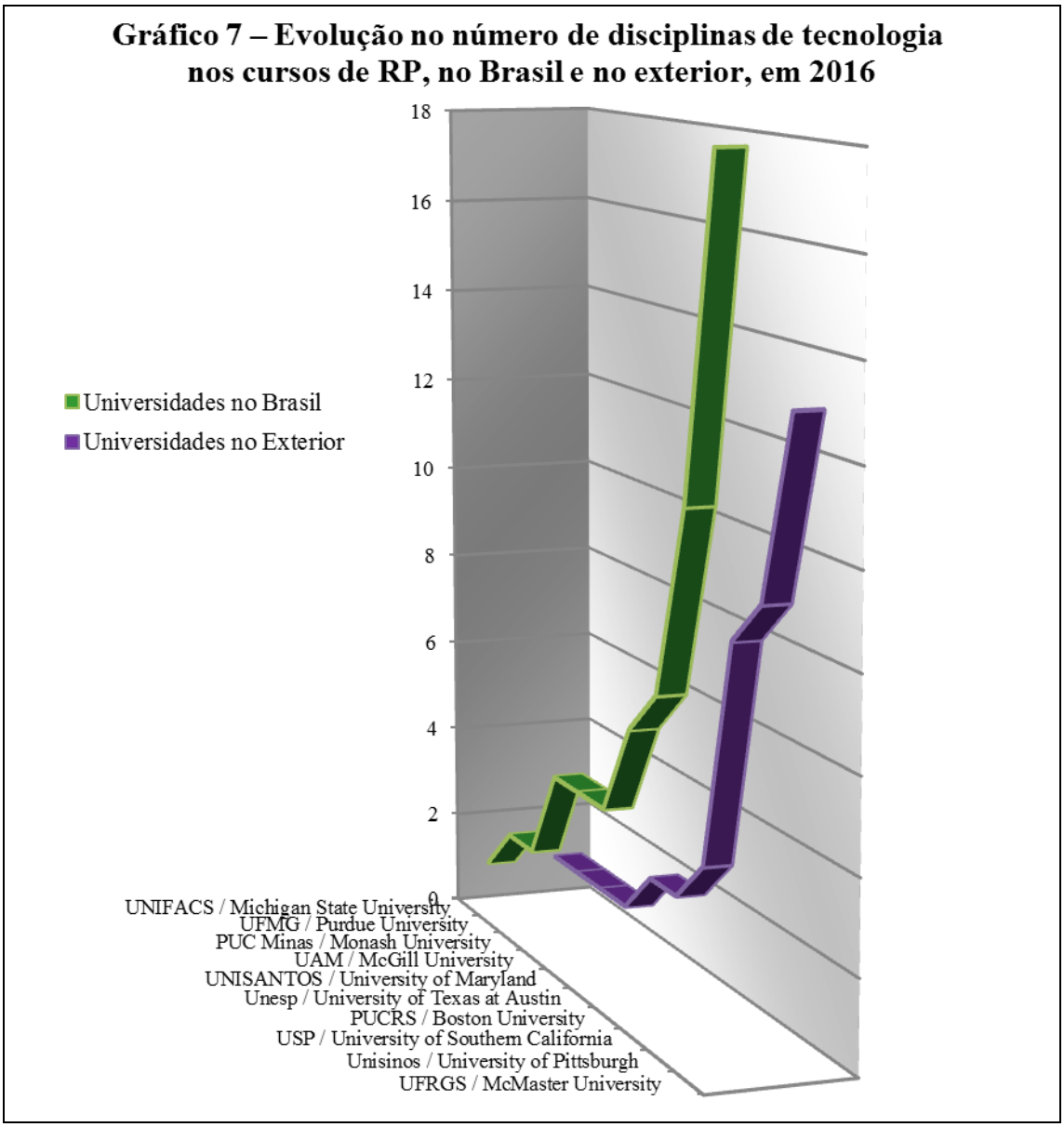


Gráfico 7 – Evolução no número de disciplinas de tecnologia nos cursos de RP, no Brasil e no exterior, em 2016
Fonte: Levantamento realizado com base em matrizes curriculares disponíveis nos *sites* oficiais das universidades

Somente para que se possa visualizar com mais clareza os dados numéricos referentes a cada universidade brasileira e do exterior, além do gráfico supracitado, desenvolveu-se uma tabela (Tabela 13), que pode ser observada na próxima página.

Tabela 13 – Número total (obrigatórias + optativas/eletivas) de disciplinas de tecnologia nas matrizes curriculares de universidades brasileiras e do exterior que oferecem cursos de RP em 2016

Universidade brasileira	Número total de disciplinas de tecnologia nas matrizes brasileiras em 2016	Universidade do exterior	Número total de disciplinas de tecnologia nas matrizes do exterior em 2016
UFRGS	18	McMaster University	13
Unisinos	11	University of Pittsburgh	9
USP	7*	University of Southern California	8
PUCRS	6	Boston University	3
Unesp	4	University of Texas at Austin	2
UNISANTOS	4	University of Maryland - College Park	2
UAM	4	McGill University	1
PUC Minas	2	Monash University	1
UFMG	2	Purdue University	1
UNIFACS	1	Michigan State University	1

Fonte: Levantamento realizado com base em matrizes curriculares disponíveis nos *sites* oficiais das universidades
* A matriz curricular da USP que segue as novas Diretrizes Curriculares Nacionais de 2013 entrará em vigor em 2018.

Além do número total de disciplinas de tecnologia, expostos na tabela acima, se consideradas apenas disciplinas obrigatórias relacionadas a essa temática de "tecnologia", no Brasil, no mínimo é oferecida uma e no máximo 6. No exterior, o mínimo é a ausência total (nenhuma disciplina de tecnologia obrigatória) e no máximo duas. Especificamente ao tratar de optativas/eletivas, no Brasil, no mínimo nenhuma e no máximo 16. No exterior, no mínimo nenhuma e no máximo 12. Aparentemente, não há relação direta entre "categoria administrativa" e o número de disciplinas de tecnologia oferecidas.

Com relação ao conteúdo de tecnologia nas matrizes curriculares de universidades brasileiras, percebe-se que os temas giram em torno das Mídias Sociais, das Mídias Digitais, das Redes, da Cibercultura, da Comunicação Digital e da Web, com disciplinas como: "Processos de Criação em Mídias Digitais"; "Gestão e Mídias Sociais"; "Cibercultura e Comunicação em Rede"; "Processos Colaborativos em Rede"; "Produção para Meios Digitais"; "Comunicação na Web"; "Aspectos Teóricos da Comunicação Digital"; "Fundamentos da Comunicação Digital"; "Comunicação Digital nas Organizações"; "Comunicação Digital e Interativa"; e "Modelos de Negócios em Comunicação Digital". E,

de modo menos recorrente, alguns temas mais específicos como: “Computação Gráfica”; “Laboratório de Arte e Telemática”; “Design de Interface”; “Laboratório de Web”; “Arquitetura da Informação”; e “Introdução à Programação para Internet”.

No exterior, Mídias Sociais, Mídias Digitais e Web são os temas mais recorrentes, com exemplos como: “*Social Media Research & Techniques*”; “*Building Social Media Relationships*”; “*Professional Uses of Social Media*”; “*Social Media Analytics: Data and Content Creation for Real-time Public Relations*”; “*Social media and online public relations*”; “*Composing Digital Media*”; “*Communication and Digital Media*”; “*Building Interactivity on the Web*”; “*Introduction to Web Graphics*”; “*Web Entrepreneurship*”; e “*Web Writing & Visual Web Design*”. E ainda há casos mais específico como: “*Science & Technology”;* “*Building a Website*”; “*Building Database-Driven Websites*”; “*Web Design & Development Final Project*”; “*Visual Literacy*”; “*Transmedia, New Media and Strategic PR/Communication*”; e “*XML*”.

Diante disso, apesar de diferenças em casos isolados, pode-se dizer que universidades brasileiras estão alinhadas aos temas mais recorrentes nas matrizes curriculares de Instituições de Ensino Superior do exterior. Há, inclusive, semelhanças na estrutura do curso de algumas universidades. Por exemplo, tanto a *University of Pittsburgh* quanto a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), além de possuírem disciplinas obrigatórias, dividem as disciplinas optativas/eletivas em trilhas temáticas (no exterior, intituladas *tracks*), sendo que uma das trilhas disponíveis no Brasil é de “Relacionamento Digital”, com 10 disciplinas sobre o tema para escolha dos alunos, e no exterior é de “*Digital Media*”, com 8 disciplinas disponíveis com essa temática.

5.1.6 Literacias digitais na Graduação em Relações Públicas de cursos brasileiros

Diante da análise das matrizes curriculares brasileiras e de todo o contexto relatado nos capítulos anteriores, inclusive com a observação do panorama internacional, percebe-se que as universidades brasileiras selecionadas neste trabalho, até pelo acréscimo de disciplinas de tecnologia e de carga horária relativa a esses componentes curriculares, demonstraram ter aumentado sua preocupação com o tema “tecnologia”.

Isso se justifica diante da premissa de que a tecnologia – ao alterar exacerbadamente os conceitos de tempo e espaço (BACCEGA, 2004, p. 120) – se bem utilizada, pode

contribuir para incentivar algo que sempre foi buscado na área de Comunicação: permitir que a Instituição de Ensino seja "[...] crítica, fazendo do aluno não um vaso recipiente de conhecimentos prontos – passivo, portanto –, mas um ser ativo, um sujeito da história. Com a ajuda da tecnologia" (BACCEGA, 2005, p. 10). De acordo com Walter Teixeira Lima Junior (2014b, p. 133):

> Para participar do momento contemporâneo, proporcionado pela convergência e pelas possibilidades de cooperação através das redes, é necessário que as instituições educativas compreendam os processos de inovação tecnológica, que atingem todos os setores da atividade humana. Os processos de comunicação na área da educação formal devem possuir também a cultura do compartilhamento de informações, tornando a sua estrutura de fluxo informativo mais flexível. Diferentemente do tempo da escassez da informação e estruturas rígidas de acesso a elas, a informação na sociedade conectada deve fluir sem filtros ou qualquer tipo de dificuldade. Os acessos a *sites*, redes sociais e programas de compartilhamento devem ser institucionalizados. As atividades realizadas pelos alunos devem ser totalmente disponibilizadas e compartilhadas através da licença *Creative Commons*. Programas e dispositivos baseados em *software* livre devem ser ensinados e instalados na estrutura de TI das instituições. Deve-se, também, produzir o aprofundamento na apropriação das tecnologias de comunicação pelos alunos e professores, através da introdução nas matrizes curriculares de disciplinas que mostrem a importância, na atual sociedade, de dominar com mais profundidade as tecnologias que são utilizadas no campo de conhecimento ensinado.

Nessa perspectiva, Maria Aparecida Baccega (1994, p. 9) destaca que, "posta a importância da tecnologia, só nos resta insistir na necessidade de conseguirmos dominá-la, de sabermos utilizá-la de acordo com nossos objetivos". Ou seja, é possível dizer que a tecnologia, de certo modo, já está incluída no campo Comunicação/Educação, seja no âmbito escolar ou no Ensino Superior, mas, segundo Maria Aparecida Baccega (2009a, p. 22):

> O importante é que a discussão se dê sobre o lugar que ela ocupa na formação dos alunos, dos cidadãos, da sociedade contemporânea nos vários âmbitos: da circulação de informações à mudança dos conceitos de tempo/espaço, à modificação na produção e sua influência sobre o consumo e sobre o mercado de trabalho.

O que pode ser complementado pela própria Baccega (2005), na publicação *Comunicação, educação e tecnologia: interação*, em que a autora afirma:

> Por isso, no campo da educação, o desafio maior tem sido a busca da incorporação dessa tecnologia na dimensão sociocultural. Nessa reconfiguração e redimensionamento da escola, um dos eixos é ensinar o aluno a trabalhar a informação, dando-lhe condições de incorporá-la a partir do conjunto de ideias, valores e objetivos da cultura, tornando-a

> conhecimento e utilizando-a para colaborar na solução dos problemas de sua realidade. (BACCEGA, 2005, p. 10).

Assim, pode-se dizer que disciplinas que se restringem a explicar o funcionamento de comandos básicos de uma *interface* amigável, com a promoção de uma formação restrita a um período histórico (manuseio técnico de *hardwares*, *softwares* e redes sociais específicas de um período), ao estudante, podem limitar a atuação do profissional ou pesquisador, algo que não permite, necessariamente, a participação ativa e a autonomia educativa, características destacadas no conceito de literacias digitais.

No Brasil, as disciplinas não empregam o termo "literacias digitais" no título de suas disciplinas. No exterior, essa prática também não é frequente, apesar de a *University of Pittsburgh* ter "*Visual Literacy*" como uma de suas disciplinas. No entanto, praticamente todos os assuntos referentes à tecnologia que são abordados nas disciplinas de tecnologia das matrizes curriculares contribuem para o desenvolvimento de habilidades e competências para lidar com plataformas digitais. Por isso, no que tange à tecnologia, as novas matrizes curriculares preparam o aluno tanto para lidar com um período específico, o atual, em que determinados *hardwares*, *softwares* e redes sociais são utilizados, permitindo que o estudante possa ser inserido no mercado e/ou na pesquisa logo após sua formação, como também dão base para a possibilidade de uma formação contínua nessa temática.

Considerações Finais

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Convenciona-se denominar esta última etapa do trabalho como "Considerações Finais". No entanto, acredita-se que este não é um encerramento, mas um ponto de partida para que diversas outras nuances da relação entre RP, Educação e Tecnologia possam ser abordadas em pesquisas[144] futuras desenvolvidas por mim ou por outros colegas que tenham interesse na temática.

Para que isso seja possível, buscar-se-á transmitir aqui todas as etapas percorridas ao longo dos últimos quatro anos (fevereiro de 2013 a janeiro de 2017). Esta Tese de Doutorado é resultado de atividades acadêmicas executadas no quadriênio mencionado, mas teve seu início por uma inquietação decorrente de pesquisas realizadas e apresentadas ainda em minha Dissertação de Mestrado (2012). Na oportunidade, em uma pesquisa quantitativa, identificou-se que mais de 70% das maiores empresas do Brasil investiam em Comunicação Digital, mas somente cerca de 13% dos colaboradores eram graduados em RP, sendo que este, em teoria, seria o profissional formado para a gestão de relacionamentos.

No entanto, esse percentual, isoladamente, não seria suficientemente esclarecedor, uma vez que não ficaria patente o motivo para essa inserção ser baixa. Foi realizada, então, uma pesquisa qualitativa, com entrevistas em profundidade com representantes de Agências de Comunicação, e descobriu-se que a principal característica para a não contratação de relações-públicas ocorria em decorrência da ausência da união entre dois tipos de conhecimento ("RP" e "Tecnologia"), em que, na oportunidade, ou os egressos entendiam muito de Relações Públicas e pouco de tecnologia, ou o contrário. Ou seja, indicava-se uma defasagem de profissionais e pesquisadores com essa formação, especialmente no que tange à tecnologia.

Surgiu daí a inquietação para o desenvolvimento de um projeto de pesquisa para a Tese de Doutorado em que, hipoteticamente, naquele período, seria feita avaliação sobre a baixa presença de conteúdo de tecnologia nas matrizes curriculares de universidades brasileiras. No entanto, menos de um ano depois da aprovação no processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM) da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), as Diretrizes Curriculares

---

[144] Maria Aparecida Ferrari (2014) destaca que a pesquisa em RP ocorre em duas dimensões: uma dimensão é a da pesquisa presente nos projetos corporativos, como etapa do processo de Relações Públicas e ferramenta agregadora de valor aos negócios; e outra dimensão é a da pesquisa acadêmica, em que se busca construir um novo conhecimento a partir do rigor teórico-metodológico, que muitas vezes não é levada em consideração por profissionais do mercado corporativo.

Nacionais (DCNs) de 2013 entraram em vigor e indicaram a necessidade de mudanças no problema de pesquisa, na hipótese e nos objetivos deste trabalho.

Foi, então, que se definiu a seguinte pergunta para nortear a Tese de Doutorado: "Entre 2013 (ano da oficialização das novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Relações Públicas) e 2016 (ano em que o tempo de adaptação das matrizes às diretrizes se encerrou), as matrizes curriculares dos cursos de Graduação em Relações Públicas oferecidas por universidades brasileiras foram alteradas para ampliar o número de disciplinas de tecnologia e permitir a ampliação de possibilidades para o desenvolvimento de habilidades e competências (literacias digitais) para lidar com plataformas digitais?". Na sequência, foi definida como hipótese, que, a partir da publicação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Relações Públicas (2013), as universidades brasileiras que oferecem curso de Graduação em RP, de modo geral, tenderiam a aumentar sua atenção às mudanças provocadas pelas inovações tecnológicas até 2016 (ano de encerramento do tempo disponível para adaptação das matrizes às DCNs).

Constatou-se, a partir dos procedimentos metodológicos que serão detalhados ainda nestas "Considerações Finais", que a hipótese foi confirmada, assim como os objetivos propostos foram atingidos.

Por exemplo, foi definido anteriormente, como objetivo geral, avaliar se universidades brasileiras aumentaram a carga horária e o número de disciplinas de tecnologia nas matrizes curriculares de seus cursos de Graduação em Relações Públicas, especialmente após a publicação das DCNs de 2013. Na pesquisa qualitativa foi relatado aumento de disciplinas de tecnologia pela maioria dos coordenadores de curso das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras selecionadas. Utilizou-se, também, como procedimento metodológico, uma pesquisa documental, em que, ao observar a atualização das matrizes curriculares de RP, constatou-se que mais da metade das universidades brasileiras selecionadas teve aumento no número de disciplinas de tecnologia e na carga horária referente a essa temática.

Em 2013, o número mínimo de disciplinas de tecnologia oferecido era de 1 e o máximo de 13, evoluindo, em 2016, para no mínimo 1 e no máximo 18. Quanto à Carga Horária, passou-se de um mínimo de 105 horas e um máximo de 735 horas dedicadas ao tema "tecnologia", em 2013, para, respectivamente, 150 horas e 990 horas, em 2016, ou seja, uma evolução substancial no tempo dedicado a essa temática[145].

---

[145] Foram desconsideradas, tanto em 2013 como em 2016, a carga horária da PUC Minas e da UNIFACS, uma vez que o site oficial das IES não divulga o horário correspondente às disciplinas de tecnologia na matriz antiga.

Ao retomar os objetivos específicos, identificou-se que, naquele momento, pretendia-se mapear todos os cursos de Graduação em Relações Públicas oferecidos no país, e, para que isso fosse possível, acessou-se o portal oficial do MEC e explorou-se a base de dados e-MEC (http://emec.mec.gov.br). Para isso, foram adotados diversos procedimentos, como a análise por "Consulta Avançada" e por "Consulta Interativa".

Na "Consulta Avançada", os seguintes dados foram coletados: "código" (número de registro do curso); "modalidade" (presencial ou EaD); "grau" (Bacharelado, por exemplo); "curso" (Relações Públicas); "Estado"; "município"; além das notas do "ENADE" (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes), "CPC" (Conceito Preliminar de Curso) e "CC" (Conceito de Curso). Já na "Consulta Interativa", os dados coletados foram: endereço; telefone; site oficial; e-mail da IES; Organização Acadêmica (Faculdade, Centro Universitário ou Universidade); Categoria Administrativa (Pública Estadual, Pública Federal, Privada com fins lucrativos ou Privada sem fins lucrativos, por exemplo); e notas referentes ao "CI" (Conceito Institucional), "IGC" (Índice Geral de Cursos) e "IGC Contínuo" (Índice Geral de Cursos Contínuo) de cada Instituição de Ensino Superior.

Esses procedimentos adotados ocorreram durante o mês de maio de 2016 e permitiram chegar ao número de 111 IES que possuem (ou já possuíram) cursos de RP ("extintos", "em extinção" ou "em atividade"). Para confirmar, no mesmo mês, quais Instituições de Ensino Superior permaneciam oferecendo o curso de Graduação presencial em Relações Públicas, e que continuariam a oferecer vagas no ano seguinte (2017), foram realizadas ligações telefônicas para as 111 IES. Após esse procedimento, identificou-se que 56 Instituições informaram que o curso de Graduação em Relações Públicas está "em atividade", com processo seletivo ativo para abertura de turma em 2017.

Por meio desse mapeamento, pavimentou-se o caminho para atingir outro objetivo específico, em que foram apresentadas informações sobre a distribuição de cursos de RP por: regiões; Organização Acadêmica; Categoria Administrativa; e conceitos obtidos em avaliações do Ministério da Educação (MEC).

Nesse quesito, ao analisar as 56 IES que oferecem curso de RP, diversos resultados foram obtidos. No que tange às regiões brasileiras, percebeu-se uma predominância de cursos no Sudeste, com 32 cursos, e no Sul, com 14 cursos. Na sequência, aparecem as regiões: Nordeste, com 7 cursos; Centro-Oeste, com 2; e Norte, com apenas 1 curso.

Quanto à Organização Administrativa, dos 56 cursos oferecidos, a maioria absoluta concentra-se em "Universidades", com 34 cursos. As Faculdades aparecem na sequência, com 15 cursos, seguidas por Centros Universitários, com 7 cursos de RP.

No que diz respeito à Categoria Administrativa, percebeu-se que das 56 IES que oferecem curso de Graduação em Relações Públicas, 40 estão disponíveis em Instituições de Ensino Superior privadas, 15 em universidades públicas e 1 em uma categoria "Especial" (aquela que é objeto de análise pela CONJUR/MEC – Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Educação). Ao tratar somente das 40 IES privadas que oferecem o curso de RP, 27 não possuem fins lucrativos e 13 têm fins lucrativos. Já entre as universidades públicas, das 15 IES, 10 são Federais e 5 são Estaduais.

Com relação aos conceitos obtidos pelas Instituições de Ensino Superior, destaca-se que a nota mais recorrente entre CPC (Conceito Preliminar de Curso) e CC (Conceito de Curso) foi 4, com 26 casos. Na sequência, apareceram: 15 cursos com nota 3; 8 cursos sem nota; 6 cursos com nota 5; 1 curso com nota 2; e nenhum curso com nota 1. Já ao tomar o IGC (Índice Geral de Cursos) como referência, 32 cursos apresentaram conceito 3. Em seguida, apareceram as IES com conceito 4, com 19 cursos, e a nota 5, com 3 cursos. Dois cursos não apresentaram nota e nenhuma IES foi avaliada com nota 1 ou nota 2.

Diante desse panorama, para a realização da pesquisa qualitativa, selecionou-se uma amostra com 10 universidades brasileiras, além da Universidade de São Paulo. Para a seleção foram utilizados critérios que seguiram a proporção por: Categoria Administrativa; distribuição por regiões brasileiras; Organização Acadêmica; e Índice Geral de Cursos (IGC e IGC Contínuo) das Instituições. Das 11 universidades selecionadas e contatadas, 10 coordenadores de curso tiveram disponibilidade para conceder entrevista[146]. Os representantes das IES entrevistados foram: Fábia Pereira Lima (UFMG); Roseane Andrelo (Unesp); Lilian Matheus Marques (UNISANTOS); Aléssia Franco Gonçalves (PUC Minas); Luiz Vicente de Lima Lázaro (Universidade Anhembi Morumbi); Valéria de Siqueira Castro Lopes (USP); Helenice Carvalho (UFRGS); Erica Hiwatashi (Unisinos); Ana Luisa Baseggio (PUCRS); e Mateus Santana dos Santos (UNIFACS).

As entrevistas foram importantes para entender: as principais atividades dos coordenadores de curso; a Estrutura Organizacional de cada IES; a relação entre universidades e egressos; a infraestrutura de tecnologia disponível nos cursos de RP; a influência das DCNs nas novas matrizes[147]; e, em especial, a presença de disciplinas de

---

[146] A coordenadora do curso de Graduação em Relações Públicas da Universidade do Sagrado Coração (USC) não teve disponibilidade para conceder entrevista no período.

[147] Deve-se deixar claro que o trabalho não é, prioritariamente, sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais, mas que, inevitavelmente, a discussão perpassou pelas DCNs em decorrência de sua importância na atualização das matrizes de universidades brasileiras. O que se percebeu, no decorrer de todas as etapas da Tese e, em especial, na análise de conteúdo das entrevistas em profundidade realizadas, é que as Diretrizes Curriculares foram

tecnologia nas matrizes curriculares. A categorização foi realizada com base na "análise de conteúdo" de Laurence Bardin (2016).

Essa identificação das disciplinas de tecnologia por parte dos coordenadores contribuiu diretamente, inclusive, para determinar padrões para avaliar a evolução na quantidade de disciplinas com essa temática nas matrizes curriculares brasileiras, entre 2013 e 2016, com resultados já destacados anteriormente no início dessas "Considerações Finais". Tomando essa análise como base, realizou-se o mesmo procedimento com IES de fora do Brasil, o que permitiu atingir o último objetivo específico proposto nesta Tese de Doutorado, que era: analisar a quantidade de disciplinas de tecnologia oferecida por 10 Instituições de Ensino Superior do exterior que oferecem curso de RP (*McGill University*; *Monash University*; *University of Texas at Austin*; *Purdue University*; *Boston University*; *University of Maryland - College Park*; *University of Southern California*; *University of Pittsburgh*; *McMaster University*; e *Michigan State University*), selecionadas com base no *QS World University Rankings® 2015/16* (Quacquarelli Symonds – QS).

A partir dos resultados obtidos, realizou-se uma comparação entre matrizes curriculares brasileiras e do exterior. Nesse sentido, ao somar disciplinas obrigatórias e optativas/ eletivas, a média da somatória de disciplinas de tecnologia em 2013 era de 4 disciplinas oferecidas e passou, em 2016, para 6 disciplinas, um aumento de 50%, o que indica uma preocupação, cada vez maior, com a formação relativa a essa temática. Além disso, percebe-se que tanto no Brasil quanto no exterior, as matrizes curriculares que predominam são "abertas", ou seja, com disciplinas optativas ou eletivas para escolha do aluno, que, nessas circunstâncias, tem mais liberdade para trilhar o seu percurso, direcionando sua formação aos seus objetivos acadêmicos e profissionais.

Essa predominância de matrizes curriculares "abertas" se justifica até mesmo em bases teóricas, como na obra *Reinventando a Educação: diversidades, descolonização e redes*, de Muniz Sodré (2012), em que o autor indica que, em condições ideais, essa prática é frequente

> [...] nos programas de ensino mais desenvolvidos, com currículos fluidos e interativos, em que se incita o estudante a ir atrás da informação, exercitando sua própria interpretação no exame da realidade sob prismas diversos. (SODRÉ, 2012, p. 233-234)

---

utilizadas, na maioria dos casos, como uma oportunidade para a ampliação na carga referente à tecnologia, não por explicitarem uma regra clara nesse sentido, mas por desencadearem uma espécie de "obrigatoriedade" de mudanças nas matrizes, especialmente no que tange ao aumento de carga horária total, justamente em um momento em que discussões sobre temática floresciam, seja por influência do mercado ou por demanda dos alunos. Ou seja, na eminência de se aumentar a carga, optou-se por priorizar, em muitas das universidades, a oferta ampliada de disciplinas de tecnologia.

Além disso, em 2016, foram oferecidas no mínimo 1 e no máximo 13 disciplinas de tecnologia em universidades do exterior. Já, no Brasil, em 2016 (após a adequação das matrizes às DCNs), foram oferecidas no mínimo 1 e no máximo 18 disciplinas de tecnologia por universidades do país, indicando que, após a última atualização, matrizes curriculares brasileiras ficaram equiparadas, ao menos quantitativamente, ao número de disciplinas referentes a esse tema ao redor do mundo.

Ao observar os temas debatidos, constata-se que em IES brasileiras, as disciplinas de tecnologia giram em torno das Mídias Sociais, das Mídias Digitais, das Redes, da Cibercultura, da Comunicação Digital e da Web. E, no exterior, das Mídias Sociais, das Mídias Digitais e da Web. A menção às "literacias" ocorre apenas nos Estados Unidos, na *University of Pittsburgh*, que possui uma disciplina exclusiva sobre "*Visual Literacy*".

Diante de todo esse contexto e das constantes inovações tecnológicas, fica cada vez mais claro que "novos desafios são estabelecidos para as instituições educativas brasileiras na contemporaneidade. Elas precisam comunicar seus conteúdos educacionais de forma eficiente para a geração de jovens que estão imersos nas tecnologias digitais conectadas" (LIMA JUNIOR, 2014b, p. 125).

Estando preparadas – ou não – para os desafios contemporâneos, havendo divisão departamental do saber ou uma complementaridade entre os dois modelos (tanto disciplinas específicas de tecnologia quanto discussões sobre a temática em todos os componentes curriculares, como destacado nas entrevistas com coordenadores), pode-se dizer que as universidades brasileiras demonstraram preocupação em ampliar as possibilidades de que o estudante desenvolvesse habilidades e competências para lidar com plataformas digitais, seja na parte técnica, seja na produção de conteúdo para o ambiente Web. Portanto, uma atenção especial para formar não apenas pesquisadores ou profissionais de Relações Públicas preparados para atuarem no mercado ou no âmbito acadêmico, mas cidadãos que sejam "efetivamente capazes de buscar e gozar de todos os benefícios de um direito humano fundamental, a liberdade de opinião e expressão. E que, nesse caminho, possam construir-se a si mesmo como sujeitos críticos e atuantes e cidadãos participantes da construção do mundo" (JUNQUEIRA; PASSARELLI; BOTELHO FRANCISCO, 2012, p. 14).

Nesse sentido, principalmente pelas entrevistas em profundidade realizadas, notou-se que o foco deixou de ser apenas a capacitação instrumental, que continua sendo importante, mas que não pode tornar-se excludente. Ou seja, que não impeça o desenvolvimento do conhecimento humanístico para adaptar-se às mudanças constantes do ambiente, como

destaca Maria Aparecida Baccega (2003, p. 8-9), em *Tecnologia e Construção da Cidadania*, ao alinhar-se a João Antonio Zuffo (2003) e Jesús Martín-Barbero (2000).

Desse modo, a parte técnica, limitada à manipulação da tecnologia, também conhecida como "conhecimento especializado", ocuparia um espaço maior em outro momento da formação, sendo feita sob medida, de modo rápido e contínuo, de acordo com as inovações tecnológicas. Nessa perspectiva, para Baccega (2009b), as tecnologias têm papel importante na formação dos estudantes, mas reduzir o ensino ao domínio da parte técnica desses instrumentos não é o ideal a se fazer. Formar cidadãos críticos deve continuar sendo a prioridade, tendo, nos momentos adequados, auxílio das plataformas digitais.

Nesse sentido, ao não restringirem a formação ligada à tecnologia simplesmente à parte técnica, identificou-se pela análise de conteúdo das entrevistas realizadas com coordenadores de universidades brasileiras e pela análise documental, que se baseou nas matrizes curriculares, o intuito dos cursos de RP oferecerem, principalmente após a publicação das DCNs de 2013, um arcabouço teórico mais claro ao graduando para que ele possa adquirir autonomia e entendimento dos processos tecnológicos, obtendo vantagens competitivas tanto academicamente como na atuação no mercado. Conteúdos atuais,[148] como as Mídias Digitais, recebem atenção especial, mas ao abordarem não apenas questões de uso técnico de redes sociais específicas, como *Facebook* e *Twitter*, mas, também, os protocolos que regulam a Internet e os graus de distribuição da rede (centralizada, descentralizada e distribuída), possibilita-se que o aluno que já tem contato com plataformas digitais de uso amigável (*user-friendly*), amplie as possibilidades de entender as potencialidades e limitações do ambiente, permitindo novas inferências e formas de atuação. A capacidade de coordenar e desenvolver projetos que envolvam novas tecnologias possibilita a criação de sistemas e

[148] É importante ressaltar que o foco desta Tese de Doutorado não é o conteúdo oferecido ao estudante durante a Graduação em Relações Públicas, mas, sim, a quantidade de disciplinas e, quando possível, a carga horária dedicada a essa temática durante a formação do aluno no Ensino Superior. Entende-se que seria inviável realizar um estudo, com a devida profundidade, que permitisse tanto identificar a quantidade de disciplinas de tecnologia nas matrizes curriculares brasileiras e do exterior e, simultaneamente, dar a devida atenção para o conteúdo disseminado durante a Graduação. Priorizou-se, nesse sentido, o aspecto quantitativo, ou seja, o número de disciplinas de tecnologia e tentou-se indicar o conteúdo oferecido ao estudante por meio das entrevistas em profundidade da pesquisa qualitativa. Um fator predominante para essa decisão foi a própria impossibilidade de realização de uma pesquisa documental, baseada em Ementa, Plano de Ensino, Conteúdo Programático e Referências utilizadas, assim como a impraticabilidade de frequentar determinadas aulas e entrevistar os professores responsáveis pelas disciplinas, uma vez que grande parte dessa temática é abordada nos últimos semestres do curso. E, como a matriz curricular da maioria das IES entrou em vigor em 2015, em muitos casos, essas disciplinas só terão professores contratados e atividades acadêmicas definidas com precisão aproximadamente em 2018. Diante da inviabilidade atual, decidiu-se que tal inquietação pode ser retomada em pesquisas futuras com essa abordagem.

interfaces mais amigáveis e eficazes na perspectiva da educação (Pesquisa) e do Mercado de Trabalho.

Essa tentativa constante de revitalizar o curso de Relações Públicas coaduna com o pensamento de Ligia Capobianco (2010, p. 95), que afirma que "a aplicação dos recursos da tecnologia à educação reflete uma tendência: a crescente necessidade de educação ao longo da vida, quer para o aperfeiçoamento das qualificações pessoais, quer para o desenvolvimento de qualificações profissionais". David M. Berry (2011, p. 11) reforça, nesse sentido, que "a importância da compreensão das abordagens computacionais está cada vez mais refletida em várias disciplinas, incluindo as artes, as humanidades e as ciências sociais, que utilizam tecnologias para mudar o fundamento crítico de seus conceitos e teorias [...]".[149] Ou seja, além do entendimento conceitual, Berry (2011) destaca a necessidade de conseguir acessar, processar e visualizar informações de modo cada vez mais rápido e eficaz, o que possui relação direta com o desenvolvimento das literacias digitais.

Diante de todas essas considerações, a presente Tese de Doutorado buscou gerar algumas contribuições ao apresentar, além da análise detalhada sobre o número de disciplinas de tecnologia presente nas matrizes curriculares brasileiras, um mapeamento completo das universidades que oferecem o curso de Graduação em Relações Públicas no país; o contato atualizado de cada uma das Instituições de Ensino Superior; além de tabelas que apresentam, de forma conjunta, as notas de todas as IES referentes ao ENADE, CC, CPC, IGC e IGC Contínuo.

Pretende-se que este trabalho permita, com as devidas atualizações necessárias, de acordo com o ano de realização da pesquisa a ser elaborada, um ponto inicial para explorar novos rumos e detalhes sobre o Ensino Superior em Relações Públicas. Por exemplo, podem-se investigar questões que não foram detalhadas nesta Tese, por não tratarem do objetivo da pesquisa, como o motivo de disciplinas de tecnologia serem mais frequentes em determinadas regiões brasileiras e menos frequentes em outras. Nessa perspectiva, também podem ser analisados aspectos sobre a infraestrutura tecnológica, a "Organização Acadêmica" ou a "Categoria Administrativa" em cada região do país.

Outro ponto de destaque, identificado durante as entrevistas, foi a ausência – ou a realização informal – de monitoramento de egressos, na maioria das universidades brasileiras que oferecem o curso de Relações Públicas. Essa pode ser outra questão abordada com mais

---

[149] Versão adaptada do trecho: "The importance of understanding computational approaches is increasingly reflected across a number of disciplines, including the arts, humanities and social sciences, which use technologies to shift the critical ground of their concepts and theories […]" (BERRY, 2011, p. 11).

detalhes em projetos futuros, uma vez que a evolução nesse processo de acompanhamento do diplomado poderia contribuir para a identificação dos rumos tomados por RP. Como exemplo, cita-se o estudo realizado por Maria Aparecida Ferrari e Ana Cristina da Costa Piletti Grohs (2015), apresentado no texto "*Perfil e trajetória dos egressos de Relações Públicas da ECA/USP: subsídios para excelência acadêmica e competitividade no mercado de trabalho*". A pesquisa indica a trajetória dos egressos do curso de Graduação em RP da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo entre os anos de 1996 e 2013, e pode servir como base para a realização de estudos sobre ex-alunos em outras IES brasileiras, proporcionando um panorama nacional a respeito da inserção do pesquisador e/ou do profissional de RP, seja no ambiente acadêmico, pela temática abordada por esses estudantes em uma eventual Pós-Graduação, como docentes, seja no ambiente corporativo, pela especialização escolhida para atuar no mercado de trabalho.

Nesse sentido, pode-se, inclusive, avaliar, na próxima década, com o amadurecimento da implantação das novas matrizes curriculares em Instituições de Ensino Superior do Brasil, ou seja, quando os egressos concluírem o curso com mais disciplinas de tecnologia, se houve, ou não, incorporação maior dos profissionais de Relações Públicas por parte do mercado de Comunicação Digital.

Referências

REFERÊNCIAS

AMARAL, Inês. Participação em rede: do utilizador ao ‘consumidor 2.0’ e ao ‘prosumer’. **Revista Comunicação e Sociedade**, Minho, n. 22, p. 131-147, 2012.

ANDRADE, Cândido Teobaldo de Souza. O Ensino de Relações Públicas e as Exigências dos Novos Tempos. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling (Org.). **Comunicação e Educação: caminhos cruzados**. São Paulo: Loyola, 1986. p. 292-296.

_____. **Para entender Relações Públicas**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1993.

ANDRELO, Roseane. Entrevista concedida a Rafael Vergili em 23 de ago. 2016.

ANTUNHA, Heládio C. Gonçalves. **Universidade de São Paulo – fundação e reforma**. São Paulo: Ministério da Educação e Cultura/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais/Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Sudeste, 1974. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&id=56kQAAAAYAAJ&focus=searchwithin volume&q=Rei+Alberto>. Acesso em: 30 jan. 2015.

ATHAYDES, Andréia. O Parlamento Nacional das Relações Públicas e as medidas adotadas pelo CONFERP para sua viabilização prática. In: MOURA, Cláudia Peixoto de (Org.). **História das relações públicas:** fragmentos da memória de uma área. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p. 288-303.

AXELROD, Alan. **Ciência a Jato.** Rio de Janeiro: Record, 2003.

BACCEGA, Maria Aparecida. A Construção do Campo Comunicação/Educação: alguns caminhos. **Revista USP**, São Paulo, n. 48, p. 18-31, 2001a. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/32888>. Acesso em: 26 set. 2014.

_____. A História no Campo da Comunicação/Educação. **Comunicação e Educação**, São Paulo, n. 10, p. 7-14, set./dez. 1997. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/comueduc/ article/view/36317>. Acesso em: 24 jul. 2014.

_____. Comunicação/educação: apontamentos para discussão. **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, vol. 1, n. 2, p. 119-138, 2004. Disponível em: <http://revistacmc.espm. br/index.php/revistacmc/article/view/16>. Acesso em: 20 nov. 2014.

_____. Comunicação/Educação e a construção de nova variável histórica. **Comunicação e Educação**, São Paulo, vol. 14, n. 3, p. 19-28, set./dez. 2009a. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/43579>. Acesso em: 18 jul. 2014.

_____. Comunicação, educação e tecnologia: interação. **Comunicação e Educação**, São Paulo, vol. 10, n. 1, p. 7-14, jan./abr. 2005. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br /comueduc/article/view/37504>. Acesso em: 22 fev. 2015.

_____. Comunicação/Educação: lugar de formação crítica, de disputa pela hegemonia dos significados e da práxis da comunicação. In: BARBOSA, Marialva; FERNANDES, Marcio; MORAIS, Osvando José de. (Org.). **Comunicação, educação e cultura na era digital**. São Paulo: Intercom, 2009b. p. 239-254. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/ebooks/arquivos/4112bf03387cdc4babdbe43f801a6e0c.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2014.

_____. Comunicação/educação: relações com o consumo. importância para a constituição da cidadania. **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, vol. 7, n. 19, p. 49-65, jul. 2010a. Disponível em: <http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/194>. Acesso em: 28 fev. 2015.

_____. Comunicação & Educação: do mundo editado à construção do mundo. **Comunicação e Informação**, Goiânia, vol. 2, n. 2, p. 176-187, jul./dez. 1999. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/ci/article/viewFile/22853/13594>. Acesso em: 12 ago. 2014.

_____. Comunicação e Tecnologia: educação e mercado de trabalho. **Comunicação e Educação**, São Paulo, vol. 1, n. 2, p. 7-13, set./dez. 1994. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36128>. Acesso em: 26 fev. 2015.

_____. Conhecimento, Informação e Tecnologia. **Comunicação e Educação**, São Paulo, vol. 4, n. 11, p. 7-16, jan./abr. 1998. Disponível em: <http://revistas.univerciencia.org/index.php/comeduc/article/viewArticle/4062>. Acesso em: 18 fev. 2015.

_____. Construindo a cidadania nas interrelações comunicação, educação e consumo. **Conexiones - Revista Iberoamericana de Comunicación**, vol. 2, n. 2, p. 20-29, 2010b.

_____. Da Comunicação à Comunicação/Educação. **Comunicação e Educação**, São Paulo, n. 21, p. 7-16, mai./ago. 2001b. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36972>. Acesso em: 28 set. 2014.

_____. Inter-relações entre Comunicação, Educação e informação. **Animus - Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, Santa Maria, vol. VIII, n. 15, p. 107-122, jan./jun. 2009c. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/animus/article/view/6202>. Acesso em: 15 jul. 2014.

_____. Tecnologia e Construção da Cidadania. **Comunicação e Educação**, São Paulo, n. 27, p. 7-14, mai./ago. 2003. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37487>. Acesso em: 06 dez. 2014.

BALDISSERA, Rudimar; SÓLIO, Marlene Branca. Relações Públicas – Processo histórico e Complexidade. In: MOURA, Cláudia Peixoto de (Org.). **História das relações públicas:** fragmentos da memória de uma área. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p. 53-70.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo** (Trads. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro). 3ª reimp. da 1ª ed. de 2016. Lisboa: Edições 70, 2016. (Obra original publicada em 1977)

BARICHELLO, Eugenia Mariano da Rocha. A Comunicação da Universidade: identidade, legitimidade e territorialidade na cena da nova ordem tecnocultural. In: **XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Campo Grande, MS: Intercom, 2001. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/NP5BARICHELLO.PDF>. Acesso em: 08 fev. 2015.

BASEGGIO, Ana Luisa. Entrevista concedida a Rafael Vergili em 08 de set. 2016.

BAWDEN, David. Information and digital literacies: a review of concepts. **Journal of Documentation**, v. 57, n. 2, p. 218-259, 2001. Disponível em: <http://www.emeraldinsight.com/journals.htm?articleid=864156&show=pdf>. Acesso em: 10 mar. 2014.

_____. Origins and Concepts of Digital Literacy. In: LANKSHEAR, Colin; KNOBEL, Michele (Orgs.). **Digital Literacies**: concepts, policies and paradoxes. New York: Peter Lang, 2008. p. 15-32.

BECKER, Gisele; SILVA, Carla Lemos. O campo profissional de Relações Públicas e a entrada das Multinacionais no Brasil: uma análise através da perspectiva da Pesquisa Histórica (1956-1979). In: MOURA, Cláudia Peixoto de (Org.). **História das relações públicas:** fragmentos da memória de uma área. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008a. p. 137-153.

_____. O campo profissional de Relações Públicas e a entrada das Multinacionais no Brasil: uma análise através da perspectiva da Pesquisa Histórica (1979-1985). In: MOURA, Cláudia Peixoto de (Org.). **História das relações públicas:** fragmentos da memória de uma área. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008b. p. 154-169.

BENKLER, Yochai. **The wealth of networks**: how social production transforms markets and freedom. New Haven, CT: Yale University Press, 2006. Disponível em: <http://www.benkler.org/Benkler_Wealth_Of_Networks.pdf> Acesso em: 29 mai. 2014.

_____. A economia política dos commons. In: GINDRE, Gustavo et. al (Org.). **A comunicação digital e a construção dos commons: redes virais, espectro aberto e as novas possibilidades de regulação.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

BERNERS-LEE, Tim; FISCHETTI, Mark. **Weaving the web**: the original design and ultimate destiny of the world wide web, by its inventor. New York: HarperCollins Publishers, 2000.

BERRY, David M. The Computational Turn: Thinking About The Digital Humanities. **Culture Machine**, Vol 12, p. 1-22, 2011. Disponível em: <https://www.culturemachine.net/index.php/cm/article/view/440/470>. Acesso em: 20 dez. 2016.

BITTENCOURT, Hélio Radke; CASARTELLI, Alam de Oliveira; RODRIGUES, Alziro César de Morais. Sobre o Índice Geral de Cursos (IGC). In: **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 3, p. 667-682, nov. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v14n3/a08v14n3.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2015.

BOTELHO-FRANCISCO, Rodrigo. **Interatividade e literacias emergentes em contextos de inclusão digital: um estudo netnográfico no programa AcessaSP.** Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). São Paulo: ECA-USP, 2014a. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-20052014-152952/pt-br.php>. Acesso em: 09 fev. 2015.

_____. Literacias digitais e educação: relato de uma experiência de integração das TICs em escolas públicas de São Bernardo do Campo, estado de São Paulo, Brasil. In: PASSARELLI, Brasilina; SILVA, Armando Malheiro da; RAMOS, Fernando (Orgs.). **e-Infocomunicação**: estratégias e aplicações. São Paulo: Senac São Paulo, 2014b. p. 145-168.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOYD, Danah M.; ELLISON, Nicole B. **Social network sites**: definition, history, and scholarship. 2007. Disponível em <http://jcmc.indiana.edu/vol13/issue1/boyd.ellison.html>. Acesso em: 21 abr. 2014.

BRANDÃO JÚNIOR, Joaquim Maia. Palavras Iniciais. **Revista VERDE-OLIVA -** Exército Brasileiro. Brasília, Ano XLI, N° 221, Outubro de 2013. p. 6-10. Disponível em: <http://pt.calameo.com/read/0012382064b2b694df1df>. Acesso em: 04 fev. 2015.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**: de Gutemberg à Internet. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

BRUNS, Axel. **Blogs, Wikipedia, Second Life, and beyond**: from production to produsage. New York: Peterlang, 2008a.

_____. **The Future is User-Led**: The Path towards Widespread Produsage. 2008b. Disponível em: <http://snurb.info/files/The%20Future%20Is%20User-Led%20(PerthDAC%202007).pdf>. Acesso em: 18 mar. 2014.

CABESTRÉ, Sonia Aparecida. Contextualizando as Relações Públicas como atividade do campo profissional. In: MOURA, Cláudia Peixoto de (Org.). **História das relações públicas**: fragmentos da memória de uma área. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p. 103-136.

CAPOBIANCO, Ligia. Abordagem multidisciplinar de literacia digital para pesquisa em comunicação. In: PASSARELLI, Brasilina; AZEVEDO, José (Orgs.). **Atores em rede: olhares luso-brasileiros.** São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

CALONEGO, Renata; ANDRELO, Roseane. As Relações Públicas e a educação corporativa: uma proposta de formação de competências comunicacionais e em literacia digital em ambiente organizacional. In: **Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Bauru, SP: UNESP, 3 a 5 de julho de 2013.

CAREGNATO, Sônia Elisa. O desenvolvimento de habilidades informacionais: o papel das bibliotecas universitárias no contexto da informação digital em rede. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Comunicação**, Porto Alegre, vol. 8, p. 47-55, 2000. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/11663/>. Acesso em: 22 fev. 2015.

CARVALHO, Helenice. Entrevista concedida a Rafael Vergili em 01 de set. 2016.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. **A sociedade em rede.** Economia, sociedade e cultura. 9ª ed. atualizada. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

_____. **Communication power**. New York: Oxford, 2011.

_____. **The Rise of the Network Society** – The Information Age: Economy, Society, and Culture. Volume I (Information Age Series). Oxford: Blackwell Publishing, 2009.

COSTA, José Joaquim Marques da. Literacia ou Literacias Digitais? Uma Reflexão no Final da Primeira Década do Século XXI. **Revista Portuguesa de Pedagogia**, Coimbra, vol. Extra-Série, p.171-180, 2011.

CUNHA, Luiz Antonio. **A Universidade Temporã**: O Ensino Superior da Colônia à Era de Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DELOITTE. **Mídias sociais nas empresas**: o relacionamento online com o mercado. 2010. Disponível em: <http://mba.americaeconomia.com/sites/mba.americaeconomia.com/files/ midiasociaisnasempresas.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2017.

DESLAURIERS, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michèle. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPAR, Jean et al. **A Pesquisa Qualitativa**: Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 127-153.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2. ed. 7. reimpr. São Paulo: Atlas, 2014. p. 62-83.

EDWARDS, Lee. Defining the "object" of public relations research: a new starting point. **Public Relations Inquiry**, United Kingdom, v. 1, n. 1, 2012, p. 7-30. Acesso em: <http://pri.sagepub.com/content/1/1/7>. Disponível em: 30 ago. 2014.

ESHET-ALKALAI, Yoram. Digital literacy: A Conceptual Framework for Survival skills in the Digital Era. **Journal of Educational Multimedia and Hypermedia,** v. 13, n. 1, p. 93-106, 2004.

_____. Humans under bombardment: performing in a real-time world. **ACM SIGCSE Bulletin**, v. 39, n. 4, p. 57-60, 2007. Disponível em: <http://portal.acm.org/citation.cfm?id= 1345415>. Acesso em: 27 fev. 2015.

ESHET-ALKALAI, Yoram; AMICHAI-HAMBURGER, Yair. Experiments in Digital Literacy. **CyberPsychology & Behavior**, v. 7, n. 4, p. 4221-429, 2004. Disponível em: <http://www.openu.ac.il/Personal_sites/download/eshet&Amichai2004.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2015.

FARIAS, Luiz Alberto de. Relações públicas e sua função dialógica. **Revista Organicom**, São Paulo, ano 6, n. 10/11, p. 142-147, 2009.

FARIAS, Luiz Alberto de; GANCHO, Carolina. Eventos e sua importância para a gestão da comunicação organizacional na pós-modernidade. **Revista Organicom**, São Paulo, ano 11, n. 20, p. 24-38, 1° sem. 2014.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FERNANDES, Backer Ribeiro. História das relações públicas: surgimento e consolidação na América do Sul. In: FARIAS, Luiz Alberto de (Org). **Relações Públicas estratégicas**: Técnicas, conceitos e instrumentos. São Paulo: Summus, 2011. p. 21-49.

FERRARI, Maria Aparecida. A pesquisa em Relações Públicas: da pesquisa na academia à pesquisa nas organizações. In: MOURA, Cláudia Peixoto de; FERRARI, Maria Aparecida (Orgs.). **A pesquisa em Comunicação Organizacional e em Relações Públicas**: metodologias entre a tradição e a inovação. 1. ed. Porto Alegre: Edipucs, 2014, v. 1, p. 135-203.

_____. Historia y Trayectoria de las Relaciones Públicas en Brasil. **Revista Internacional de Relaciones Publicas**, v. 1, p. 29-68, 2011. Disponível: <http://revistarelacionespublicas.uma.es/index.php/revrrpp/article/view/2/3>. Acesso em: 08 dez. 2016.

_____. Relações Públicas, função estratégica e responsabilidade social. **Revista de Estudos de Jornalismo e Relações Públicas**. UMESP, São Bernardo do Campo, vol 1, n. 1, junho de 2003. Disponível em: <www2.metodista.br/agenciarp/mariaap.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2014.

FERRARI, Maria Aparecida; BARRETO, Carmen Valéria de Andrade. Impresso versus digital: uma reflexão sobre a transição do meio impresso. **Organicom** (USP), ano 11, n. 21, p. 19-30, 2° sem. 2014.

FERRARI, Maria Aparecida; GROHS, Ana Cristina da Costa Piletti. Perfil e trajetória dos egressos de relações públicas da ECA/USP: subsídios para excelência acadêmica e competitividade no mercado de trabalho. In: **Anais do IX Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015. p. 127-148. Disponível em: <http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/biblioteca/acervo/producao-academica/002726433.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2016.

FERRARI, Pollyana (Org.). A hipermídia entrelaça a sociedade. In: ____. **Hipertexto, hipermídia**: as novas ferramentas da comunicação digital. São Paulo: Contexto, 2007. p. 79-90.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. O título de doutor honoris causa ao rei dos belas e a criação da RJ. In: **Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação.** Rio de Janeiro: URFJ, 2000. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/104_maria_lurdes_a.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2015.

FLUSSER, Vilém. **O mundo codificado**: por uma filosofia da comunicação. São Paulo: Cosac Naif, 2007.

FRANÇA, Fábio. **Públicos**: como identificá-los em uma nova visão estratégica**.** 2. ed. São Caetano do Sul, SP: Yendis Editora, 2008.

_____. Subsídios para o estudo do conceito de relações públicas no Brasil. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo: Póscom-Umesp, a. 24, n. 39, p.127-154, 1o. sem. 2003. Disponível em: <http://www.sinprorp.org.br/Clipping/2006/fabiofranca.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2013.

FRANCO, Augusto de. **Netweaving**. 2009. Disponível em: <http://escoladeredes.ning.com/profiles/blogs/netweaving-1>. Acesso em: 01 mar. 2012.

_____. **Para fazer Netweaving.** 2008. Disponível em: <http://escoladeredes.net/profiles/blogs/para-fazer-netweaving>. Acesso em: 02 mar. 2014.

FREITAS, Sidinéia Gomes. Os Reflexos das Diretrizes Curriculares no Ensino de Relações Públicas. In: MOURA, Cláudia Peixoto de (Org.). **História das relações públicas:** fragmentos da memória de uma área. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p. 695-700.

FUNARO, Vânia Martins Bueno de Oliveira et. al. **Diretrizes para Apresentação de Dissertações e Teses da USP**: parte I (ABNT) / Vânia Martins Bueno de Oliveira Funaro (Coordenadora), Maria Cláudia Pestana, Maria Cristina Cavarette Dziabas, Eliana Maria Garcia, Maria Fátima dos Santos, Maria Marta Nascimento e Suely Campos Cardoso. Sistema Integrado de Bibliotecas da USP (Cadernos de estudos 9). 3. ed. rev. ampl. mod. São Paulo: SIBiUSP, 2016.

GALLOWAY, Alexander. **Protocol**: how control exists after decentralization. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2004.

_____. Qual o potencial de uma rede?. In: SILVEIRA, S.A. da. (Org.). **Cidadania e Redes Digitais.** São Paulo: CGI.br/Maracá, 2010. p. 85-97.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GILSTER, Paul. **Digital Literacy**. New York: Wiley Computer Publishing, 1997

GOMES, Eustáquio. País tem história universitária tardia. **Jornal da Unicamp**, ano XVII, n. 191, 23 a 29 de setembro de 2002. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/setembro2002/unihoje_ju191pag7a.html>. Acesso em: 30 jan. 2015.

GONÇALVES, Aléssia Franco. Entrevista concedida a Rafael Vergili em 01 de set. 2016.

GRAÇA, Daniela; OLIVEIRA, Lídia. Informação e comunicação em plataformas digitais: novos desafios para o sistema prisional português. In: PASSARELLI, Brasilina; SILVA, Armando Malheiro da; RAMOS, Fernando (Orgs.). **e-Infocomunicação**: estratégias e aplicações. São Paulo: Senac São Paulo, 2014. p. 169-199.

HALL, Gary. The Digital Humanities Beyond Computing: Apostscript. In: **Culture Machine**, vol. 12, p. 1-11, 2011.

HARNIK, Simone. **Saiba o que é Enade, o IDD e o CPC e como usá-los para escolher a faculdade.** Portal Uol: Últimas Notícias – Uol Educação. 2009. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/ultnot/2009/09/03/ult1812u200.jhtm>. Acesso em: 09 dez. 2016.

HIWATASHI, Erica. Entrevista concedida a Rafael Vergili em 23 de ago. 2016.

HORTON JR., Forest Woody. **Understanding Information Literacy:** A Primer. Paris, France: Unesco, 2007. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001570/157020e.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2015.

ISLAS-CARMONA, Jose Octavio. El prosumidor. El actor comunicativo de la sociedad de la ubicuidad. **Palabra Clave**, Colombia, v. 11, n. 1, p. 29-39, 2008.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.

_____. Lendo criticamente e lendo criativamente. **Revista Matrizes**, São Paulo, ano 6, n.1, p. 11-24, jul./dez. 2012.

JENKINS, Henry et. al. **Confronting the Challenges of Participatory Culture**: Media Education for the 21st Century / Henry Jenkins, Ravi Purushotma, Margaret Wigel, Katie Clinton, and Alice J. Robinson. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2009. Disponível em:<http://mitpress.mit.edu/sites/default/files/titles/free_download/9780262513623_Confronting_the_Challenges.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2015.

JESUS, Antônio Carlos. Educação e Novas Tecnologias. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling (Org.). **Comunicação e Educação: caminhos cruzados**. São Paulo: Loyola, 1986. p. 334-337.

JESUS, Odilon Sergio Santos de. Relações Públicas e Modernização: o curso especial da EBAP. In: MOURA, Cláudia Peixoto de (Org.). **História das relações públicas:** fragmentos da memória de uma área. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p. 476-487.

JONES-KAVALIER, Barbara R.; FLANNIGAN, Suzanne L. **Connecting the Digital Dots**: Literacy of the 21st Century. 2006. Disponível em: <http://www.educause.edu/ero/article/connecting-digital-dots-literacy-21st-century>. Acesso em: 18 mar. 2014.

JUNQUEIRA, Antonio Hélio. Literacias digitais dos cursistas do programa Redefor-USP: construção de um percurso multimetodológico de investigação. In: PASSARELLI, Brasilina; SILVA, Armando Malheiro da; RAMOS, Fernando (Orgs.). **e-Infocomunicação**: estratégias e aplicações. São Paulo: Senac São Paulo, 2014a. p. 201-225.

_____. **Literacias digitais no ensino-aprendizagem de professores: uma abordagem netnográfica dos cursistas do Programa Redefor-USP.** Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). São Paulo: ECA-USP, 2014b. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-16102014-094412/pt-br.php>. Acesso em: 08 fev. 2015.

JUNQUEIRA, Antonio Hélio; PASSARELLI, Brasilina. A Escola do Futuro (USP) na construção da cibercultura no Brasil: interfaces, impactos, reflexões. **Revista Logos**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 62-75, 1° semestre de 2011.

JUNQUEIRA, Antonio Hélio; PASSARELLI, Brasilina; BOTELHO FRANCISCO, Rodrigo Eduardo. Literacias Digitais nas Escolas Públicas Brasileiras: uma abordagem do papel do professor à luz dos resultados da Pesquisa TIC Educação 2010. In: **XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Fortaleza, CE: Intercom, 2012.

KNOBEL, Michele; LANKSHEAR, Colin. Digital Literacy and Digital Literacies: Policy, Pedagogy and Research Considerations for Education. **Digital Kompetanse**, vol. 1, p. 12-24, 2006. Disponível em: <www.everydayliteracies.net/files/digital_kompetence_2006.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2014.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. Gestão das Relações Públicas na Contemporaneidade e a sua institucionalização profissional e acadêmica no Brasil. **Revista Organicom**, São Paulo, v. 3, n.5, p. 30-61, 2006.

_____. **Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada.** São Paulo: Summus, 2003.

_____. Relações Públicas e Comunicação Organizacional: das práticas à institucionalização acadêmica. **Revista Organicom**, São Paulo, ano 6, n. 10/11, p. 49-56, 2009. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/departam/crp/cursos/posgrad/gestcorp/organicom/re_vista10-11/49.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2015.

_____. Uma Análise Crítica de Sua Trajetória no Brasil. In: _____. **Relações Públicas e Modernidade**: Novos Paradigmas na Comunicação Organizacional. São Paulo: Summus, 1997. p. 19-54.

LAGO, Cláudia. Campo Social. In: MARCONDES FILHO, Ciro (Org.). **Dicionário da Comunicação.** São Paulo: Paulus, 2006. p. 51-52.

LANHAM, Richard. **Digital Literacy**. 1995. Disponível em: <http://www2.idehist.uu.se/distans/ilmh/Ren/lanham-digital-lit.htm>. Acesso em: 01 mar. 2015.

LANGFORD, Linda. Information Literacy: A clarification. **School Libraries Worldwide**, vol. 4, n. 1, 1998, 59-72. Disponível em: <http://www.fno.org/oct98/clarify.html>. Acesso em: 17 mar. 2014.

LÁZARO, Luiz Vicente de Lima. Entrevista concedida a Rafael Vergili em 15 de set. 2016.

LDB. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. 1996. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 18 ago. 2016.

LESSIG, Lawrence. **Remix**: Making Art and Commerce Thrive in the Hybrid Economy. New York: The Penguin Press, 2008.

_____. **Code** (Version 2.0). New York: Basic Books, 2006.

LIMA, Fábia Pereira. Entrevista concedida a Rafael Vergili em 09 de set. 2016.

LIMA JUNIOR, Walter Teixeira. Big Data, Jornalismo Computacional e Data Journalism: estrutura, pensamento e prática profissional na Web de dados. **Estudos em Comunicação**, nº 12, p. 207-222, dez. 2012. Disponível em: <http://www.ec.ubi.pt/ec/12/pdf/EC12-2012Dez-11.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2014.

_____. Considerações sobre interdisciplinariedade e o campo da Comunicação Social. **Brazilian Journal of Technology, Communication, and Cognitive Science**, São Bernardo do Campo, v. 2, n. 1, p. 1-7, 2014a. Disponível em: <http://www.revista.tecccog.net/index.php/revista_tecccog/article/view/36>. Acesso em: 05 mar. 2015.

_____. Convergência, colaboração, comunicação e inovações em instituições educativas. **Rizoma**, Santa Cruz do Sul, v. 2, p. 125-135, 2014b. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/rizoma/article/view/4463>. Acesso em: 09 mar. 2015.

_____. Mídias sociais conectadas e jornalismo participativo. In: KÜNSCH, Dimas A. et. al. **Esfera Pública, Redes e Jornalismo.** Rio de Janeiro: E-papers, 2009. p. 168-188.

_____ O surgimento da nova camada complexa da Web e a apropriação doméstica das tecnologias digitais conectadas. **Comunicação & Inovação**, São Caetano do Sul, v. 14, p. 10-18, 2013a. Disponível em: <http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/2089>. Acesso em: 20 ago. 2014.

_____. Tecnologia, Comunicação e Ciência Cognitiva: intersecções possíveis e necessárias. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, v. 34, n. 2, 93-119, jan./jul. 2013b. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/3310/3374>. Acesso em: 22 ago. 2014.

LOPES, Valéria de Siqueira Castro. Entrevista concedida a Rafael Vergili em 19 de set. 2016.

_____. O relações-públicas como gestor da imagem e a importância da mensuração dos resultados em Comunicação Corporativa. **Revista Organicom**, São Paulo, ano 2, n. 2, p. 70-95, 1° sem. 2005.

LOPES, Valéria de Siqueira Castro; GRANDI, Guilherme. O valor da Comunicação Organizacional e das Relações Públicas. **Revista Organicom**, São Paulo, ano 6, ed. especial n. 10/11, p. 22-39, 2009.

LOUREIRO, Ana; ROCHA, Dina. Literacia digital e literacia da informação – Competências de uma era digital. In: **Actas do II Congresso Internacional TIC e Educação**. Lisboa, Portugal: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 30 nov. a 2 dez. 2012. Disponível em: <http://ticeduca.ie.ul.pt/atas/pdf/376.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2015.

MACNAMARA, Jim. **The 21st Century Media (R)evolution**: Emergent Communication Practices. New York: Peter Lang, 2010.

McLUHAN, Marshall; NEVITT, Barrington. **Take Today**: The Executive as Dropout. New York: Harcourt Brace, 1972.

MAIA, Almir de Souza. O descobrimento tardio: as raízes, o nascimento e os atuais desafios da universidade brasileira. **Revista Impulso**, Piracicaba, vol. 12, n. 27, p. 9-20, 2000. Disponível em: <http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/imp27art01.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2015.

MANOVICH, Lev. **Software Takes Command.** 2008. Disponível em: <http://softwarestudies.com/softbook/manovich_softbook_11_20_2008.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2014.

MARCONDES FILHO, Ciro (Org.). **Dicionário da Comunicação.** São Paulo: Paulus, 2006.

MARQUES DE MELO, José. Ação Educativa nas Escolas de Comunicação: Desafios, perplexidade. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling (Org.). **Comunicação e Educação: caminhos cruzados**. São Paulo: Loyola, 1986. p. 199-221.

_____. **O ensino de comunicação e os desafios da modernidade**. Simpósios em Comunicação e Artes nº 8. São Paulo, ECA/USP, 1991.

_____. Prefácio. In: MOURA, Cláudia Peixoto de (Org.). **História das relações públicas**: fragmentos da memória de uma área. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p. 11-12.

MARQUES, Lilian Matheus Marques. Entrevista concedida a Rafael Vergili em 21 de set. 2016.

MARTIN, A; ASHWORTH, S. Welcome to the Journal of eLiteracy!. **Journal of eLiteracy**, Vol 1, 2004, p. 2-6. Disponível em: <http://www.jelit.org/11/>. Acesso em: 18 mar. 2014.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Desafios culturais da comunicação à educação. **Comunicação e Educação**, São Paulo, n. 18, p. 51-61, mai./ago. 2000. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36920>. Acesso em: 04 mar. 2015.

MELO, Ana Virgínia Chaves de; ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. Competência informacional e gestão do conhecimento: uma relação necessária no contexto da sociedade da informação. In: **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, vol. 12, n. 2, 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-99362007000200012>. Acesso em: 21 fev. 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, Técnica e Arte: O desafio da Pesquisa Social. In: _____ (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MORAES, José Geraldo Vinci de. **Caminhos das Civilizações - História Integrada: Geral e Brasil.** São Paulo: Atual, 1998.

MOURA, Cláudia Peixoto de. Fragmentos da História do Ensino de Relações Públicas no Brasil. In: MOURA, Cláudia Peixoto de (Org.). **História das relações públicas:** fragmentos da memória de uma área. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p. 688-694.

NASSAR, Paulo. **Para que serve a universidade?**. 2014. Disponível em: <http://www.aberje.com.br/acervo_colunas_ver.asp?ID_COLUNA=1120&ID_COLUNISTA=28>. Acesso em: 20 nov. 2014.

NOJOSA, Urbano Nobre. Da rigidez do texto à fluidez do hipertexto. In: FERRARI, Pollyana (Org.). **Hipertexto, hipermídia**: as novas ferramentas da comunicação digital. São Paulo: Contexto, 2007. p. 69-78.

PASSARELLI, Brasilina. Construindo comunidades virtuais de aprendizagem: projeto TôLigado - O Jornal Interativo da sua escola. **Informática pública**, Belo Horizonte, vol. 4, n. 2, 2002. Disponível em: <http://www.ip.pbh.gov.br/ANO4_N2_PDF/ip0402passarelli.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2015.

_____. Do Mundaneum à WEB Semântica: discussão sobre a revolução nos conceitos de autor e autoridade das fontes de informação. **Revista Datagramazero**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 5, 2008a. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/out08/Art_04.htm>. Acesso em: 28 set. 2014.

_____. **Interfaces digitais na educação**: @lucin[ações] consentidas. São Paulo: NAP Escola do Futuro – USP, 2007.

_____. Literacias emergentes nas redes sociais: estado da arte e pesquisa qualitativa no Observatório da Cultura Digital. In: PASSARELLI, Brasilina; AZEVEDO, José (Orgs.). **Atores em rede: olhares luso-brasileiros.** São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010. p. 63-78

_____. "School of the Future" – Research Laboratory/USP: action research and emerging literacies studies in Web 2.0 environments. **The Journal of Community Informatics**, v. 7, n. 2, 2011. Disponível em: <http://ci-journal.net/index.php/ciej/article/view/646>. Acesso em: 06 set. 2014.

_____. Student's collective knowledge construction in the virtual learning environment "Tô Ligado" - your school interactive newspaper. **Information Research**, v. 13, p. 335-340, 2008b. Disponível em: <http://www.informationr.net/ir/13-1/paper335.html>. Acesso em: 04 mar. 2015.

PASSARELLI, Brasilina; BOTELHO-FRANCISCO, Rodrigo; JUNQUEIRA, Antonio Hélio. Idosos e Internet: uma abordagem sobre inclusão digitail a partir do conceito da literacia informacional. In: **XXXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Recife, PE: Intercom, 2011.

PASSARELLI, Brasilina et. al. Identidade conceitual e cruzamentos disciplinares. In: PASSARELLI, Brasilina; SILVA, Armando Malheiro da; RAMOS, Fernando (Orgs.). **e-Infocomunicação**: estratégias e aplicações. São Paulo: Senac São Paulo, 2014. p. 79-122.

PASSARELLI, Brasilina; JUNQUEIRA, Antonio Hélio. **Gerações Interativas Brasil**: crianças e adolescentes diante das telas. São Paulo: Escola do Futuro/USP, 2012.

PASSARELLI, Brasilina; KIYOMURA, Juliana. Atores em rede: a etnografia virtual no programa AcessaSP. In: PASSARELLI, Brasilina; AZEVEDO, José (Org.). **Atores em rede**: olhares luso-brasileiros. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010. p. 163-186.

PASSARELLI, Brasilina; SALLA, Thiago Mio; TAVERNARI, Mariana. Literacias emergentes dos atores em rede: etnografia virtual com idosos no Programa de Inclusão Digital AcessaSP. **Prisma.Com**, n. 13, p. 1-40, dez. 2010. Disponível em: <http://revistas.ua.pt/index.php/prismacom/article/ view/789>. Acesso em: 31 jan. 2015.

PASSARELLI, Brasilina; SILVA, Armando Malheiro da; RAMOS, Fernando. Apresentação – Infocomunicação: avanços, trilhas e conquistas luso-brasileiras. In: PASSARELLI, Brasilina; SILVA, Armando Malheiro da; RAMOS, Fernando (Orgs.). **e-Infocomunicação**: estratégias e aplicações. São Paulo: Senac São Paulo, 2014. p. 15-21.

PINHO, Júlio Afonso. O contexto histórico do nascimento das Relações Públicas. In: MOURA, Cláudia Peixoto de (Org.). **História das relações públicas**: fragmentos da memória de uma área. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p. 21-42.

PINHO, José Benedito. **Relações Públicas na Internet**: técnicas e estratégias para informar e influenciar públicos de interesse. São Paulo: Summus, 2003.

PIRES, Álvaro P. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: POUPAR, Jean et al. **A Pesquisa Qualitativa**: Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 154-211.

POLIDORI, Marlis Morosini. **Avaliação do ensino superior:** uma visão geral e uma análise comparativa entre os contextos brasileiro e português. Tese (Doutorado em Ciências da Educação). Porto: Universidade do Porto, 2000. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/5248>. Acesso em: 12 set. 2014.

POLZER, Cynthia. Entrevista concedida a Rafael Vergili em 25 jun. 2012.

POORE, Megan. **Digital literacy**: Human flourishing and education in a new knowledge society. 2009. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/meganpoore/digital-literacy-human-flourishing-and-education-in-a-knowledge-society>. Acesso em: 04 mar. 2015.

RECUERO, Raquel. Rede social. In: SPYER, Juliano (Org,). **Para entender a Internet**: Noções, práticas e desafios da comunicação em rede. Rio de Janeiro: Não Zero, 2009. p. 25-26.

REVISTA ÉPOCA. **Seu trabalho tem futuro?** As profissões condenadas a desaparecer – e aquelas que resistirão às novas tecnologias. São Paulo: Globo, fev. 2014.

RHEINGOLD, Howard. **The Virtual Community: homesteading on the Eletronic Frontier**. Cambridge: MIT Press, 1993. Disponível: <http://www.rheingold.com/vc/book/>. Acesso em: 22 fev. 2015.

RODRÍGUEZ, José Manuel Corona. Acercamientos y propuestas de investigación sobre el consumo y producción de información en Internet. El prosumidor como concepto clave en la construcción social de la tecnologia. **Question**, Buenos Aires, v. 1, n. 35, p. 62-72, 2012.

SAAD, Beth. **Estratégias 2.0 para a mídia digital**: internet, informação e comunicação. 2. ed. São Paulo: Senac, 2008.

SAKATA, Marici Cristine Gramacho et. al. A globalização do sistema de ensino superior: o 'mercado' educacional. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, Florianópolis, vol. 2, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/ index.php/EeN/article/view/50>. Acesso em: 02 mar. 2015.

SANTOS, Mateus Santana dos. Entrevista concedida a Rafael Vergili em 16 de set. 2016.

SANTOS, Sara Rios Bambirra; SILVA, Maria Aparecida da. Os cursos de engenharia no Brasil e as transformações nos processos produtivos: do século XIX aos primórdios do século XXI. **Revista Educação em Foco**, ano 11, n. 12, dezembro 2008, p. 21-35. Disponível em: <http://www.uemg.br/openjournal/index.php/educacaoemfoco/article/viewFile/65/107>. Acesso em: 20 jan. 2015.

SCROFERNEKER, Cleusa Maria Andrade. (Re) Construindo a história das Relações Públicas. In: MOURA, Cláudia Peixoto de (Org.). **História das relações públicas:** fragmentos da memória de uma área. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p. 43-52.

SEVERINO, Joaquim Antônio. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

SHAPIRO, Carl; VARIAN, Hal R. **A Economia da Informação**: Como os princípios econômicos se aplicam à era da Internet. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

SIMAS, Rutelena de Lacerda; COSTA, Helder Gomes da. **Estudo da atividade de Relações Públicas em Instituições de Ensino Superior Brasileiras.** 2008. Disponível em: <www.latec.uff.br/bt/V2008/numero1/PDF/BT088_2007.pdf>. Acesso em: 28 set. 2013.

SOARES, Magda. **Letramento***:* um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

_____. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 23, n. 81, dez. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/ v23n81/13935.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2015.

SODRÉ, Muniz. **Reinventando a Educação**: diversidade, descolonização e redes. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

SOKAL, Alan; BRICMONT, Jean. **Imposturas Intelectuais**. Trad. Max Altman. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

STEFFEN, Ana Maria Walker Roig. Teoria e Prática – uma relação dissonante em Relações Públicas no Brasil do Século XX. In: MOURA, Cláudia Peixoto de (Org.). **História das relações públicas:** fragmentos da memória de uma área. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p. 89-102.

STRAUBHAAR, Joseph; LAROSE, Robert; DAVENPORT, Lucinda. Chapter 10: Public Relations. In: _____. **Media Now**: Understanding Media, Culture, and Technology. Sixth Edition. Boston: Wadsworth Publishing, 2010. p. 298-327.

TAPSCOTT, Don. **A hora da geração digital**: como os jovens que cresceram usando a internet estão mudando tudo, das empresas aos governos. (tradução de Marcelo Lino). Rio de Janeiro: Agir Negócios, 2010.

_____; WILLIAMS, Anthony. D. The Prosumers. In: **Wikinomics**: how mass collaboration changes everything. New York: Penguin Books, 2007. p. 124-150.

TERRA, Carolina Frazon. **Blogs corporativos**: modismo ou tendência?. São Caetano do Sul, SP: Difusão, 2008.

_____. **Mídias sociais... e agora?** – O que você precisa saber para implementar um projeto de mídias sociais. São Caetano do Sul, SP: Difusão, 2011a.

_____. Relações públicas na era dos megafones digitais. In: FARIAS, Luiz Alberto de (Org). **Relações Públicas estratégicas**: Técnicas, conceitos e instrumentos. São Paulo: Summus, 2011b. p. 263-284.

_____. **Usuário-mídia**: a relação entre a comunicação organizacional e o conteúdo gerado pelo internauta nas mídias sociais. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). São Paulo: Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2010.

TOFFLER, Alvin. **A terceira onda.** Trad. João Távora. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 1980. (orig. TOFFLER, Alvin. **The third wave**. Bantam Books, 1980).

_____. **Powershift**: as mudanças do poder. Tradução de Luiz Carlos do Nascimento Silva. Rio de Janeiro: Record, 1990.

THE PRAGUE DECLARATION: Towards an Information Literate Society. USNCLIS, NFIL, UNESCO. 2003. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/fileadmin/ MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/PragueDeclaration.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2014.

TORRES, Mirtes Vitoriano. **50 anos dos primeiros cursos regulares de relações públicas no Brasil.** 2004. Disponível em: <http://www.portal-rp.com.br/bibliotecavirtual/memoria/ 0192.pdf>. Acesso em: 28 set. 2013.

TURKLE, Sherry. **Life on the Screen**: Identity in the Age of The Internet. New York: Simon & Schuster, 1995.

TUZZO, Simone Antoniaci; MAINIERI, Tiago. Pesquisa empírica em Comunicação Organizacional e Relações Públicas: proposta metodológica e olhar sobre a prática de assessorias de Comunicação em Goiás. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v.34, n.1, p. 233-252, jan./jun. 2011

UNESCO. **Global Media and Information Literacy Assessment Framework**: Country Readiness and Competencies. Paris, France: Unesco, 2013. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002246/224655e.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2015.

VASQUES, Eduardo Gomes. Entrevista concedida a Rafael Vergili em 11 mai. 2012.

VERGILI, Rafael. **Premissas deontológicas de Relações Públicas e exigências do mercado**: relacionamento entre grandes empresas e *stakeholders* por meio de redes sociais conectadas. Dissertação (Mestrado em Comunicação). São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, 2012.

_____. **Relações Públicas, Mercado e Redes Sociais.** São Paulo: Summus Editorial, 2014. 152 p.

VIEIRA, Nelson. As Literacias e o Uso Responsável da Internet. **Observatorio (OBS*) Journal**, n. 5, p. 193-209, 2008.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. Competência informacional – bases históricas e conceituais: construindo significados. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 130-141, 2009. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1745>. Acesso em: 16 mar. 2014.

WARSCHAUER, Mark. **Technology and social inclusion:** rethinking the digital divide. Massachusetts: MIT Press, 2003.

WEINBERGER, David. **Too Big to Know**: Rethinking Knowledge Now that the Facts Aren't the Facts, Experts are Everywhere, and the Smartest Person in the Room is the Room. New York: Basic Book, 2011.

WEY, Hebe. **O processo de Relações Públicas.** São Paulo: Summus, 1986.

WILSON, Carolyn et. al. **Alfabetização midiática e informacional**: currículo para formação de professores / Carolyn Wilson, Alton Grizzle, Ramon Tuazon, Kwame Akyempong e Chi-Kim Cheung. Brasília: UNESCO, UFTM, 2013. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002204/220418por.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2015.

_____. **Media and Information Literacy**: Curriculum for Teachers / Carolyn Wilson, Alton Grizzle, Ramon Tuazon, Kwame Akyempong e Chi-Kim Cheung. Paris, France: Unesco, 2011. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001929/192971e.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2015.

WU, Tim. **The Master Switch**: The Rise and Fall of Information Empires. New York: Alfred A. Knopf, 2010.

ZUFFO, João Antonio. **O ensino na Nova Era**. 2003. Disponível em: <http://www.saladeaulainterativa.pro.br/entrevista_0004.htm>. Acesso em: 04 mar. 2015.

Anexos

ANEXO 1 – RESOLUÇÃO CNE/CES N° 2, DE 27 DE SETEMBRO DE 2013 (INSTITUI AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES PÚBLICAS)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

RESOLUÇÃO N° 2, DE 27 DE SETEMBRO DE 2013 (*)

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Relações Públicas.

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, conferidas no art. 9°, § 2°, alínea "c", da Lei n° 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei n° 9.131, de 24 de novembro de 1995, tendo em vista as diretrizes e os princípios fixados pelos Pareceres CNE/CES n°s 583/2001 e 67/2003, e considerando o que consta do Parecer CNE/CES n° 85/2013, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 12/9/2013, resolve:

Art. 1° A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Relações Públicas, bacharelado, que serão observadas pelas Instituições de Educação Superior (IES) em sua organização curricular.

Art. 2° A organização de cursos de graduação em Relações Públicas, resguardadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e os Pareceres desta Câmara, deverá ser elaborada com claro estabelecimento de componentes curriculares, os quais, sem prejuízo de outros aspectos, abrangerão:

I - projeto pedagógico e matriz curricular;
II - linhas de formação;
III - articulação teórico-prática;
IV - processos de atualização;
V - carga horária total;
VI - estrutura laboratorial;
VII - descrição de competências gerais e específicas;
VIII - habilidades e perfil desejado para o futuro profissional;
IX - conteúdos curriculares;
X - estágio curricular supervisionado;
XI - acompanhamento e avaliação;
XII - atividades complementares;
XIII - trabalho de conclusão de curso.

Art. 3° O projeto pedagógico do curso de graduação em Relações Públicas, além da clara concepção do curso, com suas peculiaridades, seu currículo pleno e sua operacionalização, deverá incluir, sem prejuízos de outros, os seguintes aspectos:

I - objetivos gerais do curso, contextualizado à sua inserção institucional, política, geográfica e social;
II - condições objetivas de oferta e a vocação do curso;
III - formas de realização da interdisciplinaridade;
IV - modos de integração entre teoria e prática;
V - formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;
VI - modos da integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;

(*) Resolução CNE/CES 2/2013. Diário Oficial da União, Brasília, 1° de outubro de 2013 – Seção 1 – p. 28.

VII - incentivo à pesquisa, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;

VIII - regulamentação das atividades relacionadas com o Trabalho de Conclusão de Curso, em diferentes modalidades, atendendo às normas da instituição;

IX - concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado em diferentes formas e condições de realização, observados seus respectivos regulamentos;

X - concepção e composição de atividades complementares.

§ 1° A proposta pedagógica para os cursos de graduação em Relações Públicas deverá assegurar a formação de profissionais generalistas, capazes:

I - de atuar nas áreas de comunicação nas organizações públicas, privadas e do terceiro setor, por meio do estabelecimento de políticas, estratégias e instrumentos de comunicação e relacionamento;

II - de realizar atividades de pesquisa e análise, de assessoria e consultoria, de planejamento e divulgação, podendo ser também empreendedor da área para diversos segmentos.

§ 2° O curso deverá estabelecer ações pedagógicas visando ao desenvolvimento de condutas e atitudes com responsabilidade profissional e social e terá por princípios:

I - consideração para com os aspectos sociais, culturais e relacionais na interação com os públicos, na política, no planejamento e nas ações da comunicação organizacional;

II - reflexão e crítica junto com os processos comunicativos, produzindo conhecimentos e práticas adequadas às mudanças e demandas, sem perder a ênfase nos interesses da sociedade;

III - preocupação com a formação humanística, crítica e ética e com a formação multidisciplinar;

IV - adoção de linhas de formação condizentes com as demandas sociais das instituições, sua vocação e sua inserção regional e local.

§ 3° Com base no princípio de educação continuada, as instituições de educação superior poderão incluir, no projeto pedagógico do curso, a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*, de acordo com as efetivas demandas do desempenho profissional.

Art. 4° O egresso do curso de Relações Públicas deve ser profissional ético, humanista, crítico e reflexivo, com as seguintes características pessoais:

I - capacidade acurada de análise conjuntural, de forma que se lide quantitativa e qualitativamente com dados estatísticos, econômicos e sociais, transformando-os em indicadores para a elaboração de políticas de comunicação;

II - percepção das dinâmicas socioculturais, tendo em vista interpretar as demandas dos diversos tipos de organizações e dos públicos;

III - compreensão das problemáticas contemporâneas, decorrentes da globalização, das tecnologias de informação e da comunicação e do desenvolvimento sustentável necessária ao planejamento de relações públicas;

IV - entendimento do campo técnico-científico da comunicação, capaz de estabelecer visão sistêmica das políticas e estratégias de relacionamentos públicos;

V - capacidade de liderança, negociação, tomada de decisão e visão empreendedora.

Art. 5° O curso de Relações Públicas deverá possibilitar formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

I - Gerais:

a) domínio das linguagens e das técnicas utilizadas no processo de comunicação e nas diversas mídias, articulando as dimensões de criação, produção e interpretação;

b) capacidade de articular, de forma interdisciplinar, as interfaces existentes nas diferentes áreas da comunicação, bem como de outros campos do saber, promovendo a integração teórico-prática;

c) atuação profissional em consonância com os princípios éticos de comunicação para a cidadania, considerando as questões contemporâneas, voltadas para os direitos humanos e a sustentabilidade;

d) capacidade de produzir conhecimento científico no campo da comunicação e na área das relações públicas e de exercer a docência.

II - Específicas:

a) interesse em desenvolver pesquisas, estratégias e políticas que favoreçam a interpretação qualificada da conjuntura sócio-organizacional;

b) criatividade para gerar, executar e avaliar planos, programas, campanhas e projetos estratégicos de relações públicas, integrados às demandas organizacionais e da opinião pública;

c) habilidade para sistematizar os repertórios necessários à prática profissional, nos âmbitos da gestão de processos comunicacionais, da cultura organizacional e das inovações tecnológicas;

d) conhecimento de técnicas e instrumentos adequados ao desenvolvimento de atividades específicas: assessoria de imprensa, organização de eventos, cerimonial e protocolo, ouvidoria, comunicação interna, pesquisa de opinião pública e de mercado;

e) capacidade de realizar serviços de auditoria, consultoria e assessoria de comunicação de empresas;

f) condições de atuar de forma qualificada em atividades de relações governamentais e de comunicação pública;

g) habilidade para administrar crises e controvérsias, promovendo ações para a construção e preservação da imagem e da reputação das organizações.

Parágrafo único. O projeto pedagógico deverá demonstrar claramente como o conjunto das atividades acadêmicas previstas garantirá o desenvolvimento das competências e habilidades esperadas, tendo em vista o perfil desejado, e garantindo a coexistência de relações entre teoria e prática, como forma de fortalecer o conjunto dos elementos fundamentais para a capacidade do egresso de propor formas inovadoras de atuação no mercado de trabalho.

Art. 6° Os conteúdos curriculares do curso de graduação em Relações Públicas deverão estar organizados em quatro grandes eixos complementares entre si:

I - eixo de Formação Geral;

II - eixo de Comunicação;

III - eixo de Relações Públicas;

IV - eixo de Formação Suplementar.

§ 1° Serão indicados para cada eixo um conjunto de conteúdos básicos que podem ser contemplados em diversas atividades didáticas, tais como disciplinas, oficinas, atividades laboratoriais, discussões temáticas, seminários etc.

§ 2° O eixo de Formação Geral deverá contemplar conteúdos de cultura geral e de formação ética e humanística e prever disciplinas baseadas essencialmente em conhecimentos das Humanidades e das Ciências Sociais Aplicadas, da filosofia e da sociologia, com foco na ética e nas questões da sociedade contemporânea, em especial nas questões ligadas aos temas dos direitos humanos, educação ambiental e sustentabilidade.

§ 3° Ao eixo de Formação Geral poderão ser agregados conteúdos gerais de formação em economia, direito, antropologia, psicologia, estética e artes, ciência política, administração e de outras áreas do conhecimento, conforme o projeto de formação definido pela instituição.

§ 4° O eixo de Comunicação deverá contemplar conteúdos teóricos e aplicados das ciências da comunicação, com foco naqueles que contribuem para o entendimento dos processos e práticas de relações públicas:

I - Fundamentos teóricos da comunicação:

a) estudos das correntes teóricas da comunicação social e da história social dos meios de comunicação;

b) pesquisa em comunicação;

c) interfaces da comunicação com a cultura e a política;

d) campos profissionais da comunicação;

e) estudos sobre a legislação e a ética da comunicação.

II - Linguagens, mídias e tecnologias:

a) estudos da linguagem, da retórica e do discurso;

b) estudos da organização das informações;

c) estudos das mídias, das tecnologias de informação e de comunicação;

d) estudos sobre a cibercultura;

e) estudos semióticos da comunicação;

f) estudo de línguas de contato ou de relação (língua franca);

§ 5° O eixo de Relações Públicas deverá contemplar conteúdos teóricos aplicados a práticas laboratoriais, que são específicos para a compreensão de relações públicas como processo e como atividade profissional.

I - O aluno deverá cursar conteúdos teóricos e técnicos que contemplem:

a) estudos sobre teorias das organizações e correntes teóricas da comunicação organizacional e comunicação nos processos de gestão organizacional;

b) estudos sobre história, princípios e fundamentos das relações públicas e sobre perspectivas teóricas e tendências do setor;

c) estudos sobre públicos e opinião pública e as relações públicas no contexto nacional e internacional;

d) estudos de comunicação pública, responsabilidade histórico-social e sustentabilidade;

e) estudos de políticas, planejamento e gestão estratégica da comunicação, assessorias de comunicação e estratégias de relacionamento com as mídias;

f) estudos de planejamento e organização de eventos, prevenção e gerenciamento de comunicação de risco e crise, comunicação governamental no terceiro setor e nos movimentos sociais;

g) estudos sobre a cultura organizacional, a construção da imagem e da reputação e processos de comunicação interpessoal nas organizações;

h) estudos sobre as relações públicas no contexto da comunicação integrada (institucional, administrativa, mercadológica e interna);

i) estudos de mercado e de negócios e avaliação e mensuração em comunicação;

II - No decorrer de sua formação, o aluno deverá cursar atividades didáticas em laboratórios especializados com objetivo de desenvolver práticas tais como:

a) pesquisas de opinião e de imagem que fundamentem a execução de projetos específicos;

b) diagnóstico, planejamento e gestão estratégica da comunicação;

c) planejamento e organização de eventos;

d) gerenciamento de crises, redação institucional, produção de mídias impressas, audiovisuais e digitais;

e) comunicação em rede;

f) portais corporativos, governamentais e comunitários; e

g) realização de projetos sociais e culturais.

§ 6° O eixo de Formação Suplementar deverá contemplar conteúdos de domínios conexos que são importantes, de acordo com o projeto de formação definido pela instituição de educação superior, para a construção do perfil e das competências pretendidas, devendo ser previstos estudos voltados para:

I - empreendedorismo e gestão de negócios;

II - comunicação nos processos de governança corporativa;

III - psicologia social;

IV - estatística;

V - relações governamentais;

VI - cerimonial e protocolo;

VII - ouvidoria.

Art. 7° O estágio supervisionado, componente do currículo com carga horária de 200 (duzentas) horas e regulamentado pelos colegiados acadêmicos da instituição, em consonância com a Lei n° 11.788, de 25/9/2008, deverá ser atividade obrigatória de vivência profissional, executada interna ou externamente à instituição.

§ 1° Os estágios supervisionados compõem-se de conjuntos de atividades de formação, programados e diretamente supervisionados por membros do corpo docente da instituição, profissional de relações públicas, e procuram assegurar a consolidação e a articulação das competências estabelecidas.

§ 2° Os estágios supervisionados visam assegurar o contato do formando com situações, contextos e instituições, permitindo que conhecimentos, habilidades e atitudes se concretizem em ações profissionais, sendo recomendável que suas atividades sejam distribuídas ao longo do curso.

§ 3° A IES poderá reconhecer e aproveitar atividades realizadas pelo aluno em outras instituições, desde que contribuam para o desenvolvimento das habilidades e competências previstas no projeto de curso;

§ 4° O estágio supervisionado deverá contar com medidas efetivas de orientação e avaliação tanto por parte das instituições de educação superior quanto por parte das instituições concedentes.

Art. 8° Os cursos deverão considerar, para efeito de complementação de carga horária, atividades complementares realizadas dentro ou fora da instituição de educação superior, num total de 200 (duzentas) horas.

§ 1° As atividades complementares poderão incluir:

a) projetos de iniciação científica e de extensão;

b) publicações;

c) participação em cursos, oficinas, eventos, seminários e congressos científicos e profissionais.

§ 2° As disciplinas em outros cursos deverão prever acompanhamento, orientação e avaliação de docentes do curso segundo critérios regulamentados no âmbito de cada instituição de educação superior.

§ 3° As atividades complementares não poderão ser confundidas com o estágio supervisionado.

Art. 9° O Trabalho de Conclusão de Curso será componente curricular obrigatório e será realizado ao longo do último ano de estudos, centrado em determinada área

teórico-prática ou de formação profissional, como atividade de síntese e integração de conhecimento e consolidação das técnicas de pesquisa, e observará os seguintes preceitos:

I - deverá ter carga horária de 150 (cento e cinquenta) horas em duas modalidades para escolha dos discentes, a saber:

a) trabalho monográfico, individual, podendo versar sobre tema específico de relações públicas ou estudos do campo da comunicação, de modo mais amplo; e/ou

b) trabalho específico de relações públicas, aplicado a organizações do primeiro, segundo ou terceiro setores, elaborado individualmente ou em grupo, acompanhado de fundamentação, reflexão teórica e intervenção documentada.

II - deverá ser orientado, em ambos os casos, por docente do curso e avaliado por banca composta por docentes e/ou profissionais, conforme resolução específica da instituição de educação superior.

Parágrafo único. A instituição deverá constituir regulamentação própria para o Trabalho de Conclusão de Curso, aprovada pelo colegiado acadêmico competente, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismo de avaliação, além das diretrizes e técnicas relacionadas com sua elaboração.

Art. 10. A carga horária total do curso de graduação em Relações Públicas será de 3.200 (três mil e duzentas) horas, conforme estabelecido na Resolução CNE/CES nº 2/2007, assim distribuídas:

I - 2.800 (duas mil e oitocentas) horas para as atividades didáticas – de cunho teórico e prático, tanto as obrigatórias como as optativas – para os quatro eixos de formação, sendo, pelo menos, 1.400 (mil e quatrocentas) horas para o eixo de formação em relações públicas – o que inclui a carga de 150 (cento e cinquenta) horas destinada ao Trabalho de Conclusão de Curso –, e 1.400 (mil e quatrocentas) horas para os eixos de Formação Geral, de Formação em Comunicação e de Formação Suplementar;

II - 200 (duzentas) horas para estágio supervisionado;

III - 200 (duzentas) horas para atividades complementares.

Parágrafo único. As durações mínima e máxima do curso ficarão a critério da instituição de educação superior, que levará em conta, na integralização, as diferentes possibilidades de formação específica.

Art. 11. As instituições de educação superior poderão criar mecanismos de aproveitamento de habilidades e competências extracurriculares adquiridas pelo estudante em estudos, atividades e práticas independentes, presenciais ou a distância, desde que atendidos tanto esta Resolução quanto o projeto pedagógico do curso, estabelecido pela instituição, para a conclusão do curso.

Parágrafo único. As atividades referidas no *caput* poderão ser desenvolvidas em forma de:

I - monitorias e estágios;

II - programas de iniciação científica;

III - estudos complementares;

IV - cursos realizados em áreas afins;

V - integração com cursos sequenciais correlatos à área.

Art. 12. As Diretrizes Curriculares Nacionais instituídas nesta Resolução deverão ser implantadas pelas instituições de educação superior, obrigatoriamente, no prazo máximo de 2 (dois) anos, aos alunos ingressantes, a partir da publicação desta.

Parágrafo único. As IES poderão optar pela aplicação das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Relações Públicas aos demais alunos do período ou ano subsequente à publicação desta Resolução.

Art. 13. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

ANEXO 2 – DADOS DO E-MEC SOBRE OS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES PÚBLICAS SELECIONADOS PARA A PESQUISA QUALITATIVA

Instituição de Educação Superior | Endereço

e-MEC

Nome da IES - Sigla :	(575) UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG		
Endereço:	Avenida Antonio Carlos	**Nº:**	6627
Complemento:		**CEP:**	31270-901
Bairro:	Pampulha		
Município	Belo Horizonte	**UF:**	MG
Telefone:	(31) 3409 4124	**Fax:**	
Organização Acadêmica:	Universidade	**Sítio:**	http://www.ufmg.br
Categoria Administrativa:	Pública Federal	**E-mail:**	reitor@ufmg.br;info@dai.ufmg

EAD * **Essa IES possui cursos de educação a distância.**

ÍNDICES

Índice	Valor	Ano
CI - Conceito Institucional:	4	2009
IGC - Índice Geral de Cursos:	5	2014
IGC Contínuo:	4.1895	2014

Instituição de Educação Superior | Endereço

e-MEC

Nome da IES - Sigla :	(56) UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO - UNESP		
Endereço:	Rua Quirino de Andrade	**Nº:**	215
Complemento:		**CEP:**	01049-010
Bairro:	Centro		
Município	São Paulo	**UF:**	SP
Telefone:	(11) 5627.0233	**Fax:**	(11) 5627 0201/5627 0202
Organização Acadêmica:	Universidade	**Sítio:**	www.unesp.br
Categoria Administrativa:	Pública Estadual	**E-mail:**	giasg@reitoria.unesp.br

EAD * **Essa IES possui cursos de educação a distância.**

ÍNDICES

Índice	Valor	Ano
CI - Conceito Institucional:	-	-
IGC - Índice Geral de Cursos:	5	2014
IGC Contínuo:	3.9452	2014

Instituição de Educação Superior | Endereço

e-MEC

Endereço:	Avenida Dom José Gaspar	**Nº:**	500
Complemento:		**CEP:**	30535-901
Bairro:	Coração Eucarístico		
Município	Belo Horizonte	**UF:**	MG
Telefone:	(31) 3319 4444; (31)3319 4337	**Fax:**	(31) 3319 4225
Organização Acadêmica:	Universidade	**Sítio:**	www.pucminas.br
Categoria Administrativa:	Privada sem fins lucrativos	**E-mail:**	progradmec@pucminas
Comunitária:	SIM	**Filantrópica (CEBAS):**	NÃO
Confessional:	NÃO		

EAD * **Essa IES possui cursos de educação a distância.**

ÍNDICES

Índice	Valor	Ano
CI - Conceito Institucional:	4	2009
IGC - Índice Geral de Cursos:	3	2014
IGC Contínuo:	2.8969	2014

Instituição de Educação Superior | Endereço

e-MEC

Nome da IES - Sigla :	(466) UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI - UAM		
Endereço:	Rua Casa do Ator	**Nº:**	
Complemento:	nºs 90, 275,294,340	**CEP:**	04546-000
Bairro:	Vila Olímpia		
Município	São Paulo	**UF:**	SP
Telefone:	(11) 3293-1709	**Fax:**	(11) 3293-1702
Organização Acadêmica:	Universidade	**Sítio:**	
Categoria Administrativa:	Privada com fins lucrativos	**E-mail:**	coordgeral@anhembi.br

EAD * **Essa IES possui cursos de educação a distância.**

ÍNDICES

Índice	Valor	Ano
CI - Conceito Institucional:	3	2016
IGC - Índice Geral de Cursos:	3	2014
IGC Contínuo:	2.8457	2014

Instituição de Educação Superior | Endereço

e-MEC

Complemento:		**CEP:**	11015-002
Bairro:	Vila Mathias		
Município	Santos	**UF:**	SP
Telefone:	(13) 3205-5555	**Fax:**	
Organização Acadêmica:	Universidade	**Sítio:**	www.unisantos.br
Categoria Administrativa:	Privada sem fins lucrativos	**E-mail:**	lourenco@unisantos.b
Comunitária:	SIM	**Filantrópica (CEBAS):**	SIM
Confessional:	SIM		

EAD * **Essa IES possui cursos de educação a distância.**

ÍNDICES

Índice	Valor	Ano
CI - Conceito Institucional:	3	2011
IGC - Índice Geral de Cursos:	4	2014
IGC Contínuo:	3.0504	2014

Instituição de Educação Superior | Endereço

e-MEC

Complemento:		**CEP:**	17011-160
Bairro:	Jardim Brasil		
Município	Bauru	**UF:**	SP
Telefone:	(14) 2107 7380/ (14) 2107-7003	**Fax:**	(14) 2107 7325
Organização Acadêmica:	Universidade	**Sítio:**	www.usc.br
Categoria Administrativa:	Privada sem fins lucrativos	**E-mail:**	reitoria@usc.br;sgandara@usc.br;gfolkis@usc
Comunitária:	NÃO	**Filantrópica (CEBAS):**	SIM
Confessional:	SIM		

EAD * **Essa IES possui cursos de educação a distância.**

ÍNDICES

Índice	Valor	Ano
CI - Conceito Institucional:	3	2009
IGC - Índice Geral de Cursos:	3	2014
IGC Contínuo:	2.8726	2014

Instituição de Educação Superior | Endereço

e-MEC

Nome da IES - Sigla :	(581) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS		
Endereço:	Avenida Paulo Gama	**Nº:**	110
Complemento:	Térreo	**CEP:**	90040-060
Bairro:	Farroupilha		
Município	Porto Alegre	**UF:**	RS
Telefone:	(51) 3308 3600	**Fax:**	(51) 3308 3973
Organização Acadêmica:	Universidade	**Sítio:**	www.ufrgs.br
Categoria Administrativa:	Pública Federal	**E-mail:**	reitor@ufrgs.br; regulacao@sai.ufrgs.br

EAD * **Essa IES possui cursos de educação a distância.**

ÍNDICES

Índice	Valor	Ano
CI - Conceito Institucional:	4	2012
IGC - Índice Geral de Cursos:	5	2014
IGC Contínuo:	4.3493	2014

Instituição de Educação Superior | Endereço

e-MEC

Complemento:		**CEP:**	93022-000
Bairro:	Cristo Rei		
Município	São Leopoldo	**UF:**	RS
Telefone:	(51)3591-1122	**Fax:**	(51)3590-8208
Organização Acadêmica:	Universidade	**Sítio:**	www.unisinos.br
Categoria Administrativa:	Privada sem fins lucrativos	**E-mail:**	SGEHLEN@unisinos.br
Comunitária:	SIM	**Filantrópica (CEBAS):**	SIM
Confessional:	SIM		

EAD * **Essa IES possui cursos de educação a distância.**

ÍNDICES

Índice	Valor	Ano
CI - Conceito Institucional:	4	2009
IGC - Índice Geral de Cursos:	4	2014
IGC Contínuo:	3.5808	2014

Instituição de Educação Superior | Endereço

e-MEC

Endereço:	Av. Ipiranga	**Nº:**	6681
Complemento:		**CEP:**	90619-900
Bairro:	Partenon		
Município	Porto Alegre	**UF:**	RS
Telefone:	51 33534391	**Fax:**	51 3320 3605
Organização Acadêmica:	Universidade	**Sítio:**	www.pucrs.br
Categoria Administrativa:	Privada sem fins lucrativos	**E-mail:**	cpa@pucrs.br; afontrel@pucrs.br
Comunitária:	SIM	**Filantrópica (CEBAS):**	SIM
Confessional:	SIM		

EAD * **Essa IES possui cursos de educação a distância.**

ÍNDICES

Índice	Valor	Ano
CI - Conceito Institucional:	4	2010
IGC - Índice Geral de Cursos:	4	2014
IGC Contínuo:	3.5109	2014

Instituição de Educação Superior | Endereço

e-MEC

Nome da IES - Sigla :	(385) UNIVERSIDADE SALVADOR - UNIFACS		
Endereço:	Rua Doutor José Peroba	**Nº:**	251
Complemento:	Ed. Civil Empresarial	**CEP:**	41770-235
Bairro:	Stiep		
Município	Salvador	**UF:**	BA
Telefone:	(71) 3271-8163/8102	**Fax:**	(71) 3341-4691
Organização Acadêmica:	Universidade	**Sítio:**	www.unifacs.br
Categoria Administrativa:	Privada com fins lucrativos	**E-mail:**	aline.camara@unifacs.br;daniela.barbosa@unifacs.br;;nilzete@unifacs

EAD * **Essa IES possui cursos de educação a distância.**

ÍNDICES

Índice	Valor	Ano
CI - Conceito Institucional:	5	2008
IGC - Índice Geral de Cursos:	3	2014
IGC Contínuo:	2.5348	2014

Instituição de Educação Superior | Endereço

e-MEC

Nome da IES - Sigla :	(55) UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP		
Endereço:	Rua da Reitoria	**Nº:**	374
Complemento:		**CEP:**	05508-220
Bairro:	Butantã		
Município	São Paulo	**UF:**	SP
Telefone:	(11) 3091 3500	**Fax:**	(
Organização Acadêmica:	Universidade	**Sítio:**	www.usp.br
Categoria Administrativa:	Pública Estadual	**E-mail:**	gr@usp.br

EAD * **Essa IES possui cursos de educação a distância.**

ÍNDICES

Índice	Valor	Ano
CI - Conceito Institucional:	-	-
IGC - Índice Geral de Cursos:	-	-
IGC Contínuo:	-	-

Apêndices

APÊNDICE A – MATRIZES CURRICULARES DE 11 CURSOS DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES PÚBLICAS DO BRASIL

O presente Apêndice apresenta, em 22 subdivisões (do Apêndice A1 ao Apêndice A22), as matrizes curriculares completas de 11 cursos de Graduação em Relações Públicas do Brasil. As universidades foram selecionadas por meio de critérios expostos nos capítulos 3 e 4 desta Tese e se referem aos anos de 2013 e 2016.

O conteúdo foi produzido com base em informações coletadas no *site* oficial de cada uma das onze Instituições de Ensino Superior. Por terem sido padronizados em quadros desenvolvidos por mim, foram inseridos como Apêndices, não como Anexos.

Os nomes das disciplinas que envolvem Tecnologia nas matrizes curriculares estão em negrito e com alteração na cor da fonte (“vermelho, ênfase 2, mais escuro 25%”).

APÊNDICE A1 – MATRIZ CURRICULAR DE RP DA UFMG (2013)

Período	Disciplina	Carga Horária
1°	História Social dos Meios	60h
	Introdução aos Estudos de Linguagem	60h
	Oficina de Design em Comunicação	45h
	Oficina Som e Sentido	45h
	Fundamentos de Análise Sociológica	60h

Período	Disciplina	Carga Horária
2°	Teorias da Comunicação	60h
	Oficina de Narrativas Audiovisuais	45h
	Oficina de Fotografia	45h
	Introdução à Teoria Democrática	60h
	Projetos A I	120h

Período	Disciplina	Carga Horária
3°	Comunicação e Cultura	60h
	Metodologia da Pesquisa Científica em Comunicação	60h
	Técnicas e Processos de Relações Públicas	60h
	Linguagem, Técnicas e Processos do Jornalismo	60h
	Projetos A II	120h

Período	Disciplina	Carga Horária
4°	**Processos de Criação em Mídias Digitais**	60h
	Mercadologia	60h
	Comunicação e Política	60h
	Teorias da Imagem	60h
	Projetos B I – Jornalismo	120h
	Projetos B I – Relações Públicas	120h
	Formação Complementar G1/G2/G9	–

Período	Disciplina	Carga Horária
5°	Planejamento da Comunicação Organizacional	60h
	Novas Estéticas da Imagem	60h
	Teorias do Jornalismo	60h
	Teorias da Opinião Pública	60h
	Projetos B II – Jornalismo	120h
	Projetos B II – Relações Públicas	120h
	Formação Complementar G1/G2/G9	–

Período	Disciplina	Carga Horária
6°	Seminário de Projeto Experimental	60h
	Comunicação e Interações Sociais	60h
	Laboratório de Pesquisa	90h
	Laboratório de Agência de Notícias	90h
	Laboratório de Planejamento da Comunicação	90h
	Projetos C – Jornalismo	120h
	Projeto C – Relações Públicas	120h
	Formação Complementar G1/G2/G9	–

Período	Disciplina	Carga Horária
7°	Narrativa Jornalística	60h
	Técnicas de Comunicação Dirigida	60h
	Estudos em Comunicação	60h
	Projeto Experimental I	150h
	Formação Complementar G1/G2/G9	–

Período	Disciplina	Carga Horária
8°	Laboratório de Assessoria em Comunicação	90h
	Laboratório de Produção de Reportagem	90h
	Projeto Experimental II	150h
	Formação Complementar G1/G2/G9	–

Período	Disciplina	Carga Horária
9°	Formação Complementar G1G2/G9	20h

	Quadro de optativas	
Grupo de Optativas	**Disciplina**	**Carga Horária**
G1 (Disciplinas da Comunicação)	Novas Estéticas da Imagem	60h
	Comunicação e Interações Sociais	60h
	Estudos em Comunicação	60h
G2 (Laboratório)	Laboratório de Agência de Notícias	90h
	Laboratório de Planejamento da Comunicação	90h
	Laboratório de Produção de Reportagem	90h
	Laboratório de Assessoria em Comunicação	90h
	Laboratório de Pesquisa	90h
	Laboratório de Jornalismo Especializado	90h
G9 (Outras Disciplinas - Comunicação)	Pesquisa de Mercado	60h
	Aula Especial	15h
	Oficina de Vídeo Documentário	45h
	Oficina de Conteúdo Variável	45h
	Técnicas, Processos e Linguagem da Publicidade	45h
	Tópicos em Comunicação (COM087)	45h
	Tópicos em Comunicação (COM088)	60h
	Análises Semióticas em Publicidade e Propaganda	60h
	Assessoria de Imprensa	60h
	Estéticas da Comunicação	60h
	Estéticas da Televisão	60h
	Estudos Contemporâneos de Jornalismo	60h
	Estudos de Jornalismo	60h
	Formação em Comunicação (COM345)	45h
	Formação em Comunicação (COM346)	60h
	História do Jornalismo	60h
	Laboratório de Criação Publicitária	90h
	Laboratório de Criação Visual	90h
	Laboratório de Planejamento de Campanha	90h

	Laboratório em Comunicação	90h
	Planejamento e Mídia	60h
	Redação Publicitária	60h
	Economia A I	60h
	Discussões Temáticas	15h
	Participação em Eventos I	15h
	Participação em Eventos II	30h
	Programa de Iniciação à Docência	60h
	Programa de Iniciação à Extensão I	15h
	Programa de Iniciação à Extensão II	30h
	Programa de Iniciação à Extensão III	45h
	Programa de Iniciação à Pesquisa	60h
	Vivência Profissional Complementar	60h
	Introdução à Filosofia: Ética	60h
	Introdução à Filosofia: Filosofia da Ciência e Epistemologia	60h
	Introdução à História da Cultura	60h
	Tópicos em História do Brasil	60h
	Abordagens Temáticas em Antropologia	60h
	Abordagens Temáticas em Sociologia	60h
	Modernidade e Mudança Social	60h

APÊNDICE A2 – MATRIZ CURRICULAR DE RP DA UFMG (2016)

Período	Disciplina	Carga Horária
1°	História Social dos Meios	60h
	Introdução: Estudos de Linguagem	60h
	Design em Comunicação	90h
	Som e Sentido	90h
	Fundamentos de Análise Sociológica	60h

Período	Disciplina	Carga Horária
2°	Teorias da Comunicação	60h
	Técnicas e Processos de Relações Públicas	60h
	Oficina de Narrativas Audiovisuais	45h
	Oficina de Fotografia	45h
	Projetos A I	120h

Período	Disciplina	Carga Horária
3°	Fundamentos da Comunicação Organizacional	60h
	Introdução à Teoria Democrática	60h
	Projetos A II	120h
	Carga optativa grupos – G9	60h
	Carga optativa grupos – G2	90h
	Carga formação livre	45h

Período	Disciplina	Carga Horária
4°	Comunicação e Cultura	60h
	Mercadologia	60h
	Planejamento da Comunicação Organizacional	60h
	Projetos B I – Relações Públicas	120h
	Carga optativa grupos – G1	60h
	Carga optativa grupos – G6	30h
	Carga Atividade Complementar – G5	–

Período	Disciplina	Carga Horária
5°	Laboratório – Planejamento da Comunicação	90h
	Projetos B II – Relações Públicas	120h
	Carga optativa grupos – G1	60h
	Carga optativa grupos – G2	90h
	Carga Atividade Complementar – G5	–
	Estágio Supervisionado Obrigatório	–

Período	Disciplina	Carga Horária
6°	Seminário de Projeto Experimental – RP	60h
	Projetos C – Relações Públicas	120h
	Carga optativa grupos – G4	60h
	Carga optativa grupos – G2	90h
	Carga optativa grupos – G3	60h
	Carga Atividade Complementar – G5	–
	Estágio Supervisionado Obrigatório	–

Período	Disciplina	Carga Horária
7°	Projeto Experimental I – Relações Públicas	150h
	Carga optativa grupos – G4	60h
	Carga optativa grupos – G4	90h
	Carga optativa grupos – G4	60h
	Carga Atividade Complementar – G5	–
	Estágio Supervisionado Obrigatório	–

Período	Disciplina	Carga Horária
8°	Projeto Experimental II – Relações Públicas	150h
	Carga optativa grupos – G4	90h
	Carga optativa grupos – G4	30h
	Carga Atividade Complementar – G5	–
	Estágio Supervisionado Obrigatório	–

Período	Disciplina	Carga Horária
9°	Carga Formação Complementar Aberta	195h

	Quadro de optativas	
Grupo de Optativas	**Disciplina**	**Carga Horária**
G1 (Eixo Formação em Comunicação)	Comunicação e Política	60h
	Teorias da Imagem	60h
	Novas Estéticas da Imagem	60h
	Comunicação e Interações Sociais	60h
	Estudos em Comunicação	60h
	Pesquisa na área de Comunicação	60h
G2 (Laboratórios – Eixo Comunicação)	Laboratório de Produção de Reportagem	90h
	Laboratório de Pesquisa	90h
	Laboratório de Jornalismo Especializado	90h
	Laboratório de Criação Visual	90h
	Laboratório de Planejamento de Campanha	90h
	Laboratório em Comunicação Social	90h
	Tópicos em Laboratório de Comunicação	90h
G3 (Eixo Formação Suplementar)	Pesquisa de Mercado	60h
	Aula Especial	15h
	Economia A I	60h
	Fundamentos de Libras – Online	60h
	Oficina de Conteúdo Variável	45h
G4 (Eixo Relações Públicas)	Laboratório de Assessoria em Comunicação	90h
	Assessoria de Imprensa	60h
	Técnicas de Comunicação Dirigida	60h
	Teorias da Opinião Pública	60h
	Vivência Profissional Complementar	60h
	Aula Especial em Relações Públicas	30h
	Tópicos em Laboratório de Relações Públicas	90h
G5 (Atividades Complementares)	Programa de Iniciação à Pesquisa	60h
	Programa de Iniciação à Docência	60h
	Programa de Iniciação à Extensão I, II e III	15h + 30h + 45h
	Discussões Temáticas	15h

	Participação em Eventos I e II	15h + 30h
G6 (Eixo de Formação Geral)	Introdução à Filosofia: Ética	60h
	Introdução à Filosofia: Filosofia da Ciência e Epistemologia	60h
	Introdução à História da Cultura	60h
	Tópicos em História do Brasil	60h
	Abordagens Temáticas em Sociologia	60h
	Modernidade e Mudança Social	60h
G9 (Eixo Comunicação Integrada)	Oficina de Vídeo Documentário	45h
	Tópicos em Comunicação Social	45h
	Processos de Criação em Mídias Digitais	60h
	Estéticas da Comunicação	60h
	Estéticas da Televisão	60h
	Estudos Contemporâneos do Jornalismo	60h
	Estudos de Jornalismo	60h
	Formação em Comunicação	45h
	História do Jornalismo	60h
	Planejamento e Mídia	60h
	Redação Publicitária	60h

APÊNDICE A3 – MATRIZ CURRICULAR DE RP DA UNESP (até 2014)

Período	Disciplina	Carga Horária
Série 1 Período 1	Língua Portuguesa I: Prática Textual e Literatura	60h
	Sociologia	60h
	História da Comunicação	60h
	Introdução à Economia	60h
	Teorias da Comunicação I	60h
	Teorias e Métodos da Pesquisa em Comunicação	60h

Período	Disciplina	Carga Horária
Série 1 Período 2	Língua Portuguesa II: Linguagem Verbal e Outras Linguagens	60h
	Sociologia da Comunicação	60h
	Filosofia	60h
	Introdução às Relações Públicas	60h
	Fundamentos da Administração	60h
	Teorias da Comunicação II	60h

Período	Disciplina	Carga Horária
Série 2 Período 1	Língua Portuguesa III: Princípios de Linguística	60h
	Antropologia Cultural	60h
	Técnicas de Relações Públicas	60h
	Teorias de Planejamento	60h
	Técnicas de Comunicação Dirigida	60h
	Psicologia	60h

Período	Disciplina	Carga Horária
Série 2 Período 2	Língua Portuguesa IV: Teorias do Discurso	60h
	Estratégias de Comunicação Empresarial	60h
	Estratégias de Comunicação Comunitária	60h
	Comunicação, Estética e Mídia	30h
	Planejamento em Relações Públicas I: Estratégico	30h
	Teoria e Pesquisa de Opinião Pública I	60h
	Estatística Aplicada à Comunicação	30h
	Psicologia Organizacional	30h

Período	Disciplina	Carga Horária
Série 3 Período 1	Teoria e Pesquisa de Opinião Pública II	60h
	Técnica Redacional I: Texto Impresso	60h
	Língua Inglesa I	30h
	Planejamento em Relações Públicas II: Participativo	30h
	Estratégias de Comunicação Pública	60h
	História do Brasil	60h
	Teoria Política Contemporânea	60h

Período	Disciplina	Carga Horária
Série 3 Período 2	Planejamento do Projeto	60h
	Técnica Redacional II: Texto para Rádio e TV	60h
	Língua Inglesa II	30h
	Realidade Socioeconômica e Política Brasileira	60h
	Comunicação e Semiótica em Relações Públicas	60h
	Marketing	60h
	Ética em Relações Públicas	30h

Período	Disciplina	Carga Horária
Série 3 Período 2	Planejamento do Projeto	60h
	Técnica Redacional II: Texto para Rádio e TV	60h
	Língua Inglesa II	30h
	Realidade Socioeconômica e Política Brasileira	60h
	Comunicação e Semiótica em Relações Públicas	60h
	Marketing	60h
	Ética em Relações Públicas	30h

Período	Disciplina	Carga Horária
Série 4 Período 1	Projeto Experimental I: Orientação	60h
	Técnica Redacional III: Texto Digital	60h
	Língua Inglesa III	30h
	Cultura Brasileira	60h
	Realidade Socioeconômica e Política Regional	60h
	Publicidade e Propaganda	60h
	Legislação em Relações Públicas	30h

Período	Disciplina	Carga Horária
Série 4 Período 2	Projeto Experimental II: Execução	180h
	Língua Inglesa IV	30h
	Políticas e Sistemas de Informação	60h
	Sociologia das Organizações	60h
	Seminários Avançados	30h

APÊNDICE A4 – MATRIZ CURRICULAR DE RP DA UNESP (a partir de 2015)

Período	Disciplina	Carga Horária
Série 1 Período 1	Introdução à Linguística	60h
	Teorias da Comunicação I	60h
	Introdução às Relações Públicas	60h
	História da Comunicação	60h
	Introdução ao Pensamento Científico	30h
	Psicologia	30h
	Filosofia e Comunicação	60h

Período	Disciplina	Carga Horária
Série 1 Período 2	Elementos de Análise do Discurso	60h
	Inglês Acadêmico: Práticas de Leitura	30h
	Gestão de Eventos	30h
	Laboratório de Relações Públicas I	60h
	Teorias da Comunicação II	60h
	Teorias e Métodos da Pesquisa em Comunicação I	30h
	Estatística Aplicada	30h
	Introdução ao Pensamento Político	60h

Período	Disciplina	Carga Horária
Série 2 Período 1	Prática de Leitura e de Análise do Texto Literário	60h
	Inglês Profissional: Comunicação Oral para Relações Públicas	60h
	Linguagem da Comunicação I: Escrita	60h
	Comunicação, Estética e Design	60h
	Teoria e Métodos da Pesquisa em Comunicação II	30h
	Administração e Processos de Gestão	30h
	Técnicas de Relações Públicas	60h

Período	Disciplina	Carga Horária
Série 2 Período 2	Linguagem Publicitária e Narrativas Midiáticas	60h
	Linguagem da Comunicação II: Audiovisual	60h
	Técnicas de Comunicação Dirigida	60h
	Laboratório de Relações Públicas II	60h
	Teoria e Pesquisa de Opinião Pública I	60h
	Comunicação Pública	30h
	Imagem e Identidade Corporativa	30h

Período	Disciplina	Carga Horária
Série 3 Período 1	Política Brasileira Contemporânea	60h
	Comunicação Corporativa	60h
	Teoria e Pesquisa de Opinião Pública II	60h
	Planejamento em Comunicação e Relações Públicas	60h
	História e Memória nas Organizações	60h
	Psicologia do Trabalho Organizacional	60h

Período	Disciplina	Carga Horária
Série 3 Período 2	Antropologia Cultural e Mídia	60h
	Sociologia da Comunicação	60h
	Marketing	60h
	Comunicação e Semiótica	60h
	Laboratório de Planejamento em Relações Públicas	60h
	Linguagem da Comunicação III: Mídias Digitais	60h

Período	Disciplina	Carga Horária
Série 4 Período 1	Empreendedorismo e Assessoria em Relações Públicas	60h
	Comunicação e Terceiro Setor	60h
	Gestão da Informação e do Conhecimento	60h
	Globalização e Relações Interculturais	60h
	Projeto Experimental I: Orientação	60h
	Cultura e Sociedade Contemporânea	60h

Período	Disciplina	Carga Horária
Série 4 Período 2	**Sociedade, Redes e Cidadania**	60h
	Gestão e Mídias Sociais	60h
	Gestão de Marcas	30h
	Projeto Experimental II: Execução	90h
	Direito da Comunicação e Legislação Profissional	30h
	Sociologia das Organizações	60h
	Ética em Relações Públicas	30h
	Relações Públicas Internacionais	30h

APÊNDICE A5 – MATRIZ CURRICULAR DE RP DA UNISANTOS (2013)

Período	Disciplina	Carga Horária
1°	Atividades Complementares I	17h
	Comunicação Textual e Oralidade I	34h
	Criatividade e Inovação I	34h
	Estudos Socioculturais I	34h
	Identidade Visual e Produção I	68h
	Introdução às Relações Públicas I	34h
	Problemas do Homem Contemporâneo I	34h
	Psicologia da Comunicação I	34h
	Técnicas e Projetos de Comunicação Dirigida I	34h
	Teoria da Comunicação I	34h

Período	Disciplina	Carga Horária
2°	Atividades Complementares II	34h
	Comunicação Textual e Oralidade II	34h
	Criatividade e Inovação II	34h
	Estudos Socioculturais II	34h
	Identidade Visual e Produção II	68h
	Introdução às Relações Públicas II	34h
	Problemas do Homem Contemporâneo II	34h
	Psicologia da Comunicação II	34h
	Técnicas e Projetos de Comunicação Dirigida II	34h
	Teoria da Comunicação II	34h

Período	Disciplina	Carga Horária
3°	Atividades Complementares III	34h
	Comunicação Institucional I	34h
	Comunicação Textual e Oralidade III	34h
	Ética na Comunicação I	34h
	Filosofia I	34h
	Marketing em Relações Públicas I	34h
	Mídias Digitais I	34h
	Planejamento e Organização de Eventos I	34h
	Planejamento Organizacional e Estratégico de Relações Públicas I	34h
	Relações Públicas Comunitárias, Responsabilidade Social e Terceiro Setor I	34h
	Teoria da Comunicação III	34h

Período	Disciplina	Carga Horária
4°	Atividades Complementares IV	34h
	Comunicação Institucional II	34h
	Comunicação Textual e Oralidade IV	34h
	Ética na Comunicação II	34h
	Filosofia II	34h
	Marketing em Relações Públicas II	34h
	Mídias Digitais II	34h
	Planejamento e Organização de Eventos II	34h
	Planejamento Organizacional e Estratégico de Relações Públicas II	34h
	Relações Públicas Comunitárias, Responsabilidade Social e Terceiro Setor II	34h
	Teoria da Comunicação IV	34h

Período	Disciplina	Carga Horária
5°	Atividades Complementares V	34h
	Cerimonial, Protocolo e Etiqueta Empresarial I	34h
	Cultura e Comunicação Institucionais Comparadas I	34h
	Empreendedorismo e Mercado I	34h
	Gestão da Comunicação I	34h
	Imagem e Fotografia Institucional I	34h
	Metodologia da Pesquisa I	34h
	Pesquisa de Opinião Pública e Mercado I	34h
	Produção Gráfica I	34h
	Projeto Laboratorial I	102h
	Relações Públicas Governamentais I	34h

Período	Disciplina	Carga Horária
6°	Atividades Complementares VI	34h
	Cerimonial, Protocolo e Etiqueta Empresarial II	34h
	Cultura e Comunicação Institucionais Comparadas II	34h
	Empreendedorismo e Mercado II	34h
	Gestão da Comunicação II	34h
	Imagem e Fotografia Institucional II	34h
	Metodologia da Pesquisa II	34h
	Pesquisa de Opinião Pública e Mercado II	34h
	Produção Gráfica II	34h
	Projeto Laboratorial II	102h
	Relações Públicas Governamentais II	34h

Período	Disciplina	Carga Horária
7°	Administração e Orçamento I	34h
	Atividades Complementares VII	34h
	Contexto e Práticas de Relações Públicas	85h
	Produção Laboratorial Institucional – Comunicação Visual I	42h
	Produção Laboratorial Institucional – Rádio, TV e Cinema I	42h
	Relações Públicas Internacionais	34h
	Relações Públicas Pessoais	34h
	Teoria e Metodologia da Pesquisa em Relações Públicas I	68h
	Trabalho de Conclusão de Curso I	84h

Período	Disciplina	Carga Horária
8°	Administração e Orçamento II	34h
	Produção Laboratorial Institucional – Comunicação Visual II	46h
	Produção Laboratorial Institucional – Mídias Digitais	46h
	Produção Laboratorial Institucional – Rádio, TV e Cinema II	46h
	Teoria e Metodologia da Pesquisa em Relações Públicas II	102h
	Trabalho de Conclusão de Curso II	146h

APÊNDICE A6 – MATRIZ CURRICULAR DE RP DA UNISANTOS (2016)

Período	Disciplina	Carga Horária
1°	Atividades Complementares I	40h
	Criatividade e Sustentabilidade I	34h
	Estudos Socioculturais I	34h
	Identidade Visual e Produção I	68h
	Introdução às Relações Públicas I	34h
	Leitura e Produção Textual I	34h
	Marketing I	34h
	Problemas do Homem Contemporâneo I	34h
	Psicologia I	34h
	Técnicas e Projetos de Comunicação Dirigida I	34h
	Teoria da Comunicação I	34h
	Teoria da Opinião Pública I	34h

Período	Disciplina	Carga Horária
2°	Atividades Complementares II	40h
	Criatividade e Sustentabilidade II	34h
	Disciplina Eletiva I	34h
	Estudos Socioculturais II	34h
	Identidade Visual e Produção II	34h
	Introdução às Relações Públicas II	34h
	Leitura e Produção Textual II	34h
	Marketing II	34h
	Problemas do Homem Contemporâneo II	34h
	Psicologia II	34h
	Técnicas e Projetos de Comunicação Dirigida II	34h
	Teoria da Comunicação II	34h
	Teoria da Opinião Pública II	34h

Período	Disciplina	Carga Horária
3°	Atividades Complementares III	40h
	Comunicação Institucional I	34h
	Ética e Direito na Comunicação I	34h
	Filosofia I	34h
	História dos Bens Culturais I	34h
	Marketing e Relações Públicas I	34h
	Mídias Digitais I	34h
	Planejamento e Organização de Eventos I	34h
	Planejamento Organizacional e Estratégico de Relações Públicas I	34h
	Realidade Socioeconômica Brasileira	34h
	Redação e Comunicação I	34h
	Relações Públicas Comunitárias, Responsabilidade Social e Terceiro Setor I	34h
	Semiótica da Cultura I	34h

Período	Disciplina	Carga Horária
4°	Atividades Complementares IV	40h
	Comunicação Institucional II	34h
	Disciplina Eletiva II	34h
	Ética e Direito na Comunicação II	34h
	Filosofia II	34h
	História dos Bens Culturais II	34h
	Marketing e Relações Públicas II	34h
	Mídias Digitais II	34h
	Planejamento e Organização de Eventos II	34h
	Planejamento Organizacional e Estratégico de Relações Públicas II	34h
	Redação e Comunicação II	34h
	Relações Públicas Comunitárias, Responsabilidade Social e Terceiro Setor II	34h
	Semiótica da Cultura II	34h

Período	Disciplina	Carga Horária
5°	Administração e Cultura Institucionais I	34h
	Atividades Complementares V	40h
	Cerimonial, Protocolo e Etiqueta Empresarial I	34h
	Empreendedorismo e Mercado I	34h
	Gestão da Comunicação Organizacional I	34h
	Imagem e Fotografia Institucional I	34h
	Metodologia da Pesquisa	34h
	Pesquisa de Opinião Pública e Mercado I	34h
	Produção Gráfica I	34h
	Projeto Laboratorial I	104h
	Relações Públicas Governamentais I	34h
	Teoria Política I	34h

Período	Disciplina	Carga Horária
6°	Administração e Cultura Institucionais II	34h
	Atividades Complementares VI	40h
	Cerimonial, Protocolo e Etiqueta Empresarial II	34h
	Empreendedorismo e Mercado II	34h
	Estágio Curricular Supervisionado I	120h
	Estratégias de Relacionamento com a Mídia	38h
	Gestão da Comunicação Organizacional II	34h
	Imagem e Fotografia Institucional II	68h
	Pesquisa de Opinião Pública e Mercado II	34h
	Produção Gráfica II	34h
	Projeto Laboratorial II	34h
	Relações Públicas Governamentais II	34h
	Teoria e Metodologia da Pesquisa em Relações Públicas I	68h
	Teoria Política II	34h

Período	Disciplina	Carga Horária
7°	Estágio Curricular Supervisionado II	120h
	Estatística e Orçamento I	34h
	Gestão de Crises e Ouvidoria I	34h
	Memória Institucional e Responsabilidade Histórica I	34h
	Produção Laboratorial Institucional – Comunicação Visual I	44h
	Produção Laboratorial Institucional – Mídias Digitais I	44h
	Produção Laboratorial Institucional – Rádio, TV e Cinema I	52h
	Relações Públicas Internacionais I	34h
	Relações Públicas Pessoais I	34h
	Teoria e Metodologia da Pesquisa em Relações Públicas II	68h
	Trabalho de Conclusão de Curso I	101h

Período	Disciplina	Carga Horária
8°	Estatística e Orçamento II	34h
	Gestão de Crises e Ouvidoria II	34h
	Memória Institucional e Responsabilidade Histórica II	34h
	Produção Laboratorial Institucional – Comunicação Visual II	39h
	Produção Laboratorial Institucional – Mídias Digitais II	39h
	Produção Laboratorial Institucional – Rádio, TV e Cinema II	36h
	Relações Públicas Internacionais II	34h
	Relações Públicas Pessoais II	34h
	Teoria e Metodologia da Pesquisa em Relações Públicas III	34h
	Trabalho de Conclusão de Curso II	80h

Período	Disciplina	Carga Horária
-	Libras (Optativa)	34h

APÊNDICE A7 – MATRIZ CURRICULAR DE RP DA PUC MINAS (2013)

Período	Disciplina	Carga Horária
1°	Circuitos Artísticos Culturais	– *
	Filosofia: Razão e Modernidade	–
	Introdução aos Estudos da Comunicação	–
	Introdução às Ciências Sociais	–
	Introdução às Relações Públicas	–
	Oficina de Leitura e Escrita	–
	Seminário I – Relações Públicas	–

Período	Disciplina	Carga Horária
2°	Antropologia e Comunicação	–
	Comunicação e Literatura	–
	Filosofia: Antropologia e Ética	–
	História Contemporânea	–
	Política de Comunicação Organizacional	–
	Seminário II	–
	Teorias e Técnicas do Jornalismo	–

Período	Disciplina	Carga Horária
3°	Administração e Relações Públicas	–
	Cultura Religiosa: Fenômeno Religioso	–
	Política e Comunicação	–
	Produção Gráfica em Relações Públicas	–
	Seminário III	–
	Teoria e Técnicas de Publicidade	–
	Teorias da Comunicação	–

Período	Disciplina	Carga Horária
4°	Cultura Religiosa: Pessoa e Sociedade	–
	Economia	–
	Fotografia	–
	Hipermídia e Cibercultura	–
	Planejamento de Comunicação	–
	Seminário IV	–
	Tecnologias na Comunicação Organizacional	–

Período	Disciplina	Carga Horária
5°	Cinema e Vídeo	–
	Marketing e Relações Públicas	–
	Produção e Organização de Eventos	–
	Psicologia Organizacional	–
	Semiótica	–
	Teoria e Pesquisa em Comunicação	–

Período	Disciplina	Carga Horária
6°	Gestão de Negócios	–
	Projeto Experimental I	–
	Relações Públicas e Organização Social	–
	Teoria da Opinião Pública	–
	Teorias da Imagem	–
	Teorias Sociais Contemporâneas	–

Período	Disciplina	Carga Horária
7°	Comunicação e Conjuntura Internacional	–
	Ética em Relações Públicas	–
	Formação do Brasil Contemporâneo	–
	Projeto Experimental II	–
	Vídeo Organizacional	–

Período	Disciplina	Carga Horária
8°	Cultura Organizacional	–
	Projeto Experimental III	–
	Relações Públicas e Produção Cultural	–

* O *site* oficial da PUC Minas não divulga a carga horária de cada disciplina.

APÊNDICE A8 – MATRIZ CURRICULAR DE RP DA PUC MINAS (2016)

Período	Disciplina	Carga Horária
1°	Circuitos Artísticos Culturais em Relações Públicas	138h
	Comunicação e Literatura	68h
	Filosofia: Razão e Modernidade	68h
	Introdução aos Estudos da Comunicação	68h
	Introdução às Ciências Sociais	68h
	Introdução às Relações Públicas	68h
	Seminário I	34h

Período	Disciplina	Carga Horária
2°	Cinema	68h
	Comunicação nas Organizações Públicas e Privadas	68h
	Filosofia: Antropologia e Ética	68h
	História Contemporânea	68h
	Jornalismo e Relacionamento com a Mídia	34h
	Oficina de Leitura e Escrita	68h
	Seminário II	34h

Período	Disciplina	Carga Horária
3°	Administração e Relações Públicas	68h
	Cibercultura e Comunicação em Rede	68h
	Cultura Religiosa: Fenômeno Religioso	68h
	Planejamento Gráfico	68h
	Publicidade e Propaganda na Comunicação Organizacional	34h
	Seminário III	34h
	Teorias da Comunicação	68h

Período	Disciplina	Carga Horária
4°	Antropologia e Comunicação	68h
	Cultura Religiosa: Pessoa e Sociedade	34h
	Economia	68h
	Estratégia e Planejamento da Comunicação	68h
	Fotografia	68h
	Produção para Meios Digitais	68h
	Seminário IV	34h

Período	Disciplina	Carga Horária
5°	Marketing e Relações Públicas	68h
	Produção Audiovisual	153
	Produção e Organização de Eventos	68h
	Psicologia Organizacional	68h
	Semiótica	68h
	Teoria e Pesquisa em Comunicação	68h

Período	Disciplina	Carga Horária
6°	Cultura e Poder nas Organizações	68h
	Política e Comunicação	68h
	Relações Públicas e Organização Social	102h
	Teoria e Pesquisa da Opinião Pública	68h
	Teorias Sociais Contemporâneas	68h
	Trabalho de Conclusão de Curso I	68h

Período	Disciplina	Carga Horária
7°	Comunicação e Conjuntura Internacional	68h
	Comunicação, Arte e Criatividade	49h
	Ética em Relações Públicas	68h
	Gestão de Negócios	68h
	Teorias de Imagens	68h
	Trabalho de Conclusão de Curso II	34h

Período	Disciplina	Carga Horária
8°	Estágio Supervisionado	240h
	Formação do Brasil Contemporâneo	68h
	Relações Públicas e Comunicação Pública	68h
	Relações Públicas e Produção Cultural	106h
	Tópicos Avançados de Relações Públicas	68h
	Trabalho de Conclusão de Curso III	78h

APÊNDICE A9 – MATRIZ CURRICULAR DE RP DA USC (2013)

Período	Disciplina	Carga Horária
1°	Comunicação e Expressão	72h
	Informática em Comunicação Social	72h
	Introdução às Relações Públicas	72h
	Legislação e Ética em Comunicação	72h
	Realidade Socioeconômica e Política Brasileira	72h

Período	Disciplina	Carga Horária
2°	Análise do Discurso	72h
	Estágio I	30h
	Ética e Cultura Religiosa	72h
	Informática em RP: Produção Gráfica	72h
	Métodos e Técnicas da Pesquisa	72h
	Pesquisa de Prática em Relações Públicas I	18h
	Relações Públicas e Comunicação Empresarial	54h

Período	Disciplina	Carga Horária
3°	Estágio II	30h
	Fundamentos de Estatística	36h
	Introdução à Fotografia	72h
	Pesquisa de Prática em Relações Públicas II	18h
	Psicologia Organizacional	54h
	Redação Empresarial em Relações Públicas	36h
	Sociologia da Responsabilidade Social	72h
	Teorias da Comunicação	72h

Período	Disciplina	Carga Horária
4°	Comportamento do Consumidor	72h
	Eletiva I	72h
	Estágio III	30h
	Organização de Eventos	72h
	Pesquisa de Prática em Relações Públicas III	18h
	Princípios de Marketing	72h
	Teoria e Pesquisa de Opinião Pública – Quantitativa	54h

Período	Disciplina	Carga Horária
5°	Eletiva II	72h
	Estágio IV	30h
	Introdução ao Planejamento em Relações Públicas	72h
	Laboratório Radiofônico	72h
	Pesquisa de Prática em Relações Públicas IV	18h
	Redação Jornalística em Relações Públicas	54h
	Teoria e Pesquisa de Opinião Pública – Qualitativa	72h

Período	Disciplina	Carga Horária
6°	Assessoria em Relações Públicas	54h
	Comunicação Comparada	36h
	Eletiva III	72h
	Estágio V	30h
	Pesquisa de Prática em Relações Públicas V	18h
	Planejamento em Relações Públicas – Campanhas	72h
	Projetos de Pesquisa em Relações Públicas	72h

Período	Disciplina	Carga Horária
7°	Agência Experimental em Relações Públicas	54h
	Atividades Acadêmicas – Científico - Culturais	144h
	Empreendedorismo	72h
	Estágio VI	30h
	Laboratório Televisivo	72h
	Pesquisa de Prática em Relações Públicas VI	18h
	Trabalho de Conclusão de Curso	36h

Período	Disciplina	Carga Horária
_	Libras*	36h

*A disciplina LIBRAS, nos termos da Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, e Decreto N.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei 10.436/2002 e artigo 18 de Lei 10.098/2000, é oferecida no último semestre letivo do Curso, como componente curricular optativo para o aluno. A disciplina tem, no âmbito dos cursos da Universidade, uma carga horária mínima de 36 horas.

APÊNDICE A10 – MATRIZ CURRICULAR DE RP DA USC (2016)

Período	Disciplina	Carga Horária
1°	Comunicação e Expressão	72h
	Fundamentos Teóricos da Comunicação	72h
	Introdução às Relações Públicas	72h
	Legislação em Comunicação	72h
	Tecnologias da Informação e da Comunicação	72h

Período	Disciplina	Carga Horária
2°	Antropologia Cultural	72h
	Métodos e Técnicas da Pesquisa	72h
	Produção Gráfica em Relações Públicas	72h
	Relações Públicas e Comunicação Corporativa	72h
	Teorias da Comunicação	72h

Período	Disciplina	Carga Horária
3°	Comunicação Integrada	72h
	Estatística	72h
	Ética e Cultura Religiosa	72h
	Fotografia em Relações Públicas	72h
	Psicologia Social	72h

Período	Disciplina	Carga Horária
4°	Eletiva I	72h
	Gestão da Imagem e Crises Institucionais	72h
	Planejamento em Relações Públicas: Diagnóstico e Prática	72h
	Princípios de Marketing	72h
	Produção Textual em Relações Públicas	72h

Período	Disciplina	Carga Horária
5°	Comportamento do Consumidor	72h
	Eletiva II	72h
	Pesquisa de Opinião em Relações Públicas – Quantitativa	72h
	Relações Públicas Comunitárias e Terceiro Setor	72h
	Sociologia da Responsabilidade Social	72h

Período	Disciplina	Carga Horária
6°	Cerimonial e Protocolo	36h
	Eletiva III	72h
	Estágio I	100h
	Organização e Gestão de Eventos	72h
	Pesquisa de Prática em Relações Públicas I	36h
	Pesquisa de Opinião em Relações Públicas – Qualitativa	72h
	Sociologia da Comunicação	72h

Período	Disciplina	Carga Horária
7°	**Comunicação Digital e as Novas Mídias**	36h
	Empreendedorismo	72h
	Estágio II	100h
	Estética e Semiótica	72h
	Libras	36h
	Pesquisa de Prática em Relações Públicas II	36h
	TCC: Projeto de Pesquisa em Relações Públicas	72h

Período	Disciplina	Carga Horária
8°	Assessoria em Projetos Institucionais	72h
	Atividades Acadêmicas Científico Culturais	222h
	Comunicação e Política	36h
	Ética Profissional em Relações Públicas	36h
	Laboratório de Rádio e TV	72h
	TCC: Orientação	78h

APÊNDICE A11 – MATRIZ CURRICULAR DE RP DA UAM (2013)

Período	Disciplina	Carga Horária
1°	Teorias e Técnicas de Relações Públicas I	60h
	Comunicação e Expressão	80h
	Arte e Cultura	60h
	Comunicação Visual	60h
	Planejamento em RP I – Mídia Impressa	80h

Período	Disciplina	Carga Horária
2°	Geopolítica Internacional	60h
	Linguagem Audiovisual	60h
	Metodologia: Ciências e Normas Técnicas	80h
	Teorias e Técnicas de Relações Públicas II	60h
	Planejamento em RP II – Mídia Audiovisual	80h

Período	Disciplina	Carga Horária
3°	Antropologia e Cultura Brasileira	80h
	Estrutura de Linguagem em Relações Públicas	60h
	Pesquisa de Opinião Pública	60h
	Ética e Bases Humanas	60h
	Planejamento em RP III – Hipermídia	80h

Período	Disciplina	Carga Horária
4°	Assessoria de Imprensa	60h
	Estudos Fotográficos – Estatística e Movimento	80h
	Optativa I	80h
	Planejamento em RP IV – Comunicação Mercadológica	80h
	Desenvolvimento Humano e Social	80h

Período	Disciplina	Carga Horária
5°	Processos Psicológicos Básicos em Relações Públicas	60h
	Empreendedorismo e Sustentabilidade	80h
	Optativa II	80h
	Gestão de Eventos	80h
	Planejamento em RP V – Comunicação Interna	80h

Período	Disciplina	Carga Horária
6°	Oficina de Criatividade e Inovação	60h
	Administração de Conflitos	60h
	Governança Corporativa	60h
	Planejamento em RP VI – Comunicação Institucional	80h

Período	Disciplina	Carga Horária
7°	Tópicos Avançados em Técnicas de RP	80h
	Técnicas de Apresentações Pessoais e Empresariais	80h
	Comportamento, Cerimonial, Protocolo e Etiqueta	80h
	Pesquisa e Projeto Transdisciplinar	80h

Período	Disciplina	Carga Horária
8°	Gestão de Marketing	80h
	Relações Internacionais Contemporâneas	80h
	Inteligência Competitiva/Branding	80h
	Atividades Complementares	240h
	Estágio Curricular	160h
	Projeto e Produção Transdisciplinar	80h

APÊNDICE A12 – MATRIZ CURRICULAR DE RP DA UAM (2016)

Período	Disciplina	Carga Horária
1°	Comunicação	80h
	Estrutura de Texto para Pesquisa Temática	40h
	Linguagem Visual	80h
	Planejamento em Relações Públicas I	80h
	Projeto Integrado I: Relações Públicas	40h
	Teorias e Técnicas de Relações Públicas I	80h

Período	Disciplina	Carga Horária
2°	Estrutura de Texto para Audiovisual	40h
	Ética e Legislação em Relações Públicas	80h
	Linguagem Audiovisual	80h
	Metodologia Científica	80h
	Planejamento em Relações Públicas II	80h
	Projeto Integrado II: Relações Públicas	40h
	Teorias e Técnicas de Relações Públicas II	80h

Período	Disciplina	Carga Horária
3°	Antropologia e Cultura Brasileira	80h
	Estrutura de Texto para Mídia Digital	40h
	Pesquisa em Comunicação	80h
	Planejamento em Relações Públicas III	80h
	Projeto Integrado III: Relações Públicas	40h
	Teorias da Comunicação	80h

Período	Disciplina	Carga Horária
4°	Desenvolvimento Humano e Social	80h
	Estrutura de Texto para Comunicação Mercadológica	40h
	Estudos Fotográficos	80h
	História Social da Mídia	80h
	Planejamento em Relações Públicas IV	80h
	Projeto Integrado IV: Relações Públicas	40h
	Relacionamento com Imprensa	80h

Período	Disciplina	Carga Horária
5°	Arte, Estética e Comunicação	40h
	Desafios Contemporâneos	80h
	Gestão de Eventos	80h
	Optativa I	40h
	Pesquisa em Cultura Organizacional	40h
	Planejamento em Relações Públicas V	80h
	Projeto Integrado V: Relações Públicas	40h

Período	Disciplina	Carga Horária
6°	Administração de Conflitos	80h
	Comportamento, Cerimonial, Protocolo e Etiqueta	80h
	Estrutura de Texto para Comunicação Institucional	40h
	Governança Corporativa	80h
	Planejamento em Relações Públicas VI	80h
	Projeto Integrado VI: Relações Públicas	40h

Período	Disciplina	Carga Horária
7°	Optativa II	80h
	Projeto Integrado VII: Relações Públicas	40h
	Técnicas de Apresentações Pessoais e Empresariais	80h
	Tópicos Avançados em Relações Públicas	80h
	Trabalho de Conclusão de Curso I: Relações Públicas	80h

Período	Disciplina	Carga Horária
8°	Atividade Complementar – RELP (Relações Públicas)	200h
	Estágio Supervisionado: Relações Públicas	200h
	Gestão da Identidade Corporativa	80h
	Produção em Multimeios	80h
	Relações Internacionais Contemporâneas	80h
	Trabalho de Conclusão de Curso II: Relações Públicas	100h

APÊNDICE A13 – MATRIZ CURRICULAR DE RP DA USP (2013)

Período	Disciplina	Carga Horária
1°	Fundamentos de Sociologia Geral e da Comunicação	60h
	Comunicação, Culturas e Diversidades Étnico-Sociais	60h
	Linguagem Verbal nos Meios de Comunicação I	120h
	Teorias das Organizações Aplicadas à Comunicação	90h
	Teoria e História das Relações Públicas	90h

Período	Disciplina	Carga Horária
2°	Teoria da Comunicação	120h
	Linguagem Verbal nos Meios de Comunicação II	120h
	Comunicação Organizacional	90h
	Identidade Corporativa e Cultura Organizacional	90h
	Técnicas e Instrumentos de Comunicação Dirigida em Relações Públicas	60h

Período	Disciplina	Carga Horária
3°	Filosofia da Comunicação	60h
	Linguagem Verbal nos Meios de Comunicação III	60h
	Planejamento de Relações Públicas	90h
	Estratégias de Relacionamento com a Mídia	60h
	Noções de Estatística	60h

Período	Disciplina	Carga Horária
4°	Comunicação, Subjetividade e Representações	120h
	Marketing	90h
	Comunicação Digital e as Novas Mídias	90h
	Relações Públicas Comunitárias e Terceiro Setor	60h
	Comunicação Visual nas Organizações	90h

Período	Disciplina	Carga Horária
5°	Teoria e Método de Pesquisa em Comunicação	60h
	Teoria da Opinião Pública	90h
	Produção de Periódicos Institucionais no Contexto das Novas Mídias, do Novo Social, e das Empresas e Instituições	90h
	Ciência Política	60h

Período	Disciplina	Carga Horária
6°	Empreendedorismo e Assessoria de Relações Públicas	60h
	Pesquisa de Opinião Pública	90h
	Produção Audiovisual no Contexto das Novas Mídias, do Novo Social, e das Empresas e Instituições	90h
	Ética e Legislação em Comunicação Social e Relações Públicas	60h

Período	Disciplina	Carga Horária
7°	Relações Públicas Internacionais	30h
	Comunicação Pública	90h
	Gestão Estratégica de Projetos de Relações Públicas	120h

Período	Disciplina	Carga Horária
8°	Projeto Experimental de Relações Públicas	270h
	Trabalho de Conclusão de Curso	90h

Disciplinas Optativas Livres		
Período	**Disciplina**	**Carga Horária**
1°	Ecologia e Comunicação Mercadológica	60h
	Comunicação Interativa e o Texto Eletrônico-digital	60h
2°	**Comunicação Digital**	150h
	Memória Institucional e Responsabilidade Histórica	90h
3°	**Aspectos Teóricos da Comunicação Digital**	60h
7°	**Teoria da Opinião Pública em Contextos Digitais**	60h

APÊNDICE A14 – MATRIZ CURRICULAR DE RP DA USP (2016)

Período	Disciplina	Carga Horária
1°	Fundamentos de Sociologia Geral e da Comunicação	60h
	Comunicação, Culturas e Diversidades Étnico-Sociais	60h
	Linguagem Verbal nos Meios de Comunicação I	120h
	Teorias das Organizações Aplicadas à Comunicação	90h
	Teoria e História das Relações Públicas	90h

Período	Disciplina	Carga Horária
2°	Teoria da Comunicação	120h
	Linguagem Verbal nos Meios de Comunicação II	120h
	Comunicação Organizacional	90h
	Identidade Corporativa e Cultura Organizacional	90h
	Técnicas e Instrumentos de Comunicação Dirigida em Relações Públicas	60h

Período	Disciplina	Carga Horária
3°	Filosofia da Comunicação	60h
	Linguagem Verbal nos Meios de Comunicação III	60h
	Planejamento de Relações Públicas	90h
	Estratégias de Relacionamento com a Mídia	60h
	Noções de Estatística	60h

Período	Disciplina	Carga Horária
4°	Comunicação, Subjetividade e Representações	120h
	Marketing	90h
	Comunicação Digital e as Novas Mídias	90h
	Relações Públicas Comunitárias e Terceiro Setor	60h
	Comunicação Visual nas Organizações	90h

Período	Disciplina	Carga Horária
5°	Teoria e Método de Pesquisa em Comunicação	60h
	Teoria da Opinião Pública	90h
	Produção de Periódicos Institucionais no Contexto das Novas Mídias, do Novo Social, e das Empresas e Instituições	90h
	Comunicação Pública	90h
	Ciência Política	60h

Período	Disciplina	Carga Horária
6°	Pesquisa de Opinião Pública	90h
	Produção Audiovisual no Contexto das Novas Mídias, do Novo Social, e das Empresas e Instituições	90h
	Ética e Legislação em Comunicação Social e Relações Públicas	60h
	Gestão Estratégica de Projetos de Relações Públicas	120h

Período	Disciplina	Carga Horária
7°	Empreendedorismo e Assessoria de Relações Públicas	60h
	Relações Públicas Internacionais	30h

Período	Disciplina	Carga Horária
8°	Projeto Experimental de Relações Públicas	270h
	Trabalho de Conclusão de Curso	90h

Disciplinas Optativas Livres		
Período	**Disciplina**	**Carga Horária**
1°	Ecologia e Comunicação Mercadológica	60h
	Comunicação Interativa e o Texto Eletrônico-digital	60h
2°	**Comunicação Digital**	150h
	Memória Institucional e Responsabilidade Histórica	90h
3°	**Aspectos Teóricos da Comunicação Digital**	60h
7°	**Teoria da Opinião Pública em Contextos Digitais**	60h

APÊNDICE A15 – MATRIZ CURRICULAR DE RP DA UFRGS (2013)

Período	Disciplina	Carga Horária
1°	Teorias da Imagem	30h
	Técnicas de Pesquisa em Relações Públicas	30h
	Teoria e Prática das Relações Públicas	60h
	Administração em Relações Públicas	30h
	Ética, Legislação e Atuação Profissional	60h
	Comunicação, História e Sociedade	60h

Período	Disciplina	Carga Horária
2°	Introdução à Fotografia	60h
	Mídia Impressa	30h
	Cultura e Poder nas Organizações	30h
	Planejamento Visual	30h
	Mídias Audiovisuais	60h

Período	Disciplina	Carga Horária
3°	Comunicação e Cidadania	30h
	Comunicação na Web	30h
	Teorias da Comunicação	60h
	Análise e Produção Textual	120h
	Opinião Pública	60h
	Pesquisa Institucional I	30h

Período	Disciplina	Carga Horária
4°	**Cibercultura**	60h
	Planejamento e Administração em Comunicação	30h
	Ética Profissional em Relações Públicas	30h
	Gestão Cultural	60h
	Gestão em Relações Públicas	30h
	Pesquisa Institucional II	30h

Período	Disciplina	Carga Horária
5°	Comunicação e Política	30h
	Teorias da Representação	30h
	Agência de Comunicação I	60h
	Gestão Mercadológica	60h
	Identidade e Imagem Institucional	60h
	Filosofia, Linguagem e Comunicação	60h

Período	Disciplina	Carga Horária
6°	Metodologias de Pesquisa em Comunicação	60h
	Agência de Comunicação II	60h
	Assessoria de Comunicação e Sociedade	30h
	Assessoria de Comunicação Organizacional	60h
	Assessoria de Comunicação Política	30h

Período	Disciplina	Carga Horária
7°	Estudos Críticos da Comunicação	30h
	Agência de Comunicação III	60h
	Análise e Avaliação de Resultados em Comunicação	60h
	Seminário Avançado em Relações Públicas	60h

Período	Disciplina	Carga Horária
8°	Trabalho de Conclusão de Curso – Habilitação: Relações Públicas	120h

Optativas		
Período	**Atividades Optativas**	**Carga Horária**
-	Introdução à Administração	60h
	Psicologia Aplicada à Administração	60h
	Computação Gráfica I	60h
	Processos de Produção Gráfica	30h
	Laboratório de Arte e Telemática	120h
	História da Música	45h
	História da Música II	45h

-	Estética da Música	30h
	Sistemas de Produção Multimídia	60h
	Design de Interface	60h
	Práticas Fotográficas Aplicadas ao Design	45h
	Museologia e Turismo Cultural	30h
	Comunicação em Museus	45h
	Comunicação e Educação Ambiental – “A”	30h
	Museu e Imagem	30h
	Teoria e Prática da Comunicação Publicitária	60h
	Estudos do Consumo	30h
	Projeto Gráfico	60h
	Estratégias de Marketing em Comunicação	30h
	Administração de Contas e Gestão de Negócios	60h
	Produção Audiovisual	60h
	Laboratório de Design Gráfico	60h
	Comunicação e Semiótica	30h
	Economia Política da Comunicação	30h
	Laboratório de Comunicação Integrada	60h
	Laboratório de Comunicação Socioambiental	60h
	Laboratório de Fotografia I	60h
	Laboratório de Fotografia II	60h
	Laboratório de Mídia Impressa	60h
	Laboratório de Mídia Sonora	60h
	Laboratório de Negociação	60h
-	Laboratório de Projetos Audiovisuais	60h
	Laboratório de Rádio	60h
	Laboratório de Televisão	60h
	Laboratório de Texto II	60h
	Laboratório de Web	60h
	Produção Editorial	30h
	Seminário de Cinema	30h
	Seminário de Fotografia e Comunicação	30h
	Laboratório de Pesquisa Empírica	60h
	Cerimonial e Protocolo	30h
	Laboratório de Comunicação e Imaginário	60h
	Seminário Inclusão, Acessibilidade e Comunicação	30h
	Seminário Imaginário e Comunicação	30h
	Laboratório de Estágio de Relações Públicas	120h

-	Seminário de Meio Ambiente e Comunicação	30h
	Filosofia, Linguagem e Comunicação	60h
	Gestão do Conhecimento e Aprendizagem Organizacional	60h
	Seminário de Audiovisual	30h
	Seminário de Imagem e Comunicação	30h
	Seminário de Comunicação, Gênero e Sexualidade	30h
	Teoria da Comunicação de Massa	60h
	Sistemas de Comunicação de Massa	30h
	Seminário de Arte e Comunicação	30h
	Seminário de Cultura e Comunicação	30h
	Seminário de Economia e Comunicação	30h
	Seminário de Administração e Comunicação	30h
	Seminário de História e Comunicação	30h
	Seminário de Filosofia e Comunicação	30h
	Seminário de Informática e Comunicação	30h
	Seminário de Psicologia e Comunicação	30h
	Seminário de Literatura e Comunicação	30h
	Seminário de Educação e Comunicação	30h
	Seminário de Tecnologia e Comunicação	30h
	Seminário de Saúde e Comunicação	30h
	Seminário de Direito e Comunicação	30h
	Seminário de Arquitetura e Comunicação	30h
-	Laboratório de Pesquisa	60h
	Laboratório de Planejamento	60h
	Laboratório de Comunicação Visual	60h
	Laboratório de Texto I	60h
	Merchandising	30h
	Linguagem Cinematográfica	60h
	Projeto de Vídeo	60h
	Tipografia	30h
	Promoção de Vendas	30h
	Políticas de Comunicação	30h
	Linguagem Gráfica em Computador	60h
	História do Cinema	60h
	Cinema Brasileiro	30h
	Fundamentos de Editoração	30h
	Propaganda Política	30h
	Jornalismo Empresarial	30h

	Programação Visual	30h
	Relações Públicas em Empresas de Comunicação	30h
	História dos Meios de Comunicação	30h
	Laboratório de Criação	60h
	Cinema e Literatura	60h
	Roteiro Cinematográfico	60h
	Introdução à Computação Gráfica	30h
-	Conhecimento e Sociedade	60h
	Informação e Memória Social	45h
	Metodologia da Pesquisa Bibliográfica	45h
	Introdução: Ecologia	30h
	Política e Teoria do Estado I	60h
	Política e Teoria do Estado II	60h
	Introdução ao Direito do Trabalho	60h
	Epistemologia da Comunicação	45h
	Mídia, Tecnologias Digitais e Educação	45h
	Arte, Cultura Visual e Educação	60h
	Língua Brasileira de Sinais (Libras)	30h
	Organização do Espaço Mundial – “A”	60h
	Geografia Humana e Econômica – “A”	60h
	Filosofia Política	90h
	Estética I – “A”	90h
	Estética II – “A”	60h
-	Lógica I – “A”	90h
	Filosofia da Cultura	60h
	Filosofia da Arte I – “A”	60h
	Metafísica I	90h
	Teoria do Conhecimento I – “A”	90h
	Introdução ao Pensamento Filosófico	60h
	Introdução à História do Brasil	60h
	História Moderna I – “A”	60h
	História Moderna II – “A”	60h
	História Contemporânea I – “A”	60h
	História Contemporânea II – “A”	60h
	História, Mídia e Poder	60h
	Cultura Brasileira	60h
	História Econômica, Política e Social do Brasil I	60h
	História Econômica, Política e Social do Brasil II	60h

-	História Econômica, Política e Social Geral I	60h
	História Econômica, Política e Social Geral II	60h
	Cultura Brasileira II	60h
	Introdução à Sociologia – “A”	60h
	Políticas Públicas - Introdução	60h
	Sociologia I	60h
	Sociologia II	60h
	Antropologia – Introdução	60h
	Antropologia I – Teoria Antropológica	60h
	Introdução à Ciência Política	60h
	Grandes Problemas Internacionais Atuais	60h
	Estudo de Relações Internacionais	30h
	Política III: Instituições Políticas Brasileiras	60h
	Política VI: Política Comparada na América Latina	60h
	Política VIII: Constituição da Opinião Pública nas Democracias Contemporâneas	60h
	Canção Popular Brasileira	60h
	As Ideias Críticas na Literatura Brasileira	60h
	Léxico e Dicionários	30h
	Língua Portuguesa – “B”	60h
	Dramaturgos Portugueses	60h
	Alemão Instrumental I	60h
	Alemão Instrumental II	60h
-	Espanhol Instrumental I	60h
	Espanhol Instrumental II	60h
	Francês Instrumental I	60h
	Francês Instrumental II	60h
	Inglês Instrumental I	60h
	Inglês Instrumental II	60h
	Italiano Instrumental I	60h
	Italiano Instrumental II	60h
	Estudos de Literatura e Cultura Moderna e Contemporânea	60h
	Estudos de Literatura e Cultura Hispânico-Americana	60h
	História das Literaturas	60h
	Seminário de Criação Literária I	60h
	Literatura Comparada	60h
	Seminário de Criação Literária II	60h
	Estatística I	75h
	Estatística II	75h

-	Estatística Básica I	60h
	Diversidade e Desenvolvimento Humano	30h
	Pesquisa e Divulgação da Ciência	30h
	Psicologia Geral	60h
	Psicologia das Relações Humanas	60h
	Psicologia Social I	60h
	Psicologia Social II	45h

APÊNDICE A16 – MATRIZ CURRICULAR DE RP DA UFRGS (2016)

Período	Disciplina	Carga Horária
1°	Teorias da Imagem	30h
	Técnicas de Pesquisa em Relações Públicas	30h
	Teoria e Prática das Relações Públicas	60h
	Administração em Relações Públicas	30h
	Ética, Legislação e Atuação Profissional	60h
	Comunicação, História e Sociedade	60h

Período	Disciplina	Carga Horária
2°	Introdução à Fotografia	60h
	Mídia Impressa	30h
	Cultura e Poder nas Organizações	30h
	Planejamento Visual	30h
	Mídias Audiovisuais	60h

Período	Disciplina	Carga Horária
3°	Comunicação e Cidadania	30h
	Comunicação na Web	30h
	Teorias da Comunicação	60h
	Análise e Produção Textual	120h
	Opinião Pública	60h
	Pesquisa Institucional I	30h

Período	Disciplina	Carga Horária
4°	**Cibercultura**	60h
	Ética Profissional em Relações Públicas	30h
	Gestão Cultural	60h
	Gestão em Relações Públicas	30h
	Pesquisa Institucional II	30h

Período	Disciplina	Carga Horária
5°	Comunicação e Política	30h
	Agência de Comunicação I	60h
	Gestão Mercadológica	60h
	Identidade e Imagem Institucional	60h
	Filosofia, Linguagem e Comunicação	60h

Período	Disciplina	Carga Horária
6°	Metodologias de Pesquisa em Comunicação	60h
	Agência de Comunicação II	60h
	Assessoria de Comunicação e Sociedade	30h
	Assessoria de Comunicação Organizacional	60h
	Assessoria de Comunicação Política	30h

Período	Disciplina	Carga Horária
7°	Estudos Críticos da Comunicação	30h
	Agência de Comunicação III	60h
	Análise e Avaliação de Resultados em Comunicação	60h
	Seminário Avançado em Relações Públicas	60h

Período	Disciplina	Carga Horária
8°	Trabalho de Conclusão de Curso – Habilitação: Relações Públicas	120h

Optativas		
Período	**Atividades Optativas**	**Carga Horária**
-	Introdução à Administração	60h
	Psicologia Aplicada à Administração	60h
	Computação Gráfica I	60h
	Processos de Produção Gráfica	45h
	Laboratório de Arte e Telemática	120h
	Estudos Sistêmicos da Arte	60h
	Arte e Comunicação	60h
	Seminário de Políticas Culturais	60h

-	Arte e Imagem	60h
	Seminário de Arte Contemporânea	60h
	Tópico Especial I	60h
	Tópico Especial II	60h
	Tópico Especial III	60h
	Produção Editorial em Artes	60h
	Seminário de Semiótica	60h
	Seminário de Cinema e Vídeo	60h
	Seminário de Iconologia	60h
	Seminário de História da Arte do Islã e do Mundo Árabe	60h
	Seminário de História da Arte Asiática	60h
	Arte e Percepção Visual	60h
	Arte e Novas Tecnologias	60h
	Arte e Design	60h
	História da Arte Ameríndia	60h
	História da Arte Popular Brasileira	60h
	História da Fotografia	60h
	História do Cinema	60h
	Seminário de Imagem e Texto	60h
	Arte e Literatura	60h
	Arte e Arqueologia	60h
	Seminário de Artes Decorativas	60h
	Arte e Moda	60h
	Arte e Cultura Visual	60h
-	História da Música I	45h
	História da Música II	45h
	Estética da Música	30h
	Estética da Música II	30h
	Sistemas de Produção Multimídia	60h
	Design de Interface	60h
	Práticas Fotográficas Aplicadas ao Design	45h
	Museologia e Turismo Cultural	30h
	Comunicação em Museus	45h
	Comunicação e Educação Ambiental – “A”	30h
	Museu e Imagem	30h
	Teoria e Prática da Comunicação Publicitária	60h
	Estudos do Consumo	30h
	Projeto Gráfico	60h

-	Estratégias de Marketing em Comunicação	30h
	Administração de Contas e Gestão de Negócios	60h
	Produção Audiovisual	60h
	Laboratório de Design Gráfico	60h
	Comunicação e Semiótica	30h
	Economia Política da Comunicação	30h
	Laboratório de Comunicação Integrada	60h
	Laboratório de Comunicação Socioambiental	60h
	Laboratório de Fotografia I	60h
	Laboratório de Fotografia II	60h
	Laboratório de Mídia Impressa	60h
	Laboratório de Mídia Sonora	60h
	Laboratório de Negociação	60h
	Laboratório de Projetos Audiovisuais	60h
	Laboratório de Rádio	60h
	Laboratório de Televisão	60h
	Laboratório de Texto II	60h
	Laboratório de Web	60h
	Produção Editorial	30h
	Seminário de Cinema	30h
	Seminário de Fotografia e Comunicação	30h
	Laboratório de Pesquisa Empírica	60h
	Cerimonial e Protocolo	30h
	Laboratório de Comunicação e Imaginário	60h
-	Seminário Inclusão, Acessibilidade e Comunicação	30h
	Seminário Imaginário e Comunicação	30h
	Laboratório de Estágio de Relações Públicas	120h
	Seminário de Meio Ambiente e Comunicação	30h
	Gestão do Conhecimento e Aprendizagem Organizacional	60h
	Seminário de Audiovisual	30h
	Seminário de Imagem e Comunicação	30h
	Seminário de Comunicação, Gênero e Sexualidade	30h
	Teoria da Comunicação de Massa	60h
	Sistemas de Comunicação de Massa	30h
	Seminário de Arte e Comunicação	30h
	Seminário de Cultura e Comunicação	30h
	Seminário de Economia e Comunicação	30h
	Seminário de Administração e Comunicação	30h

-	Seminário de História e Comunicação	30h
	Seminário de Filosofia e Comunicação	30h
	Seminário de Informática e Comunicação	30h
	Seminário de Psicologia e Comunicação	30h
	Seminário de Literatura e Comunicação	30h
	Seminário de Educação e Comunicação	30h
	Seminário de Tecnologia e Comunicação	30h
	Seminário de Saúde e Comunicação	30h
	Seminário de Direito e Comunicação	30h
	Seminário de Arquitetura e Comunicação	30h
	Laboratório de Pesquisa	60h
	Laboratório de Planejamento	60h
	Laboratório de Comunicação Visual	60h
	Laboratório de Texto I	60h
	Merchandising	30h
	Linguagem Cinematográfica	60h
	Projeto de Vídeo	60h
	Tipografia	30h
	Promoção de Vendas	30h
	Políticas de Comunicação	30h
	Linguagem Gráfica em Computador	60h
-	História do Cinema	60h
	Cinema Brasileiro	30h
	Fundamentos de Editoração	30h
	Propaganda Política	30h
	Jornalismo Empresarial	30h
	Programação Visual	30h
	Relações Públicas em Empresas de Comunicação	30h
	História dos Meios de Comunicação	30h
	Laboratório de Criação	60h
	Cinema e Literatura	60h
	Roteiro Cinematográfico	60h
	Introdução à Computação Gráfica	30h
	História dos Registros Humanos	60h
	Conhecimento e Sociedade	60h
	Informação e Memória Social	60h
	Produção e Gestão Cultural	60h
	Fundamentos da Preservação de Documentos	60h

	Museologia no Mundo Contemporâneo	60h
	Conservação e Preservação de Bens Culturais	60h
	Museologia e Arte	60h
	Cultura e Arte Popular no Brasil	60h
	Gestão do Conhecimento	30h
	Gerenciamento de Documentos Arquivísticos Digitais	60h
	Cultura, Cidadania e Ambiente	60h
-	Metodologia da Pesquisa Bibliográfica	45h
	Marketing em Ambientes de Informação	30h
	Arquivos, Memória e Direitos Humanos	30h
	Introdução: Ecologia	30h
	Política e Teoria do Estado	60h
	Política e Teoria do Estado II	60h
	Introdução ao Direito do Trabalho	60h
	Epistemologia da Comunicação	45h
	Mídia, Tecnologias Digitais e Educação	45h
	Arte, Cultura Visual e Educação	60h
	Língua Brasileira de Sinais (Libras)	60h
	Explorando o Universo: Dos Quarks aos Quasares	30h
	Organização do Espaço Mundial – “A”	60h
	Geografia Humana e Econômica – “A”	60h
	Filosofia Política	90h
	Estética I – “A”	90h
-	Estética II – “A”	60h
	Lógica I – “A”	90h
	Filosofia da Cultura	60h
	Filosofia da Arte I – “A”	60h
	Metafísica I	90h
	Teoria do Conhecimento I – “A”	90h
	Introdução ao Pensamento Filosófico	60h
	Introdução à História do Brasil	60h
	História Moderna I – “A”	60h
	História Moderna II – “A”	60h
	História Contemporânea I – “A”	60h
	História Contemporânea II – “A”	60h
	História, Mídia e Poder	60h
	História do Crime e da Justiça Criminal (Séculos XVIII, XIX e XX)	60h
	Cultura Brasileira	60h

-	História Econômica, Política e Social do Brasil I	60h
	História Econômica, Política e Social do Brasil II	60h
	História Econômica, Política e Social Geral I	60h
	História Econômica, Política e Social Geral II	60h
	Cultura Brasileira II	60h
	Introdução à Sociologia – “A”	60h
	Políticas Públicas - Introdução	60h
	Sociologia I	60h
	Sociologia II	60h
	Antropologia – Introdução	60h
	Antropologia I – Teoria Antropológica	60h
	Introdução à Ciência Política	60h
	Grandes Problemas Internacionais Atuais	60h
	Estudo de Relações Internacionais	30h
	Política III: Instituições Políticas Brasileiras	60h
	Política VI: Política Comparada na América Latina	60h
	Política VIII: Constituição da Opinião Pública nas Democracias Contemporâneas	60h
	Canção Popular Brasileira	60h
	As Ideias Críticas na Literatura Brasileira	60h
	Língua Portuguesa – “B”	60h
	Dramaturgos Portugueses	60h
-	Alemão Instrumental I	60h
	Alemão Instrumental II	60h
	Espanhol Instrumental I	60h
	Espanhol Instrumental II	60h
	Francês Instrumental I	60h
	Francês Instrumental II	60h
	Inglês Instrumental I	60h
	Inglês Instrumental II	60h
	Italiano Instrumental I	60h
	Italiano Instrumental II	60h
	Estudos de Literatura e Cultura Moderna e Contemporânea	60h
	Estudos de Literatura e Cultura Hispânico-Americana	60h
	Teorias da Leitura	30h
	Léxico e Dicionários	30h
	História das Literaturas	60h
	Seminário de Criação Literária I	60h

-	Literatura Comparada	60h
	Seminário de Criação Literária II	60h
	Estatística I	75h
	Estatística II	75h
	Estatística Básica I	60h
	Diversidade e Desenvolvimento Humano	30h
	Pesquisa e Divulgação da Ciência	30h
	Divulgação da Ciência e Educação Continuada	30h
	Desenvolvimento Humano e Inclusão	30h
	Psicologia Geral	60h
	Psicologia e Docência	60h
	Tecnologias e Subjetividade	60h
	Psicologia das Relações Humanas	60h
	Psicologia Social I	60h
	Psicologia Social II	60h
	Sintomas Sociais na Educação Contemporânea	60h
	Educação Terapêutica	30h

APÊNDICE A17 – MATRIZ CURRICULAR DE RP DA UNISINOS (2013)

Currículo 5		
Período	**Disciplina**	**Carga Horária**
1°	Carreiras da Comunicação	60h
	Comunicação e Marketing	60h
	Comunicação Audiovisual	60h
	Fotografia	60h
	Português Para Comunicação I	60h

Período	Disciplina	Carga Horária
2°	Comunicação e Psicologia	60h
	Comunicação e Gestão	60h
	Iniciação ao Conhecimento Científico	60h
	Produção Gráfica	60h
	Português Para Comunicação II	60h

Período	Disciplina	Carga Horária
3°	Redação em Relações Públicas I	60h
	Teorias da Comunicação	60h
	Administração e Análise de Resultados em Comunicação	60h
	Comunicação Dirigida	60h
	Estatística Aplicada à Comunicação	60h

Período	Disciplina	Carga Horária
4°	Pesquisa Quantitativa	60h
	Pesquisa Qualitativa	60h
	Atividade Optativa	60h
	Redação em Relações Públicas II	60h
	Antropologia Filosófica e Comunicação	60h

Período	Disciplina	Carga Horária
5°	Ética e Comunicação	60h
	Comunicação e Relacionamento Interno nas Organizações	60h
	Planejamento em Comunicação	60h
	Redação em Relações Públicas III	60h
	Teoria e Pesquisa em Relações Públicas	60h

Período	Disciplina	Carga Horária
6°	Estratégias de Crises Comunicacionais	60h
	Comunicação e Legislação Aplicada	60h
	Redação em Relações Públicas IV	60h
	Negociação	60h
	Seminário Avançado em Comunicação	60h

Ênfase: Gestão da Comunicação (Obs. 11)		
Período	**Disciplina**	**Carga Horária**
7°	Trabalho de Conclusão I	60h
	Projeto Experimental em Comunicação I	60h
	Projeto Experimental em Comunicação II	60h
	Seminário América Latina: Comunicação e Relações Étnico-Raciais	60h
	Gestão de Sistemas de Informação	60h
	Atividade Optativa	60h
8°	Trabalho de Conclusão II	60h
	Estratégias e Tecnologias de Relacionamentos	60h
	Relações Públicas Governamentais	60h
	Projeto Experimental em Comunicação III - Estágio	60h
	Agência de Comunicação	60h
	Atividade de Livre Escolha	60h

Ênfase: Gestão e Produção de Eventos (Obs. 11)		
Período	**Disciplina**	**Carga Horária**
7°	Trabalho de Conclusão I	60h
	Comunicação e Consumo	60h
	Projeto Experimental em Comunicação I	60h
	Captação de Recursos	60h
	Criatividade Estratégica	60h
	Atividade Optativa	60h
8°	Trabalho de Conclusão II	60h
	Projeto Experimental em Comunicação III - Estágio	60h
	Promoção de Vendas e Merchandising	60h
	Ambientação e Representação em Eventos	60h
	Seminário América Latina: Comunicação e Relações Étnico-Raciais	60h
	Atividade de Livre Escolha	60h

Atividades Optativas (Obs. 7 e 14)		
Período	**Atividades Acadêmicas**	**Carga Horária**
-	Afrodescendentes na América Latina	60h
	Povos Indígenas na América Latina Contemporânea	60h
	Radiojornalismo I	60h
	Assessoria de Imprensa I	84h
	Jornalismo On-Line I	84h
	Fotojornalismo	84h
	Estratégia de Comunicação e Marketing	72h
	Fotografia Publicitária	72h
	Indústria Criativa e Cidadania Social	60h
	Entrepreneurship and Innovation: Concepts and Practice	60h
	Seminar – Innovation in the Creative Industries	30h
	Gestão por Processos	60h
	Fundamentos de Gestão de Pessoas	60h
	Gestão de Projetos	60h
	Intercâmbio em Administração II	60h
	Telejornalismo I	60h
	Cultura Surda e LIBRAS	60h
Atividades Complementares – 200 horas (Obs. 6)		

APÊNDICE A18 – MATRIZ CURRICULAR DE RP DA UNISINOS (2016)

Currículo 6		
Período	**Disciplina**	**Carga Horária**
1°	Carreiras da Comunicação	60h
	Português para a Comunicação I	60h
	Fotografia	60h
	Comunicação e Marketing	60h
	Estudos da Imagem e do Som	60h

Período	Disciplina	Carga Horária
2°	Português para a Comunicação II	60h
	Fotografia Institucional	60h
	Estratégias de Relacionamentos Organizacionais	60h
	Públicos e Opinião Pública	60h
	Produção Audiovisual	60h

Período	Disciplina	Carga Horária
3°	Relações Institucionais	60h
	Teorias da Comunicação de Massa	60h
	Pesquisa Mercadológica	60h
	Escrita Criativa Institucional	60h
	Produção em Áudio OU	60h
	Produção em Imagem	60h

Período	Disciplina	Carga Horária
4°	**Comunicação Digital e Interativa**	60h
	Jornalismo Impresso e Notícia	60h
	Teorias Contemporâneas da Comunicação	60h
	Planejamento em Comunicação	60h
	Cultura e Clima Organizacional	60h

Período	Disciplina	Carga Horária
5°	Estágio em Relações Públicas I	60h
	Gestão e Produção de Eventos	60h
	Teorias de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas	60h
	Metodologia e Iniciação à Pesquisa em Comunicação	60h
	Antropologia Filosófica e Comunicação	60h

Período	Disciplina	Carga Horária
6°	Tópicos Especiais – Mercado I	60h
	Estágio em Relações Públicas II	60h
	Seminário de Pesquisa em Comunicação	60h
	Crises de Imagem das Organizações	60h
	Empreender e Inovar em Organizações	60h
	Ética e Comunicação	60h

Período	Disciplina	Carga Horária
7°	Trabalho de Conclusão de Curso I	60h
	Seminário América Latina: Comunicação e Relações Étnico-Raciais	60h
	Responsabilidade Social	30h
	Tópicos Especiais – Acadêmico	60h
	Optativa I	60h
	Optativa II	60h

Período	Disciplina	Carga Horária
8°	Trabalho de Conclusão de Curso II	60h
	Optativa III	60h
	Optativa IV	60h
	Optativa V	60h
	Tópicos Especiais – Mercado II	60h
	Livre Escolha	60h

Atividades Optativas – Trilha Temática: Relacionamento com a Imprensa		
Período	**Disciplina**	**Carga Horária**
-	Radiojornalismo, Mídias Sonoras e Notícia	60h
	Jornalismo Audiovisual e Notícia	60h
	Assessoria de Comunicação e de Imprensa	60h
	Planejamento Gráfico	60h

Atividades Optativas – Trilha Temática: Audiovisual		
Período	**Disciplina**	**Carga Horária**
-	Roteiro 1	30h
	Roteiro 2	90h
	Produção	90h
	Animação	90h

Atividades Optativas – Trilha Temática: Relacionamento Digital		
Período	**Disciplina**	**Carga Horária**
-	**Presença em Rede**	30h
	Design para Mídias Digitais	30h
	Arquitetura da Informação	30h
	Processos Colaborativos em Rede	30h
	Planejamento em Comunicação Digital	30h
	Curadoria de Conteúdo	30h
	Marketing Digital	30h
	Introdução à Programação para Internet	30h
	Modelos de Negócios em Comunicação Digital	30h
	Mobile Marketing	30h

Atividades Optativas – Trilha Temática: Comunicação Interna		
Período	**Disciplina**	**Carga Horária**
-	Fundamentos de Gestão de Pessoas	60h
	Comunicação Interpessoal	60h
	Liderança e Processo Grupal	60h
	Negociação	60h
	Mensuração de Desempenho	60h

Atividades Complementares – 200 horas

APÊNDICE A19 – MATRIZ CURRICULAR DE RP DA PUCRS (2013)

Período	Disciplina	Carga Horária
1°	Português Aplicado à Comunicação I	60h
	Estética e História da Arte	30h
	Introdução à Metodologia da Pesquisa em Comunicação	30h
	História da Comunicação	30h
	Introdução ao Jornalismo	30h
	Introdução à Publicidade e Propaganda	30h
	Introdução às Relações Públicas	30h
	Teorias das Relações Públicas	30h
	Comunicação Digital Corporativa	30h
	Relações Públicas e Comunicação Interna	30h
	Responsabilidade Social nas Organizações	30h

Período	Disciplina	Carga Horária
2°	Português Aplicado à Comunicação II	60h
	Comunicação Comunitária	30h
	Comunicação, Cultura e Realidade Brasileira	30h
	Relações Públicas nas Organizações	30h
	Relações Públicas na Área Pública e no Terceiro Setor	30h
	Teorias de Opinião Pública	60h
	Estatística Aplicada às Relações Públicas	60h

Período	Disciplina	Carga Horária
3°	Ética e Cidadania	60h
	Sociologia da Comunicação	30h
	Teorias da Comunicação I	30h
	Pesquisa Aplicada a *RRPP* I	60h
	Disciplinas Eletivas	120h
	Processos e Programas de Relações Públicas	30h
	Comunicação Organizacional	60h
	Produção de Mídia Impressa e Digital em RP	60h

Período	Disciplina	Carga Horária
4°	Teorias da Comunicação II	30h
	Teorias de Públicos em *RRPP*	30h
	Estudos da Informação	30h
	Pesquisa Aplicada em *RRPP* II	60h
	Estudos Multimídia para as *RRPP*	60h
	Redação em *RRPP*	60h
	Teorias Políticas	30h
	Marketing Político e Eleitoral	30h

Período	Disciplina	Carga Horária
5°	Humanismo e Cultura Religiosa	60h
	Planejamento em *RRPP* I	60h
	Estágio Interno	90h
	Negociação	60h
	Planejamento e Produção de Eventos	60h
	Economia e Finanças Aplicadas às RP	60h

Período	Disciplina	Carga Horária
6°	Métodos de Pesquisa em Comunicação	30h
	Produção Cultural e Gestão de Projetos	30h
	Assessoria de Comunicação	60h
	Relações Públicas Internacionais	60h
	Empreendedorismo em Relações Públicas	30h
	Planejamento em *RRPP* II	30h
	Comunicação Interpessoal em *RRPP*	60h

Período	Disciplina	Carga Horária
7°	Relações Públicas e Marketing	60h
	Administração de Casos e Crises	60h
	Projeto Experimental de Pesquisa	60h
	Comunicação Mercadológica	60h
	Cerimonial e Protocolo	30h
	Monografia I	30h

Período	Disciplina	Carga Horária
8°	Projeto Experimental Comunitário	60h
	Projeto Experimental Livre	60h
	Ética e Direito em *RRPP*	30h
	Crítica da Mídia	30h
	Monografia II	45h
	Atividades Complementares	150h
	Projeto Experimental Empresarial	60h

APÊNDICE A20 – MATRIZ CURRICULAR DE RP DA PUCRS (2016)

Período	Disciplina	Carga Horária
1°	**Cultura Digital**	30h
	Estética e História da Arte	30h
	Fundamentos da Pesquisa Científica em Comunicação	30h
	Fundamentos de Relações Públicas	30h
	História da Comunicação	30h
	Introdução à Fotografia	60h
	Língua Portuguesa I	60h
	Relações Públicas, Tendências e Marketing	60h
	Técnicas Digitais e Media Training	60h

Período	Disciplina	Carga Horária
2°	Comunicação Comunitária	30h
	Comunicação Digital nas Organizações	30h
	Disciplina Eletiva	180h
	Estudos de Opinião Pública	60h
	Língua Portuguesa II	60h
	Relações Públicas na Área Pública e no Terceiro Setor	30h
	Relações Públicas e Estudos Organizacionais	30h
	Teorias da Comunicação: Mídia e Informação	30h

Período	Disciplina	Carga Horária
3°	Comunicação e Cultura no Brasil	30h
	Ética e Cidadania	60h
	Pesquisa Qualitativa em Relações Públicas	60h
	Planejamento Estratégico em Comunicação	60h
	Produção de Mídia Impressa e Digital em RP	60h
	Redação em Relações Públicas	90h
	Teorias da Comunicação: Cultura e Sociedade	30h

Período	Disciplina	Carga Horária
4°	Estatística Aplicada em Relações Públicas	30h
	Marketing Político e Eleitoral	30h
	Pesquisa Quantitativa em Relações Públicas	60h
	Planejamento Aplicado em Relações Públicas	30h
	Produção Multimídia em Relações Públicas	60h
	Prática Profissional em Relações Públicas – Estágio Supervisionado em Memória Institucional (50h)	50h
	Sociologia da Comunicação	30h
	Teorias Políticas	30h

Período	Disciplina	Carga Horária
5°	Comunicação Organizacional	60h
	Comunicação Interpessoal	60h
	Humanismo e Cultura Religiosa	60h
	Planejamento e Produção de Eventos	60h
	Prática Profissional em Relações Públicas – Estágio Supervisionado em Produção Audiovisual	50h
	Relações Públicas e Contexto Econômico	30h
	Relações Públicas e Negociação	60h

Período	Disciplina	Carga Horária
6°	Assessoria de Comunicação	60h
	Comunicação Interna e Administrativa	60h
	Empreendedorismo em Relações Públicas	30h
	Estudos de Públicos em Relações Públicas	30h
	Legislação e Ética em Comunicação	30h
	Metodologia da Pesquisa Científica Aplicada em Relações Públicas	30h
	Produção Cultural e Gestão de Projetos	30h
	Prática Profissional em Relações Públicas – Estágio Supervisionado em Gestão de Mídias Digitais	50h

Período	Disciplina	Carga Horária
7°	Comunicação Mercadológica	60h
	Comunicação Institucional e Reputação	30h
	Comunicação, Responsabilidade Socioambiental e Sustentabilidade	30h
	Monografia – Projeto de Pesquisa Científica	30h
	Projeto de Comunicação – Pesquisa em Relações Públicas	90h
	Prática Profissional em Relações Públicas – Estágio Supervisionado em Ação Empreendedora	50h
	Relações Públicas Internacionais	60h

Período	Disciplina	Carga Horária
8°	Atividades Complementares	200h
	Gestão de Imagem e Comunicação para Crises	30h
	Monografia – Trabalho de Conclusão de Curso	90h
	Mídia e Cultura	30h
	Projeto de Comunicação – Inovação em Relações Públicas	90h
	Projeto de Comunicação – Área Empresarial	90h
	Projeto de Comunicação – Área Pública e Terceiro Setor	90h

APÊNDICE A21 – MATRIZ CURRICULAR DE RP DA UNIFACS (2013)

Período	Disciplina	Carga Horária
1°	Introdução às Relações Públicas	– *
	Teorias da Comunicação	–
	Técnicas de Comunicação Dirigida	–
	Comunicação Visual	–
	Gestão das Organizações	–
	Comunicação	–
	Atividades Complementares	–

Período	Disciplina	Carga Horária
2°	Técnicas de Relações Públicas	–
	Comunicação Organizacional	–
	Técnicas de Opinião Pública	–
	Teorias da Imagem	–
	Marketing	–
	Arte e Cultura	–
	Atividades Complementares	–

Período	Disciplina	Carga Horária
3°	Criatividade	–
	Redação Jornalística e Institucional	–
	Estatística Aplicada	–
	Pesquisa de Mercado e Opinião Pública	–
	Comunicação Pública e Relações Públicas	–
	Psicologia e Comportamento	–
	Atividades Complementares	–

Período	Disciplina	Carga Horária
4°	Assessoria de Imprensa	–
	Cerimonial e Protocolo	–
	Gestão de Crises	–
	Publicidade e Propaganda	–
	Conjuntura Econômica	–
	Empreendedorismo	–
	Estágio Supervisionado I	–

Período	Disciplina	Carga Horária
5°	Planejamento de Relações Públicas I	–
	Planejamento e Organização de Eventos	–
	Responsabilidade Social e Relações Públicas	–
	Linguagem Audiovisual	–
	Filosofia	–
	Introdução ao Trabalho Científico	–
	Estágio Supervisionado II	–

Período	Disciplina	Carga Horária
6°	Mídia	–
	Tecnologias Digitais da Comunicação	–
	Ética e Direito Aplicado	–
	Planejamento de Relações Públicas II	–
	Sociedade, Direito e Cidadania	–
	Projeto Experimental I	–

Período	Disciplina	Carga Horária
7°	Assessoria de Relações Públicas	–
	Estudos Contemporâneos em Relações Públicas	–
	Meio Ambiente e Sustentabilidade	–
	Optativa (Saúde e Qualidade de Vida ou Libras)	–
	Atividades Complementares	–
	Projeto Experimental II	–

Período	Disciplina	Carga Horária
8°	Não há informações disponíveis no *site*	–

* O *site* oficial da UNIFACS não divulga a carga horária de cada disciplina.

APÊNDICE A22 – MATRIZ CURRICULAR DE RP DA UNIFACS (2016)

Período	Disciplina	Carga Horária
1°	Gestão das Organizações	60
	Teorias da Comunicação	60
	Comunicação Visual	60
	Teoria e História das Relações Públicas	60
	Oficina I	60
	Comunicação Profissional	80
	Atividades Complementares	40

Período	Disciplina	Carga Horária
2°	Comunicação Organizacional	60
	Marketing	60
	Técnicas de Relações Públicas	60
	Fundamentos da Comunicação Digital	60
	Oficina II	60
	Estética e Cultura de Massa	60
	Atividades Complementares	40

Período	Disciplina	Carga Horária
3°	Pesquisa de Marketing	60
	Estatística Aplicada	60
	Teoria e Técnicas de Opinião Pública	60
	Pesquisa de Mercado e Opinião Pública	60
	Técnicas de Comunicação Dirigida	60
	Oficina III	60
	Metodologia Científica	80
	Atividades Complementares	40

Período	Disciplina	Carga Horária
4°	Comunicação Pública	60
	Cerimonial e Protocolo	60
	Redação Jornalística e Institucional	60
	Pesquisa em Relações Públicas	60
	Oficina IV	60
	Antropologia e Cultura	80
	Estágio I	100

Período	Disciplina	Carga Horária
5°	Planejamento e Organização de Eventos	60
	Responsabilidade Social e Terceiro Setor	60
	Planejamento de Relações Públicas	60
	Assessoria de Imprensa	60
	Oficina V	60
	Desenvolvimento Humano e Social	80
	Estágio II	100

Período	Disciplina	Carga Horária
6°	Tópicos Avançados I em Relações Públicas	60
	Gestão de Crises	60
	Teorias da Imagem	60
	Planejamento de Relações Públicas II	60
	Oficina VI	60
	Desafios Contemporâneos	80
	Atividades Complementares	40

Período	Disciplina	Carga Horária
7°	Fundamentos de Mídia	60
	Linguagem Audiovisual	60
	Projeto Experimental I	60
	Avaliação e Resultados em Comunicação	60
	História Social da Mídia	80
	Atividades Complementares	40

Período	Disciplina	Carga Horária
8°	Tópicos Avançados II em Comunicação	60
	Projeto Experimental II	90
	Ética e Legislação em Comunicação	80

APÊNDICE B – MATRIZES CURRICULARES DE 10 UNIVERSIDADES DO MUNDO QUE OFERECEM CURSOS DE RELAÇÕES PÚBLICAS

O presente Apêndice apresenta, em dez subdivisões (do Apêndice B1 ao Apêndice B10), as principais disciplinas das matrizes curriculares das melhores universidades do mundo que oferecem cursos de Relações Públicas.

O conteúdo foi produzido com base em informações coletadas no *site* oficial de cada uma das dez IES do exterior. Por terem sido padronizados em quadros desenvolvidos por mim, foram inseridos como Apêndices, não como Anexos.

Os nomes das disciplinas que envolvem Tecnologia nas matrizes curriculares estão em negrito e com alteração na cor da fonte (“vermelho, ênfase 2, mais escuro 25%”).

APÊNDICE B1 – MATRIZ CURRICULAR DE RP DA MCGILL UNIVERSITY (2016)

Principais Disciplinas Obrigatórias		
Período	**Disciplina**	**Créditos**
–	Applied Public Relations Methods 1	3
–	Basics of Public Relations	3
–	Applied Public Relations Methods 2	3
–	**Social and Traditional Media Relations**	3
–	Corporate Communications	3
–	Internal Communication	3
–	PR Issues Management	3
–	Cases In Public Relations	3

Disciplinas Complementares (no mínimo 6 créditos necessários)		
Período	**Disciplina**	**Carga Horária**
–	Fundamentals of Project Management	3
–	Fundamentals of Fund-Raising	3
–	Event Management	3
–	Introduction to Organizational Behaviour	3
–	Marketing Management	3
–	Social Context of Business	3

APÊNDICE B2 – MATRIZ CURRICULAR DE RP DA MONASH UNIVERSITY (2016)

Principais Disciplinas Obrigatórias		
Ano	**Disciplina**	**Carga Horária**
1°	Public relations writing	–
1°	Public relations theory, principles and practice	–
2°/3°	Engagement, publicity and promotion	–
2°/3°	Crisis and risk communication	–
2°/3°	**Social media and online public relations**	–
2°/3°	Applied media and social sciences internship	–
2°/3°	Internal-external communication and reputation management	–
2°/3°	Public relations campaigns	–
2°/3°	Public relations internship	–

APÊNDICE B3 – MATRIZ CURRICULAR DE RP DA UNIVERSITY OF TEXAS AT AUSTIN (2016)

Principais Disciplinas Obrigatórias		
Ano	**Disciplina**	**Carga Horária**
–	First-Year Signature Course	–
–	English & Humanities	–
–	American & Texas Government	6
–	American History	6
–	Social & Behavioral Sciences	3
–	Mathematics	3
–	**Science & Technology, Part I**	6
–	**Science & Technology, Part II**	3
–	Visual & Performing Arts	3
–	Rhetoric	3
–	Foreign Language	–
–	Communication Courses	–
–	Communication and Culture	3
–	Statistics in Market Analysis	3
–	Into to Advertising and Integrated Brand Communication	6
–	Business	12

Principais Disciplinas Eletivas		
Ano	**Disciplina**	**Carga Horária**
–	Writing for PR	–
–	Ethics and Leadership	–
–	Cultural diversity	–
–	Independent inquiry	–
–	Global cultures	–
–	Quantitative reasoning	–
–	PR Techniques	–
–	Advertising Research	–
–	Advertising Media Planning	–
–	Advertising/PR Law and Ethics	–
–	Integrated Communications Management	–
–	Strategies in PR	–
–	Public Relations Internship	–
–	Integrated Communications Campaing	–

APÊNDICE B4 – MATRIZ CURRICULAR DE RP DA PURDUE UNIVERSITY (2016)

Principais Disciplinas Obrigatórias		
Período	**Disciplina**	**Carga Horária**
–	Public Relations and Strategic Communication	–
–	Public relationships	–
–	Image repair	–
–	Advertising theory and practice	–
–	Marketing	–
–	Management	–
–	Employee relations	–
–	Reporting	–
–	Editing	–
–	Promoting	–
–	Publicity	–
–	Writing	–
–	Lobbying	–
–	Fund-raising and development	–
–	**Media production, editing, or performance**	–

APÊNDICE B5 – MATRIZ CURRICULAR DE RP DA BOSTON UNIVERSITY (2016)

Principais Disciplinas Obrigatórias		
Período	**Disciplina**	**Carga Horária**
–	Mass Communication Research	–
–	Writing for Communication	–
–	Theory and Process of Communication	–
–	Principles and Practices of Public Relations	–
–	Media Relations	–
–	Organizational Structure and Behavior	–
–	Professional Presentation	–
–	**Design and New Media**	–
–	Persuasion and Public Opinion	–
–	Law of Communication	–

Principais Disciplinas Optativas		
Período	**Disciplina**	**Carga Horária**
–	Corporate Communication	–
–	Public Relations in Nonprofit Settings	–
–	Communication Internship	–
–	**PR Lab**	–
–	**New Media and PR**	–
–	Managing Corporate Crises and Issues	–
–	Public Relations Ethics	–

APÊNDICE B6 – MATRIZ CURRICULAR DE RP DA UNIVERSITY OF MARYLAND - COLLEGE PARK (2016)

Principais Disciplinas Obrigatórias		
Período	**Disciplina**	**Carga Horária**
–	Foundations of Communication	–
–	Communication: Principles and Practice	–
–	Introduction to Interpersonal Communication	–
–	Foundations of Listening	–
–	Critical Thinking and Speaking	–
–	Introduction to Public Relations	–
–	Small Group Discussion	–
–	Argumentation and Debate	–
–	News Writing and Reporting for Public Relations	–
–	News Editing for Public Relations	–
–	Introduction to Communication Inquiry	–
–	Communication Internship	–
–	Selected Topics in Communication	–
–	Communication and Gender	–
–	Argumentation and Public Policy	–
–	Communicating the Narrative	–
–	Public Relations Theory	–
–	Public Relations Techniques	–
–	Specialized Writing in Public Relations	–
–	**New Media Writing For Public Relations**	–
–	Public Relations Programs	–
–	The Rhetoric of Black America	–
–	Mediated Communication	–
–	**Communication and Digital Media**	–
–	Documentary Theory and Practice	–
–	Communication through Advocacy Short Film	–
–	Essentials of Intercultural Communication	–
–	Urban Communication	–

–	Supervised Internship	–
–	Communication Practicum	–
–	Selected Topics In Communication	–
–	Honors Thesis	–

APÊNDICE B7 – MATRIZ CURRICULAR DE RP DA UNIVERSITY OF SOUTHERN CALIFORNIA (2016)

Principais Disciplinas Obrigatórias		
Período	**Disciplina**	**Créditos**
–	Effective Writing for Strategic Public Relations	4
–	Strategic Public Relations: An Introduction	4
–	Public Relations Media and Content for Non-Majors	4

Principais Disciplinas Eletivas		
Período	**Disciplina**	**Créditos**
–	Promotional (Marketing) Public Relations	4
–	Public Relations in Entertainment	4
–	Sports Public Relations	2
–	Public Relations for Non Profit Organizations	4
–	Public Relations in Politics and Political Campaigns	4
–	**Emerging Media Strategies for Communication and Public Relations**	4
–	**Social Media Analytics: Data and Content Creation for Real-time Public Relations**	4
–	Careers and Strategies in Healthcare Communication	4
–	**Multimedia PR Content: Digital/Social Media Lab**	2
–	**Multimedia PR Content: Introduction to Digital Design Tools**	2
–	**Multimedia PR Content: Introduction to Audio/Video Tools**	2
–	**Multimedia PR Content: Visual Communication of Information**	2
–	**Transmedia, New Media and Strategic PR/Communication**	4
–	Personal Branding and Entrepreneurship	4
–	**Transmedia, New Media and Strategic Communication**	4

APÊNDICE B8 – MATRIZ CURRICULAR DE RP DA UNIVERSITY OF PITTSBURGH (2016)

Período	Disciplina (pré-requisito)	Créditos
–	Mass Communication Process	3
–	History of Mass Media	3
–	Introduction to Journalism and Nonfiction	3
–	Ethics, Law, and Public Policy in Mass Media	3

Especialização (24 créditos) – Escolher um dos 3 tracks
1. Corporate/Community Relations
2. Writing for the Professions
3. Digital Media

Track 1: Corporate/Community Relations		
Período	**Disciplinas obrigatórias (9 créditos exigidos)**	**Créditos**
–	Theories of Persuasion	3
–	Special Topics: Public and Media Relations	3
–	Marketing Fundamentals	3
Período	**Disciplinas eletivas (escolha quarto - 12 créditos)**	**Carga Horária**
–	Organizational Communication	3
–	Special Topics: Health Communications	3
–	**Special Topics: Communication And New Media Technology**	3
–	Writing in the Legal Professions	3
–	Writing for the Public	3
–	Persuasive Writing: Advertising and Fundraising	3
–	Integrating Writing and Design	3
–	Topics in Public and Professional Writing	3
–	Writing Arguments	3
–	Introduction to Technical Writing	3
–	Public Relations Writing	3
–	Creative Corporate Writing	3
–	**Professional Uses of Social Media**	3
–	Fundamentals of News Reporting	3

–	Intermediate Nonfiction	3
–	**Topics in Nonfiction: Electronic Media**	3
–	Practices of Nonprofit Management	3
–	Diversity Issues in Public Service	3
–	Social Psychology	3
Período	**Estágio (escolha uma - 3 créditos)**	**Créditos**
–	Internship	3
–	Directed Project: Business Management	3

Track 2: Writing for the Professions		
Período	**Disciplina obrigatória (6 créditos exigidos)**	**Créditos**
–	Freedom of Speech and Press	3
Período	**Discip. obrigatórias (escolher 1 das 2 disciplinas)**	**Créditos**
–	Written Professional Communication	3
–	Intermediate Nonfiction	3
Período	**Disciplinas eletivas (escolha cinco - 15 créditos)**	**Carga Horária**
–	Special Topics: Public and Media Relations	3
–	**Special Topics: Communication And New Media Technology**	3
–	Writing in the Legal Professions	3
–	Writing for the Public	3
–	Integrating Writing and Design	3
–	Topics in Public/Professional Writing	3
–	Writing Arguments	3
–	Introduction to Technical Writing	3
–	**Composing Digital Media**	3
–	Public Relations Writing	3
–	**Professional Uses of Social Media**	3
–	Grant and Proposal Writing	3
–	Fundamentals of News Reporting	3
–	Writing the Review	3
–	Sports Writing	3
–	Topics in Nonfiction: Newspaper	3
–	Topics in Nonfiction: Magazine	3
–	**Topics in Nonfiction: Electronic Media**	3

Período	Estágio (escolha uma - 3 créditos)	Créditos
–	Internship	3
–	Journalism Bootcamp: Write Now	3

Track 3: Digital Media		
Período	**Disciplina obrigatória (9 créditos exigidos)**	**Créditos**
–	Media Criticism	3
–	**Visual Literacy**	3
–	Motion Picture Fundamentals (PF)	3
Período	**Disciplinas eletivas (escolha quatro - 12 créditos)**	**Carga Horária**
–	Television and Society	3
–	Media and Consumer Culture	3
–	Integrating Writing and Design	3
–	**Composing Digital Media**	3
–	**Professional Uses of Social Media**	3
–	Introduction to Film	3
–	Contemporary Film	3
–	Film and Politics	3
–	Documentary Film	3
–	Words and Images	3
–	Introduction to Popular Culture	3
–	Readings in Journalism: Reading and Writing the Digital Landscape	3
–	Introduction to Art	3
–	European Visual Tradition: From the Renaissance to the Present	3
–	Experimental Video	3
–	Politics through Film	3
–	Topics in Psychology: Psychology of the Media	3
–	Visual Thinking	3
–	Foundation Drawing	3
–	**Digital Imaging**	3
–	Basic Digital Photography (PF)	3
–	**Introduction to Web Design (PF)**	3
–	Photoshop Foundations (PF)	3

–	**Introduction to Digital Editing (PF)**	3
–	**Advanced Digital Photography (PF)**	3
–	**Advanced Digital Editing Techniques (PF)**	3
–	Video Production I (PF)	3
–	**Digital Effects and Compositing (PF)**	3
–	Video Production II (PF)	3
Período	**Estágio (3 créditos)**	**Créditos**
–	Internship	3

APÊNDICE B9 – MATRIZ CURRICULAR DE RP DA MCMASTER UNIVERSITY (2016)

Principais Disciplinas Obrigatórias		
Período	**Disciplina**	**Créditos**
–	Public Relations Writing	3
–	**Media Relations**	3

Principais Disciplinas Eletivas (Relações Públicas)		
Período	**Disciplina**	**Créditos**
–	**Building Social Media Relationships**	3
–	Business Management for Public Relations	3
–	Employee Communications	3
–	Final Project (Independent Study)	3
–	Introduction to Public Relations	3
–	Issue & Crisis Communication Planning	3
–	Measurement & Evaluation In Public Relations	3
–	Public Relations Internship	3
–	Public Relations Planning & Management	3
–	**Social Media Research & Techniques**	3
–	Internship	3

(matriz curricular continua na próxima página)

Principais Disciplinas Eletivas (RP/Web Design)		
Período	**Disciplina**	**Créditos**
–	Advanced Photoshop & Design	3
–	Animation for the Web	3
–	Building a Website	3
–	Building Database-Driven Websites	3
–	Building Interactivity on the Web	3
–	Introduction to Web Graphics	3
–	Web Design & Development Final Project	3
–	Web Entrepreneurship	3
–	Web Writing & Visual Web Design	3
–	XML	3

APÊNDICE B10 – MATRIZ CURRICULAR DE RP DA MICHIGAN STATE UNIVERSITY (2016)

Principais Disciplinas Obrigatórias		
Período	**Disciplina**	**Créditos**
–	Writing for Public Relations	3
–	Principles of Public Relations	3
–	Public Relations Techniques and Ethics	3
–	Public Relations Strategy	3
–	Methods of Communication Inquiry	4

Principais Disciplinas Eletivas (Relações Públicas)		
Período	**Disciplina**	**Créditos**
–	Integrated Campaigns	3
–	**Communication Campaign Design And Analysis**	4
–	Public Relations Topics in Advertising	1
–	Public Relations Topics in Communication	1
–	Public Relations Topics in Journalism	1

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PESQUISA QUALITATIVA)

Concordo em participar, como voluntário (a), da pesquisa intitulada "Literacias digitais nos cursos de Graduação em Relações Públicas: disciplinas de tecnologia nas matrizes curriculares de universidades brasileiras", que tem como pesquisador responsável Rafael Vergili, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM) da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), orientado pela Professora Doutora Brasilina Passarelli, os quais podem ser contatados pelos endereços de e-mail "rvergili@gmail.com" e "linapassarelli2@gmail.com".

Minha participação envolve uma entrevista concedida ao pesquisador Rafael Vergili. Se permitir, a entrevista será gravada e sua transcrição será incorporada à Tese do doutorando supracitado. Alguns trechos podem ser eventualmente publicados em trabalhos acadêmicos oriundos da Tese, como artigos científicos, livros, entre outras produções bibliográficas do pesquisador.

Caso decida não participar ou queira desistir de continuar, tenho liberdade de fazê-lo até a data do depósito da Tese na secretaria do PPGCOM-ECA/USP.

_____, _____

Nome Assinatura

_____ , _____

Local Data

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTAS DA PESQUISA QUALITATIVA

Roteiro semiestruturado de entrevistas da pesquisa qualitativa com coordenadores de curso de Relações Públicas de dez universidades brasileiras que oferecem o curso de RP.

Perfil do (a) coordenador (a)

- Nome do (a) entrevistado (a)
- Qual a sua idade?
- Qual o cargo que a senhora exerce na Universidade?
- Poderia mencionar, por favor, qual é a sua formação? (ou apenas confirmar com o (a) entrevistado (a) se as informações do Currículo Lattes estão atualizadas)
- Quais são as principais atividades como coordenador (a)?
- Desde quando é coordenador (a) do curso?
- O (A) senhor (a) participou do processo de estruturação da matriz (grade) curricular atual do curso?
- O (A) senhor (a) é responsável por ministrar alguma disciplina de tecnologia?

Estrutura Organizacional: Coordenação do curso de Graduação em RP

- Há um (a) coordenador (a) específico para cada curso de Comunicação?
- Há uma pessoa responsável pela coordenação de todos os cursos de Comunicação?
- De modo geral, como o curso é estruturado? A matriz curricular é “aberta” ou “fechada”? Ou seja, o estudante pode participar de disciplinas optativas?
- Há um limite de disciplinas optativas que o aluno pode cursar?
- Existem disciplinas de tronco comum entre esses cursos de Publicidade, Rádio e TV, Jornalismo e Relações Públicas ou são totalmente separados?
- O Trabalho de Conclusão de Curso é feito separadamente ou, por exemplo, há alguma articulação entre o TCC de Relações Públicas, Publicidade, Rádio e TV e Jornalismo?

Perfil do egresso

- Qual o perfil dos alunos que o curso de Relações Públicas da Universidade busca formar?
- Há um viés mais voltado para o mercado (profissionais de mercado) ou para a academia (professores e pesquisadores) na formação dos alunos?

- Há algum programa para acompanhar os passos dos profissionais/pesquisadores formados após a conclusão do curso?
- Os egressos tendem a ficar na região (cidade/Estado) ou costumam ir para outros Estados?
- Caso seja frequente mudar de Estado, como contemplar a formação que essas outras regiões eventualmente exigem e não perder as características locais do Mercado/Pesquisa?

Presença de disciplinas de tecnologia na matriz curricular

- Quais foram os principais motivos para a atualização da matriz curricular?
- Como a tecnologia está inserida na matriz curricular no curso de Relações Públicas da Universidade?
- Quais são as principais disciplinas de tecnologia da matriz curricular?
- A discussão fica restrita às disciplinas específicas de tecnologia ou a temática permeia diversas disciplinas da matriz curricular?
- Há demanda de alunos por disciplinas de tecnologia (caso sejam optativas)?
- As disciplinas de tecnologia tendem a ser mais teóricas ou práticas?
- Há uma razão específica para que as universidades brasileiras que oferecem Graduação em Relações Públicas disponibilizem disciplinas de tecnologia apenas da metade do curso em diante?
- O professor tem liberdade para incluir conteúdos e referências bibliográficas que tratem de tecnologia em sala ou deve seguir estritamente o plano estabelecido pela coordenação/Colegiado?

Infraestrutura de tecnologia oferecida pela Universidade e política de uso de dispositivos móveis

- Há laboratórios para uso de alunos e professores?
- De modo geral, quais são os equipamentos oferecidos ao professor para ministrar as disciplinas de tecnologia em sala de aula?
- E para os alunos? Por exemplo, há wi-fi disponível na Universidade?
- Há alguma política oficial da Universidade para uso ou proibição do uso de tecnologia (independentemente de ser tecnologia própria ou da Universidade) em sala de aula ou isso é uma opção do professor?
- Há reclamações de professores sobre o uso excessivo de tecnologia por parte dos alunos?

Diretrizes Curriculares Nacionais

- As novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) de Relações Públicas (2013) influenciaram a matriz curricular do curso? Se sim, como?
- A adequação das matrizes curriculares às DCNs é considerada obrigatória ou é possível seguir algum outro documento/regra para essa atualização?
- A matriz curricular ficou mais engessada ou flexível a partir da adequação às novas Diretrizes Curriculares (2013)?
- Há algum elogio ou crítica específica às Diretrizes Curriculares?
- A atualização da matriz curricular é um tema discutido frequentemente ou acontece, em geral, somente quando são divulgadas novas Diretrizes Curriculares?
- Houve influência das DCNs no aumento de disciplinas de tecnologia da nova matriz curricular?
- Há alguma extensão universitária ou outra opção de curso complementar ligado à Comunicação na Universidade que trate de tecnologia?

APÊNDICE E – TRANSCRIÇÃO DAS 10 ENTREVISTAS REALIZADAS COM COORDENADORES DE RP/COMUNICAÇÃO DE UNIVERSIDADES BRASILEIRAS (PESQUISA QUALITATIVA)

A íntegra das entrevistas concedidas para a pesquisa qualitativa desta Tese de Doutorado será apresentada no presente Apêndice, de acordo com a ordem de classificação estipulada nos capítulos 3 e 4 (especialmente na seção 4.3.2.1). As entrevistas foram realizadas entre os dias 23 de agosto de 2016 e 21 de setembro de 2016, sendo parte presencial e outra parte por Skype, com auxílio de Webcam. Algumas informações também foram complementadas por meio de ligações telefônicas, em oportunidades em que o (a) entrevistado (a) não possuía acesso ao Skype com webcam no momento da consulta.

Os (as) entrevistados (as) foram: Fábia Pereira Lima (UFMG); Roseane Andrelo (Unesp); Lilian Matheus Marques (UNISANTOS); Aléssia Franco Gonçalves (PUC Minas); Luiz Vicente de Lima Lázaro (Universidade Anhembi Morumbi); Valéria de Siqueira Castro Lopes (USP); Helenice Carvalho (UFRGS); Erica Hiwatashi (Unisinos); Ana Luisa Baseggio (PUCRS); e Mateus Santana dos Santos (UNIFACS).

APÊNDICE E1 – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA DE FÁBIA PEREIRA LIMA (UFMG)

Entrevistada: Fábia Pereira Lima
Idade: 42 anos
Cargo: Coordenadora do Colegiado de Graduação dos cursos de Comunicação Social
Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Formação: Possui Graduação em Comunicação com habilitação em Relações Públicas, Especialização em Gestão Estratégica de Marketing, Mestrado em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (ECA-USP).
Data: 09/09/2016
Horário: 12h10min
Local/Ambiente: ECA-USP (durante o XXXIX Congresso da Intercom)

Rafael Vergili:
Obrigado pela oportunidade de poder entrevistá-la. Em primeiro lugar, a senhora poderia explicar, por favor, como funciona a estrutura de coordenação dos cursos de Comunicação Social da UFMG?
Fábia Pereira Lima:
Eu sou coordenadora do Colegiado de Graduação dos cursos de Comunicação Social desde julho do presente ano (2016). Não há coordenadores específicos de cada curso. Então, para que as novas Diretrizes Curriculares Nacionais fossem atendidas, nós tivemos a mudança para cursos autônomos. A partir do 1º semestre de 2016, nós tivemos a primeira entrada de alunos com cursos autônomos em “Relações Públicas”, “Publicidade e Propaganda” e “Jornalismo”. Todavia, nós mantivemos a estrutura de Colegiado de Comunicação e o Departamento de Comunicação acolhendo as três áreas. Então, é um Colegiado e eu sou a coordenadora do Colegiado dos três cursos.
São 120 vagas da área de Comunicação por ano. Nós temos duas entradas, no começo do ano e no meio do ano. São três cursos, mas o número de estudantes é diferente. São 40 vagas para Publicidade e Propaganda, 60 vagas para Jornalismo e 20 vagas para Relações Públicas.

Rafael Vergili:

E o processo seletivo acontece todo semestre?

Fábia Pereira Lima:

A entrada dos alunos é semestral, mas nós fazemos a seleção sempre no começo do ano, via SISU. Então, os alunos já são aprovados no começo do ano, garantindo a vaga para o segundo semestre. Então, agora em agosto de 2016, entrou a primeira turma especificamente de Relações Públicas da UFMG, porque, até então, o aluno entrava para a Comunicação e não para Relações Públicas, como curso autônomo.

Então, nós estamos com duas matrizes rodando. A matriz anterior era de Comunicação com a habilitação escolhida por eles. Agora a escolha se dá logo na entrada e nós temos a primeira entrada de Relações Públicas de forma autônoma.

Rafael Vergili:

E como funcionava essa habilitação? O aluno escolhia antes de entrar na Universidade ou decidia no meio do curso?

Fábia Pereira Lima:

Ele fazia essa escolha no 3º período e nós tínhamos muita demanda como segunda habilitação. Então, Relações Públicas, tradicionalmente recebia muitos alunos como segunda habilitação, principalmente do Jornalismo, porque o tronco de disciplinas comum era maior e, consequentemente, possibilitava ao aluno integralizar os créditos mais rapidamente.

Nós tivemos muito desse movimento, mas RP sempre foi um curso com uma demanda menor, por uma série de motivos. Inclusive, as disciplinas específicas de Relações Públicas entravam muito tarde na proposta da matriz curricular dos alunos. Então, eles acabavam conhecendo pouco (para não dizer praticamente nada) e quando chegavam no 3º período, eles não tinham uma visão clara de RP e acabavam, muito em função disso, indo para outra habilitação. Até por isso, muitos deles faziam Relações Públicas apenas como segunda habilitação.

Então, agora, nós já temos essas entradas organizadas, com cursos autônomos. E, então, conseguimos essa reserva de vagas, que são 20 estudantes, iniciando no segundo semestre.

Rafael Vergili:

E foi mantida essa estrutura com disciplinas de tronco comum?

Fábia Pereira Lima:

Sim. Na verdade, a revisão que nós fizemos nos Projetos Pedagógicos foi mínima. Obviamente, nós acolhemos todas as demandas que vieram das novas Diretrizes Curriculares Nacionais, mas, na medida do possível, nós tentamos manter o curso ainda muito dentro da proposta multidisciplinar, o que é uma característica da UFMG. Assim, não seria para que as

diretrizes fossem atendidas que nós iríamos mudar a nossa forma de pensar a Comunicação, que é feita de forma absolutamente integrada.

Então, apesar dessas entradas serem organizadas dessa forma, temos os três cursos compartilhando uma mesma matriz disciplinar. Ou seja, nós mantivemos a estrutura. Basicamente, a nossa matriz é a mesma para os cursos, só que o que agora ficou diferente é que nós criamos algumas disciplinas que são obrigatórias para um curso, que são optativas para outros e assim por diante. Mas o quadro de oferta permaneceu bem fiel ao Projeto Pedagógico original.

Rafael Vergili:

Pelo que eu entendi, essas disciplinas de tronco não são apenas coincidentes no sentido de terem o nome e o conteúdo iguais nas três matrizes dos cursos de Publicidade e Propaganda, Jornalismo e Relações Públicas. Elas são realmente frequentadas, de modo simultâneo, pelos alunos dos três cursos, correto? Eles compartilham a mesma sala de aula, certo? Nessa nova matriz curricular, quando essa divisão entre os cursos fica mais evidente?

Fábia Pereira Lima:

Sim. Eles fazem as disciplinas ao mesmo tempo. Até o 3º período, a matriz curricular dos alunos é bem "fechada". Então, assim, nós concentramos as obrigatórias para todos os cursos nos três primeiros períodos. As disciplinas dos três cursos são bem parecidas nos três primeiros períodos, exceto por uma ou outra, como "Fundamentos da Comunicação Organizacional", que é obrigatória somente para Relações Públicas – e é uma disciplina nova.

A partir do 3º período e, principalmente, no 4º, começa realmente essa carga de optativas dos grupos que chamamos G1 ("Eixo Formação em Comunicação"), G2 ("Laboratórios – Eixo Comunicação"), G3 ("Eixo Formação Suplementar", que é onde o aluno pode pegar as disciplinas de conteúdo mais diverso, que complementam a formação) e assim por diante.

Isso acontece porque os alunos têm que cumprir uma carga específica: uma carga de G9 ("Eixo Comunicação Integrada"), uma carga específica de G2, entre outras. Então, assim, as disciplinas G1, do Eixo de Comunicação, nós brincamos que são as "optatórias" – junção de optativas e obrigatórias –, porque são bem específicas, têm uma oferta mais regular, são disciplinas "ementadas" e de tronco comum, ou seja, são focadas na formação em Comunicação. As G2 são práticas laboratoriais etc. Então, os alunos têm que compor, dentro da matriz deles, um número de créditos e horas em cada grupo. Por exemplo, além dos 128 créditos e 1.920 horas em disciplinas obrigatórias, o aluno deve cumprir 120 horas em disciplinas G1, 270 horas em disciplinas G2, 60 horas em disciplinas G3 e assim vai. Assim, em cada grupo de optativas, o aluno vai transitar entre as disciplinas que ele achar mais

interessante para sua formação e valorizamos muito a autonomia discente na composição de seu percurso.

Só para você entender como nós fazemos isso. As disciplinas de G9, para os alunos de Relações Públicas, são as disciplinas G1, por exemplo, de Publicidade e Propaganda e de Jornalismo, que para RP viram G9. Aí, por exemplo, no curso de Jornalismo, o grupo de optativas G9 da matriz daquele curso, são as disciplinas G1 de Relações Públicas. Então, assim, nós mantivemos a estrutura original, com poucas mudanças, de nosso projeto pedagógico. Nós adequamos para que as diretrizes fossem atendidas, mas mantendo, rigorosamente, a mesma estrutura e as mesmas disciplinas que consideramos pertinentes para uma formação qualificada na área da Comunicação Social, em suas vertentes.

Rafael Vergili:

E essa característica de tronco comum ocorre, ou já ocorreu, em algum momento, nos trabalhos de conclusão de curso? Pelo que observo, é raro de acontecer, mas eu já vi em algumas Instituições de Ensino Superior essa prática de mesclar alunos de diferentes formações em Comunicação, fazendo o mesmo trabalho de conclusão de curso. Um Projeto Experimental integrado, por exemplo.

Fábia Pereira Lima:

Na UFMG já teve e tem, sim. Nós entendemos que os estudantes concluem uma formação em Comunicação. Então, a partir de alguns critérios que precisam, de fato, de uma observação mais detalhada, em decorrência das diretrizes, nada impede que os alunos formem equipes de trabalho com alunos dos três cursos. Nós entendemos, inclusive, ser muito interessante este movimento que é da própria configuração de nosso campo.

Rafael Vergili:

A senhora disse que são duas matrizes que ainda ficarão em vigor de modo simultâneo, correto? Quando uma delas será extinta?

Fábia Pereira Lima:

A última entrada foi no segundo semestre de 2015. Então, provavelmente até 2020 ou 2021, a outra matriz ainda continuará existindo, especialmente porque a estes alunos ainda é dada a oportunidade de fazerem continuidade de estudos em outra habilitação, então, é necessário este tempo para que os alunos possam concluir tal formação. Os alunos que se formarem nessa matriz antiga, provavelmente até 2019, ainda têm a possibilidade de pedir a segunda habilitação, porque como eles são ainda do currículo por habilitação, eles ainda podem solicitar. Nesse caso, a antiga matriz ainda teria que rodar por mais uns dois anos para que

esses alunos concluíssem a formação em sua segunda habilitação. Portanto, eu acredito que a antiga matriz fique em atividade aproximadamente até 2021. A partir daí, uma matriz é extinta e fica só a nova matriz em atividade – se não vierem outras mudanças, claro.

Rafael Vergili:

E existe a possibilidade de algum aluno que entrou com a matriz antiga pedir para migrar para a nova?

Fábia Pereira Lima:

Não existe essa possibilidade.

Rafael Vergili:

E desde quando a senhora é coordenadora do Colegiado de Comunicação?

Fábia Pereira Lima:

Eu entrei praticamente agora na coordenação. Foi em julho de 2016. Este mandato vai até julho de 2018.

Rafael Vergili:

Mas a senhora chegou a participar das discussões para a reestruturação da matriz curricular?

Fábia Pereira Lima:

Participei, especialmente porque eu era vice-coordenadora. Nos quatro anos anteriores ao meu atual mandato, eu fui vice. Eu estive muito envolvida no processo, principalmente com a matriz do curso de Relações Públicas, porque o coordenador anterior, que é o professor Nísio Teixeira, é do Jornalismo. Portanto, ele ficou mais focado no Jornalismo e eu fiquei com Relações Públicas. O Projeto Pedagógico de Publicidade e Propaganda não foi alterado, só acompanhou as mudanças que fizemos para RP e Jornalismo, até por não ter ainda diretrizes específicas.

Rafael Vergili:

Quero só esclarecer uma questão: a senhora disse que a matriz é praticamente “fechada” nos três primeiros períodos. A partir do terceiro e, em especial, do quarto período, como começam as optativas, eu devo considerar a matriz “aberta”?

Fábia Pereira Lima:

Sim. O Projeto Pedagógico anterior foi muito pautado em uma proposta de flexibilização curricular. Há uma diretriz institucional da UFMG neste sentido, de possibilitar aos alunos um currículo mais flexível na Universidade, para além das estruturas dos cursos. Portanto, nós procuramos manter isso que você está falando, uma formação mais “aberta”. Isso é uma

defesa da UFMG, ou seja, permitir uma flexibilização, preservar a autonomia de o estudante escolher o seu percurso acadêmico.

Portanto, hoje, nós temos uma discussão muito mais ampla na UFMG. É uma proposta muito inovadora, de tentar flexibilizar, ainda mais, todos os cursos, de criar entradas e estruturas compartilhadas por grandes áreas do conhecimento. Uma proposta bem ousada, de trabalhar institucionalmente com uma flexibilização ainda maior. Porém, um passo de cada vez. Diante das diretrizes, o nosso currículo, na medida do possível, é bem flexível. O aluno tem uma carga de optativas e escolhe o percurso dentro do que ele entende ser mais interessante para a sua formação.

Rafael Vergili:

Aproveitando esse gancho da flexibilização, que a senhora comentou, eu já observei em outras universidades, a possibilidade de que o aluno de Relações Públicas realizasse optativas em outras unidades da instituição. Isso é possível na UFMG?

Fábia Pereira Lima:

Com certeza. Na Universidade Federal de Minas Gerais, nós falamos muito que o aluno, antes de ser aluno de alguma das áreas de Comunicação, é um aluno da UFMG. Na composição do currículo do aluno, e isso é uma exigência institucional, tem uma carga de formação livre, em que pelo menos uma disciplina deve ser cursada fora do seu curso de origem. Eles vão muito para Letras, para a Administração e para a “Belas Artes”, por exemplo. Mas podem ir para a Educação Física, para a Música, enfim, é uma formação realmente livre, segundo seus próprios interesses específicos.

Além disso, na UFMG, nós temos duas possibilidades de vinculação do aluno: uma é diretamente na habilitação que ele escolhe, por exemplo, Relações Públicas, mas ele ainda tem a possibilidade, em uma segunda vinculação, que é o que nós chamamos de formação complementar aberta. E o que isso significa? Se o aluno optar por fazer formação complementar aberta, ele vai ter uma redução dessa carga horária de optativas na Comunicação e transferir essa carga horária para outro curso específico que ele quiser.

Tradicionalmente, eles faziam essa formação complementar exatamente nesses lugares, iam lá para a “Letras”, ou para a “Belas Artes”, por exemplo. Como funcionava? O coordenador de Belas Artes sentava com o aluno individualmente e conversava com ele sobre o tipo de formação que ele gostaria de ter naquela outra área. Se o aluno tivesse interesse pela área de Fotojornalismo, por exemplo, o coordenador da EBA, como seu tutor, veria as disciplinas de Fotografia e Artes Visuais, por exemplo, reunia-se com ele e montava o percurso que o aluno seguiria. Portanto, o aluno tinha uma Graduação em Comunicação – em uma das então

antigas habilitações –, com formação complementar aberta em Artes Visuais, por exemplo, ou na área que escolhesse.

Atualmente, o que nós estamos prevendo é que, embora o aluno não possa mais fazer uma segunda "habilitação", agora os cursos autônomos vão permitir que essa formação complementar aberta seja feita na própria área da Comunicação. Então, assim, o aluno vai poder ter uma formação em Relações Públicas, por exemplo, com formação complementar aberta em Jornalismo. Ele não pode ter a segunda habilitação, mas ter uma formação complementar em outro curso da própria área da Comunicação.

O que nós estamos encaminhando, dentro de um pensamento bem maior da Universidade, é que precisamos integrar ainda mais as áreas e ter entrada ainda mais ampla nesse sentido. Pensar as grandes áreas de Humanas, entre outras. E em vez de pensar esse percurso de forma mais individualizada, ter determinados currículos já alinhados com outros cursos, especialmente estes que já são mais procurados pelos próprios alunos.

Rafael Vergili:

Bem interessante. Agora, tratando mais especificamente sobre "tecnologia", como a senhora entende que essa temática é abordada na matriz curricular? Restrita às disciplinas específicas que têm um título facilmente identificável com essa temática ou a discussão sobre tecnologia permeia o curso? Aqui peço para considerar apenas a tecnologia a partir do computador, do uso da Internet...

Fábia Pereira Lima:

Nós temos as duas situações. É uma discussão que atravessa a maioria das disciplinas, transversalmente, mas nós temos as disciplinas específicas de tecnologia também. Então, assim, nós temos o CCNM (Centro de Convergência de Novas Mídias), que é um núcleo que congrega diversos professores, que tem um grupo de pesquisa e que leva essa discussão da tecnologia para diversas disciplinas específicas. Então, nós temos tanto uma discussão que atravessa todas as disciplinas, conduzidas pelos docentes de todas as disciplinas que veem o atravessamento da tecnologia em seus objetos de estudo, como disciplinas específicas que são levadas especialmente por esse grupo de docentes que, no CCNM, organiza-se em torno de dois núcleos: o NucCon, que é o Núcleo de Pesquisa em Conexões Intermidiáticas, e o LabCon, que é o Laboratório de Convergência. Os estudos de tecnologia do CCNM (e do NucCon e Labcon, mais especificamente) giram hoje em torno de temas como culturas urbanas e processos sociotécnicos de comunicação, e têm trazido debates bem avançados sobre metodologias de trabalho e de pesquisa em redes sociotécnicas.

Rafael Vergili:

Abordando especificamente as disciplinas específicas que já constam na matriz curricular, eu identifiquei algumas em 2013 e outras em 2016. O que percebi foi que o número de disciplinas de tecnologia foi alterado nos últimos anos. Em 2013, por exemplo, era possível mencionar duas disciplinas obrigatórias: "Oficina em *Design* em Comunicação" e "Processos de Criação em Mídias Digitais". Em 2016, existe apenas uma disciplina obrigatória ("*Design* em Comunicação"), mas com carga horária dobrada. Além disso, aparentemente foi adicionada uma disciplina optativa: "Processos de Criação em Mídias Digitais". Há alguma razão específica para essas mudanças? Por que uma disciplina de tecnologia foi retirada e a carga horária de outra foi dobrada? Por que foi criada uma disciplina de tecnologia optativa?

Fábia Pereira Lima:

Nessa disciplina de "*Design* em Comunicação", foram os professores da disciplina que entenderam que a carga horária precisaria ser expandida. Então, eles apresentaram uma demanda que foi contemplada no novo Projeto Pedagógico. Foi realmente em função dessa demanda dos professores.

Já o caso da disciplina "Processos de Criação em Mídias Digitais" como optativa tem relação com um processo de agrupamento que nós fizemos para que as Diretrizes Curriculares fossem atendidas. Nós precisávamos compor uma carga horária muito alta, no nosso entendimento, em disciplinas obrigatórias específicas de Relações Públicas, por exemplo. Por esse reagrupamento, algumas disciplinas da comunicação – não específicas de RP – deixaram de ser obrigatórias, que foi o caso dessa disciplina. Porém, estão mantidas como optativas.

Mas, assim, o que nós percebemos? É que as disciplinas que discutem tecnologia têm uma demanda muito grande por parte dos estudantes. Então, acontece o seguinte: agora, por exemplo, nós estamos com três vagas abertas para concurso de docente. E uma das vagas será para um professor que não só discuta as novas tecnologias, como tenha uma entrada prática, para disciplinas de laboratório, porque nós estamos entendendo que essa é uma demanda muito urgente por parte dos nossos alunos. Então, isso talvez reconfigure um pouco essa matriz, com uma oferta maior, por exemplo, da carga optativa dos grupos G9, que contemple essas discussões.

Rafael Vergili:

E especificamente dessas duas disciplinas ("*Design* em Comunicação" e "Processos de Criação em Mídias Digitais") é possível explicar, por favor, se elas são mais teóricas ou práticas?

Fábia Pereira Lima:

"*Design* em Comunicação", na matriz antiga, era uma oficina. O interesse que nós tínhamos era de ofertar uma experimentação introdutória para os alunos, ou seja, já tinha esse viés mais prático. Agora, com o aumento da carga horária, conseguimos uma maior vivência por parte dos alunos já no início dos cursos.

Já a disciplina de "Processos de Criação em Mídias Digitais", nós temos muito cuidado quando vamos orientar os alunos, porque ela aparenta ser uma disciplina laboratorial, de prática, mas ela é teórica. Ela discute processos de criação e é muito focada na produção de conteúdo do Jornalismo. E é por isso, inclusive, que para o curso de Relações Públicas, ela tornou-se optativa do grupo G9.

E eu poderia citar ainda que "Estudos em Comunicação" (quando teóricas) ou "Tópicos em Laboratório de Comunicação" (quando práticas/laboratoriais) também são disciplinas que, muitas vezes, são voltadas para a área de tecnologia. Essas são disciplinas de conteúdo variável, ou seja, não ementadas – a ementa é proposta a cada semestre de oferta, que não é regular. Então, assim, a partir do momento em que temos docentes (e aqui entram, inclusive, estagiários docentes, que são alunos do PPGCOM da UFMG, do Doutorado ou até do Mestrado, com seus orientadores) que apresentem propostas de trabalhar algum aspecto das pesquisas que desenvolvem, da sua área, nós encaixamos em "Tópicos" ou "Estudos" da Comunicação. E tem sido frequente a oferta de tópicos relacionados à criação de conteúdo para mídias digitais.

Rafael Vergili:

E há algum motivo específico para que essas disciplinas de tecnologia sejam oferecidas na parte inicial do curso? Houve alguma discussão específica sobre essa organização?

Fábia Pereira Lima:

Não houve discussão específica sobre esse assunto. E eu não participei dessa organização, porque essa estrutura foi mantida de uma matriz curricular anterior, inclusive, ao meu ingresso no corpo docente da Universidade. O meu concurso de entrada foi em 2011. Portanto, essas duas disciplinas foram mantidas nos mesmos períodos.

Rafael Vergili:

E há algum limite de disciplinas optativas que o aluno pode fazer? Eu sei que existe um número mínimo de disciplinas que o aluno deve realizar, mas há um limite também? Vamos

supor que o aluno tenha grande disponibilidade de tempo e se interesse por determinado conteúdo, queira frequentar mais disciplinas de tecnologia...

Fábia Pereira Lima:

Pode. Nós temos o mínimo, mas o máximo é o que o aluno der conta de fazer. O que nós fazemos, na verdade, é orientar o aluno, principalmente no começo, quando o estudante entra muito empolgado, que é para que não se matricule em tantas disciplinas ao ponto de faltar fôlego, em determinado momento, para concluir as mínimas necessárias para ser aprovado.

Rafael Vergili:

Falando um pouco da estrutura tecnológica oferecida pela UFMG. Por exemplo, há projetor e sistema de áudio nas salas de aula para que o professor possa ministrar suas aulas?

Fábia Pereira Lima:

As aulas dos cursos de Comunicação Social (incluindo o de Relações Públicas) são realizadas, em sua maioria, na FAFICH (Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas) da Universidade Federal de Minas Gerais e lá a estrutura de sala de aula é baseada apenas no quadro negro com giz. Nós temos uma estrutura muito precária de laboratório, de computadores, de projetor, então é muito complicada essa parte de equipamentos.

Rafael Vergili:

Wi-fi disponível para alunos também não?

Fábia Pereira Lima:

Pega muitíssimo mal. O que nós temos feito, e nós estamos com uma discussão bem intensa na Congregação da FAFICH, sobre os espaços da Faculdade, porque tem cursos como o de Filosofia ou de Psicologia, que também estão lá, e que geralmente demandam menos desses equipamentos do que os de Comunicação.

Retomando: nós, da Comunicação, estamos com uma deficiência muito grande de estrutura, de equipamento e de espaço. Mas, ao lado da FAFICH, existe um Centro de Atividades Didáticas (CAD) da Universidade. A UFMG tem dois Centros de Atividades Didáticas, que nós chamamos de CAD1 e CAD2. Nós estamos ao lado do CAD2, que aí, sim, é um prédio novo, em que todas as salas têm acesso à Internet, projetor, todas são equipadas. Então, o que nós temos feito, é levar o máximo de disciplinas para lá. Só que o CAD atende simplesmente todos os cursos da Universidade. Portanto, é uma batalha, nem sempre nós conseguimos espaço. Quando nós conseguimos, fica tudo muito bom, mas, em alguns momentos, nós

realmente temos esse problema. E laboratórios para práticas mais específicas, com equipamentos mais sofisticados, nós realmente não temos.

Rafael Vergili:

Apesar dessa estrutura tecnológica não ser tão desenvolvida, é comum algum tipo de reclamação por parte dos professores sobre o uso excessivo de dispositivos móveis por parte dos alunos em sala de aula, por exemplo? Se sim, há algum programa oficial da Universidade para proibir ou incentivar o uso desses equipamentos?

Fábia Pereira Lima:

Às vezes acontecem alguns problemas, sim. Nós estamos começando a discutir essa pauta entre os professores. A Universidade começa, também, a questionar, tanto no sentido de nos demandar um investimento para oferta de atividades não presenciais, cursos à distância, para tirar os alunos da sala de aula e realizar cursos por meio da Internet. E, ao mesmo tempo, como encarar quando eles "estão" (fisicamente) em sala de aula, mas efetivamente não "estão" (em termos de concentração no conteúdo). Mas, assim, isso começou a ser discutido agora e não tem nada estruturado.

Não há nenhuma política oficial sobre esse uso da tecnologia em sala de aula. Eu, particularmente, em sala na aula, quando na atividade docente, tenho muita dificuldade para lidar com isso. Essa dificuldade é compartilhada pelos professores e cada um lida de uma forma diferente. Alguns não deixam nem pegar no celular, por exemplo, e outros sabem que é inevitável, então já tentam incorporar, aproveitar a situação para tentar interagir e pedir para os alunos fazerem pesquisa para complementar alguma informação. Mas isso é uma pauta que precisa ser desenvolvida, que ainda não existe.

Agora, sobre essa questão dos professores reclamarem para a coordenação, isso não acontece. Os problemas são resolvidos na própria sala de aula, na relação entre aluno e professor. Porém, até para que você possa entender mais adequadamente, essa nem seria a instância mais adequada, até porque como coordenadora de Colegiado, eu lido diretamente com alunos. Os professores, na realidade, se reportam ao Departamento. Então, são instâncias diferentes. Colegiado cuida do Projeto Pedagógico, voltado para os alunos os cursos e tal. E o Departamento é que de fato trabalha a parte docente. Portanto, é o Departamento que vai levar essa discussão entre os docentes, mas nas conversas isso já começa a ser debatido.

Rafael Vergili:

Aproveitando essa parte dos alunos que se reportam ao Colegiado, há algum programa para monitorar o perfil do egresso? Eles são absorvidos pelo mercado?

Fábia Pereira Lima:

Ainda não. Nós até temos o LARP (Laboratório de Relações Públicas Plínio Carneiro) vinculado ao Departamento. Lá nós temos uma profissional, uma técnica, que é RP, e que está desenvolvendo um projeto do Mestrado, em que a pesquisa será justamente fazer esse mapeamento. Nós já tivemos alguns esforços nesse sentido, mas não institucionalmente.

O professor Márcio Simeone, por exemplo, há uns 10 anos fez um mapeamento. Às vezes nós temos um Trabalho de Conclusão de Curso que tenta fazer esse mapeamento. Ou seja, nós temos isso pontualmente, mas nada feito institucionalmente e não mantemos registro dos dados, infelizmente.

Rafael Vergili:

Mas mesmo sem ter um programa para monitorar esses egressos, até pelo contato que vocês têm por meio de redes sociais, por exemplo, é possível perceber se o mercado de trabalho de Belo Horizonte é forte na área de Comunicação? Ou seja, se os profissionais de RP formados pela UFMG são absorvidos pelo mercado de Belo Horizonte ou se esses egressos acabam se mudando para outras cidades e Estados para conseguirem emprego na área...

Fábia Pereira Lima:

Na verdade, os nossos alunos são muito procurados pelo mercado. Por política nossa, eles podem fazer estágio a partir do 3º período, mas filtramos as vagas antes de divulgar e percebemos que são tanto numerosas como diversificadas. Eles não encontram dificuldade para se colocar no mercado de trabalho. Eles até escolhem onde querem estar. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais, por exemplo, é um grande celeiro nosso, acredito que quase toda a equipe de Comunicação seja de egressos nossos. Assim como as grandes empresas e as principais Agências de Comunicação da cidade. Temos muitos egressos empreendedores. Em Minas Gerais, também existem muitas mineradoras, então os egressos trabalham muito na área de Comunicação desse setor. Portanto, eles são absorvidos em Minas Gerais, se quiserem, mas sei que nós temos muitos ex-alunos no Rio de Janeiro, por exemplo, especialmente na Petrobras, mas parece mais por opção do egresso.

Rafael Vergili:

Retomando a discussão sobre as Diretrizes Curriculares, a senhora entende que essas diretrizes tornaram a matriz curricular mais engessada ou flexível?

Fábia Pereira Lima:

Eu entendo que foi necessário aumentar a carga de disciplinas específicas, mas, no caso, as diretrizes acabaram engessando a matriz curricular. A carga horária do curso de Relações Públicas ficou muito maior que a de Jornalismo, que já é um curso com uma carga muito maior que a de Publicidade e Propaganda.

Mas, pelo menos no caso da UFMG, isso é uma reclamação histórica dos alunos, em Relações Públicas, de não ter disciplinas específicas nem professores específicos de RP. Por muitos anos, o curso foi sustentado com um professor, dois ou três professores especificamente de Relações Públicas. Teve um momento em que tinha só o professor Márcio Simeone. Eram a professora Maria do Carmo, a Beatriz Bretas (Bia) e ele. A professora Maria do Carmo teve um problema na voz, foi afastada; a Bia se aposentou e ficou só ele. Então, como é que você sustenta um curso – na época, uma habilitação – só com um professor? Aí depois, com o tempo, foram (fomos) entrando mais três ou quatro professores. Então, pelo menos para a UFMG, foi muito necessário, porque nós precisávamos ter essa oferta de disciplinas para qualificar a formação. Nós não dávamos conta. As Diretrizes Curriculares nos forçaram a pleitear e garantir vagas para docentes específicos da área de RP. Ou seja, para nós, nesse sentido, veio a calhar.

Rafael Vergili:

E a senhora entende que as Diretrizes Curriculares foram imprescindíveis para essas mudanças ou naturalmente haveria algum tipo de discussão sobre o tema, mesmo que elas não tivessem entrado em vigor?

Fábia Pereira Lima:

Seguramente não haveria mudança, neste momento, na matriz curricular se não fossem publicadas essas novas Diretrizes Curriculares. Não que essa discussão não existisse. Nós temos dentro do Colegiado, o NDE (Núcleo Docente Estruturante), que se reúne periodicamente para discutir os Projetos Pedagógicos dos cursos (antes, habilitações). Então, essas questões pedagógicas do curso estão sempre sendo discutidas e avaliadas por esse grupo de professores, mas não havia interesse algum dos docentes nessa divisão da área em cursos autônomos. As diretrizes foram, neste sentido, absolutamente contrárias à proposta da UFMG, à forma como a UFMG compreende a Comunicação. Então, realmente, a mudança foi feita

para que as diretrizes do MEC fossem atendidas, não apenas por um anseio pedagógico proposto pelos docentes da área.

E nós fizemos essa alteração no Projeto Pedagógico, de certo modo, até de forma atropelada, porque nós tentamos negociar, até o último momento, para ver se conseguiríamos impedir isso. O grupo de professores, o Colegiado, o Departamento, nós tivemos muitas conversas com a Prograd (Pró-Reitoria de Graduação) da UFMG tentando ver o que era possível fazer para não termos que mexer na estrutura curricular. E é por isso que nós mudamos o mínimo possível. Nós tentamos manter a mesma matriz.

Rafael Vergili:

E isso aconteceu enquanto as Diretrizes Curriculares ainda estavam sendo discutidas ou após a publicação oficial?

Fábia Pereira Lima:

Aconteceu depois da publicação. Nós tivemos dois anos para adequar a matriz. E nesses dois anos, nós gastamos muito menos tempo discutindo o que iríamos fazer de mudança e muito mais tempo tentando impedir a mudança, lá na Reitoria, na Pró-Reitoria, tentando fazer frente a essa decisão.

Rafael Vergili:

Então, esse processo que eu gostaria de entender um pouco melhor. Essas diretrizes são obrigatórias ou a Universidade tem a opção de seguir algum outro documento para reformular sua matriz?

Fábia Pereira Lima:

São obrigatórias, para acatar a determinação do MEC. Todos os cursos de Jornalismo e Relações Públicas do Brasil precisaram se adequar às Diretrizes Curriculares Nacionais – apesar de termos conhecimento recente de que nem todos se adequaram. A questão das entradas separadas foi um ponto crucial no caso da UFMG, uma vez que os cursos que não se adequaram já tinham, ao menos, as entradas separadas e precisariam fazer apenas ajustes na estrutura dos cursos, nas disciplinas etc. No nosso caso, não haveria mais a possibilidade de reconhecimento do curso como Comunicação Social e, por isso, as entradas em cursos autônomos precisou ser feita e provocou uma mudança que entendemos ser mais radical.

Rafael Vergili:

E no momento das discussões sobre a reformulação da matriz curricular, houve alguma discussão especificamente sobre tecnologia e como ela deveria ser inserida na matriz?

Fábia Pereira Lima:

Ainda não tivemos uma discussão específica sobre esse tema. O que nós já detectamos, principalmente no Núcleo Docente Estruturante, que é a instância em que essas questões chegam efetivamente, é essa necessidade de uma inclusão maior de disciplinas de tecnologia. Então, isso já apareceu. E qual é a consequência mais imediata disso? Contratação de um professor específico dessa área. E agora nós teremos a possibilidade de ampliar as discussões e a oferta de disciplinas e laboratórios voltados para isso.

Rafael Vergili:

E por ser uma universidade pública existe certa flexibilidade para mudar frequentemente essas matrizes ou depende da aprovação de tantas instâncias que o processo fica muito demorado e as mudanças não ocorrem?

Fábia Pereira Lima:

Nós conseguimos alterar bastante as optativas, desde que mantidas as ementas. Nós podemos alterá-las, no sentido de atualizá-las, com bastante facilidade, livremente. As obrigatórias é que realmente demandam bastante tempo, uma vez que é necessário fazer uma alteração em todo o Projeto Pedagógico. Porém, é por isso que nós temos essas disciplinas como “Estudos em Comunicação” e “Tópicos em Laboratório de Comunicação”, porque elas permitem uma flexibilidade maior, permitem a inserção de qualquer conteúdo da área que seja entendido como pertinente à formação de nossos discentes.

Rafael Vergili:

Entendi. Basicamente eram essas as perguntas. Muito obrigado pela entrevista.

APÊNDICE E2 – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA DE ROSEANE ANDRELO (UNESP)

Entrevistada: Roseane Andrelo
Idade: 43 anos
Cargo: Coordenadora do curso de Relações Públicas
Instituição: Unesp (Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho")
Formação: Possui Graduação em Comunicação Social - habilitação em Jornalismo pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Mestrado em Comunicação Midiática pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e Doutorado em Educação Escolar pela Unesp de Araraquara.
Data: 23/08/2016
Horário: 10 horas
Local/Ambiente: Skype (com webcam)

Rafael Vergili:
Obrigado pela oportunidade de poder entrevistá-la. Em primeiro lugar, gostaria de saber um pouco mais sobre o funcionamento da coordenação na UNESP. A senhora é coordenadora do curso de Relações Públicas, mas eu gostaria de entender se há um coordenador-geral de Comunicação ou alguém responsável por coordenar todos os cursos de Comunicação, como Jornalismo, RP e Rádio e TV?
Roseane Andrelo:
A Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação tem seus departamentos. O curso de Relações Públicas está inserido no departamento de Comunicação Social. Esse departamento tem uma chefia. Então, há a chefe de departamento e depois os coordenadores de curso. No caso da Unesp, um coordenador de Jornalismo, uma coordenadora de Rádio e TV e uma coordenadora de Relações Públicas.

Rafael Vergili:
A senhora poderia dizer, por favor, há quanto tempo é coordenadora do curso? Quanto tempo dura a gestão? E quais são as suas principais atribuições como coordenadora do curso de Relações Públicas?

Roseane Andrelo:

Eu entrei na coordenação em 2015. Estou completando um ano como coordenadora do curso de Relações Públicas da Unesp. A gestão dura dois anos, mas especificamente agora, a Universidade como um todo – porque ela é muito espalhada, tem um perfil diferente, uma vez que existem unidades em várias cidades –, ela optou, por uma questão administrativa, por unificar os mandatos. A partir de então, todo mundo entra e sai no mesmo período. Então, para que isso aconteça, este mandato especificamente terá uma duração de três anos. Depois teremos outra eleição e tudo segue o ritmo normal.

Quanto às funções, vou descrever algumas coisas pontuais, ok? Até para não ficar muito genérico. Tem algumas questões mais de gestão e outras mais pedagógicas. Por exemplo, nós cuidamos desde a recepção do aluno ingressante. A integração desse aluno que chega ao curso, de pensar nos eventos de recepção para deixá-lo bem integrado, ciente de como a Unesp funciona, sobre a cultura do curso, em como interagir adequadamente com os demais alunos.

A atribuição de aula é um cargo da chefia, mas nós atuamos de modo integrado, elaborando o horário do curso e contribuindo com a atribuição de aula, verificando a demanda dos professores pelos espaços físicos de suas disciplinas, do que é necessário para lecionar.

Nós realizamos reuniões pedagógicas. Então, nós temos trabalhado com uma perspectiva de integração de disciplinas. Nós temos procurado intensificar o trabalho interdisciplinar, na medida do possível, uma vez que não é uma obrigação. A coordenação fica, portanto, responsável por permitir que isso ocorra. Nós fazemos uma reunião e organizamos os professores em grupos para que eles possam se integrar cada vez mais. E há a perspectiva de continuar com esse trabalho de integração.

Este semestre houve, por exemplo, uma greve aqui. Em universidade pública, nós lidamos com isso – não é o primeiro ano que tem greve –, ou seja, nós precisamos lidar com essas questões.

Além disso, nós temos um atendimento constante de alunos: desde alunos que vêm fazer reclamações, até os alunos que buscam intercâmbio, que vão para fora, de forma oficial, e que querem ter um auxílio para saber quais disciplinas eles devem fazer na outra universidade e quais disciplinas podem ser aproveitadas no seu retorno para a Unesp. Muitos alunos também optam por fazer um intercâmbio pela AIESEC, que apesar de não ser um intercâmbio oficial da Universidade, nós apoiamos também, porque entendemos que no curso de Relações Públicas, a noção clara do diálogo intercultural é muito importante. Nós valorizamos muito

isso. Nesse sentido, nós damos esse tipo de apoio e cuidamos para que o projeto político-pedagógico seja levado adiante da melhor maneira possível.

Rafael Vergili:

E existe alguma disciplina de tronco comum ou os coordenadores têm esse tipo de conversa que a senhora relatou anteriormente, mas não há um entrecruzamento direto entre as disciplinas de diferentes cursos? A disciplina de "Filosofia", que geralmente todos os cursos de Comunicação possuem, por exemplo, é dada separadamente para cada curso ou nesse tipo de disciplina, que é geral, os alunos de diferentes cursos fazem a disciplina na mesma sala?

Roseane Andrelo:

Isso pode ser uma vantagem e uma desvantagem. Eu já fui professora de universidade privada, coordenei curso lá e nós sabemos que muitas vezes, você ter uma disciplina comum pode representar uma economia de custos. Na universidade pública, em geral, não se tem isso. Pelo menos aqui na Unesp nós não temos isso.

Então, no caso de Filosofia, que você mencionou, por exemplo. Nós temos a disciplina de Filosofia, mas nós buscamos que o professor da disciplina de Filosofia consiga dialogar com a Comunicação e, no nosso caso, especificamente com Relações Públicas, assim como deve acontecer em outros cursos. Mas é claro que não é de todo ruim esse fato de ter disciplinas de tronco comum. Então, nós temos buscado, na direção da Faculdade, criar possibilidades para que os alunos possam cursar outras disciplinas, não só na área de Comunicação, mas em *Design*, em Arquitetura, que são alguns cursos que nós temos na nossa unidade. Ou seja, que ele possa cursas disciplinas fora das disciplinas específicas do seu curso de origem.

Nós temos buscado isso, mas, em geral, como você observou, é uma grade "fechada", uma grande específica para cada curso, com as disciplinas bem definidas.

Rafael Vergili:

Qual é o perfil do egresso que a Universidade busca formar? É um estudante mais voltado para o mercado ou mais para o ambiente acadêmico, um pesquisador, por exemplo?

Roseane Andrelo:

Eu entendo que não é possível especificar de uma forma tão clara, se é só para o mercado ou só para a academia. Nós buscamos trabalhar o perfil do egresso no sentido de torná-lo um gestor da Comunicação, e não apenas um profissional que trabalhará apenas com os instrumentos, embora o curso também busque capacitar o aluno para lidar bem com essa parte técnica e instrumental. Porém, de modo geral, seria um gestor que possa atuar na

Comunicação Pública, por exemplo, no Primeiro Setor. Tem um perfil muito grande que busca o Terceiro Setor, associações e entidades sem fins lucrativos. E também há a preparação para o aluno ser introduzido adequadamente no setor privado.

Ou seja, nós temos um projeto político-pedagógico, mas, Rafael, sinceramente, eu acredito que é no contato direto com o professor, quando nós fechamos a porta da sala de aula, que essas coisas começam a se concretizar. E qual é o perfil do professor, em geral? Em uma universidade pública, geralmente são professores com dedicação de 40 horas semanais, que têm obrigação de dedicar tempo à pesquisa, em que a maior parte também está na Pós-Graduação. Então, os professores acabam tendo, até por obrigação, um perfil acadêmico. Por esses motivos, o viés acadêmico acaba sendo forte.

Nesse sentido, nós temos a figura do professor substituto – professores que não podem orientar, além de outras limitações de suas atividades –, mas que, até por sobrevivência financeira, estão no mercado e trazem mais experiências do ambiente empresarial para a sala de aula. Conseguimos mesclar bem os professores que vivem e respiram a academia, assim como os que atuam no ambiente corporativo.

É muito comum que o aluno faça iniciação científica, assim como os alunos voltarem para fazer o Mestrado, até porque a Unesp tem Mestrado e Doutorado. Desse modo, nós temos alunos de Relações Públicas que acabam voltando e seguindo na área acadêmica.

Rafael Vergili:

De certa forma, a senhora já respondeu parte da pergunta que eu gostaria fazer agora: existe algum programa oficial da Unesp para acompanhar os egressos do curso de RP, seja no mercado de trabalho ou no campo da pesquisa? E, também, se eles tendem a ficar na própria cidade de Bauru, onde fica a unidade de RP ou se migram para São Paulo, capital, ou alguma outra região brasileira.

Roseane Andrelo:

Não há um programa sistematizado de acompanhamento do egresso para que eu possa compartilhar dados concretos, isso não existe aqui na nossa unidade. A Unesp tem desenvolvido, de modo geral, uma iniciativa nesse sentido a ser implantada em breve, mas ainda não há dados consolidados.

De qualquer forma, nós temos alguma noção, de modo mais informal, devido às redes sociais, que permitem fazer algum tipo de acompanhamento. Ocasionalmente, o núcleo de pesquisa da Unesp, específico de Relações Públicas, procura realizar algumas pesquisas com egressos. Eu até tenho aqui alguns dados dos últimos 10 anos: dos alunos que ingressaram entre 2006 e

2015, no curso de Relações Públicas, 69,5% dos ingressantes têm família no interior – não necessariamente em Bauru, acabam sendo até poucos propriamente de Bauru –, e quase 25% que chegam da região metropolitana de São Paulo. Por exemplo, quando eu me formei na Unesp, tinham dois alunos, de uma sala de 50, que eram de Bauru. Ou seja, muita gente de fora. Então, se nós pensarmos que muitos alunos voltam para a residência de origem, nós teremos uma pulverização muito grande.

Rafael Vergili:

Mesmo sem ter um programa oficial para esse acompanhamento do egresso, sabendo que muitos voltam para a cidade de origem, há uma tentativa de adaptar a matriz ou minimizar os efeitos relacionados à cultura diferente de uma região para a outra, ou alguma característica específica que o mercado possa ter?

Roseane Andrelo:

Existe a disciplina "Realidade Socioeconômica e Política Regional", em que os alunos compreendem um pouco a história da região, mas é uma disciplina de 2 créditos. Nós não focamos a formação deles para a região de Bauru. Eles procuram conhecer a região pela vivência e nós temos os projetos de extensão, que tentam dialogar com a sociedade, com as organizações. Então, na minha disciplina, por exemplo, os estudantes fazem trabalhos para organizações da cidade. Dessa forma, você dialoga com a cidade. Porém, não há uma formação específica para isso. Nesse sentido, a formação acaba sendo mais genérica, até porque, nos dias hoje, as pessoas circulam demais e não é incomum ter casos de alunos que saem até do país.

No curso de Relações Públicas, nós temos até um projeto bem forte com a Espanha, com a Universidade de Sevilha, um projeto de mercado, não um projeto de pesquisa. Então, nós procuramos ter a abordagem mais ampla possível e não restringir o mercado para os alunos.

Rafael Vergili:

Qual disciplina a senhora ministra no curso?

Roseane Andrelo:

Eu trabalho com "Técnicas de Relações Públicas", "Técnicas de Comunicação Dirigida". Eu ainda tenho uma disciplina da matriz curricular "antiga", que está em extinção, que se chama "Políticas e Sistemas de Informação". Essas são as tradicionais, mas ocasionalmente eu ministro aulas de "Planejamento" e "Introdução às Relações Públicas".

Rafael Vergili:

Mas não há nenhuma disciplina específica de tecnologia das que eu destaquei como "Linguagem da Comunicação III: Mídias Digitais", "Sociedade, Redes e Cidadania" e "Gestão e Mídias Sociais", correto?

Roseane Andrelo:

Especificamente essas que você mencionou, não. Porém, quando nós falamos sobre "tecnologia", nós temos que observar como estamos pensando essa "tecnologia". Por exemplo, a "Comunicação Dirigida" será uma comunicação mediada, em várias oportunidades, por algum tipo de tecnologia. Nesse sentido, você pode chamar o meio de comunicação como uma tecnologia. Ou seja, nós vamos tentar compreender a técnica, mas também ter uma compreensão da recepção, uma vez que a tecnologia faz sentido pelo uso social que temos dela. Identificar como as pessoas fazem uso da tecnologia, como ouvem rádio, por exemplo, como cada tecnologia se disseminou na sociedade, entre outras abordagens.

A disciplina "Políticas e Sistemas de Informação" tem a tecnologia muito forte, mas não como um instrumento. Nós buscamos pensar o papel da informação na sociedade e não é mais possível desmembrar o papel da informação da tecnologia em geral. Então, por exemplo, nós tentamos compreender aspectos como a regulamentação do uso da tecnologia, que tipo de políticas existem envolvendo tecnologias e informação na sociedade, até fazendo um comparativo com material da Unesco, de outros países, tentando relacionar a informação à tecnologia, mas, também, o consumidor dessa tecnologia. E nós buscamos canalizar na formação desse consumidor de tecnologia – estou chamando informalmente de consumidor, mas poderia ser usuário, enfim.

Ou seja, algumas das disciplinas que eu ministro têm uma carga forte de tecnologia, mas em outra perspectiva.

Rafael Vergili:

E os debates sobre a tecnologia – falo de tecnologia "contemporânea", vamos dizer assim, a partir da Internet, desconsiderando, no meu recorte, fotografia, televisão, rádio, entre outras tecnologias que antecederam o computador pessoal – têm aumentado nos últimos anos ou é um tema que sempre esteve presente em sala de aula, nos trabalhos e em projetos de pesquisa?

Roseane Andrelo:

A Unesp não tem a característica de ter uma formação muito tecnicista, da tecnologia pela tecnologia, mas nós pensamos, por exemplo, a tecnologia no aspecto da cultura. Como a

cultura organizacional dialoga, como ela impacta e é impactada pela cultura externa a essa organização. E a tecnologia faz essa mediação. Então, de certo modo, ela está presente em todo momento.

Mas voltando na sua pergunta, o debate se ampliou, sim, nos últimos anos. Nós percebemos isso pela escolha dos temas de trabalhos de alunos, por exemplo.

Rafael Vergili:

Agora voltando para a questão da matriz curricular, como até a senhora comentou anteriormente, a matriz curricular é realmente "fechada", certo? Não há realmente disciplinas optativas?

Roseane Andrelo:

Ela é fechada, mas o estudante pode, como aluno especial, buscar disciplinas em outros cursos. Há até "intercâmbio" com a USP, em que os alunos fazem algumas disciplinas que podem ser aproveitadas. Porém, não é o que acontece na maioria das vezes, porque você tem disciplinas de segunda a sábado e, com isso, fica até difícil para que ele procure disciplinas fora, uma vez que é obrigado a cumprir as que estão na matriz curricular. Nesse sentido, pode ser considerada uma matriz curricular fechada, sim.

Rafael Vergili:

Agora eu vou para uma questão que considero uma das mais importantes para a minha pesquisa, em que eu comparei a matriz de 2013 com a atual, de 2016. E eu percebi, nesse sentido, observando determinadas palavras-chave, que a disciplina que era facilmente identificável como sendo de tecnologia em 2013, era a "Técnica Redacional III: Texto Digital". E, em 2016, agora existem três disciplinas de tecnologia: "Linguagem da Comunicação III: Mídias Digitais", "Sociedade, Redes e Cidadania" e "Gestão e Mídias Sociais". A partir daí que eu gostaria de entender – e se a senhora quiser descrever bem detalhadamente, fique à vontade – quais são os principais motivos para esse aumento? Eu não sei se a senhora participou diretamente da reestruturação da matriz, mas se puder indicar o que entende que foi o principal motivo para esse aumento no número de disciplinas de tecnologia, isso seria bem importante para a Tese.

Roseane Andrelo:

Eu não era coordenadora do curso, mas eu era do Conselho de Curso e era da Comissão de Reestruturação. Então, eu participei. Eu entendo que é interessante apontar, pelo menos na

nossa visão, que o fundamental não é apenas a matriz pronta. Ou seja, agora nós olhamos uma matriz pronta, mas, para nós, é muito importante observar todo o processo.

Nós não tivemos um grupo fechado que foi lá e impôs uma nova matriz. Em um processo que foi bem demorado, que durou mais de um ano, nós criamos grupos.

Nesse sentido, por exemplo, teve um grupo que fez uma pesquisa com egressos, pesquisa de opinião para saber o que eles estavam achando do mercado, que dificuldades eles tiveram, o que eles gostaram do curso, quais conteúdos faltaram etc. Esses dados foram muito importantes.

Também teve um grupo que foi estudar a legislação da área de Relações Públicas. Outro que focou bastante nas Diretrizes Curriculares. Teve um aluno que fez um trabalho com diretrizes de outros países, considerando que hoje o mundo é muito aberto.

Desse modo, com os resultados obtidos pelos grupos de estudo, em uma Comissão que foi formada, nós pudemos discutir e repensar alguns pontos. Nós temos que considerar o perfil e a cultura da organização. É uma estrutura com diversos departamentos. Então, a maior parte das disciplinas está no departamento de Comunicação, mas nós temos uma formação bem humanística. Por isso, pouco menos da metade não está no departamento de Comunicação, está no departamento de Ciências Humanas e nós ainda temos o departamento de Engenharia de Produção e o departamento de Psicologia. Ou seja, vários atores envolvidos.

Eu contextualizei para demonstrar que isso, em alguns momentos, pode resultar em adaptações para elaborar a matriz. Nós temos que pensar na estrutura da Universidade. Por exemplo, quando você está em uma universidade privada e falta um professor com determinado perfil para uma disciplina “X”, que, por exemplo, foi inserida na nova matriz, você vai ao mercado e rapidamente contrata alguém. Em uma universidade pública, muitas vezes você não tem essa agilidade. Eu tenho alguns mecanismos, alguns professores substitutos, mas eu não tenho a mesma agilidade. Da mesma forma, na reestruturação da matriz, eu vou cortar um grande número de disciplinas, que estão com alguns professores e esses professores não são demitidos, uma vez que são concursados.

Desse modo, quando nós fazemos esse processo, o pensamento para a reestruturação é muito diferente de uma universidade privada, por exemplo. Nós temos que olhar para o mercado, para as diretrizes, para a flexibilidade da nossa organização, entre outros fatores. Então, esse processo de reformulação envolveu uma ampla negociação. E como negociar às vezes não é tão fácil, isso fez com que todo mundo saísse da sua zona de conforto e tivesse que repensar as suas próprias disciplinas.

Por exemplo, as disciplinas que estavam com os colegas de Ciências Humanas tiveram também que se atualizar frente ao que está acontecendo no mundo. Não há como pensar nas novas relações humanas sem pensar em interação. E se nós pensamos em interação, a tecnologia está obrigatoriamente presente. Então, mesmo o professor que dá uma disciplina clássica, mais tradicional – eu pretendo chamar assim para não nomear um ou outro –, também intensificaram esse diálogo com questões mais voltadas à tecnologia. E esse período de reformulação da matriz foi um momento muito propício para essa discussão e para essa atualização.

Rafael Vergili:

Apesar dos seus comentários de que houve um aumento de discussões sobre o tema, além daquelas três disciplinas que comentei anteriormente, existe alguma outra disciplina que tenha uma carga maior de discussão sobre tecnologia, mesmo que não sejam facilmente identificadas pelo título da disciplina como sendo de tecnologia?

Roseane Andrelo:

Nós estaríamos incluindo a disciplina de "Estatística", que vai ensinar a fazer estatística pelo computador, por exemplo, ou não? Você quer alguma que possa lidar com o ato de pensar sobre a tecnologia?

Rafael Vergili:

Seriam mais as disciplinas que tratam dessa questão de reflexão sobre a tecnologia. No caso específico de uso da tecnologia, poderiam ser até disciplinas em que o aluno utiliza a máquina, mas para questões relacionadas à programação ou geração de conteúdo de redes sociais, por exemplo. Não só do uso em aula, mas com conteúdos que têm relação com tecnologia.

Roseane Andrelo:

Existe a disciplina "Comunicação, Estética e *Design*", que é nova. Nós tínhamos uma disciplina voltada à estética, mas era uma disciplina mais teórica. Agora, a nova disciplina tem o aparato da estética, teórico, mas depois os alunos aprendem programas de edição de conteúdo, algum material de comunicação. Então, essa é uma disciplina que talvez pelo nome não seja tão facilmente identificada como de tecnologia, mas que tem alta carga de conteúdo do tema, feita em laboratório e com uma parte prática interessante.

Não sei se foge do seu recorte, mas a disciplina "Linguagem da Comunicação II: Audiovisual" também discute o tema, quando trata de Web Rádio e Web TV, por exemplo.

A disciplina de “Comunicação Dirigida”, que envolve essas questões, em que nós trabalhamos um pouco com reflexões sobre redes sociais.
Acho que além das que você já mencionou, essas são as principais.

Rafael Vergili:
Tratando especificamente das três disciplinas que eu destaquei anteriormente (“Linguagem da Comunicação III: Mídias Digitais”, “Sociedade, Redes e Cidadania” e “Gestão e Mídias Sociais”), seria possível mencionar do que elas pretendem tratar e quais seriam as abordagens usadas? Eu sei que algumas são novas e ainda nem tiveram alunos que frequentaram a disciplina, mas em teoria, do que elas tratariam? Seria possível dizer?
Roseane Andrelo:
“Linguagem da Comunicação III: Mídias Digitais” é uma disciplina de texto e produção de redação para meios digitais. Então, o laboratório é usado, mas não é uma disciplina limitada à produção, há uma discussão também, mas é, sobretudo, para desenvolver materiais. É uma disciplina muito voltada para a prática.
“Sociedade, Redes e Cidadania” é uma disciplina do Departamento de Ciências Humanas e essa foi uma daquelas que eu disse que foi feita uma releitura. Ela foi feita com a ideia da transparência pública – ela não é específica de Comunicação Pública, mas ela dialoga com a Comunicação Pública. Geralmente quem ministra é um professor que estuda os portais a partir de critérios metodológicos para ver quão transparentes e democráticos são esses portais, qual o nível de participação da população, se está ligada ao direito da informação e ao direito à Comunicação. Grosso modo é isso.
A disciplina de “Gestão e Mídias Sociais” é realmente nova. É uma que não existia na matriz antiga e não tinha como não ser inserida na matriz nova. Nós trabalhávamos alguns conteúdos dessa disciplina em “Comunicação Dirigida”, mas ela era um conteúdo a mais da Comunicação Dirigida e hoje, até olhando para o que é oferecido pelo mercado, nós especificamos. Essa disciplina está ligada à profissão de Relações Públicas, no sentido de fazer gestão de relacionamento, gestão de conteúdo via mídias sociais. Essa é bem específica.

Rafael Vergili:
Essas três disciplinas que eu citei, além da que a senhora mencionou, elas podem ser consideradas mais teóricas ou práticas? A senhora já citou que uma delas (“Linguagem da Comunicação III: Mídias Digitais”) é muito voltada para a produção, certo? Vamos dizer,

então, que ela pode ser considerada mais prática, correto? E as outras, tendem mais para a prática ou para a teoria?

Roseane Andrelo:

"Linguagem da Comunicação III: Mídias Digitais" é mais prática, sim, assim como a disciplina "Gestão e Mídias Sociais". A que é mais teórica é a disciplina "Sociedade, Redes e Cidadania", que tem uma carga de reflexão sobre o tema maior.

Rafael Vergili:

Essas disciplinas que nós mencionamos geralmente entram na parte final do curso. Há alguma razão específica para que isso ocorra ou acontece por uma disponibilidade de professores que são mais próximos dessa temática, enfim...

Roseane Andrelo:

Da matriz curricular antiga, era um problema que nós percebíamos. Nós tínhamos um primeiro semestre todo de Humanas: "Sociologia", "História da Comunicação", "Teorias da Comunicação", mas não tínhamos praticamente nada de Relações Públicas nesse período. Nós compreendíamos isso como um erro e eu acho que, em grande parte, nós conseguimos corrigir isso com a nova matriz curricular.

Portanto, na nova matriz, nós buscamos uma melhor distribuição das disciplinas específicas de RP e, também, das disciplinas práticas. Por exemplo, a disciplina de "Introdução às Relações Públicas" passou para o primeiro semestre, até para o aluno ter a chance de falar "não gostei desse curso", poder ir embora e cuidar da vida dele o quanto antes.

Mas respondendo diretamente ao seu questionamento, eu entendo que a ideia de deixar essas disciplinas mais para o final do curso é dar uma maturidade maior, uma base maior para quando ele encarar aquela tecnologia, ter um repertório melhor para lidar com aquela tecnologia, seu uso e sua estrutura. Alguns alunos são muito novos, entram na Graduação com 16, 17 anos. É importante que esses alunos tenham maturidade e repertório para lidar com esses temas. Então, deixar essas disciplinas para o final torna-se importante.

Rafael Vergili:

Quando foi realizada a discussão para a elaboração dessas novas disciplinas, houve alguma discussão específica sobre disciplinas de tecnologia ou essa questão não foi muito debatida? Por exemplo, alguma discussão sobre a necessidade de aumentar o número de disciplinas ou a carga horária de disciplinas que tratem de tecnologia. Ou algum debate sobre ter um aumento na carga de reflexões sobre tecnologia, mas dentro de disciplinas que já existem. Enfim...

Roseane Andrelo:

Talvez não com essa nomenclatura ("tecnologia"), mas uma discussão forte que tivemos foi sobre o grau ou sobre a quantidade de disciplinas práticas. Porém, sempre que se discute disciplina prática, a questão de tecnologia perpassa o debate. Só que não recordo de usar insistentemente a nomenclatura "tecnologia", mas a ideia era essa, de aumentar disciplinas de produção, que, de certo modo, envolveriam a tecnologia.

E, por outro lado, existia uma preocupação, de um grupo de professores, para que nós não transformássemos RP em um curso técnico. Então, tudo bem, disciplinas práticas estarão inseridas, mas sempre com algum tipo de reflexão que acompanhasse essa parte técnica.

Eu entendo que a discussão sobre como distribuir as disciplinas dentro daqueles quatro grandes eixos complementares definidos pelas Diretrizes Curriculares – "Eixo de Formação Geral", "Eixo de Comunicação", "Eixo de Relações Públicas" e "Eixo de Formação Suplementar" – foi a que demandou mais tempo. Acredito que esse debate sobre os eixos foi mais intenso do que uma discussão específica sobre tecnologia, por exemplo. Ou seja, nós começamos a criar disciplinas que buscassem articular umas às outras. A grande questão – quase que eterna – é como aliar a prática à teoria. A tecnologia estava lá no meio, de forma transversal, era um tema que perpassava todas as discussões, mas não necessariamente como um ponto central de debate.

Tem um grupo, por exemplo, que discute o diálogo intercultural no curso de Relações Públicas. Então, nós temos sempre trabalhado com isso, a formação do aluno para lidar com essa diversidade de culturas. E onde tem ocorrido esse ponto de interação? Tem ocorrido, sobretudo, pela tecnologia. Então, ela também entra no curso por esse lado.

Rafael Vergili:

Agora falando da estrutura, de modo geral, além dos laboratórios que a senhora já mencionou, quais são os equipamentos oferecidos para que os professores ministrem essas disciplinas em sala de aula?

Roseane Andrelo:

Nós temos em sala de aula: projetor, já instalado; computador, que também já fica na sala de aula, sempre com sistema de áudio instalado; uma sala nova para aula invertida, que nós conseguimos para o curso de RP com uma verba de um programa da Unesp, em que além do computador e do projetor para o professor, há vários televisores na parede, em que os alunos podem ligar seus notebooks e outros dispositivos móveis, ou seja, em que a sala não pode ser

considerada um laboratório, mas também não é uma sala de aula tradicional; e nós temos os laboratórios de informática com todos os computadores e aparatos necessários.

Rafael Vergili:

E no caso do estudante, ele pode usar tecnologia em sala de aula? Há alguma política da Universidade que proíba o uso de *smartphone* em sala de aula ou isso nunca foi um problema? É algo que depende da cada professor ou há alguma norma oficial?

Roseane Andrelo:

Nós fizemos essa discussão este ano, a pedido até da reitoria, porque nós até temos uma Lei, mas essa Lei, apesar de vigorar no Estado de São Paulo, no nosso entendimento, ela se aplica mais à educação básica. Porém, a Universidade queria saber o nosso ponto de vista a respeito disso para ver se poderia normatizar. E não é uma discussão fácil, uma vez que a tecnologia faz parte da cultura do aluno e nós entendemos que, em muitos momentos, ela ajuda na sala de aula. Mas, em outros muitos momentos, ela atrapalha, porque ela pode distrair. Só que nós chegamos à conclusão de que o que distrai não é só a tecnologia. O aluno pode estar sem nenhum equipamento tecnológico na mão, sem olhar para nada e nós não sabemos onde o pensamento dele está.

Basicamente, eu posso dizer que é uma discussão que apenas começou, que deve ser mais discutida, mas nós não temos uma normatização que proíba. A liberdade é do professor de gerenciar. Pelo que eu acompanho do curso de Relações Públicas, não há uma proibição. Há uma orientação para o uso correto, o uso pedagógico das tecnologias.

Rafael Vergili:

Mas nunca houve um problema muito grande, um caso emblemático de excesso de reclamações por parte de professores e alunos para o uso de tecnologia em sala de aula?

Roseane Andrelo:

Reclamação de aluno que não presta atenção existe, mas não chegou nada muito importante na coordenação – pelo menos nesta gestão – ou no Conselho de Curso, que é o Colegiado. Nenhuma questão que mereceu um olhar mais atento de comportamento. Isso nunca aconteceu. O que existe são aquelas discussões eternas sobre o aluno prestar – ou não – atenção na aula, como proceder nesses casos etc., mas nada muito grave.

A tecnologia gera essas dificuldades, mas também benefícios. Eu já tive aluno em sala de aula que complementava informações que eram dadas em sala de aula, deixavam a aula mais interativa e completa.

Rafael Vergili:

Falando agora mais diretamente da estrutura das disciplinas, o conteúdo programático, as referências usadas pelo professor. Há liberdade para que o professor possa usar referências diferentes das que foram estabelecidas?

Roseane Andrelo:

O professor não pode mexer na ementa. A ementa precisa passar pelos Colegiados, mas a avaliação e as referências ele pode mexer.

Não há uma orientação do curso, por exemplo, em "Teorias da Comunicação" que defina: "a nossa linha, enquanto curso, é 'Escola de Frankfurt' ou é de é 'Estudos Culturais'. Não há uma orientação rígida, até porque nós entendemos que essa riqueza de olhares é muito importante para a formação do aluno. Então, o professor pode, sim, inserir referências na disciplina. Nós vamos ter perfis, até de acordo com as pesquisas realizadas. Ou seja, eu tenho um professor que trabalha bem com a questão da transparência, ele é uma referência no assunto. Depende muito do professor que assume a disciplina naquele determinado período.

Rafael Vergili:

Eu gostaria de tratar mais detalhadamente da flexibilidade das matrizes curriculares diante das Diretrizes Curriculares. Gostaria de saber qual influência as Diretrizes Curriculares de 2013 tiveram na matriz de 2016. Se a discussão sobre uma mudança de matrizes foi anterior à homologação das Diretrizes Curriculares, ou não, uma vez que os debates sobre as diretrizes já ocorrem há alguns anos. Então, basicamente, eu gostaria de entender qual o peso que essas diretrizes tiveram na mudança da matriz curricular?

Roseane Andrelo:

O peso foi grande, até para ser um argumento para a necessidade de mudança. Nós não tivemos a obrigação explícita: "saíram diretrizes, vamos correr para mudar a matriz curricular", até porque esse "correr" não é tão rápido. Fechado esse projeto novo no grupo, ele passou por Conselho de Curso, por Congregação, teve que ir para a Reitoria. Então, de certo modo, ele passou por uma série de Colegiados dentro da instituição. Portanto, nós sabíamos que a partir do momento que esse processo fosse finalizado, ele ainda iria demorar a entrar em vigor, para funcionar na prática.

Podemos dizer que o que motivou, mesmo, é que estava no momento certo de discutir, mas as diretrizes impulsionaram o processo.

Rafael Vergili:

Então, de certo modo, a senhora entende que mesmo que essas novas diretrizes não tivessem sido aprovadas e entrado em vigor, uma nova matriz curricular seria discutida, mas talvez não com a mesma velocidade de implantação?

Roseane Andrelo:

Com certeza.

Rafael Vergili:

A senhora pode explicar melhor como funcionam essas Diretrizes Curriculares nas universidades? Por exemplo, se elas tendem a ser obrigatórias, se os coordenadores são informados sobre o assunto apenas quando elas já estão na fase de homologação ou se o acompanhamento é contínuo desde a formulação da proposta. Enfim, descrever como esse processo funciona.

Roseane Andrelo:

Existem alguns olhares para essa questão. A orientação que nós temos, a orientação jurídica, que eu não sei se é a mais correta, é que são diretrizes, não são necessariamente normas. A orientação, então, é que são diretrizes e que nós poderíamos segui-las, preferencialmente segui-las, mas não obrigatoriamente.

Além disso, nós temos algumas características importantes que precisam ser destacadas, especialmente relacionadas às diferenças entre universidades privadas e públicas e, mais ainda, a uma característica específica de universidades estaduais do Estado de São Paulo.

Por exemplo, quando eu dava aula em uma universidade privada, nós recebíamos a Comissão de Avaliação dos Cursos do Ministério da Educação (MEC). Todas as universidades recebem. O olhar da avaliação é muito voltado, inclusive, para essa parte das diretrizes. Na universidade privada, ela responde diretamente ao MEC. As universidades estaduais do Estado de São Paulo respondem, por sua vez, ao Conselho Estadual de Educação. Mas que base o Conselho Estadual usa para avaliar os cursos? Então, normalmente, também são as Diretrizes Curriculares. Portanto, são algumas questões que não são tão bem definidas. Você poderia seguir determinada “regra” das Diretrizes Curriculares e como a instituição é avaliada pelo Conselho Estadual, os critérios de avaliação possivelmente serem outros.

Rafael Vergili:

A senhora entende que essas Diretrizes Curriculares propiciaram a elaboração de matrizes curriculares mais engessadas ou flexíveis, se comparadas com as diretrizes anteriores?

Roseane Andrelo:

Eu entendo que não são as diretrizes que engessam a matriz, mas as características de cada universidade.

Por exemplo, quando eu coordenei o curso de Relações Públicas em uma universidade privada, eu tinha as diretrizes e eu tinha a planilha. Eu precisava fazer a matriz nova, olhando as diretrizes e olhando a planilha de curso. Percebe? Isso engessa. Não é possível fazer tudo o que se quer.

Quando eu estou em uma universidade pública, eu não tenho a planilha, mas eu não tenho aquela situação que eu coloquei anteriormente: a rapidez na tomada de decisão, eu não posso sair contratando e demitindo pessoas para que as necessidades das novas diretrizes sejam atendidas, entre outras situações.

Então, no meu ponto de vista, as diretrizes, isoladamente, nem engessam nem deixam mais flexíveis. Isso ocorre a partir do diálogo dessas diretrizes com a situação que eu terei na organização, da cultura organizacional, da forma de gestão da organização.

Rafael Vergili:

Houve alguma mudança significativa, algum ponto específico das Diretrizes Curriculares que alteraram diretamente a dinâmica do curso?

Roseane Andrelo:

Acho que os dois principais pontos que eu gostaria de destacar são: as atividades complementares e o estágio obrigatório.

No que diz respeito às atividades complementares, nós mudamos o sistema de gestão e criamos o hábito de emitir certificados para comprovação das atividades em vários tipos de eventos, como os Ciclos de Palestras, entre outros.

Já na questão específica do estágio, para quem tem o campus no interior, que é o caso da Unesp, isso mudou bastante. Antes nós tínhamos o estágio não obrigatório, que agora passou a ser obrigatório. Com essa obrigatoriedade, todos os alunos têm que realizar. Bauru não é uma cidade pequenininha, a cidade tem aproximadamente 400 mil habitantes, mas também não é enorme, com tantas oportunidades para estágio de Relações Públicas. Então, nos projetos de extensão nós tivemos que criar mecanismos para que esses alunos pudessem cumprir seu estágio.

Portanto, para mim, na sala de aula, como professora, as diretrizes impactaram, uma vez que eu tive que olhar e rever as minhas disciplinas. Mas enquanto gestora, o que impactou mais, se for pensar nessas novas diretrizes e, por consequência, na nova matriz, ter atividades

complementares, ter estágio e ter as disciplinas articuladoras. Sendo que as duas primeiras (atividades e estágio) foram as mais impactantes.

Rafael Vergili:

Há alguma extensão universitária ou curso complementar mais focado em programação, literacias digitais ou algo relacionado à tecnologia tanto para o público interno como para o público externo?

Roseane Andrelo:

A Unesp fez uma revisão da sua extensão. Hoje, as extensões seguem a Política Nacional de Extensão. Por exemplo, um projeto que tenha como meta atingir só o público interno, ele não é mais extensão. Um projeto que busque algo como "eu vou ensinar algo para alguém", não é mais extensão, porque entende que a demanda tem que vir com a sociedade. Não só que a gente leve, mas que a gente receba. Então, nós podemos ter até alguns cursos complementares, mas enquanto extensão nós temos essas questões de definição um pouco diferentes.

O que nós temos de literacias, que eu posso citar, na nossa compreensão da literacia, no curso de Relações Públicas, é um projeto de extensão, em que nós partimos de alguns pressupostos, como: se nós olharmos para o público das organizações, cada vez mais são pessoas que têm acesso ao Facebook, por exemplo. E essas mídias sociais mudam a noção de tempo-espaço. Então, a noção do que é "eu estou dentro do meu horário de trabalho, eu estou dentro do meu local de trabalho". Essas barreiras estão perdendo o sentido. E com a mobilidade, eu acesso as minhas mídias sociais, em movimento, em qualquer horário. E a noção de que uma pessoa, em determinado local, é profissional e, em outro local, é pessoal, se mistura muito. E essas pessoas impactam, são importantes na construção da imagem corporativa.

Então, eu tive uma mestranda, que ela fez um levantamento, e é enorme o número de demissões por justa causa, de pessoas que usaram suas mídias sociais fora do tempo-espaço da organização, e que sequer tocaram no nome da organização, mas que publicaram conteúdos que a organização entendeu que impactavam. Então, quando nós fazemos aquela distinção clássica de *stakeholders* [públicos de interesse ou partes interessadas], quando analisamos o público interno, entendemos que o público interno também é mídia. E é uma mídia importante, uma vez que até pesquisas da Edelman mostram isso, demonstram a influência que pessoas comuns têm na credibilidade das organizações. Enfim, é todo um cenário muito mais completo que é difícil de apresentar aqui de forma resumida. Porém, foi

pensando nisso que nós criamos um *site* e nós produzimos materiais que buscam a formação em competências comunicacionais, informacionais e digitais.

Ou seja, nós trabalhamos com literaciais nesse sentido de formação, a partir da Internet, até porque nós estamos aprimorando e tentando trabalhar com a perspectiva da educação aberta. Eu provoco, transmito um conteúdo, mas é na interação com os usuários que eu vou ter essa formação. Nesse sentido, se esse projeto coaduna com o que você entende como literacias, esse é um deles.

Rafael Vergili:

Entendo que foram ótimos exemplos, sim. Bom, professora, basicamente eram essas informações que eu precisava. Muito obrigado pela entrevista.

APÊNDICE E3 – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA DE LILIAN MATHEUS MARQUES (UNISANTOS)

Entrevistada: Lilian Matheus Marques
Idade: 45 anos
Cargo: Coordenadora do curso de Relações Públicas
Instituição: Universidade Católica de Santos (UNISANTOS)
Formação: Possui Graduação em Relações Públicas pela Universidade Católica de Santos e Graduação em Jornalismo pela mesma instituição. Possui MBA em Marketing pela UNISANTOS. É Mestre em Educação pela Universidade Católica de Santos.
Data: 21/09/2016
Horário: 15 horas
Local/Ambiente: UNISANTOS (Campus Dom Idílio José Soares) – Santos/SP

Rafael Vergili:
Obrigado pela oportunidade de entrevistá-la. Em primeiro lugar, eu olhei a estrutura da coordenação da UNISANTOS pelo *site* e percebi que a senhora é coordenadora do curso de Graduação em Relações Públicas especificamente. Pelo que vi, também existe um Coordenador Acadêmico de Comunicação, correto?

Lilian Matheus Marques:
Isso. Eu sou coordenadora do curso de Relações Públicas e coordenadora do Departamento de Relações Públicas. Até 2014, não existia essa figura de coordenador de Comunicação. Todos os três cursos (Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas) trabalhavam isoladamente.

Aqui, pelo Regimento, nós não podemos ser eleitos e reeleitos por três mandatos. Então, o nosso atual Coordenador de Comunicação já havia sido eleito duas vezes para ser coordenador de Jornalismo, e ele trabalhou muito bem esse processo e transita muito bem nas três áreas.

Então, em 2014, aproveitando também o surgimento anterior das DCNs (Diretrizes Curriculares Nacionais) de Jornalismo e de Relações Públicas, criou-se essa figura do Coordenador Acadêmico, que é o professor Paulo Roberto Börnsen Vibiam, para congregar e trabalhar com os três cursos de Comunicação Social.

Rafael Vergili:

E como funciona essa divisão entre a coordenação de Relações Públicas e a Coordenação Acadêmica? A senhora fica mais responsável pelo Projeto Pedagógico, outra parte mais administrativa, enfim, existe alguma divisão clara?

Lilian Matheus Marques:

Na verdade, não. A figura do coordenador de Comunicação serve mais como um apoio para quando você precisa resolver uma questão que você não tem autonomia para resolver sozinho. Porém, a responsabilidade do curso é toda do coordenador específico de cada curso ("Relações Públicas", "Publicidade e Propaganda" ou "Jornalismo").

Rafael Vergili:

E como funcionam os três cursos ("Relações Públicas", "Publicidade e Propaganda" ou "Jornalismo")? Há algum tipo de integração? Existem disciplinas de tronco comum?

Lilian Matheus Marques:

Nós começamos a ter disciplinas de tronco comum em 2015. Porém, por uma questão até de sustentabilidade financeira, nós tivemos que começar a compartilhar as disciplinas de tronco comum. Antes, nós não compartilhávamos nenhuma disciplina, cada curso tinha suas disciplinas, dentro da sua grade.

Hoje, nós compartilhamos, dentro desse novo modelo que nós instituímos em 2015, dois dias e meio da semana: segunda-feira, terça-feira e a primeira aula de quarta-feira. Nesses dias, os alunos de Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas dividem a mesma sala de aula. Os outros dois dias e meio da semana são apenas de disciplinas específicas de Relações Públicas. Até para garantir a caracterização de cada curso.

Rafael Vergili:

No TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), há algum trabalho compartilhado ou são todos divididos por cursos?

Lilian Matheus Marques:

O TCC na Universidade nunca foi unificado. Todos os Trabalhos de Conclusão de Curso sempre foram realizados separadamente nas três áreas, nunca houve projeto integrado. Entre os cursos de Graduação da Universidade e das áreas da Comunicação Social, Relações Públicas foi um dos pioneiros na implantação do TCC, no final da década de 1970. Então, na época, não havia condições de poder compartilhar com outros. Até porque são formatos muito diferentes entre as três áreas.

Rafael Vergili:

E formato sempre é de Projeto Experimental ou há possibilidade de realizar Monografia?

Lilian Matheus Marques:

Os Projetos Experimentais são realizados em grupos de até três alunos. E a Monografia é feita individualmente, independentemente de ter feito iniciação científica.

Rafael Vergili:

A senhora exerce o cargo de coordenadora de Relações Públicas há quanto tempo?

Lilian Matheus Marques:

Eu assumi a coordenação do curso em agosto de 2013, em virtude da licença-maternidade da coordenadora na época. E ainda no final de 2013, na reunião de Colegiado, eu fui aclamada novamente para ser coordenadora no período de 2014-2017.

Rafael Vergili:

Então, a senhora participou diretamente da estruturação da matriz curricular atual do curso, correto?

Lilian Matheus Marques:

Sim. Já era coordenadora à época e participei diretamente do processo.

Rafael Vergili:

E a senhora é responsável por ministrar alguma disciplina de tecnologia?

Lilian Matheus Marques:

Não. Eu ministro as disciplinas “Projeto Laboratorial I”, que é um Projeto de Comunicação Institucional, “Cerimonial, Protocolo e Etiqueta Empresarial” e “Planejamento e Organização de Eventos”, além de orientar Trabalhos de Conclusão de Curso.

Rafael Vergili:

Agora, sobre o perfil do egresso: qual o perfil do aluno que vocês buscam formar? Mais voltado para o mercado ou para a academia?

Lilian Matheus Marques:

As disciplinas e as possibilidades de desenvolvimento de Iniciação Científica que são oferecidas no contexto do curso geram oportunidades para que o egresso opte pelo perfil mercadológico ou acadêmico. Nós temos egressos que atuam nas duas vertentes. Eu tenho aluno que tem perfil extremamente acadêmico, que você já percebe, ainda dentro do curso, que ele vai partir para a academia. É aquele aluno que já começa a fazer a iniciação científica,

que desde o segundo ano já busca o Ipeci (Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas) para desenvolver um projeto de pesquisa. E eu já tenho aquele aluno que já busca a Agência Experimental de Relações Públicas, porque ele procura ter uma inserção no mercado mais rápida.

E por ser universidade católica, nós buscamos formar cidadãos por meio dos princípios da solidariedade, da justiça e do respeito aos direitos humanos, fortalecidos pela ética cristã e com competência profissional para atuar em uma realidade sociocultural heterogênea e sujeita a frequentes mutações, isso é, inclusive, o que está dentro do nosso marco referencial.

Então, eu preciso formar estudantes que possam atender aos dois segmentos. Eu não posso ter uma formação que seja só direcionada para o mercado, ainda mais estando em uma universidade com programas de Mestrado e Doutorado em várias áreas, todos reconhecidos pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Ou seja, eu tenho que formar a próxima geração de professores.

Rafael Vergili:

E há algum programa para acompanhar os passos dos profissionais/pesquisadores formados após a conclusão do curso?

Lilian Matheus Marques:

Há mais de 15 anos, o curso realiza um evento para uma roda de conversa com egressos de Relações Públicas e com os alunos que estão atualmente na Graduação. Inicialmente, o evento chamava-se “RP: Onde está você?”. Para você ter uma ideia, eu fiz parte desse evento. E, hoje, ele é denominado “RP: O Destaque é Você!”. Nesse evento, os egressos voltam à Universidade e contam as suas experiências no mercado de trabalho e/ou na área acadêmica. Nessa perspectiva, a Assessoria de Relações Públicas e Estágio (um setor de apoio à coordenação, aos professores e aos alunos do curso) mantém um cadastro atualizado dos egressos. Então, nós temos esse contato, porque eu sei onde esse egresso está. E, hoje, até pelas redes sociais, fica muito mais fácil manter esse relacionamento.

Rafael Vergili:

E, em Santos, o mercado de Relações Públicas é forte? Ou seja, os egressos conseguem fácil inserção ou costumam mudar para outras cidades e Estados para que sejam absorvidos pelo mercado de Comunicação?

Lilian Matheus Marques:

O mercado de Relações Públicas não é forte. Até por essa restrição do mercado, os nossos alunos, hoje, saem bastante. Vão até para outros Estados, mas São Paulo é a cidade que

geralmente acolhe os nossos egressos. Para você ter uma ideia, recentemente, em agosto de 2016, eu tive egresso que foi assumir uma divisão de um novo produto em uma farmacêutica na Alemanha. E tenho egresso que se formou aqui na UNISANTOS e foi fazer Mestrado na Europa. Então, assim, Santos ainda é um mercado muito restrito para se trabalhar com Relações Públicas. Por isso, eles costumam buscar oportunidades em outras cidades e Estados.

Rafael Vergili:

Se eles costumam mudar de Estado/cidade, como contemplar a formação que essas outras regiões eventualmente exigem sem perder as características locais do mercado?

Lilian Matheus Marques:

Não formamos nosso aluno para o mercado local. A disseminação do conhecimento é realizada de uma forma que contemple vários cenários e contextos diferenciados. Até pelos exemplos que citei anteriormente, ao longo dos 46 anos de existência, muitos dos egressos do Curso de RP da Universidade Católica de Santos exerceram – e ainda exercem – a atividade profissional em organizações da região onde a Universidade está inserida, em outras regiões do Brasil e em países da Europa e América do Norte.

Rafael Vergili:

E o aluno que estuda na UNISANTOS costuma ser da própria cidade de Santos ou eles costumam vir de outras cidades também?

Lilian Matheus Marques:

Nós estamos na região metropolitana da Baixada Santista, com nove municípios. Então, dentro desses nove municípios, eu tenho alunos de Santos, São Vicente, Itanhaém – que é a última cidade da região metropolitana da Baixada Santista –, Guarujá e Cubatão. De nove, nós temos alunos de cinco cidades.

Rafael Vergili:

E o curso tem processo seletivo todo semestre?

Lilian Matheus Marques:

O processo seletivo é anual. Nós não temos ingresso de alunos no meio do ano.

Rafael Vergili:

Pergunto, agora, sobre disciplinas de tecnologia na matriz curricular, que é um recorte importante para a minha pesquisa. De modo geral, a senhora poderia falar como o curso é estruturado? A senhora entende que a matriz é “fechada” ou “aberta”? Ou seja, o estudante pode participar de disciplinas optativas?

Lilian Matheus Marques:

Na realidade, eu não tenho disciplinas optativas, eu tenho disciplinas eletivas, porque eu tenho que ter a flexibilização do currículo, que é um dos objetivos das DCNs. Então, eu tenho essa matriz "aberta", uma vez que tenho que ter um rol de disciplinas para oferecer para esses alunos, para que eles possam optar quando eles irão cursar.

Rafael Vergili:

E essa lista de disciplina para escolha dos alunos está disponível em algum lugar? Eu não encontrei...

Lilian Matheus Marques:

Não. É que funciona assim, todo início de semestre, nós criamos esse rol de disciplinas, até para não oferecer sempre as mesmas opções. Este semestre, por exemplo, nós estamos oferecendo "Negociação", "Estética da Arte" e "Gestão de Pessoas e Administração aplicada às Relações Públicas". Então, os alunos escolher entre essas três disciplinas, de acordo com o interesse. As disciplinas eletivas compõem a carga horária exigida pelas Diretrizes Curriculares. Além das disciplinas eletivas, o aluno pode, ainda, a partir do 5º semestre, buscar o enriquecimento curricular. Isto é, escolher dentro do rol de disciplinas da instituição outras que enriqueçam seu conhecimento acadêmico em qualquer curso da instituição, desde que não entre em conflito de horários com as disciplinas do curso que ele cursa.

Rafael Vergili:

E é comum ter alguma disciplina de tecnologia entre essas eletivas?

Lilian Matheus Marques:

Geralmente não, porque nós entendemos que a carga horária para as disciplinas de tecnologia já é contemplada na matriz curricular.

Rafael Vergili:

Mas já existiu disciplina eletiva de tecnologia em algum momento?

Lilian Matheus Marques:

Sim. Já tivemos, por exemplo, a disciplina eletiva "Gestão de Redes e Mídias Sociais".

Rafael Vergili:

E houve bastante procura por parte dos alunos?

Lilian Matheus Marques:

Houve bastante demanda. É o perfil do estudante na sala de aula. Ele está ávido por tecnologia. Se você chegar hoje em sala de aula, só com giz, você já não tem apelo. Se usar o Data Show (projetor), você já percebe um pouco mais de interesse. Você tem que desenvolver

novos mecanismos. E se você não trouxer a tecnologia para dentro da sala de aula, fica muito difícil.

Rafael Vergili:

Como a tecnologia está inserida na matriz curricular do curso de RP da instituição? Peço para considerar tecnologia, apenas o que surgiu a partir do computador e da Internet. No meu recorte, eu desconsidero Fotografia, Rádio e Televisão. Diante disso, vocês priorizam disciplinas específicas que tratem do tema ou existem disciplinas de tecnologia que não têm exatamente o título relacionado à tecnologia e abordam a questão?

Lilian Matheus Marques:

A tecnologia é premente na nossa sociedade. As disciplinas que envolvem as Mídias Digitais são voltadas para o desenvolvimento e construção de conteúdo. No primeiro momento, para *sites* e *blogs*. No segundo momento, focado nas formas de relacionamento mediado por redes sociais, como Facebook, Instagram e Twitter.

Então, nós temos dois momentos: a parte teórica, que é trabalhada dentro da sala de aula; e a parte prática, que é realizada nos laboratórios de informática. É preciso ter isso, porque se não tiver um embasamento teórico, não tenho como formar o aluno adequadamente e prepará-lo para a parte prática. A prática sempre é precedida por conteúdo teórico.

Rafael Vergili:

Eu percebi que existem quatro disciplinas de tecnologia na matriz curricular atual: “Mídias Digitais I”, “Mídias Digitais II”, “Produção Laboratorial Institucional: Mídias Digitais I” e “Produção Laboratorial Institucional: Mídias Digitais II”. Essa mistura entre parte teórica e prática acontece nas quatro disciplinas ou alguma tem um viés mais teórico, outra tem viés mais prático, enfim...

Lilian Matheus Marques:

Sim. As quatro têm partes teóricas e partes práticas. Eu não tenho como ter, dentro de disciplinas de tecnologia – como você tem chamado –, um semestre inteiro só de teoria. Isso seria incoerente.

Rafael Vergili:

Entendi. Eu fiz uma análise para verificar a evolução das disciplinas de tecnologia nas matrizes de 2013, ano em que entrei no Doutorado, e 2016, ano em que estou concluindo a minha Tese. Percebi que, em 2013, a matriz curricular de Relações Públicas da Universidade Católica de Santos (UNISANTOS) possuía três disciplinas obrigatórias: “Mídias Digitais I”,

no 3° semestre, com Carga Horária de 34 horas, “Mídias Digitais II”, no 4° semestre, com 34 horas, e “Produção Laboratorial Institucional: Mídias Digitais”, no 8° semestre, com CH de 46 horas. Já em 2016, o número de disciplinas relacionadas à tecnologia subiu para quatro: “Mídias Digitais I”, no 3° semestre, com 34 horas, “Mídias Digitais II”, no 4° semestre, com 34 horas, “Produção Laboratorial Institucional: Mídias Digitais I”, no 7° semestre, com 44 horas, e “Produção Laboratorial Institucional: Mídias Digitais II”, no 8° semestre, com Carga Horária de 39 horas. Além do aumento no número de disciplinas, constatou-se, portanto, que na UNISANTOS, a matriz curricular oferecia 114 horas obrigatórias de conteúdos relativos à tecnologia, enquanto em 2016, aumentou-se a carga horária para 151 horas. Há alguma razão específica para esse aumento? Houve mudança significativa no conteúdo dessas disciplinas de tecnologia?

Lilian Matheus Marques:

O aumento de horas para a disciplina “Produção Laboratorial Institucional: Mídias Digitais” justifica-se porque nós passamos a englobar outras ferramentas, que não são mais apenas Facebook, Twitter e Instagram. Agora, nós abordamos o Snapchat, YouTube, *Digital Influencers* e as formas de se trabalhar essas novas tendências de mercado com públicos específicos, especialmente para promover o relacionamento.

Então, assim, permanecem esses conteúdos abordados na matriz anterior, de 2013, baseados no Facebook, Twiter e Instagram, e, além disso, busca-se fornecer subsídios para que os alunos possam se apropriar das ferramentas do Google AdWords, Facebook Ads e Twitter Ads para uso institucional.

Eu conversei com o professor da disciplina “Produção Laboratorial Institucional: Mídias Digitais” antes de falar com você e ele explicou que empregou tudo isso que eu citei para você dentro desse conteúdo da disciplina. Por isso que nós tivemos que aumentar a carga horária. Além disso, as Diretrizes Curriculares tiveram influência, uma vez que ela exige uma carga maior, que nós entendemos que também teria que ser maior na área digital. Não basta só aumentar carga horária, eu tenho que desenvolver conteúdo para ampliar essa carga. E foi isso que nós fizemos, discutimos isso em reuniões do Colegiado e ampliamos a carga de disciplinas de tecnologia.

Até porque, apesar de sermos uma universidade privada, pelo fato de ser católica, confessional, nós temos muitas características de uma universidade pública. Portanto, todas as questões sobre matriz curricular são discutidas em reuniões de Colegiado e pelo Núcleo Docente Estruturante. Esse é um processo que ocorre desde a criação do curso, ou seja, todas as decisões são colegiadas nas duas instâncias.

O curso sempre teve essa tradição. Já possuía, por exemplo, na matriz de 2013, disciplinas de tecnologia para o atendimento da demanda de relacionamento institucional mediado pelas tecnologias. Desde a sua criação, o curso acompanhou, a cada época (décadas de 1970, 80, 90 e 2000), o surgimento de tecnologias e seu uso como ferramentas da atividade de Relações Públicas, por meio de câmeras fotográficas e de filmagem, projetores de cinema, de fitas VHF, DVD e de slides, mesa e estúdios de rádio e de TV.

Rafael Vergili:

São duas disciplinas eletivas, no 2º e 4º semestres, certo? E geralmente são quantas opções para que o aluno escolha a que ele vai realizar por semestre? Ele só pode fazer uma ou, se ele tiver tempo disponível, ele pode fazer todas que estão disponíveis?

Lilian Matheus Marques:

Isso. São duas disciplinas eletivas que ele precisa fazer. Obrigatoriamente, ele precisa escolher uma no 2º semestre e uma no 4º semestre. Porém, ele pode fazer todas que estão disponíveis para escolha do aluno. Não há limite, e aqui nós temos outra característica, que é o que chamamos de "enriquecimento curricular". Ou seja, a partir do 5º semestre, o aluno pode cursar qualquer disciplina da Universidade inteira, até mesmo do Direito, desde que ele consiga cursar sem coincidir com os horários das disciplinas obrigatórias da matriz dele.

Rafael Vergili:

E o contrário acontece com frequência também? Por exemplo, alunos do Direito, ou de qualquer outra unidade, fazendo esse enriquecimento curricular em Relações Públicas?

Lilian Matheus Marques:

Não é comum, uma vez que o enriquecimento curricular é feito sempre no período contrário da matriz original do aluno. Diferentemente de Jornalismo e Publicidade e Propaganda, que possuem turmas no período matutino e noturno, o curso de Relações Públicas só possui turmas no período noturno. Então, por exemplo, só poderíamos oferecer enriquecimento curricular para alunos que estudam em outro curso do período matutino. Como eu disse anteriormente, nós temos o perfil de um aluno trabalhador. Então, ele trabalha o dia inteiro, para pagar o curso, e vem para a Universidade à noite. Portanto, muitos têm pouca disponibilidade de tempo para realizar esse enriquecimento curricular.

Por exemplo, um aluno de Relações Públicas busca muito disciplinas da Administração, que tem uma relação bem forte. Eles vão buscar as disciplinas que serão ferramentas de trabalho posteriormente. Nessa nova composição de currículo, nós tentamos agregar essas disciplinas, porque já que nós tínhamos que desenvolver um número maior de carga horária, nós

incorporamos alguns conteúdos para enriquecer mais o nosso currículo de Relações Públicas. Pensamos nisso, até porque o aluno não tem tempo disponível para fazer o enriquecimento curricular em outros cursos. Ele pode fazer, está no contrato dele, mas nós tentamos agregar ao máximo as disciplinas que nós percebemos que eles faziam em outras unidades.

Rafael Vergili:

Há alguma disciplina específica que aborde a relação entre RP e tecnologia que não consta na lista supracitada?

Lilian Matheus Marques:

Não. Todas foram contempladas. O objetivo das disciplinas de tecnologia que constam na matriz é de dar efetivamente a abordagem de Relações Públicas a esses conteúdos, auxiliar o corpo discente em atuar como *Social Media*, uma vertente das Relações Públicas na área digital.

Rafael Vergili:

Eu percebi, pela análise das matrizes que fiz de dez universidades, que a maioria insere disciplinas de tecnologia do meio do curso para frente. Na matriz da UNISANTOS, eu observei que vocês distribuíram as disciplinas de tecnologia ao longo do curso, sendo duas mais no início e duas na parte final. Há alguma razão específica para isso?

Lilian Matheus Marques:

Quando nós fizemos atualização de currículo em 2012, que é a matriz anterior, nós detectamos no Colegiado, que para criar aderência e uma identificação dos alunos com o curso, nós precisaríamos trazer disciplinas que fossem mais atrativas, que os alunos tivessem um interesse maior, para o início do curso. Até porque, se eu continuasse com a matriz antiga, que tinha uma carga muito alta de teoria no início do curso, quando o aluno chegasse no terceiro ano, ele já estava querendo desistir, já não tinha mais paciência.

Então, nós deslocamos algumas disciplinas e trouxemos as de “Mídias Digitais” e “Planejamento e Organização de Eventos”, que eram disciplinas que só entravam no terceiro ano e começaram a ser oferecidas no segundo ano, a partir do 3º semestre. Nós buscamos aumentar essa aderência do aluno ao curso e reduzir a evasão. Querendo ou não, quando você fala de tecnologia e quando você fala de eventos, os alunos já têm um interesse mais aguçado.

Rafael Vergili:

De modo geral, quais são os equipamentos oferecidos ao professor para ministrar as disciplinas de tecnologia? Qual a estrutura de tecnologia que a Universidade oferece? Há laboratórios, por exemplo?

Lilian Matheus Marques:

Todas as salas do curso de Relações Públicas têm computador, projetor multimídia, tela para projeções e caixa de som amplificada e ar-condicionado. E, em alguns casos, os alunos se deslocam até o laboratório de informática para o desenvolvimento das disciplinas de tecnologia e laboratório de pós-produção.

Nós temos uma estrutura composta por: laboratório de Eventos, Cerimonial e Protocolo; dois estúdios de TV; estúdio de Rádio; estúdio de imagem; estúdio de Pós-Produção, com Adobe Premiere, para edição de vídeo; e treze laboratórios de informática dentro do campus.

Rafael Vergili:

E para o aluno? Há sistema wi-fi disponível?

Lilian Matheus Marques:

Sim. O campus inteiro tem wi-fi gratuito. A Universidade tem investido constantemente no aumento de banda para o wi-fi.

Rafael Vergili:

E o estudante pode usar tecnologia na sala de aula (independentemente de ser tecnologia própria ou da instituição)? Há alguma política da universidade para uso ou proibição do uso de tecnologia na sala de aula ou isso é uma opção do professor?

Lilian Matheus Marques:

A Universidade não possui nenhuma política de proibição de uso de tecnologia em sala de aula. Isso fica a critério do professor, na relação direta com o aluno. Nas disciplinas que envolvem a tecnologia, o uso dos dispositivos móveis é até estimulado. Os alunos costumam acompanhar tudo via *smartphone*, a pesquisa é instantânea sobre o tema que se discute em sala de aula, até pela estrutura de rede wi-fi oferecido.

Rafael Vergili:

Porém, como coordenadora, é frequente que professores reclamem do uso excessivo de tecnologia por parte dos alunos em sala de aula?

Lilian Matheus Marques:

Às vezes acontece. As disciplinas de tronco comum têm uma carga de teoria muito grande. E muitos alunos da nova geração não conseguem ter concentração total no conteúdo, o tempo todo, sem olhar, em nenhum momento, o celular ou o *notebook*, por exemplo. E isso, de vez

em quando, gera algum tipo de reclamação por parte dos professores. Mas isso vai da relação entre professor e aluno. Não há nenhum problema tão grande que precise da intervenção da coordenação.

Rafael Vergili:

E o professor tem liberdade para incluir conteúdos de tecnologia e novas referências em sala ou deve seguir estritamente o que foi estipulado previamente?

Lilian Matheus Marques:

Não. Nós temos um Projeto Pedagógico construído colegiadamente. Então, o professor deve se ater ao conteúdo programático da disciplina, ementa e referências que constam no Projeto Político Pedagógico, aprovado pelo Conselho de Pesquisa da Universidade e aquele que foi apresentado ao Ministério da Educação. Até porque o professor auxiliou na construção, então não é possível fazer isso no meio do semestre. Se ele quiser, o professor pode sugerir, o assunto pode ser discutido no Colegiado, nós podemos encomendar os livros para que possam ser disponibilizados na biblioteca, e, no outro semestre ou no ano subsequente, as mudanças são instituídas. O Plano de Ensino sempre tem que "conversar" com o Projeto Pedagógico.

Rafael Vergili:

Retomando a questão das diretrizes, a senhora considera que elas são obrigatórias ou há algum outro documento que pode ser seguido para atualizar as matrizes curriculares?

Lilian Matheus Marques:

Nós consideramos a adaptação às Diretrizes Curriculares como obrigatórias. Nós nos dedicamos muito a isso e entramos com a nova matriz curricular já no primeiro semestre de 2015, antes mesmo do limite do período de adaptação oferecido pelas diretrizes.

Então, no primeiro semestre de 2015, quando nós abrimos o vestibular, nós já tínhamos uma matriz que atendia às características das novas diretrizes.

Rafael Vergili:

Suponhamos que essas Diretrizes Curriculares não existissem, a senhora entende que haveria alguma atualização da matriz curricular? É frequente a discussão sobre a atualização da matriz?

Lilian Matheus Marques:

Sempre houve discussão para atualizar a matriz curricular, sim. A última reforma de currículo que nós tínhamos feito foi em 2012. Então, assim, a turma ingressante de 2012 vai finalizar o

currículo antigo agora. Portanto, isso demonstra que as análises e os estudos são feitos periodicamente dentro da Universidade. Nós tentamos retomar ao máximo aquilo que o mercado pede e aquilo que a academia pede, de conhecimento e de prática.

Rafael Vergili:

A senhora entende que as novas Diretrizes Curriculares tornaram a matriz mais flexível ou engessada?

Lilian Matheus Marques:

Para o curso de Relações Públicas da UNISANTOS, acredito que flexibilizou, porque nós temos a característica de seguir estritamente o que é recomendado. E fizemos isso com as Diretrizes Curriculares Nacionais. Não importa o tempo, a demanda e o trabalho que tem que ser feito, nós fazemos para seguir as regras, as diretrizes. Acho que até por isso que nós temos um curso com conceito 5. E agora, sem a prova do ENADE dos cursos de Relações Públicas, as avaliações *in loco* têm sido cada vez mais rigorosas, com análise detalhada da infraestrutura, da matriz curricular, do Projeto Pedagógico, de toda a bibliografia que eu coloco no Projeto Pedagógico no curso, disponível na biblioteca, com no mínimo cinco exemplares. Então, esse conceito conquistado é um grande motivo de orgulho para nós.

Rafael Vergili:

A senhora considera que as mudanças são positivas ou relativiza as melhorias que as novas diretrizes de Relações Públicas (2013) trouxeram? Há algum elogio ou crítica específica às Diretrizes Curriculares?

Lilian Matheus Marques:

Acredito que as propostas das diretrizes vieram para fortalecer o curso e a profissão, porém não posso deixar de considerar que as DCNs são voltadas muito mais para as universidades públicas do que para as comunitárias, como é o nosso caso. Um currículo com 3.200 horas para integralização em oito semestres, ou seja, em 4 anos, em um curso noturno, significa aulas de segunda a sábado. Aumentar de 2.700 horas-aula para 3.200 horas-relógio é uma tarefa muito árdua. Dessa forma, o aluno deve estar totalmente motivado para frequentar o curso nesse período. Para não ter o curso inteiro de segunda a sábado, eu tive que me valer das diretrizes do MEC para poder trabalhar com 14% da carga em EaD, para que o aluno não tivesse aula no sábado. Sendo que, mesmo assim, durante um ano, o aluno já tem aulas aos sábados.

Rafael Vergili:

Há alguma extensão universitária ou outra opção de curso complementar ligado à Comunicação na Universidade disponível para o público externo?

Lilian Matheus Marques:

Sim. Este semestre, nós estamos oferecendo dois cursos de extensão: o primeiro em "Edição de Imagens", que é a edição de vídeo por meio do desenvolvimento de práticas audiovisuais, utilizando as ferramentas do *software* Adobe Premiere; e o segundo é "Photoshop, Edição de Imagens e *Design* Gráfico", que se desenvolve por meio do *software* Adobe Photoshop, para habilitar o usuário a editar fotografias e imagens para diferentes usos, bem como introduzir técnicas de *design* gráfico, possibilitando assim um trabalho completo, desde a edição de fotografias e *layout* gráfico, até a arte final de um produto (pôster, cartaz, folheto, *folder*, catálogo e/ou qualquer outro material impresso).

Rafael Vergili:

Certo, professora Lilian. Eram essas as perguntas principais. Foi ótimo conhecer a estrutura da UNISANTOS. Muito obrigado pela entrevista.

APÊNDICE E4 – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA DE ALÉSSIA FRANCO GONÇALVES (PUC MINAS)

Entrevistada: Aléssia Franco Gonçalves
Idade: 51 anos
Cargo: Coordenadora do curso de Relações Públicas
Instituição: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)
Formação: Possui Graduação em Comunicação Social - habilitação em Relações Públicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Especialização em Gestão Estratégica pela UFMG, Especialização em Administração Mercadológica pela UNA/MG, MBA Executivo pela Fundação Dom Cabral, Mestrado em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e Doutoranda em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas).
Data: 01/09/2016
Horário: 20 horas
Local/Ambiente: Skype/ Telefone

Rafael Vergili:
Professora Aléssia Franco, obrigado por conceder esta entrevista. Para começar, eu gostaria de saber, por favor, quais são as principais atividades que a senhora desenvolve como coordenadora do curso de Relações Públicas da PUC Minas.
Aléssia Franco Gonçalves:
Como coordenadora, as atividades prioritárias são: implementar e zelar pelo Projeto Pedagógico. Pensando nisso, nós fazemos toda a articulação entre as atividades do aluno na Pesquisa, Extensão e Graduação, possibilitando que o Projeto Pedagógico seja cumprido em sala de aula, mas, mais do que isso, nós trabalhamos em uma perspectiva de avaliar, monitorar e acompanhar o desenvolvimento de alunos e professores para que a experiência do curso seja de aprendizado efetivo.
Então, assim, Rafael, tem uma parte que eu diria que é mais burocrática, ou seja, o Programa precisa ser cumprido. Ok, então nós fazemos essa parte. Porém, há uma parte que vai além. Eu acredito que é nosso dever avançar nisso, para que nós tenhamos uma experiência de

transferência de conhecimento, de aprendizagem, de inovação, para além da sala de aula. Então, para isso, nós trabalhamos um pouco além do Projeto Pedagógico.

Rafael Vergili:

Certo. E na PUC Minas, a senhora é coordenadora do curso de Relações Públicas, mas há também outros cursos de Comunicação, como Jornalismo, Publicidade e Propaganda, entre outros, certo? Há um coordenador específico para cada curso? Há um coordenador-geral?

Aléssia Franco Gonçalves:

Sim. Cada curso tem um coordenador de curso específico e nós ainda temos um coordenador-geral. Na verdade, um Chefe de Departamento de Comunicação Social.

Rafael Vergili:

Entendi. E existem disciplinas de tronco comum entre os cursos de Comunicação?

Aléssia Franco Gonçalves:

Aqui na PUC Minas nós temos, sim. E isso não é um princípio só da Faculdade de Comunicação e Artes, é um princípio da Universidade. Ou seja, trabalhar uma forte formação humanística dos alunos. Então, as disciplinas que são de caráter de formação de base, como Filosofia, Antropologia, Política, Economia, entre outras, todas essas disciplinas forma um tronco comum para todas as formações: Cinema, Publicidade e Propaganda, Jornalismo, Produção Multimídia e Relações Públicas.

São disciplinas que integram a grade de cada curso e são oferecidas no turno e com preferência de matrícula para o aluno registrado naquele curso. Mas são disciplinas comuns, no sentido de que são oferecidas para todos os cursos de Comunicação.

Rafael Vergili:

E a senhora é coordenadora do curso de Relações Públicas há quanto tempo?

Aléssia Franco Gonçalves:

Eu sou professora na PUC Minas há 23 anos, mas eu coordeno o curso de Relações Públicas há dois anos.

Rafael Vergili:

Portanto, a senhora participou da reestruturação da matriz curricular, certo?

Aléssia Franco Gonçalves:

Correto. Participei e conduzi o processo.

Rafael Vergili:

E como ocorreu essa reestruturação da matriz curricular? Houve uma discussão no Colegiado? Enfim, poderia descrever como esse processo ocorreu? Isso aconteceu em decorrência de algum motivo específico?

Aléssia Franco Gonçalves:

Nós trabalhamos nessa reestruturação durante um ano e meio, desde o final de 2013, quando saíram as Diretrizes Curriculares Nacionais. Em novembro de 2013, nós fizemos uma escuta aos alunos egressos. A partir dos resultados obtidos com essa escuta, nós iniciamos um trabalho de debate aberto com professores. Depois que foi feita essa ouvidoria de egressos e debate com professores, nós formamos uma Comissão de professores de Relações Públicas, mas, também, de professores de outros departamentos, especialmente os que ministram aulas no curso de RP, por exemplo, nas disciplinas humanísticas que comentei anteriormente. Nós tivemos professores dessas áreas para compor o debate com o intuito de trabalharmos mais adequadamente na proposta do que seria essa readequação, essa reformulação. Então, essa Comissão apresentou ao Colegiado do curso uma proposta. Por sua vez, o Colegiado do curso apresentou isso em Plenário – de todos os professores, uma reunião geral – e, uma vez validado, isso foi encaminhado para a nossa Pró-Reitoria de Graduação, que também fez uma avaliação. Depois foi para a nossa Câmara Departamental e, por último, para a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos. A nova matriz entrou efetivamente em vigor neste primeiro semestre de 2016.

Rafael Vergili:

E a senhora considera que a nova matriz curricular do curso de Relações Públicas da PUC Minas é “aberta” ou “fechada”? Possui disciplinas optativas?

Aléssia Franco Gonçalves:

Nós já trabalhamos, em outros Projetos Pedagógicos, com disciplinas optativas, mas, hoje, nós trabalhamos com uma matriz curricular fechada.

Rafael Vergili:

Agora falando especificamente do conteúdo de tecnologia, que é um recorte que eu uso na minha pesquisa, eu gostaria de saber se esse conteúdo de tecnologia, mesmo em disciplinas de tronco comum, como, por exemplo, Filosofia, busca-se criar uma relação entre o conteúdo principal da disciplina e a tecnologia, ou a senhora entende que é um assunto que fica mais

restrito às disciplinas específicas de tecnologia, aquelas que facilmente podem ser identificadas pelo título?

Aléssia Franco Gonçalves:

Elas são discutidas mais em disciplinas específicas. Pode acontecer, eventualmente, em outra disciplina, mas não é tão comum.

Por exemplo, eu tenho uma disciplina que é de "Relações Públicas e Organização Social", do 6º período, que é uma disciplina "extensionista". E pelo fato de ser "extensionista", nós trazemos essa experiência de ONG's aqui, que às vezes precisam de um planejamento, precisam de uma assessoria de Relações Públicas e isso é oferecido nessa disciplina. Então, por exemplo, essa disciplina lida com a questão da tecnologia de forma bastante prática, por uma demanda que de repente surge dessa experiência, dessa vivência de atender uma organização. Ou seja, ela não é uma disciplina dessas que você está comentando, em que se identifica facilmente pelo título que se refere à tecnologia e nem tem essa temática como principal, mas, eventualmente, pode discutir o tema, porque está no escopo da disciplina.

Eu, por exemplo, sou professora de "Estratégia e Planejamento da Comunicação". Eu não trabalho especificamente com essa questão da tecnologia, mas ela permeia toda a minha discussão. Porém, nessas disciplinas que nós chamamos de "tronco comum", as humanistas, não, mas nós temos disciplinas de tronco comum, que não são humanistas e trabalham com a questão de tecnologia. Por exemplo, as disciplinas de Produção Audiovisual, elas trabalham com a questão de meios tecnológicos, ambiente digital e são disciplinas de tronco comum, que fazem parte dos cursos de Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas, entre outros.

Rafael Vergili:

A senhora ministra alguma disciplina de tecnologia?

Aléssia Franco Gonçalves:

Especificamente de tecnologia, não. Eu sou professora das disciplinas de Planejamento, Comunicação Organizacional, entre outras.

Rafael Vergili:

Entendi. Bom, mas falando ainda dessa questão das disciplinas de tecnologia, eu fiz uma comparação entre a matriz curricular de 2013 e a de 2016. Basicamente, na análise que eu fiz, em 2013, eram oferecidas as disciplinas "Hipermídia e Cibercultura" e "Tecnologias na Comunicação Organizacional". Já em 2016, eu identifiquei as disciplinas "Cibercultura e

Comunicação em Rede" e "Produção para Meios Digitais". São essas disciplinas específicas de tecnologia ou há mais alguma que eu não consegui identificar?

Aléssia Franco Gonçalves:

Especificamente que tratam de tecnologia nesse sentido mais recente, a partir da Internet, são essas duas. Porém, lógico, existem aquelas que envolvem outros tipos de tecnologia, como Fotografia, Produção Audiovisual, entre outras. Mas as que têm tecnologia como primeiro plano são as duas que você citou.

Rafael Vergili:

E houve algum motivo específico para manter o número de disciplinas de tecnologia, mas mudar os nomes? Por exemplo, de "Hipermídia e Cibercultura" para "Cibercultura e Comunicação em Rede"?

Aléssia Franco Gonçalves:

Então, explicarei como foi a discussão para essa questão. A disciplina "Hipermídia e Cibercultura" tinha uma ementa e um propósito em que nós achamos que a questão da "Cibercultura e Comunicação em Rede" seria muito mais abrangente e relevante, além de retratar muito mais o assunto hoje do que a questão de "hipermídia", uma vez que hipermídia ficou uma coisa fragmentada dentro do todo, o que não representava adequadamente. Então, nós queríamos aprofundar e ampliar mais a ementa e a discussão. Portanto, nós achamos por bem a mudança no nome, uma vez que entendemos que "Cibercultura e Comunicação em Rede" abrigava mais conteúdos do que apenas "Hipermídia".

Já na disciplina "Tecnologias na Comunicação Organizacional", nós percebemos que ela também era um pouco reducionista, uma vez que enfatizava uma questão puramente de tecnologias no sentido técnico. Nós verificamos pela pesquisa dos egressos, pelo que nós observávamos em sala de aula, que estava ocorrendo um descompasso muito grande na produção de conteúdo para os meios digitais. Então, nós deslocamos o foco da tecnologia em si, colocando-a como meio e não como produto final. E resolvemos privilegiar uma disciplina como laboratório de produção de conteúdo para meios tecnológicos, meios digitais e redes sociais. A carga horária das disciplinas foi mantida. Houve apenas uma mudança nos títulos e no enfoque.

Rafael Vergili:

E houve alguma discussão específica sobre a necessidade – ou não – de ampliar as disciplinas de tecnologia em decorrência das Diretrizes Curriculares?

Aléssia Franco Gonçalves:

Então, Rafael, aconteceu uma coisa muito interessante aqui conosco quando nós pegamos as diretrizes e começamos as discussões, não só com os alunos, mas com os professores. Nós percebemos que nós tínhamos, em sala de aula, um Projeto Pedagógico muito mais interessante do que o que estava no papel. Nós tínhamos muitas questões que já estavam sendo debatidas em sala de aula, mas que não estavam sendo abrigadas nos planos de ensino. Portanto, o nosso projeto – e eu não sei se isso é perceptível, até pelo volume de matrizes que você está analisando – trabalha muito fortemente nos nomes e nas ementas das disciplinas. Nós mudamos muitos nomes e muitas ementas, especialmente porque nós entendemos que nós tínhamos uma virtude no curso. E nós quisemos recuperar essa virtude, mantendo um conjunto de disciplinas que nós tínhamos e achávamos boas de ter, mas talvez os nomes e as ementas já não representavam o que acontecia na sala de aula.

Porém, resumidamente, eu estou dando esse pano de fundo, principalmente porque essas questões de tecnologia, a própria discussão de redes, gestão de conhecimento, capital social, governança, comunicação interna, que foram temas que as diretrizes foram direcionando em destaque, nós entendemos que já aconteciam em sala de aula. Só que o Projeto já não refletia isso mais, nem o nome e nem a ementa das disciplinas.

Portanto, a nossa reformulação passou muito por um entendimento das nossas virtudes, mas que não estavam refletindo no Projeto Pedagógico.

Às vezes pode parecer que só adequar isso dá a ideia de uma visão reducionista, de um trabalho simples, mas deu muito trabalho, porque o mais difícil é você reconhecer o que é feito de bom. Isso implicou na ouvidoria do professor, entender como ele estava desenvolvendo as atividades dele, com qual metodologia, entre outras questões.

Rafael Vergili:

Certo. Então, por exemplo, nesse sentido da tecnologia, vocês entenderam que as disciplinas contemplavam o que as diretrizes exigiam e era uma questão de mudar o nome, possibilitar que o registro oficial refletisse o que já era dado em sala de aula, correto?

Aléssia Franco Gonçalves:

Sim. E tem um detalhe que eu acho interessante destacar para você que está refletindo sobre isso que é o seguinte: nós damos uma disciplina aqui que se chama “Seminário”. Ela acontece do primeiro ao quarto períodos (Seminário I, Seminário II, Seminário III e Seminário IV). Ela é uma disciplina em que o aluno precisa se matricular e ele faz um minicurso por semestre. Como é do primeiro ao quarto, ele faz quatro minicursos, justamente para arejar as temáticas,

essas abordagens que são mais dinâmicas do que o Projeto. Então, nós usamos esses espaços dos minicursos e das palestras que ocorrem nessas disciplinas para trazer temas mais recentes. E quando nós analisamos o conteúdo desses minicursos e desses seminários, entre 60% e 70% dessas atividades estavam ligadas a oficinas que tinham como tema algo relacionada à tecnologia. Por exemplo: oficina de produção de *blog* para moda, oficina de mobilização social por meio de redes sociais. Entendeu? Então, as temáticas ligadas à área de tecnologia estavam muito presentes nessas atividades.

Rafael Vergili:

Eu vi esses seminários (I, II, III e IV) na matriz curricular, mas só para que eu entenda um pouco melhor, são várias opções de seminários em cada semestre e o aluno escolhe o tema que ele quer frequentar ou existe um tema por semestre e o aluno frequenta obrigatoriamente aquele tema?

Aléssia Franco Gonçalves:

A Universidade define o tema de cada semestre por período. Por exemplo, este semestre, para o primeiro período, a oficina terá como tema o Instagram e o Mercado de Varejo. O segundo período vai fazer uma oficina de Produção para Rádio em Campanhas Eleitorais. Sempre um assunto direcionado por período.

Rafael Vergili:

Mas, então, o aluno se matricula separadamente no seminário, mas, na prática, é obrigatório, certo?

Aléssia Franco Gonçalves:

Isso. É obrigatório, sim.

Rafael Vergili:

É porque eu iria perguntar se os seminários com temas ligados à tecnologia tinham muita procura, mas agora entendi que não são temas possíveis de escolher, uma vez que a temática é definida pela própria Universidade.

Aléssia Franco Gonçalves:

Isso.

Rafael Vergili:

Gostaria de retomar apenas uma questão para amarrar a discussão sobre as Diretrizes Curriculares. Quero entender um pouco o melhor, por favor, o processo de como as universidades resolvem seguir – ou não – essas DCNs. Ou seja, se há opção de seguir por outro caminho ou se essas diretrizes acabam se tornando obrigatórias.

Aléssia Franco Gonçalves:

Na verdade, é um universo muito diferente de uma universidade pública. Uma universidade federal tende, por exemplo, a ser muito mais autônoma nesse sentido. Uma universidade privada tende a ser muito menos autônoma. Então, quando sai uma diretriz do MEC, por exemplo, que diz que eu devo ter 240 horas de ACGs (Atividades Complementares de Graduação), eu não tenho opção, não. Eu não posso fazer uma releitura: "Ah, não, o perfil do meu curso é noturno, vai impactar muito para a atividade do curso, porque muita gente trabalha pela manhã e no período da tarde para pagar o curso à noite. Como é que eu vou disponibilizar as atividades sem ser no período da tarde?". Nós não temos essa opção, não.

Portanto, nós encaramos as Diretrizes Curriculares Nacionais como obrigatórias, nós cumprimos as diretrizes, até por um motivo muito importante: hoje, Relações Públicas é um curso que já não responde mais ao ENADE, uma vez que não atingimos mais um número mínimo de escolas e alunos para poder participar da prova. O último ENADE para Relações Públicas foi em 2009. E o que acontece é que, quando um curso particular, no caso o de RP, não realiza a prova do ENADE, a forma do MEC acompanhar e exercer a função dele de vigilância e avaliação da qualidade de ensino é a visita. Então, os cursos de Relações Públicas estão sujeitos, a qualquer momento, a receber uma visita do MEC.

Quando você recebe a visita do MEC, eles pegam as diretrizes e comparam com o seu Projeto Pedagógico e com o que eles viram na prática na visita técnica. Ou seja, na prática, especialmente para universidades privadas, as diretrizes são obrigatórias. Agora uma universidade federal geralmente não está sujeita a esse tipo de visita inesperada.

Porém, assim, embora essas diretrizes venham com algumas questões que são bastante complexas de implementar, como as 240 horas de ACGs (Atividades Complementares de Graduação), 240 horas de Estágio Obrigatório e o volume que isso gerou de impacto no número de horas finais do curso, eu acho que vieram coisas boas também. Eu vejo muitas virtudes, que deram uma atualizada em áreas interessantes.

Rafael Vergili:

E apesar de usarem uma matriz curricular "fechada" aí na PUC Minas, a senhora entende que as Diretrizes Curriculares permitiram estruturar uma matriz mais flexível ou as diretrizes engessaram a matriz?

Aléssia Franco Gonçalves:

Isso é relativo. Por exemplo, essas 240 horas de Atividades Complementares de Graduação, apesar das dificuldades de implantação, de certa maneira, incentivam a prática

“extensionista”, incentivam a articulação entre os próprios cursos. Então, como o aluno não pode fazer ACGs no horário de aula dele, eu ofereço atividade em Jornalismo, o aluno de Jornalismo faz atividade no de Relações Públicas, o de Publicidade e Propaganda faz no curso de Cinema, e assim por diante. Isso dinamiza o curso e promove trocas dentro da própria Universidade. Neste momento, por exemplo, agora está acontecendo um debate com os candidatos a prefeito, lá na Faculdade de Direito, e o meu turno está todo lado, porque vale como atividade complementar para eles.

Então, por isso que eu falo, as Diretrizes Curriculares são negativas por um lado, mas trazem benefícios por outro lado também.

Rafael Vergili:

Só para aproveitar esse ponto da dificuldade de aplicação das atividades complementares: como vocês distribuíram essas aulas para que os alunos consigam cumprir a carga horária exigida pelas diretrizes?

Aléssia Franco Gonçalves:

A composição das nossas horas de atividades complementares, nós dividimos em 80 horas de Graduação, 80 horas de atividades de Extensão e 80 horas de atividades de Pesquisa. Dessa forma, nós fazemos um direcionamento para o aluno, para que ele busque a composição das atividades de uma forma diversificada. Então, na tabela de atividades, por exemplo, tem estágio voluntário, tem atuação em grupos inseridos em determinadas linhas de pesquisa, tem participação em atividades culturais. Ou seja, isso tudo também tira o aluno dessa prática “intramuros” e leva o aluno para a dinâmica da vida cultural, social, do mercado.

Rafael Vergili:

E a Universidade oferece algum curso complementar ou alguma atividade que tenha relação direta com tecnologia para que o aluno possa usufruir?

Aléssia Franco Gonçalves:

Nós temos a PUC Virtual (EaD PUC Minas), que é toda uma estrutura, é um núcleo, uma unidade de negócios muito grande. E na PUC Virtual você tem diversos cursos que podem ser feitos e contar como atividades complementares para os alunos. Como esses cursos mudam, o ideal é consultar pelo próprio *site* da PUC Virtual os cursos atuais relacionados à tecnologia.

Rafael Vergili:

Agora só uma última pergunta sobre essa parte que trata de disciplinas de tecnologia: as duas disciplinas de tecnologia que estão disponíveis na matriz curricular atual ("Cibercultura e Comunicação em Rede" e "Produção para Meios Digitais") são mais teóricas ou práticas?

Aléssia Franco Gonçalves:

Uma teórica e a outra prática. A disciplina "Cibercultura em Rede" é teórica. A disciplina "Produção para Meios Digitais" é prática.

Rafael Vergili:

Dentro de sala de aula, especialmente nessas duas disciplinas de tecnologia, que fazem parte do meu recorte, o professor tem liberdade para inserir novas referências bibliográficas e atualizar o conteúdo ou ele precisa seguir estritamente o que foi elaborado na origem da disciplina?

Aléssia Franco Gonçalves:

O professor tem liberdade, sim. É preciso apenas informar as atualizações no início do semestre, até para que isso fique registrado no Plano de Ensino, nas referências. O zelo da coordenação em seguir o Projeto Pedagógico é para garantir uma conexão interdisciplinar, garantir que a matriz curricular seja oferecida de forma completa, que o aluno frequente uma disciplina que tem seu conteúdo correspondente ao que seu título sugere, de escolher o professor mais adequado para cada disciplina. Mas dentro de sala de aula, o professor é soberano.

Rafael Vergili:

Tratando agora da parte de estrutura tecnológica da Universidade, além de laboratórios, por exemplo, quais são os equipamentos oferecidos para que os professores ministrem as aulas?

Aléssia Franco Gonçalves:

Todas as salas de aula são equipadas com computador e projetor. Temos laboratório de informática, de produção audiovisual, de rádio, de fotografia.

Rafael Vergili:

E para os estudantes? Há wi-fi disponível, por exemplo?

Aléssia Franco Gonçalves:

Nós não temos wi-fi disponível para uso dos estudantes.

Rafael Vergili:

Quanto ao perfil do egresso do curso de Relações Públicas, a PUC Minas busca formar um aluno com um viés mais voltado para o mercado ou para a academia?

Aléssia Franco Gonçalves:

Especificamente no curso de Relações Públicas, nós temos um forte viés de formação para o mercado, porque nós temos 45 anos de atividade ininterrupta do curso, com dois processos seletivos por ano. E o nosso Mestrado é recente nessa história, com cerca de seis, sete anos.

Portanto, a nossa tradição, até então, é muito mais ancorada pela formação com viés para mercado do que acadêmico.

Agora, de seis, sete anos para cá, com a formação do Mestrado, e nós estamos nos preparando para abrir o Doutorado, nós temos fortalecido, cada vez mais, esse viés acadêmico. Mas ainda não dá para dizer que é meio a meio, ainda continua sendo uma formação mais voltada para mercado.

Rafael Vergili:

E o mercado de Comunicação é forte em Belo Horizonte? O mercado absorve bem os profissionais de Relações Públicas ou os egressos buscam outras cidades e Estados para conseguirem inserção no mercado?

Aléssia Franco Gonçalves:

Nós temos um histórico de inserção muito forte dos nossos ex-alunos no mercado. É uma inserção muito forte, mesmo. Inclusive, está em curso um projeto de monitoramento de egressos – até foi um grupo de Projeto Experimental que iniciou o processo. Nós teremos informações mais estruturadas a partir de junho de 2017, mas, por enquanto, ainda sem o monitoramento formal, nós já sabemos da forte inserção pela participação em fóruns, pelo contato permanente que nós temos com as empresas. Por isso, eu vejo que, aqui em Belo Horizonte, os alunos de Relações Públicas da PUC Minas são absorvidos muito bem pelo mercado. Além disso, nós também temos uma participação bem ativa em outras cidades. É comum que egressos façam cursos e trabalhem em São Paulo, Rio de Janeiro, entre outras capitais.

Rafael Vergili:

Entendi. Bom, professora Aléssia Franco, eu acredito que as principais perguntas foram respondidas. Muito obrigado pela entrevista.

APÊNDICE E5 – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA DE LUIZ VICENTE DE LIMA LÁZARO (UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI)

Entrevistada: Luiz Vicente de Lima Lázaro
Idade: 41 anos
Cargo: Coordenador do curso de Relações Públicas
Instituição: Universidade Anhembi Morumbi
Formação: Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Produção Editorial pela Universidade Anhembi Morumbi, Especialista em Estudos de Museus de Arte pelo Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo (USP) e Mestre em Estética e História da Arte pela USP.
Data: 15/09/2016
Horário: 17 horas
Local/Ambiente: Universidade Anhembi Morumbi (Vila Olímpia)

Rafael Vergili:
Obrigado pela oportunidade de poder entrevistá-lo. Em primeiro lugar, o senhor pode explicar, por favor, como funciona a coordenação do curso da Anhembi Morumbi?
Luiz Vicente de Lima Lázaro:
Eu coordeno dois cursos. O curso de Produção Editorial e o curso de Relações Públicas. No curso de Relações Públicas, historicamente, nós temos um coordenador adjunto, que já foi a professora Liliane, que se desligou da Universidade, e agora é o professor Alexandre José Possendoro, que atua como coordenador adjunto e também faz doutorado lá na ECA-USP, orientado pela Professora Margarida Kunsch, que, por sua vez, é egressa aqui da Universidade Anhembi Morumbi, na primeira fase do curso.
Estamos na segunda fase do curso, que foi retomado em 2011, com uma nova proposição. Quem trouxe o curso de volta foi a professora Maria José Rosolino, que se incumbiu de criar esse novo Projeto Pedagógico e responsável pela implantação do curso até o reconhecimento oficial, quando o curso recebeu nota 4, em 2014.
Rafael Vergili:
E além do coordenador adjunto de Relações Públicas, há algum coordenador dos cursos de Comunicação Social?

Luiz Vicente de Lima Lázaro:

Existia a figura do diretor da Escola, que era o professor Luiz Alberto de Farias. Houve uma mudança na estrutura e essa direção acabou virando uma direção de área, no caso, diretor das Escolas de Comunicação e de Educação. Então, o leque de influência de direção do professor Luiz Alberto se ampliou. Além dos cursos da Escola de Comunicação clássica da Anhembi Morumbi – "Publicidade e Propaganda", que foi o primeiro curso; "Produção Editorial"; "Relações Públicas"; "Jornalismo"; "Rádio, TV e Internet"; e "Cinema e Audiovisual" – passou a englobar alguns cursos na área de *Design*, o próprio curso de Turismo, ou seja, todos os cursos da área de Humanas ficaram a cargo do professor Luiz Alberto.

Rafael Vergili:

E nesses cursos principais, mais ligados à Comunicação, como Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas, entre outros, há alguma disciplina de tronco comum?

Luiz Vicente de Lima Lázaro:

Nós tínhamos, nas matrizes antigas. Porém, Jornalismo e Relações Públicas implantaram matrizes novas, por conta de DCNs (Diretrizes Curriculares Nacionais), praticamente ao mesmo tempo, e essa ideia foi parcialmente abandonada. Existem disciplinas muito parecidas, que são equivalentes, mas não como antigamente. Anteriormente, a Escola de Comunicação tinha um tronco comum mais definido e determinado.

Rafael Vergili:

Mas eram disciplinas idênticas que os alunos de cursos – na época, habilitações – faziam separadamente ou na mesma sala de aula?

Luiz Vicente de Lima Lázaro:

Separadamente. A ideia era eventualmente juntá-los, caso as turmas fossem menores, mas isso raramente acontecia, até porque o número de alunos em Publicidade e Propaganda é muito grande. Em Jornalismo, as turmas também são grandes. Algumas vezes, nós fizemos isso entre Relações Públicas e Produção Editorial, que tinham turmas menores. Algumas disciplinas permanecem como comuns, mas, de fato, elas são cursadas separadamente.

Rafael Vergili:

E o senhor poderia descrever, resumidamente, quais são as suas principais atividades como coordenador? Quais são as atribuições do coordenador de Relações Públicas da Universidade Anhembi Morumbi?

Luiz Vicente de Lima Lázaro:

Sou responsável pela atualização constante do Projeto Pedagógico, em conjunto com o NDE (Núcleo Docente Estruturante). Atendimento ao corpo discente, o que ocupa uma quantidade considerável do tempo de coordenação. E toda a questão administrativa de análise curricular, reabertura de matrícula, isso nós cuidamos com ajuda das assistentes de curso. Aqui nós temos duas assistentes para os cursos de Comunicação, que nos ajudam nesse trâmite dos processos administrativos.

Rafael Vergili:

Entendi. E há quanto tempo o senhor está como coordenador de Relações Públicas?

Luiz Vicente de Lima Lázaro:

Desde o início do ano de 2015.

Rafael Vergili:

Mas o senhor participou das discussões para a reestruturação da matriz curricular?

Luiz Vicente de Lima Lázaro:

Não participei diretamente das discussões para a elaboração das novas matrizes, mas participei de todo o processo de implantação da matriz. A nossa primeira turma com a nova matriz começou no primeiro semestre de 2015. Essa turma está no terceiro período hoje. E é, de fato, a primeira turma que entrou na matriz nova. Nossa turma, no quarto período atual, por exemplo, ainda está na versão antiga da matriz curricular.

Rafael Vergili:

Não houve nenhuma turma que estivesse no meio do curso e migrasse para a matriz nova, correto?

Luiz Vicente de Lima Lázaro:

Não. Não houve migração. Quem está na matriz antiga permanecerá na matriz antiga. Quem entrar na nova permanecerá na nova. Não há nenhuma matriz híbrida, nenhum processo de mudança no meio do curso.

Rafael Vergili:

E o senhor ministra alguma disciplina de tecnologia especificamente?

Luiz Vicente de Lima Lázaro:

Eu ministro a disciplina de “Linguagem Visual”, que tem um viés tecnológico ligado às questões da editoração eletrônica, logo no primeiro período do curso.

Rafael Vergili:

Agora, tratando um pouco mais do perfil do egresso, eu gostaria de saber se na formação do aluno há um viés mais acadêmico ou para o mercado...

Luiz Vicente de Lima Lázaro:

Mais voltado para o mercado. A Anhembi Morumbi tem um pouco esse perfil de formação para o mercado. Isso já acontece nos cursos mais tradicionais. Em Relações Públicas, que é um curso mais novo, nessa segunda fase, não é diferente. O propósito principal é o mercado, embora, nos últimos tempos, nós tenhamos ampliado a oferta de iniciação científica, por exemplo. Então, é um aspecto que, não só não foi deixado de lado, como também foi ampliado recentemente, até pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado e Doutorado) na área de Comunicação que temos, agora, na Universidade. Porém, o foco principal, é formação para mercado.

Rafael Vergili:

E há algum programa oficial para monitorar os egressos? Para saber se foram inseridos no mercado, se seguiram carreira acadêmica, enfim...

Luiz Vicente de Lima Lázaro:

Ainda não há um programa oficial. Nós tentaremos implantar no início do próximo ano (2017), um programa um pouco mais sistematizado de contato com o egresso.

Rafael Vergili:

Mas mesmo sem esse programa sistematizado, dá para ter noção da inserção dos egressos no mercado?

Luiz Vicente de Lima Lázaro:

Sim. Aqui, em São Paulo, o mercado de Comunicação tem sido forte. Nós temos casos de alunos que vêm de outros Estados e rapidamente conseguem se inserir no mercado, primeiro como estagiários e, depois, muitos conseguem ser efetivados.

Hoje, mesmo, eu atendi duas alunas que foram contratadas por grandes empresas, o que, para a Universidade, é muito bom, porque significa que estamos fazendo um bom trabalho de inserção, principalmente em termos mercadológicos.

Rafael Vergili:

E o senhor considera que a matriz curricular do curso de Relações Públicas da Universidade Anhembi Morumbi é “aberta” ou “fechada”? Eu percebi que existem disciplinas optativas,

então, teoricamente deve ser “aberta”, certo? Se sim, como funcionam essas disciplinas optativas?

Luiz Vicente de Lima Lázaro:

Correto. Pode considerar uma matriz curricular “aberta”. As disciplinas optativas funcionam assim: as coordenações dos cursos preparam, no início do semestre, uma lista de disciplinas que serão abertas para a Universidade toda. E aí cada coordenador determina um número de vagas nessas disciplinas. No início do período das matrículas, essa informação é divulgada via *site*, via portal da Universidade. Conforme os alunos vão se matriculando, vão fazendo a opção pelas disciplinas preferidas. Conforme as disciplinas vão sendo preenchidas, elas saem do sistema para inscrição. Então, os alunos que deixam para fazer matrícula no final, ficam com menos opções para escolher as disciplinas.

Rafael Vergili:

Olhando a matriz curricular, eu percebi que há a “Optativa I”, no 5º período, e a “Optativa II”, no sétimo período. Então, em cada um desses períodos, os alunos escolhem apenas uma disciplina optativa, certo?

Luiz Vicente de Lima Lázaro:

Isso. Uma de 40 horas, no 5º período, e outra de 80 horas, no 7º período. O aluno escolhe dentro dessa lista de disciplinas ofertadas no início do semestre.

Rafael Vergili:

O senhor mencionou que diversos cursos elaboram uma lista das disciplinas que oferecem vagas, mas, só para entender melhor, os alunos de RP devem escolher necessariamente de uma lista oferecida somente pelo curso de Relações Públicas ou podem escolher disciplinas de outros cursos?

Luiz Vicente de Lima Lázaro:

Não. Em Relações Públicas ele não consegue fazer, porque não existem eletivas. As disciplinas que ele deve fazer já constam na matriz curricular como obrigatórias. Nas optativas, o aluno acaba indo para outro curso e, eventualmente, até em outro campus. Pode ir para o Campus Centro, pode ir para o Campus Morumbi, na área de *Design*, pode ir para o campus da Paulista, na área de Negócios. Eles podem fazer até de forma on-line, o que costuma ser uma preferência. Os alunos tendem a preferir fazer as disciplinas optativas no modelo EaD.

Rafael Vergili:

E o senhor sabe dizer quais são as disciplinas mais escolhidas?

Luiz Vicente de Lima Lázaro:

Não temos essa estatística, mas geralmente são disciplinas mais teóricas do que disciplinas práticas, por conta desse oferecimento por EaD.

Rafael Vergili:

Agora, tratando mais especificamente da abordagem que o curso dá para a tecnologia, eu entrei no Doutorado em 2013, e foi exatamente o ano em que foram publicadas as novas Diretrizes Curriculares. Aí teve aquele tempo de adaptação, de aproximadamente dois anos, que se encerrava no fim de 2015, começo de 2016. Então, eu resolvi verificar a evolução no número de disciplinas de tecnologia nas matrizes de curriculares de 2013 e 2016 da Anhembi Morumbi. Em 2013, apenas uma disciplina de tecnologia era oferecida: "Planejamento em Relações Públicas III: Hipermídia", no 3° semestre, com 80 horas. Em 2016, a matriz curricular da Universidade Anhembi Morumbi apresenta duas disciplinas obrigatórias relativas à tecnologia: "Estrutura de Texto para Mídia Digital", no 3° semestre, com Carga Horária de 40 horas, e "Produção em Multimeios", no 8° semestre, com CH de 80 horas. O senhor entende que há mais alguma disciplina de tecnologia que eu não mencionei e deveria considerar?

Luiz Vicente de Lima Lázaro:

No primeiro período, a disciplina de "Linguagem Visual". Eu colocaria, talvez, as próprias disciplinas de "Planejamento", de I a VI, uma vez que essas aulas também são ministradas em laboratório, não em salas de aula tradicionais.

Rafael Vergili:

Mas essas disciplinas discutem algo especificamente relacionado à Internet, plataformas digitais, redes sociais? Pergunto isso porque minha pesquisa trata de tecnologia nesse sentido, a partir do advento do computador...

Luiz Vicente de Lima Lázaro:

Entendi. O seu objetivo é a discussão, não o modelo, certo?

Rafael Vergili:

Exatamente. O conteúdo sobre tecnologia – e aqui trato da tecnologia mais atual, não de Fotografia, Rádio, Televisão, por exemplo – é o que tenho levado em consideração no meu recorte. O foco não é o uso da tecnologia em sala de aula. Por exemplo, não adianta ser uma disciplina que usa laboratório de informática, mas discute "Comunicação Interna". Tem que ser um conteúdo relacionado à tecnologia.

Luiz Vicente de Lima Lázaro:

Nesse caso, a disciplina "Planejamento em Relações Públicas I" não entra. Ela entraria se você considerasse o modelo da aula, que é dada em laboratório, mas o conteúdo não tem relação com o seu recorte.

Você pode considerar "Linguagem Visual", uma vez que a disciplina trata de questões relativas à editoração eletrônica e *softwares* muito específicos. Também pode considerar "Planejamento em Relações Públicas III", porque trata de hipermídia e discute a construção de *sites* e portais, a construção da informação e o *site* como fruto de um planejamento estratégico.

Também entra "Estrutura de Texto para Mídia Digital", que até você destacou na pergunta inicial, que é uma disciplina que dá um apoio em questões teóricas. Nós percebemos que havia um *gap* considerável em questões teóricas, então essas disciplinas de estrutura de texto aparecem para preencher essa lacuna, da redação, das referências principais da área, do estudo de autores.

Um diferencial importante do curso é que o projeto sempre resulta em uma apresentação em uma banca no final. Então, todas as disciplinas de Planejamento em Relações Públicas, assim como as disciplinas de Projeto Integrado, elas integram todas as disciplinas e, no final, entrega-se um projeto, um planejamento estratégico, cada semestre dentro do seu tema. O tema do terceiro, por exemplo, é "Hipermídia", uma vez que se refere ao Planejamento em Relações Públicas III.

Por fim, ainda entra a disciplina de "Produção em Multimeios", que você também destacou. Essa disciplina, ainda na matriz curricular antiga, tinha um nome que suscitava uma série de questionamentos. Ela entrou no lugar de "Gestão de Marketing". Na nova matriz, porém, hoje ela se encarrega da inserção da pesquisa e viabilidade da pesquisa – que antes era feita do ponto de vista do Marketing e ela perdeu esse ponto de vista na matriz atual –, focada em produções mais criativas, sem tanta exigência sobre as normas da ABNT.

Rafael Vergili:

Agora, só para tirar uma dúvida, porque, como eu mencionei anteriormente, em uma parte da minha pesquisa, eu realizo uma comparação entre as matrizes de 2013 e 2016 e vejo a evolução no número de disciplinas de tecnologia. Só para não ficar uma comparação injusta, em decorrência dos nomes da disciplina, teria como apontar na matriz de 2013, quais são as disciplinas que envolvem tecnologia?

Luiz Vicente de Lima Lázaro:

Em 2013, nós tínhamos “Comunicação Visual”, que era equivalente à atual disciplina “Linguagem Visual”. Só que houve um aumento de carga horária. Ela foi de 60 para 80 horas. Nós já não temos mais disciplinas de 60 horas. Na nova matriz curricular, ou são disciplinas de 40 ou 80 horas.

Também tínhamos a disciplina “Planejamento em Relações Públicas III: Hipermídia”, que foi mantida. Ou seja, em 2013, basicamente eram essas duas: “Comunicação Visual” e “Planejamento em Relações Públicas III: Hipermídia”.

Rafael Vergili:

Aproveitando a oportunidade, como o senhor é professor da disciplina “Linguagem Visual”, é possível explicar como essa disciplina funciona? É prática ou teórica?

Luiz Vicente de Lima Lázaro:

A disciplina é principalmente voltada para a prática, porque os alunos chegam e, depois de algumas semanas, eles se dividem em grupos. Cada grupo forma uma Agência de Relações Públicas experimental. Nós damos início a um processo de *naming*, em que eles precisam criar um nome. Ao mesmo tempo, criam as informações básicas da empresa, como Missão, Visão, Valores. E aí, baseado nisso, nesse nome criado e nessa expectativa, nós criamos uma marca para a empresa. E a disciplina colabora na criação dessa marca e em um manual de identidade visual para cada uma dessas agências. Nós fazemos isso usando basicamente: Adobe Illustrator, Adobe InDesign e um pouco de Adobe Photoshop. Essa é a abordagem da disciplina.

Rafael Vergili:

E além dessas disciplinas que destacamos anteriormente, o senhor entende que o conteúdo sobre tecnologia perpassa várias disciplinas ou restringe-se às disciplinas específicas que tratam dessa temática?

Luiz Vicente de Lima Lázaro:

Sem dúvida essa discussão não fica restrita a essas disciplinas que têm a tecnologia como foco principal. Eu diria que todas as disciplinas de Planejamento têm essa característica, até por conta das aulas acontecerem em laboratório. Os próprios recursos oferecem um universo que sempre oferece um campo muito importante para a novidade. Essas novidades são incorporadas pelos professores orientadores de projeto, que, em geral, preferem que a aula seja em laboratório de informática. Embora, eventualmente, por conta de perfil de turma, o professor faça parte em sala de aula, parte em laboratório.

Rafael Vergili:

Eu percebi, pelas disciplinas que destacamos, que de 2013 para 2016, o número de disciplinas de tecnologia aumentou. A carga horária de algumas delas também cresceu. Há alguma razão específica para esse aumento?

Luiz Vicente de Lima Lázaro:

Entendo que aconteceu para cumprir as DCNs e por conta de termos percebido, também, essa pequena lacuna no sentido da teoria. Por isso, vieram essas disciplinas de "Estrutura de Texto". A "Estrutura de Texto para Mídia Digital", em especial, trabalha isso mais fortemente. Embora as outras de "Estrutura de Texto" trabalhem também. Se nós considerarmos que usaremos recursos do Office, por exemplo, para formatação em ABNT, sumário automático, essas tarefas, eu acredito que ocorra um viés tecnológico nessas disciplinas também.

Rafael Vergili:

Entendi. Mudando um pouco o foco para as disciplinas optativas, obviamente que há uma limitação de tempo para o aluno terminar o curso, mas se o aluno quiser, ele pode fazer mais de duas disciplinas optativas durante a Graduação, caso ele tenha tempo disponível, ou apenas aquelas duas indicadas na matriz curricular?

Luiz Vicente de Lima Lázaro:

Não. São essas duas. Não existe um programa com carga extra, digamos.

Rafael Vergili:

Mas, assim, o que eu gostaria de entender é se o aluno não é proibido de fazer mais de duas disciplinas. O intuito da pergunta é entender se, caso tenham mais de duas disciplinas de tecnologia disponíveis em outras unidades, esse aluno poderia realizar todas essas disciplinas de tecnologia, porque isso influenciaria naquele cálculo do número de disciplinas que eu mencionei na comparação entre as matrizes de 2013 e 2016.

Luiz Vicente de Lima Lázaro:

Não tenho notícias de que isso tenha acontecido. Geralmente os alunos cumprem as disciplinas necessárias. Porém, disciplinas optativas oferecidas que tenham conteúdo com viés tecnológico, você pode ter certeza que existem várias. Em Pedagogia, por exemplo, nós temos disciplinas ligadas às tecnologias educacionais. No *Design*, em tecnologias voltadas à animação, edição, *design* de *games*, *design* gráfico. Enfim, existem optativas possíveis, em diversos departamentos, que apresentam conteúdo ligado à tecnologia.

Rafael Vergili:

E vocês fazem parte de uma rede internacional, a rede Laureate, certo? Há a possibilidade de que o aluno realize disciplinas optativas fora do Brasil, em alguma Universidade estrangeira que faça parte da mesma rede?

Luiz Vicente de Lima Lázaro:

Somente para realizar disciplinas optativas, não. Mas nós temos um programa muito forte de intercâmbio. No intercâmbio, o aluno passa um ou dois semestres fora. E no retorno dele, em função das aprovações que ele obteve no exterior, nós fazemos uma equivalência com as disciplinas que ele teria cursado aqui. Então, por exemplo, ele termina o 5º semestre, passa o 6º lá fora, volta para o 7º e as disciplinas do 6º de lá – que já foram pré-aprovadas e indicadas pela coordenação – são validadas no retorno.

Rafael Vergili:

E há alguma universidade no exterior que os alunos costumam escolher?

Luiz Vicente de Lima Lázaro:

Historicamente, os alunos têm preferido o Istituto Europeo de Madrid, uma vez que nós já temos algumas disciplinas que são de uso comum. Então, facilita bastante para fazer a equivalência de disciplinas. Os alunos costumam ir no 6º semestre.

Rafael Vergili:

E há alguma diferença na hora do registro final, do diploma, por exemplo? Vamos supor, se você faz "Doutorado Sanduíche", em algumas instituições fica o registro de que parte do curso foi realizada no exterior...

Luiz Vicente de Lima Lázaro:

Nesse caso, não. Só em situações em que se pede dupla titulação, mas na Escola de Comunicação, nós não temos. Acredito que tenham em outros programas, mas nós não temos.

Rafael Vergili:

Bom, anteriormente, o senhor tratou especificamente sobre a disciplina de "Linguagem Visual" e até comentou um pouco sobre as outras disciplinas de tecnologia, mas, em geral, elas possuem um viés mais prático ou teórico?

Luiz Vicente de Lima Lázaro:

Todas têm um viés mais prático.

Rafael Vergili:

Mesmo com essa característica mais prática, em alguma delas há um viés teórico mais forte? Em que são mencionadas referências bibliográficas ou que tenha uma reflexão mais

aprofundada sobre tecnologia? Parece que o senhor comentou que “Estrutura de Texto para Mídia Digital” é que tem esse componente, certo?

Luiz Vicente de Lima Lázaro:

Isso. A ideia é que esse papel seja cumprido pelas disciplinas de “Estruturas de Texto” e, mais especificamente sobre tecnologia, com “Estrutura de Texto para Mídia Digital”.

Rafael Vergili:

E especialmente nessa disciplina de “Estrutura de Texto para Mídia Digital”, que teoricamente é a que apresenta uma carga maior com reflexão sobre tecnologia, o professor tem liberdade para inserir novas referências, por exemplo, ou propõe-se que o programa seja seguido estritamente sem atualizações muito intensas?

Luiz Vicente de Lima Lázaro:

Aqui nós fazemos assim. A cada semestre, o professor tem liberdade para mudar bibliografia, indicar obras, desde que a biblioteca tenha exemplares disponíveis para o aluno. Ou ele pode, ainda – e isso nós adotamos em todos os cursos –, indicar bibliografia digital, desde que seja de uso livre. Esse tipo de conteúdo digital entra na bibliografia da mesma forma. E é interessante, uma vez que o aluno pode ter acesso ao conteúdo de qualquer lugar.

A nossa biblioteca, por exemplo, trabalha em um sistema que unifica uma série de referências digitalizadas. Tem, inclusive, um link que nós usamos, que chamamos de Biblioteca 3.0, em que o aluno tem acesso a algumas publicações em meio digital. A ideia é que isso se multiplique no curto/médio prazo, e ele vai ter bem mais opções para consulta.

Rafael Vergili:

E na estrutura tecnológica da Universidade, o que é possível destacar? Qual a estrutura para o professor ministrar suas aulas? Todas as salas são equipadas com computador e projetor, por exemplo?

Luiz Vicente de Lima Lázaro:

Todas as salas de aula possuem Data Show (projetor) e computador. As caixas de som não estão presentes em todas as salas, mas isso é facilmente resolvido com uma reserva prévia do equipamento.

Rafael Vergili:

O senhor comentou que algumas disciplinas são dadas em laboratório. São bem equipados?

Luiz Vicente de Lima Lázaro:

Sim. Temos laboratórios de informática, com Mac e PC. A disciplina “Produção em Multimeios”, que será dada no último período e que ainda não teve alunos na matriz

curricular atual, foi pensada para ser apresentada nos computadores Mac, até para que os alunos tenham contato com os dois sistemas operacionais principais, o Windows e o macOS. Tirando essa, as disciplinas que não são dadas em sala de aula, ocorrem em laboratórios de PC's convencionais, principalmente as disciplinas de Planejamento em Relações Públicas.

Rafael Vergili:

E para o aluno, como isso funciona? Há wi-fi disponível, por exemplo?

Luiz Vicente de Lima Lázaro:

Sim. Wi-fi disponível.

Rafael Vergili:

E pode ser usado em sala ou há alguma política que incentive ou proíba o uso em sala de aula?

Luiz Vicente de Lima Lázaro:

Pode usar, sim. Não há nenhuma política que restrinja o uso. O professor pode, eventualmente, por meio de um *software*, especialmente em aulas no laboratório, travar as máquinas ou fazer que todas as máquinas mostrem o conteúdo que ele está apresentando lá na frente. Enfim, existem esses recursos que podem ser usados. Geralmente nós temos uma política bastante compreensiva com essas questões. Inclusive, discute-se internamente na Universidade, a utilização positiva dessas tecnologias no processo de ensino-aprendizagem.

Rafael Vergili:

Então, com base nessa política de integração, não deve ser frequente receber muitas reclamações de professores sobre esse uso excessivo de dispositivos móveis em sala de aula, correto?

Luiz Vicente de Lima Lázaro:

Às vezes até acontece. Não é tão frequente, mas, por exemplo, alguns professores apresentam a ideia de não dar determinadas disciplinas em laboratório, porque entendem que a concentração pode ser menor, até pela dificuldade para competir com essas redes sociais, como o Facebook, especialmente com um público jovem que quer estar o tempo todo conectado. Então, em alguns casos, preferem iniciar a disciplina em sala de aula para verificar como é o perfil da turma e depois partir para o laboratório.

Rafael Vergili:

Tratando mais diretamente das diretrizes, o senhor entende que uma mudança na matriz ocorreria independentemente das novas DCNs? Ou seja, é comum ter algum tipo de discussão

sobre a atualização da matriz curricular mesmo quando não saem novas diretrizes ou as mudanças ocorrem sempre em função das DCNs?

Luiz Vicente de Lima Lázaro:

Não. Isso é comum, acontece bastante. Inclusive, recentemente, o professor Luiz Alberto solicitou que nós providenciássemos atualizações de todos os outros cursos, exceto Jornalismo e Relações Públicas, que já implantaram recentemente. Ou seja, já surgiu uma demanda de atualizações dos outros cursos, independentemente de novas diretrizes. Produção Editorial, por exemplo, nós temos DCNs bem antigas, não temos notícias de que isso vai sair logo, mas, independentemente disso, já estamos nos preparando para este ano ainda, apresentar uma proposta de nova matriz.

Rafael Vergili:

E como funciona esse processo? Vamos supor que não existissem as Diretrizes Curriculares de 2013, mas vocês decidissem atualizar a matriz curricular. Ainda assim haveria algum tipo de restrição referente às diretrizes anteriores, de 2001, certo? Como isso funcionaria?

Luiz Vicente de Lima Lázaro:

De modo geral, ela é discutida com o Núcleo Docente Estruturante, ratificada pelo Colegiado de Curso e implantada pela coordenação. Como Universidade, a Anhembi Morumbi tem autonomia dessa implantação. Posteriormente, nas avaliações periódicas do MEC, eles avaliam a adequação da matriz às diretrizes vigentes.

Rafael Vergili:

Entendi. E apesar dessa autonomia, o senhor considera que essas diretrizes podem ser consideradas obrigatórias? Pergunto isso, uma vez que os alunos do curso de Relações Públicas já não são mais submetidos à prova do ENADE, correto? Então, a avaliação deve ficar muito restrita à visita do MEC e a essa verificação de adequação entre diretrizes e matrizes.

Luiz Vicente de Lima Lázaro:

Os alunos de Relações Públicas realmente não fizeram a prova do ENADE da última vez. E cursos que têm mais ou menos o mesmo perfil de tamanho também não fizeram. O curso de Rádio e TV, por exemplo, não realiza a prova há anos. Mas, de fato, se não mudarem os critérios, essas exigência de certa quantidade de universidades que ofereçam o curso, por exemplo, nós não temos expectativa de fazer ENADE, pelo menos no médio prazo.

Como a avaliação ficou baseada nas visitas do MEC, seguir as DCNs é realmente imprescindível. Eu entendo que seria um risco muito grande de, deliberadamente, não seguir.

Porque embora você tenha uma margem de manobra, dentro do que é proposto, algumas questões colocadas como mínimas necessárias, você tem que inserir.

Rafael Vergili:

E, em algum momento, houve alguma discussão a respeito do engessamento ou da flexibilidade provocada pelas novas Diretrizes Curriculares?

Luiz Vicente de Lima Lázaro:

Não temos essa visão do curso mais engessado, não. Que o curso ficou mais "específico", isso é algo que algumas pessoas comentaram. Não existe mais tanta margem para compartilhar tantas atividades com outros cursos.

Eu também ministro aulas no curso de Jornalismo, mas participei muito menos da implantação da matriz do curso de Jornalismo, mas, aparentemente, também foi para esse mesmo caminho da especificidade.

Rafael Vergili:

Algo que eu gosto de questionar, principalmente para as universidades privadas, é se esse aumento na carga horária proposto pelas Diretrizes Curriculares teve algum impacto significativo no curso. Pergunto isso porque geralmente a universidade precisa contratar mais professores. Às vezes, em decorrência disso, há aumento na mensalidade do curso, e isso pode gerar algum tipo de efeito. Houve algum tipo de impacto com esse aumento da carga horária?

Luiz Vicente de Lima Lázaro:

Na verdade, a demanda pelo curso até aumentou. Nós temos, pela primeira vez, a abertura de turmas para o campus Paulista, no período matutino. Então, isso foi muito bom para nós. Uma boa notícia, porque há expectativa de crescimento do curso.

Depois do reconhecimento, nós pontuamos, pela primeira vez, no Guia do Estudante. Por conta das regras do Guia, o curso estava sem avaliação. Então, pontuamos agora, pela primeira vez, com quatro estrelas. Isso deve trazer, também, mais alunos, uma vez que, embora, do ponto de vista pedagógico, a avaliação do MEC tenha um peso muito maior para o potencial aluno prestar atenção no curso, o Guia do Estudante provavelmente cumpra melhor essa função.

Em termos financeiros, existe um departamento na Anhembi que faz esse cálculo. Evidentemente, com o aumento da carga horária, tende-se a um aumento da mensalidade, até pela proporção entre valor e número de horas, o *pricing*. Embora essa turma da Paulista, por exemplo, tenha uma mensalidade bem interessante. Há um bom desconto, provavelmente pela

implantação no novo campus. Mas existe, sim, essa preocupação com a possibilidade de aumento do valor do curso.

Mas, de modo geral, é possível que essa carga horária elevada tenha um impacto, sim. Você vai reparar, por exemplo, que o segundo período da nossa nova matriz, é um período bem cheio, com cinco disciplinas, um Projeto e uma disciplina EaD. Então, essa foi a nossa solução. Algumas implementaram aulas ao sábado, por exemplo, para conseguir cumprir a matriz.

Rafael Vergili:

Mais uma questão, professor. Nós sabemos que as diretrizes fizeram muitas universidades aumentarem a carga de atividades complementares. Há algum curso complementar ligado à área de Comunicação, voltado para o público externo?

Luiz Vicente de Lima Lázaro:

Sim. Isso tem aumentado muito nos últimos tempos. Recentemente, nós fizemos um projeto muito extenso, que ainda não foi implementado em sua plenitude, mas trata-se de um projeto com uma comunidade próxima daqui, chamada de Comunidade "Sou Coliseu", também conhecida por alguns como "Favela Funchal". Então, nós temos uma série de atividades previstas com essa comunidade até o fim do ano. A ideia é que isso permaneça por um bom tempo. E nós temos o "Dia da Responsabilidade Social", que este ano, por consequência desse projeto, será nessa comunidade.

Rafael Vergili:

E cursos mais ligados à Comunicação. Por exemplo, eu não sou aluno e nem moro na região, mas quero frequentar, por exemplo, um curso para complementar minha formação na Anhembi Morumbi. Há algum curso externo desse tipo para o público externo? Mesmo que seja pago...

Luiz Vicente de Lima Lázaro:

Existe, sim. Nós não temos tantas opções de cursos ligados à Comunicação para o público externo, mas existe o programa de cursos de extensão desse modelo, sim.

Rafael Vergili:

Entendi. Basicamente era isso. Muito obrigado pela entrevista.

APÊNDICE E6 – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA DE VALÉRIA DE SIQUEIRA CASTRO LOPES (USP)

Entrevistada: Valéria de Siqueira Castro Lopes
Idade: 45 anos
Cargo: Coordenadora do curso de Relações Públicas
Instituição: Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP)
Formação: Possui Graduação em Comunicação Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestre e Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo.
Data: 19/09/2016
Horário: 18h30min
Local/Ambiente: ECA-USP

Rafael Vergili:
Obrigado pela oportunidade de poder entrevistá-la. Em primeiro lugar, tenho uma dúvida referente às diferenças entre as matrizes curriculares de 2013 e 2016. Houve alguma alteração entre as matrizes? Eu analisei as duas matrizes e não vi nenhuma diferença substancial.

Valéria de Siqueira Castro Lopes:
O que aconteceu é que após as Diretrizes Curriculares de 2013, ocorreram discussões aprofundadas na ECA-USP a respeito das mudanças e, em função disso, não encaminhamos o projeto a tempo de integralizar essas alterações para a matriz curricular de 2016. Parece que outras habilitações, que também tiveram mudanças nas diretrizes, como o Jornalismo, conseguiram a integralização para 2017. Então, nós não temos nenhuma mudança de matriz curricular para 2016, que permanece exatamente a mesma. Eu não sei se isso invalida a minha entrevista ou se invalida o curso como objeto de estudo.

Rafael Vergili:
Eu entendo que toda contribuição é válida. Para desenvolver a minha moldura de universo, eu fiz um mapeamento de todas as instituições que oferecem o curso de Graduação em Relações Públicas, com base no *site* do MEC, o e-MEC. Com base na proporção de universidades públicas e privadas, a proporção de IES que oferecem o curso por região, além do Índice Geral de Cursos (IGC), eu selecionei dez universidades para verificar a evolução das matrizes

curriculares entre 2013 e 2016. A USP, como não tem nota registrada no *site* do MEC, mas sempre está nos rankings internacionais como a melhor universidade brasileira, foi adicionada separadamente. A entrevista será muito importante para entender como foi estrutura essa nova matriz, que entrará em vigor nos próximos anos.

Valéria de Siqueira Castro Lopes:

Certo. Entendi os critérios adotados.

Rafael Vergili:

Então, professora, para começar a entender como funcionou o processo de reestruturação dessa futura matriz curricular, eu gostaria de saber, por favor, quando a senhora assumiu a coordenação do curso de RP aqui na USP.

Valéria de Siqueira Castro Lopes:

Eu assumi a coordenação do curso de Relações Públicas em 2015. A USP tem no coordenador de curso, um representante docente. Então, eu represento os meus pares. Não tenho nenhuma ingerência sobre o grupo. Na verdade, é uma representação diante de algumas instâncias. E eu respondo pelo curso basicamente em aspectos administrativos. Diferentemente de outras instituições de ensino, especialmente as privadas, o coordenador do curso aqui não responde pelo aspecto pedagógico.

Essa questão pedagógica, na realidade, é uma responsabilidade compartilhada pelo corpo docente. Eu apenas sirvo de vetor para alguns encaminhamentos, algumas discussões, seja junto aos meus pares, seja em instâncias superiores, ou mesmo em relação aos alunos. Então, eu sou a responsável por fazer essa mediação.

Portanto, a matriz curricular que nós temos hoje, é fruto de uma discussão que ocorreu anteriormente e que gerou essa matriz. E tudo que foi proposto em termos de alterações para a próxima matriz, que vai ser integralizada em 2018, ocorre da mesma forma. Houve uma discussão entre os professores, no aspecto do que seria possível, do que seria adequado e do que seria interessante, à luz do perfil do egresso que nós gostaríamos de formar e na nossa realidade. Ou seja, uma universidade pública que tem uma estrutura que algumas vezes nos permite realizar ações que só seriam possíveis aqui e em outras não nos permite fazer mudanças que nós gostaríamos de fazer.

Rafael Vergili:

A senhora poderia explicar o motivo da nova matriz curricular entrar em vigor apenas em 2018?

Valéria de Siqueira Castro Lopes:

Há todo um trâmite interno. Após a discussão entre os pares, há toda a estruturação de um novo Projeto Pedagógico. Esse Projeto Pedagógico é encaminhado internamente para a Comissão do Departamento. Ele é aprovado – ou não. Nesse caso, foi aprovado, aí segue para outra instância, que é a Comissão de Graduação da Escola. Aprovado, segue para outra instância, que é a Congregação, que é o órgão máximo da Escola.

Feito isso, a Graduação começa todo um trâmite administrativo, de lançamento dessas disciplinas no sistema, a identificação dessas disciplinas por códigos. Algumas disciplinas não são oferecidas pelo nosso Departamento, então é outro Departamento que oferece. Nesses casos, é o outro Departamento que precisa realizar o processo. Concluída essa fase, a documentação segue – já com as disciplinas lançadas no sistema e codificadas – para a Pró-Reitoria de Graduação. Lá será designado um parecerista, que vai avaliar esse material e vai dar um parecer, favorável, ou não. Ele pode fazer questionamentos, pedir alguma justificativa – embora ao encaminharmos, nós tenhamos que enviar uma justificativa do motivo para a atualização da matriz curricular, quais são as principais alterações e em que medida essas mudanças vão alterar na conclusão do curso dos alunos que frequentam as disciplinas na matriz atual, se aumentará ou diminuirá o tempo do curso. Então, tem uma série de questões e procedimentos administrativos, acadêmicos e pedagógicos que precisam ser detalhados.

Rafael Vergili:

E agora vocês estão em qual fase do processo?

Valéria de Siqueira Castro Lopes:

Atualmente, está na Reitoria. Eu tinha um prazo para encaminhar a documentação para a Reitoria, que era agora em setembro, exatamente hoje, 19/09/2016, era o *deadline*. Então, nós encaminhamos e agora está lá. Esse era o prazo para os cursos que tinham alteração de matriz para 2018. Se fosse para 2017, isso já tinha que estar pronto em uma data anterior. E aí, justamente, como eu falei dessa necessidade que nós tínhamos de fazer uma discussão um pouco mais aprofundada em alguns dos pontos, nós preferimos esperar, nós entendemos que seria melhor agir com mais cautela para não fazer uma mudança atabalhoada.

Rafael Vergili:

Caso opte por não comparar as matrizes da USP entre 2013 e 2016, seria correto justificar que isso ocorrerá no meu trabalho justamente devido ao fato de a nova matriz só entrar em vigor em 2018? Pergunto isso porque as matrizes de 2013 e 2016 são idênticas. Não conseguiria observar nenhuma diferença entre ambas.

Valéria de Siqueira Castro Lopes:
Sim. É a realidade para o momento.

Rafael Vergili:
Entendi. Professora, agora direcionando a entrevista para o recorte da minha Tese, o meu interesse na matriz curricular é baseado nas disciplinas de tecnologia, especialmente das que tratam da Internet em diante. Então, eu verifiquei que na matriz curricular vigente existem as disciplinas obrigatórias "Comunicação Digital e as Novas Mídias", "Produção de Periódicos Institucionais no Contexto das Novas Mídias, do Novo Social, e das Empresas e Instituições", "Produção Audiovisual no Contexto das Novas Mídias, do Novo Social, e das Empresas e Instituições", além das disciplinas optativas "Comunicação Digital", "Aspectos Teóricos da Comunicação Digital" e "Teoria da Opinião Pública em Contextos Digitais". Eu gostaria de saber se é possível dizer se na nova matriz, que será implantada em 2018, existem mais ou menos disciplinas, se essas foram mantidas, enfim, saber mais sobre as disciplinas de tecnologia nessa nova matriz.

Valéria de Siqueira Castro Lopes:
Essas disciplinas de digital basicamente serão mantidas, sendo que algumas aumentaram de carga horária. Eu teria que consultar os documentos que serão aprovados, mas pela nossa proposta, "Teoria da Opinião Pública" terá, por exemplo, um par agora, que será "Teoria da Opinião Pública em Contextos Digitais", ou seja, uma disciplina que era optativa passa a ser obrigatória e ela entra na matriz como uma complementação das discussões iniciadas em "Teoria da Opinião Pública".

Rafael Vergili:
Mas a senhora entende que o número de disciplinas de tecnologia aumentou na nova matriz curricular?

Valéria de Siqueira Castro Lopes:
Eu ainda não cheguei a fazer essa conta especificamente no caso de disciplinas digitais, mas o que as Diretrizes Curriculares solicitam é que nós tenhamos uma carga de 1.400 horas em disciplinas de formação específica e 1.400 horas do restante. Desse restante, eles subdividem em formação Geral, Suplementar e de Comunicação. E aí nós fizemos essa divisão: quanto tinha de Suplementar, quanto tinha de Geral e quanto tinha de Comunicação. Específica ficou em outro grupo separado desses três.

Pelo que eu me recordo, acabamos deixando cada um dos dois grupos com 1.410 horas, porque tem também uma questão, dependendo da Universidade que você vá, a unidade

horária muda. Então aqui na USP, por exemplo, é tudo múltiplo de 3, então 60 horas, 90 horas, 120 horas. Na matriz atual, em poucos casos específicos também existem de 30 horas e de 150 horas. Isso acontece porque aqui nós temos o sistema de horas e créditos, diferentemente das particulares, que geralmente só trabalham com horas. Então, nós podemos atribuir uma carga horária de trabalho, que é o dobro da carga horária de sala de aula. Portanto, um crédito USP de sala de aula são 15 horas e 1 crédito USP de trabalho são 30 horas. Das disciplinas desenvolvidas apenas em sala de aula, o máximo que você vai ter é uma carga horária de 60 horas, que é uma noite inteira, mas essas que passam muito das 60 horas envolvem muitas atividades externas que são computadas na carga. Então, por conta disso, nós tivemos uma diferença de algumas horas do mínimo exigido das diretrizes e o que nós conseguimos fechar em função das nossas unidades de horas, que são 30 horas, no mínimo.

Por exemplo, são colocadas 150 horas na matriz atual para Projeto Experimental, mas na conta que eu fiz, na nova matriz não daria para colocar 150, tivemos que colocar 210, por conta de créditos com características próprias da Universidade. Então, há certa dificuldade, em função dessas características do sistema da USP. Em função disso, nós acabamos ficando com uma carga horária maior, com 1.410 horas em cada grupo, e, também, por uma solicitação das diretrizes de um aumento de atividades práticas, laboratoriais, então, essas atividades, sim, podem ser consideradas como novidade.

Na nova matriz, nós colocamos, a partir do 3º semestre, uma disciplina chamada “Práticas Laboratoriais” e elas vão mudando de temática ao longo dos semestres. Então, elas sempre vão trabalhar ao lado de uma disciplina teórica que é a disciplina que discute a temática em sala de aula. E ela, como prática, torna-se um suporte para o desenvolvimento de um trabalho, em uma atividade laboratorial.

Então, nós começamos com Eventos, que é uma disciplina mais instrumental, logo no início do curso, porque eles estão começando a ter contato com a prática. E isso vai avançando para Relações Públicas com o Terceiro Setor, Relações Públicas Governamentais. Depois, essa disciplina do 5º semestre, que na grade atual se chama “Produção de Periódicos Institucionais no Contexto das Novas Mídias, do Novo Social, e das Empresas e Instituições”, que é do Professor Paulo Nassar, muda de nome e passa a abarcar novas temáticas, como as novas narrativas, vinculando-se a um laboratório no sexto semestre. O laboratório dará continuidade ao desenvolvimento de um projeto que atualmente é estruturado na disciplina teórica e, por isso, na atual matriz curricular conta com prazo apertado para sua execução. Por isso, incluímos disciplinas laboratoriais associadas a disciplinas teóricas, aumentando a carga

horária e creditando horas de trabalho a projetos como esse, possibilitando que o professor pense uma dinâmica de desenvolvimento de práticas associadas à teoria.

Rafael Vergili:

E essa carga horária de trabalho, essa característica mais prática, foi adicionada em muitas disciplinas ou foram casos isolados?

Valéria de Siqueira Castro Lopes:

Isso aconteceu em algumas disciplinas. Nós não trabalhávamos em algumas delas com carga horária de trabalho e que a partir de agora será considerado, até porque, efetivamente, o aumento de carga horária em sala de aula não é possível, uma vez que isso requer, às vezes, dois dias da semana e nós não temos, por exemplo, dois professores para dividir uma disciplina. Muitas vezes em uma instituição particular, você tem uma disciplina de laboratório, mesmo em uma teórica, que é oferecida para um maior número de turmas. Então, existem dois professores, que dividem aquela disciplina. Aqui nós não temos isso. Nós não temos um corpo docente que comporte essa dinâmica.

Rafael Vergili:

E nesse aspecto da contratação, como funciona o processo em uma universidade pública como a USP? É muito demorado?

Valéria de Siqueira Castro Lopes:

Nós temos um trâmite que segue quase sempre o mesmo padrão. Então, por exemplo, eu preciso solicitar a contratação para uma disciplina específica: é aberto o edital, há publicação no Diário Oficial, tem um período de inscrição, algumas regras para avaliação, enfim, não é um processo rápido.

Rafael Vergili:

Mas não há nenhuma regra que exija a contratação desses professores antes da implantação da matriz curricular, correto? Ou seja, vocês não tiveram que contratar todos os professores para depois definir a nova matriz, certo?

Valéria de Siqueira Castro Lopes:

Nós definimos a matriz curricular antes. Não há obrigação de contratar os professores antes de estruturar a matriz, porque senão a matriz não sairia nunca. Por exemplo, há disciplinas novas que nós temos planos de contratação, porque o grupo que nós temos hoje não tem necessariamente perfil aderente a essas novas disciplinas. Quando a matriz for implantada e precisarmos contratar os professores, iniciaremos uma nova batalha.

Rafael Vergili:

Agora, no que tange à estrutura tecnológica, estrutura física disponível na ECA-USP, o que há disponível para os professores? Existem laboratórios, salas de aula com projetores, entre outros equipamentos?

Valéria de Siqueira Castro Lopes:

Tem um laboratório de informática, que é para uso comum do departamento. Tem laboratório de informática com os computadores Machintosh, que dão suporte às disciplinas que trabalham com criação. Todas as salas de aula têm Data Show (projetor), computador com audiovisual e acesso à Internet.

Porém, as características de cada disciplina devem ser levadas em consideração para o uso de tecnologia e os recursos adicionais que serão empregados em sala de aula. Isso é outra coisa importante de ressaltar: especificamente aqui na USP, como eu destaquei no começo dessa entrevista, o coordenador atua mais como um representante docente. Tanto que nessa reestruturação, eu solicitei que os professores encaminhassem os ajustes. Nós discutimos muito a parte do que funciona e do que não funciona. O professor tem uma autoridade muito grande na Universidade.

Rafael Vergili:

E para o aluno? Há rede wi-fi, por exemplo? Se sim, há uma política de uso da rede wi-fi por parte do aluno? Alguma proibição ou incentivo de uso?

Valéria de Siqueira Castro Lopes:

Há rede wi-fi disponível em todo o departamento. Não há nenhuma política que proíba o uso de dispositivos móveis em sala de aula. Isso se dá pela relação entre aluno e professor.

Para o uso de tecnologia pelo aluno, nós também temos o sistema de aprendizagem Moodle Stoa. O professor pode usar a plataforma para subir conteúdo, sugerir leituras para as aulas seguintes, entre outras funções.

Rafael Vergili:

E os professores costumam reclamar muito sobre o uso do wi-fi e de dispositivos móveis por parte dos alunos em sala de aula?

Valéria de Siqueira Castro Lopes:

Não. Nunca houve reclamação sobre isso, até porque aqui nós temos turmas bem menores do que costumam existir em instituições privadas. Aqui temos em média 30, 35 alunos no período noturno. Portanto, nós conhecemos os alunos pelo nome. Então, não é comum ver esse tipo de divergência entre alunos e professores.

Porém, um tema de discussão recorrente entre professores, que não tem relação direta com a estrutura tecnológica, mas da estrutura geral, é sobre a transferência de período em que o aluno realiza as disciplinas. Então, em determinado momento, os alunos começam a estagiar, a trabalhar, e aí eles querem mudar da manhã para o período da noite e eles não conseguem. Aí começa a peregrinação de alunos procurando professores para frequentarem as aulas no período noturno, mesmo com matrícula no período matutino. E isso se torna um problema, porque nós temos documentos que registram que essa não é uma prática legal, mas os alunos, muitas vezes, não conseguem entender isso. Somos obrigados a manter essas regras, porque senão isso se torna uma prática comum e isso inviabiliza o curso do período da manhã. É só imaginar se todos do período da manhã adotassem essa prática de tentar fazer a disciplina à noite. O curso da manhã ficaria vazio e o da noite sobrecarregado. A vaga do aluno está vinculada a determinado período e o aluno precisa cumprir esse compromisso que ele assumiu quando ingressou na Universidade.

Rafael Vergili:

O curso de Relações Públicas aqui da USP busca formar um aluno com viés mais acadêmico ou para o mercado?

Valéria de Siqueira Castro Lopes:

A Universidade valoriza a formação de um indivíduo crítico. Então, isso significa que nós valorizamos muito as disciplinas de formação Geral e de Comunicação, que são aquelas de caráter mais teórico, digamos assim. Embora, nas disciplinas de formação Específica, nós também tenhamos algumas com essa característica (mais teórica).

E como é uma universidade pública, é um indivíduo crítico, atuante na sociedade, mas que também não deixa de ter uma formação para o campo profissional, para o mercado. E com essa preocupação, de uma formação profissional, nós temos disciplinas que tentam dar conta de diversas frentes de atuação para esse profissional de Relações Públicas. Desse modo, nós temos disciplinas que vão tratar da Comunicação nas organizações do Terceiro Setor, do Governo, empresas privadas de pequeno porte, em que nós temos toda uma discussão sobre empreendedorismo e dos profissionais autônomos, prestadores de serviço.

Além de tudo isso, ainda há essa preocupação de formar não só um profissional para o mercado, mas formar um acadêmico, um pesquisador, um docente.

Rafael Vergili:

E a senhora entende que mesmo com esse aumento de disciplinas práticas esse perfil não será alterado?

Valéria de Siqueira Castro Lopes:

Não. É justamente em função da ocupação das "janelas" na matriz que nós conseguimos dar conta de ampliar a carga de disciplinas específicas e, simultaneamente, manter toda essa formação mais teórica. E aí um recurso que nós usamos, como eu comentei anteriormente, foi do aumento da carga horária de trabalho, que é uma possibilidade existente aqui na USP. Então, o aluno terá que fazer muita coisa fora da sala de aula. Portanto, usamos também a ideia de que o processo de ensino-aprendizagem se dá fora dos muros da Universidade, fora da sala de aula. Então, entendo que mais do que nunca, as diretrizes abrem essa possibilidade. E como nós temos os créditos de trabalho, temos as horas de trabalho, nós usamos isso como um mecanismo para nos ajudar nesse aumento da carga horária.

Rafael Vergili:

Professora, agora eu gostaria de falar sobre essa nova matriz que será implantada em 2018. A senhora entende que a tecnologia permeia todas as disciplinas ou as discussões sobre o tema se restringem às disciplinas específicas que são facilmente identificáveis pelo nome da própria disciplina?

Valéria de Siqueira Castro Lopes:

Nós teríamos que fazer uma avaliação nas ementas e nos programas, mas, por exemplo, eu vou levantar uma aqui que é "Comunicação Interna". Então, na hora de falar das mídias, de Comunicação Interna, nós vamos falar das redes sociais digitais que têm crescido como mídia no ambiente corporativo.

Então, eu acredito que, de alguma forma, essa é uma temática que perpassa as disciplinas. Se há uma discussão sobre imagem e reputação, por exemplo, de como as redes sociais digitais estão gerando um ambiente de discussão que interfere na imagem e reputação organizacional, de como a má administração dos meios e da Comunicação tradicional, off-line, podem potencializar crises de reputação, porque se você não tem um canal para dialogar e resolver uma questão, que é o mais adequado ao seu problema, você vai para as redes sociais, vai para a Internet, faz um estardalhaço e rapidamente o seu problema é resolvido.

Então, eu entendo que em diferentes situações, nós acabamos tendo uma ou outra temática em que a Internet ou que as redes sociais digitais estão ali como pano de fundo.

Rafael Vergili:

E a nova matriz curricular terá mais disciplinas optativas?

Valéria de Siqueira Castro Lopes:

Não. Manteve. Porque uma disciplina retirada da matriz foi substituída por outra, por exemplo, saiu a disciplina "Teorias das Organizações Aplicadas à Comunicação", mas uma outra foi oferecida "Comunicação Interpessoal, Representações e Subjetividade". Por isso, mantivemos os 16 créditos de optativas, 240 horas.

Rafael Vergili:

Na nova matriz, que será implantada em 2018, nós não podemos saber como essas disciplinas serão desenvolvidas, até porque ninguém cursou ainda as novas disciplinas de tecnologia, mas, até o momento, das disciplinas atuais de tecnologia, os estudantes procuram muito esse tipo de temática nas optativas?

Valéria de Siqueira Castro Lopes:

Nós não conseguimos saber, porque isso só pode ser informado pela Secretaria. Nós não temos acesso a alguns dados, uma vez que a matrícula é feita pelo sistema da Universidade para a Graduação, que é o Júpiter. E aí depende da vida escolar daquele aluno.

Outra coisa que nós temos que ver, também, é o seguinte: eles têm optativas livres na Universidade inteira. Então, essas optativas livres não são apenas para os nossos alunos, são para alunos de outras unidades. Inclusive, eles têm a prerrogativa de fazer intercâmbio e solicitar o aproveitamento das disciplinas cursadas no exterior como optativas livres. Portanto, nós conseguimos talvez puxar o número de inscritos para as disciplinas, mas sabendo que nesse total, nós estamos computando alunos ECA (Escola de Comunicações e Artes), alunos de outras unidades da USP, alunos "intercambistas", tem de tudo nesses registros.

Rafael Vergili:

A partir de agora, eu gostaria de tratar um pouco mais detalhadamente das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs). A USP trata essas diretrizes como obrigatórias para definir a nova matriz curricular?

Valéria de Siqueira Castro Lopes:

Nós não tivemos essa demanda da Universidade, assim, "saíram novas diretrizes, vocês devem segui-las, precisam se adaptar". Na verdade, foi um movimento natural do curso, tendo em vista que o MEC soltou essas novas diretrizes. Então, naturalmente, nós participamos de fóruns de discussão, que ocorreram antes do prazo máximo de implementação, mas o que nos dá certa margem de manobra é o fato de não respondermos ao MEC, uma vez que nós

respondemos à Secretaria Estadual de Educação. Portanto, nós sabíamos do prazo, nós estávamos preocupados com isso, mas, ao mesmo tempo, nós tínhamos outras questões que precisávamos resolver, que nós tínhamos que discutir muito bem internamente para não gerar uma mudança na matriz curricular que nos trouxesse futuros problemas.

Rafael Vergili:

Olhando o e-MEC, percebi que não há registro de notas para a USP. Os alunos da ECA-USP nunca fizeram ENADE, mesmo quando ele ainda existia para o curso de Relações Públicas, justamente por essa questão de responder à Secretaria Estadual de Educação?

Valéria de Siqueira Castro Lopes:

Exatamente. Nós vamos receber ainda esta semana, uma Comissão da Secretaria Estadual de Educação que vai reavaliar os cursos e realizará o recredenciamento. Então, é para a Secretaria que nós respondemos, não é ao MEC. Pode ser que existam planos futuros de mudança nessa estrutura, a quem nos reportaremos, mas, atualmente, é dessa forma que funciona.

Rafael Vergili:

Entendi. E a senhora mencionou, no começo dessa entrevista, que participou das discussões para esse ajuste da matriz. Houve alguma discussão especificamente sobre tecnologia? Sobre a necessidade de aumentar o número de disciplinas de tecnologia ou de que debates sobre esse tema permeassem todas as disciplinas, por exemplo?

Valéria de Siqueira Castro Lopes:

Não. Eu vou ser muito sincera. Nós entendemos que o curso estava relativamente alinhado às novas diretrizes, até porque ele tinha passado por ajustes ao longo desse período. Se eu não me engano, a matriz curricular e o Projeto Pedagógico são de 2009, mas, ao longo desse período, algumas disciplinas foram ajustadas. Os professores têm essa prerrogativa. Um bom exemplo é essa disciplina do professor Paulo Nassar, que mudou de nome e teve seu conteúdo adequado. A professora Mariângela também fez alteração de semestre, porque nós entendíamos que havia um desencadeamento melhor do conteúdo e aprofundamento das discussões se elas fossem oferecidas em semestres anteriores. Eu também fiz isso nas minhas disciplinas, eu inverti a ordem das disciplinas, também por conta de discussões que ocorreram em reuniões ordinárias dos professores do curso. E questões relacionadas a essas disciplinas foram sendo levantadas, nós fomos discutindo e, às vezes, até o próprio colega sugere uma alteração, nós entendemos que faz sentido e acatamos.

Ao longo desse período, de 2009 para cá, uma série de alterações foram sendo feitas, ajustes foram realizados, e aí quando o professor faz esse ajuste, ele encaminha para a Pró-Reitoria de Graduação, dentro de um prazo, que a Universidade estipula, com uma justificativa. Isso é acatado, é feita a alteração no sistema e, a partir daí, se houver a necessidade de fazer uma oferta da disciplina de duas maneiras diferentes – como aconteceu comigo, eu ofereci por um ano, a mesma disciplina, justamente para poder fazer o ajuste nessas duas matrizes –, aí nós fazemos essa oferta "dobrada" ou suspendemos – no caso, uma foi dobrada e a outra foi suspensa –, para poder fazer esse ajuste. Em função dessas alterações, nós entendemos que a matriz atende, em boa parte, aquilo que foi colocado nas novas Diretrizes Curriculares.

O que nós sentíamos falta? Dessas disciplinas práticas, laboratoriais, das cargas horárias de trabalho – que nós aumentamos –, alguns conteúdos que nós sentíamos falta e que incluímos–, em algumas situações, isso gerou disciplinas novas e, em outras situações, disciplinas com nomes diferentes e ementas ajustadas. Então, se você pegar o Projeto Pedagógico, você observará que existe um quadro de equivalências, justamente por conta desse período que nós teremos as duas matrizes convivendo. Isso acontece, também, para facilitar a vida de alunos que vão para intercâmbio, por exemplo, e quando voltam não precisam entrar em desespero por uma mudança repentina de matriz. As disciplinas têm equivalência, então se falta fazer uma disciplina e ela não existe mais na matriz, a sua equivalente poderá ser cursada por esse aluno.

Portanto, os ajustes foram muito pontuais. O que nós fizemos foi aumentar a carga horária para adequar a matriz às diretrizes, incluindo disciplinas de formação Específica, ajustamos as disciplinas de formação em Comunicação, fizemos ajustes nas disciplinas de formação Geral e também na Suplementar. Houve, inclusive, a dissociação de Projeto Experimental das disciplinas de Formação Específica de Relações Públicas, ou seja, ele conta com uma carga horária separada. Nesse caso, a carga horária até diminuiu, porque nós tínhamos mais horas até então de Projeto Experimental, mas, em contrapartida, o Trabalho de Conclusão de Curso teve aumento. Houve, também, inclusão de Atividades Complementares, porque embora os alunos façam muita coisa, nós realizamos muitos eventos, isso não era computado e agora deve ser registrado. E o Estágio Supervisionado obrigatório.

Com esse aumento de carga horária, não há mais "janelas". As "janelas" existem do sexto semestre em diante e serão usadas pelos alunos para cursarem as disciplinas optativas. Ou seja, os alunos terão que estudar muito.

Rafael Vergili:

Só aproveitando o gancho dessa questão das Atividades Complementares que a senhora comentou. A ECA-USP oferece algum tipo de curso complementar para público externo, por exemplo, focado apenas em tecnologia?

Valéria de Siqueira Castro Lopes:

Sim. Depende da disponibilidade do professor, da oferta por parte do docente. As inscrições são abertas para oferta desses cursos, para as unidades encaminharem para a Pró-Reitoria de Extensão. Lembro-me até que eu cheguei a oferecer um de aproximadamente 16/20 horas, que era de sábado de manhã, mas aí não funcionava muito bem, porque, mesmo sendo cursos gratuitos, a demanda não era tão grande pelas datas. No meu caso, não era um curso específico de tecnologia, mas dependendo do semestre, existem alguns, sim. Até como cursos de extensão comunitária.

Rafael Vergili:

E a senhora entende que essas diretrizes tornaram a nova matriz mais engessada ou flexível?

Valéria de Siqueira Castro Lopes:

No nosso caso, dificultou um pouco a vida do aluno, principalmente em função da redução das "janelas" para que ele realize as optativas. Antes, o aluno tinha mais "janelas" ao longo do curso, especialmente dedicadas às optativas, para que ele tivesse a liberdade de escolher quando cursá-las, mas agora ele não terá escolha. O aluno terá que ser muito organizado. A vida acadêmica dele terá que seguir um cronograma bem planejado, porque senão ele não conseguirá fazer o curso em quatro anos, ele vai fazer em cinco ou em seis – que é o prazo máximo para a conclusão do curso.

Rafael Vergili:

A senhora pode tecer alguns comentários positivos e negativos sobre as matrizes curriculares?

Valéria de Siqueira Castro Lopes:

Eu vou comentar como uma professora que tem carga horária parcial na Universidade e que, portanto, atua também em instituições privadas. Eu tenho a percepção dos dois lados. Para as instituições privadas, que são muito regradas, e que têm um acompanhamento muito próximo das Secretarias, o aumento de carga horária pode ter gerado problemas, porque isso significa aumentar, também, a carga horária do professor. Ou seja, aumenta o custo do curso, o que provavelmente será repassado ao aluno. Isso pode ter um efeito na demanda.

Essa foi uma questão que foi colocada nesses fóruns sobre as Diretrizes Curriculares, que eu comentei anteriormente, que ocorreram nos últimos anos, porque as diretrizes são muito abertas, muito genéricas. Por exemplo, o documento fala em 1.400 horas, e alguns coordenadores ficaram com dúvidas se são hora-aula ou hora-relógio. Então, teve instituição de ensino que entendeu que era hora-relógio, teve instituição de ensino que entendeu que era hora-aula. Hora-aula são 50 minutos, hora-relógio são 60 minutos. 10 minutos de diferença, quando você multiplica isso pelo número de disciplinas da matriz, gera um aumento considerável na carga horária o que significaria a inclusão de aulas aos sábados de manhã. Isso pode até inviabilizar o curso, porque a demanda pode cair fortemente. Quanto menos autonomia a instituição tem para manusear essas horas de trabalho, entre outros componentes, mais difícil fica para criar uma matriz que atenda às diretrizes.

A contratação de professores também é algo complicado. Nós temos disciplinas que ainda possuem professores temporários, que ainda não são concursados, em definitivo. E nós estamos batalhando contra o tempo, porque entendemos que se fossemos aguardar a contratação de todos os professores necessários antes da reestruturação da matriz curricular, a nova matriz demoraria muito para ficar pronta, quem sabe uma década. Portanto, optamos por concluir a reestruturação e então partir para essa etapa de contratação.

Rafael Vergili:

Entendi. Professora, muito obrigado pela entrevista.

APÊNDICE E7 – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA DE HELENICE CARVALHO (UFRGS)

Entrevistada: Helenice Carvalho
Idade: 54 anos
Cargo: Coordenadora do curso de Relações Públicas
Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Formação: Graduada em Comunicação Social - Habilitação em Relações Públicas pela Universidade Federal de Santa Maria, Mestrado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos.
Data: 01/09/2016
Horário: 18h30min
Local/Ambiente: Skype/ Telefone

Rafael Vergili:
Obrigado por conceder esta entrevista. Em primeiro lugar, gostaria de saber, por favor, desde quando a senhora é coordenadora do curso de Graduação em Relações Públicas.
Helenice Carvalho:
Eu sou concursada da Fabico (Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação) desde 2008. No decorrer dos anos, integrei algumas Comissões de Coordenação das outras habilitações e, em 2016, assumi a coordenação do curso de Graduação em Relações Públicas, uma vez que, este ano, os cursos de Comunicação foram separados.
A partir deste ano, de 2016, Jornalismo e Relações Públicas se tornaram cursos separados. Então, criaram-se duas COMGRAD's, que é como nós chamamos as Comissões de Graduação, uma para Jornalismo e outra para Relações Públicas. E PP (Publicidade e Propaganda), como ainda não possui as diretrizes próprias, continuou como habilitação de Comunicação.

Rafael Vergili:
E ainda existem disciplinas de tronco comum entre esses cursos?

Helenice Carvalho:

Existem. Nós temos aproximadamente 15 disciplinas de tronco comum, que nós chamamos de Área Básica, depois nós temos umas 20-25 das Especificidades e ainda temos Eletivas e Atividades Complementares.

Nós estamos implantando uma matriz curricular nova, um PPC (Projeto Pedagógico de Curso) novo. Nós vamos colocar no sistema, ele já vai tramitar e no primeiro semestre de 2017, nós implantaremos a matriz curricular nova, em que nós não ficaremos com duas matrizes curriculares simultâneas. Nós migraremos todos os alunos para a matriz nova.

O que nós fizemos para essa matriz curricular nova? Nós aproveitamos a experiência do que já existia na matriz curricular anterior, que foi implantada em 2009, e remodelamos aquilo que nós entendíamos que faltava. Então, nós mantivemos todas as disciplinas da Área Básica, mantivemos muitas disciplinas da parte específica e acrescentamos algumas outras que nós entendemos que eram importantes, como Negociação, fora as questões que são mais recentes, como Relações Públicas Internacionais e Inovação, que eram temas que nós não cobríamos na matriz curricular ainda em vigência.

Rafael Vergili:

Entendi. E a senhora participou do processo de reformulação da matriz curricular de RP?

Helenice Carvalho:

Todos os professores de Relações Públicas participaram da reformulação da matriz curricular do curso. Nós tínhamos, na época, oito professores e agora estamos com onze, uma vez que foram concursados mais três. Fizermos reuniões semanais, de todo o grupo, durante todo o processo. Então, foi uma construção coletiva e colegiada. Claro que agora, o trabalho final, de colocar nas normas, foi de um grupo menor de professores.

Rafael Vergili:

E esse processo de reformulação da matriz curricular ocorreu em decorrência de algum fato específico?

Helenice Carvalho:

Foi em decorrência das Diretrizes Curriculares Nacionais, do final de 2013. Então, nós passamos os últimos anos discutindo isso. Nós sabemos que estamos com um pequeno atraso para a implantação plena, porque, a rigor, o prazo da adaptação às diretrizes já se encerrou, mas nós ainda não tínhamos um corpo docente que contemplasse as novas necessidades. Nós precisávamos de mais professores específicos de RP e, em universidades públicas, esse

processo é relativamente demorado. Agora nós conseguimos, já realizamos o concurso, os professores foram nomeados e agora nós estamos concluindo a implantação da nova matriz.

Rafael Vergili:

Mas essa matriz curricular de 2017 ainda não está disponível, certo? Neste momento, para poder realizar uma comparação entre matrizes, utilizei como referência as matrizes de 2013 e 2016, disponíveis no *site* da UFRGS. Apesar de poucas mudanças entre essas matrizes, eu percebi que o número de disciplinas de tecnologia – que é o meu recorte – aumentou. Tanto em 2013, quanto em 2016, foram mantidas duas disciplinas obrigatórias relativas à tecnologia, com os mesmos nomes: "Comunicação na Web" e "Cibercultura". No caso das optativas, em 2013, eram oferecidas para escolha do estudante, 12 disciplinas com conteúdos relativos à tecnologia, podendo ser realizadas livremente, de acordo com o interesse do aluno: "Computação Gráfica I"; "Processos de Produção Gráfica"; "Laboratório de Arte e Telemática"; "Sistemas de Produção Multimídia"; "*Design* de Interface"; "Laboratório de *Design* Gráfico"; "Laboratório de Web"; "Seminário de Informática e Comunicação"; "Seminário de Tecnologia e Comunicação"; "Linguagem Gráfica em Computador"; "Introdução à Computação Gráfica"; e "Mídia, Tecnologias Digitais e Educação". Em 2016, além das 12 disciplinas supracitadas, mais 4 disciplinas eletivas ("Arte e Novas Tecnologias"; "Arte e *Design*"; "Gerenciamento de Documentos Arquivísticos Digitais"; e "Tecnologia e Subjetividade") começaram a ser oferecidas aos estudantes de Relações Públicas, totalizando 18 disciplinas possíveis com conteúdo de tecnologia (2 obrigatórias e 16 eletivas). Há um motivo específico para esse aumento no número de disciplinas de tecnologia? O aluno pode frequentar essas disciplinas eletivas de tecnologia em outros departamentos?

Helenice Carvalho:

Sim. Isso é uma tendência. Na matriz curricular nova terá ainda mais cadeiras de digital, especialmente na parte de eletivas. Nas obrigatórias, a tendência é que a parte de digital seja mantida.

Os alunos podem cursar essas disciplinas eletivas mesmo quando são de outros departamentos, como os de Artes, Biblioteconomia, entre outros.

Agora, na matriz curricular nova, nós vamos diminuir um pouco o número de créditos exigidos para eletivas, porque o número era exagerado. Alguns alunos não conseguiam cursar todas. Então, nós aumentamos a quantidade de disciplinas obrigatórias e diminuímos a de eletivas.

Rafael Vergili:

A senhora poderia explicar um pouco melhor essa redução no número de disciplinas eletivas?

Helenice Carvalho:

Explicarei o principal motivo. O que foi feito na matriz aprovada em 2008 e implantada em 2009, é que na época, a Universidade tinha uma ideia muito forte de transdisciplinaridade, multidisciplinaridade, e propôs, não só no currículo de Comunicação, mas para diversos cursos, muitas disciplinas eletivas que poderiam ser feitas em vários departamentos. Tanto que aqui na UFRGS, as vagas das disciplinas não são dos cursos, são da Universidade. Então, nós temos algumas vagas para alunos de outros cursos, muitas vagas de mobilidade, tanto externas, em outras universidades do país, quanto no exterior. E aí, na época, colocaram 66 créditos de eletivas, que os alunos podiam cursar entre as opções de uma tabela enorme disponível no *site*, inclusive em outros departamentos, no Campus do Vale, que é um pouco retirado da cidade, mas isso se tornou um problema, uma vez que os alunos nem sempre conseguiam vagas no horário em que podiam. Então, isso acabava se tornando um fator complicador, porque como aqui eles começam a estagiar cedo, os alunos começavam a deixar esses créditos eletivos para depois e não conseguiam cumprir.

Agora, no currículo novo, nós diminuímos para 30 créditos eletivos. Vamos ampliar a oferta de créditos eletivos aqui na Fabico. E aí surge outra questão, que está nas Diretrizes Curriculares e que a Universidade já tem toda uma legislação a respeito, que são os 10% da carga horária do curso para Extensão. Nós diminuímos o número de créditos em eletivas, mas aumentamos nas horas complementares. Então, eles vão ter que fazer um pouco mais do que eles faziam para cumprir essa questão da Extensão. Todos os professores já sabem disso e terão que possuir projetos de extensão mais consistentes, abarcando esse número de alunos.

Rafael Vergili:

Eu sei que a senhora mencionou que até o aluno já tinha dificuldade para cumprir os créditos de eletivas, mas só para que eu entenda qual era o limite de eletivas que o aluno podia fazer, se o estudante quisesse fazer mais eletivas do que o mínimo obrigatório, ele poderia ou há um limite?

Helenice Carvalho:

Podem fazer mais do que o mínimo obrigatório, sim, desde que queiram, existam vagas, tenham disponibilidade para isso e não prejudiquem os prazos para a sua formação regular. Não são casos tão frequentes, então são questões que precisam ser concatenadas, mas não há nada que proíba de fazer mais do que o obrigatório.

Nós temos alguns alunos que pedem transferência interna, que vêm da Engenharia, da Química, da Economia e muitos que vêm da Informática. Nesse último caso, eles dizem que querem trabalhar com questões da Informática, mas não querem apenas programar, e aí procuram um curso que envolva a parte de conteúdo, mas que a tecnologia tenha bastante importância, como é o nosso de Relações Públicas.

Eu até acredito que depois, quando nós começarmos a implantar a nova matriz curricular e a rever algumas questões, nós precisaremos agregar ainda mais disciplinas nessa área de tecnologia, que é a demanda de hoje.

Rafael Vergili:

Só uma dúvida, por exemplo, no meu caso, que estou comparando a matriz de 2013 e 2016, por coincidência, o ano do início do meu doutorado (2013) foi o mesmo da implantação das diretrizes, também em 2013, e o ano que praticamente concluo a minha Tese (2016), de certo modo, tem relação com o ano em que as novas matrizes já deveriam ter entrado em vigor. Como a senhora mencionou que a UFRGS vai implantar a nova matriz em 2017, eu posso comparar com a de 2016 que está no *site*? A senhora pode disponibilizar a matriz de 2017, mesmo que ainda não seja a versão definitiva, para que eu possa ter uma noção das mudanças? Minha análise ficará restrita ao número de disciplinas de tecnologia.

Helenice Carvalho:

Pode. Porém, no momento, eu não poderia mandar todo o Projeto Pedagógico de Curso, mas eu posso mandar a matriz curricular que temos até agora. Aí você terá que decidir, com a sua orientadora, se cabe comparar com essa nova matriz, uma vez que ela ainda não está em uso em 2016. Teria que fazer a ressalva de que essa nova matriz será implantada em 2017. Nós temos toda uma questão filosófica, perfil do egresso, entre outras questões, mas a matriz curricular eu posso disponibilizar, sim.

Rafael Vergili:

Obrigado, professora. Se puder enviar, por favor, após o término da entrevista, seria bem interessante poder ao menos analisar o material, mesmo que não entre para essa comparação das matrizes curriculares em vigor em 2016.

Helenice Carvalho:

Enviarei ainda hoje.

Rafael Vergili:

Certo. Agradeço antecipadamente por isso. Agora, professora, eu gostaria de saber como a tecnologia é abordada no curso. Ela permeia o curso ou o foco fica nas disciplinas específicas de tecnologia?

Helenice Carvalho:

Eu entendo que além das disciplinas específicas, sempre há uma discussão sobre tecnologia em outras disciplinas. Até em algumas disciplinas de Área Básica, como Produção Audiovisual, além do computador, são usados outros tipos de tecnologia, outros aparatos. Até mesmo fora das disciplinas, nós temos experiências com o uso de tecnologia. Por exemplo, nós temos a Agência Experimental e lá, alunos bolsistas, supervisionados por uma professora doutora, produzem bastante conteúdo para o próprio *site* da Fabico.

Inclusive, o que nós começamos a perceber aqui na região, é que a empregabilidade na área de Relações Públicas tem sido cada vez maior na área de Web, gestão de *sites*, gestão de redes sociais. Então, nós começamos a abordar essas questões voltadas à tecnologia em algumas questões, mesmo quando não são específicas do assunto.

Agora nós temos uns dez egressos recentes que foram para São Paulo para trabalhar nessa área de tecnologia, uma delas trabalha até para o Google no Brasil. Portanto, essa temática tem dado resultado. Nós começamos a perceber que a empregabilidade em Relações Públicas migrou desse foco tão grande em Comunicação Interna e Comunicação Organizacional para a gestão da imagem e reputação na Web.

Rafael Vergili:

E a senhora ministra alguma disciplina de tecnologia especificamente? Se sim, elas são mais teóricas ou práticas?

Helenice Carvalho:

Sim. Eu já ministrei “Seminário de Tecnologia e Comunicação”, que foi bem teórica, em que eu abordei desde a Arpanet e toda a evolução até as tecnologias atuais. Usei bastante Castells, não só os livros tradicionais, mas os mais recentes que ele publicou. Usava Jenkins, entre outros. E depois eu ministrei “Gestão do conhecimento e Aprendizagem”, que era para ver como as organizações aprendem, a partir dos seus erros e acertos, a partir da sua realidade e a partir de todas essas novas tecnologias. Então, vinha sempre trazendo de maneira mais teórica a questão da tecnologia e complementando o conteúdo que eles têm de “Cibercultura”, complementando com algumas coisas que eles já tinham lido.

Rafael Vergili:

E desconsiderando as disciplinas que a senhora já ministrou, mas que existem entre as opções de eletivas, a senhora entende que todas são mais teóricas ou existem disciplinas de tecnologia mais práticas também?

Helenice Carvalho:

Eu diria que quase todas as nossas disciplinas são teórico-práticas. Então, uma disciplina de 60 horas deve ter 20/30 horas teóricas e o restante de prática.

A Fabico está muito bem equipada em laboratórios. Nós temos cinco, seis laboratórios, com cerca de quarenta máquinas cada um, com todos os *softwares* disponíveis, em que nós podemos ministrar aulas. Além deles, nós temos dois laboratórios para os estudantes, mesmo. Também há vários computadores na biblioteca, tanto para consulta do acervo como para pesquisas na Internet. Além disso, aqui na Agência Experimental, nós adotamos o Publimanager. Então, os alunos têm bastante prática, não só em sala de aula, mas em atividades e ações que eles fazem fora da sala.

Rafael Vergili:

Aproveitando esse gancho, qual é a estrutura tecnológica disponível para o professor ministrar suas aulas? Gostaria de saber mais da sala de aula convencional, sem ser dos laboratórios. Há computador e projetor, por exemplo?

Helenice Carvalho:

Todas as salas da Fabico têm computador, Data Show (projetor), tela, ar-condicionado. Todas as salas são bem equipadas.

Nós temos um gestor da parte da informática que mantém todos os computadores atualizados e com manutenção em dia. Inclusive, agora eles fizeram um sistema em que, durante o dia, você pode usar à vontade o computador para guardar o conteúdo no desktop, por exemplo, e à noite o sistema apaga automaticamente o conteúdo, porque antes as pessoas iam deixando os arquivos por lá e depois de um tempo a máquina ficava sobrecarregada.

Rafael Vergili:

E existe wi-fi disponível para os estudantes?

Helenice Carvalho:

Sim. Há wi-fi disponível em todo o prédio.

Rafael Vergili:

E como coordenadora, a senhora recebe muitas reclamações de professores por uso de dispositivos móveis por parte dos alunos em sala de aula? Isso é algo comum ou não é um problema frequente?

Helenice Carvalho:

Acontece, sim. Eu, particularmente, entendo que o aluno prestar atenção – ou não – é uma responsabilidade dele. Porém, há professores que já entraram em graves conflitos, porque hoje, realmente, há um uso muito grande desses dispositivos durante aulas e palestras. Nós estamos recebendo alunos que ingressam na Universidade, às vezes, com 16 anos. Então, eles já vêm com esse problema do Ensino Médio, mas quando esses alunos chegam à Universidade, esse costume vira uma rotina e passa a ser difícil de corrigir. O aluno precisa se conscientizar do momento do uso dessas tecnologias.

Rafael Vergili:

Mas isso, então, fica a critério do professor, certo? Não há uma política oficial da Universidade para incentivo ou proibição de uso de tecnologia em sala de aula, correto?

Helenice Carvalho:

Não há uma política do departamento, nem da faculdade. Eu, por exemplo, gosto de fazer o aluno participar, especialmente o que está usando muito a tecnologia em sala de aula e que eu acho que não está prestando muita atenção. Peço para pesquisar algo, responder alguma coisa com auxílio da tecnologia. Uso essa tática, porque aí os outros alunos que não gostam dessa interação, já começam a guardar os dispositivos.

Vale destacar que a UFRGS é uma Universidade em que os alunos têm muita liberdade, mas que se eles não tiverem responsabilidade, eles não conseguem acompanhar e arcam com as consequências.

Mas voltando ao seu questionamento, a maior parte das reclamações por parte de professores nem é pelo uso em sala de aula, mas em laboratórios. É muito frequente o problema de concentração com esse uso excessivo de redes sociais. Antigamente, era o Orkut, agora, o Facebook. Acontece mais nos laboratórios, uma vez que lá eles estão em grupos grandes e conseguem se esconder atrás dos monitores. Nesses casos, os professores reiteram essas queixas.

Rafael Vergili:

E os professores têm liberdade para acrescentar livros, obras, referências bibliográficas nas disciplinas ou eles precisam seguir obrigatoriamente um programa que não pode ser alterado?

Helenice Carvalho:

Nós temos súmulas que não podem ser alteradas, a não ser que se faça uma mudança curricular. Porém, no Programa, na UFRGS, o professor pode fazer alterações de bibliografia. A cada semestre, há uma reciclagem do professor, do conteúdo e das referências.

No caso específico das disciplinas de tecnologia que entrarão em vigor com a nova matriz curricular, nós fizemos concurso recentemente, e a professora aprovada fez Tese na área de tecnologia. Então, nós já buscamos um perfil mais específico.

Eu também ministrei disciplinas de tecnologia pela minha afinidade com o tema e porque minha dissertação e minha Tese tinham relação com processos midiáticos e sistemas de informação. Porém, agora nós já temos professora concursada bem específica.

Rafael Vergili:

Só retomando uma questão anterior, professora, a senhora mencionou que alguns egressos saem de Porto Alegre para São Paulo. Há algum programa estruturado para verificar para onde o aluno foi, monitorar a inserção no mercado ou no ambiente acadêmico?

Helenice Carvalho:

Não. É uma das coisas que com o currículo novo, nós teremos que fazer de qualquer forma, até para fazer um controle mais sistematizado dos egressos, onde e como estão. Por enquanto, nós sabemos pelo contato que nós temos com os alunos. Nós tivemos visita do MEC e essas questões foram cobradas. Nós até temos, mas deveria ser algo mais estruturado.

Rafael Vergili:

Mas pelo sistema que vocês possuem atualmente e esse contato com os egressos, os alunos costumam mudar muito de cidade ou muitos já conseguem ser absorvidos pelo mercado de Porto Alegre? A região tem um mercado de Relações Públicas forte?

Helenice Carvalho:

Eles conseguem ser bem absorvidos pelo mercado de Porto Alegre, sim. Muitos egressos são inseridos pelo próprio mercado de Web e articulação de redes sociais. O mercado da região absorve bem, sim. O que acontece bastante é que a Fabico é muito procurada por Agências de Comunicação grandes que possuem um braço voltado para a Web. Então, alguns alunos, ainda durante o curso, ingressam em uma dessas agências que possuem filiais aqui em Porto Alegre, posteriormente são efetivados e, depois de um tempo, continuam na mesma empresa, mas se mudam para a sede, por exemplo, em São Paulo. Outras mudam de agências para empresas ainda maiores e chamam colegas que estudaram com elas aqui na UFRGS para as

suas funções. Assim, aos poucos, cada vez mais profissionais de Relações Públicas são inseridos nesse segmento de Gestão de Redes. Isso é um sinal que RP encontrou um campo de atuação em que ainda não ocupava significativamente.

Rafael Vergili:

E a senhora considera que vocês da UFRGS buscam formar estudantes com um perfil mais voltado para o mercado ou para a academia?

Helenice Carvalho:

Eu acredito que as duas coisas. Não há um viés claro para formar apenas profissionais ou apenas acadêmicos. O que nós percebemos é que temos uma Pós-Graduação com avaliação muito boa, nota 5, o que, saindo do eixo Rio-São Paulo, é bem forte.

Durante o curso, os alunos são apresentados a várias áreas, desde o Planejamento até a Gestão de Redes. E eles têm uma parte teórica bem forte. O que nós sabemos é que de 25 alunos que entram por semestre, em média, uns cinco ou seis seguem na área acadêmica, seguem fazendo Mestrado e Doutorado. Porém, a maioria vai para a área profissional.

Então, é uma preocupação que eu tenho. Antes da UFRGS, eu passei por três universidades privadas e sempre foi uma preocupação de que os alunos se formassem trabalhando. Ou seja, nós estimulamos que a partir do 6º semestre, os alunos já comecem a procurar estágio e verificar onde eles teriam chance de inclusão como funcionários da empresa. Eles têm se formado, muitos deles, já contratados de empresas e alguns montam a sua própria agência, mas nesse último caso, em um número muito menor, uma vez que entra em uma questão de empreendedorismo, que não está fácil nos dias de hoje. Já inseridos no mercado, às vezes, a questão do tempo pode atrapalhar para seguir, de modo simultâneo, em um Mestrado, por exemplo.

De qualquer forma, as duas possibilidades – acadêmica e profissional – são apresentadas aos alunos, mas entendo que eles podem escolher mais por um interesse e vocação. Temos que considerar que nem todo aluno tem esse perfil para seguir na área acadêmica.

Talvez fique a imagem de que a PUCRS ou a UNISINOS, por exemplo, possuem um perfil mais para mercado e a UFRGS para a academia, mas não é real. Nós já tivemos – e ainda temos – uma orientação muito forte para Planejamento, mas, especialmente nos últimos cinco anos, nós temos fortalecido essa área de Web, que é uma área muito atrativa até mesmo para os estudantes.

Rafael Vergili:

Caminhando, agora, para a parte final da entrevista, como a senhora entende que as Diretrizes Curriculares influenciaram na nova matriz de Relações Públicas da UFRGS?

Helenice Carvalho:

A nova matriz foi bastante influenciada pelas Diretrizes Curriculares, mas nós percebemos que houve um retorno – não digo um retrocesso –, mas um retorno, bastante saudável, em alguns aspectos, como, por exemplo, voltar a exigir Sociologia, Psicologia, Antropologia. Porém, um problema que nós estamos com dificuldade para resolver é o do estágio obrigatório, uma vez que no eixo Rio-São Paulo há muito mais empresas e empregabilidade, mas no Rio Grande do Sul, apesar de inserção considerável, não existem tantas possibilidades quanto o eixo que mencionei. Existem empresas grandes aqui, mas não abrem tantas vagas de estágio assim. Então, nós também estamos pensando e, talvez, isso ocorra por meio dessas novas tecnologias.

Rafael Vergili:

Mas a senhora entende que as Diretrizes Curriculares de 2013 deixaram a nova matriz mais engessada ou flexível?

Helenice Carvalho:

Eu acredito até que ficou um pouco mais engessada. Mas, enfim, só quando nós implantarmos efetivamente a nova matriz curricular que perceberemos. O que eu posso afirmar e que nós não jogamos fora o que nós tínhamos. Nós avaliamos disciplina por disciplina e verificamos o que era possível continuar e o que precisávamos atualizar.

Um ponto que teve muita discussão e contestação foi essa separação dos cursos. Isso porque apesar de separar os cursos, nós precisávamos manter disciplinas de tronco comum, uma vez que nós não temos professores específicos de RP, em uma universidade federal, para dar 40 disciplinas. Então, nós mantivemos, mas também reciclando as súmulas. Ou seja, reciclamos as súmulas da Área Básica.

Não foi nem tanto o engessamento que foi muito discutido, mas a forma como as diretrizes entraram em vigor, de cima para baixo, sem levar em consideração a realidade das universidades.

Um problema em universidade pública é para a contratação de professores, porque, diferentemente das universidades privadas, em que você pode contratar professor horista para suprir uma necessidade específica, na universidade federal você não pode contratar se não tiver vaga, se a vaga não tiver aprovada pelo MEC, no Ministério do Planejamento, enfim, tem toda uma complicação para realizar esses concursos e solucionar essas questões.

Eu, por exemplo, já trabalhei em três universidades privadas, em que eu fui horista. Eu cheguei a ministrar, em um momento, quase 40 horas-aula. Na Federal, pelo menos aqui, nós damos 8 horas-aula na Graduação, porque você tem Pesquisa, tem Extensão, entre outras atividades. Então, isso é um complicador para as federais. Mas, enfim, nós conseguimos três vagas. Nós tínhamos pedido cinco e conseguimos três. E hoje, nós temos um corpo específico de RP de onze professores.

Eu fui do Conrerp, sistema Conferp, e há uma exigência que as disciplinas obrigatórias sejam ministradas por profissionais formados em Relações Públicas. Então, isso também dificulta, porque você não pode se socorrer com um professor do Jornalismo, por exemplo, para ministrar uma disciplina obrigatória do curso.

Rafael Vergili:

E a senhora entende que essas Diretrizes Curriculares são obrigatórias ou há outros documentos que podem ser usados como referência para reelaborar as matrizes curriculares?

Helenice Carvalho:

No nosso caso, no caso da UFRGS, são diretrizes que pautam todo o currículo. Ou seja, são diretrizes que nos obrigam a contemplar todas as áreas. Por exemplo, como comentei anteriormente, a questão dos 10% de Extensão por meio de projetos. Só que a UFRGS já tem uma participação grande na Extensão. Em algumas universidades privadas, a Extensão é entendida como curso, como outras disciplinas, mas aqui na UFRGS, não. Portanto, nós temos uma tradição e um perfil bastante “extensionista”. São extensões universitárias por meio de projetos com as comunidades, programas de Extensão.

Rafael Vergili:

Até o momento eu não tive acesso a essa nova matriz curricular que a senhora disse que será implantada a partir de 2017, mas, olhando a atual, de 2016, percebi que geralmente as universidades brasileiras que oferecem Graduação em RP disponibilizam disciplinas de tecnologia apenas da metade do curso em diante. No caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, existem as disciplinas eletivas, obviamente, mas as disciplinas de tecnologia foram disciplinas no início do curso, no terceiro e quarto períodos. Há uma razão específica para isso, vocês entendem que o aluno tem que ter uma reflexão sobre tecnologia no início do curso ou não tem nenhum motivo específico?

Helenice Carvalho:

Não há uma razão específica. É mais uma questão de composição da matriz curricular.

Rafael Vergili:

Entendi. Basicamente eram essas as questões, professora. Muito obrigado pela entrevista.

APÊNDICE E8 – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA DE ERICA HIWATASHI (UNISINOS)

Entrevistada: Erica Hiwatashi
Idade: 49 anos
Cargo: Coordenadora do curso de Relações Públicas (modalidades: presencial e EaD)
Instituição: Unisinos (Universidade do Vale do Rio dos Sinos)
Formação: Possui Graduação em Comunicação Social - habilitação em Relações Públicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, especialização em Marketing e mestrado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Data: 23/08/2016
Horário: 17 horas
Local/Ambiente: Skype (com webcam)

Rafael Vergili:
Agradeço a oportunidade de poder entrevistá-la e, em primeiro lugar, gostaria de entender um pouco mais sobre a estrutura da Universidade. A senhora exerce a função de coordenadora de Relações Públicas, correto? Cada curso de Comunicação Social tem o seu coordenador? Há um coordenador-geral de Comunicação Social?

Erica Hiwatashi:
Nós trabalhamos em uma forma de gestão que mudou aproximadamente em 2005/2006. Antes nós trabalhávamos como um Centro de Comunicação, em que havia uma diretora da área de Comunicação. Tinha um vice-diretor, gerentes administrativos de ensino e, também, os Coordenadores de Curso. Em 2005/2006, essa forma de gestão foi alterada, retiraram-se os diretores, que centralizavam a área de Comunicação, e toda a Graduação passou a ser de responsabilidade da Unidade Acadêmica de Graduação. A partir daí, nós começamos a prestar todos os nossos trabalhos à Unidade de Graduação. Cada curso, que tem seu próprio coordenador, reporta-se a esse diretor da Unidade de Graduação, e aos seus gerentes, e cada coordenador encaminha os seus cursos, ou seja, toda a questão de gestão acadêmica de cada curso.

O que nós trabalhamos, até em função da época em que havia o Centro de Comunicação, é a manutenção de reuniões de Colegiado de coordenadores em que questões comuns ainda são

discutidas. Nesse sentido, o coordenador de Jornalismo tem a atribuição de centralizar algumas informações para que cada coordenador não remeta questões repetidas para o diretor. Nós fazemos rodízios dessas atribuições, mas, em geral, como o coordenador de Jornalismo possui mais horas de dedicação à coordenação, ele acaba ficando com essa carga maior presencial para realizar determinadas atividades.

Rafael Vergili:

E há alguma disciplina de tronco comum entre esses diversos "cursos de Comunicação"?

Erica Hiwatashi:

Nós temos várias disciplinas de tronco comum. No currículo 3, o currículo que vigorava quando eu entrei na Unisinos, o tronco comum chegava de 50% a 60%. Ela mudou a partir das Diretrizes Curriculares do início dos anos 2000. Na verdade, na época nós fizemos uma reformulação no currículo 4 e, posteriormente, no currículo 5 isso se manteve, em que nós diminuímos as disciplinas de tronco comum e aumentamos a oferta de disciplinas específicas de RP, além de optativas em outros cursos. Nessas circunstâncias, as disciplinas de tronco comum foram reduzidas a aproximadamente 40% do currículo.

Uma das clássicas mantidas nas matrizes de todos os cursos de Comunicação é, por exemplo, a disciplina de "Teorias da Comunicação", que é frequentada por alunos de diversas habilitações simultaneamente, na mesma sala. Nós, inclusive, tentamos colocar professores com diferentes formações, geralmente do Programa de Pós-Graduação, em semestres diferentes, para ministrarem a disciplina, com o intuito de que seja possível contemplar diversas visões para formações diferentes.

Rafael Vergili:

E no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)? Há algum trabalho que possa ser feito em conjunto ou cada curso faz seu TCC separadamente? Há alguma possibilidade de entrecruzamento de campos de conhecimento na fase final do curso?

Erica Hiwatashi:

Até o currículo 4, havia a possibilidade de alguns tipos de trabalho conjuntos. A partir da reformulação do currículo 5, essa separação foi mais rígida. Cada curso tem, então, seu projeto de pesquisa, com uma disciplina específica que trata do projeto de pesquisa, no nosso caso [Relações Públicas], especificamente no currículo 5, nós chamamos de "Seminário de Pesquisa em Comunicação", na Publicidade seria "Teoria e Pesquisa em Publicidade e Propaganda" e no Jornalismo seria "Seminário: Projeto de Pesquisa".

Especificamente no caso de Relações Públicas, apesar de ainda ocorrer um grande debate, o Colegiado optou por manter uma temática de Comunicação: no TCC, o aluno pode optar por fazer atividades específicas de TV, de rádio, de semiótica, se ele quiser, ou até atividades mais ligadas ao Programa de Pós-Graduação, assim como atividades específicas de Relações Públicas.

O que nós tomamos mais cuidado é que o aluno de RP gosta muito da área de Administração e nós tentamos evitar que ele fique muito focado na questão do Marketing de Relacionamento, muito focado no Marketing só, sem englobar a visão de Comunicação Social, até porque os professores que participam da banca acabam exigindo esse tipo de temática mais próxima da nossa área. Porém, nós transitamos com alguns alunos que optam por ter orientadores da área da Administração, inclusive, mas o mais comum é que o aluno siga com orientadores da própria área específica, com uma temática voltada para RP.

Eu diria que RP e Publicidade trabalhem com temáticas voltadas a toda a área de Comunicação e o Jornalismo tenha Trabalhos de Conclusão de Curso mais específicos, somente voltados para a área de Jornalismo. O intercâmbio de Jornalismo ocorre mais quando eles buscam orientadores de Relações Públicas para trabalhar a temática de Comunicação Empresarial.

Rafael Vergili:

Quais são as suas principais atividades como coordenadora de Relações Públicas em uma universidade privada?

Erica Hiwatashi:

Nós temos as tarefas comuns da universidade como: formatação da oferta de matrículas a cada semestre, o que demanda um tempo considerável, uma vez que depende de estudos da ocupação de salas, número de matrículas em cada disciplina, entre outras características. Então, há um estudo semestral e anual para planejar a oferta de disciplinas do período seguinte. Depois nós construímos a oferta efetivamente, a secretaria organiza no sistema, nós revisamos e, por vezes, até modificamos essa oferta. Então, o processo demanda aproximadamente dois meses de preparação antes do início das matrículas.

Nós temos, também, o processo de orientação e atendimento aos alunos durante todo o semestre. A preocupação maior é o currículo, mesmo. O aluno, especialmente na fase final do semestre ou início do semestre, no que tange às matrículas, ele faz muita consulta em relação à sua situação curricular, quais as possibilidades de matrícula, viabilidade de intercâmbio, possibilidades de optativas etc.

Apesar de ainda não termos nenhum aluno no final do curso dessa nova matriz, a demanda por optativas vai crescer, especialmente agora com o início da vigência do currículo novo, em que o número de optativas foi ampliado.

Hoje, por exemplo, eu estava atendendo uma aluna que queria fazer uma optativa e nós tivemos que olhar tanto o horário que ela poderia fazer, como as disciplinas disponíveis para a necessidade. Isso inclui, por exemplo, consultar a ementa, verificar pré-requisitos para analisar se ela pode cursar a disciplina ou não, o número de créditos exigidos para a disciplina, entre outras questões. Então, assim como a avaliação de atividades complementares, essas são as principais atribuições mais acadêmicas da coordenação.

Além disso, há reuniões com o Colegiado, que são as questões mais importantes em relação ao curso, mais ligadas a questões pedagógicas. Então, parte é relacionada à avaliação de desempenho dos professores.

Nós temos a avaliação de desempenho de cada professor, em cada disciplina, ao final de cada semestre. Cada professor recebe a sua avaliação e eu, como coordenadora, recebo a de todos os professores. Assim, a partir da avaliação de cada professor ao longo de anos, nós percebemos as possíveis melhorias que podem ser feitas e também os pontos positivos de cada um. Aí nós chamamos o professor para conversar e, por meio desse acompanhamento, atualizamos as práticas na disciplina, tanto para oferecer algum tipo de apoio quanto para estimular a manutenção do bom desempenho, se for o caso.

Há também reuniões de Colegiado para debater eventos que nós produzimos. E, a cada ano, nós também realizamos, no mínimo, uma grande reunião com todo o Colegiado da Comunicação.

Rafael Vergili:

E há algum programa para acompanhar o aluno que se formou pela Universidade? O egresso, no caso...

Erica Hiwatashi:

Sim. Nós temos um programa na Agência Experimental de Comunicação. Nós acompanhamos, fazemos pesquisas com os egressos de Comunicação. Na verdade, a própria Unisinos também faz uma pesquisa de dois em dois anos, com egressos de toda a universidade, de todos os cursos. Aí, nesse caso, nós não temos um mapeamento específico por curso. Nisso, a Agência Experimental de Comunicação supre a necessidade específica dos cursos de Comunicação, como o de Relações Públicas.

Todo ano, a Agência procura os alunos que se formaram e faz uma pesquisa quantitativa para verificar o desempenho que eles têm no mercado e no campo da pesquisa, além de analisar o que eles aproveitaram do curso e o que eles acham que deveria melhorar. Além disso, hoje, com as redes sociais, como o Facebook e o Twitter, nós temos uma proximidade cada vez maior com os egressos. Antigamente o contato era só por telefone ou e-mail, então ficava difícil de acompanhar de perto. Hoje não, há até uma *fanpage* para informações sobre o curso e os egressos, o que permite um acompanhamento contínuo das atividades desses alunos e ex-alunos.

Em alguns momentos, nós convidamos os egressos para conversarem com os alunos ou até aceitarem os nossos alunos para algum tipo de estágio supervisionado curricular obrigatório. Como a região da Universidade nem sempre tem supervisores com formação na área, nós procuramos nossos egressos mais experientes para serem os supervisores dentro das empresas em que eles estão inseridos.

Rafael Vergili:

Por ser oferecido na cidade de São Leopoldo-RS e não na capital (Porto Alegre), você poderia descrever se o aluno de Relações Públicas que ingressa na Unisinos já mora na cidade ou se são alunos que vão de Porto Alegre para São Leopoldo apenas para estudar, por exemplo?

Erica Hiwatashi:

São Leopoldo-RS seria o equivalente provavelmente a São Bernardo, talvez até com uma distância maior, considerando São Paulo como referência. É uma região de colonização alemã, então é bem forte o perfil de aluno branco e descendente de europeus. O curso de Relações Públicas é oferecido no Campus São Leopoldo. O Campus Porto Alegre já existia, mas agora estamos com um prédio que será inaugurado provavelmente no final do ano, um prédio bem grande, em uma região nobre de Porto Alegre. Porém, o nosso curso não vai para lá, uma vez que já temos a oferta de cursos por educação a distância. Esses cursos têm grande possibilidade de expansão, uma vez que nós temos polos em São Leopoldo, Porto Alegre, Canoas, Santa Maria, Caxias, depois em Florianópolis e em Curitiba. A universidade tem um projeto de expansão do EaD (educação a distância) para o Brasil e onde nós possuirmos polos, o curso de RP será ofertado. Então, a nossa possibilidade de expansão, especialmente em Porto Alegre – local em que nós já temos maior concentração de alunos em EaD – será grande.

Rafael Vergili:

A área de Relações Públicas na região é bem desenvolvida e absorve bem os egressos ou eles retornam para suas cidades de origem, se for o caso?

Erica Hiwatashi:

É um desafio para o aluno. Nós colocamos isso desde o início do curso. Apesar de a nossa área atender a demanda para o mercado corporativo e organizacional, Relações Públicas ainda não é tão conhecida, a nomenclatura não é tão disseminada na região. São Leopoldo ou Vale do Rio dos Sinos, como nós chamamos, é uma região composta por indústrias para os setores coureiro-calçadista e metal-mecânico, e hoje também é caracterizada muito mais como um polo de informática no Rio Grande do Sul. Isso foi uma mudança de segmento econômico, em que a Universidade teve um papel muito importante de alterar esse perfil da região.

A Universidade tem uma pesquisa muito estruturada sobre isso e nós percebemos que entre 30% e 35% dos nossos alunos de RP que estudavam em São Leopoldo, antes de ter campus em Porto Alegre, eram de Porto Alegre e vinham para estudar aqui. Outros 30% eram de regiões do entorno, em que há uma concorrência bem grande em termos de cursos de Relações Públicas, como a FEEVALE, em Novo Hamburgo, por exemplo, em Canoas, a ULBRA, que parou de oferecer o curso de RP recentemente, entre outras opções. E, os outros 30%, 35%, 40% restantes (dependendo do ano) eram da região da Serra, como nós chamamos aqui, como Caxias do Sul, Gramado, Canela, Bento Gonçalves, que é uma região serrana do Rio Grande do Sul e que tem imigração italiana muito forte, com uma economia muito pujante.

Então, esse era o perfil do aluno que vinha para cá da região. Os alunos da serra voltavam para as suas terras para trabalhar lá. A região de Bento Gonçalves, por exemplo, por ser muito conhecida por suas vinícolas, tem uma demanda por profissionais da área de Relações Públicas relativamente grande. Então, o nosso aluno que chega de lá é empregado na área. Os alunos oriundos de Gramado, por exemplo, por serem de uma região turística, também são empregados na área, especialmente em hotéis. Porém, os do interior da região do Vale do Rio dos Sinos tendem a se formar e procurarem o mercado de trabalho em Porto Alegre. A inclusão na região é um pouco dificultada, restringindo-se a um universo de médias e pequenas empresas, que muitas vezes não têm a cultura de contratação de um profissional especificamente de Relações Públicas.

Até mesmo as empresas de grande porte do setor metal-mecânico e informática ainda possuem uma visão mais restrita da importância de RP. Nós até buscamos fazer um trabalho de fortalecimento e divulgação do curso, mas ainda é um “trabalho de formiga”, do aluno que

consegue uma vaga de estágio e a partir do seu trabalho consegue demonstrar o seu valor. Então, as vagas que têm sido conquistadas são efetivamente decorrentes do esforço dos alunos, que entram pela vaga de estágio e conseguem mostrar o seu talento até serem efetivados.

Rafael Vergili:

Como vocês fazem para adaptar a matriz e as disciplinas às necessidades desses alunos que muitas vezes voltam para a sua cidade de origem ou procuram o mercado de Porto Alegre?

Erica Hiwatashi:

Nós temos uma percepção de que como o nosso aluno tem um perfil de vir para cá [São Leopoldo-RS] para buscar formação técnica-profissional, ele não costuma ter uma visão acadêmica muito ampla. E isso é algo que nós tentamos melhorar na atualização do currículo 4 para o currículo 5. Ampliamos a possibilidade de realização de Monografia e não só de Projeto Experimental. Além disso, nós temos disciplinas teóricas e práticas, e a cada semestre nós solicitamos aos professores que incentivem os alunos a refletirem sobre as suas regiões ou a realidade do mercado e pesquisa da região em que pretende ser inserido após a sua formação.

Nas disciplinas de Planejamento ou em Projetos Experimentais essa carga prática é mais forte e bem focada no mercado que eles devem enfrentar, em que o Plano de Comunicação deve ser desenvolvido de preferência com empresas da região em que pretendem residir em um futuro breve, caso voltem para a sua cidade de origem ou migrem para outro mercado. Já tivemos casos de alunos que preferiram desenvolver projetos para empresas de Tupandi e Tupanciretã, cidades menores do Rio Grandes do Sul, que provavelmente não são muito conhecidas aí em São Paulo, por exemplo, mas que tiveram papel importante para os alunos, uma vez que ao realizarem projetos de Relações Públicas em suas cidades, ajudaram na inserção futura no mercado de trabalho. Esses projetos em outras cidades auxiliam os professores até mesmo a conhecer outros costumes, expressões e até sotaques de outros lugares, ampliando as nossas possibilidades de atualização e personalização do ensino.

De qualquer forma, nem sempre é possível aplicar um Plano de Comunicação, com ações de Relações Públicas, de forma plena, em todas as cidades, uma vez que às vezes o local não tem a cultura de RP ou a estrutura necessária para todas as possibilidades que apresentamos aos nossos alunos no decorrer do curso.

No Rio Grande do Sul, de modo geral, ainda se tem a visão de que trabalhos relacionados à Comunicação podem ser desenvolvidos por qualquer pessoa, de forma amadora. E isso não

ocorre só na área de Relações Públicas. Nós temos relatos de muitos problemas com o pessoal de Publicidade, que sofre muito com a questão do *layout*, opinião de muitos clientes sem embasamento que podem prejudicar o trabalho etc. No caso de Relações Públicas, como é ainda menos conhecida que Publicidade e Jornalismo, as dificuldades para explicar a função da atividade e não ter interferências no processo são ampliadas. Porém, nosso aluno consegue mostrar o retorno do trabalho para o seu cliente, principalmente quando tem um estágio curricular com empresários mais receptivos. Dessa forma que estamos tentando conscientizar os empresários do potencial de Relações Públicas para a própria prosperidade das atividades empresariais.

Rafael Vergili:

Uma última pergunta relacionada à questão do perfil do egresso: vocês buscam formar esse estudante com uma visão mais voltada para o mercado do que uma visão acadêmica ou não necessariamente?

Erica Hiwatashi:

Depende do perfil do aluno. Quando eles já chegam muito focados em buscar conhecimento empresarial e aplicado, nós acabamos direcionando os esforços mais para esse lado do mercado. Na realidade, o curso já tem, de modo geral, uma configuração mais voltada para o mercado, de permitir ao aluno desenvolver o ferramental para ser um profissional que vai conseguir aplicar suas técnicas no intuito de contribuir com um negócio, no sentido empresarial.

Porém, nós também insistimos e essa mudança do currículo 4 e 5, do 3, 4 para o 5, ela tem um viés para que o aluno também tenha uma qualidade maior para a sua Monografia. E o resultado tem sido muito bom. Na última Qualificação nós nos surpreendemos com os avanços obtidos nessa parte acadêmica, principalmente com o aumento na qualidade dos trabalhos. Isso decorre de uma mudança na cultura de entendimento de que o aluno está em um ambiente acadêmico e não só voltado para o profissional.

O aumento do enfoque na língua portuguesa, no currículo 5, por exemplo, foi muito importante para verificar o aumento no nível de qualidade da redação, inclusive fazendo trabalhos conjuntos com o pessoal de Jornalismo, o que tem gerado um impacto positivo muito forte na hora da redação do TCC. Isso, inclusive, era um problema que o orientador tinha que enfrentar no momento final do curso e agora não precisa mais se preocupar tanto durante o processo, investindo suas energias em orientações mais direcionadas para as ideias,

o tema escolhido, a pesquisa empírica realizada e estratégias mais importantes para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso.

Então, quando o aluno participa de uma banca de avaliação, que conta até com professores da Pós-Graduação, nosso aluno se sente muito prestigiado e motivado a ir para o Mestrado. Nós aumentamos o número de candidatos para o Mestrado na região, inclusive na Universidade Federal do Rio Grande Sul, em que temos egressos daqui que são mestrandos lá.

Rafael Vergili:

Bem interessante. Professora, só para que eu não confunda na hora da transcrição e da comparação das matrizes curriculares de 2013 e 2016, gostaria de esclarecer uma dúvida: aparecem no *site* os currículos 4, 5 e 6, e a senhora mencionou diversos números de currículos, desde o 3. Poderia esclarecer qual é o número do currículo atual e qual era usado em 2013, por favor?

Erica Hiwatashi:

Claro que posso. É que nosso sistema é um pouco complicado, ele muitas vezes não apresenta a ênfase, porque no nosso curso, os currículos 4 e 5 possuem ênfases. Ou seja, na fase final, nos dois últimos semestres, o aluno escolhe a ênfase, por exemplo, se ele vai ter mais disciplinas de "Gestão da Comunicação", em que ele faz mais atividades com foco em Administração, para ter uma visão mais empresarial, ou ele escolhe "Eventos", que nós detectamos como um mercado bem importante na região. Aqui na região os empresários e alunos reconhecem o curso de Relações Públicas pela produção de eventos. Como o sistema não consegue reconhecer a ênfase, ele separou os currículos como 4 e 5.

Rafael Vergili:

É que no *site* aparecem currículos 4, 5 e 6. O 4 e o 5 são oriundos do 4, certo? E o 6, refere-se a qual currículo?

Erica Hiwatashi:

O currículo 4 deu origem ao 4 e o 5. E o currículo 5 deu origem ao 6 e o 7. Enfim, para ficar mais simples: o que você considera o 4 é o 5. E o último currículo que você analisou é o 6.

Rafael Vergili:

Só para ficar claro. O 4, que eu considerava que fosse de 2013, não é de 2013. Todos são atuais?

Erica Hiwatashi:

O que você considerou como a matriz 4, na verdade é a 5. Você pode escrever como currículo 5. Ou seja, nós tivemos 6 currículos na universidade, desde a criação do curso.

Rafael Vergili:

Entendi. Mas só para que eu possa identificar mais claramente. Se eu quiser tomar como referência um currículo de 2013 e um de 2016, quais são os números dos currículos que eu devo utilizar para a comparação?

Erica Hiwatashi:

Em 2013 estava em vigência o currículo 4, que você pode considerar como o currículo 5 [ver Apêndice A15]. Já o currículo 6 [ver Apêndice A16] é o que entrou em vigor este ano, em 2016.

Rafael Vergili:

Então, o currículo 5, que é o que devo considerar como o de 2013, foi extinto no final do ano passado?

Erica Hiwatashi:

Isso. Em 2015, o currículo 5 começou a ser extinto. A Unisinos tem um processo de extinção gradual do currículo para a implantação gradual do currículo novo, o de número 6. Então, o aluno que ingressou com o currículo 5, ele tem o prazo até 2019 para encerrar suas atividades na mesma matriz que ele ingressou. Até 2019, por exemplo, nós vamos oferecer todas as disciplinas e atividades que constam naquela matriz.

No primeiro semestre de 2016, por exemplo, nós tivemos oferta do primeiro semestre do currículo 6, o atual, e a extinção do primeiro semestre do currículo 5. Aquele que aparece como currículo 4 no *site* refere-se a um currículo que começou a entrar em extinção em 2013 e já está praticamente extinto, mas se mantém lá por essas referências para algumas disciplinas de alunos que estão concluindo o curso.

Rafael Vergili:

Eu pedi essa explicação para não cometer nenhum equívoco na comparação entre diretrizes, uma vez que em todas as universidades eu tenho comparado a matriz de 2013, ano em que ingressei no Doutorado e em que as Diretrizes Curriculares entraram em vigor, com a matriz de 2016, ano em que eu praticamente concluo a Tese e em que o prazo limite para adaptação às diretrizes teoricamente se encerra [na verdade, o ideal seria até segundo semestre de 2015] para as universidades. Agora eu entendi que devo tomar como referência de 2013 o currículo 5 e como referência de 2016 o currículo 6.

Erica Hiwatashi:

Isso. São esses que você deve tomar como referência, já que todo ingressante a partir do segundo semestre de 2015 já iniciou o curso com o currículo novo, o de número 6.

Rafael Vergili:

No currículo atual, a senhora pode falar como é estruturado o curso? Se a matriz é “fechada”, sem disciplinas optativas, ou “aberta”, com disciplinas optativas, por exemplo? Em uma análise preliminar, parece que a matriz é aberta, uma vez que possui disciplinas optativas, mas gostaria de entender um pouco melhor, se há um limite de escolhas ou se há uma linha a seguir, por exemplo...

Erica Hiwatashi:

O currículo 5, que está em extinção e era válido em 2013, por exemplo, já era um pouco mais aberto, mas nós tentávamos manter a estrutura de apenas três disciplinas optativas, sendo duas optativas e uma de livre escolha, essa última em que o aluno podia transitar em qualquer universidade que tivesse reconhecimento do MEC. Porém, isso me incomodava bastante, em especial porque como a minha formação é realmente transdisciplinar, eu buscava implantar isso ao máximo, mas antes a Universidade não desejada isso, entendia que era melhor cada curso ter o seu desenho, sem muito compartilhamento, a não ser em tronco comum.

Porém, nós resolvemos fazer algumas pequenas experiências no currículo 5, geralmente vinculadas à área de Administração, em que nós saímos da Comunicação e vamos buscar algumas disciplinas que tinham afinidade na Administração e percebemos que as experiências foram muito boas. Professores de Administração conseguiram colher bons alunos de RP e elogiaram a iniciativa. Os nossos alunos também gostaram bastante das atividades e corresponderam com bons resultados por lá. Então, o EaD foi um experimento importante nesse sentido, uma vez que nós compartilhamos muitas disciplinas com Administração e um pouco de RH (Recursos Humanos). E dessas experiências que nós trouxemos a mudança para o currículo que está em vigor, que é o 6.

No currículo 6, nós partimos de um trabalho muito forte de consolidar as questões teóricas e aplicadas de Relações Públicas, mas, ao mesmo tempo, nós expandimos uma questão sobre Comunicação. Nós retomamos algumas questões ligadas às mídias, um tema que nunca foi muito debatido por aqui e que gerava muitas reclamações pelo acesso incipiente aos estúdios de rádio, de TV e de fotografia. Nesse sentido, o currículo 6 incluiu bastante essa questão da discussão das mídias, o compartilhamento de estúdios com as turmas de Publicidade ou Jornalismo, as atividades de produção audiovisual corporativa, muitas vezes compartilhada com turmas de Cinema. Então, os alunos são incentivados a fazer essa produção, com roteiro e todas as etapas tradicionais de TV ou Cinema, mas na parte final, a ideia é que o aluno direcione as linguagens para a área corporativa.

Essas são algumas das novidades do currículo 6, em que eu tive um papel importante na discussão do Colegiado, uma vez que deixei claro que nós não tínhamos como mudar o currículo de um em um ano, fica complicado, porque a tecnologia muda muito, fica obsoleta de forma cada vez mais acelerada e, dessa forma, ocorre uma percepção do aluno de um distanciamento da Universidade com o que tem sido empregado no mercado, entre outros fatores.

Por isso, o currículo 5, que já tinha certa percepção da importância da tecnologia, que era muito pequena – entre 2008 e 2010 que nós fizemos essa reformulação e as plataformas digitais não tinham a mesma velocidade de mudanças de hoje, apesar de saber que futuramente a questão digital iria influenciar muito –, nós tínhamos poucas disciplinas que discutiam isso, mas foi a partir de 2010 que a discussão começou a ficar realmente forte, com as questões de mídias sociais. Então, acabou que em determinado momento nós ficamos muito para trás nessa discussão e eu disse: "Olha, as tecnologias continuarão aparecendo, inovando as formas de relacionamento e comunicação, especialmente nas empresas. Então, nós temos que deixar uma matriz menos rígida, mais aberta, mais flexível para que nós não tenhamos que mudar toda a estrutura do currículo a cada ano".

Essa discussão foi importante não só pela estrutura curricular, mas porque cada reformulação tem um custo financeiro que envolve o pagamento de professores para a elaboração de um Projeto Pedagógico, a implantação e organização dentro do sistema, entre outros fatores. Nesse sentido, é preciso deixar claro que nós estamos experimentando essa flexibilidade e nos dois últimos anos, com praticamente a extinção dos currículos 4 e 5, a mudança foi bem importante no currículo 6, porque a matriz pode ser considerada "aberta" e a cada período de renovação de currículo da Universidade, como um todo, e não só no curso de RP, nós observamos as matrizes dos outros cursos da Universidade e conferimos quais podem ser optativas para o nosso aluno de Relações Públicas.

O meu desejo era até que o aluno pudesse fazer qualquer atividade, que não tenha grandes pré-requisitos, para que o nosso aluno pudesse cursar, obviamente dentro de uma orientação – o que eu pretendia chamar de *coaching* ou *mentoring*, termos consolidados na área de RH, mas que alguns professores do Colegiado não concordaram tanto com a aplicação. De qualquer forma, independentemente da nomenclatura, a ideia era inserir na matriz essa discussão da gestão de carreira do aluno, a partir do olhar do professor e de pessoas do mercado de trabalho, e, a partir desse desenho, fazer o planejamento das atividades optativas, de certo modo focadas na carreira que o aluno quisesse se especializar. Porém, o sistema e a

própria Universidade entendem que nós não podemos abrir todo o leque de optativas de todos os cursos, até porque isso poderia não ser visto com bons olhos pelo próprio MEC.

Então, só para que a ideia não fosse totalmente descartada, nós desenhamos algumas trilhas temáticas, em que constam as optativas que estão inseridas na matriz curricular. Nós temos a trilha de "Relacionamento com a Imprensa", a de "Produção Audiovisual", a de "Relacionamento Digital" e a de "Comunicação Interna". O aluno não é obrigado a fazer todas ou apenas uma, ele pode redesenhar, a partir das experiências com a disciplina "Tópicos Especiais – Mercado", como ele fará as optativas nessa parte final do curso, podendo até escolher disciplinas de outros cursos, em determinados casos.

Nas trilhas temáticas, nós acabamos optando por disciplinas mais tradicionais, mas eu adoraria ter incluído uma de "Gamificação Corporativa" ou "Gamificação de Comunicação Corporativa". Mas como aqui nós temos o curso de Jogos Digitais e como no desenho da Unisinos, o curso de Relações Públicas faz parte da "Escola da Indústria Criativa". Ou seja, em uma nova configuração administrativa, a Universidade foi estruturada em Escolas e as áreas de Arte e Comunicação ficaram dentro da "Escola da Indústria Criativa".

Por uma infelicidade, RP é o único curso que não tem nenhuma relação dentro dos conceitos de Indústria Criativa, a não ser pelo perfil de eventos culturais. Nós até poderíamos tentar entrar por ali, mas as outras áreas, realmente fortes da Indústria Criativa, que vão para o Cinema, música e até outras questões de Publicidade, nós não temos tanto. Porém, em função dessa Escola, nós fizemos reuniões importantes com outros colegas que coordenam os cursos de Graduação e Pós-Graduação, fazendo com que dessa integração surgisse – até por um incentivo do coordenador da Escola, que é muito aberto a essas discussões – a inserção da programação. Uma discussão de Colegiado foi bem esclarecedora nesse sentido, porque o próprio coordenador da Escola expôs – e todos nós concordamos – que ele considera que programação é como se fosse o "Português" dos próximos anos. Ou seja, que daqui a alguns anos será muito comum, para qualquer jovem que entrar na Universidade, saber programar qualquer coisa.

Então, ainda há o preconceito de parte dos envolvidos com Comunicação de que programação é uma coisa de outra área, que não deve se misturar com RP, mas que na verdade isso já faz parte do presente e do futuro. O próprio coordenador colocou a questão de que nos Estados Unidos grande parte das crianças já aprende isso desde cedo, independentemente da formação superior que seguirão no futuro. Em algum momento isso vai chegar ao Brasil com mais força e nós temos que nos antecipar a isso, até para que a preparação seja mais adequada para quando recebermos alunos que já são programadores.

Então, esse olhar para o futuro seria muito importante. Era o meu desejo, mas só que, no momento, se eu colocasse na matriz como "Programação", provavelmente isso assustaria o aluno, principalmente para o perfil do aluno que busca o curso de RP para "fazer eventos", que teoricamente não se identificaria com isso.

Nesse sentido, nós deixamos oficialmente fora da matriz, mas se nós percebermos talento e disposição no aluno para esse tipo de conhecimento, nós poderemos ajudar a desenvolver, uma vez que não é só uma questão técnica, é uma questão de ampliação de possibilidades de atuação, seja como um produtor em um *set* de filmagem, ligado ao Cinema, seja na área de Comunicação Digital. Isso possibilitar uma formação em que ele entenda a importância do relacionamento para RP, mas também os processos ligados à tecnologia para a sua inserção em qualquer tipo de mercado de Comunicação Digital, desde que ele tenha conhecimento sobre organização, planejamento, habilidades de Comunicação, além de diferentes tipos de técnicas, que podem incluir, especialmente no futuro, a programação.

A partir disso, mesmo os nossos alunos do currículo 5 acharam muito interessantes as possibilidades que surgiram com o currículo 6. Muitos dos que entraram no começo do ano passado (2015), optaram por migrar para o currículo novo, mesmo com o ônus de ter que aumentar a carga horária – até porque teve um impacto de carga horária muito grande, em que nós saímos de um currículo de 2700 horas para 3200 horas –, então, alguns alunos optaram pela alteração de currículos, uma vez que sentiram que o currículo 6, o atual, seria muito mais benéfico para a sua atuação acadêmica e profissional.

Posso dizer, portanto, que o currículo tem essa diferença muito grande, principalmente do ponto de vista das Diretrizes Curriculares, uma vez que nós nos libertamos, de certa forma, das amarras de uma matriz mais fechada. A própria Universidade foi parceira, no sentido de deixar a matriz mais aberta, permitindo que o aluno transite por disciplinas optativas de outros cursos oferecidos pela instituição, mesmo que fora da Comunicação, com liberdade para encontrar conhecimentos que dentro de RP, Jornalismo e Publicidade, por exemplo, ele ainda não tenha encontrado. E a nossa ideia foi realmente permitir que, no final do curso, o aluno já esteja no mercado e ele possa se "especializar" naquela carreira em que ele está inserido. Então, nós vamos buscar mais atividades nos cursos de Administração, Jogos, Publicidade, Cinema, entre outros, para que ele possa se sentir mais seguro para atuar no setor escolhido para a sua carreira.

Rafael Vergili:

Aproveitando esse final da resposta da pergunta anterior, eu observei na matriz aquelas trilhas temáticas que a senhora comentou: “Relacionamento com a Imprensa”, “Produção Audiovisual”, “Relacionamento Digital” e “Comunicação Interna”. Como o aluno tem bastante liberdade, eu gostaria de entender um pouco melhor como funcionam essas trilhas. Por exemplo, o aluno pode fazer disciplinas de todas as trilhas? Ele é obrigado a escolher apenas uma trilha e participar de todas as disciplinas de uma única trilha? Enfim, se a senhora pudesse discorrer um pouco mais sobre o tema seria bem útil para a minha pesquisa.

Erica Hiwatashi:

A ideia principal é que o aluno faça todas as disciplinas de uma única trilha temática escolhida. Ou seja, nosso intuito foi abrir o leque entre algumas trilhas para que nos dois últimos semestres o aluno possa se “especializar”.

Como nós não pudemos atender a ideia inicial de que o aluno poderia fazer “qualquer coisa”, ou seja, disciplinas optativas em qualquer curso, nós decidimos dar certa lógica para que o aluno possa trilhar seu caminho. E a lógica foi seguir, com base em análises de experiências de turmas anteriores, criar trilhas temáticas que consideraram o que o corpo discente sempre buscou mais.

A “Comunicação Interna”, por exemplo, tem sido muito forte, uma vez que temos um setor industrial pujante aqui no Vale do Rio dos Sinos e até mesmo em Porto Alegre. Dessa forma, nós reforçamos essa questão com a área de RH. Nós estimulamos que todos os alunos que estão interessados na área de RH façam todas as atividades relacionadas à Comunicação Interna. Agora se o aluno quer ter uma formação mais forte em Assessoria de Imprensa, por exemplo, nós recomendaremos a trilha “Relacionamento com a Imprensa” e faremos um trabalho mais direcionado na parte de Redação, geralmente em parceria com o curso de Jornalismo, assim como pode acontecer outro tipo de “especialização” nas outras trilhas temáticas, em especial por meio de parcerias com outros cursos.

Rafael Vergili:

Entendi. Então, pegarei como exemplo a trilha temática “Relacionamento Digital”, que é a que tenho mais interesse, até pelo recorte da minha pesquisa, o aluno faz todas as disciplinas? As dez disciplinas?

Erica Hiwatashi:

A trilha temática “Relacionamento Digital” tem uma característica bem específica, com dez disciplinas, porque a carga horária de cada disciplina é menor do que nas das outras trilhas

temáticas. Então, a trilha de Comunicação Digital trabalha com 2 créditos, 30 horas, para cada disciplina, e o normal, em outras trilhas, é usar 4 créditos, 60 horas, e por isso ocorre a diferença no número de disciplinas oferecidas. E também porque nós fomos ver com o pessoal de Digital quais são as disciplinas mais importantes, sem necessidade de grandes pré-requisitos, e como eram muitos temas interessantes, nós decidimos dividir em mais disciplinas, com uma carga horária menor, até para conseguir englobar vários temas.

A ideia foi organizar o pensamento e habilitar minimamente o aluno a produzir, de forma autônoma, um trabalho de Comunicação Digital em uma empresa. Nós focamos nessa questão da autonomia para o aluno e, até por isso, na trilha de "Relacionamento Digital" existe uma disciplina de Arquitetura da Informação, para que o egresso tenha uma noção de sistema, de estrutura tecnológica e não apenas da produção de conteúdo ou de redação para uso em mídias digitais, por exemplo. O intuito é que o aluno saia da Universidade capaz de conduzir a Comunicação Digital de uma empresa sem precisar depender de outros profissionais da área de tecnologia para gerir o processo.

Rafael Vergili:

Eu sei que ninguém ainda chegou nessa trilha temática, especialmente porque a matriz só entrou em vigor no segundo semestre de 2015 e as trilhas só serão escolhidas nos dois últimos semestres do curso, em 2019, 2020, por aí, correto? Mas vocês entendem que pelos anos anteriores, quando existiam poucas optativas, essa parte de tecnologia tinha bastante demanda? Mais ou menos do que nas outras áreas?

Erica Hiwatashi:

Realmente não dá para falar se haverá ou não uma demanda grande, justamente porque nenhum aluno chegou ainda no momento da escolha da trilha, mas nós acreditamos que terá uma procura bem grande, porque pela quantidade de Trabalhos de Conclusão de Curso sobre Comunicação Digital que tivemos nos últimos anos, tudo indica que essa trilha será uma das mais procuradas.

Dos 20 ou 30 Trabalhos de Conclusão de Curso que saem todos os semestres aqui do curso de Relações Públicas da Unisinos, provavelmente metade ou mais da metade relacionam-se com a parte de tecnologia, digital, relacionamento por meio da Internet, crises de imagem decorrentes do uso incorreto de mídias sociais, sobre o perfil do profissional de mídias sociais, entre outros temas que transitam pela área de Comunicação Digital. Isso já é um indicativo do interesse que o jovem tem pela área digital e é um fenômeno interessante que eu percebo, inclusive, pelas supervisões de estágio que nós fazemos, em que os empresários da

região entendem que o profissional de Relações Públicas pode realmente dar conta desse mercado e é bastante procurado.

Aqui na própria Unisinos, dois egressos de Relações Públicas nossos trabalham em grandes empresas de mídias sociais. Isso talvez ocorra porque o aluno de RP consegue fazer uma boa redação, em função desse nosso trabalho integrado com os professores de Jornalismo. O aluno tem uma compreensão organizacional, bem característica de Relações Públicas, e ainda temos o desenvolvimento interpessoal, que é algo que é reconhecido até pelos nossos egressos, como uma característica forte da Unisinos. Este último ponto pode ter relação até com o perfil do nosso aluno, que por ser constituído em grande parte por famílias da serra, são de famílias mais estruturadas, geralmente com boa estabilidade emocional – no sentido de se relacionar bem com outras pessoas e profissionais – e, com isso, além do nosso trabalho de desenvolvimento do respeito individual muito forte, assim como a Universidade tem todo um trabalho institucional de respeito ao próximo, nós levamos isso para a sala de aula, ou seja, não se admite a falta de respeito. Além do reconhecimento da importância do outro, ou seja, o quanto nós, responsáveis pela Comunicação, temos que entender o outro para poder realizar uma boa comunicação. Então, isso tem sido muito forte para os alunos que são formados pela Unisinos e tem sido um fator que chama a atenção de quem emprega o nosso egresso e que contrata os nossos estagiários, que têm um bom desenvolvimento interpessoal, muitas vezes superando o padrão da geração atual.

Rafael Vergili:

Agora eu gostaria de tratar mais diretamente sobre as disciplinas de tecnologia, mas como nenhum aluno ainda chegou a frequentar essas disciplinas, essa linha temática de "Relacionamento Digital", eu vou perguntar de uma forma diferente, ou seja, não como elas são de fato, mas como vocês pensaram em desenvolver essas disciplinas, se elas são mais teóricas ou práticas, enfim, gostaria que a senhora relatasse um pouco mais como elas foram estruturadas...

Erica Hiwatashi:

As disciplinas são mais práticas e, por isso, foram inseridas na parte final do curso, em que o aluno já está no mercado ou quase entrando no mercado. Em contraponto a essas seis optativas – sendo cinco optativas e uma de livre escolha – que ele deve fazer, nós temos a disciplina "Tópicos Especiais – Academia". E como o aluno já está em uma fase final, com o Trabalho de Conclusão do Curso, ele já vai ter uma carga muito grande de teoria, porque ele precisa desenvolver o referencial teórico do seu projeto, uma pesquisa empírica e uma

conclusão a partir do que foi pesquisado. A disciplina “Tópicos Especiais – Academia é desenvolvida já com foco para orientar o aluno em direção a uma Pós-Graduação. A disciplina recebe, inclusive, o nome de “tópicos” para não ter uma ementa fixa e poder ser alterada a cada semestre. A ideia é que nós possamos desenhar a cada semestre ou a cada ano, algumas questões relacionadas ao estado da arte da Comunicação, desenvolvido pelo Programa de Pós-Graduação para trazer para os nossos alunos da Graduação. Então, o TCC e esses “Tópicos Especiais – Academia” trazem essa carga mais acadêmica para o aluno que tem mais esse perfil de seguir para o Mestrado e depois para o Doutorado, inclusive é uma preocupação nossa, estimular o aluno a seguir para a Pós-Graduação.

Desse modo, nós temos alunos com perfil para entrar no nosso Mestrado, assim como estudantes com perfil de mercado, mais prático, em que as optativas ajudam a exercitar e oferecer algumas técnicas da trilha temática que ele deseja seguir.

Por isso que eu comentei dos jogos anteriormente. Nós até chegamos a desenhar uma trilha para *games*, que envolvia programação, algum cálculo – e até o coordenador da área de jogos indicou que eu não precisava me assustar, porque não se tratava de cálculo puro, como a engenharia faz, era algo mais adaptado para a área de Comunicação, que envolvia lógica também, mas que em algum momento iria para a questão de desenvolvimento dos jogos –, porém, a proposta acabou não avançando, em especial porque não teria como ser implantada no formato que planejamos. Teríamos outras formas de integrar esse conteúdo ao currículo, como a elaboração do roteiro de jogos, fazer a roteirização, o que seria indicado para uma pessoa que deseja conceber os jogos, mas não precisaria programar. Pode ir para a área de produção, principalmente na parte de desenho para a estrutura dos jogos para a empresa. Assim não seria um programador para fazer *games* de qualquer jeito, nós encaminharíamos para que o aluno fizesse jogos para uma empresa, com enfoque corporativo.

Ou seja, é uma visão minha, mas, além disso, é uma visão da universidade que teoria e prática não se separam. Eu posso dar uma carga maior de prática, mas ela necessariamente tem que ter uma reflexão. A partir disso, permitir que o aluno entenda o processo e possa dar um salto qualitativo, porque Relações Públicas precisa muito disso para continuar sobrevivendo nesse mercado de Comunicação.

Nós aqui somos fãs da professora Margarida Kunsch pela trajetória dela e pela contribuição que ela deu com suas produções. Por ela ter resistido academicamente, porque foi a partir dela que nós tivemos material para poder passar para os nossos alunos. Senão, em determinado período, em que a produção bibliográfica de RP era incipiente, o curso ficaria muito técnico, sem essa parte teórica que é tão importante. E, a partir dessa produção da professora, o

incentivo da própria USP, com seus mestrandos e doutorandos sendo incentivados a redigir artigos e livros, hoje nós já temos um número de produções científicas muito melhor, que nos faz existir enquanto área, porque eu acredito que se fosse depender só da parte técnica, nós provavelmente já estaríamos extintos.

Então, nós queremos que nosso aluno faça como você, por exemplo, e siga para o Mestrado e Doutorado, porque essa parte teórica, de desenvolvimento do conhecimento, também garante a existência da área profissional.

Rafael Vergili:

E no que tange à estrutura tecnológica, por exemplo, o que é oferecido ao professor? Tem laboratório de informática, as salas de aula possuem computador com internet, enfim, qual a estrutura oferecida para que o professor possa lecionar?

Erica Hiwatashi:

Temos uma boa estrutura tecnológica. Hoje, por exemplo, todas as salas de aula estão equipadas com projetor e rede. Nem todas as salas possuem computador, mas nos casos em que não há o computador em sala de aula, nós temos um posto de atendimento com *notebooks* que podem ser utilizados pelos professores, além de profissionais à disposição para oferecer o apoio necessário para usar essas máquinas. Temos wi-fi por toda a Universidade desde 2014, o que era uma demanda dos alunos muito forte e agora está consolidada.

Rafael Vergili:

Então o aluno pode usar o wi-fi dentro de sala de aula, certo? Não há nenhum tipo de bloqueio ou alguma norma que impeça o aluno de utilizar a Internet durante as aulas...

Erica Hiwatashi:

Sim. O aluno pode usar em qualquer horário e local, basta estar matriculado para receber a senha de acesso. Inclusive, a nossa área, até por ser de Comunicação, acaba sendo uma das que ficam mais "congestionadas", pelo excesso de usuários. Nós temos uma boa qualidade de wi-fi, mas nos horários da aula, por exemplo, às 19 horas, quase todos os alunos estão com *notebook*, *smartphone* e *tablet*, todos conectados ao mesmo tempo. Então, em alguns momentos, alguém não consegue acesso e eles acabam reclamando bastante disso. Já levei essas reclamações para a nossa Comissão Própria de Avaliação (CPA) e eles explicaram que a demanda é muito grande, que é um dos prédios que mais usa wi-fi no Campus, até por estar junto com a área de Publicidade, que tem realmente trânsito de imagem muito maior e

demanda mais banda, mesmo. Enfim, é um problema que tem sido resolvido ao longo do tempo e que tem cada vez menos reclamações.

Além disso, nós temos estúdio de TV e de rádio, estúdio de fotografia, laboratório fotoquímico – este mais focado no curso de fotografia que nós temos aqui e que RP quase nem usa mais –, laboratório de informática, além de uma estrutura própria para impresso que pode ser usada pelos alunos, possibilitando a produção de revistas, por exemplo. Temos um *software* de pesquisa quantitativa, o "Sphinx", além de todo o pacote Adobe, que também pode ser utilizado pelo corpo discente. O curso de Cinema é que usa mais os outros *softwares* de edição, aqueles que possuem licença para uso bem onerosas, mas que fazemos questão de investir. Mas, de modo geral, a estrutura é satisfatória.

Rafael Vergili:

E o uso da tecnologia em sala de aula. Pelo que a senhora explicou, eles usam bastante o wi-fi. Há alguma política oficial de uso da rede no horário da aula, isso é livre, vai do comportamento do professor? Há reclamações de professores sobre alunos que usam muito a rede durante a aula e atrapalham o desempenho de outros ou isso não é comum?

Erica Hiwatashi:

A Universidade, em si, começou a definir alguns *websites* em que nós não podíamos entrar, como, por exemplo, o Facebook. Antigamente não era liberado, mas até como se constatou o uso como instrumento de trabalho, como instrumento facilitador, isso foi liberado para toda a Universidade, agora todo mundo tem acesso a tudo, de qualquer *gadget*.

O desafio agora é do professor em fazer a sua aula ser cada vez mais atrativa e envolver os alunos.

No início de 2010, quando começou a ficar mais intenso esse uso de *gadgets*, alguns professores reclamavam bastante em sala de aula. Nós não tínhamos o wi-fi na época, mas o aluno já acessava pelo 3G. Então, muitas vezes o aluno ficava falando mal do professor na rede durante a aula e o professor tinha muito medo de ser exposto, mas essa fase já passou. Isso até foi pauta de discussão de muitas reuniões de Colegiado, quais eram as medida que deveriam ser tomadas etc.

A própria área de formação docente, de suporte ao professor, deixou isso bem claro para os professores, que não há proibição, mas que é um pacto que se faz entre aluno e professor, um acordo pedagógico para aumentar a produtividade na aula e evitar exposições de um profissional na rede. Porém, isso foi superado de forma muito rápida. Os próprios professores

começaram a estimular que os alunos pesquisassem algo relacionado à aula. Então, basicamente, isso hoje foi totalmente absorvido em sala de aula.

Rafael Vergili:

Entendi. Agora partindo para uma discussão mais direcionada para as Diretrizes Curriculares: como as diretrizes de 2013 influenciaram o currículo 6? Elas tiveram influência direta ou não?

Erica Hiwatashi:

Eu entendo que nós já vislumbrávamos uma mudança no currículo. Eu estou na coordenação há bastante tempo, já é o quarto currículo que eu participo do desenvolvimento, considerando o EaD, que foi um belo aprendizado, porque é uma dinâmica muito diferente para se pensar toda a formação do aluno por educação a distância. Mas, de modo geral, nós já estávamos com muitos estudos prontos, inclusive pesquisas com nossos egressos feitas pela própria Agência Experimental a respeito de percepções de conteúdos que já não tinham mais sentido no currículo e de coisas que nós queríamos ampliar consideravelmente, como a questão do digital, que era uma demanda muito forte nos últimos anos.

Portanto, essa discussão já estava bem madura entre nós e essa obrigação de mudar o currículo, devido às Diretrizes Curriculares, foi o pretexto perfeito para que a Universidade buscasse a mudança da matriz curricular. E foi aí que percebemos que tínhamos que fazer um currículo bem diferente, porque nós mal tínhamos feito uma alteração e nós já tínhamos que fazer outra. Ou seja, a rigidez da matriz anterior não permitia atualizações simples e demandava grandes reformulações. Desse modo, nós dissemos: “Vamos deixar o currículo o mais aberto possível para que possamos alterar menos a estrutura da próxima vez”.

Eu posso dizer que o Colegiado já está bem acostumado com as atualizações e não seria espantoso se alterássemos alguma coisa nos próximos dois ou três anos – obviamente seguindo as diretrizes –, porque as discussões sobre o tema são constantes.

Posso resumir para você que as Diretrizes Curriculares nos obrigam a mudar, mas tiveram importância para gerar uma discussão nacional, verificar diversos pontos de vista, não restringir o debate a cada Universidade, a cada Colegiado.

Eu participei de alguns eventos e fóruns de coordenadores de curso de RP, e ocorreram alguns momentos em que Faculdades e Universidades levaram seus questionamentos e preocupações sobre as diretrizes. Também foi possível notar a diferença de necessidades entre Universidades Federais e Privadas, além de fazer um intercâmbio com essas diferentes realidades. Percebemos que algumas IES (Instituições de Ensino Superior) privadas tinham problemas bem maiores, porque não tinham estágio obrigatório, por exemplo, e por estarem

em cidades muito pequenas e às vezes sem empresas interessadas em disponibilizar vagas de estágio na área. Aqui nós já possuíamos o estágio obrigatório, o que não foi um novo obstáculo para o curso, mas percebemos que foi um problema para muitas universidades. Nesse ponto, aqui a maior alteração foi no aumento da carga horária para enquadrar o curso às novas necessidades das diretrizes.

Rafael Vergili:

E houve alguma discussão específica sobre tecnologia que partiu das Diretrizes Curriculares?

Erica Hiwatashi:

Acho que uma influência importante sobre esse tema aconteceu em 2010, quando a Carolina Terra estava fazendo a Tese de Doutorado dela, com a questão do usuário-mídia, em que ela trouxe a importância da discussão de tecnologia para a área de RP. Naquela época, então, nós já tínhamos colocado mais uma disciplina de tecnologia no currículo 5, que era "Estratégias e Tecnologias de Relacionamentos", uma disciplina que já trazia a questão digital, para que pudéssemos pensar efetivamente a tecnologia e não simplesmente manusear, saber mexer no Facebook ou no Twitter. Não era essa a ideia.

Porém, a partir disso, como os alunos continuavam insatisfeitos e o próprio mercado começava a requisitar nossos alunos para estágio como analista de mídias sociais, nós aproveitamos as Diretrizes Curriculares para criar essa linha temática, essa ênfase na tecnologia. Vale a ressalva: a ênfase continua não sendo para o uso da tecnologia, não é para manusear a tecnologia, é entendê-la para realmente empregá-la estrategicamente.

Ou seja, nós procuramos manter a ideia de que Relações Públicas vai trabalhar a estratégia de Comunicação na organização. Desse modo, o aluno tem que ter bastante cultura geral e isso é algo que trabalhamos muito, porque não adianta ser o analista de mídias sociais de uma empresa, se eu não sei o que dizer.

Rafael Vergili:

Essas disciplinas de tecnologia, na maioria das matrizes curriculares que eu analisei, costumam aparecer na parte final do curso. Há algum motivo específico para isso acontecer?

Erica Hiwatashi:

Uma das bases do nosso currículo é a transdisciplinaridade. A transversalidade também é muito importante. Então, nós saímos de uma matriz que tinha quatro disciplinas de "Redação", cada uma delas com uma especialidade, para disciplinas em que a redação vai perpassar vários tópicos. Ou seja, o próprio "Planejamento de Comunicação" vai englobar a

parte tecnológica. Eu tenho que incorporar a parte digital às minhas estratégias de Comunicação, assim como manter a minha redação impecável, sintetizar o diagnóstico etc. A expressão oral e escrita serão muito exigidas. Várias disciplinas que foram eliminadas perpassam todas as disciplinas do currículo, permitindo que as específicas fiquem para o final do curso.

É nesse fim do curso, quando o aluno já sabe melhor o mercado em que quer trabalhar ou o tema que quer pesquisar, que ele tem mais condições de optar por sua trilha temática preferida. Por isso, as disciplinas de tecnologia ficam nos dois últimos semestres.

Rafael Vergili:

A senhora entende que as novas Diretrizes Curriculares (2013) engessaram ou deixaram o curso (matriz curricular) de Relações Públicas de modo mais flexível?

Erica Hiwatashi:

Eu considerei engessada na fixação de carga horária dos quatro eixos. Cada instituição de ensino deveria dar ênfase a cada eixo, dentro da vocação regional. Essa nova diretriz não trouxe uma grande contribuição para o desenvolvimento da área. De qualquer forma, sempre é boa a discussão de ideias e vontades contrárias, sempre nos tira da zona de conforto. O grande problema é a carga horária, porque enquanto tecnólogos surgem para suprir uma demanda de mercado em um período curto, as novas diretrizes surgem na contramão impondo uma carga que torna o curso de quase cinco anos, quase inviável em quatro anos.

Essa questão da carga horária foi a única questão que realmente nos incomodou, digo no caso das universidades privadas, porque isso gera uma dificuldade para o aluno que paga a universidade, mas de resto foi motivador. Nós já tínhamos a vontade de mudar e as diretrizes nos impulsionaram a acelerar o processo.

Rafael Vergili:

A senhora considera que as mudanças são positivas ou relativiza as melhorias que as novas diretrizes de Relações Públicas (2013) trouxeram? Há algum elogio ou crítica específica às Diretrizes Curriculares?

Erica Hiwatashi:

Fez com que tivéssemos uma mobilização maior para a discussão e troca de experiências entre coordenadores e pesquisadores da área de Relações Públicas. Algo que não sei como será o impacto foi o fim da habilitação e a criação de cursos específicos de RP e Jornalismo. Não sei se isso será bom. E enquanto o mercado pede profissionais de comunicação

multitarefa e integrado, o MEC estabelece especialização e separação. Isso eu não concordo também. Além do absurdo de 3200 horas. Não há evidência que isso vai trazer melhoria para os cursos e formação profissional. Parece que a formação se acaba na Graduação, sem contextualizar a formação em educação continuada.

Rafael Vergili:

As Diretrizes Curriculares são obrigatórias ou cada universidade segue ou deixa de reestruturar as matrizes curriculares por vontade própria?

Erica Hiwatashi:

As diretrizes são obrigatórias. Todos os cursos de Relações Públicas do Brasil devem seguir essas diretrizes.

Rafael Vergili:

Há alguma extensão universitária ou outra opção de curso complementar ligado à Comunicação na Universidade que foque em literacias digitais (conjunto de habilidades e competências para lidar com Tecnologias da Informação e Comunicação) ou mesmo em conhecimentos relacionados à programação, entre outros?

Erica Hiwatashi:

Sim. Na Unisinos temos duas modalidades de cursos de extensão, algumas são livres e abertas à comunidade, e outras somente para alunos, que são complementares ao currículo.

Rafael Vergili:

Muito obrigado pela entrevista, professora.

APÊNDICE E9 – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA DE ANA LUISA BASEGGIO (PUCRS)

Entrevistada: Ana Luisa Baseggio
Idade: 55 anos
Cargo: Coordenadora do curso de Relações Públicas
Instituição: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)
Formação: Possui Graduação em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, especialização em Marketing pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, mestrado em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e doutorado em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
Data: 08/09/2016
Horário: 14h30min
Local/Ambiente: Skype (com webcam)

Rafael Vergili:
Obrigado pela oportunidade de poder entrevistá-la. Em primeiro lugar, a senhora poderia dizer como funciona a estrutura de coordenação da PUCRS? A senhora é coordenadora de Relações Públicas, provavelmente existe algum coordenador específico de Jornalismo e outro de Publicidade e Propaganda (PP), mas há algum coordenador de todos os cursos de Comunicação Social?

Ana Luisa Baseggio:
Não há um coordenador de Comunicação Social. Aqui nós temos coordenações individualizadas. Uma coordenação para cada departamento. Claro que todos nós trabalhamos em conjunto, uma vez que além de Jornalismo e PP, nós temos o curso de Produção Audiovisual, que é um curso tecnológico de dois anos e meio. Todos nós trabalhos juntos, de acordo com o possível e o necessário. Também fazemos parte do mesmo Colegiado da Faculdade (Faculdade de Comunicação Social – FAMECOS), mas temos as nossas especificidades e também trabalhamos em separado. Todos os coordenadores de cursos são subordinados a um Diretor que é o responsável pela gestão da Faculdade.

Rafael Vergili:

E desse trabalho conjunto surge alguma disciplina de tronco comum entre os cursos ou não?

Ana Luisa Baseggio:

Existem disciplinas de tronco comum. Inclusive, nós temos mais um departamento, denominado "Departamento de Ciências da Comunicação". Por isso, nós temos disciplinas de tronco comum para todos, como, por exemplo, "Teorias da Comunicação", que é uma disciplina comum a todos os cursos de Comunicação.

Rafael Vergili:

Só para deixar claro, essas disciplinas são de tronco comum e os alunos de todos os cursos cursam na mesma sala? Há esse intercâmbio de conhecimentos dentro da mesma sala?

Ana Luisa Baseggio:

Todos os alunos, mesmo sendo de cursos diferentes, cursam juntos, sim, na mesma sala. O aluno de Relações Públicas vai fazer, em algum momento, a disciplina de "Teorias da Comunicação" junto com alunos de PP e Jornalismo, na mesma sala. Há permanentemente esse contato entre alunos de cursos diferentes.

Rafael Vergili:

E a senhora é coordenadora do curso de Relações Públicas do curso da PUCRS há quanto tempo?

Ana Luisa Baseggio:

Estou há pouco mais de um mês como coordenadora de Relações Públicas. Hoje, dia 08/09/2016, completei 38 dias no cargo.

Rafael Vergili:

Mas apesar de estar há pouco tempo no cargo e ser tudo muito recente, a senhora participou do processo de reestruturação da matriz curricular?

Ana Luisa Baseggio:

Participei. Lógico que não na condição de coordenadora, mas como professora. Eu já ministro aulas aqui na PUCRS há 26 anos e esse trabalho foi desenvolvido todo em conjunto pelo departamento. Foi um trabalho bem estruturado, principalmente a partir das novas Diretrizes Curriculares.

Nós fizemos inúmeras reuniões, com a participação da então coordenadora, a Professora Denise Avancini, e, antes dela, com a Professora Cláudia Moura, que, inclusive, foi a única professora de uma universidade privada a participar junto ao MEC do estabelecimento das

novas Diretrizes Curriculares, o que para nós, da PUCRS, foi motivo de muito orgulho. Então, de modo geral, ocorreram muitas reuniões entre os grupos de professores e outras dinâmicas como: grupos focais com alunos de todos os anos do curso; professores de outros cursos, como Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Ciências da Comunicação participaram de algumas reuniões também; reuniões do próprio Núcleo Docente Estruturante (NDE), que também conta com a participação de professores de outros cursos da Universidade. Portanto, acompanhei o processo e participei dessas reuniões, contribuindo como professora naquela oportunidade. Também realizamos encontros com profissionais do mercado e representantes de entidades, como CONRERP-4ª Região e ABRP-RS/SC.

Rafael Vergili:

E a senhora ministra alguma disciplina que tenha relação direta com tecnologia ou não?

Ana Luisa Baseggio:

Não. De tecnologia especificamente, não. Os alunos utilizam a tecnologia em disciplinas que eu trabalho, mas o conteúdo principal da disciplina não é esse. Por exemplo, em "Assessoria de Comunicação" ou em uma disciplina ainda vinculada à matriz curricular antiga que chama "Projeto Experimental Empresarial", em que eles precisam desenvolver uma consultoria externa para algum cliente da área privada e precisam aplicar várias questões de tecnologia, mídias sociais, instrumentos, ferramentas. Nesse sentido, eles definem o conteúdo que trabalharão, a estratégia e, a partir daí, aplicam a tecnologia apropriada. Ou seja, eu não chego a trabalhar teorias sobre tecnologia, mas os alunos se apropriam desses conhecimentos nas disciplinas.

Rafael Vergili:

Agora tratando de questões mais voltadas para o perfil do egresso: qual a formação que a Universidade procura oferecer para o aluno? Existe um viés mais voltado para o mercado ou mais acadêmico?

Ana Luisa Baseggio:

Nós buscamos sempre o atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais. Nós fizemos, realmente, a nova matriz curricular à luz das diretrizes. Procuramos sempre qualificar o aluno, preparar o estudante para atuar no mundo do trabalho e para contribuir com a sociedade. Essa é a nossa premissa principal, mas isso não invalida que ele também trabalhe com pesquisa. Nós temos, inclusive, os programas que chamamos de GPG (Graduação/Pós-Graduação), que possibilita que o aluno da Graduação, trabalhe, também, com pesquisas da Pós-Graduação.

Então, nós temos diferentes programas em que nós incentivamos os alunos a pesquisarem desde a Graduação, além de bolsas de produção acadêmica, bolsas de iniciação científica, bolsas da própria universidade, bolsas com a CAPES (a partir dos pesquisadores). Então, existem vários instrumentos que nós lançamos mão para aproximar o aluno dessa parte acadêmica, mas eu acredito que o interesse dos alunos seja, efetivamente, o mundo do trabalho. Esta é a tendência dos nossos alunos, observada a partir de afirmações como: "vou sair daqui, vou sair empregado, vou ser colaborador em uma Assessoria ou em uma Consultoria". Ou "vou criar minha própria agência". Nós também incentivamos muito a carreira do empreendedorismo, não somente formando par ao mundo do trabalho, mas também para que seja possível fazer a diferença em uma sociedade em constante transformação.

Rafael Vergili:

E como é o mercado de trabalho na área de Relações Públicas em Porto Alegre? Tem muita oferta de emprego em RP na região ou os alunos buscam outras cidades e outros Estados?

Ana Luisa Baseggio:

Nós temos uma característica em Porto Alegre, nós temos muitos alunos do interior do Rio Grande do Sul. Eu não saberia quantificar, mas acredito que não chegue a 50% dos alunos matriculados, mas é um número significativo de alunos. Então, os alunos acabam buscando outras cidades e, até mesmo, outros Estados, muitas vezes voltando para as suas cidades de origem.

Recentemente eu conversei com uma ex-aluna, questionando a possibilidade de realizar uma "fala" (palestra), uma conversa com os nossos estudantes de agora. E ela está com uma Consultoria de Comunicação em Torres, no litoral do RS, bem na divisa com Santa Catarina.

Então, nós temos alunos que voltam para as suas bases, assim como nós temos alunos que buscam fazer suas carreiras, não apenas, mas, principalmente, no Rio de Janeiro ou em São Paulo. São muitos alunos que alçam seus objetivos como colaboradores de grandes empresas da região Sudeste, assim como temos alunos que vão trabalhar no exterior também.

Quanto ao mercado de Porto Alegre, não obrigatoriamente o aluno se forma, sai da faculdade e tem necessidade de trabalhar como um profissional de RP. Ele pode trabalhar como um assistente de conteúdo ou como assistente de Comunicação, pode trabalhar em projetos especiais, são inúmeras possibilidades. É claro que o mercado de Relações Públicas em São Paulo é extremamente maior, mas nós temos boas vagas aqui também.

Rafael Vergili:

E teve algum problema com a questão do estágio supervisionado que foi sugerido pelas novas Diretrizes Curriculares? Não sei se a PUCRS já tinha essa prática e, por isso, não mudou muito ou se foi uma novidade, enfim...

Ana Luisa Baseggio:

Nós já tínhamos o estágio supervisionado no Currículo anterior. Então, os ajustes foram pequenos. Não foi um grande problema. Nós temos estágios internos e externos à Faculdade. Os estágios externos são acompanhados por um grupo de professores – principalmente uma professora que acompanha –, e os estágios são todos supervisionados. O aluno tem contato conosco e com o mercado lá fora.

Rafael Vergili:

E existe algum programa para monitorar os egressos? Por exemplo, se estão fazendo alguma Pós-Graduação, se estão inseridos no mercado de trabalho, entre outras possibilidades.

Ana Luisa Baseggio:

Nós temos um excelente contato. Nós sabemos que eles são egressos, ou seja, são ex-alunos, mas nós costumamos chamar de "diplomados". Nós temos uma proximidade grande com um grupo numeroso de diplomados. E, além disso, nós temos uma área, aqui dentro da Universidade, que se chama "Diplomados - PUCRS", que promove encontros e eventos com quem já se formou. E nós temos várias interlocuções com os diplomados.

Claro que via redes sociais, de uns anos para cá, esse processo foi facilitado enormemente. Nós sabemos onde muitos deles estão, quem é que está no mercado e quem não está. Porém, não tenho nenhuma pesquisa estruturada para dizer "X por cento está no mercado trabalhando como RP, X por cento não está. Não temos isso". De qualquer forma, nós temos informações e sabemos quem está inserido no mercado, uma vez que os professores têm contato com nossos diplomados.

Rafael Vergili:

A senhora considera que o curso é estruturado com uma matriz curricular "aberta" ou "fechada"? Ou seja, se ela é aberta, no sentido de possuir disciplinas optativas/eletivas? Ou se é uma matriz totalmente fechada, em que o aluno precisa seguir uma série de disciplinas, desde o primeiro semestre, até o último semestre, sem opção de escolher outras atividades, por exemplo. A matriz é baseada em um número de créditos que ele precisa cumprir? Enfim, gostaria de entender como funciona a matriz curricular de Relações Públicas da PUCRS.

Ana Luisa Baseggio:

É uma matriz "aberta" no sentido de que existem créditos e disciplinas eletivas que devem ser cumpridas. Por exemplo, na matriz curricular antiga, nós tínhamos 8 créditos para eletivas. Na matriz curricular atual, nós temos 12 créditos para disciplinas eletivas. Então, eles têm obrigatoriedade de cumprir esses créditos em eletivas, que podem ser feitos dentro da mesma Faculdade (Faculdade de Comunicação Social – FAMECOS), por exemplo, nos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda, assim como podem ser feitos em qualquer outra unidade da PUCRS. Pode ser em Psicologia, Administração, Marketing, Filosofia, entre outras. Nós temos várias possibilidades, assim como algumas disciplinas do curso de Relações Públicas são oferecidas como eletivas para o campus.

Rafael Vergili:

E de que maneira a senhora entende que o conteúdo de tecnologia – e aí eu trato da tecnologia em um sentido mais contemporâneo, da Internet para frente, vamos dizer assim – está inserido no curso? Ele está dividido em disciplinas específicas que são de fácil identificação pelo título ao tratarem do tema ou o conteúdo de tecnologia simplesmente permeia o curso? Por exemplo, disciplinas que, em um primeiro momento, nós não conseguimos identificar como sendo de tecnologia, mas que em algum momento tentam relacionar o conteúdo principal da disciplina com tecnologia.

Ana Luisa Baseggio:

Nós temos essas duas modalidades, esses dois formatos. Nós temos algumas disciplinas específicas que tratam de tecnologia. O número de disciplinas com essa temática aumentou consideravelmente da matriz anterior para a atual. Então, essas disciplinas são estruturadas, com ementa, professores com conhecimento comprovado no assunto, infraestrutura e tudo que é necessário para que a disciplina seja desenvolvida. Porém, além disso, esse conteúdo está presente na matriz inteira. É um tema que permeia toda a matriz curricular e as discussões em sala de aula. Em RP, é impossível trabalhar sem tecnologia e sem a adoção de ferramentas de aproximação para o relacionamento com os públicos.

Há outra questão sobre a qual temos debatido na FAMECOS. Aprender a lidar com tecnologia, a usar redes sociais, é importante, é fundamental, isso eu não tenho a menor dúvida, mas isso é técnica. Então, nós exigimos muito dos alunos o desenvolvimento em termos de conteúdo para pensar a Comunicação como um todo para um cliente ou sua própria organização.

Uma reflexão sobre a tecnologia, uma vez que a tecnologia permeia as discussões e ela é um recurso. Sobre isso, não temos a menor dúvida, mas ela não é um fim em si. Desse modo, nós temos algumas disciplinas que trabalham especificamente "tecnologia", inclusive algumas com mais teoria, outras com mais teoria e prática e outras focadas mais na prática.

Por exemplo, agora, com a nova matriz curricular, nós estamos trabalhando tecnologia com os alunos desde o primeiro nível. Existe uma disciplina no segundo nível que é mais teórica, até a professora tem esse cuidado de avisar aos alunos: "Olha, vai ser uma disciplina teórica para que vocês pensem como a tecnologia pode ser usada a favor do nosso trabalho".

E aí, nos níveis seguintes, nós temos outras disciplinas que são bem mais práticas. Então, de certo modo, a matriz é estruturada para que teoria e prática sejam mescladas no decorrer do curso.

Rafael Vergili:

Como a senhora comentou, o número de disciplinas de tecnologia cresceu consideravelmente. Na verdade, o número de disciplinas até dobrou, certo? Na matriz em vigor em 2013, as três disciplinas oferecidas eram: "Comunicação Digital Corporativa"; "Produção de Mídia Impressa e Digital em RP"; e "Estudos Multimídia para as Rrpp". Na matriz em vigor em 2016, são seis: "Cultura Digital"; "Técnicas Digitais e Media Training"; "Comunicação Digital nas Organizações"; "Produção de Mídia Impressa e Digital em RP"; "Produção Multimídia em Relações Públicas"; e "Prática Profissional em Relações Públicas: Estágio Supervisionado em Gestão de Mídias Digitais". Há alguma razão específica para esse aumento no número de disciplinas de tecnologia?

Ana Luisa Baseggio:

Na realidade, nós buscamos atender às Diretrizes Curriculares e preparar mais adequadamente esse profissional para atuar no mercado, no "mundo do trabalho", denominação que aqui nós usamos muito mais do que "mercado de trabalho". Nós estamos tentando aprimorar essa preparação, porque não é possível se afastar disso e não saber como usar as ferramentas. Precisamos estar preparados para isso, assim como usávamos no passado outras ferramentas e instrumentos. Então, nós procuramos sempre entender e atender ao que o mercado da Comunicação está exigindo, tentando trazer atualizações para cá, sempre ressaltando que produção de conteúdo é uma coisa e o uso de tecnologia é outra.

Rafael Vergili:

Agora, além dessas disciplinas que eu mencionei nas matrizes, há alguma que eu não citei e que a senhora entende que seja focada em tecnologia?

Ana Luisa Baseggio:

São as que você destacou. Não há o que acrescentar. Você pode ver, inclusive, que todas elas fortalecem essa questão da Comunicação Digital e isso traz a questão da inovação e dos relacionamentos que acontecem muito mais via tecnologia, pelo uso desses recursos. E isso também está previsto nas Diretrizes Curriculares, não necessariamente pelo número de disciplinas, mas na tentativa de aproximar o aluno dessas questões.

Rafael Vergili:

E dessas seis disciplinas de tecnologia da matriz curricular atual, a senhora até já chegou a comentar um pouco sobre o assunto, mas é possível identificar claramente quais possuem características mais teóricas e quais possuem características mais práticas?

Ana Luisa Baseggio:

Eu não sou professora de nenhuma dessas disciplinas. Não será possível dizer com precisão a abordagem usada dentro de sala de aula em cada uma delas, mas eu posso citar como elas foram pensadas. Então, por exemplo, a disciplina do terceiro semestre "Produção de Mídia Impressa e Digital em RP" especificamente trabalha a produção de uma revista semestral, que tem uma versão digital, publicada na Web, e também uma versão impressa. A revista é toda produzida pelos alunos dessa disciplina do curso, com supervisão de um professor de Relações Públicas e um professor de Jornalismo. São dois professores em sala de aula que trabalham esse conteúdo. Então, o que nós tentamos fazer nessas disciplinas de tecnologia da nova matriz curricular foi uma carga teórica forte, mas que permitisse atingir resultados práticos. Posso destacar a características das seguintes disciplinas: "Cultura Digital" – disciplina teórica abrangente; "Comunicação Digital nas Organizações" – disciplina teórica específica da área de RP; "Técnicas Digitais e Media Training" – disciplina prática para iniciantes do curso; "Produção de Mídia Impressa e Digital em RP" – disciplina téorico-prática com a elaboração de uma mídia; "Produção Multimídia em Relações Públicas" – disciplina téorico-prática com a convergência de várias mídias; "Prática Profissional em Relações Públicas: Estágio Supervisionado em Gestão de Mídias Digitais" – disciplina prática para fortalecer a gestão de conteúdos e de projetos em mídias digitais para RP.

Rafael Vergili:

A senhora comentou que a matriz da PUCRS é realmente "aberta" (nessa nomenclatura que eu resolvi adotar). A senhora poderia explicar como funcionam essas disciplinas eletivas? A cada semestre são oferecidas disciplinas diferentes? São sempre as mesmas? Há um limite de disciplinas eletivas que o aluno pode cursar?

Ana Luisa Baseggio:

Temos um número mínimo. Na matriz curricular nova, por exemplo, o aluno tem que cumprir 12 créditos, mas se ele quiser fazer mais, ele até pode fazer, não há problema. Se ele acha que isso vai acrescentar no currículo dele, ele pode cursar. Porém, é claro, como o aluno geralmente quer se formar em 4 anos, ele se apropria daquilo que mais lhe interessa, o que mais vai ajudar na sua formação.

Rafael Vergili:

E a senhora saberia informar quais são as disciplinas eletivas disponíveis para o aluno de Relações Públicas? É que eu gostaria de entender se elas mudam a cada semestre ou se são sempre as mesmas, por exemplo. Até porque eu gostaria de saber se elas devem entrar na minha comparação entre as matrizes curriculares.

Ana Luisa Baseggio:

Eu posso informar as disciplinas que o curso de RP oferece como eletivas para os alunos de outros cursos do campus. Não teria como você fazer essa comparação das eletivas disponíveis para o aluno de Relações Públicas realizar, uma vez que isso não é engessado. O aluno pode fazer as disciplinas em Psicologia, em Letras, em Administração, enfim, em diversos cursos do campus. Ficaria inviável colocar isso na comparação entre a matriz atual e a matriz anterior. Não daria para mensurar nem quantas disciplinas estavam disponíveis nesses dois períodos, quanto mais as específicas de tecnologia.

O que nós observamos muito aqui é que os alunos fazem muitas eletivas na Administração e no Marketing, mas também temos casos de alunos que procuram disciplinas na Psicologia e em Letras, assim como em outros cursos. Ficaria muito difícil fazer essa comparação com as inúmeras disciplinas eletivas disponíveis a cada período.

Rafael Vergili:

Então, só para deixar claro, as disciplinas oferecidas pelo curso de RP são eletivas para alunos de outros cursos, mas obrigatórias para estudantes de Relações Públicas, assim como as obrigatórias dos outros cursos podem ser eletivas para os estudantes de RP, certo?

Ana Luisa Baseggio:

Sim. Por exemplo, a disciplina "Assessoria de Comunicação", que eu ministro, é obrigatória para os alunos de Relações Públicas, mas é eletiva para alunos de outros cursos do campus. No ano passado, eu ministrei essa disciplina – que tem sido anual, e não semestral – e tínhamos alunos da Administração, do Direito – nós temos vários alunos do Direito fazendo disciplinas de RP –, tive até mesmo um aluno de Ciências Aeronáuticas cursando. É bem inter, trans, multidisciplinar dentro do campus.

Rafael Vergili:

E das disciplinas de tecnologia? Alguma delas é eletiva para alunos de outros cursos do campus? A procura por essas disciplinas é grande?

Ana Luisa Baseggio:

Sim. Algumas das nossas disciplinas de tecnologia são eletivas para outros cursos do campus e nós recebemos muitos alunos interessados.

Rafael Vergili:

Uma última pergunta sobre esse tema, só para que não ocorra nenhuma confusão. A matriz curricular é "aberta", uma vez que possui um número de créditos mínimo que o aluno precisa cumprir com "disciplinas eletivas". Por isso, o aluno é livre para cumprir um determinado número de disciplinas em outros cursos do campus. Por outro lado, no que tange especificamente às disciplinas de Relações Públicas, a matriz curricular é praticamente "fechada", uma vez que os alunos precisam cursar todas as disciplinas estipuladas previamente. A liberdade de escolha é para disciplinas de outros cursos, nas de RP elas são obrigatórias, correto?

Ana Luisa Baseggio:

Sim, o entendimento é correto. Realmente, as disciplinas mínimas obrigatórias podem ser consideradas como uma matriz "fechada", uma vez que elas compõem o nosso eixo específico de formação de Relações Públicas. Essa parte mais "aberta" pode ser considerada pelas eletivas realizadas não só em outras unidades da PUCRS como em nossa própria unidade, mas em Jornalismo ou Publicidade e Propaganda, por exemplo. As disciplinas eletivas referem-se a uma formação complementar de RP.

Rafael Vergili:

Com relação aos equipamentos oferecidos ao professor, ou seja, a estrutura tecnológica disponível para que ele ministre suas aulas. O que está disponível para uso do professor? Projetor, computador, equipamento de áudio?

Ana Luisa Baseggio:

Todas as salas são equipadas com sistemas de projeção. E além de todas as salas serem equipadas, nós temos uma sala especial, dentro da FAMECOS, que é em formato de auditório, que também tem projeção e conexão adequada com quaisquer outros lugares.

Por exemplo, nós temos um projeto interinstitucional de mobilidade aqui na Faculdade, que é de responsabilidade de uma professora específica, em que nós conseguimos realizar projetos em comum com alunos de outras universidades, inclusive do exterior. Então, nós já tivemos projetos com a Inglaterra, com a França e com os Estados Unidos, que foram projetos comunitários, em que os alunos, obviamente com a supervisão de um professor de lá e outro daqui, escolhiam uma ONG (organização não governamental). Por exemplo, escolhem a Cruz Vermelha em Porto Alegre e em outra localidade, e o grupo de lá apresenta como é a Cruz Vermelha dessa localidade e o grupo daqui apresenta como é a Cruz Vermelha no Brasil e em Porto Alegre. E aí o grupo de lá faz um projeto para cá e o grupo daqui faz um projeto para lá. Nesse sentido, essa sala especial ganha bastante importância pela estrutura tecnológica que permite uma interação muito maior com qualquer cidade ou país, uma estrutura própria muito boa para essas videoconferências.

Rafael Vergili:

E para o estudante? Além de poder usar esse auditório, há wi-fi disponível? Existem laboratórios de informática, por exemplo?

Ana Luisa Baseggio:

O wi-fi é liberado. E nós também temos os laboratórios com: PC’s (computadores pessoais); iPads e outros tipos de tablets disponíveis para alunos, que, inclusive quando querem fazer pesquisa de campo, eles podem levar; e iMacs também. Há, também, equipamento para fotografia, equipamento para gravação, entre outros. Então, nós temos condições bem favoráveis nesse sentido da tecnologia. O aluno tem uma boa estrutura para desenvolver o seu trabalho.

Rafael Vergili:

Há alguma política oficial da instituição que regule – seja proibindo ou incentivando – o uso dessa rede wi-fi pelo aluno ou é algo que fica por conta do professor?

Ana Luisa Baseggio:

A PUCRS tem como política liberar o acesso do wi-fi aos alunos matriculados na universidade. Isso favorece a realização de trabalhos solicitados pelos professores e cabe a cada docente incentivar o uso das redes para a realização de pesquisa e trabalhos ou não aceitar o seu uso indiscriminado em sala de aula. É uma situação que todos nós vivemos, uma vez que com as redes sociais, principalmente nos primeiros níveis, em que tudo é muito novo, o aluno acha que ele pode conseguir tudo na Internet. E é isso que nós estamos tentando puxar um pouco mais, para que eles entendam que as redes sociais não são a salvação do mundo e que o "Dr. Google" não tem todas as respostas, que é preciso dedicação em sala de aula.

É assim, nos primeiros níveis, no primeiro semestre – você deve se lembrar da sua época de formação –, geralmente é a passagem da adolescência para a idade adulta em que o sujeito toma aquele susto e o professor do primeiro nível tem a "obrigação" (e até entre aspas, no bom sentido) dar esse "susto", exigir ainda mais, para que o aluno possa cair na real. Depois eles vão tomando conta e já querem usar as suas coisas pessoais nos dispositivos móveis, Facebook, rede social etc. Então, compete a cada professor fazer o uso disso também.

Nesse sentido, nós aplicamos alguns procedimentos metodológicos. Vou te dar um exemplo: na disciplina de "Assessoria de Comunicação", eu trabalhei um conteúdo de auditoria de imagem na mídia. Então, antes eu já havia preparado o conteúdo e os aspectos teóricos, eles leram o material, viemos para a sala de aula, discutimos o conteúdo – claro que nem tudo é perfeito, não são todos alunos que se preparam antes, mas a maioria faz isso –, mostrei exemplos e depois aplicamos um exercício prático. É uma aula em laboratório e eu disse: "Agora vocês vão usar os computadores da sala ou, se preferirem, usem os seus *mobiles*. Eu vou dar um tema e vocês vão fazer uma auditoria de imagem na mídia desse tema". No caso, usei um tema próprio aqui da região, que é a nossa Feira Agropecuária, a Expointer, que é uma das maiores feiras do país, se não for a maior. Então, voltando, falei assim "Vocês têm esse determinado período de tempo e vocês vão analisar, isso, isso e isso, usando os computadores ou os *mobiles* que vocês possuem". Aí eles adoram, ficam muito motivados. Então, o que eu quis mostrar com esse exemplo? Que cabe ao professor fazer o aluno ficar motivado, a promover essas pesquisas na hora da aula. Porém, nós temos que ficar muito ligados e conectados, porque uma aula totalmente teórica cansa, tanto para eles (alunos) quanto para nós (professores). Precisamos cada vez mais usar esses recursos.

Voltando ao que foi questionado, posso dizer que, de modo geral, não há nenhum tipo de proibição. A Universidade não tem uma política que diga como a Internet deve ser usada por alunos. A PUCRS até está pensando e reestruturando isso, só que não para regular o uso de Internet, mas para promover aulas de EaD. Ou seja, para ampliar o uso da tecnologia.

Rafael Vergili:

E apesar de ter assumido o cargo de coordenadora de Relações Públicas há pouco tempo, de ser uma experiência recente, a senhora já recebeu reclamações de professores sobre esse uso excessivo de tecnologia e Internet durante as aulas? Será que é um debate superado?

Ana Luisa Baseggio:

Não. Nós até observamos, quando professores comentam, que tem alunos que não saem do seu *mobile* durante a aula para resolver seus assuntos pessoais e profissionais. Muitos trabalham por ali, uma vez que temos alunos que estão no mundo do trabalho e vivem aquilo intensamente até durante o período noturno. Porém, não há esse tipo de queixa de forma intensa e frequente. Mesmo estando há pouco tempo como coordenadora, mesmo como colega dos outros professores, eu não observo essa queixa.

Rafael Vergili:

Entendi. Agora eu gostaria de discutir mais detalhadamente o papel das Diretrizes Curriculares na flexibilidade ou no engessamento das matrizes curriculares do curso. O que eu gostaria de entender, na realidade, é se essas diretrizes são "obrigatórias" ou se elas apenas norteiam como as novas matrizes serão estruturadas e a Universidade pode seguir um caminho alternativo, por exemplo. É um ponto decisivo para uma avaliação do MEC, por exemplo?

Ana Luisa Baseggio:

Atender as Diretrizes Curriculares é um ponto muito importante para a avaliação, uma vez que o curso de Relações Públicas não realiza mais ENADE (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes). Então, o nosso curso é avaliado por visita presencial. Nós recebemos visita do MEC no ano passado. Recebemos o conceito máximo, nota 5. Isso é muito bom. Nós sempre temos esse cuidado na manutenção da qualidade. No próximo ano, nós completaremos 50 anos de curso e já estamos preparando a programação.

Mas voltando ao seu questionamento, são Diretrizes Curriculares, são norteadoras, mas não são totalmente obrigatórias. Nós fizemos algumas adaptações à nossa realidade. A matriz anterior foi validada quando os avaliadores do MEC vieram, avaliaram o nosso Projeto

Pedagógico e compararam com as nossas práticas aqui dentro. E não tenha dúvida que as diretrizes influenciaram muito. Elas foram observadas na elaboração do projeto Pedagógico.

Ou seja, o nosso trabalho está todo pautado pelas Diretrizes Curriculares, mas isso, na minha visão, não engessa. Isso também nos permite considerar as peculiaridades de cada região, eu entendo que isso é positivo. É lógico que as diretrizes são norteadoras para a formação do profissional em todo o país. Então, realmente, elas nos ajudaram muito e nos pautamos pelas Diretrizes Curriculares.

Rafael Vergili:

Mas a senhora entende que ocorreria uma mudança de matrizes curriculares caso as novas Diretrizes Curriculares não tivessem entrado em vigor?

Ana Luisa Baseggio:

Eu não posso garantir com absoluta certeza, uma vez que eu estou há pouco tempo na coordenação e não fazia parte do Núcleo Docente Estruturante, por exemplo, mas, enquanto professora da PUCRS há 26 anos, o que eu percebo, é a constante atualização na nossa matriz curricular. Constante reflexão conjunta entre professores e coordenação para adequar a matriz curricular às necessidades do formando.

Nós temos um grupo de professores formado por pesquisadores, mais teóricos, e temos um grupo de professores que atua no mercado, mais prático, e isso nos ajuda fortemente a trazer essa realidade lá de fora para cá. E esses professores estão sempre propondo e trazendo coisas novas. Então, as diretrizes são importantes, são seguidas, mas as discussões sobre o tema são constantes.

É preciso destacar que além das Diretrizes Curriculares, nós seguimos as diretrizes da própria PUCRS. Como nós somos uma universidade comunitária, confessional, católica, nós temos algumas diretrizes mínimas que precisam ser seguidas, como: humanismo, ética, cultura religiosa – e não é cultura religiosa baseada na religião católica, é a cultura do mundo, história e religião. Então, essas são algumas diretrizes pautadas pela universidade. A formação humanista, social e técnica sempre precisa aparecer.

Rafael Vergili:

Existe algum curso complementar oferecido pela universidade, especialmente da FAMECOS, que trate de Comunicação e Tecnologia, mas voltada para o público externo? Não uma disciplina para os alunos, mas uma extensão universitária ou algum outro tipo de curso complementar com essa temática?

Ana Luisa Baseggio:

Nós temos vários incentivos de extensão universitária. Por exemplo, nós temos um curso que está sendo oferecido agora no segundo semestre de 2016, mas nós já fizemos uma palestra e uma oficina para o público externo sobre isso no primeiro semestre. Agora, no segundo semestre, faremos um curso de extensão que é mais longo sobre *Inbound Marketing*, que é um tema muito atual, praticamente não há profissional específico dessa área, apenas duas ou três profissionais no Brasil, e todas são mulheres, trabalhando com esse tema.

Rafael Vergili:

E há demanda para esses cursos que relacionam Comunicação e Tecnologia?

Ana Luisa Baseggio:

Muita. Inclusive pessoas de outros cursos se inscrevem para participar também. Isso como extensão universitária proposta pelo nosso Departamento.

Além disso, nós temos outros cursos de extensão universitária e outros cursos de especialização – nesse caso, muito mais longos –, que também são voltados para oferecer esse repertório relacionado à tecnologia, tanto na área de RP, de PP ou de Jornalismo.

E, por fim, nós temos também um projeto específico, dentro do curso de Relações Públicas, que se chama "Projeto Identidade RP", que nós já promovemos há dois anos, um projeto que inclui visitas técnicas, oficinais, palestras e encontros com os nossos alunos – aí alunos de RP e diplomados de RP que nós trazemos também. Então, nós fazemos visitas em assessorias, em agências. Ainda este ano, nós já temos visita programada a uma agência que trabalha especificamente com Comunicação Digital.

Rafael Vergili:

Bem interessante. Bom, professora Ana Luisa Baseggio, basicamente era isso. Agradeço imensamente pela entrevista.

APÊNDICE E10 – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA DE MATEUS SANTANA DOS SANTOS (UNIFACS)

Entrevistada: Mateus Santana dos Santos
Idade: 34 anos
Cargo: Coordenador do curso de Relações Públicas
Instituição: Universidade Salvador (UNIFACS)
Formação: Possui Graduação em Publicidade e Propaganda e MBA em Comunicação Corporativa pela Universidade Salvador.
Data: 16/09/2016
Horário: 16h30min
Local/Ambiente: Skype (com webcam)

Rafael Vergili:
Obrigado pela oportunidade de poder entrevistá-lo. Em primeiro lugar, solicito que explique, por favor, como funciona a coordenação do curso de Relações Públicas da UNIFACS. Há um coordenador-geral e um específico para cada curso de Comunicação? Quais são as suas principais atividades? Enfim, gostaria que relatasse um pouco mais sobre as suas atividades e a forma como o curso de RP é estruturado na Universidade.

Mateus Santana dos Santos:
Nós temos quatro cursos na área de Comunicação: "Publicidade e Propaganda", "Relações Públicas", "Comunicação e Marketing" e "Jornalismo". Dos quatro, o único que eu não coordeno é o de Publicidade e Propaganda.

Os cursos de Graduação são separados por Escolas. Então, nós temos a Escola de "Comunicação, *Design* e Educação", em que existem os cursos de "*Design*", "*Design* de Interiores", "*Design* de Moda", "Pedagogia", "Publicidade e Propaganda", "Comunicação e Marketing", "Jornalismo" e "Relações Públicas". Todos esses coordenadores se reportam ao diretor da Escola, que é o professor Christian Tirelli.

As funções do coordenador envolvem toda a Coordenação Pedagógica do curso, os registros que ele possui vinculado ao MEC e outros instrumentos de avaliação, como ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes) – nos casos dos cursos que realizam ENADE – e Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), atendimento

ao aluno, reuniões de NDE (Núcleo Docente Estruturante) e Colegiado, enfim, eu acredito que é uma função completa no que se refere ao gerenciamento do curso. Temos, inclusive, liberdade para lidar com a gestão do orçamento. Eu tenho a rubrica – trabalhamos com orçamento por rubrica – para compra de material e tenho a rubrica para eventos. Então, essa gestão financeira do que vai ser gasto com curso também é uma atribuição do Coordenador Pedagógico.

Rafael Vergili:
E o senhor é coordenador do curso há quanto tempo?
Mateus Santana dos Santos:
Eu já sou coordenador do curso de "Comunicação e Marketing" há dois anos. A coordenação do curso de "Relações Públicas" eu assumi no primeiro semestre de 2016.

Rafael Vergili:
E mesmo sem ainda estar na coordenação do curso de Relações Públicas em 2013, o senhor chegou a participar do processo de discussão para a implantação da matriz curricular atual, a partir das novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) vigentes?
Mateus Santana dos Santos:
Sim. O curso da UNIFACS é antigo, já tem 27 anos. Eu trabalho aqui há 11 anos. Eu me formei, passei dois anos atuando no mercado e já voltei para atuar na "Diretoria de Marketing e Relacionamento" da instituição. Fiquei no administrativo, depois comecei a dar palestras nos cursos de Graduação, até que comecei a ministrar aulas e agora, este ano, assumi a coordenação do curso de Relações Públicas. Nós fizemos a mudança da matriz curricular no segundo semestre de 2015. Então, no primeiro semestre de 2015, nós fizemos uma série de reuniões para discutir a melhor matriz curricular e contemplar todas as novas solicitações das DCNs. Eu participei de todo o processo, mesmo quando não era coordenador, participei como professor.

Rafael Vergili:
Eu não sei se com a nova matriz curricular mudou, se é algo que persiste ou se é algo que nunca existiu na UNIFACS, mas há disciplinas de tronco comum por aí? Por exemplo, disciplinas que existem em todos os cursos de Comunicação da Universidade e são frequentadas por alunos de diferentes disciplinas simultaneamente?

Mateus Santana dos Santos:

Sim. Antes da mudança de matriz curricular, o curso de “Comunicação e Marketing” e o curso de “Relações Públicas” compartilhavam 44% das disciplinas. Hoje, depois da mudança de matriz, esse percentual caiu para 17%.

Essas disciplinas são realmente de tronco comum, disciplinas compartilhadas, em que os alunos dos dois cursos frequentam a mesma disciplina, na mesma sala. “Gestão das Organizações”, “Teorias da Comunicação”, “Comunicação Profissional” são três disciplinas, por exemplo, que os cursos de “Comunicação e Marketing” e o curso de “Relações Públicas” compartilham no primeiro semestre. As outras específicas são realizadas separadamente.

Rafael Vergili:

Professor, só para confirmar uma informação, eu cheguei a analisar as matrizes curriculares de 2013 e 2016 da UNIFACS. Em 2013, eu não sei se eu não encontrei a informação ou se na época o curso possuía três anos e meio e agora possui quatro anos. Enfim, em 2013, o curso de Relações Públicas não tinha disciplinas no 8° semestre?

Mateus Santana dos Santos:

Isso. O curso era realizado em sete semestres. Com aquela carga horária, era possível integralizar o curso em três anos e meio. O curso de Relações Públicas passou a ter oito semestres com a mudança da matriz curricular.

Rafael Vergili:

Entendi. Agora tratando um pouco mais do perfil do egresso, os estudantes que vocês buscam formar têm algum viés mais forte, vamos dizer assim, mais mercadológico ou mais acadêmico?

Mateus Santana dos Santos:

Mais mercadológico. A Universidade Salvador (UNIFACS) tem uma tradição de formação profissional, voltada ao mercado. O curso de Administração foi, por exemplo, o curso inicial da Universidade. Ela começou como uma Faculdade de Administração e, posteriormente, surgem outros cursos. Isso impulsionado pelo Polo Petroquímico da Bahia. Então, posteriormente, surgem os cursos de “Contabilidade”, de “Sistemas de Informação” e de “Relações Públicas”, por exemplo. Os três foram criados no mesmo ano, dando corpo aos cursos ofertados pela instituição.

Rafael Vergili:

E o mercado de Relações Públicas em Salvador, ele é forte e absorve bem esses profissionais ou os egressos precisam mudar para outras cidades e Estados? Vocês possuem algum programa para mensurar essa inserção ou acompanhar os próximos passos do egresso?

Mateus Santana dos Santos:

Sim. Nós temos a nossa Central de Carreiras, que fica responsável pelos índices de empregabilidade. O curso tem um nível de empregabilidade de 72% na área de Comunicação. Alguns não se colocam no mercado na área de Comunicação Organizacional, alguns, por exemplo, vão para a área de Produção Cultural. Aqui na Bahia é muito forte a área de Produção Cultural.

Rafael Vergili:

Então, por esse alto índice de inserção, não é muito frequente a questão de mudar de cidade ou Estado?

Mateus Santana dos Santos:

É relativo. Eu tenho alguns egressos que trabalham na Vale e moram no Rio de Janeiro ou em Belém. Uma que é contemporânea da minha Graduação trabalha atualmente na Rede Globo. Então, alguns egressos do curso vão, sim, para outros Estados. Nós fazemos um mapeamento e verificamos que muitos buscam outras regiões do país para atuar, sim.

Aqui na Bahia só existem dois cursos de Relações Públicas, tendo entrada de turma constante, que são: o curso da UNEB, Universidade do Estado da Bahia, e o curso da UNIFACS. Há registro no e-MEC (*site* do MEC com a relação dos cursos disponibilizados) de outros cursos, mas eles não estão abrindo turmas.

Rafael Vergili:

Ah, sim. É verdade. Eu constatei isso pelo e-MEC. Inclusive foi parte do meu trabalho fazer esse mapeamento. Foi até bom o senhor comentar disso, uma vez que ajuda a confirmar, com outra fonte de Salvador, as informações que coletei. No *site* do MEC, são 111 cursos de RP listados no Brasil, mas ao ligar para cada um deles, percebi que apenas 56 continuam abrindo turmas.

Mateus Santana dos Santos:

Inclusive é por essa redução, por esse baixo número de cursos no Brasil, que os cursos de Relações Públicas não fazem mais a prova do ENADE desde 2009.

Rafael Vergili:

Professor, agora eu gostaria de tratar um pouco das disciplinas de tecnologia. Essas discussões ficam restritas às disciplinas de tecnologia ou o tema também é discutido em outras disciplinas?

Mateus Santana dos Santos:

Não necessariamente. A professora de "Gestão de Crises", por exemplo, obrigatoriamente tem que falar de redes sociais hoje em dia. Assim como acontece em outras disciplinas, como a de "Comunicação Organizacional", "Marketing", entre outras. Então, para mim, no curto prazo, é algo que será diluído entre as disciplinas. Ou seja, o conteúdo sobre tecnologia vai permear o curso de Relações Públicas inteiro. Todas as disciplinas vão abordar a tecnologia de algum modo.

Rafael Vergili:

Eu vou gostaria de tratar um pouco mais dessa questão das disciplinas de tecnologia, uma vez que este é o recorte da minha pesquisa. Ao analisar a matriz curricular de 2013 e verificando a evolução para 2016, é possível perceber que a UNIFACS manteve duas disciplinas obrigatórias relacionadas à tecnologia na matriz curricular. Em 2013, as disciplinas oferecidas eram "Tecnologias Digitais da Comunicação", no 6° semestre, e "Estudos Contemporâneos em Relações Públicas", no 7° semestre. Em 2016, as disciplinas são: "Fundamentos da Comunicação Digital", no 2° semestre, e "Desafios Contemporâneos", no 6° semestre. Houve alguma discussão específica sobre essas disciplinas de tecnologia na época da reformulação da matriz curricular?

Mateus Santana dos Santos:

Sim. Houve uma discussão específica sobre tecnologia. Quando essas disciplinas de tecnologia ocorriam no 6° e 7° semestres, focava-se muito em um Planejamento de Comunicação Digital. Fundamentava-se com "cibercultura" e, posteriormente, partia-se para uma discussão de planejamento. A maioria das nossas disciplinas tem carga horária de 60 horas e o curso tinha duração de 2.700 horas, o que foi ampliado com a nova matriz curricular.

Nós percebemos que nós estávamos tendo uma repetição de conteúdo, porque nós temos "Planejamento de Relações Públicas I" e "Planejamento de Relações Públicas II". E a professora de Planejamento de RP não tinha como falar das diversas estratégias e ferramentas de Comunicação sem falar da questão digital. Então, optou-se pela manutenção de uma disciplina introdutória, de fundamentação, que fale de cibercultura e ubiquidade, que tenha

um discurso muito mais focado na fundamentação do digital logo no início do curso, no 2° semestre. E aí, posteriormente, o aluno complementaria esse conteúdo em outras disciplinas, como “Gestão de Crises”, as duas disciplinas de Planejamento que acabei de comentar e “Tópicos Avançados”, em que a professora sempre resgata o contexto de contemporaneidade e, obviamente, a tecnologia se apresenta nessa discussão. Ou seja, o conteúdo sobre tecnologia permeia o curso.

Rafael Vergili:

Então, só para esclarecer, eu entendi que a disciplina “Fundamentos da Comunicação Digital”, que agora é ministrada no 2° semestre de curso, é bem teórica e prepara o aluno para o restante do curso, especialmente no que tange ao conteúdo digital, mas e a disciplina “Desafios Contemporâneos”, do 6° semestre, é mais prática?

Mateus Santana dos Santos:

A disciplina “Fundamentos da Comunicação Digital” tem um escopo teórico, sim. Já a disciplina “Desafios Contemporâneos” é mais focada no mercado. Ela tem um olhar das práticas contemporâneas dos profissionais de RP. Então, envolve tecnologia, mas ela tem, inclusive, uma ementa muito aberta, uma vez que ela pega o que tem sido discutido no momento. Ela tanto pode retomar um conteúdo de Governança Corporativa, porque isso está muito em voga, assim como ela pode tratar de Relações com Investidores. Então, a depender do ano do curso, a discussão pode ser levada para determinada temática, mas de certo modo ela envolve a tecnologia, sim, mas sempre em uma interligação com um tema que vai ser útil para o aluno no mercado do momento.

Rafael Vergili:

Essa nova matriz curricular entrou em vigor no segundo semestre de 2015, correto? O primeiro período dessa matriz começou no segundo semestre de 2015, é isso? Então, por exemplo, essa disciplina “Desafios Contemporâneos”, efetivamente, ainda não teve nenhuma turma?

Mateus Santana dos Santos:

Não. Com essa nomenclatura e esse novo formato, não teve nenhuma turma. Porém, ela é bem parecida com “Estudos Contemporâneos em Relações Públicas”, que era oferecida no 7° semestre da matriz antiga.

Rafael Vergili:

E o senhor entende que há mais alguma disciplina que trate especificamente de tecnologia na matriz ou são apenas as duas que eu já mencionei?

Mateus Santana dos Santos:

Especificamente de tecnologia, não. Como eu disse, algumas disciplinas tratam do tema, mas não falam somente dele. Por exemplo, em "Comunicação Pública", a professora faz uma relação com a Web, em que apresenta o quanto comunidades têm vez e voz por meio das redes sociais, além de mencionar como isso impacta nas Relações Públicas e na Comunicação Digital. Eu volto a dizer, esse conteúdo está pulverizado em diversas disciplinas do curso.

Rafael Vergili:

Certo, mas, então, ainda nessa temática, resumidamente, não houve um aumento no número de disciplinas de tecnologia. Basicamente, as duas disciplinas de tecnologia da matriz antiga são equivalente às duas disciplinas da nova matriz. Houve uma alteração proposital no semestre em que as disciplinas são oferecidas, mas a carga horária e o número de disciplinas foram mantidos? Isso ocorreu até por essa ideia, que vocês possuem, de que o conteúdo de tecnologia deve permear a matriz curricular, correto?

Mateus Santana dos Santos:

Exatamente. Não houve aumento das disciplinas de tecnologia. Só uma mudança de nomenclatura e um reposicionamento na matriz curricular. Oferecer um arcabouço teórico logo no início do curso, evitar repetições de conteúdos em disciplinas específicas e complementar a formação no decorrer do curso, uma vez que a discussão sobre tecnologia permeia toda a matriz.

Rafael Vergili:

E nessas disciplinas de tecnologia, o professor tem liberdade para inserir novas referências? Há uma discussão sobre atualização de referências para a disciplina no início de cada semestre? Enfim, como funciona isso?

Mateus Santana dos Santos:

Na condição de coordenador, por exemplo, ainda no mês de novembro, eu envio o Plano de Ensino para todos os professores e peço que eles o atualizem. Caso exista alguma bibliografia mais atual, peço para que eles sinalizem. Então, eu peço para que eles destaquem em vermelho. Quando recebo isso em dezembro, eu vejo se há alguma solicitação de um novo livro, uma vez que nem sempre o professor tem conhecimento total sobre todo o acervo da Instituição, principalmente se é um recém-contratado. E, também, porque além do nosso acervo físico, nós temos uma parceria de uma biblioteca virtual, que é um conjunto de 14 editoras, como Pearson e Atlas. Eu vejo se esse livro que o professor pediu já existe nesse acervo. Se não tenho, faço uma solicitação de compra para a biblioteca.

Solicitação de compra é algo que nós temos, por direito, a cada dois anos, principalmente da área de tecnologia, que acabam ficando desatualizados com muita frequência. Porém, como eu coordeno mais de um curso, eu consigo criar intervalos de compras. Ou seja, eu não uso a cota para todos os livros em todas as oportunidades, para que a atualização de cada curso possa ser feita em um período de tempo mais curto, a cada um ano. Quando eu não compro pela rubrica de "Relações Públicas", eu posso comprar pela rubrica de "Comunicação e Marketing" ou pela rubrica de "Jornalismo". E, de alguma forma, os livros utilizados por esses cursos e disciplinas são muito próximos, então podem ser aproveitados por vários alunos.

Rafael Vergili:

Entendi. Agora eu gostaria de retomar a questão da matriz curricular. O senhor considera que essa nova matriz curricular do curso de RP da UNIFACS é "aberta" ou "fechada"? Ou seja, conta com disciplinas optativas?

Mateus Santana dos Santos:

O aluno precisa seguir as disciplinas obrigatórias, a matriz inteira é fechada, mas nós temos duas disciplinas optativas: "Libras" e "Estética e Cultura de Massa", em que o aluno escolhe entre uma e outra. Isso ocorre também para cumprir um instrumento de avaliação do MEC. Hoje, a disciplina "Libras" tem que ser optativa.

Além disso, existe uma carga horária de 200 horas para Atividades Complementares, até por uma exigência das Diretrizes Curriculares Nacionais. Porém, o aluno pode escolher a forma como ele realizará essas Atividades Complementares, se é por meio de voluntariado, se é por meio da extensão da Instituição, se é por meio de cursos e palestras. Então, há uma tabela de conversão em que ele pode escolher a forma como ele quer cumprir essas horas.

Rafael Vergili:

Mas existem apenas essas duas opções de optativas ou, por exemplo, se o aluno da UNIFACS quiser fazer uma optativa em outro curso oferecido pela Universidade, isso é possível?

Mateus Santana dos Santos:

É possível. Nós não chamamos de disciplina optativa. Nós ofertamos com o nome de disciplina "não regular". Não é regular da matriz do aluno, mas ele pode cursar. Inclusive eu tenho muitos alunos de Relações Públicas que pegam a disciplina "Análise do Discurso" no curso de Jornalismo.

Rafael Vergili:

E alguma dessas disciplinas que o aluno pode escolher, até mesmo em outros cursos, tem relação com tecnologia? Eu já percebi que vocês entendem que a discussão sobre tecnologia ocorre de modo pulverizado na matriz e, no seu entendimento, não há necessidade de muitas disciplinas específicas sobre o tema, mas como esse é o foco da minha pesquisa, eu realmente preciso saber se há essa opção.

Mateus Santana dos Santos:

Existe. Posso citar como exemplos as disciplinas "*Design* Gráfico e Interfaces" e "Linguagem Audiovisual e Novas Tecnologias", entre outras oferecidas por diversos cursos da UNIFACS, principalmente no curso de *Design*.

Rafael Vergili:

E os alunos de Relações Públicas costumam procurar essas disciplinas ou não é tão comum?

Mateus Santana dos Santos:

Quem procura mais são os alunos que querem trabalhar com "videoarte", com uma produção em vídeo mais forte. Uma disciplina que também chama a atenção, que tem bastante procura por alunos de Relações Públicas, e eu não citei na resposta anterior é "Convergência de Mídias", do curso de Jornalismo.

Rafael Vergili:

E essas que o senhor mencionou agora são disciplinas mais teóricas ou práticas?

Mateus Santana dos Santos:

São mais práticas. As de *Design*, inclusive, são todas feitas em estúdio. Mas as nossas de Relações Públicas também são teórico-práticas, em que na parte de linguagem audiovisual, metade da disciplina é feita no nosso estúdio.

Rafael Vergili:

Aproveitando esse "gancho" do estúdio, gostaria de saber um pouco mais sobre a estrutura tecnológica que a Universidade oferece. As salas têm projetor e equipamento de áudio, por exemplo? Como é a estrutura, especialmente para o professor?

Mateus Santana dos Santos:

Todas as salas na UNIFACS têm computador, com acesso à Internet, um sistema de som amplificado e projetor.

Rafael Vergili:

Para os alunos existe wi-fi disponível, laboratórios etc.?

Mateus Santana dos Santos:

Temos rede wi-fi em todo o prédio. Também temos laboratório de informática para uso geral, que fica aberto o dia inteiro, das 7 horas da manhã às 22 horas. Nesse laboratório nós temos, inclusive, um tutor tecnológico, uma vez que hoje, com a permissão do MEC de até 20% da matriz curricular ser ofertada on-line, nós temos algumas disciplinas da matriz que são on-line. Ele interage por meio do ambiente virtual Blackboard, que é a plataforma que nós utilizamos. Dessa forma, eu tenho um tutor tecnológico de plantão no laboratório, para os casos em que alunos tenham qualquer dúvida a respeito do Blackboard, o tutor possa orientar. Além disso, nós temos laboratórios de áudio, vídeo, edição, fotografia, estúdio e revelação.

Rafael Vergili:

Então, não existe nenhum tipo de proibição de uso de wi-fi em sala de aula, certo? Alguma política oficial da Universidade para normatizar o uso de tecnologia em sala de aula...

Mateus Santana dos Santos:

Não. O aluno pode, inclusive, assistir aula com o seu notebook e fazendo uso da rede wi-fi. A rede tem alguns bloqueios específicos, apenas de *websites* que poderiam influenciar negativamente o desempenho em sala de aula. Mas até mesmo o Facebook é liberado na rede.

Rafael Vergili:

E não há reclamações de professores por uso excessivo de tecnologia por parte de alunos em sala de aula? Digo no sentido de reclamações constantes, não de casos esporádicos...

Mateus Santana dos Santos:

Na verdade, Rafael, eu entendo que alguns professores repetem sempre esse mesmo clichê, de quanto os alunos ficam mais interessados no Whatsapp do que no conteúdo em sala de aula. Porém, eu acredito que é muito difícil fugir disso. Não é o wi-fi que traz esse problema. A nossa relação com os dispositivos móveis está cada vez mais próxima e é algo que o professor tem que saber lidar.

Eu, na condição de professor, brinco muito com isso em sala de aula: “Aproveite que está com o celular e verifique tal coisa”. Algumas vezes eu faço estudo dirigido: “Jogue aí tal palavra no Google. Agora clique no segundo registro. Pesquise sobre essa palavra”. Eu faço, inclusive, para mostrar ao aluno que o celular pode ter um uso em sala de aula para além do Whatsapp. Ou seja, temos que saber usar a tecnologia a nosso favor para deixar a aula mais interessante.

Rafael Vergili:

Agora já caminhando para a parte final da entrevista, eu gostaria de saber sobre a flexibilidade ou o engessamento provocado pelas Diretrizes Curriculares na nova matriz. Além disso, qual foi o reflexo das Diretrizes Curriculares no curso de Relações Públicas? A demanda pelo curso diminuiu, aumentou, se manteve estável?

Mateus Santana dos Santos:

Em minha opinião, as novas DCNs engessaram o curso. O curso ficou mais caro e, por consequência, a viabilidade financeira ficou mais difícil. Eu preciso entender que deve haver, sim, uma atualização, mas no momento em que as Diretrizes Curriculares promovem quatro eixos: "Eixo de Formação Geral", "Eixo de Comunicação", "Eixo de Relações Públicas" e "Eixo de Formação Suplementar", com uma carga horária tão alta para o "Eixo de Relações Públicas", eu tenho que ter mais professores específicos.

Não foi o caso específico da UNIFACS de ter que contratar professores. Como nós temos o curso de Relações Públicas há 27 anos e nós temos uma política muito forte com egressos, eu já tinha sete professores formados em Relações Públicas no nosso quadro, além de duas outras professoras graduadas em RP, que atuavam em outros cursos e não estavam atuando no curso de Relações Públicas. Desse modo, eu não precisei fazer contratação de profissionais de Relações Públicas. Porém, de todo modo, o curso ficou mais caro. No momento em que eu deixo de compartilhar grande parte do curso – de 44% para 17%, como eu disse no começo dessa entrevista –, como eu compartilhava com o curso de "Comunicação e Marketing", isso dificulta muito.

Como eu sou coordenador do curso de "Comunicação e Marketing" há mais tempo, eu tinha pensado o curso para ter 98% das disciplinas compartilhadas. Eu compartilho esse curso com Administração, com Relações Públicas, com Economia, com Publicidade e Propaganda, com Gestão Comercial. Então, se eventualmente, em algum semestre, eu tiver uma baixa de entrada de alunos, eu consigo montar essa turma com até 12 alunos e ele vai cursando essas disciplinas em diversos cursos. Ou seja, juntam-se alunos de diversos cursos em uma mesma sala, da mesma disciplina, e isso facilita a montagem de turmas para a Universidade e a formação do aluno.

Se um dos cursos diminui drasticamente a possibilidade de compartilhar disciplinas, ele muda essa relação com outros cursos, dificulta esse intercâmbio de disciplinas e a viabilidade do curso que se distanciou. Ou seja, no curso de "Comunicação e Marketing", por ter muitas disciplinas compartilhadas com outro curso, ele consegue permanecer funcionando, mesmo com a entrada de poucos alunos. Por sua vez, o de Relações Públicas pode, diante dessas

novas circunstâncias, ficar prejudicado, porque obrigatoriamente eu preciso ter grande entrada de alunos em todo semestre para funcionar.

Por exemplo, no segundo semestre de 2015, eu abri turma, no primeiro semestre de 2016, eu abri turma – eu sempre abro turma no primeiro semestre –, mas agora, no segundo semestre de 2016, eu não consegui abrir turma. Eu tive 12 matriculados e a Universidade, que é de iniciativa privada, que tem uma lógica específica, que calcula a evasão no decorrer do curso, achou por bem não abrir. Ou seja, entendendo que existe uma taxa de evasão, esse curso de 12 alunos ficaria ainda menor e não teria viabilidade financeira. Acredito que isso possa ser reflexo dessa nova matriz.

Rafael Vergili:

E houve algum tipo de discussão para tornar o curso anual, uma vez que, como o senhor disse, a entrada de alunos é sempre maior no primeiro semestre? Isso não poderia formar turmas com maior concentração de alunos?

Mateus Santana dos Santos:

Hoje em dia, tornar o curso anual é muito complicado, principalmente por conta da inadimplência. Se o curso é anual e o aluno fica inadimplente, ele fica um ano estudando sem poder ter nenhum tipo de atualização dessa condição dele no sistema. Quando eu torno o curso semestral, ele tem um endividamento menor e, também, no meio do ano, eu posso regularizar essa situação de atraso.

Rafael Vergili:

Entendi. E vocês têm alguma política para entrada de alunos por meio de algum programa, como o FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior), PROUNI (Programa Universidade para Todos)?

Mateus Santana dos Santos:

Sim. FIES, PROUNI e ainda há um crédito estudantil específico, que também é possível de ser utilizado para essa finalidade. Hoje, a UNIFACS faz parte da Rede Laureate, que reúne mais de 80 instituições de ensino no mundo inteiro. Nós temos um grande campus, que envolve todos os cursos de Comunicação e os cursos de Negócios. A UNIFACS é uma instituição que tem um tipo de padrão que é considerado alto para o que nós temos aqui em Salvador.

Além disso, há uma responsabilidade financeira, de apenas 30% dos alunos estarem vinculados a programas de financiamento estudantil, como o PROUNI ou FIES. Então, quando eu tenho um problema ligado ao repasse financeiro do FIES, por exemplo, não há um

impacto tão grande na instituição, porque apenas 30% dos alunos estão vinculados a esses programas.

Rafael Vergili:

Vou aproveitar essa citação às instituições estrangeiras e retomar uma questão sobre as disciplinas. Como funciona essa questão das disciplinas para universidades que fazem parte da Rede Laureate, como a UNIFACS? O aluno pode fazer uma disciplina de Relações Públicas, por exemplo, em alguma dessas mais de 80 instituições de ensino que o senhor comentou?

Mateus Santana dos Santos:

Sim. Nós temos muitas parcerias, principalmente fora do Brasil. A "Universidade de Lisboa" é uma parceira muito forte. A "Kendall College", de Chicago, que também tem curso de Comunicação com foco em Negócios. A "Universidad Europea de Madrid" também é uma parceira, apesar de não fazer parte do grupo da Rede Laureate. E os alunos acabam se interessando muito mais em fazer um programa internacional, nem tanto um nacional.

É possível fazer disciplinas nessas universidades de outros países, por exemplo, e depois validar a disciplina no retorno à UNIFACS. Funciona assim: nós temos um *International Office*. Então, a pessoa responsável, assim como a equipe, quando o aluno procura a equipe, as pessoas encarregadas pedem a matriz curricular para mim e eles fazem essa análise. Quando necessário, pedem para que eu valide alguma dessas disciplinas. Assim que é aprovado, eles já informam para o aluno quais disciplinas podem ser validadas no seu retorno: "Se você for cursar essas disciplinas, você valida na UNIFACS". Portanto, muitas vezes, eles compõem um pacote de disciplinas misto. Os alunos pegam três disciplinas que eles validam aqui e duas disciplinas que eles têm muito interesse em fazer, mas que ficaram mais para ampliar o seu conhecimento, não para contar como créditos.

Rafael Vergili:

Outra questão: gostaria de saber se o senhor considera que as Diretrizes Curriculares são "obrigatórias"? Por exemplo, há opção de não seguir as diretrizes e levar outro documento oficial como base para estruturar o curso?

Mateus Santana dos Santos:

Elas são obrigatórias e norteadoras. Não há como fazer uma construção de matriz curricular, não respeitando as diretrizes. Quando ainda havia o ENADE, quando eu preparo esse aluno para o mercado – e a prova do ENADE, nesse aspecto, ela tem um foco maior no mercado – e nós obtemos uma boa média na prova, eu não recebo a visita do MEC. Porém, entendendo

que eu não tenho mais o ENADE para o curso de Relações Públicas, a Comissão do MEC quando chega, ela procura ver justamente os requisitos legais e um dos instrumentos de avaliação são as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Eu tenho que ter uma carga horária mínima, eu tenho que respeitar essa divisão de horas que as DCNs estabelecem, eu tenho que ter profissionais formados na área de Relações Públicas, porque também é uma solicitação do CONRERP. Então, há uma cobrança muito grande por parte das DCNs, quando a Comissão do MEC vem. Ou seja, eu entendo as Diretrizes Curriculares Nacionais como obrigatórias.

Rafael Vergili:

E o senhor entende que se não existissem essas DCNs de 2013, ocorreria alguma discussão sobre a atualização da matriz curricular ou isso não é frequente?

Mateus Santana dos Santos:

Na UNIFACS, nós fazemos essa discussão a cada cinco anos, independentemente de Diretrizes Curriculares.

Eu tenho o curso de "Comunicação e Marketing" e no e-MEC existem oito registros de cursos, mas funcionando só existem três. Três cursos no Brasil inteiro. Ele funciona com as DCNs de Comunicação com a possibilidade de se abrir uma habilitação em Comunicação a partir de uma demanda de mercado. Com base nisso, o curso de "Comunicação e Marketing" foi criado. Então, eu tenho Diretrizes Curriculares muito flexíveis, porque são DCNs amplas de Comunicação. Porém, em 2015, que foi o nosso ano de discussão, porque a cada cinco anos nós fazemos isso, no segundo semestre de 2015, nós também fizemos uma atualização de matriz curricular, mesmo sem nenhuma exigência nova sobre o curso de "Comunicação e Marketing".

Ou seja, as Diretrizes Curriculares são muito importantes para a reelaboração da nossa matriz, mas a atualização ocorre independentemente da publicação de novas DCNs. É um compromisso da instituição de estar sempre atualizando a sua matriz ao mercado, de verificar o que o mercado está exigindo.

Então, nós faríamos isso também com Relações Públicas, como eu fiz com Jornalismo. Hoje, Jornalismo tem um composto de disciplinas muito mais focado no digital do que no impresso, especialmente por conta de uma lógica de mercado.

Portanto, essa atualização não é só por conta de Diretrizes Curriculares, mas isso eu entendo como um compromisso da UNIFACS. Eu entendo que outras instituições, principalmente

públicas, muitas vezes até hoje nem fizeram atualização completa, vinculadas a essas novas DCNs.

Rafael Vergili:

E há algum ponto positivo ou negativo que o senhor queira destacar dessas Diretrizes Curriculares?

Mateus Santana dos Santos:

Rafael, se você me perguntar, na condição de coordenador, eu vou dizer que as diretrizes tornaram a matriz muito restritiva e, de alguma forma, esse novo formato encareceu demais o curso. Porém, na condição de professor, eu entendo que o curso precisa de uma matriz assim, com uma carga específica maior, até para ficar cada vez mais forte.

Outras diretrizes interessantes de se conhecer são as de Economia. As Diretrizes Curriculares de Economia são tão restritivas quanto as DCNs de Relações Públicas e ela ainda diz: tantos por cento das disciplinas da matriz curricular devem estar relacionadas à Economia Brasileira, tantos por cento das disciplinas têm que estar vinculadas à Análise de Mercado, por exemplo. Enfim, ela especifica realmente o conteúdo das disciplinas e a sua distribuição. Ou seja, são diretrizes bem restritivas, assim como as de Relações Públicas, mas eu acho que protegem a qualidade do curso.

Então, resumidamente, na condição de professor, eu gosto muito das DCNs, porque entendo que aumentam a qualidade. Porém, preocupo-me muito com o desenvolvimento do curso, especialmente no longo prazo, na iniciativa privada. Pode ser que muitos cursos sejam encerrados por falta de viabilidade financeira.

Rafael Vergili:

Aí na UNIFACS existe alguma extensão universitária ou curso complementar especificamente sobre tecnologia e vinculado ao curso de Relações Públicas ou de algum outro curso que o senhor coordenada? Por exemplo, algum curso que relacione tecnologia e Relações Públicas?

Mateus Santana dos Santos:

Nós temos, aqui na UNIFACS, a Extensão, que oferece cursos. Porém, eles não são vinculados à Comunicação. São áreas comuns, oferecidos pela Universidade para qualquer tipo de público interessado. Então, nós temos cursos de “Excel Avançado”, “MS Project”, “Atualização de *Websites*”, entre outros. Existem até alguns cursos de tecnologia vinculados a “Sistemas de Informação” e “Ciências da Computação” que, inclusive, dão certificação

Furukawa. Nós temos uma parceria com a Furukawa e dão certificação, mas são muito específicos da área de tecnologia.

Rafael Vergili:

Entendi. Bom, professor, basicamente era isso. Agradeço muito pela participação.